UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos

Fabio Bacila Sahd

As violações impunes de direitos humanos e humanitários dos
palestinos vivendo sob a ocupação israelense: possíveis
interpretações

São Paulo

2017

Fabio Bacila Sahd

As violações impunes de direitos humanos e humanitários dos
palestinos vivendo sob a ocupação israelense: possíveis
interpretações

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
USP, Núcleo de Estudos das
Diversidades, Intolerâncias e Conflitos,
para obtenção do título de doutor em
ciências

Área de concentração: Humanidades,
Direitos e Outras Legitimidades.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ribeiro de
Almeida Júnior.

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S131v	<p>Sahd, Fabio Bacila</p> <p>As violações impunes de direitos humanos e humanitários dos palestinos vivendo sob ocupação: possíveis interpretações / Fabio Bacila Sahd ; orientador Antonio Ribeiro de Almeida Jr.. - São Paulo, 2017. 420 f.</p> <p>Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.</p> <p>1. Palestinos. 2. Direitos humanos. 3. Direito humanitário. 4. Estado nacional. 5. Israelitas. I. Almeida Jr., Antonio Ribeiro de , orient. II. Título.</p>
-------	--

Nome: SAHD, Fabio Bacila.

Título: As violações impunes de direitos humanos e humanitários dos palestinos vivendo sob ocupação: possíveis interpretações.

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em ciências

Aprovado em: __/__/__

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Este trabalho é dedicado a todas as vítimas da barbárie, seja na
Palestina/Israel seja em qualquer outro local, seja por motivos
étnicos seja por quaisquer outros. Que nenhuma discriminação e
desigualdade seja aceita como natural e reproduzida livremente,
inclusive a de classe social.

RESUMO

SAHD, F. B. **As violações impunes de direitos humanos e humanitários dos palestinos vivendo sob ocupação: possíveis interpretações.** 2017. 420 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A presente tese tem por objeto o conflito na Palestina/Israel, mais especificamente as políticas da ocupação israelense na Faixa de Gaza e Cisjordânia e a vulnerabilidade palestina, desde 1967 até os dias de hoje. A situação é analisada a partir da contextualização do conflito no mundo contemporâneo e na região e da contraposição entre bibliografia específica e geral com relatórios de direitos humanos e humanitários. Averigua-se em que medida essa documentação referenda ou fragiliza diferentes interpretações do conflito e da ocupação, bem como quais outras leituras são sugeridas por sua análise. É a permanência do impasse que mantém o tema sempre atual, justificando seu estudo. Constata-se a manutenção de um padrão peculiar de violações sistemáticas dos direitos humanos e humanitários dos palestinos pelo Estado e parte da população israelense, que os mantêm expostos à violência soberana, sendo adequados também para a compreensão dessa situação o conceito de “terrorismo estatal” e as categorias agambeanas de *homo sacer* e *campo*.

Palavras chave: Israel. Palestina. Estado de exceção. Direitos humanos. Ocupação militar.

ABSTRACT

SAHD, F. B. **The unpunished violations of human and humanitarian rights of Palestinians living under occupation: possible interpretations.** 2017. 420 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This thesis deals with the conflict in Palestine/Israel, more specifically the policies of the Israeli occupation in the Gaza Strip and West Bank and the Palestinian vulnerability, from 1967 to the present day. To analyze the conflict and the occupation they are contextualized in the contemporary world and in the region and the specific and general bibliography are compared to human and humanitarian rights reports. One checks to what extent this documentation endorses or undermines different interpretations of the conflict and Israeli occupation, as well as what other readings are suggested by their analysis. It is the permanence of the impasse that keeps the theme always current, justifying its study. Is verified the maintenance of a peculiar pattern of systematic violations of the human and humanitarian rights of the Palestinians by the State and part of the Israeli population, which keeps them exposed to sovereign violence, and the pertinence of the concept of “state terrorism” and of the agambean categories of homo sacer and camp to understand this situation.

Keywords: Israel. Palestine. State of exception. Human rights. Military occupation.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 -	Plano Allon.....	52
Tabela 1 -	Números constantes nos anuários da AI.....	102
Tabela 2 -	Relação entre o número de notificações recebidas pela Divisão de Investigação Criminal da Polícia Militar, o número de dossiês abertos e o de indiciamentos de militares israelenses.....	184
Tabela 3 -	Investigações da Delegacia de Polícia de Judea e Samaria de infrações cometidas por civis israelenses, entre 2005 e 2014.....	185
Organograma 1 -	Regime etnocrático.....	225

LISTA DE SIGLAS

AC	Administração Civil
ACJ	Alta Corte de Justiça (Suprema Corte)
AG-ONU	Assembleia Geral da ONU
AI	Anistia Internacional
AMG	Advocacia Militar Geral
AP	Autoridade Palestina
CDH	Comissão de Direitos Humanos da ONU
CDH-ONU	Conselho de Direitos Humanos da ONU
CEIPI	Comitê Especial para Investigar as Práticas Israelenses Afetando os Direitos Humanos da População dos Territórios Ocupados
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CPCTI	Comitê Público Contra a Tortura em Israel
CS-ONU	Conselho de Segurança da ONU
DICPM	Divisão de Investigação Criminal da Polícia Militar
DIDH	Direito internacional dos direitos humanos
DIH	Direito internacional humanitário
DPJS	Distrito Policial de Judea e Samaria
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FDI	Forças de Defesa de Israel
MGDH	Movimento Global de Direitos Humanos
OCHA	United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
OSM	Organização Sionista Mundial
PIDCP	Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

RED	Regulamentos Emergenciais de Defesa
SICM	Sistema Israelense de Corte Militar
SGS	Serviço Geral de Segurança de Israel (Shin Bet)
TO	Territórios Ocupados
TPI	Tribunal Penal Internacional
TPO	Territórios Palestinos Ocupados

SUMÁRIO

1	Introdução.....	1
2	Contextualização do conflito e das violações de direitos humanos e humanitários.....	18
2.1	O mundo contemporâneo: um olhar a partir da afirmação e das violações de direitos humanos e humanitários.....	18
2.2	O contexto regional: do sistema de mandatos à “Guerra contra o Terror”.....	32
2.3	O contexto local: do movimento sionista e Mandato Britânico até a ocupação israelense nos dias de hoje.....	38
2.3.1	O movimento sionista e o Mandato Britânico.....	39
2.3.2	Da fundação de Israel em 1948 à Guerra de 1967.....	45
2.3.3	Do início da Ocupação (1967) à deflagração da Primeira Intifada (1987).....	48
2.3.4	De 1987 a 2000.....	58
2.3.5	Da Segunda Intifada (2000) em diante.....	69
3	As organizações de direitos humanos e humanitários e seus relatórios.....	75
3.1	O surgimento e o papel desempenhado pelo MGDH e pelas organizações internacionais.....	76
3.1.1.	A Anistia Internacional e a Human Rights Watch e sua documentação atinente às violações nos TPO.....	80
3.2.	As organizações de direitos humanos locais.....	87
3.2.1	A relatoria da Yesh Din, Breaking the Silence e demais ONGs locais.....	91
3.3	Os relatórios de direitos humanos e humanitários.....	95
3.3.1.	Do início da ocupação à Primeira Intifada (1967 a 1987).....	96
3.3.2.	Da Primeira à Segunda Intifada (1987 a 2000).....	117
3.3.3.	Da Segunda Intifada em diante.....	132
3.3.3.1.	Relatórios sobre as operações militares israelenses, o bloqueio à Gaza e os fechamentos na Cisjordânia no novo milênio.....	133
3.3.3.2.	Testemunhos sobre as operações militares israelenses no novo milênio.....	153
3.3.3.3.	A impunidade no novo milênio descrita nos relatórios e testemunhos.....	161
3.4.	Crítica das fontes.....	190
4.	Interpretações possíveis das violações de direitos humanos e humanitários.....	199
4.1.	Colonialismo, nacionalismo e capitalismo e a etnocracia israelense.....	200
4.1.1.	Nacionalismo.....	200
4.1.2.	Colonialismo e capitalismo.....	206
4.1.3.	Israel como etnocracia e o papel das ONGs.....	220
4.2.	Estado nacional, barbárie e exceção legal na modernidade e na Palestina/Israel.....	228
4.2.1.	Interpretações sobre a ocupação israelense e o sistema e a exceção legal.....	241
4.2.2.	As colônias, os postos avançados e a exceção legal.....	256
4.2.3.	Os paradigmas da ocupação israelense e a exceção legal.....	267
4.3.	Possíveis sentidos das operações militares israelenses.....	294
5.	Conclusão.....	325
	Referências bibliográficas.....	335

1. Introdução

O conflito palestino-israelense remonta à chegada à região dos primeiros imigrantes europeus de fé judaica, entre o final do século XIX início do XX. Grupos palestinos e árabes reagiram a essas levadas migratórias, embaladas por ideários sionistas heterogêneos, vendo-as como uma ameaça a sua soberania e projetos políticos. As tensões recrudesceram após a Primeira Guerra Mundial, quando o controle da Palestina passou do prostrado Império Otomano para a vitoriosa Grã-Bretanha, na condição de mandatária designada pela Liga das Nações e incumbida de favorecer a criação de um “Lar Judaico”, conforme a Declaração Balfour.

Durante o mandato, a potência imperial governante enfrentou intensa resistência e suprimiu violentamente as revoltas locais, inicialmente de árabes e posteriormente também de sionistas. Os primeiros demandavam o fim imediato da imigração judaica e a criação de um Estado independente e os segundos pressionavam por autonomia e abertura dos portos irrestrita. Sobretudo a partir dos anos 1930, à medida que crescia o delírio antisemita na Europa e consequentemente os fluxos humanos também para a Palestina, os conflitos intercomunitários e as ações contra a mandatária foram se agravando, já com o emprego do terror político e de medidas de exceção. A situação se tornou onerosa e insustentável para uma alquebrada Grã-Bretanha do pós-guerra, que após o final da Segunda Guerra anunciou sua retirada unilateral e requereu o arbitramento internacional para o conflito (FIELDHOUSE, 2006; CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Com as lideranças contendoras irreconciliáveis em seus anseios e projetos políticos, duas comissões foram criadas pela ONU a fim de levantarem propostas para o conflito, saindo-se vitoriosa a sugestão de divisão territorial em dois Estados étnicos (resolução 181), que foi prontamente rejeitada pela parte árabe-palestina. A aprovação da proposta de partilha da ONU, em novembro de 1947 e a despeito de forte oposição, foi o estopim do confronto aberto entre milícias sionistas e as forças dos emergentes nacionalismos árabe, sírio e palestino. O conflito culminou na intervenção militar e derrota dos países árabes e das forças palestinas e na expansão do território designado para constituir o Estado judeu, cuja população foi bastante homogeneizada a partir da promoção de uma limpeza étnica que expulsou centenas de milhares de palestinos, que além de sua nacionalidade se viram privados de suas propriedades.

Refugiados e desapropriados, centenas de milhares de palestinos passaram a residir em campos na Cisjordânia, Gaza e nos territórios limítrofes da Palestina/Israel, o que regionalizou ainda mais o conflito. Os acordos de cessar-fogo assinados no final da Guerra de Independência de Israel ou *Nakba* (1948/1949) apenas postergaram a resolução conflito, não mais envolvendo dois agrupamentos étnicos e uma mandatária, mas agora o recém-criado Estado de Israel, os palestinos e os países vizinhos. As tensões nas fronteiras foram constantes e culminaram em mais dois confrontos abertos até o final da década de 1960, respectivamente em 1956 e 1967. No último, a estrondosa vitória militar sobre a Jordânia, Síria e Egito levou Israel a se assenhorar de todo o território do extinto Mandato Britânico, incluindo terras sírias e egípcias. Então, após um período de soberania respectivamente egípcia e jordaniana na Faixa de Gaza e Cisjordânia sua população palestina passou a viver sob “ocupação militar israelense”. No entanto, esta categoria nunca foi aceita por Israel, que separou território e população, classificando seu governo nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) de forma peculiar e à margem do direito internacional como “administração”. Assim, desde um primeiro momento os palestinos foram colocados no limiar entre o “legal” e o “ilegal”, com o intuito de despi-los de proteção legal e os expor ao arbítrio do soberano (HAJJAR, 2005; GORDON, 2008).

Em resoluções e relatórios de órgãos e comissões da ONU e de diferentes ONGs fundados no direito internacional, humanitário e humanos¹ consta que a “ocupação israelense” se mantém até os dias de hoje, pois o país exerce o controle de fato das fronteiras e do território mesmo após a criação da Autoridade Palestina com os Acordos de Oslo, em 1993. Jerusalém Oriental e as Colinas de Golã, anexadas formalmente por Israel respectivamente em 1967 e 1981, também são enquadradas na condição de “territórios ocupados”. Quanto à Faixa de Gaza, apesar da retirada unilateral dos colonos e militares israelenses em 2005, Israel também continua a ser considerado como potência ocupante, mesmo que “à distância”. A duradoura ocupação militar desses territórios, agora colonizados por centenas de milhares de civis israelenses, constitui-se em foco de tensão constante. De um lado, a resistência não violenta ou armada e o terrorismo de grupos palestinos e islâmicos visando acabar com a ocupação, de outro o terrorismo estatal e medidas de exceção da parte da Israel, sendo a violência crônica utilizada pelo último como justificativa para continuar ocupando e colonizando ilegalmente. Nesse cenário, cuja beligerância já se estende por mais de um século, os civis são os maiores prejudicados, destacando-se a desumanização e a desapropriação

secular dos palestinos, inferiorizados aos olhos de seu opressor e violentados como qualquer outra população em situação colonial.

As fronteiras anteriores à Guerra de 1967 não são aceitas por Israel e, frequentemente, durante os ataques não há distinção entre espaços militares e civis, sendo o inimigo o outro como etnia e os palestinos gradativamente expulsos e concentrados em territórios reduzidos na Cisjordânia e Gaza. Esta se constitui no estágio mais avançado da ocupação em termos de máximo controle e mínima responsabilidade por sua população (LI, 2006), que está reduzida à mesma condição jurídica de um campo de concentração nazista: a exceção legal tornada permanente. Recorrendo a uma antiga metáfora dos primeiros sionistas, eles sabiam que a “noiva” desejada (terra) vinha com um malquisto dote (sua população), que deveria ser tratado da mesma forma que qualquer outra população nativa (MASALHA, 2008; PAPPE, 2008). Assim, já previram também que haveria resistência a esse longo processo de colonização e desapropriação, que deveria ser correspondido com demonstrações brutais de força e frequentes punições coletivas, como atestam as mais recentes operações contra Gaza, erigindo-se uma “Muralha de Ferro” a fim de quebrar a resistência dos colonizados (MAOZ, 2009; SHLAIM, 2004).

De 1967 até os dias de hoje, a conjuntura global mudou enormemente e com ela as políticas da ocupação israelense, dividindo-se esta em pelo menos dois paradigmas, sendo a Segunda Intifada o marco da passagem (GORDON, 2008). Podemos destacar também pelo menos dois grandes acontecimentos, que alteraram profundamente as relações internacionais e repercutiram no conflito local: o final da Guerra Fria e os atentados terroristas de 2001. Localmente, cabe salientar a assinatura dos acordos de Oslo, nos anos 1990, que promoveu mudanças significativas na dinâmica do conflito com a criação da Autoridade Palestina (AP). Portanto, situando-se o conflito e a mais longa “ocupação militar” da história em uma conjuntura global de multiplicação dos instrumentos de salvaguarda da dignidade humana, eles também deveriam estar ordenados pela série de tratados e convenções consolidada ao longo do século XX para assegurar os direitos humanos e humanitários. Se na prática esses mecanismos de supervisão e controle são constantemente desrespeitados, ao menos eles geraram uma extensa relatoria crítica.

A relevância do presente projeto está justamente em analisar parte dessa “extensa relatoria crítica”, iniciada ainda em 1948 com a questão dos refugiados e da soberania nos territórios, mas encorpada a partir da Guerra dos Seis Dias, com a

consequente ocupação dos territórios palestinos em junho de 1967. Desde então, órgãos e comissões designadas pela ONU e por ONGs internacionais e locais têm produzido uma volumosa massa documental sobre os direitos humanos nos TPO, pouquíssimo explorada de forma sistemática pelos pesquisadores. Denunciando de forma seriada as violações de direitos, essa documentação constitui valiosíssima fonte de pesquisa e oferece uma visão singular do centenário conflito na Palestina/Israel. Os relatórios enfatizam diferentes aspectos da ocupação e, apesar de terem sido produzidos ao longo de cinco décadas em contextos locais e globais distintos, apresentam uma mesma consternação e crítica da situação e conclusões próximas. Esses documentos, disponíveis na internet, necessitam ser explorados, pois contêm indícios de que, os dispositivos de controle adotados por Israel supostamente em nome da manutenção da ordem e de sua segurança correspondem a finalidades que vão muito além do simples combate ao terrorismo ou da defesa de um Estado cercado por inimigos, que não encontraria parceiros habilitados para negociar a tão almejada paz.

Admitamos como amostra do teor dessa documentação dois casos ocorridos em Gaza, em 2006, e dois dos relatórios mais provocativos e incisivos desse acervo. No dia 9 de junho de 2006, o Hamas rompeu um cessar-fogo unilateral que havia declarado há dezesseis meses, em decorrência de um ataque israelense contra civis em Gaza. Nesse dia, um barco patrulha disparou contra palestinos que passavam a tarde na praia, vitimando fatalmente sete membros da família Galia, além de deixar outros tantos feridos. Dentre os mortos estavam Ali Issa Galia (49 anos), uma das mães (35 anos) e cinco filhos, com idades de 17, 15 e 4 anos e 18 e 5 meses. Não suficiente, logo depois, os socorristas que tentavam realizar o resgate dos feridos também foram atingidos. Em conversa com o ativista Hérnan Zin, o funcionário da saúde, Nayim Ragab, afirmou: “Desde aquele dia me pergunto o que teria pensado o soldado que disparou contra nós. Não estava em risco sua vida, não estava em meio a uma operação. Do barco via que tinha uma ambulância, que ali não havia ninguém além de civis - me diz indignado.”. Os fatos são reveladores tanto de uma possível provocação de escalada da violência da parte de Israel quanto da “cultura da impunidade” vigente nos TPO, especialmente em Gaza. Contradizendo testemunhos e evidências, a protocolar justificativa oficial das forças israelenses foi que o Hamas deixou explosivos no local, logo era responsável pelas mortes. Meses depois, no dia 8 de novembro de 2006, após 28 civis palestinos serem vitimados em Qana, 19 membros de uma mesma família foram mortos em Beit Hanún (ambas na Faixa de Gaza). Enquanto o ministro israelense, Amir Perets, afirmou

que os fatos seriam apurados, grupos de direitos humanos questionaram os possíveis resultados, pois os inquéritos seriam dirigidos pelo mesmo oficial que investigou o caso da família Galia e constatou não ter ocorrido nenhuma irregularidade na ocasião. Entre as organizações que pediram uma comissão independente de inquérito esteve a Human Rights Watch (HRW), que em junho já havia denunciado que a comissão governamental havia rechaçado provas que refutavam a posição oficial dos eventos ocorridos na praia (ZIN, 2007, p. 83; 249-252; 279-280). Para o historiador israelense Ilan Pappé (2010), se esses “usos brutais de poder militar” decorreram inicialmente de uma falta de “política clara”, os ataques militares diários podem ter se tornado em si uma estratégia, transformando táticas “punitivas” em uma “estratégia genocida”. O jornalista israelense Gideon Levy (2010, p. 9) reforça essa perspectiva:

O que nós estamos fazendo em Gaza não tem nada a ver com a libertação dele [Gilad Shalit]. É um ato de vingança em grande escala, o tipo que as FDI e o Shin Bet quiseram conduzir por algum tempo, motivados principalmente pela frustração profunda que os comandantes do exército sentiram por se verem impotentes contra os qassams e a ousada incursão da guerrilha palestina.

Conforme Levy (2010, p. 10-12), entre o final de junho e novembro de 2006, teve início o “novo estágio” da “estratégia genocida” israelense, batizada de operação “Chuvas de Verão”, que foi sucedida pela “Nuvens de Outono”. O pretexto: a captura do militar israelense Gilad Shalit. Problematicando essa justificativa, Levy aponta que as FDI “sequestraram” dois civis palestinos de suas casas em Gaza um dia antes da “captura” de Shalit.

A diferença entre nós e eles? Nós sequestramos civis e eles capturam um soldado, o que parece significar que nós somos um Estado e eles uma organização terrorista [...] não estamos apenas atirando. Estamos bombardeando e explodindo, escurecendo e destruindo, impondo um cerco e sequestrando como o pior dos terroristas, e ninguém rompe o silêncio para perguntar por que diabos, e de acordo com qual direito?

Apresentados os casos vamos aos dois dos documentos mais significativos que tivemos acesso. Ao invés de exceções, ao que indicam não só Pappé e Levy, mas também dados coligidos pela ONG israelense Yesh Din (2008a) o caso da família Galia e os ataques impunes contra civis em Qana e Beit Hanún seriam a regra. Conforme a Yesh Din, se entre setembro de 2000 e o final de 2007 mais de 2.000 civis palestinos não envolvidos em combate foram mortos, apenas 13 investigações acusaram militares como possíveis responsáveis e, até 2008, somente cinco soldados haviam sido condenados pela morte de três palestinos e um cidadão britânico. Entre 2005 e 2007,

muitos casos de violação sequer foram notificados ao órgão israelense competente (Divisão de Investigação Criminal da Polícia Militar, doravante DICPM), e apenas 40% dos que foram culminaram na abertura de investigações, totalizando 1.246. Destas, somente 78 (6% do total) levaram à abertura de indiciamentos, e mais raras ainda foram as condenações – sendo os dados ainda mais gritantes se considerados os casos sequer notificados.

O outro documento oferece uma visão mais geral e sistemática das violações. Em janeiro de 2014, Richard Falk entregou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH-ONU) seu último relatório produzido como relator especial apontado pelo órgão para verificar a situação nos TPO. Inserido na longa série documental sobre o tema, o documento apresenta um desfecho dramático, no que difere da documentação produzida pelas próprias ONGs, cujas conclusões são muito menos assertivas. Consta em seu parágrafo 71: “Parece incontestável que as medidas israelenses de fato dividem a população dos Territórios Palestinos Ocupados com base em critérios raciais, criam reservas separadas para os palestinos e expropriam sua terra.”. Mais adiante, no parágrafo 77, Falk sintetiza sua argumentação: as violações de direitos humanos refletem “[...] políticas, leis e práticas israelenses sistemáticas e discriminatórias, que determinam onde nos territórios ocupados os palestinos podem ou não viajar, viver e trabalhar.”. O relator especial então ressignifica a palavra hebraica *hafrada* (separação) e a utiliza como sinônimo do termo africâner *apartheid* para definir a situação nos TPO: “Os efeitos combinados das medidas formuladas para garantir a segurança dos cidadãos israelenses, facilitar e expandir os assentamentos e, ao que parece, anexar terras, é *hafrada*, discriminação e opressão sistemática do povo palestino e domínio sobre ele.” (UNITED NATIONS. Human Rights Council, 2014). Suas conclusões são drásticas: além de, atualmente, estar em curso nos TPO uma situação análoga ao *apartheid*, “Manter indefinidamente uma ocupação opressiva contendo muitos elementos punitivos também parece designado a encorajar os residentes a deixarem a Palestina, o que é consistente com os evidentes objetivos anexionistas, colonialistas e de limpeza étnica de Israel”. Um olhar mais detido sobre o acervo referente à situação dos direitos humanos e humanitários nos TPO, interpretado a partir de bibliografia geral e específica, garante mais subsídios para compreendermos essa realidade definida como *hafrada* com seus “evidentes objetivos”.

Recorrendo a categorias formuladas pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2004; 2007), essa “discriminação sistemática” e “ocupação opressiva”, com “muitos

elementos punitivos” associados a uma “limpeza étnica”, indicia que pode estar em curso também nos TPO uma situação de institucionalização permanente da exceção legal (“campo”), estando sua população como “homo sacer” despida de qualquer proteção e exposta à violência arbitrária do soberano. Assim, seria possível interpretar a vulnerabilidade das vidas e propriedades palestinas desde 1967 a partir dos conceitos agambeanos. Essa é uma das duas principais hipóteses de nosso trabalho, sendo a outra compreender as operações militares israelenses, especialmente contra Gaza no novo milênio, como terrorismo de Estado. A confirmação de ambas não é surpreendente se considerarmos que, se as reflexões de Agamben sobre a exceção legal e a vulnerabilidade da vida partem de contextos coloniais, elas contemplam justamente o mundo contemporâneo de afirmação, ao menos retórica, dos “direitos naturais e inalienáveis”, no qual há a expectativa de respeito aos direitos humanos, mas vigora a exceção como “paradigma oculto da modernidade” não só em Estados autoritários, mas também em espaços sombrios situados em contextos aparentemente democráticos.

Ainda justificando a importância do presente estudo, a compreensão da especificidade local da impunidade e vulnerabilidade é uma importante contribuição teórica, haja vista que se trata de um padrão sistemático, porém dissimulado, de violação dos direitos mais básicos, configurando uma duradoura situação de “vida nua”. No momento apropriado, veremos que o conceito de etnocracia (cunhado pelo geógrafo israelense Oren Yiftachel), com sua característica de manter uma fachada democrática, permite fazer essa travessia do global para o local, denotando a validade das reflexões agambeanas a partir do aparelhamento do Estado israelense, mais especificamente seu sistema legal com a sistematização da impunidade, como meio de garantir a continuidade da “judaização” da Palestina/Israel. Pela dramaticidade dos fatos que vêm se acumulando, e pelos vínculos dessa realidade com o contexto global da Guerra Fria e com o período que a sucedeu, não nos deveria ser lícito continuar negligenciado ou marginalizando seus desdobramentos e possibilidades interpretativas, como se fossem exceções de um ordenamento global normatizado e benemérito. Destarte, os indícios presentes na documentação que consultamos, longe de configurarem uma exceção de desrespeito à dignidade humana em um mundo “civilizado”, devem ser pensados em sua peculiaridade, mas também a partir do contexto internacional caracterizado pelo contínuo desrespeito dos tratados e instrumentos protetivos. Ou seja, lamentavelmente, longe de constituir um caso isolado a fragilidade da vida em Israel e nos TPO se aproxima de forma específica de um padrão global, exaustivamente pensado e criticado

por cientistas de diferentes disciplinas. Contrariando o ingênuo ou cínico entusiasmo de alguns com a derrocada do socialismo e o triunfo do mercado e do capitalismo, que supostamente marcariam o “fim da história” e uma era de prosperidade, a Guerra Fria não foi sucedida por um período de harmonia e respeito ao ser humano, nem no Oriente Médio nem em qualquer outro lugar. Quanto mais elementos tivermos para compreender a barbárie contemporânea, melhor poderemos intervir nela.

Além disso, a extensa massa documental produzida sobre os TPO permite uma melhor compreensão das continuidades e rupturas do conflito, uma apreciação crítica da bibliografia e um olhar mais preciso sobre a vigência e especificidade local de características globais. Exemplos dessa relação global/local são a vida nua e o estado de exceção como prerrogativa do soberano e paradigma oculto da modernidade (AGAMBEN, 2007; RUIZ 2007; FEIERSTEIN, 2011), possivelmente manifestados pela etnocracia israelense, “terrorismo estatal” ou de “piratas” e “imperadores” (WILKINSON, 1979; CHOMSKY, 2006) associados à Muralha de Ferro (SHLAIM, 2004; MAOZ, 2009), tudo isso ao arrepio do direito internacional dos direitos humanos (DIDH) e do direito internacional humanitário (DIH). As fontes possibilitam ainda perscrutar os artifícios empregados na implantação de um projeto étnico (sionismo), cujo objetivo de se apropriar de um território disputado (Palestina/Israel) colide frontalmente com a arquitetura protetiva internacional, implicando em uma série de violações que precisam ser negadas por meio da manutenção de uma “fachada democrática” (YIFTACHEL, 2006).

Eis o nosso duplo objeto ou esforço de compreensão: avaliar em que medida a documentação de direitos humanos (especialmente civis e políticos) e humanitários produzida por diferentes ONGS referenda ou problematiza determinadas interpretações do conflito, da ocupação e da questão da legalidade, bem como apontar outras leituras sugeridas pela análise dos relatórios. Para tal, primeiro foi feito um levantamento, classificação e análise seriada das fontes de pesquisas. Na sequência, elas foram relacionadas entre si e com a bibliografia atinente ao conflito e ao contexto global dos séculos XX e XXI. O enorme volume de relatórios referente a um recorte temporal tão amplo – de 1967 aos dias de hoje - impossibilitou a análise de sua totalidade, sendo necessária uma seleção e recorte. A monitoria realizada por duas organizações, sendo uma local (Yesh Din) e outra global (Anistia internacional), foi acompanhada de forma seriada e sistemática. A primeira, fundada em Israel no contexto da Segunda Intifada (2000-20005), analisa detalhadamente a vulnerabilidade da vida e das propriedades nos

TPO, esforçando-se para aprimorar a aplicação da lei e a garantia de proteção aos palestinos. A segunda, criada na Inglaterra nos anos 1960 e logo globalizada, passou a abordar o conflito ainda no final daquela década, acompanhando inicialmente as violações do DIH e dos direitos civis e políticos em seus anuários para, do final da Guerra Fria em diante, ampliar sua relatoria e o volume de relatórios específicos sobre o conflito, cobrindo todos os espectros do DIDH. Paralelamente, como contraponto à documentação produzida por essas organizações, foram analisados artigos midiáticos de diferentes veículos e relatórios produzidos por outros grupos, seguindo a mesma lógica de abordar entidades locais (B'Tselem, al-Mezan, Palestinian Center for Human Rights, Adalah, Hamoked) e globais (Human RightsWatch, órgãos e comissões da ONU). Destaca-se, por oferecer outra dimensão das violações, um exame mais detido dos depoimentos de militares israelenses envolvidos na ocupação, que foram colhidos pela ONG Breking the Silence (“Quebrando o silêncio”).

A sintetização dos principais pontos constantes em cada documento, que inicialmente pensou-se em apresentar ao leitor, resultou em um resumo de centenas de páginas. Então, devido à dimensão que a tese tomou, optou-se por sua não inclusão no texto final, facilitando a leitura do conjunto. No lugar dessa apresentação sistemática e seriada, as principais passagens de toda a documentação foram coligidas e apresentadas no segundo capítulo, seguindo-se uma ordem cronológica, que em alguns momentos foi subvertida para permitir a conclusão de certos pontos sob uma perspectiva temática, evitando idas e vindas. Os relatórios lidos foram anexados em mídia digital para facilitar o acesso do leitor mais interessado, que assim pode acompanhar mais detidamente o embasamento de nosso raciocínio. Ainda que a leitura dessas fontes de forma integral e seriada seja elucidativa, reforçando as conclusões da presente tese, acredita-se que a supressão de seu resumo específico não comprometeu a averiguação das hipóteses aqui levantadas e as conclusões finais, sustentadas pelas passagens mais relevantes apresentadas. Sentimo-nos mais seguros de realizar essa exposição generalizante das principais conclusões por constatar que as contradições entre os relatórios são mínimas, sendo as análises sobretudo complementares.

Dessa forma, a versão final do presente texto tem início com uma breve exposição contextualizando o conflito e a documentação, intentando situar o leitor diante do objeto da tese – as violações impunes de direitos humanos e humanitários nos TPO e suas interpretações. O capítulo inicial está estruturado a partir de uma abordagem que parte do geral para o específico, operando uma breve revisão da bibliografia, parte

da qual é retomada e aprofundada no capítulo três para interpretar as fontes. Começa com um panorama interdisciplinar do contexto global da “modernidade”, apresentando alguns fatos mais relevantes e tendo como fio condutor ou linha narrativa o surgimento e as violações dos direitos humanos, o colonialismo e a difusão da intolerância e violência. Na sequência, o contexto regional médio-oriental é abordado de forma cronológica, partindo-se do Mandato Britânico da Palestina e chegando até a mais recente “Guerra contra o Terror”. Emoldurado o quadro global e regional, os acontecimentos locais são então priorizados e historicizados, enfatizando-se a trajetória do movimento nacional judaico (sionismo) e os principais acontecimentos relacionados ao Estado e à ocupação israelense.

O segundo capítulo começa com uma contextualização e apresentação das principais organizações internacionais e locais, que relataram sobre violações de direitos humanos e humanitários na Palestina/Israel e cuja documentação é analisada. O objetivo é tipificar as fontes, diferenciando-as. Feito isso, na sequência, são apresentadas suas principais considerações a partir de um recorte cronológico tripartite baseado na periodização da ocupação israelense proposta por Neve Gordon (2008), que identifica um período ou paradigma inicial que vai até 1987, quando a Primeira Intifada explicita seu fracasso e marca o início de uma mudança de política, que é consolidada com o segundo levante palestino. Contextualizados e apresentados os principais pontos dos relatórios, ao final do capítulo a seleção dessa documentação em detrimento de outras é justificada, sendo feita também uma crítica geral das fontes.

Então, no terceiro e último capítulo, parte-se para a apresentação da bibliografia específica e geral, que é feita simultaneamente à sua contraposição com as fontes. Assim, são analisadas possibilidades interpretativas para compreender as violações descritas nos relatórios. Mas, não só os possíveis sentidos dos apontamentos repetitivos presentes na extensa massa documental foram inquiridos a partir de chaves teóricas, como estas foram reavaliadas com base no cruzamento dos intérpretes entre si e destes com as fontes. Dividimos o capítulo em blocos argumentativos. Ele é iniciado relacionando a documentação com a três “forças históricas” base das etnocracias: nacionalismo e colonialismo, este associado à expansão do capitalismo. Tal contextualização mais geral, enfatizando a colonialidade do conflito e sua relação com as violações impunes, justamente nos permite passar a um nível mais específico da análise que é compreender os relatórios a partir da constituição do Estado de Israel como uma etnocracia, que mantém vigente a exceção legal para avançar na

“judaização” do território disputado com os palestinos. O conceito de Yiftachel permite ainda articular as considerações dos demais autores. O segundo bloco parte das discussões mais gerais acerca da exceção legal na modernidade para, na sequência, abordar a bibliografia específica sobre a vulnerabilidade palestina e a relação da ocupação israelense com a legalidade. Dado o volume considerável de autores que versam sobre esses pontos, foi feita mais uma subdivisão. Inicialmente são apresentadas interpretações de diferentes autores sobre a ocupação, o sistema e a exceção legal nos TPO. Na sequência, partindo dessas considerações, aborda-se a relação entre as colônias, os postos avançados e a exceção legal, na medida necessária para se compreender a vulnerabilidade da vida palestina. Dada a contradição parcial entre a bibliografia geral, reforçada pela leitura das fontes, e as ponderações específicas de Lisa Hajjar (2005) e Neve Gordon (2008), contrapomos esses teóricos aos outros e aos fatos em um subcapítulo à parte (“Os paradigmas da ocupação israelense e a exceção”), que termina de esmiuçar a questão da impunidade dos crimes cometidos contra palestinos e suas propriedades nos TPO. O último bloco argumentativo versa sobre as operações repressivas israelenses, compreendendo a morte impune e punições coletivas de palestinos como parte de uma doutrina secular (Muralha de Ferro), que implica em terrorismo de Estado. Sempre que necessário o leitor deve retornar a essa breve apresentação da estrutura da tese para se situar em sua leitura.

Há outros problemas que motivaram a pesquisa, para além daqueles já ditos - no caso, averiguar o que os relatórios nos dizem sobre a fragilidade da vida humana nos TPO; como eles sustentam ou refutam interpretações dadas aos fatos; e como podemos relacionar a situação local a categorias mais gerais relativas à modernidade, como campo e homo sacer. Dessa forma, surgiram questões como: As reflexões mais gerais de Giorgio Agamben (2004; 2007) e de outros acerca da vida nua na modernidade são pertinentes para a compreensão do caso palestino? As definições de “terrorismo estatal” (WILKINSON, 1979) ou “prática social genocida” (FEIERSTEIN, 2011) podem ser relacionadas à doutrina da Muralha de Ferro jabotinskyana (SHLAIM, 2004; MAOZ, 2009) na interpretação da doutrina de segurança israelense, com suas operações militares? Em que medida o conceito de etnocracia pode colaborar para a articulação entre as reflexões mais abrangentes e específicas? As reflexões de Raja Shehadeh e Jonathan Kuttab (1980), David Kretzmer (2002), Lisa Hajjar (2005), Oren Yiftachel (2006), Eyal Weizman (2007), Idith Zertal e Akiva Eldar (2007) e Neve Gordon (2008)

acerca do Estado e das políticas israelenses para os TPO se sustentam a partir da documentação?

Esperamos ter chegado a respostas satisfatórias para pelo menos algumas dessas questões e averiguado com sucesso as duas principais hipóteses da pesquisa, mencionadas mais acima. Sintetizando as descobertas, constatou-se que apesar de limitações pontuais a relatoria de direitos humanos feita pelas várias organizações locais e globais constitui um acervo imprescindível para a compreensão da ocupação, que não só sustenta as hipóteses formuladas como suscita críticas pontuais à parte da bibliografia, especificamente Neve Gordon e Lisa Hajjar. A conclusão geral a qual chegamos pode ser assim resumida: “Os palestinos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia vivem em uma situação de exceção legal desde ao menos 1967, sendo pertinentes os conceitos de campo para definir os TPO e *homo sacer* para entender a vulnerabilidade de suas vidas e propriedades, que estão nuas, à mercê do poder soberano, este que frequentemente emprega força desproporcional e indiscriminada em operações passíveis de serem enquadradas nas definições mais gerais de terrorismo de Estado, senão ‘prática social genocida’, pois visam justamente atingir a população civil e reformular suas relações sociais, diminuindo seu ímpeto de resistência, facilitando assim o projeto etnocrático de ‘judaização’ da Palestina/Israel. A vulnerabilidade da vida está assim relacionada a um projeto político marcadamente conflitante com o DIH e o DIDH, que deve manter uma ‘fachada democrática’ durante sua operacionalização, dificultando a própria compreensão dos fatos. É dessa contradição que emergem os relatórios críticos, inclusive de ONGs israelenses que não corroboram o projeto hegemônico e brutal de desumanização, desapropriação e opressão dos palestinos.”. Em suma, não obstante as variações nos dispositivos de controle operados pela ocupação israelense desde 1967, a população palestina e suas propriedades estão legalmente desprotegidas e expostas à violência soberana, com ainda mais ênfase no novo milênio.

Poderíamos ter descartado boa parte das considerações e problemas suplementares e nos restringido ao que é crucial para reforçar a presente tese. No entanto, as conclusões contundentes as quais chegamos e a especificação da exceção legal em vigor na Palestina/Israel demandaram que em sua demonstração seguissemos um caminho mais demorado, apresentando primeiro uma narrativa das violações contidas na documentação e depois uma exposição teórica mais demorada, tortuosa e complexa ao recorrer a tantos autores quanto possível para além daqueles que permitiriam uma defesa mínima por apresentarem os conceitos centrais. Ademais,

interpretações dúbias quanto à legalidade nos TPO ou “judicialização da ocupação” (Lisa Hajjar) nos exigiram uma refutação demorada, pois justamente estamos a apresentar uma antítese a elas. Nesse sentido, se Neve Gordon (2008) afirma categoricamente e Lisa Hajjar (2005) sugere que as categorias agambeanas de campo e homo sacer se aplicariam à realidade dos TPO somente no novo milênio, as fontes e outros autores sustentam sua adequação conceitual aos fatos locais, desde ao menos 1967.

De todo modo, ao optar por essa exposição mais demorada e detalhada estamos cientes dos riscos de exasperar ou dispersar a atenção do leitor. Devemos confessar que, também escolhemos não resumir ainda mais a argumentação ao mínimo necessário, mas manter um volume considerável de fontes e de bibliografia no corpo do texto – não raro de forma até redundante - justamente por sabermos se tratar de tema polêmico, que não deixa muita margem para ponderações objetivas, mas pelo contrário está eivado de manifestações políticas nada dialéticas, pois preconceituosas, irredutíveis e que tentam deslegitimar teses contrárias a interesses e visões políticas reificadas, inclusive por meio de ataques pessoais. Não obstante, tivemos uma preocupação de facilitar a leitura e com a estética do texto, refletindo-se no fato de que muitas informações importantes, porém suplementares, foram colocadas como nota, a fim de tornar a leitura mais fluida e evitar rupturas às vezes demasiado longas. O relato narrativo das violações no segundo capítulo, com a documentação disponibilizada em anexo, também integra esse esforço narrativo, além de reforçar a pertinência das interpretações feitas na sequência, quando são apresentadas sínteses conceituais que por sua vez tornam as violações compreensíveis em sua sistematicidade.

Antes de passarmos à tese propriamente dita, cabem alguns esclarecimentos pontuais. Aceita-se aqui o convite feito por Radha D’Souza em um capítulo da coletânea “Epistemologias do Sul” para que os pesquisadores explicitem seus locais de fala ou seus interesses por trás das incursões que realizam nos campos dos saberes. O presente projeto visa contribuir para reforçar os altissonantes, porém atualmente ineficazes, instrumentos internacionais que pretendem assegurar o mínimo de dignidade humana. É motivado por uma preocupação com a barbárie contemporânea e solidariedade com o ser humano como ser humano, e não como membro de uma etnia, raça ou religião determinada. Pretende-se denunciar mais essa manifestação de barbárie e paralelamente contribuir para o campo das “epistemologias do sul” e seus esforços gerais de descolonização e constituição de uma “ecologia de saberes”. Mais

especificamente, esclarecer acerca da violência e dominação brutal atualmente em curso na Palestina/Israel, cuja continuidade ininterrupta ameaça a legitimidade dos instrumentos internacionais garantidores da dignidade humana, tidos por nós como avanços conseguidos até então pela humanidade, mas que precisam ser concretamente efetivados.

Como a presente tese está inserida em um campo interdisciplinar, recorre a contribuições de pensadores situados em diferentes áreas das humanidades. Mais especificamente, a pesquisa se inscreve nos trabalhos desenvolvidos pelo Diversitas (“Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos), que agrega pesquisadores ligados à USP e a outras instituições e concentrados em temas como conflitos, direito à vida e à liberdade e à diversidade. Busca-se contribuir não só para os estudos específicos do conflito na Palestina/Israel, mas sobretudo para a compreensão da intolerância e violência contemporâneas, com a negação respectiva dos direitos afirmados e reafirmados em diferentes documentos internacionais. Ao inserir o caso particular no âmbito da exceção legal como paradigma oculto da modernidade estamos apontando a fragilidade e a necessidade de reconfiguração das atuais estruturas nacionais e internacionais de proteção da dignidade humana.

Sobre nossas fontes de pesquisa, tratam-se de relatórios pertencentes tanto ao âmbito do direito internacional dos direitos humanos (DIDH) quanto ao direito internacional humanitário (DIH). Se a manutenção da ocupação implica em violações constantes de vários direitos humanos, ela em si está regulamentada pelo direito humanitário, que também contempla operações militares. Para fins de diferenciação, o objeto de ambas as legislações é semelhante (a proteção da vida humana) e em alguns pontos elas versam sobre os mesmos pontos (como a interdição aos maus-tratos e tortura e o tratamento dado a prisioneiros). Contudo, enquanto o DIH se aplica a situações de guerra e de ocupação militar (caso da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, ainda que Israel o negue), fundando-se na distinção entre alvos legítimos e ilegítimos e objetivando reduzir o sofrimento causado pela beligerância, o DIDH deve vigorar tanto em situações de guerra quanto de paz, visando proteger a dignidade humana. Retomaremos esse ponto já no primeiro capítulo.

Quanto ao título da tese, ele é intencionalmente abrangente, especialmente no que se refere a seu recorte temporal e espacial. A questão da impunidade é relativa à vulnerabilidade dos palestinos, à forma como suas vidas e propriedades podem ser retiradas sem repercussões legais. Quanto ao espaço recortado, preferimos “palestinos

vivendo sob ocupação”, pois recorremos constante e simultaneamente a duas terminologias ou espacialidades distintas. Palestina/Israel ou Israel/Palestina foi tomada de empréstimo de Oren Yiftachel e é utilizado de forma intercambiada ao longo do texto para se referir ao recorte espacial mais amplo e complexo do conflito (o antigo território do Mandato Britânico), não ferindo nenhuma sensibilidade nacional. Já a expressão “Territórios Palestinos Ocupados” (TPO) – alusiva exclusivamente à Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental tal qual definido pela Resolução 242 da ONU - figura na documentação, sobretudo posterior aos anos 1980, quando passa a substituir “Territórios Ocupados” (TO) - que inclui também o Sinai e Golã e continua a ser utilizado em alguns documentos -, ocorrendo essa especificação concomitantemente ao reconhecimento internacional dos direitos nacionais palestinos. Cabe notar que, como um etnocracia - Estado dominado por um grupo étnico que mobiliza suas instituições para se apropriar de um território disputado (YIFTACHEL, 2006) – Israel não tem fronteiras definidas, sendo a “judaização” dos TPO a continuidade do projeto sionista de colonização da Palestina (termo este alusivo ao recorte espacial anterior ao sionismo). As próprias colônias refletem essa espacialidade difusa, pois embora estejam nos TPO, para o governo israelense seus habitantes são cidadãos situados na “Judea” e “Samaria” (ao invés de Cisjordânia), que não são “territórios ocupados”, mas “administrados”. Ademais, referir-se de forma mais abrangente à Palestina/Israel ao menos nos lembra que a fragilidade da vida e das propriedades palestinas não se restringe somente aos TPO, remetendo a outras manifestações de territorialização e desapropriação etnocráticas, como a negação dos refugiados de 1948 e a restrição espacial dos “palestinos de 1948” ou “árabes israelenses” e dos beduínos no deserto do Negev – embora não sejam temas aqui abordados.

Em síntese, embora nosso objeto específico seja as violações de direitos humanos e humanitários nos TPO, bem como suas possíveis interpretações, não colocamos essa referência espacial no título, pois para sua compreensão temos que, necessariamente, abordar uma realidade espacial mais abrangente, dado que o conflito não pode ser resumido e entendido somente a partir da Faixa de Gaza e Cisjordânia. Assim, são feitas alusões a distintas espacialidades, como os territórios situados nas fronteiras israelenses anteriores à Guerra de 1967 e aos países vizinhos, como o Líbano. Narrar as operações contra esse país em especial permite ainda paralelos com a política securitária implementada nos TPO no novo milênio, ajudando-nos a avaliar não só a especificidade da vida nua e desses territórios como “campo”, mas também a

pertinência conceitual da “Muralha de Ferro” e da definição das operações israelenses como “terrorismo de Estado” ou “prática social genocida”. Dessa forma, devemos descolonizar as definições simplificadoras de Cisjordânia e Gaza como espaços em disputa redutíveis meramente ao sentido jurídico institucional de “territórios ocupados”, pois são antes de tudo resquícios de uma territorialidade definida pelo exercício da prática etnocrática israelense, que acaba por manter a condição de vida nua ou homo sacer ao tornar a população palestina legalmente desprotegida e alvo de todo tipo de arbitrariedade.

Ou seja, na esteira de Yiftachel, a espacialidade do conflito (Palestina/Israel) deixa de ser localizável e redutível geográfica e legalmente a partir de categorias simples (Israel em oposição aos TPO), à medida que alude a uma definição espacial de relações de desapropriação e imensa brutalidade, constituindo o espaço de exercício do poder etnocrático, que justamente rejeita a definição de fronteiras. Evidência disso é que as leis em vigor ou ausência delas são determinadas a partir do território e das instituições israelenses. Portanto, a espacialidade do conflito não está definida no título de forma direta e assim permite uma exposição mais abrangente, mesmo porque o próprio Estado de Israel não segue a definição internacional de TPO e disputa a ampliação desse território, estando em constante expansão. Então ora falamos de Israel/Palestina ora dos TPO especificamente, considerando se tratar de diferentes porções de um mesmo território em litígio, que se constitui em um espaço de exercício de relações assimétricas de poder, dominação e resistência.

Cabe ainda observar que, a definição final do território israelense (se o Grande Israel ou as fronteiras anteriores a 1967) está em disputa inclusive dentro do universo israelense-judaico, o que pode ser entendido também a partir das contraforças democratizantes das etnocracias (“sociedade civil” pautada pelo “regime moral internacional” que não compactua com essa lógica de poder). Sobretudo após os bombardeios contra Gaza entre 2008 e 2009, que provocaram duras críticas internacionais a Israel, esses grupos estão sendo reprimidos pelos atuais governos revisionistas e por parcelas radicalizadas da sociedade, que têm cerceado a liberdade de atuação de entidades contrárias à ocupação e perseguido dissidentes (SHALEV, 2014). Portanto, Yiftachel reconhece que há tensões no próprio grupo dominante que deveria ser contemplado pelo projeto hegemônico da etnocracia em questão, como fica nítido nas ponderações críticas de autores israelenses como ele próprio e no enorme volume de

informações contra-hegemônicas geradas pelas organizações israelenses cujos documentos nos serviram de fonte.

Da mesma forma que no título da presente tese suprimimos uma definição espacial mais precisa, justamente pela complexidade da espacialidade que há pouco abordamos, também não recortamos especificamente a temporalidade do objeto. Embora a relatoria que analisamos comece de fato a partir da ocupação de Gaza e da Cisjordânia, em 1967, e este seja o nosso recorte temporal privilegiado, as chaves teóricas do colonialismo, colonialidade e etnocracia nos demandam uma abordagem temporal diacrônica para a compreensão dos fatos, que de todo modo não poderiam ser adequadamente interpretados sem um olhar histórico com sua devida contextualização. Nesse sentido, embora não tenhamos discorrido tanto quanto possível sobre as implicações da questão dos refugiados palestinos de 1948, dos “árabes ou palestinos israelenses” e outros fatos anteriores a 1967 – cujo aprofundamento deve constituir objeto de outras teses -, abordamos esses temas na medida em que contribuem para a compreensão da vulnerabilidade e impunidade vigentes nos TPO. Inclusive, iniciamos o enquadramento do conflito no primeiro capítulo justamente a partir do nascituro do movimento sionista e da expansão da colonização europeia pelo globo, objetos estes retomados na interpretação das fontes como parte das chaves teóricas utilizadas para interpretar as violações do DIH e do DIDH em Gaza e na Cisjordânia. Destarte, estamos alinhados com a definição proposta por André Gattaz (2003) dos diferentes episódios do conflito como partes da mesma guerra anticolonial, “a Guerra da Palestina”.

2. Contextualização do conflito e das violações de direitos humanos e humanitários

Uma abordagem adequada do conflito e das violações de direitos humanos e humanitários na Palestina/Israel demanda inicialmente uma contextualização global, regional e local dos séculos XIX, XX e XXI. Este capítulo está subdividido de forma a recortar nosso objeto e facilitar a leitura. Parte-se do global, passa-se pelo regional e chega-se até o local, tributário de maior atenção e, portanto, subdividido a partir de um recorte cronológico.

Como o capítulo visa contextualizar o conflito e as violações, contradições da bibliografia acerca de fatos específicos foram discutidas em notas finais, tornando a leitura mais fluida. Note-se que, o objetivo aqui não é esgotar as relações entre as dimensões temporais e espaciais, que serão retomadas e aprofundadas na interpretação dos relatórios de direitos humanos e humanitários a partir da bibliografia geral e específica. Apenas buscamos situar a vulnerabilidade palestina (explicitada no segundo capítulo referente às violações de direitos) nas balizas temporais e espaciais que permitirão sua posterior interpretação. Tal exercício introdutório também ilumina e situa a origem dos relatórios de direitos humanos e humanitários produzidos por diferentes organizações, que constituem a principal fonte de pesquisa.

2.1. O mundo contemporâneo: um olhar a partir da afirmação e das violações de direitos humanos e humanitários

Se as atrocidades praticadas em Israel/Palestina são específicas em muitos sentidos, elas integram a faceta sombria da modernidade como princípio geral e se apresentam mais como a regra do que suposta exceção em uma idealizada marcha geral da humanidade rumo ao progresso e humanização. O mesmo raciocínio de Zygmunt Bauman (1998) concernente ao Holocausto se aplica a nosso objeto médio-oriental: ambos se constituem em combinações únicas de elementos comuns e difundidos nas relações sociais e políticas contemporâneas.

Do final do século XVIII em diante houve diversos esforços para idealizar e normatizar as relações entre os Estados e destes com seus cidadãos, a exemplo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da criação da Liga das Nações e, posteriormente, da Organização das Nações Unidas (ONU). Fato é que, após a barbárie

praticada durante o colonialismo e as guerras mundiais, destacando-se a Segunda, os direitos humanos e humanitários foram gradativamente codificados e assumidos em âmbito global como meio de salvaguardar a dignidade humana, com os mais diversos países se comprometendo a respeitá-los e implementá-los (inclusive alterando suas constituições a partir desse “mínimo ético aceitável”). Multiplicaram-se então as declarações e tratados de caráter internacional, a exemplo da seminal Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (doravante DUDH), das quatro convenções de Genebra (1949) e de todos os instrumentos internacionais (declarações, tratados e convenções) de proteção que se basearam na DUDH e a sucederam, especificando os direitos a serem garantidos e protegidos.

Não obstante os primeiros esforços no final do século XIX início do século XX - como a fundação da Cruz Vermelha e da Organização Internacional do Trabalho, as Convenções de Haia e os primeiros tratados sobre refugiados -, o Direito internacional humanitário (DIH) e o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), este conjugando os direitos civis e políticos e econômicos, sociais e culturais, só se consolidam efetivamente no pós-Segunda Guerra com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo em resposta às atrocidades e horrores praticados pelo nazismo ao destruir vidas humanas, tornadas descartáveis diante do condicionamento da titularidade de direitos à pertença racial².

O DIH ou “direito de guerra” objetiva reduzir os sofrimentos oriundos dos conflitos, restringindo meios, armas e métodos de combate e protegendo locais e pessoas não envolvidas ou que deixaram de se envolver nas hostilidades. O DIH como conjunto de normas reunidas em tratados e convenções, mas também princípios gerais e costumes aceitos pelos Estados como obrigações legais, integra o “direito internacional”, por sua vez constituído por acordos entre Estados e que regulamenta suas relações. Se as origens modernas do DIH remontam a pelo menos os anos 1860, quando foi fundado o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e aprovada uma convenção sobre feridos em batalha, é em meados do século XX, mais especificamente em 1949, que é sistematizado, por meio das quatro Convenções de Genebra, que resgatam e revisam pontos estipulados em documentos anteriores, como as Convenções de Haia, de 1907. Em 1977, as convenções de Genebra são desenvolvidas e complementadas por meio de dois acordos, os “Protocolos Adicionais”, além de outros aprovados um pouco antes e depois³. Cabe notar que, o DIH se aplica de forma uniforme apenas a conflitos armados internacionais e internos (situação nos TPO), não

considera quem iniciou as agressões, não vigora para distúrbios internos, tampouco regulamenta se cabe ou não a um Estado utilizar a força. Sobre sua aplicação, os Estados signatários das convenções estão obrigados a não só evitar e punir sua violação (crimes de guerra e contra a humanidade), mas promover o DIH, educando suas forças armadas e o público em geral (CICV, 1998). No âmbito extraestatal, a Cruz Vermelha exerce a função de guardiã ou monitora, derivando seu mandato das Convenções de Genebra; ONGs como a Human Rights Watch (HRW) e a Anistia Internacional (AI) investigam e denunciam violações por meio de relatórios específicos; e foram criados tribunais para casos específicos, além do permanente Tribunal Penal Internacional, com base no Estatuto de Roma (1998), que inclusive recebeu uma denúncia encaminhada pela AP em 2014.

Quanto à relação entre DIH e DIDH, eles têm desenvolvimento, normatização e aplicação distinta, não obstante partilharem de algumas normas e objetos e não se inviabilizarem reciprocamente, pelo contrário. O segundo se aplica em tempos de paz e prevê a suspensão de alguns de seus dispositivos em tempos de conflito. Conforme Luciana Coconi (2010, p. 57; 50-52),

[...] o direito internacional humanitário é o conjunto de normas que busca proteger as pessoas em tempos de guerra, tanto aquelas que participam das hostilidades quanto aquelas que não participam das mesmas, seja porque deixaram de fazê-lo seja porque são civis. Seu principal objetivo é limitar e evitar o sofrimento humano em tempos de conflito armado. Estas normas se aplicam em caso de conflito armado internacional, guerra civil (conflito interno) e em caso de ocupação (artigos 2 e 3 Convenções de Genebra), e devem ser respeitadas não somente pelos governos e suas forças armadas, mas por todas as partes em conflito. Os principais instrumentos internacionais de direito humanitário são as quatro convenções de Genebra de 1949 e os Protocolos Adicionais de 1977 [...] as normas do direito internacional dos direitos humanos protegem as pessoas diante do Estado a qualquer momento [...] Porém, não se trata de compartimentos estanques, já que esses conjuntos de normas estão intimamente relacionados. Assim, podemos encontrar direitos que pertencem somente ao direito internacional humanitário, direitos que pertencem ao direito internacional dos direitos humanos, e direitos que pertencem a ambos os grupos do direito internacional [...] por terem uma finalidade semelhante] a proteção da pessoa humana, ainda que os ‘dois blocos convencionais pertençam a dois sistemas jurídicos distintos, cada um com seus próprios fundamentos e mecanismos, aplica-se o direito internacional humanitário às situações de conflito armado, sem o prejuízo de que – e esta é uma observação crucial – os direitos humanos sigam sendo aplicáveis em toda situação de uma maneira concorrente’.

Já sobre o DIDH, seu objetivo primordial é a construção de um referencial ético a orientar a humanidade, manter a paz⁴ e proteger a dignidade humana, mormente face aos Estados como principais violadores, mas também garantidores de direitos. Contra a barbárie, que tornou vidas supérfluas e matáveis, buscou-se afirmar a lógica do razoável

e o valor absoluto intrínseco às pessoas humanas, vistas como insubstituíveis e únicas que devem ser tratadas como fim em si ou fonte do direito⁵. Na base de tudo, a dignidade humana assentada na autonomia e em outros princípios kantianos como moralidade, dignidade, direito cosmopolita e paz perpétua. Partindo desse referencial, vislumbrou-se e ainda está em codificação um sistema de proteção internacional, voltado a evitar uma repetição das monstruosas violações praticadas. Além da ONU, organizações regionais e não governamentais integraram esses esforços de garantia de direitos a todos as pessoas, que se tornaram o foco da atenção internacional, com a “dignidade humana” firmando-se como “princípio absoluto e universal” limitador das soberanias nacionais (PIOVESAN; MEDEIROS; VIEIRA, 2008).

Seguindo Sidney Guerra (2011, p. 95-96), a criação e efetivação do DIDH estão intimamente relacionadas à aceitação internacional da subjetividade, igualdade e identidade universal dos indivíduos como pessoas humanas, possuidoras de direitos por sua própria existência e não em decorrência da pertença a determinado grupo, discernindo-se dos princípios do direito internacional clássico, que desconhecia o indivíduo como sujeito de direito internacional e se fundamentava nos princípios de reciprocidade, exclusividade da competência nacional, reversibilidade de compromissos e não ingerência em assuntos nacionais alheios (sistema westfaliano). A codificação do DIDH ocorreu “[...] principalmente pelo fato de o próprio Estado ser o maior violador desses direitos.” e sob a pressuposição de que “[...] a sociedade internacional forma um todo e os seus interesses predominam sobre os dos Estados individualmente.”, implicando em uma ressignificação da soberania e autonomia absoluta dos Estados⁶. Reformulando as constituições e os âmbitos legais nacionais e implicando em uma profunda mudança nas relações internacionais e no comportamento dos Estados e atores sociais, o DIDH estaria acomodando as tensões em “padrões primários supranacionais”, apresentando-se como um “[...] instrumento vital para a uniformização, o fortalecimento e a implementação da dignidade da pessoa humana.”.

Guerra (2011, p. 73-78) recorta três grandes momentos de instauração da proteção internacional⁷. Primeiro, uma etapa normativa, indo do final da Segunda Guerra ao início dos anos 1960, quando os direitos humanos são internacionalizados por meio da Carta da ONU e da DUDH⁸ e o processo de descolonização é acelerado. Segundo, até a queda do Muro de Berlim, os direitos humanos passam por uma etapa de construção institucional, com o surgimento de órgãos e mecanismos de controle e efetivação dos direitos assegurados em diferentes documentos – são criados os comitês

de direitos humanos, de prevenção do racismo, contra a tortura, para eliminação da discriminação contra as mulheres, além dos sistemas regionais. Terceiro, do término da Guerra Fria em diante⁹, o final da bipolaridade teria sido alvissareiro para uma maior cooperação internacional e implementação dos direitos humanos em âmbito global, sendo o desenvolvimento normativo complementado em outras áreas como infância, direito dos povos e minorias, administração da justiça, tornando-se as conferências mundiais de direitos humanos encontros massivos, reunindo entidades governamentais e não governamentais.

No centro desse sistema está a ONU¹⁰, fundada para proteger as futuras gerações do “flagelo das guerras”; manter a paz e segurança internacionais; fomentar relações amistosas entre Estados e povos baseadas no reconhecimento da igualdade e do princípio da autodeterminação; desenvolver a cooperação para resolução de problemas comuns (econômicos, culturais, humanitários); e, por fim, estimular o respeito aos direitos humanos. Gradativamente, as ações da ONU de promoção e proteção dos direitos humanos teriam se tornado mais importantes e abrangentes, atuando a organização dentre outras coisas como “consciência mundial” ao estabelecer um conjunto de normas de comportamento a serem seguidas pelos países e centrar a atenção da comunidade internacional em situações de infração, tendo como plenária sua Assembleia Geral (AG-ONU). Além de “consciência mundial”, a organização tem atuado no âmbito do DIDH como: centro de informações e estudos, compilando e divulgando informações e dados e indicando políticas, práticas e instituições capazes de aprimorar o respeito aos direitos humanos; legisladora, impulsionando sua codificação nas diferentes áreas; vigilante ou protetora, fiscalizando sua implementação e respeito como por intermédio da Comissão de Direitos Humanos (CDH-ONU)¹¹, atualmente Conselho, dos guardiões do PIDCP e PIDESC e de outros tratados, das relatorias especiais e dos grupos de trabalho ou comunicando diretamente Estados onde uma transgressão é iminente; como centro nevrálgico, com o alto comissariado de direitos humanos recebendo mais de cem mil denúncias anualmente; e como instância de apelação, investigação e diplomática. Concomitantemente, para a universalização e proteção dos direitos humanos concorrem sistemas regionais, organizações não governamentais e conferências mundiais¹² (GUERRA, 2011, p. 79-84).

Em suma, seguindo os passos de Norberto Bobbio, Flávia Piovesan, Ana Letícia Medeiros e Oscar Vieira (2008) afirmam que a “Era dos direitos” tem seu alicerce maior nesse sistema internacional de proteção dos direitos humanos, gradativamente

consolidado e que conformou uma arquitetura protetiva internacional, compreendida por instituições, procedimentos e mecanismos voltados à salvaguarda da dignidade humana, sendo esta o “[...] paradigma e referencial ético, verdadeiro superprincípio a orientar o constitucionalismo contemporâneo nas esferas local, regional e global.”. Como invenção humana e contínuo processo de construção e reconstrução, em um espaço simbólico de ação social, seriam direitos que surgem quando devem e podem surgir, compondo uma “racionalidade de resistência”, uma “plataforma emancipatória”, e traduzindo esforços de consolidação de espaços de luta pela dignidade humana. Em face da brutalidade humana, seria uma construção consciente vocacionada a evitar sofrimentos e assegurar a dignidade das pessoas. A solidificação e ampla aceitação desse sistema normativo internacional influenciou o “direito constitucional ocidental”, que de forma geral passou a incorporar e se orientar pelo valor da dignidade humana. Em decorrência, emergiu uma espécie de “vertente de constitucionalismo global”, traduzida em aparatos internacionais de garantia dos direitos fundamentais e limitação do poder dos Estados frente a suas sociedades¹³. Logo, as relações entre governantes e governados, deixaram de ser problema meramente de jurisdição doméstica, tornando-se tema de legítimo interesse internacional. A ambição normatizadora da sociedade global se tornou importante critério da legitimidade dos países, cuja soberania fora parcialmente relativizada em prol da possibilidade de intervenção nas esferas outrora restritas aos Estados-nacionais particulares a fim de assegurar um “mínimo ético irreduzível” (PIOVESAN; MEDEIROS; VIEIRA, 2008).

André de Carvalho Ramos (2005, p. 59-67) destaca a influência generalizada do DIDH, afetando todos os ramos do direito, e que os Estados gradativamente foram aceitando a limitação de suas soberania devido à crescente dependência de enfrentamento multilateral de problemas transfronteiriços ou globais. Um exemplo é a internacionalização do direito ambiental, que seria motivada como fim em si, por uma necessidade prática já que a degradação em um Estado afeta habitantes do planeta inteiro. Por outro lado, a adesão de diferentes Estados a obrigações jurídicas, tratados específicos de direitos humanos e tribunais internacionais, submetendo suas políticas internas à averiguação internacional, é explicada a partir de seis grandes motivos¹⁴ com influência distinta para cada país, destacando-se o anseio dos governos em adquirirem legitimidade política na arena internacional, distanciando-se de violações presentes e pregressas.

Entretanto, o avanço dos direitos humanos e humanitários não foi linear nem

absoluto¹⁵. Lynn Hunt (2009) sublinha que, pouco depois da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” ter sido proclamada em 1789, afirmando a igualdade de direitos e as liberdades individuais dos “cidadãos”, foi instituído um governo (“Terror”) que suprimiu esses mesmos direitos e da suposta universalidade inicialmente foram excluídos significativos segmentos, como pobres, minorias religiosas, mulheres, escravos, crianças, “insanos”, prisioneiros e estrangeiros. Fato é que, até hoje a miséria e o “subdesenvolvimento” são marcas de um passado recente de injustiças e direitos fundamentais (como o direito à vida, liberdades mínimas e a distinção entre combatentes e civis) são ignorados em várias localidades do orbe terrestre, inclusive na Palestina/Israel. Assim, é lugar comum entre os estudiosos do DIDH reconhecer que, após a criação da ONU em 1945 e a generalização da aceitação da DUDH, com seu detalhamento posterior em vários instrumentos específicos, a principal meta já não é mais buscar um fundamento último filosófico-transcendental para justificar a dignidade humana. “[...] O grande desafio é político, jurídico e social, ou seja, buscar a efetivação e a garantia dos direitos já assegurados, sem prejuízo da possibilidade do surgimento dos novos direitos. É garantir que esses direitos não continuem a ser violados e anulados.” (CADEMARTORI; GRUBBA, 2012). A mesma constatação perpassa as conclusões das conferências mundiais de direitos humanos.

Para exemplificar esse necessário contraponto ao suposto “avanço civilizacional”, ou a enormidade do desafio que é efetivar os direitos já teoricamente assegurados, basta mencionar os casos mais alarmantes que vieram à baila desde o final do XVIII, quando a partir das reflexões iluministas iniciaram as tentativas de estabelecer direitos inerentes a todos os seres humanos. Em nome da civilização incontáveis atrocidades foram perpetradas no “Sul Global”, “Terceiro Mundo” ou “periferia do capitalismo” pelo imperialismo e colonialismo europeu, mesmo após a DUDH. Durante e depois da Segunda Guerra, em nome de ideologias de “pureza racial” ou étnica e da constituição do “novo-homem” e de “cidades perfeitas”, milhões foram esterilizados, excluídos e exterminados, além de estupros coletivos. Durante a Guerra Fria, a oposição das superpotências foi transferida para esses territórios e traduzida em enfrentamentos violentos, tornando-se o palco privilegiado da Guerra Fria – vide as ditaduras na Indonésia e América Latina, as guerras de libertação e contra o apartheid na África, a crise dos mísseis em Cuba e os confrontos na Coreia, Argélia, Angola, Vietnã, Camboja, Afeganistão, Irã/Iraque e Líbano, além claro da Palestina/Israel.

Ao invés de marcar o “fim da história”, o fim da URSS foi seguido de massacres, limpezas étnicas e, mais recentemente, custosas invasões (em termos financeiros e de vidas humanas), legitimadas como “humanitárias” ou em nome da Guerra contra o Terror. Atualmente, em detrimento da “paz universal e permanente”, as indústrias armamentistas continuam produzindo a todo vapor, sendo os principais polos justamente os países com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Diante de tudo isso, as leis e instituições internacionais que regulam os conflitos e os direitos humanos têm sido corriqueiramente ignoradas, com as potências e aliados estratégicos não sendo responsabilizados pelas violações cometidas contra as populações do “hemisfério sul”, por mais flagrantes que sejam (ALI, 2002; CHOMSKY, 2006; FALK, 2009; 2012; LOSURDO, 2010; SANCHEZ, 2008).

Assim como Arjun Appadurai (2010), Richard Falk (2009, p. 1-2) igualmente identifica tanto os avanços quanto as ameaças representadas pela globalização. Estaria disseminada uma crescente preocupação com a vulnerabilidade humana, que seria em grande medida ignorada pelas potências e diante da qual os Estados mais fracos seriam impotentes. Individual e coletivamente viveríamos um conjunto de riscos e medos ambientais, econômicos, sociais e políticos apontando para a precariedade da existência humana, o que explicaria parcialmente o crescimento das religiões e de nacionalismos radicalizados oferecendo certezas, direcionamento e consolo diante das incertezas cotidianas e da descrença nas benesses supostamente intrínsecas ao “progresso” tecnológico. Os sentimentos de risco, desespero e ressentimento encorajariam o fechamento para o outro, manifestado nos condomínios fechados nas cidades, na xenofobia e nas demandas de proteção da soberania nacional por meio de “muros, barreiras, deportações e filtragens raciais”, em detrimento dos direitos humanos, tudo isso com ainda mais força após o 11 de Setembro. A natureza abstrata dos direitos humanos facilitaria hipocrisias, como declarações fervorosas de adesão acompanhadas das mais gritantes práticas de exclusão, garantindo uma fachada legitimadora aos Estados modernos “[...] que esconderia bem suas profundas estruturas de injustiças, abusos e exploração.”.

Exemplifica a profusão das violações durante e após a Guerra Fria uma campanha global contra assassinatos extrajudiciais e desaparecimentos¹⁶ lançada pela AI nos anos 1990, denunciando essa prática bem como as violações de direitos humanos de uma forma geral e o uso desse referencial como “fachada legitimadora”. No documento introdutório dessa mobilização, intitulado “Conspiracy of Terror: political

killings and disappearances in the 1990s”, a organização menciona as mortes ocorridas em Gaza durante a Primeira Intifada assim como as vítimas de massacres na Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Indonésia, Uganda, Camboja, Argentina, Iraque, Afeganistão, Chade, Etiópia, Somália, Sri Lanka, Burundi, Tadjiquistão, Sudão, Quênia, Índia, El Salvador e Ruanda. Seriam vítimas não de guerras entre nações, mas de políticas governamentais repressivas contra opositores, grupos étnicos rivais, pessoas de certas localidades ou miseráveis. Portanto, mortes ordenadas ou toleradas por membros dos respectivos governos, que deveriam proteger essas pessoas, em contextos de conflitos nacionalistas, separatistas ou religiosos, acompanhadas da adoção do terrorismo por guerrilhas e Estados¹⁷. Aparatos e agentes de segurança estatais, frequentemente e por todo o mundo, tornariam protestos pacíficos em massacres ao utilizarem de força desmedida, com os relatos oficiais acusando os manifestantes pelo início da violência. Inclusive, os conflitos armados serviriam frequentemente de pretexto e contexto para assassinatos em massa pelas forças oficiais, com as mortes veementemente negadas ou justificadas como consequências inevitáveis das políticas de supressão, portanto de responsabilidade final dos insurgentes.

Portanto, tanto a campanha global da AI quanto seus anuários indiciam a ambivalência na “Era dos Direitos”, caracterizada tanto pela afirmação dos direitos humanos e humanitários e criação de instrumentos protetivos quanto por novas formas de violência dissimuladas pelos governos, que denotam a manutenção do potencial destrutivo dos Estados-nacionais (BAUMAN, 1998; APPADURAI, 2010; FALK, 2009; GIDDENS, 1991). Conforme Bauman (1998, p. 16; 30), o genocídio perpetrado pelo nazismo não resultou de uma sanha assassina coletiva ou se configurou em um desvio circunstancial de uma suposta marcha irrefreável da humanidade rumo à “civilização”. Pelo contrário, “O Holocausto foi um choque único entre as velhas tensões que a modernidade ignorou, negligenciou ou não conseguiu resolver e os poderosos instrumentos de ação racional e efetiva que o próprio desenvolvimento moderno fez surgir.”. Sobre seus desdobramentos, o autor foi pessimista: “[...] nenhuma das condições que tornaram Auschwitz possível realmente desapareceu e nenhuma medida efetiva foi tomada para evitar que tais possibilidades e princípios gerem catástrofes semelhantes.”. Portanto, o conflito na Palestina/Israel se insere em um contexto global marcado por atrocidades cometidas simultaneamente aos discursos e avanços legais na proteção humana.

O mundo dos campos de morte e a sociedade que engendra revelam o lado

progressivamente mais obscuro da civilização judaico-cristã. Civilização significa escravidão, guerras, exploração e campos da morte. Também significa higiene médica, elevadas ideias religiosas, belas artes e requintada música. É um erro imaginar que civilização e crueldade selvagem sejam antíteses... Em nosso tempo as crueldades, como muitos outros aspectos do nosso mundo, passaram a ser administradas de maneira muito mais efetiva que em qualquer época anterior. Não deixaram e não deixarão de existir. Tanto a criação como a destruição são aspectos inseparáveis do que chamamos civilização (RUBENSTEIN, 1978 apud BAUMAN, 1998, p. 27).

Vários autores reforçam essa perspectiva de um aprofundamento e continuidade da barbárie, em paralelo à afirmação dos direitos humanos. Para Eugène Enriquez (2001), “[...] o século XX, depois da grande carnificina de 1914-1918, será conhecido pelos genocídios.” e em seu transcurso foi conferido um princípio de legitimidade aos assassinatos em massa, com a humanidade passando a aceitar com mais facilidade o desaparecimento dos diferentes (o outro), sob justificativas de impureza, fraqueza ou força fantasmagoricamente imaginada. Eric Hobsbawm (1998, p. 268-269) compartilha dessa perspectiva ao afirmar que, durante a maior parte do século XX a barbárie se propagou e não há indícios de que esteja recuando. Conforme Hobsbawm (1998, p. 271-272), múltiplos fatores levaram ao declínio dos valores iluministas, desestabilizando parcialmente os pilares de sustentação dos direitos humanos. A Primeira Guerra seria o ponto de inflexão da “descida para a barbárie” e início da “era mais assassina da história”. Essa ambivalência da civilização e da modernidade pode ser exemplificada a partir do próprio conflito na Palestina/Israel, mais especificamente a limpeza étnica que em 1948 possibilitou a fundação de um Estado étnico judaico em um território até então habitado majoritariamente por palestinos.

Nessa contemporaneidade cingida pela contradição entre afirmação dos direitos humanos e barbárie, os atentados nos Estados Unidos (2001) e a resposta a eles (“Guerra contra o Terror”) reforçaram a segunda, ofuscando os avanços parciais da “dignidade humana” ao reintroduzir a ênfase nos conflitos e na segurança nacional e global, a ser garantida por meio da luta assimétrica e preemptiva de Estados soberanos contra agentes não estatais – redes transnacionais, ou sistemas vertebrados contra celulares (APPADURAI, 2009) -, em detrimento dos direitos humanos (ainda que as intervenções sejam legitimadas em seu nome). Casos paroxísticos seriam a flexibilização da soberanias nacionais com as invasões do Iraque e do Afeganistão, ações militares em vários outros países do Oriente Médio¹⁸ e a “legalização” da tortura e da transferência de presos políticos (“combatentes ilegais” ou “terroristas”) para centros

secretos de detenção alheios à arquitetura protetiva humanitária (LOSURDO, 2009; TODOROV, 2010). Para Arjun Appadurai (2009), a “Guerra contra o Terror” é um retrocesso, pois não foi um “efeito necessário dos ataques”, mas “[...] uma escolha moldada tanto por ambições geopolíticas quanto por desafios securitários representados pelo megaterrorismo.”, sendo a combinação entre geopolítica e guerra um vetor desestabilizador dos direitos humanos.

Para Ignacio Ellacuría, se os direitos humanos representam ao mesmo tempo a superação do mal comum e a concretização do bem comum - sendo um momento ideologizado da práxis humana -, se não forem historicizados e verificados conforme suas consequências práticas para as vidas dos excluídos descambarão em uma abstração predicada em princípios alheios à realidade, ou manipulados para manter a opressão de muitos por poucos (MARTÍNEZ, 2008). É o que também diz Lynn Hunt (2009) e outros¹⁹ ao contraporem o discurso com a realidade histórica e questionarem não só a propalada “autoevidência” dos direitos humanos, mas seu caráter supostamente “natural”, “igualitário” e “universal”, afirmando que esses direitos só se tornam significativos quando adquirem conteúdo político, passando a ser garantidos na prática. Falk (2009, p. 27-28) igualmente denuncia essa ambivalência no uso dos direitos humanos - tanto como agenda de promoção da dignidade quanto como meio de legitimação de interesses escusos (“poder dos direitos” contra “direitos de poder”) -, recorrendo justamente à opressão dos palestinos pelo Estado israelense em nome de sua segurança para exemplificá-la. Os palestinos seriam “[...] vítimas de múltiplos abusos associados à prolongada ocupação israelense e de severas táticas securitárias que desafiam as regras de conduta contidas nas Convenções de Genebra.”, contudo o país escapa de qualquer responsabilização efetiva.

Portanto, por um lado a codificação do DIDH e DIH constituiu uma base de ação comum para diversos grupos, que passaram a fundamentar suas lutas por autodeterminação ou a atuar e conformar uma sociedade civil global, denunciando violações e pressionando governos a aderirem ao “mínimo ético” da dignidade humana. Mas, por outro lado esses direitos foram encampados como discurso pelas potências para darem continuidade às relações de poder e dominação assimétricas em nível global, avançando em suas pautas nada altruístas. Tal contradição é explicada por esse conjunto de autores pelo fato de, na prática, esses direitos ainda estarem submetidos às relações de poder entre os povos e Estados, sendo a evidência mais clara a restrição e utilização arbitrária do poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. Exemplifica o ponto

tanto o espanto causado quando nos últimos dias da gestão Barack Obama os EUA contrariaram a expectativa geral ao não vetarem uma resolução condenando a expansão das colônias israelenses, quanto a afirmação de Donald Trump de que tão logo assumisse a presidência reverteria a situação, blindando novamente Israel.

Dessa forma, há amostras suficientes da barbárie na modernidade e pós-modernidade, que sugerem senão um sentido pessimista no rumo da história humana, ao menos uma maior cautela na apreciação geral de seus supostos avanços até então. Indissociável das atrocidades cometidas na modernidade é a expansão do capitalismo em âmbito global acompanhada da difusão dos nacionalismos e colonialismos, conceitos que cabe introduzir brevemente na sequência (e aprofundar no capítulo terceiro) para uma melhor compreensão do contexto regional médio-oriental e local palestino-israelense.

A partir do século XIX, com a longa decadência do Império Otomano, o Oriente Médio passou a estar, gradativamente, cada vez mais integrado de forma dependente no processo de longa duração de expansão do capitalismo mundial ou “sistema mundo moderno” (WALLERSTEIN, 2007), que desestruturou sociedades tradicionais situadas na periferia desse sistema inicialmente eurocentrado. Acontecimentos de média e curta duração - como a partilha da região após a Primeira Guerra por meio do sistema de mandatos, sobressaindo-se o Mandato Britânico na Palestina, e os conflitos locais e regionais – podem assim ser compreendidos sob o prisma do “impulso expansivo irrestringível do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 61; 65). “Desde a fase inicial, o desenvolvimento do capitalismo na Europa esteve vinculado à penetração política e econômica do que veio a se tornar ‘o Ocidente’ em direção a muitas outras áreas do mundo.”, resultando em um “sistema global de produção e de relações comerciais” (GIDDENS, 2008, p. 182). Hobsbawm (1998, p. 95) reconhece a centralidade da dimensão econômica no processo imperialismo, mas não ignora os “[...] apelos políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais associados de modo tão patente à expansão imperial.”. Diz-nos que,

O fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo [...] [criando] uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido.

Arelado ao capitalismo e imperialismo, o colonialismo é um “fenômeno associado altamente importante” na estruturação desse sistema. Seguindo a vereda

trilhada por Hobsbawm (1998a, p. 90-91), a superfície terrestre – incluía-se aí o Oriente Médio e a Palestina – foi em grande medida partilhada como colônias por um pequeno número de potências, sobressaindo-se Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica, Itália e, posteriormente, Japão e Estados Unidos. Tal divisão evidencia a disparidade de poder militar e econômico entre o centro e a periferia do sistema capitalista, então traduzida em categorias ideológicas de diferenciação dos povos entre fortes e fracos, “avançados” e “atrasados”, “civilizados” e “bárbaros”. Essa oposição milenar ao mesmo tempo legitimou e foi legitimada pelo expansionismo imperialista “ocidental”, sendo revestida no século XIX de uma crença pseudocientífica em um suposto progresso irrefreável da humanidade, sendo a “civilização ocidental” o ápice dessa evolução teleológica e a incumbida de retirar os demais povos do atraso e barbarismo em nome das luzes e da civilização. A suposta inferioridade “oriental” foi assim naturalizada e aceita com status de verdade científica, o que legitimou as conquistas (o “direito” de governo dos europeus sobre os povos “naturalmente atrasados”) e a criminalidade inerente às incursões coloniais e ao jugo dos povos colonizados, como os palestinos (SAID, 2007, p. 69-70).

Imperialismo foi a teoria, colonialismo a prática de transformar os subaproveitados territórios desocupados do mundo em novas versões úteis da sociedade metropolitana europeia. Tudo nesses territórios que sugeria desperdício, desordem, recursos não contabilizados era para ser convertido em produtividade, ordem e riqueza tachável e potencialmente desenvolvida. Livra-se da maior parte dos humanos ofendidos e dos animais improdutivos – seja por que simplesmente se espalham desordenadamente por todo o lugar ou porque perambulam de forma improdutivo e incontável –, confinando o resto em reservas, complexos, reservas nativas, nas quais é possível contar, tachar, usá-los com lucro, e se constrói uma nova sociedade no espaço tornado vago. Então, foi a Europa reconstituída fora dela mesma, sua ‘multiplicação no espaço’ planejado e gerenciado com sucesso. O resultado foi um grupo muito variado de pequenas Europas espalhadas pela Ásia, África e Américas, cada qual refletindo as circunstâncias, as instrumentalidades específicas da cultura matriz, seus pioneiros e primeiros colonos [...] As mais grotescas reproduções da Europa (África do Sul, Rodésia, etc.) foram consideradas apropriadas, a pior discriminação e exclusão de nativos foram consideradas normais, pois ‘cientificamente’ legítimas [...] Especificamente sobre a Palestina, aquelas que se tornariam as atitudes sionistas institucionais em relação aos árabes palestinos nativos e suas supostas demandas a uma existência ‘normal’, foram mais do que preparadas pelas atitudes e práticas dos acadêmicos, administradores e especialistas britânicos, que estiveram oficialmente envolvidos na exploração e governo da Palestina desde meados do século XIX (SAID, 1992, p. 78-79).

Grosso modo, é consensual afirmar que a busca pelo lucro máximo inerente ao funcionamento do capitalismo o impeliu “continuamente à expansão”²⁰ e destacar o protagonismo das nações industrializadas que enveredaram por uma corrida anexionista,

culminando na divisão formal e informal do orbe terrestre em áreas de influência e de presença direta e no aumento das tensões. Sobretudo da Segunda Revolução Industrial em diante, a expansão europeia pelo globo provocou enormes transformações na periferia do sistema capitalista, que não se restringiram à esfera econômica. Crenças, estruturas sociais e epistemologias sofreram as influências das novas ideias, instituições e categorias levadas pelos europeus e disseminadas, direta ou indiretamente, por meio de governos coloniais e de seus órgãos ou de missionários, instituições diversas e elites locais cooptadas como grupos eleitos para facilitar a gestão e a penetração dos interesses imperiais. Portanto, essa expansão do capital pelo globo levou a reboque, para além das relações de colonialidade, ideologias contemporâneas como os socialismos e nacionalismos.

Juntamente com o ideário socialista e comunista, a ideologia nacionalista foi uma das apropriações mais impactantes, levando tanto ao surgimento de movimentos de libertação quanto a diferentes pensadores locais reclassificarem etnicamente os grupos a partir de novas categorias (fenícios no Líbano, assírios no Iraque, hebreus na Europa, Palestina e Oriente Médio), acentuando conflitos locais. O nacionalismo se tornou ainda mais relevante diante do jugo imposto pelos europeus e da configuração de um sistema de Estados baseado nas nacionalidades e em organismos internacionais, como a Liga das Nações e, posteriormente, a ONU (YAMAK, 1969, p. 7). Anthony Giddens (2008, p. 230-233) propõe uma síntese de diferentes teorias acerca do nacionalismo. Ele identifica sua relação com a expansão global do capitalismo e com a decorrente desestruturação dos vínculos sociais e representações tradicionais, que levaram a reformulações das identidades, apresentando-se o nacionalismo como alternativa à modernidade e aos valores imbuídos nas relações capitalistas/imperialistas (“nacionalismo oposicionista”). Paralelamente, para Giddens o nacionalismo também pode ser pensado como uma nova estratégia de controle vinculada à soberania, cidadania e ao surgimento do Estado moderno (“Estado-nacional”), avançando interesses de classes específicas e legitimando a nova forma de controle/vigilância/governo. Logo, diferentemente da suposta atemporalidade proposta pelos movimentos nacionalistas, as nações e o nacionalismo em seu sentido moderno datam do século XVIII, sendo construções identitárias coletivas recentes, narrativas políticas seletivas ao invés de grupos pré-existentes (a-históricos), uma forma possível de identificação que demanda que a uma suposta unidade nacional (nação) deve corresponder uma unidade política.

É extensa a lista de massacres, limpezas étnicas e genocídios perpetrados em nome de ideias nacionalistas contra aqueles não considerados parte da nação, especialmente grupos étnicos rivais em territórios disputados, como a Palestina/Israel, que em 1948 teve sua composição demográfica radicalmente alterada com a expulsão de centenas de milhares de palestinos, fato fundante e viabilizador de Israel como “Estado judeu”.

2.2. O contexto regional: do sistema de mandatos à “Guerra contra o Terror”

Analisando a expansão imperialista e colonialista no Oriente Médio, embora o avanço europeu já houvesse sido iniciado no norte da África e sua penetração econômica nas diferentes regiões fosse evidente, até a Primeira Guerra Mundial o Império Otomano fora o soberano na maioria dos países árabes. Findado esse conflito e sepultado o dito império, a região foi repartida entre as potências vitoriosas França e Grã-Bretanha por meio de um sistema de mandatos²¹. Assim, até o final da Segunda Guerra, as populações locais vivenciaram diretamente a presença imperial europeia, com a decorrente imposição dos valores e instituições “modernas”. Neste interim, foi efetivada a repartição da população local em países separados, em grande medida contra a vontade da maioria e impedindo a criação de um Estado grande e único (SAHD, 2011). Para justificar e facilitar a expansão inicial, e depois a imposição do sistema de mandatos referendado pela Liga das Nações e a criação de diferentes Estados, grupos locais foram escolhidos e incentivados a acreditar em sua especificidade étnica e superioridade em relação aos demais - como maronitas no Líbano, que seriam fenícios e não árabes, berberes no norte da África -, tornando-se interlocutores entre “civilizados” e “bárbaros” (KAUFMAN, 2004, p. 13-15). O orientalismo hegemônico no período fica explícito no artigo 22 do Tratado de Versalhes, adotado pela Liga das Nações ao final da Primeira Guerra para referendar o sistema de mandatos, sob o pressuposto da incapacidade de determinados povos para se autogovernarem, cabendo aos “ocidentais” racionais e conhecedores dos “orientais” melhor que eles mesmos conduzirem seu destino. Citando uma passagem do documento, que inclusive serviu de base para o Mandato Britânico na Palestina:

[...] a essas colônias e territórios que, como consequência da última guerra, cessaram de estar sob a soberania de Estados que formalmente os governavam e que são habitados por pessoas ainda não capazes de se manter sozinhas sob as extenuantes condições do mundo moderno, deve ser aplicado o princípio de que o bem-estar e desenvolvimento de tais pessoas formam um

juramento sagrado da civilização e que, nessa Convenção, devem ser estabelecidas seguranças para a aplicação desse juramento (LIGA DAS NAÇÕES, 1919).

Com o sistema de mandatos, as fronteiras artificiais vislumbradas por franceses e britânicos ainda durante a “Grande Guerra” foram implantadas no Oriente Médio, não sem revoltas. As divisões territoriais assim realizadas refletiram os interesses estratégicos e econômicos das potências imperiais e de seus colaboradores locais, destacando-se a consolidação da presença europeia, o controle ou interferência nos mercados locais e na produção e distribuição dos recursos e investimentos seguros de capitais. Outrora um conjunto de povos submetidos ao domínio otomano, repartidos em minorias (*millet*) e identificados com base em lealdades étno-confessionais, agora se afirmavam como tais (importante que se diga, com o consentimento de muitos) os libaneses, sírios, iraquianos, jordanianos, palestinos, entre outros. Os traçados artificiais das fronteiras médio-orientais denunciam esse passado que, tal qual na África, também legou aos povos da região além da colonialidade, o recrudescimento de tensões étnicas e religiosas, associadas à desestruturação e reconfiguração das sociedades locais, ao rápido processo de urbanização e industrialização e à inserção repentina no mercado mundial.

Nesse contexto dos arranjos coloniais, a criação de Estados menores, o fomento a nacionalidades associadas a eles e o respaldo e empoderamento ou cooptação de grupos locais figuram entre os estratagemas empregados pelas potências a fim de assegurar uma nova ordem relativamente estável e favorável a seus interesses no Oriente Médio. No entanto, as relações de poder assimétricas estabelecidas foram permeadas por tensões, mesmo entre as potências e seus aliados locais, que se voltaram contra elas durante a consolidação de seus projetos nacionais (maronitas no Líbano, sionistas na Palestina). Em contraposição aos grupos hegemônicos no sistema de mandatos e a suas formulações discursivas foram elaborados programas e percepções identitárias concorrentes, mesmo entre membros das etnias privilegiadas pela presença europeia (como a apropriação do pan-arabismo ou pan-sirianismo também por maronitas no Líbano e as propostas ainda que eurocêntricas²² de alguns imigrantes sionistas de criar um Estado binacional na Palestina ao invés de um Estado judeu). Dentre os programas alternativos, destaca-se a difusão do comunismo, pan-islamismo e pan-arabismo em toda a região e, especificamente, a adesão dos árabes da Palestina ao nacionalismo palestino, sírio ou pan-árabe em oposição ao estabelecimento do “lar

nacional judaico” encampado pelo Mandato Britânico. Independentemente da orientação seguida, em suas reflexões e ações políticas, os sujeitos locais partiram tanto de referências tradicionais quanto se apropriaram de ideologias “ocidentais”, ou ainda mesclaram ambas. Enquanto alguns enfatizavam sua pertença à religião islâmica (ou à determinada confissão) como base de sua identidade coletiva, pautando-se por uma retomada dos fundamentos religiosos e criação de um Estado representativo dessa orientação, outros se identificavam em linhas nacionais e seculares, esgrimindo novos valores fruto da modernidade e presença europeia, idealizando sua aplicação em todos os âmbitos (HOURANI, 2005, p. 3-17). Seriam os elementos das ideologias definidos por George Rudé (1980, p. 24-25) como “inerentes” ou “derivados”.

Em suma, ainda que as mandatárias favorecessem a visão identitária mais apropriada e consonante com seus próprios interesses, inclusive promovendo-a por meio do aparato estatal e reprimindo manifestações contrárias, diferentes ideologias foram gestadas e alimentadas e circularam na marginalidade e mesmo sob repressão, criticando o *status quo*, preconizando outros rumos e fundamentando levantes, como no Líbano, Síria, Palestina e Iraque. De todo modo, prevaleceu a fragmentação dos países e a presença colonial, ainda que com a consolidação do sistema de mandatos dividindo o Oriente Médio em fronteiras artificiais, movimentos nacionalistas tenham se articulado e resistido de diferentes formas, como enviando memorandos e protagonizando greves ou mesmo guerrilhas. Se em um primeiro momento a resistência à presença imperial europeia quase que se restringiu a cada região sob mandato, tornando-se a pauta de grupos locais, logo surgiram e foram articulados partidos e programas considerando a região como um todo e o destino comum de árabes ou muçulmanos. Na Palestina, a revolta local contra o Mandato Britânico e a colonização sionista ganhou dimensões regionais, entre 1936 e 1939 (COCKBURN, 2003; HOURANI, 1994, p. 320-321; VISACRO, 2009, p. 159-160; TRABOULSI, 2007).

Desse modo, recém-inaugurados os mandatos, a resistência de grupos nacionalistas, a repressão colonial, a consolidação do projeto sionista e as divergências locais fizeram suas primeiras vítimas. A partir da deflagração da Segunda Guerra e do consequente enfraquecimento anglo-francês, o sistema de mandatos chegou a seus estertores. No entanto, a difundida esperança na unificação árabe não se realizou de todo face às disputas e divergências locais, que foram acentuadas no cenário da Guerra Fria recrudescendo as tensões entre governos e grupos nacionalistas mais restritos, pan-arabistas ou pan-islamistas. Também concorreram para a consumação dos Estados

nacionais menores outros fatores, como a consolidação das independências locais; a organização da Liga Árabe como realização parcial do projeto pan-árabe; a criação do Estado de Israel, em 1948; e a desagregação da efêmera República Árabe Unida (integrando a Síria e o Egito) seguida do “mal estar árabe”, provocado pela derrota imposta por Israel, em 1967 (HOURANI, 1994, p. 355-371; 403-415).

Portanto, após a Segunda Guerra Mundial, embora as independências locais almejadas desde a Primeira Guerra tenham sido asseguradas - não pelos árabes-palestinos -, a dependência externa continuou, agora marcada pela ingerência das duas superpotências, que fomentaram uma “guerra fria regional” ofertando assistência econômica e militar. Em países como Egito, Síria e Iraque, revoluções internas levaram ao poder jovens oficiais, que próximos da URSS e motivados pelo nacionalismo pan-árabe implementaram reformas internas e buscaram a superioridade militar sobre Israel, por sua vez amparado pelos EUA²³, que também apoiaram governos locais na Jordânia, Turquia, Irã e Arábia Saudita (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 273-274). Na Palestina, findada a “Guerra de Independência” ou “*Nakba*”, com os países árabes vencidos pelas forças israelenses e a assinatura de acordos de armistício, o movimento sionista assegurou não só a existência de seu recém-criado Estado, mas uma ampla maioria étnica. Até 1967, quando toda a Palestina do Mandato recaiu sob a soberania israelense, o território do extinto Mandato ficou dividido entre Jordânia (Cisjordânia), Egito (Faixa de Gaza) e o “Estado judeu” (restante do território)²⁴.

No contexto pós-1967, com a propagação da Irmandade Muçulmana pelo Oriente Médio, a morte de Gamal Abdel Nasser, o triunfo da Revolução Iraniana e o surgimento de guerrilhas religiosas no Afeganistão e no Líbano (respectivamente, contra a presença soviética e israelense), o pan-islamismo se difundiu na região em detrimento do nacionalismo pan-árabe laico. O retorno ao Islã em resposta à generalizada frustração política se refletiu na Palestina/Israel com a fundação a partir dos anos 1980 de movimentos de libertação de caráter religioso, como Hamas e Jihad Islâmica, cujo surgimento fora coniventemente ignorado por Israel visando a divisão dos palestinos e o enfraquecimento de sua organização guarda-chuva, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) (GATTAZ, 2003, p. 178; SHLAIM, 2004, p. 517). Nas palavras de Albert Hourani, acaso ocorressem mudanças mais radicais na década de 1980 no Oriente Médio seria mais provável que “[...] se dessem em nome de uma ideia islâmica de justiça de Deus do que de um ideal puramente secular.” (HOURANI, 1994, p. 416-435; 454).

De todo modo, durante a Guerra Fria, o Oriente Médio assim como outras regiões periféricas do sistema capitalista mundial (África, América Latina, Ásia) foi palco privilegiado da radicalização e banalização da violência e da barbárie, disseminadas em golpes de estado sucessivos, governos ditatoriais, guerras internas, civis e regionais e nas perseguições a minorias, como curdos no Iraque. Cabe uma breve relação data/acontecimento para elucidar o quadro geral da violência e instabilidade na região: 1948, a tragédia palestina (*Nakba*) ou Guerra de Independência de Israel; 1954, invasão anglo-francesa-israelense do Egito; 1958, conflito no Líbano; 1967 e 1973, guerras árabe-israelenses e a multiplicação das ações de guerrilhas palestinas contra Israel e de suas agressões e represálias desproporcionais; 1970-1971, perseguição do movimento nacional palestino pelo governo jordaniano; 1975-1989, guerra civil libanesa; 1979, invasão soviética do Afeganistão; 1980-1988, guerra Irã-Iraque; 1982, invasão israelense do Líbano; 1987-1993, Primeira Intifada, 1991, Primeira Guerra do Golfo.

Considerando o papel das superpotências em relação a essas conflagrações, fato é que elas – assim como a cruzada internacional em prol da paz, dos direitos humanos e contra o racismo - se inseriram em um mundo bipolarizado. Nigel J. Ashton (2007) sintetiza o debate historiográfico em torno da natureza e do significado da interação entre os fatores globais e regionais médio-orientais, apontando para duas vertentes interpretativas. A primeira (*sub-system dominance*), representada por Fred Halliday (2005), minimiza a correspondência entre a Guerra Fria e os conflitos médio-orientais, defendendo que as superpotências foram antes arrastadas para o embate regional por seus atores imediatos, que teriam seguido o mesmo rumo sem sua intervenção. Para a segunda (*system dominance*), advogada por Fawaz Gerges, EUA e URSS teriam se envolvido voluntariamente a fim de atender seus próprios interesses, sendo suas intervenções determinantes para os rumos dos acontecimentos locais ao exacerbarem as tensões regionais e dificultarem sua resolução. Independentemente do mérito das partes envolvidas nessa relevante querela intelectual, fato é que nas discussões de questões médio-orientais na ONU a polarização das superpotências e de seus aliados veio à tona.

Assim, questões supostamente universais – como os direitos humanos – se tornaram campo de disputas e fundamentaram pronunciamentos, proposições e votações, alinhadas a um ou outro interesse local e global. No contexto regional, Ashton (2007) define o período de 1967 a 1973 como “os anos de crise da Guerra Fria no Oriente Médio”, haja vista a sucessão de eventos importantes. Já Edward Said (1995, p.

25-26; 209-211) contrapõe o fracasso da política estadunidense no Vietnã a seu retumbante sucesso no Oriente Médio, onde se constituiu em um ator essencial por meio de uma política não presencial de “jogos de guerra”, com os EUA utilizando governos locais e mantendo um impasse no conflito árabe-israelense a serviço de sua política de contrainsurgência. A região esteve no topo de suas prioridades, destacando-se dentre seus objetivos a contenção da influência soviética e a manutenção de aliados locais, do abastecimento de petróleo e de um considerável fluxo comercial e monetário. O lobby sionista teria sua influência, mas apenas à medida que seus interesses coincidiram com a política regional e global estadunidense.

Assim, é possível sem muitos riscos afirmar que, a presença da violência e da barbárie na região após o final da Guerra Fria, com suas consequências e envolvimento internacional (a exemplo das recentes guerras na Síria e Líbia e da intervenção saudita no Iêmen após a “Primavera Árabe”), constituem-se em alguma medida em continuidade de fenômenos iniciados há aproximadamente um século atrás, quando fora instaurado o sistema de mandatos.

Nos bastidores da tragédia estão interesses econômicos e políticos internacionais (mascarados de luta por direitos humanos e democracia), disputas sectárias e nacionais e lutas locais pelo poder entre diferentes grupos sociais e ideologias. Se as conversações em Oslo e Camp David pareceram, pelo menos por um breve momento, dar um sinal de melhora, os respectivos malogros e os acontecimentos que se sucederam, dentre os quais se destaca a Segunda Intifada e a repressão violenta a mesma e o 11 de setembro, lançaram por terra tais esperanças. [...] As principais peças desse quebra-cabeça sangrento são a política maniqueísta e messiânica de George W. Bush e o legado deixado a seu sucessor (Afeganistão e Iraque), a manutenção de regiões ocupadas ilegalmente por Israel e os ímpetos expansionistas de parte de sua população, o impasse da Questão Palestina e a radicalização de alguns grupos político-islâmicos - mobilizados tanto pela necessidade de resistir e expulsar o inimigo quanto pelo desejo de alcançar o poder e operar uma revolução social. Em suma, trata-se de uma região conspurcada por fronteiras nacionais contestadas, tensões sectárias e antagônicos interesses geopolíticos locais e de grandes potências (SAHD, 2010, p. 32-33).

Cleveland e Bunton (2009, p. 369-372) adjetivam o final da Guerra Fria na região como um período de “levantes e renovação”, marcado por significativas e complexas mudanças, em partes comuns a outras partes do mundo em partes idiossincráticas. Os autores destacam tanto elementos de continuidade quanto de ruptura. Se durante a Guerra Fria a competição das superpotências impactou os alinhamentos diplomáticos regionais e inundou os países locais com armamentos, mantendo um impasse na correlação de forças e um alto índice de mortandade e violência, com o desmantelamento da URSS os EUA passaram a exercer uma influência

sem precedentes no Oriente Médio, o que não se refletiu em um abrandamento das tensões. Tal mudança é visível já na Guerra do Golfo (1991), quando os EUA formaram uma coalizão internacional, inclusive com apoio de países árabes, para invadir o Iraque e fazer suas tropas se retirarem do Kuwait, a fim de manter o frágil equilíbrio regional responsável pelo abastecimento contínuo de petróleo. Anteriormente, uma intervenção soviética seria inevitável. Paralelamente, o conflito árabe-israelense se tornou cada vez mais proeminente, influenciando os acontecimentos regionais, com destaque para o acordo de paz Israel-Egito (1979) seguido do isolamento do último no mundo árabe, a invasão do Líbano por Israel (1982) e o aprofundamento da colonização israelense e a deflagração da Primeira Intifada, culminando nos acordos de paz patrocinados pelos EUA. Por outro lado, o boicote de fornecimento de petróleo decorrente da Guerra do Yom Kippur (1973) levou a um aumento considerável em seu preço e à expansão da influência regional dos países fornecedores. Desde então, manter o acesso ao petróleo se tornou o principal objetivo das políticas regionais dos países “ocidentais”, que buscaram a manutenção do status quo no Golfo Pérsico.

Dessa forma, governos autoritários continuaram a ser a regra, sendo contestados por organizações de natureza islâmica, que ganharam cada vez mais destaque como catalisadoras das insatisfações populares, tornando-se depositárias das esperanças que outrora recaíam nas ideologias importadas do “Ocidente”, como o nacionalismo, liberalismo e o socialismo, que não levaram a uma melhoria generalizada das condições de vida. Nesse quadro geral, mesclando novos e antigos fatores, perpetuam-se as tensões, a violência e a barbárie. Suas causas devem ser entendidas tanto a partir do colonialismo/imperialismo e de seu legado quanto a partir das consequências de acontecimentos posteriores, como a Guerra de Junho de 1967, a competição pelo domínio em um sistema estatal regional (opondo, sobretudo, Irã e Arábia Saudita, com seus respectivos aliados regionais), o fortalecimento dos movimentos e partidos religiosos e a hegemonia global dos EUA.

2.3. O contexto local: do movimento sionista e Mandato Britânico até a ocupação israelense nos dias de hoje

Emoldurados os quadros globais e regionais nos quais se insere o conflito na Palestina/Israel, cabe agora acompanhar os fatores e acontecimentos diretamente relacionados a nosso objeto em nível local. Para facilitar essa contextualização, foi

realizado um recorte em três períodos, privilegiando-se o último por contemplar diretamente o recorte temporal do presente trabalho e a produção dos relatórios de direitos humanos e humanitários analisados no próximos capítulo. Primeiro, do início do movimento sionista, passando pela instalação do Mandato Britânico até sua desarticulação e deflagração da Guerra Árabe-Israelense de 1948. Segundo, da fundação do Estado de Israel em 1948 até a conquista da Faixa de Gaza, Cisjordânia, Colinas do Golã e Península do Sinai, durante a Guerra de 1967. Terceiro, do início da ocupação desses territórios até os dias de hoje, passando pela deflagração da Primeira Intifada, acordos de Oslo nos anos 1990, Segunda Intifada, desengajamento da Faixa de Gaza e depois. Se até aqui recorremos a uma análise amparada mais no direito, filosofia política, sociologia e relações internacionais, doravante a ênfase recai na historicização do conflito.

2.3.1. O movimento sionista e o Mandato Britânico

Apresentada a longa duração dos conflitos no Oriente Médio - sua inserção no “sistema mundo moderno” e o advento da modernidade como sistema de poder -, é necessário apresentar os elementos conjunturais e factuais que configuram o impasse na Palestina/Israel. Se esses fatores configuram um processo peculiar, este também pode ser pensado tanto a partir do avanço generalizado do imperialismo “ocidental” na região - e, posteriormente, polarização e deslocamento da violência para o Terceiro Mundo (características da Guerra Fria) -, quanto da violência étnica e guerras irregulares que marcam o novo milênio e também caracterizam a barbárie perpetrada na modernidade por ideais exclusivistas de “cidades perfeitas” e “Estados nacionais jardineiros” (ENRIQUEZ, 2001; BAUMAN, 1998).

Como mais um dentre os nacionalismos do século XIX e XX, o sionismo partilhou da busca pela autodeterminação na “terra-natal” ancestral e da prerrogativa de falar em nome de uma suposta vontade coletiva de um conjunto (“povo judeu”) cuja identidade seria imanente. Demasiado heterogêneo internamente, associando sentimentos étnicos e religiosos a demandas culturais e políticas, o sionismo em suas diferentes vertentes mobilizou cidadãos judeus de diferentes países, inicialmente da Europa, em torno do ideal de formação de um Estado judaico, que logo ficou definido que seria na Palestina – após o descarte de opções como Uganda e Patagônia. A escolha da Palestina decorreu dos vínculos míticos e históricos da religião judaica com o

território, chamado de Israel (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 240-242). Juntamente com a história dos hebreus e do judaísmo, a língua hebraica – antes restrita às liturgias – foi submetida a um processo de laicização, adequação e atualização e cimentou o sentimento nacional sionista. Contudo, o “novo judeu” – assim como o “novo homem” dos diferentes nacionalismos – era radicalmente diferente do anterior, sendo revestido de valores ocidentais, como militarismo, patriotismo e colonialismo, representando a si mesmo como porta-voz da civilização (RABKIN, 2009). Língua, religião, história hebraica, valores europeus e a fabricação de símbolos nacionais – bandeira, hino, literatura – e de um programa de reeducação fortaleceram os vínculos étnicos e o ideal de constituição do Estado judeu. Citando Mark Suzman (1999, p. 54),

Após ser formado em resposta ao antissemitismo e ao crescimento do nacionalismo na Europa no final do século XIX, o movimento sionista concentrou todas as suas energias na constituição de um Estado judeu. No âmbito de uma organização nacionalista, os sionistas desenvolveram uma estratégia com três frentes para alcançar seus objetivos: estender o sentimento nacionalista para a população judaica internacional, conseguir o apoio internacional para seus objetivos e promover o desenvolvimento judaico na Palestina. Quando os dois primeiros fatores provaram serem difíceis de se conseguir no contexto internacional então prevalecente, a ênfase foi dada ao terceiro [...] uma colonização sionista viável na Palestina foi alimentada e desenvolvida através da educação, iniciativas culturais, promoção de uma língua ressuscitada, estabelecimento de partidos políticos e de uma base política e econômica.

O nacionalismo judaico ou sionismo começou a ser gestado na segunda metade do século XIX, sobretudo no leste europeu. Contudo, consolidou-se como movimento político internacionalmente estruturado somente nos últimos anos do XIX, não só como alternativa ao antissemitismo, mas também ecoando o desenvolvimento dos demais nacionalismos na Europa e buscando resguardar a “identidade judaica”, partindo então as primeiras levadas de colonos para a Palestina²⁵. Além da saída internacionalista para a “Questão judaica” - que seria solucionada por meio da luta de classes mais geral da qual decorreria o antissemitismo -, o sionismo concorreu com os “assimilacionistas”, que eram entusiastas da promessa iluminista de integração dos judeus como cidadãos dos diferentes países, que colocava a nacionalidade acima de qualquer outra identificação. Para os defensores da especificidade judaica e de seu movimento etnonacional, a integração nas sociedades europeias era vista como uma ameaça a sua identidade coletiva, um “perigo da assimilação” ou de desvio da “observância religiosa”. Logo, o sionismo foi ao mesmo tempo uma das alternativas à “Questão Judaica”, uma versão *sui generis* de colonialismo e mais um dos movimentos surgidos no contexto europeu dos nacionalismos e imperialismo, forças estas que amalgamou. Para muitos judeus

ortodoxos, que acreditavam na necessidade de permanência no “exílio” até que fossem conduzidos a “Israel” pela vontade divina, o sionismo era uma blasfêmia. Religiosos ou laicos, a maior parte dos judeus optou por emigrar para os EUA ou outros países, inicialmente rejeitando a ideia de um “retorno a Israel”, que ganha corpo a partir da Segunda Guerra (PINSKY, 1978; GORNY, 1987; SUZMAN, 1999).

Quanto ao território almejado pelo movimento sionista para constituir seu “Estado judeu”, a Palestina, esta esteve desde a segunda década do século XVI até o final da Primeira Guerra Mundial sob domínio otomano. Após a conquista da região pelas forças anglo-francesas durante a Primeira Guerra, foi implantado o sistema de mandatos referendado pela Liga das Nações, em grande medida seguindo os traçados previstos no acordo Sykes-Picot, que secretamente previu a partilha da região anos antes. À contradição entre a diplomacia de França e Inglaterra e as promessas feitas pelos britânicos aos árabes (correspondências McMahon-Hussein) para deflagrarem um levante contra os turcos em troca de um grande reino independente deve ser somada a Declaração Balfour (1917). Por meio desta, o então secretário britânico de assuntos estrangeiros, Arthur James Balfour, comprometeu-se com uma importante liderança judaica do Reino Unido (Barão de Rothschild), e por meio dele com o movimento sionista, a criar um “lar nacional judaico” na Palestina, dando concretude à visão de Theodor Herzl de que o ideal sionista só poderia ser concretizado com o auxílio de uma potência. O conteúdo da declaração foi integrado na “Constituição” que embasou o Mandato da Palestina, com a mandatária se comprometendo a facilitar a imigração judaica, o assentamento dos recém-chegados na terra, garantir a eles a cidadania, assegurar o estabelecimento do dito “lar nacional” e reconhecer uma “agência judaica” (no caso, a “Organização Sionista Mundial”²⁶), que deveria colaborar com a “administração da Palestina” e a implementação do dito “lar”, mas sem causar prejuízos aos “direitos civis e religiosos da comunidade não judaica existente na Palestina” (THE PALESTINE MANDATE, 1922).

Analisando a Declaração Balfour, Avi Shlaim (2004, p. 41-47) classifica como “nitidamente falaciosa” a promessa de não prejudicar os direitos civis e religiosos dos “não judeus” na Palestina com a criação do “lar nacional judaico”, haja vista que em 1917 os nativos cristãos e muçulmanos representavam mais de 90% da população local e boa parte da comunidade judaica local era avessa ao projeto sionista. Logo, foi praticamente inevitável a deterioração das “relações árabe-judaicas” após a divulgação da Declaração Balfour, quando começou a tomar corpo um movimento nacional

palestino ativo em oposição ao sionismo e ao Mandato. Sobre a implementação tempestuosa deste na Palestina (1920-1947), ao menos três forças concorrentes²⁷ e internamente heterogêneas se enfrentaram: a população árabe local com seus projetos nacionalistas (pan-árabe, pan-sírio ou palestino); os sionistas; e a presença imperial britânica. Se as primeiras levas de imigrantes judeus chegaram a partir das duas últimas décadas do século XIX, foi somente a partir da instalação do Mandato que essa imigração se tornou significativa (acentuando-se da metade dos anos 1930 em diante, após a ascensão do nazismo). Estabelecidas relativamente distantes da população árabe-palestina, as primeiras colônias não deflagraram de imediato uma violência generalizada, o que ocorreu somente a partir da expansão da presença de judeus europeus no território.

Para Cleveland e Bunton (2009), no cerne das tensões intercomunitárias estaria a imigração judaica e a aquisição de terras, com a decorrente expulsão dos trabalhadores locais frente a um ideal nacionalista exclusivista de “redenção da terra e do trabalho”, que aproximaria o sionismo dos demais “movimentos colonialistas” no tocante ao desprezo pelas populações locais. Reconhecendo a ameaça desse projeto a sua existência comunitária, houve resistência dos árabes-palestinos, que ora tentaram negociar com a mandatária ora promoveram revoltas, como em 1929 (em torno do Muro das Lamentações) e 1936 contra o Mandato e o projeto sionista, reprimidas com “punições coletivas” e “ataques retaliatórios terroristas”. O significativo e abrangente levante anticolonial árabe-palestino de 1936 consumou a crescente espiral de violência, perdurando por três anos com a adesão de grupos nacionalistas das regiões vizinhas, sendo suprimido pela Mandatária com apoio de grupos sionistas. Se até então o futuro da região estava em aberto e em disputa entre colonizados e colonizadores, a balança passou a pender a favor do projeto sionista com a repressão e desarticulação final do movimento árabe-palestino em 1939, somada ao crescimento vertiginoso e descontrolado da imigração judaica, decorrente do início da perseguição nazista (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 214-219).

O triunfo final do sionismo é indissociável do apoio prestado pela Mandatária, ainda que divergências entre ambos estivessem presentes desde o começo²⁸ e tenham se exacerbado a partir de 1939, inclusive culminando em confrontos armados e atentados terroristas contra oficiais britânicos. Conforme Tariq Ali (2002, p. 133-134), “Agradecidos pelo apoio para esmagar os árabes, os britânicos prometeram aos sionistas um Estado próprio, mas só depois da guerra.”. Se Fieldhouse (2006, p. 170-172)

igualmente menciona a aproximação da Mandatária em relação à comunidade sionista a fim de debelar o levante, o autor britânico também salienta outras implicações da revolta árabe-palestina de 1936. A revolta, conjuntamente com o agravamento das tensões na Europa que deflagraram a Segunda Guerra, teria levado à primeira reorientação da Grã-Bretanha em relação ao Mandato, tanto percebendo um erro estratégico quanto visando o apoio ou pelo menos o não alinhamento dos árabes aos países do Eixo²⁹. Sem conseguir um consenso entre as partes, que estavam longe de apresentar homogeneidade de posicionamentos, a Mandatária revisou unilateralmente sua posição, publicando uma nova diretriz (“*White paper*” de 1939). No lugar do anterior favorecimento da imigração judaica gradativa e instalação do “lar nacional” (que já fora contestado por setores sionistas, que pressionavam por uma aceleração do processo e manejavam uma rede de imigração ilegal para além dos limites estipulados pela mandatária com base em uma suposta “capacidade de absorção”), a Mandatária tanto definiu um limite final para a imigração judaica e dificultou a compra de terras, cuja continuidade dependeria do consentimento dos locais, quanto estipulou um prazo para o término do mandato, a ser sucedido por um Estado local independente de maioria palestina. O documento acirrou as tensões com segmentos sionistas extremistas, como o Irgun e a “Gangue Stern” ou “Lehi”, que deram início a uma “campanha de terror contra os britânicos”.

Avi Shlaim (2004, p. 47-51) destaca contradições pontuais entre o sionismo e os interesses britânicos ainda durante o Mandato, existentes desde pelo menos um relatório oficial de 1922 que buscava limitar o apoio ao lar nacional judaico ao estabelecer critérios econômicos de absorção dos imigrantes, propor instituições representativas com base na representação proporcional (e não paridade) e excluir a Jordânia da área aberta à colonização judaica. Em decorrência, surgiu o sionismo revisionista, propondo uma redefinição da política oficial do movimento, apostando no Grande Israel e em suas próprias forças para a consumação do nacionalismo judaico e não nas “baionetas britânicas”, embora não descartasse seu papel instrumental. Revisionistas ou não, a percepção do sionismo como ponta de lança da civilização ou colonialismo em meio à barbárie era comum, com os primeiros mais realistas em relação à resistência dos palestinos à criação do Estado judeu tal qual faria qualquer povo colonizado, o que está na fundação da política da Muralha de Ferro gradativamente adotada também pelos trabalhistas³⁰.

Diante do enfraquecimento da Mandatária em decorrência da Segunda Guerra e da difusão e radicalização da violência entre árabes e judeus sionistas, ambos opostos à presença britânica – destacando-se a fundação de agrupamentos judaicos e palestinos adeptos de táticas terroristas –, o arbitramento quanto ao futuro da região foi repassado à jovem ONU. A saída encontrada por essa organização foi criar uma comissão para investigar a situação e ao final apresentar a solução mais viável. Duas propostas foram apresentadas: um Estado federado ou a partilha da Palestina em dois Estados étnicos, sendo a segunda referendada pela ONU, em novembro de 1947, por meio da resolução 181. Os países árabes imediatamente se opuseram à decisão, denunciando tanto a pressão política exercida pelos Estados Unidos em favor do projeto sionista³¹ quanto a violação que a partilha implicava aos direitos nacionais e internacionais dos árabes-palestinos. A aprovação da resolução marcou o início dos confrontos abertos, que meses depois culminaram na “Guerra de Independência” ou *Nakba*, cujos resultados são bem conhecidos: a criação do Estado de Israel e a expulsão de suas fronteiras e desapropriação de centenas de milhares de palestinos (GATTAZ, 2003). Dentre os diversos motivos da vitória sionista, destaca-se a criação pelo movimento de um “Estado dentro do Estado” ainda durante o Mandato, com o apoio das autoridades³².

Conforme Ilan Pappé (2008), se no fronte externo as forças sionistas combateram exércitos regulares dos países vizinhos e voluntários, internamente perpetraram uma limpeza étnica a fim de consumir o caráter judaico do Estado, que para existir como tal necessitou de uma reversão drástica da propriedade da terra³³ e do quadro demográfico tal como ficariam conforme o plano de partilha – originando assim o problema dos refugiados e desapropriados palestinos. Said (1992, p. 80-109), Pappé (2008) e Nur Masalha (2008) apontam que propostas de limpeza étnica antecedem a fundação de Israel, remontando já aos primeiros sionistas³⁴. Para Pappé, a expulsão planejada dos palestinos se tornou a principal diretriz por meio de um plano elaborado durante a guerra de 1948 ou *Nakba* (o “Plano D”). Embora Shlaim (2004, p. 70; 125) não reconheça no texto do “Plano D” o projeto de limpeza étnica, reconhece que seus amplos objetivos militares e territoriais (ordenando a conquista de cidades e destruição de vilas) teriam tanto permitido quanto justificado a “violenta expulsão de civis árabes”. Afirma Tariq Ali (2002, p. 135) que,

Desde o momento de sua fundação, os líderes sionistas de Israel estavam decididos a despovoar o país. Queriam um lar que combinasse com o mito que haviam espalhado na Europa de uma “terra sem povo”. Os palestinos eram agora um “não povo”. Os que não podiam ser expulsos eram tratados como *untermenschen*. Muitos judeus apagaram esses episódios desagradáveis

do banco de memória coletiva de Israel. Com a destruição dos povoados palestinos e a expulsão de comunidades inteiras, a maioria dos cidadãos do novo Estado se retirou para um reino de faz-de-conta. Isolados do resto do mundo árabe, eles acreditavam que as histórias dos palestinos não podiam ser verificadas, ou que as estatísticas das expulsões não seriam verificadas.

Essa narrativa é similar a uma reflexão autobiográfica de Edward Said (2003, p. 291) sobre a *Nakba*:

A guerra de 1948 - chamada de Guerra de Independência de Israel - foi uma catástrofe para os palestinos: dois terços foram expulsos de seus lares e de seu país, muitos foram mortos, todas as suas propriedades foram tomadas e, para todos os efeitos, eles deixaram de existir como povo. Vi isso em minha própria família, tanto do lado de meu pai como do de minha mãe: todos os seus membros, sem exceção, se tornaram refugiados, ficaram desenraizados e totalmente desorientados e ainda trazem as cicatrizes daquela terrível convulsão. Ter sido um dia membro de uma sociedade (admitidamente controlada pela Grã-Bretanha) em que era possível possuir propriedades, manter profissão ou emprego, constituir família, ir à escola, orar, lavar a terra e até morrer como um cidadão, e no dia seguinte não poder fazer nada disso, foi para a maioria das pessoas que conheci uma morte em vida.

Shlaim (2004, p. 95-115) destaca nos primeiros anos de existência de Israel não só a intransigente oposição ao retorno dos refugiados (que perdura até hoje) por “complicar” novamente o quadro demográfico do país minorando a maioria judaica, mas também novas expulsões populacionais promovidas com ordens oficiais, como nas zonas desmilitarizadas disputadas com a Síria. Pappé (2008) aponta para a continuidade da ideia de transferência populacional após 1948, que inclusive teria se difundido e passado a ser debatida abertamente no novo milênio. Said (1995, p. 44-45) destaca um artigo publicado no Haaretz em 23 de maio de 1980, segundo o qual o parlamentar Aharon Yariv teria dito no Knesset que, “Há opiniões para explorar uma situação de guerra no sentido de expulsar 700.000 ou 800.000 árabes (dos Territórios Ocupados). Tais opiniões são comuns. Pessoas estão falando sobre isso e meios para isso estão sendo preparados.”.

2.3.2. Da fundação de Israel em 1948 à Guerra de 1967

Seguindo as considerações generalizantes de Cleveland e Bunton (2009, p. 345; 348-351), imediatamente após a “Guerra de Independência” ou *Nakba* os desafios enfrentados pelos políticos israelenses foram, sobretudo, a absorção de novos imigrantes³⁵ e o estabelecimento e consolidação das estruturas governamentais³⁶, não havendo um consenso quanto ao papel que as leis religiosas judaicas deveriam ter na

vida pública. Assim como Cleveland e Bunton, Shlaim (2004, p. 91-110) também aponta que a prioridade de Ben-Gurion à frente do governo fora estruturar o recém-criado Estado, assegurar sua independência e crescimento econômico e acolher a imigração em grande escala. Em 1950 foi aprovada a Lei de Retorno, garantindo a praticamente qualquer judeu do mundo o direito à cidadania israelense – ao mesmo tempo consumando o princípio do sionismo político de constituir um Estado para todos os judeus e dificultando o retorno e a recuperação das propriedades dos refugiados palestinos de 1948, excluídos da definição étnica assumida pelo recém-criado Estado. A paz com os árabes, ainda que desejável, poderia esperar e a resolução do problema dos refugiados dependia deles aceitarem os novos contingentes em seus respectivos Estados. Seria a intransigência israelense, mais do que a dos governantes vizinhos (que ao contrário de suas populações estavam dispostos a negociar), a principal responsável pela manutenção do conflito³⁷.

Das considerações de Shlaim (2004, p. 113-115; 125-127) referentes ao período de 1948 a 1967, é importante destacar, além da intransigência israelense, que a Guerra Fria teria levado as partes a um envolvimento crescente com as superpotências, aumentando a rivalidade regional e minorando as chances de um acordo definitivo. Sobressaem-se também a expulsão forçada de palestinos das zonas desmilitarizadas disputadas com a Síria e a provocação de seus vizinhos para justificar posteriores represálias desproporcionais, em consonância com a doutrina da “muralha de ferro” e a política de “tiro livre” – “atirar primeiro e perguntar depois” -, que foi adotada pelas Forças de Defesa de Israel (FDI), pela guarda de fronteiras e pela polícia israelense em relação às infiltrações de palestinos³⁸, que resultaram de 2.700 a 5.000 mortes entre 1949 e 1956. Conforme Shlaim, o enfrentamento de problemas securitários teve “um efeito embrutecedor nas FDI”, com militares demonstrando “[...] crescente desrespeito pelas vidas humanas e perpetrando atos bárbaros que só podem ser descritos como crimes de guerra.” De sua parte, as autoridades israelenses, seguindo o preceito da defesa ser o melhor ataque, responsabilizavam os governos árabes pela tensão e violência nas fronteiras, colocando-se no papel de “vítima inocente da provocação e agressão árabes” sendo suas “represálias militares” “[...] uma forma legítima de autodefesa.”. Para Shlaim essa versão dos fatos era “grosseiramente inexata e injusta”, à medida que até meados dos anos 1950 os governos árabes tentaram impedir as infiltrações, reprimindo-as.

Ainda sobre a “política de represália”, Shlaim sublinha que até a Guerra do Suez

(outubro de 1956), havia uma divisão profunda no governo israelense relativa à necessidade de ampliação territorial e à natureza da ameaça que espreitava o país e a melhor forma de combatê-la, opondo-se o que chama de duas escolas de pensamento: uma expansionista “beligerante” ou “da retaliação” (Ben-Gurion – primeiro-ministro de 1948 até 1954 e de 1955 a 1963 -, Moshe Dayan – chefe do Estado-Maior das FDI -, Pinhas Lavon – ministro da defesa) e a outra “pacifista” ou “da negociação” (Moshe Sharret, sucessor de Gurion como primeiro-ministro, entre 1954 e 1955)³⁹. André Gattaz (2003, p. 136-151) ressalta que, após 1948 se concretizaram as previsões feitas por alguns pensadores e políticos – inclusive sionistas - de que o estabelecimento de um Estado judeu em meio a uma população nativa hostil deflagraria uma maré irrefreável de violência. De fato, as tensões e conflitos internos e externos recrudesceram na região desde então.

No período entre 1948 e 1967, Gattaz destaca a Guerra do Suez (1956), quando a intervenção das superpotências neutralizou os ganhos militares israelo-franco-britânicos, o que repercutiu em uma vitória moral de Nasser e levou a seu fortalecimento juntamente com o pan-arabismo e a consolidação da imagem de Israel como “‘cabeça-de-ponte’ ocidental entre os árabes.”. Desde o final dos anos 1950, paralelamente a atuação do lobby sionista nos EUA, circulava uma teoria na agência estadunidense de inteligência de que apoiar Israel era um meio eficaz de coibir a influência do nacionalismo pan-árabe, o que se tornou a linha oficial a partir da retumbante vitória conseguida pelo país na Guerra dos Seis Dias (1967).

Shlaim (2004) faz apontamentos semelhantes⁴⁰, ressaltando que após Suez encontros bilaterais secretos continuaram a ocorrer, sendo bem-sucedidos em alguns pontos aqueles entre o governo israelense e o jordaniano. Com exceção da Síria e de operações esporádicas de guerrilhas palestinas, cujos agrupamentos se multiplicaram, as tensões nas fronteiras diminuíram por considerável período dado a evidente superioridade militar israelense. O impasse Síria/Israel, fundamentado em questões hídricas e securitárias, levou a uma divisão de posições no mundo árabe, com uma ala (capitaneada pela Síria via Liga Árabe) propondo o recrudesimento da oposição a Israel e a outra, defendida por Nasser, pregando maior cautela antes de deflagrar qualquer ação mais contundente até que fosse assegurado o equilíbrio militar. Tais posições divergentes se refletiram em um apoio da Síria às primeiras ações de resistência promovidas pelo Fatah (grupo majoritário do movimento nacional palestino), que buscava acentuar a tensão ao longo das fronteiras a fim de arrastar os países árabes

a uma nova guerra aberta. Se o grupo de Yaser Arafat não desfrutou do mesmo amparo da parte egípcia, libanesa e jordaniana, suas operações contra Israel levaram a retaliações, que acabaram por desestabilizar a calmaria e não tardaram em culminar em choques envolvendo as próprias forças árabes e as guerrilhas palestinas.

2.3.3. Do início da Ocupação (1967) à deflagração da Primeira Intifada (1987)

Para Avi Shlaim (2004, p. 291-308), ao contrário da versão oficial de mais uma guerra defensiva contra a agressividade árabe, o fator mais importante para a deflagração da Guerra dos Seis Dias em 1967 foi a estratégia israelense de deliberadamente provocar conflitos armados e manter a iniciativa da escalada das agressões, como na frente Síria onde abateu seis caças em abril de 1967. De todas as guerras árabes-israelense, a de 1967 teria sido a única não desejada por nenhum dos lados, sendo resultante de uma crise gradual e incontrolável iniciada com provocações israelenses que foram se acumulando até se tornarem uma avalanche irrefreável⁴¹. Assim, por mais que as fronteiras do armistício de 1949 não fossem consensuais em Israel, para Shlaim (2004) seria um erro crer que o país iniciara a guerra objetivando a expansão territorial, como apontam observadores que destacam como indícios dessa hipótese a rapidez, dimensão e consequências da vitória israelense. Ao contrário, teria sido uma guerra preventiva, iniciada por Israel para garantir sua segurança e antes da qual o governo não definiu objetivos políticos e territoriais, que só surgiram durante o combate “de forma confusa e contraditória”, ora seguindo o rumo dos acontecimentos ora aproveitando oportunidades⁴².

Mas, se inicialmente não fora uma guerra de conquista, tornou-se assim que objetivos territoriais passaram a ser estipulados diante dos fatos no campo de batalha: “o apetite chega com a refeição”, afirma metaforicamente Shlaim. Yeshayahu Leibowitz (1976; 1988) segue na mesma linha, sublinhando que, independentemente de suas causas, a escolha governamental posterior foi tornar a Guerra de 1967 em uma guerra de conquista e, desde então, “Israel cessou de ser o Estado do povo judeu e se tornou um aparato de poder coercitivo dos judeus sobre outro povo. O que muitos chamam de ‘Terra de Israel indivisa’ não é, e nunca poderá ser, o Estado do povo judeu, mas apenas um regime judaico de força.”, nem uma democracia “nem um Estado comprometido com o primado da lei” à medida que exerce sua autoridade sobre pessoas privadas de direitos civis e políticos. Em contrapartida, Neve Gordon (2008, p. 4-8) e Eyal

Weizman (2007, p.57-58; 63-64; 70; 101) afirmam que, mesmo antes da guerra de 1967 Israel começou a pensar a administração militar em territórios ocupados⁴³ e, logo após a guerra de 1948, parte dos trabalhistas, a direita e os religiosos sionistas convergiram na opinião de que as fronteiras deveriam ser consideradas temporárias e que no futuro Israel buscava expandir seu território (cada qual justificando isso de uma forma peculiar – religiosa, militar, estratégica, etc.).

Sobre as consequências da guerra, Shlaim (2004, p. 308-322) afirma que ela marca uma “nova era” na história do país, destacando o alinhamento soviético com países árabes em contraste com a consolidação da aliança Israel-EUA e divergências quanto ao domínio sobre os palestinos e os objetivos territoriais do sionismo - a questão da incorporação ou troca dos Territórios Ocupados (TO) -, sendo o único consenso a manutenção da “muralha de ferro” e a anexação de Jerusalém Oriental. Quanto à Gaza e Cisjordânia, desde o começo os governos israelenses não quiseram se retirar e visaram incorporar suas terras, ou pelo menos parte delas, sem integrar sua população, concorrendo uma corrente de pensamento militarista (que via os territórios como essenciais para a defesa de Israel e abastecimento de águas) e outra messiânica (para a qual, as regiões capturadas eram parte da terra bíblica de Israel), que com frequência convergiram para criar uma frente unida. Seguindo Ali Abunimah (2006, p. 58-59), a diretriz governamental era separar o controle da terra da responsabilidade por seus habitantes, livrando-se da última ao passo que explorava os recursos locais, e criar fatos no solo para justificar a anexação das áreas cobiçadas e evitar a criação de um Estado palestino.

Conforme Gordon, como nunca houve a intenção de incorporar os habitantes dos TPO como cidadãos de Israel, o problema a ser enfrentado fora (e ainda é) justamente o fato de Gaza e Cisjordânia terem um considerável número de palestinos. Se em 1948 uma limpeza étnica em grande escala foi executada, em 1967 Israel “limpou” apenas duas áreas da Cisjordânia - Vale do Jordão (exceto Jericó), para assegurar a fronteira com a Jordânia, e o enclave de Latrun, para garantir que nenhuma aldeia palestina pudesse ameaçar a estrada principal até Jerusalém -, o que provocou a fuga de mais de 200.000 palestinos, com menos de 20.000 podendo regressar. Contudo, cerca de um milhão permaneceu em Gaza e na Cisjordânia, forçando Israel a instalar um sistema de governo militar nessas regiões, valendo-se de sua experiência anterior com os “árabes israelenses” ou “palestinos de 1948”. Mas, diferentemente, a cidadania israelense não foi oferecida por motivos demográficos, com o ocupante administrando os TPO desde o

começo a partir de: uma clara distinção entre o território e seus habitantes (a “noiva” e o “dote”, velho debate sionista); uma série de mecanismos voltados à expropriação da terra ocupada sem sua anexação formal; numerosas práticas e aparatos introduzidos para regular e gerir a vida dos palestinos sem integrá-los; e de uma concepção de “ocupação invisível” visando naturalizá-la e negá-la como tal por estratégias retóricas, simbólicas e integração econômica-espacial subalterna. Rapidamente, quase todos os obstáculos caracterizando uma fronteira internacional foram removidos e todo o território do mandato foi transformado em uma unidade econômica, inclusive nas leis orçamentárias, com os israelenses habitantes dos TPO estando submetidos às leis do país. Aos palestinos um controle baseado na disciplina e biopolítica, estabelecido por um complexo de leis militares e civis anteriores mescladas a novas ordens militares⁴⁴. Até 1987, Israel conseguiu confiscar cerca de 40% das terras nos TPO e estabelecer 125 colônias, onde moravam cerca de 60.000 colonos (GORDON, 2008).

Para Cleveland e Bunton (2009, p. 273-274; 345; 356-359; 363) ao passo que a vitória fulminante de Israel na Guerra de 1967 aumentou a autoconfiança nacional, tornou o país uma potência ocupante, gerando problemas internacionais e internos – às disputas quanto ao caráter laico ou religioso do Estado se somaram as divergências quanto ao futuro dos TO e às fronteiras ideais de Israel, opondo pacifistas, propensos a trocas territoriais por paz, e anexionistas, proponentes do Grande Israel. No âmbito internacional, aumentando seu isolamento o país passou a ser denunciado continuamente na AG-ONU pela colonização dos TO, sobretudo pelos países do Terceiro Mundo⁴⁵ também críticos da proximidade entre Israel e a África do Sul do apartheid e da relação entre sionismo e racismo/colonialismo. O futuro dos territórios se tornou o núcleo de um “debate nacional cismático”, protagonizado por um grupo que considerava a ocupação injustificável e outro colonialista para quem ela significava uma oportunidade divina de acelerar a redenção ou de consolidar a posição regional do país. Ao invés de amainar, essas clivagens se acentuaram ao longo do tempo, mantendo-se vivas até hoje, embora tenham sido acompanhadas de uma “primordialização” da identidade coletiva⁴⁶. Paralelamente, a Guerra de 1967 marcou o declínio dos regimes nacionalistas árabes laicos e o descrédito em sua capacidade de resolver o problema dos palestinos, cujo movimento nacional e resistência direta à ocupação ganharam proeminência em detrimento do pan-arabismo e das guerras abertas, o que regionalizou ainda mais o conflito dado a crescente presença de refugiados⁴⁷ em todos os Estados limítrofes de Israel (iniciada com os refugiados de 1948 e ampliada em decorrência de

uma alta taxa de natalidade e de novos fluxos decorrentes da Guerra de 1967).

Indo aos fatos concretos, em 1967, o governo de Levi Eshkol tratou cada região capturada de forma diferente, sugerindo intenções distintas em relação a cada uma. Sinai, Cisjordânia e Gaza foram colocados sob governo militar, que reinstituiu ou manteve leis otomanas, britânicas, egípcias e jordanianas, acrescidas de um novo conjunto de ordenamentos militares, publicados pelos comandantes das regiões. Enquanto Jerusalém e seus arredores foram anexados formalmente quase imediatamente, com sua população parcialmente integrada (“residentes”, mas não cidadãos), Golã (cuja maior parte da população original fugiu durante a guerra) foi anexado somente em 1981 - até lá permaneceu como “território ocupado” que, diferentemente dos demais, teve a aplicação das leis israelenses por meio de decretos publicados pelos comandantes militares.

De 1967 a 1977 a política oficial israelense para os TO fora manter a ocupação militar, promovendo uma colonização pontual de áreas vistas como estratégicas e inegociáveis, pois supostamente cruciais para constituírem fronteiras militar e demograficamente seguras para o Estado⁴⁸. O “excedente territorial” seria negociado pela paz. Não obstante declarações iniciais nesse sentido, pressionado sobretudo por líderes militares logo o governo israelense passou a falar abertamente da necessidade de manter e fortalecer não somente as áreas estratégicas para fins securitários, mas também as partes menos povoadas dos TO, sendo o lema: “Máximo de territórios e de segurança para Israel com um mínimo de árabes.”. Quanto aos territórios densamente habitados, proponentes da opção jordaniana defendiam sua anexação àquele país. As principais considerações eram demográficas e securitárias, aliando a necessidade de garantir o controle militar com a não incorporação dos palestinos como cidadãos do Estado judeu, embora vinculando-os economicamente. Eis os fundamentos do “Plano Allon”, adotado na prática, mas não oficializado como diretriz. Já os revisionistas, na oposição ao governo, advogavam ou pela anexação total ou pela criação de zonas de autonomia parcial (semelhantes aos bantustãos), mantidas sob controle israelense. De todo modo, e não obstante a oposição interna de alguns setores da sociedade israelense, Gaza e Cisjordânia se transformaram em uma nova fronteira a ser conquistada.

Diante da pressão internacional por um acordo, segundo Shlaim (2004) Israel reticentemente optou por diálogos bilaterais, encarando as malsucedidas negociações via ONU mais como fim em si do que como meio eficaz para resolver o conflito.

Figura 1 - Plano Allon e “opção jordaniana” (SHLAIM, 2004, p. 316)

Segundo Shlaim (2004), a decisão de negociar o “excedente territorial” pela paz se enfraqueceu após a morte de Levi Eshkol, em 1969 prosseguindo a colonização de forma inabalável⁴⁹. Esta seria a principal causa do congelamento dos diálogos e, com o impasse, intensificou-se a oposição internacional à continuidade da ocupação, bem como o crescente isolamento de Israel (embora apoiado pelos EUA⁵⁰) e a pressão egípcia por uma saída, exercida por meio de uma “guerra de atrito”. No entanto, enquanto consumava seu programa nuclear Israel recusava qualquer acordo e dava

continuidade à política de dissuadir os árabes, controlando a escalda da violência e desferindo pesados e sucessivos golpes até quebrar sua resistência (política da “muralha de ferro”). O conjunto tornou a situação externa insustentável e culminou na deflagração da Guerra de 1973 ou “Guerra do Yom Kippur”.

Conforme Shlaim, o fracasso das natimortas iniciativas de paz baseadas na Resolução 242 do CS-ONU, o objetivo israelense de perpetuar a situação e sua política de “defesa provocativa” levaram a essa nova rodada de violência, iniciada pelo Egito e Síria como opção militar para forçar uma resolução para o impasse diplomático, buscando envolver as superpotências para que pressionassem a retirada israelense dos TO. O governo israelense, que apostara na manutenção dos territórios e não em diálogos de paz, fora pego de surpresa e se desestabilizou, com Golda Meir renunciando na sequência⁵¹. Diferentemente da retumbante derrota árabe em 1967, apesar da manutenção das fronteiras e da ocupação, o avanço inicial das forças egípcias, posteriormente revertido, garantiu um saldo moral positivo. Pela primeira vez, ao silenciar dos canhões sucedeu-se não a continuidade do impasse, mas um acordo político ainda que limitado com o Egito e Síria envolvendo uma desocupação parcial (mais uma vez, diálogos bilaterais foram a via adotada em detrimento de conferências internacionais malsucedidas). Nos TPO a situação não mudou em nada e só houve avanços efetivos na colonização e nos diálogos com o Egito⁵², que no final dos anos 1970 resultaram no primeiro acordo de paz e reconhecimento mútuo entre Israel e um país árabe⁵³ (SHLAIM, 2004, p. 363-373; 379-385; 397; 420-424).

Após a Guerra do Yom Kippur, a já frágil hegemonia trabalhista enfraqueceu-se ainda mais, com o governo imobilizado diante da necessidade de, por um lado, contemplar as demandas dos crescentes setores expansionistas para manter seu apoio e, por outro, responder a pressão da recém-eleita gestão Jimmy Carter nos EUA, forçando-o a concessões no sentido das negociações. Falaram mais alto as amarras internas em nome da governabilidade e a pressão das parcelas favoráveis à colonização, inclusive membros do governo, minando tanto a oposição principiológica do então primeiro-ministro Yitzhak Rabin a ela quanto sua defesa de concessões territoriais em troca de paz. Em decorrência, o governo adotou medidas favoráveis à colonização, tornou-se mais tolerante em relação às ações do movimento de colonos, o Gush Emunim (“Bloco dos Fiéis”)⁵⁴ e, às vésperas do pleito de 1977, publicou a decisão de construir novas colônias. Contudo, não foi suficiente para evitar a derrocada trabalhista diante da ruptura inédita do Partido Religioso Nacional, cujas posições expansionistas

veementemente contrárias a concessões territoriais se radicalizaram gradativamente após as conquistas de 1967. Surgia então a primeira composição de um governo revisionista (SHLAIM, 2004, p. 371-379; 394-395). No balanço dos governos trabalhistas feito por Shlaim ele destaca que, não obstante as contradições internas, eles conseguiram até 1977 forjar a identidade nacional e consolidar as instituições estatais, sobretudo os órgãos políticos e militares.

A continuidade da ocupação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia levou a mudanças significativas tanto na sociedade israelense quanto palestina, alterando alinhamentos políticos e prioridades nacionais. A própria derrota dos trabalhistas para uma coalizão de centro-direita⁵⁵, liderada pelo revisionista Menachem Begin do partido Likud e apoiada pela maioria dos “judeus orientais”, decorreria dessa nova disposição de forças e da realidade criada pela ocupação, resultando em uma reorientação política e social que priorizou a colonização e acentuou o caráter religioso e nacionalista da sociedade israelense. Com a vitória de Begin e de sua coalizão, exceto pela devolução da Península do Sinai em troca do mútuo reconhecimento e do acordo de paz com o Egito, a possibilidade de compromisso territorial nos TPO fora abandonada em prol da colonização irrestrita, oficialmente sancionada e subvencionada, e do incentivo a iniciativas aparentemente isoladas de grupos como o Gush Emunim (Bloco da Fé). O movimento de colonos de caráter religioso, mesclando “ultranacionalismo e fervor religioso” e agora respaldado firmemente pelas autoridades, cresceu e se fortaleceu, avançando em seu objetivo de consolidar a presença israelense nos TPO a fim de impedir qualquer negociação futura sobre seu status e romper a contiguidade das áreas habitadas por palestinos, isolando-os em bolsões de grande densidade para disponibilizar mais terras para a colonização e dificultar a difusão de uma identidade coletiva e de ações de resistência. Quando Begin assumiu em 1977 havia 24 colônias habitadas por cerca de 3.200 pessoas. Quando renunciou em 1983 já havia 106 colônias ocupadas por 28.400 israelenses. Para Shlaim (2004, p. 399-418; 428; 432-433), concomitantemente ao avanço da colonização e a polarização interna, a vitória do Likud em 1977 também marcou um “divisor de águas” na política de Israel para os países árabes e para os TO, tornando-se ainda mais intransigente (exceto pelo acordo com o Egito)⁵⁶.

Weizman (2007, p. 78-84; 87; 93-95; 121-122) oferece uma visão mais complexa da colonização, que posteriormente resgataremos para compreender a vida nua palestina. O governo revisionista carecia de experiência administrativa e a

colonização resultou principalmente da pressão de organizações de colonos, da deliberada suspensão do controle do governo, da criação de “fatos no campo”, de soluções militares “emergenciais” e de conflitos entre diferentes vertentes do sionismo, resultando em um “crescente caos institucional”. Em Israel, esse processo levou a um recrudescimento das divisões internas relativas à continuidade ou encerramento da ocupação, que nos anos 1980 se refletiu no surgimento e fortalecimento de diferentes atores não estatais (os principais protagonistas a remodelar a arena política, exercendo influências distintas ao longo da ocupação), como os movimentos dos colonos e aqueles constituintes do “campo da paz”⁵⁷ (revolucionários, humanitários), com o governo (desde Rabin) endossando a posição dos primeiros.

Weizman destaca a presença de Ariel Sharon no novo governo, com sua diretriz de criar colônias para fins anexionistas (“fatos no campo”) e de defesa (tomar pontos elevados, montar um sistema de defesa em profundidade e fragmentar os palestinos em cantões), dentro de um imaginário colonialista de “fronteira” atrelado ao “novo judeu” sionista. Se inicialmente sua atuação se caracterizou pela exploração da ambiguidade e pelas ações à margem da legalidade fazendo o trabalho sujo (como punições coletivas e assassinatos operados pela “Unidade 101”), integrado ao governo continuou no limiar entre o legal e ilegal, promovendo a colonização e intervenções espaciais drásticas, como a multiplicação de “colônias não oficiais” ou “postos avançados” e a “haussmanização” da Faixa de Gaza, implicando na destruição ou danificação de cerca de 6.000 casas em pouco mais de meio ano.

Ao longo do período, sem cidadania israelense, os palestinos foram mantidos sob um regime de ocupação, que os privou de direitos humanos básicos e violou pontos centrais do direito humanitário (como o interdito à colonização). O “excedente territorial” não fora efetivamente negociado em troca da paz, ainda que essa tenha sido a posição oficial. Pelo contrário, testemunharam o avanço da presença colonial em seus territórios, com as desapropriações de terras em benefício dos colonos⁵⁸ acirrando as tensões. Lideranças passaram a se insurgir contra a ocupação e em defesa da independência concreta, inclusive com algumas se alinhando com a OLP e com isso intensificando a repressão israelense, que se tornou cada vez mais visível. Um sentimento de resistência foi se difundido, resultando em protestos que de meados dos anos 1980 em diante culminaram em um grande movimento anticolonial de massas, a Primeira Intifada (GATTAZ, 2003, p. 170).

Essa irrupção da resistência civil palestina nos TO esteve ligada à radicalização

do governo israelense, que após a eleição de junho de 1981⁵⁹ pela primeira vez foi formado exclusivamente pela direita, laica e religiosa, que embora não contasse com maioria significativa no Parlamento compunha um bloco político e ideologicamente coeso. Enquanto a política externa se tornou “mais ativista, mais agressiva e mais intransigentemente nacionalista” (anexação de Golã, invasão do Líbano em 1982⁶⁰), internamente o governo seguiu o dogma do “Grande Israel”, administrando coercitivamente a população dos TPO ao passo que aprofundava a colonização judaica inclusive em áreas habitadas por palestinos, expropriando suas terras e os removendo, em clara oposição ao reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino que Begin sinalizara em Camp David juntamente com a possibilidade de um processo de paz e autonomia (SHLAIM, 2004, p. 435-454; 475-476).

Diante da renúncia de Begin em outubro de 1983, o revisionista Likud escolheu como primeiro-ministro Yitzhak Shamir, crítico da retirada do Sinai, veementemente contrário a qualquer acordo territorial na “Terra de Israel” e fidedigno representante da “muralha de ferro”. Em julho de 1984, eleições gerais ocorridas em um cenário de impasse, dispendiosos gastos no Líbano e elevada inflação marcaram um quase empate entre revisionistas e trabalhistas, que levou à criação de um contraditório e inusitado governo de coalizão ou “unidade nacional”⁶¹, com ampla maioria, mas ideologicamente fragilíssimo, pois composto por partidos abrangendo uma ampla parcela do espectro político, uns aferrados à integridade da Grande Israel e outros prometendo acordos territoriais. Os pontos consensuais eram: retirada do Líbano, consolidação da paz com o Egito, iniciar negociações de paz com a Jordânia, não anexar a Cisjordânia, mas estabelecer mais colônias, rejeitar qualquer reivindicação a um Estado palestino e negociações com a OLP e preservar a unidade de Jerusalém.

À frente do governo, Shimon Peres foi relativamente bem sucedido em controlar a inflação, retirar parcialmente as FDI do Líbano – mantendo um controle indireto por meio de seu aliado, o Exército do Sul do Líbano - e iniciar as negociações em torno da “opção jordaniana” nos moldes do antigo, mas então atual “Plano Allon”, marginalizando a OLP do processo, tentando cooptar lideranças e ganhar a opinião pública palestina nos TO por meio de incentivos econômicos aos elementos “pró-jordanianos”. No período, em resposta a um ataque palestino contra três supostos membros do Mossad, o gabinete aprovou o bombardeio do quartel-general da OLP em Túnis, com o beneplácito de Reagan que via no ato um esforço na “luta contra o terrorismo internacional”, consagrado de 2001 em diante. É nos anos 1980 que a versão

israelense da luta contra os árabes e palestinos como “autodefesa” contra o terrorismo internacional ganhou corpo e passou a ser veiculada internacionalmente e definitivamente aceita, justificando o uso de força contra governos e populações. O porta-voz era Benjamin Netanyahu que ao mobilizar esse discurso atualizava uma construção ideológica orientalista e colonialista do outro⁶². Ademais, a iniciativa de paz com a Jordânia soçobrou quando chegou a hora dos trabalhistas alternarem com os revisionistas o cargo de primeiro-ministro. Com Shamir os diálogos esfriaram e a colonização foi acentuada, e com ela aprofundou-se a crise econômica dos palestinos, cuja crescente insatisfação não tardou a desembocar em manifestações massivas contra a ocupação. Também durante o governo de Shamir estourou o escândalo de fornecimentos de armas em apoio aos “contras” na Nicarágua e, no Oriente Médio, para manter o impasse na guerra Irã-Iraque e com ele o desgaste mútuo, o que era uma clara contradição com o discurso antiterrorista do país (SHLAIM, 2004, p. 470-507).

Economicamente, com a ocupação houve uma integração dependente dos palestinos de Gaza e Cisjordânia à economia israelense, na forma de mão de obra subvalorizada em empreendimentos dentro das fronteiras reconhecidas do país. Ao passo que essa lógica garantiu uma melhora individual da condição de vida dos trabalhadores palestinos (haja vista a superioridade dos ordenados em relação aos próprios TPO) impediu um desenvolvimento econômico independente (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 355; 363-367), constituindo-se em uma forma de exploração dos recursos humanos e da capacidade de consumo dos TPO (GATTAZ, 2003, p. 171), gerando o que Sara Roy (1987) classifica como “des-desenvolvimento”.

Ainda no período de 1967 a 1987, cabe destacar que ao passo que os refugiados palestinos se envolveram abertamente com o movimento de libertação nacional organizado pela OLP, os palestinos dos TO viveram desde 1967 sob um rigoroso governo militar, que para suprimir manifestações de protesto pontuais ou reivindicações nacionais mais amplas recorreu a aprisionamentos em massa, deportação de lideranças, punições coletivas, confinamentos e fechamentos de negócios, além de outras medidas voltadas a quebrar a resistência da população como um todo. Complementares às medidas repressivas estatais foram ações agressivas e de represália protagonizadas por colonos. O efeito cumulativo e abrangente da ocupação seria tanto a humilhação coletiva da população dos TPO quanto sua radicalização. Assim, mesmo temendo perder ganhos pessoais, os palestinos passaram a contestar cada vez mais abertamente a ocupação israelense a partir dos anos 1970, estabelecendo laços com a OLP e

reconhecendo-a como representante legítima. A resistência passou a ser vista como alternativa única à ocupação, lógica que desembocou em levantes massivos já nos anos 1970, intensificados e canalizados nos anos 1980 com a deflagração da Primeira Intifada (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 365-367).

André Gattaz (2003, p. 168-170) salienta que, a resistência nos TPO à ocupação israelense se acentuou na segunda metade dos anos 1980, quando o Estado judeu ao passo que subsidiou o avanço da colonização apertou o cerco “cometendo claras violações dos direitos humanos” como negação das liberdades básicas, violência de colonos, “[...] deportação, tortura de detidos, prisões em massa, demolição de casas, espancamento e assassinato [...] humilhação dos palestinos em sua vida cotidiana através de revistas arbitrárias, bloqueios, toques de recolher, fechamento de escolas e instituições comunitárias [...]” – o que se tornou uma constante nos relatórios de direitos humanos. O final dos anos 1980 marcou uma “nova fase” dos TPO, “[...] caracterizada por um nível de violência e repressão nunca atingido antes no curso de duas décadas de ocupação.”. Citando relatórios do “Comitê Especial das Nações Unidas para Investigar as Práticas Israelenses Afetando os Direitos Humanos da População dos Territórios Ocupados” (CEIPI), Gattaz aponta como causa dessas violações a política israelense de considerar os TPO como parte de seu território ao passo que não garantiu a seus habitantes palestinos a cidadania, criminalizando manifestações nacionalistas, controlando e restringindo aspectos da vida cotidiana – como censura de livros - e negando direitos e liberdades básicas. Agravando o quadro, esteve a retomada a partir de 1984 da construção de novas colônias e o crescimento das já existentes a partir do confisco de terras palestinas e conforme uma diretriz de aumentar substancialmente a população judaica nos TPO e controlar suas reservas de água.

2.3.4. De 1987 a 2000

Conforme Cleveland e Bunton (2009, p. 474), após a invasão do Líbano pelas forças israelenses em 1982, buscando destruir a infraestrutura da OLP no país, a sociedade israelense experimentou um período de crescente polarização e fragmentação política. Nos extremos do espectro político surgiram pequenos partidos, que angariaram votos importantes nas eleições de 1984 e 1988, ao ponto de impedirem a formação de governos com ampla maioria tanto do Likud quanto do Partido Trabalhista. Estes foram forçados a comporem coligações abrangentes e governos de unidade nacional,

hegemonizados pelos revisionistas. Yitzhak Shamir, como primeiro-ministro entre 1986 e 1992, intensificou a colonização dos TPO, em conformidade com a plataforma do Likud e as demandas dos colonos. A expansão da colonização, a fim de ampliar a presença territorial israelense e inviabilizar qualquer futura concessão e compromisso territorial, foi acompanhada de outras medidas para isolar e manter o jugo dos palestinos, como confiscos de mais terras, deportações, repressão de manifestações e organizações e prisões arbitrárias (administrativas). De forma geral, a ocupação se fez presente na vida da população de diferentes formas, obrigando-a a enfrentar uma série de obstáculos burocráticos para se deslocar e trabalhar, portar cartões de identidade e pagar taxas especiais, sendo também submetida à violência, prisões, confinamentos ou mesmo tortura, recrudescendo o sentimento de humilhação e revolta.

André Gattaz (2003, p. 172) destaca que, em 1987, a situação nos TPO se deteriorou rapidamente, quando se tornaram mais frequentes atos de “punição coletiva” em resposta à resistência dos palestinos, como toques de recolher, o isolamento integral de áreas determinadas, demolição de casas, perseguição a entidades representativas da sociedade e fechamento de instituições de ensino. Said (1995, p. 369-370) contrapõe o realinhamento da OLP em 1988 moderando suas posições (o que foi possível graças à legitimidade garantida pela Intifada) à dura repressão israelense, com suas tropas “[...] agora atirando em palestinos em seu campo de visão, e não apenas quando elas são provocadas por pedras.”. No mesmo contexto, Benjamin Netanyahu – já como importante liderança revisionista – passou a defender abertamente um “programa maior de deportação” e Shamir se pronunciou publicamente a favor de assentar muitos dos judeus oriundos da URSS na Cisjordânia, em terras a serem tomadas.

É contra esse “quadro de discriminação e repressão” que a deflagração da Primeira Intifada (1987-1993) deve ser compreendida. Gattaz (2003, p. 173-179) e Shlaim (2004, p. 508-509) sublinham o não planejamento inicial da mobilização popular pela OLP e seu caráter massivo, descentralizado e espontâneo em sua primeira fase, combinando elementos de movimentos por direitos civis com aqueles de lutas pela autodeterminação. Na sequência, com a OLP instada a guiar a luta pela independência, organizações políticas e paramilitares instaladas nos TPO foram dando direção à desobediência civil e revestindo-a de um caráter nacionalista, o que deflagrou uma dura campanha de contrainsurgência para desestruturar as redes articuladas por militantes. Shlaim destaca que a inteligência e os políticos israelenses foram pegos de surpresa com o levante palestino, pois até então acreditavam que a dependência econômica dos TPO e

a repressão militar pontual dariam conta de manter uma suposta “aquiescência tácita” diante da ocupação. Quando a dimensão e a profundidade da revolta foram evidenciadas, respostas a ela foram apresentadas em duas direções opostas, enfraquecendo o governo de unidade nacional à medida que divergiam não só os partidos entre si, mas tendências internas deles e a opinião pública como um todo.

Para uns à situação vigente deveria corresponder uma solução política, o que implicava negociar com a OLP e criar um Estado palestino. Para outros, a resposta mais adequada ao levante palestino era o recrudescimento da força bruta. Prevaleceu a “mão de ferro” para “esmagar a intifada”, vista por Shamir e Rabin não como uma disputa territorial, mas uma ameaça existencial a Israel. À frente da defesa e seguindo o corolário da “muralha de ferro”, Rabin teria dito “quebrem os ossos deles”, ordenando o uso de “poder, força e bordoadas” para sinalizar aos palestinos que não obteriam ganhos políticos com a revolta. Idith Zertal e Akiva Eldar (2007, p. 112-113) destacam as semelhanças entre o Likud os trabalhistas em relação às colônias e aos colonos, com os primeiros se dedicando publicamente a alimentar as colônias e os segundos “[...] completando o serviço ao esmagar impiedosamente o levante civil palestino [...]”. Se a população de colonos quase dobrou durante o governo de unidade estabelecido em 1984, com o novo governo hegemonizado pela direita as confiscações de terras e investimentos nas colônias atingiram patamares até então inéditos.

As considerações de Cleveland e Bunton (2009, p. 474-478; 496) estão em sintonia com a leitura feita por Gattaz e Shlaim. Basicamente, a série de protestos massivos visava o final da ocupação e a consumação da autodeterminação palestina via OLP, e o levante começou de forma espontânea em dezembro de 1987 na Faixa de Gaza, quando um protesto foi duramente reprimido pelas FDI. Demonstrações inicialmente espontâneas de jovens tornaram-se rapidamente um movimento abrangendo toda a sociedade palestina com uma coordenação mais centralizada (Liderança Nacional Unificada, representando as principais facções da OLP) e a adoção de táticas de desobediência civil, como greves, boicotes, manifestações e recusa a pagar taxas, tornando-se mais violenta no começo dos anos 1990 quando a repressão aumentara e a diretriz de não utilizar armas fora abandonada. É nesse contexto que surgiram novas organizações, como o Movimento de Resistência Islâmico (Hamás, inicialmente braço da Irmandade Muçulmana na Faixa de Gaza) e a Jihad Islâmica, que passaram a rivalizar com as lideranças laicas que estavam à frente do movimento nacional palestino e se tornaram uma alternativa à OLP nos anos 1990 e 2000,

ampliando sua influência a partir de uma rede de instituições prestadoras de serviços. Justamente por cumprirem essa função de contraponto à influência da OLP, Israel não impediu seu surgimento e crescimento inicial (SHLAIM, 2004, p. 517).

A repressão da Intifada pelas FDI foi brutal, deportando lideranças, atirando em jovens desarmados e empregando assassinatos políticos e punições coletivas, como demolições de casa, toques de recolher extensos e duradouros, cortes de água e eletricidade, prisões em massa, detenções administrativas, políticas econômicas punitivas e fechamento de escolas, universidades e estruturas comunitárias, visando minar o ímpeto de resistência e a tentativa de criar uma autossuficiência econômica. Os fatos foram veiculados internacionalmente, com “imagens perturbadoras” de um exército poderoso investindo contra uma população que lutava por seus direitos básicos aumentando as críticas internas e internacionais a Israel. Ataques de colonos e soldados contra palestinos e suas propriedades, inclusive queimando e desenraizando árvores, intensificaram as revoltas e críticas. No final de 1990, mais de 1.000 palestinos já haviam sido mortos, com mais de 30.000 presos e feridos, marcando o arrefecimento, mas não o final, dos protestos, que duraram até pelo menos a primavera de 1992.

O CS-ONU adotou por 14 votos a favor e uma abstenção (EUA) uma resolução (605) por meio da qual “deplorou enfaticamente” as políticas e práticas da ocupação israelense, sobretudo “matar e ferir civis palestinos indefesos”. Concomitantemente à resolução 605, outras do CS-ONU e da AG-ONU condenaram práticas adotadas nos TPO, como “[...] assassinatos e detenções extrajudiciais, tortura, demolição de casas, deportações.”, mas que não resultaram em ações concretas dado o poder de veto dos EUA (GATTAZ, 2003, p. 173-179; SHLAIM, 2004, p. 510-512). Para Cleveland e Bunton, embora separadas por meio século, as causas do Levante Árabe de 1936 e da Intifada seriam similares: “Ambos os levantes representaram expressões populares substanciais de ressentimento pela ocupação e desapropriação.”. Nos dois momentos, a população árabe-palestina temeu pela perda de suas terras e expulsão da Palestina, mas em 1987 a esses receios somou-se o de perder a identidade nacional nos únicos territórios remanescentes nos quais constituía maioria. Por meio dos protestos, os palestinos tentaram se libertar das dificuldades colocadas pela ocupação e garantir o reconhecimento dos direitos nacionais.

As manifestações tiveram várias implicações para o conflito, como o acirramento do ódio interétnico e o fortalecimento de propostas radicais (como a expulsão massiva dos palestinos), o reconhecimento do impacto negativo da ocupação

sobre os habitantes dos TPO e a reorientação gradativa da política israelense, abandonando-se seu intento de manter a ocupação invisível, com aparência “benevolente” e relativa integração subalterna dos palestinos (mão de obra barata), desde que não acompanhada de extensão de cidadania a eles (GORDON, 2008; ZERTAL; ELDAR, 2007, p. 103-105). A Intifada marcou também o final da “opção jordaniana”, agora refutada pelo próprio governo da Jordânia, o enraizamento do nacionalismo palestino nos TPO, a deterioração das condições econômicas e uma reorientação tanto da OLP, pressionada pela população dos territórios, quanto da política estadunidense reconhecendo o direito dos palestinos e sua organização máxima. Em Israel a Intifada esteve no cerne dos debates das eleições gerais de 1988, com os trabalhistas enfatizando a paz e necessidade de diálogo e os revisionistas a segurança e o direito “eterno e indiscutível” do “povo judeu” a “Terra de Israel”. Nas urnas, trabalhistas e o Likud perderam espaço para partidos menores e mais ideológicos, tanto à esquerda quanto à direita, especialmente os religiosos que passaram de 12 para 18 cadeiras. Sem conseguir uma maioria suficiente, a saída de Shamir foi outro governo de unidade nacional, mas dessa vez sem a fórmula da alternância e com os trabalhistas em condição mais frágil.

Ao invés da velha e desgastada fórmula “terra por paz”, uma versão simplificada da “muralla de ferro”, considerando a força um fim em si e não um meio de conseguir negociar em posição favorável, constituiu a principal diretriz do governo. Muito pressionado interna e internacionalmente, ao passo que Shamir lançou uma proposta de negociação pouco fez para impedir sua refutação por seu próprio gabinete, o que deflagrou uma crise interna. Seu governo se tornou insustentável com a saída dos trabalhistas, sendo o primeiro-ministro destituído por uma votação de não confiança no Knesset. Com os trabalhistas incapazes de formar um novo governo, Shamir conseguiu retornar nos braços da extrema-direita laica e religiosa, inclusive com partidários de uma nova limpeza étnica⁶³, compondo um governo ideologicamente coeso em defesa do Grande Israel e intransigente quanto ao não reconhecimento dos direitos nacionais palestinos e a qualquer proposta de retirada, mesmo que fosse da densamente povoada Faixa de Gaza cuja manutenção representava um perigo demográfico (SHLAIM, 2004, p. 514-535).

O período da Intifada é marcado também pela decisão histórica da OLP de acatar oficialmente a Resolução 242 da AG-ONU de 1967, que demanda a retirada de Israel dos TO e uma solução negociada para o problema dos refugiados e para o conflito,

implicando no reconhecimento palestino do direito de Israel existir nas fronteiras prévias à Guerra dos Seis Dias e na rejeição de “todas as formas de terrorismo”, inclusive o de Estado. Essas medidas foram pré-condições colocadas pelos EUA desde os anos 1970 para reconhecer a OLP e para pressionar Israel a participar de encontros com autoridades palestinas, costurando um acordo de paz. Em decorrência, a administração Reagan finalmente reconheceu a OLP. No entanto, o governo de Shamir não considerou as mudanças então em curso, difamando a iniciativa como “tentativa de desinformação” e se recusando a qualquer retirada e reconhecimento da organização, o que protelou o diálogo. Pressionado pela gestão Bush pai, menos tolerante às procrastinações, a saída do governo israelense fora apresentar sua própria proposta, condicionada ao término da violência palestina e alinhada com a “opção jordaniana”, portanto sem prever nenhum Estado palestino e inicialmente excluindo a OLP (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 474-478; SHLAIM, 2004, p. 524-530).

Para Gattaz (2003, p. 179-181), se a Intifada não precipitou o final da ocupação ao menos evidenciou sua insustentabilidade, levando à consolidação da reorientação política da OLP no sentido de reconhecer Israel e reivindicar um Estado palestino na Cisjordânia e Gaza (proposta que circulava desde os anos 1970 e se fortaleceu com o levante). Não sem percalços, tal movimentação culminou no processo de paz – que na visão crítica de Gattaz, em consonância com Chomsky e Said, seria uma estratégia alinhada com Washington para contornar o isolamento internacional de Israel e bloquear uma solução diplomática efetiva, constituindo-se em mais um tratado de paz que não reflete a justiça, mas sim o poder.

O fracasso, entretanto, era inerente ao processo de Oslo, que não foi nem um instrumento de descolonização, nem um mecanismo para aplicar a legitimidade internacional ao conflito, porém um projeto que visava mudar a base do controle israelense sobre os territórios ocupados com o objetivo de perpetuá-lo [...] O controle das fronteiras externas (Líbano, Jordânia, Egito e o Mar Mediterrâneo), além disso, permanece com Israel, fazendo com que as únicas fronteiras palestinas sejam com Israel. E embora os acordos de Oslo tenham definido alguns poderes para os palestinos, a autoridade sobre os aspectos mais críticos da economia palestina é mantida por Israel. Assim, recursos essenciais como terra, água, trabalho e capital permanecem sujeitos à jurisdição israelense na totalidade dos territórios ocupados [...] (GATTAZ, 2003, p. 185; 188-189).

Na primeira metade dos anos 1990, a continuidade da colonização e da repressão à Intifada e a aproximação dos EUA de vários regimes árabes só aumentaram a pressão para Israel entrar em negociações diretas, o que ocorreu a partir de outubro de 1991 na cidade de Madri, tendo por base as resoluções 242 e 338 do CS-ONU. Madri marca a

primeira participação oficial dos palestinos em uma reunião intergovernamental sobre o Oriente Médio e o final da duradoura recusa de Israel em reconhecê-los como interlocutores. Contudo, a participação meramente protocolar israelense só ocorreu a contragosto, devido à pressão estadunidense de condicionar sua ajuda financeira à participação nos diálogos e após malsucedidas tentativas de frustrar a iniciativa - prendendo lideranças palestinas, incluindo um defensor da limpeza étnica no gabinete e anunciando novos assentamentos. Se Sharon declarava abertamente a intenção de dar continuidade à colonização para impedir qualquer acordo territorial ou autonomia palestina, Shamir seguia a antiga política de “evasão e procrastinação” para ganhar tempo e criar “fatos no campo”, por motivos óbvios nunca reconhecida oficialmente.

Em Madri, a moderação palestina acatando as pré-condições para o início dos diálogos jogou a responsabilidade por seu fracasso sobre os ombros do intransigente governo israelense⁶⁴, que enquanto se dizia aberto ao diálogo se recusava a trocar terras por paz, negava qualquer direito nacional palestino e anunciava novos assentamentos. Em decorrência, o apoio às negociações cresceu também junto à opinião pública israelense, a extrema-direita perdeu espaço no governo e os EUA redefiniram sua posição diante do conflito, tudo isso culminando na vitória eleitoral⁶⁵ dos trabalhistas em 1992 - enquanto os trabalhistas aumentaram sua representação de 39 para 44 parlamentares, o Likud decaiu de 40 para 32, marcando a ascensão de Yitzhak Rabin. Este pleito opôs o projeto do Grande Israel, com a decorrente transformação do país em um Estado binacional de “apartheid” a uma saída de dois Estados, visando manter o caráter democrático e judaico de Israel (SHLAIM, 2004, p. 526-560).

A fórmula apresentada pelos trabalhistas, em 1992, fundamentou-se em não se retirar verdadeiramente dos TPO nem garantir uma genuína independência palestina, mas uma “[...] imitação suficiente de ambas para aliviar a pressão.”. Se para boa parte da opinião pública internacional as negociações em Oslo (tornadas públicas em 1993) pareceram um impressionante avanço, o desapontamento foi crescendo à medida que o processo se mostrou nada mais do que “[...] a continuação do esforço israelense para manter o controle sobre a terra enquanto delegou as responsabilidades sobre o dia a dia aos palestinos que viviam nela.”, livrando Israel dos custos de manter a ocupação ele próprio. Oslo, aparentando garantir a autodeterminação palestina e como “exercício de fazer crer”, criou expectativas diferentes entre palestinos e israelenses e ofuscou as injustiças inerentes ao processo e o enorme desequilíbrio de poder entre as partes, tornando a dura realidade da ocupação mais palatável e garantindo ao ocupante um

inédito prestígio internacional e benefícios concretos. Se as explicações mais correntes atribuem o fracasso de Oslo à violência, ao “ódio imutável” e ao extremismo judaico e islâmico, ou ainda ao assassinato de Rabin ou descumprimento pela OLP e Israel dos termos, tais visões ignoram os efeitos dos anseios israelenses por “terra e controle”, “[...] que vão diretamente contra a possibilidade de criar um Estado palestino [...] É inconcebível que uma sociedade invista bilhões de dólares em estradas e casas que esteja verdadeiramente predisposta a abandonar.”. Afinal, conforme Shlaim (2004, p. 563-574; 615), até a eleição de Rabin e formação do novo governo⁶⁶, trabalhistas e revisionistas apresentaram “similaridades surpreendentes” em suas políticas externas. Ambos trataram o conflito com seus vizinhos como exclusivamente entre Estados, apoiaram a colonização dos TPO (uns por questões políticas de aumentar o poder de barganha, outros em prol do Grande Israel) e se opuseram com veemência ao nacionalismo palestino, não reconhecendo a OLP e nem qualquer direito à autonomia nacional e formação de um Estado independente.

Sobre o processo de paz, Cleveland e Bunton (2009, p. 499-509) igualmente destacam as primeiras conversas ocorridas em Madri e o caráter secreto inicial de Oslo, base dos acordos oficiais de 1993 e 1995. Oslo I tratou de reconhecimento mútuo e de uma declaração de princípios que, embora já previsse uma partilha territorial, não abordava as questões centrais do conflito (como o caráter da soberania palestina e o destino dos refugiados palestinos, de Jerusalém Oriental e das colônias israelenses nos TPO), cuja discussão foi relegada a um momento posterior. Na sequência, Oslo II (1995) incorporou e substituiu o acordo anterior e dividiu os TPO em três áreas (A, B e C)⁶⁷, cabendo a Yasser Arafat e à OLP a soberania sobre a primeira tipologia, onde instalaram as estruturas administrativas, legislativas e securitárias da então criada Autoridade Palestina (AP). Contudo, pela descontinuidade e dimensões reduzidas das “áreas A” elas logo se assemelharam mais a “bantustãos” do que a um Estado em vias de se tornar independente, acirrando a oposição de grupos palestinos. Oslo II previu um prazo para a assinatura de um acordo final, que foi descumprido e está até hoje pendente.

Não obstante as sinalizações favoráveis a um diálogo, o desgaste recíproco (decorrente da continuidade da colonização e das táticas terroristas empregadas por palestinos e pela repressão israelense) levou, gradativamente, ao fortalecimento das posições mais radicais, em detrimento dos moderados entusiastas dos acordos de paz⁶⁸. Em suma, longe de consensuais e céleres (sobretudo em Israel⁶⁹), repletos de atrasos e

retrocessos os tratados alargaram o fosso separando favoráveis e contrários aos diálogos, culminando no massacre de dezenas de palestinos na mesquita de Hebron, no assassinato de Yitzhak Rabin⁷⁰ e no fortalecimento das organizações de extrema-direita israelenses e armadas palestinas (como o Hamas), estas que se opuseram aos acordos desde o começo e optaram pela continuidade da luta armada de libertação promovendo atentados dentro de Israel, o que alimentou um círculo vicioso de radicalização. Para Gattaz (2003, p. 182), enfraquecida pelo apoio a Saddam Hussein na Guerra do Golfo e despreparada, a OLP acatou os acordos desfavoráveis, que por meio da divisão em áreas A, B e C – com as primeiras constituindo ilhas isoladas – instituíram um “[...] regime da clausura e dos bantustãos.”, além de uma forma de autogoverno hostil. Se os acordos sinalizaram a possibilidade de normalização das relações de Israel com seus vizinhos, a exemplo do tratado de paz assinado com a Jordânia em 1994 (o que enterrou a “opção jordaniana” de vez), a vitória de Netanyahu em 1996 e suas medidas estagnaram o processo de reconhecimento de Israel pelos países da região.

Cleveland e Bunton (2009, p. 511-516; 504-504; 523) e Shlaim (2004, p. 589) sublinham a assimetria de poder entre as partes, sendo uma ocupante e a outra ocupada, que se refletiu em um sistema legal e de serviços básicos separado e discriminatório e na prevalência das leis de ocupação e das ordens militares em caso de dissenso sobre pontos específicos. Cunhados a partir de posições desiguais, sem intermediação da ONU e obrigatoriedade de suas resoluções e mecanismos de aplicação, os acordos ignoraram as “questões centrais”, que foram não só adiadas, mas comprometidas na prática com o avanço da colonização e a recusa concreta de um compromisso. A impunidade das violações dos acordos por Israel foi garantida pela postura dos EUA de condenar apenas retoricamente a colonização posterior, sem impor qualquer tipo de sanção. Enfatizando o caráter colonial do conflito, Edward Said (1996, p. 132; 119-121) critica a posição oficial dos EUA e de Israel durante as negociações – partilhada também pelo Paz Agora e pelos “trabalhistas moderados”⁷¹ - de que as partes não deveriam se ater ao passado, pois seria um embate de direitos. Ao “[...] ‘direito’ de um povo majoritariamente europeu de vir à Palestina, considerando-a vazia de habitantes, conquista-la pela força, expulsar 70% de seus habitantes [...]”, Said contrapõe “[...] o direito do povo nativo da Palestina de resistir a essas ações e tentar permanecer em sua terra.”. Seria, portanto, “[...] pedir para as vítimas esquecerem seu passado e planejarem viver junto com seus conquistadores como cidadãos inferiores.”. Quanto aos acordos em si, assimétricos, constituiriam uma cortina de fumaça para o prosseguimento da

ocupação e colonização e, com elas, da crescente miséria, frustração e insegurança nos TPO, com a liderança palestina se tornando uma espécie de “polícia do gueto” concedendo tudo, renunciado à resistência, e recebendo em troca apenas a promessa de um acordo final. Ainda seguindo Said (2000, p. 173), desde o começo do processo de paz estava nítido que ocorreria uma segunda intifada, pois nem trabalhistas nem revisionistas procuraram esconder que “[...] Oslo estava pensado para dividir os palestinos em enclaves não contíguos, rodeados de fronteiras controladas pelos israelenses, com colônias e estradas entre assentamentos salpicando, e fundamentalmente violando a integridade dos territórios.” por meio de expropriações e demolições de propriedades palestinas. Conforme Abunimah (2006, p. 60), o processo de Oslo fora visto pelos trabalhistas como meio de se livrar da pressão demográfica palestina e pelos direitistas explorado como estratégia para ganhar tempo e expandir a colonização nos TPO. Shlaim é menos cético quanto às chances iniciais do processo⁷².

Independentemente das interpretações possíveis sobre os Acordos, a continuidade das tensões internas e intercomunitárias⁷³ e da presença e ocupação direta israelense na maior parte dos TPO, classificada como área C (onde prosseguiram as expropriações de terra, violência dos colonos e sua expansão pelo território), trataram de logo enfraquecer as expectativas criadas, com os desafios sobrepujando os princípios gerais e diretrizes vagas dos acordos, o que restabeleceu quase que prontamente o impasse e levou a uma radicalização em ambas as sociedades. Substituto natural de Rabin, após seu assassinato Shimon Peres formou um governo prometendo dar continuidade à política de seu antecessor e criar um “novo Oriente Médio” na esteira da globalização e derrubada das fronteiras. No entanto, conseguiu um voto de confiança de apenas 61 dos 120 parlamentares, denotando a divisão da sociedade israelense. Nos países vizinhos se sobressaiu a desconfiança de que Peres queria apenas substituir a hegemonia militar de Israel pelo domínio econômico.

Diante de tamanhas dificuldades, o governo Peres foi efêmero. Em 1996, nem a suspensão temporária dos diálogos de paz nem as operações contra as organizações palestinas e o Líbano⁷⁴ fortaleceram sua imagem perante o dividido eleitorado, que assegurou uma vitória muito estreita dos revisionistas no pleito de maio de 1996⁷⁵, o primeiro com eleição direta para primeiro-ministro. Tal cargo foi então ocupado por Benjamin Netanyahu, que constituiu o novo governo composto de uma coalizão integrando o Likud, partidos religiosos e dissidentes trabalhistas (“Terceira Via”) que durante a campanha já os vinha criticando por trazerem “paz sem segurança” e

prometendo “desacelerar” o processo iniciado em Oslo. O governo adotou uma linha intransigente e de “radicalismo ideológico”, sendo “um dos mais conservadores e religiosos da história de Israel” ou “um governo nacionalista-religioso etnocêntrico”, apregoando o “retorno declarado à muralha de ferro” e a defesa do Grande Israel. Se durante as eleições o orientalista Netanyahu abrandara seu discurso em conformidade com os humores da opinião pública, após eleito logo escancarou que seu objetivo final era, de fato, enterrar a iniciativa de paz. Nos TPO foi acentuada a política de repressão e colonização, pautada pela visão não de diálogo a partir da troca de terras por paz, mas de que Israel poderia avançar na colonização ao “criar fatos concretos”, conciliando segurança, colônias e coexistência pacífica, sem explicar como (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 500-510)⁷⁶. O “Plano Allon crescido” de Netanyahu visando criar bantustões de autonomia fora uma proposta indecorosa aos palestinos, formulada não para ser aceita por eles, mas para o público israelense⁷⁷. Em teoria propunha “terra por paz”, mas na prática aos palestinos menos terras e a todos menos paz, o que resultou em retomada da violência – às vezes provocada intencionalmente por Israel, como na tentativa de assassinato de Khalid Meshal, do Hamas, para ser instrumentalizada como justificativa para suspensão dos diálogos de paz. A intransigência e a crença na muralha de ferro também marcaram a relação com a Síria e o Líbano, procrastinando diálogos de paz (SHLAIM, 2004, p. 628-665; 671-672).

Esforços diplomáticos posteriores, como o acordo de Wye em 1998 (patrocinado por Bill Clinton), foram duramente criticados e combatidos pelos partidos religiosos e nacionalistas israelenses e avançaram muito pouco, sendo incapazes de reverter o rumo dos eventos, que levaria à deflagração da Segunda Intifada, muito mais violenta e mortífera. Conforme Shlaim (2004, p. 676), à adesão palestina aos acordos assinados em Wye se contrapôs a “negligência israelense”, cujo governo impôs condições “[...] novas e planejadas para torpedear o processo de paz responsabilizando os palestinos.”, dando assim continuidade a uma estratégia adotada desde a criação do Estado e que se tornou ainda mais comum após 2000. A eleição de Ehud Barack, à frente de uma coalizão hegemônica pelos trabalhistas, ocorreu em um contexto de aprofundamento da divisão na sociedade israelense entre seculares e religiosos e pacifistas e expansionistas e não resultou em avanços no processo de paz, que estagnou definitivamente em Camp David II, patrocinado novamente por Clinton em julho de 2000 e que levou ao próprio final do curto governo de Barack. Sem ofertas escritas apresentadas ao longo dessa nova fase do processo, as interpretações sobre a

responsabilidade por seu fracasso variam⁷⁸ (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 510-510). Seguindo Avi Shlaim (2004, p. 13-15),

Com o colapso da reunião de cúpula de Camp David, começou a contagem regressiva para a deflagração da rodada seguinte de violência. Do lado palestino, havia crescente frustração e profundas dúvidas de que Israel algum dia iria aceitar voluntariamente um acordo que envolvesse sequer uma pequena parte de justiça. A aparente intransigência de Israel alimentava a crença de que ele só entende a linguagem da força. Do lado israelense, havia crescente desencanto com os palestinos e desilusão com os resultados do acordo de Oslo. Foi contra esse pano de fundo que Ariel Sharon, o líder do Likud, escolheu fazer sua tão divulgada visita a al-Haram al-Sharif, o Nobre Santuário que os judeus chamam de Monte do Templo [...] Em muito pouco tempo, os tumultos ganharam a proporção de uma revolta em grande escala – a intifada de al-Aqsa.

A partir de Oslo enquanto as condições de vida nos TPO se deterioraram significativamente, as colônias e sua infraestrutura foram expandidas e as desapropriações aceleradas, provocando junto a cada vez maiores dificuldades de locomoção e subsistência dos palestinos humilhações diárias e frustração generalizada diante do enraizamento da ocupação e da falta de perspectivas para seu final. Ainda há que se destacar dentre os fatores provocadores do novo levante palestino em 2000, o fortalecimento dos grupos extremistas em ambos os lados e a crescente repressão israelense e da AP. Assim, a provocativa visita de Ariel Sharon à mesquita de Jerusalém, reeditando o ato provocativo de Netanyahu anos antes para deflagrar e violência e estagnar os diálogos, foi a centelha suficiente para fazer explodir uma situação insustentável. Respondida com protestos massivos, estes foram suprimidos com violência desproporcional, o que aumentou sua intensidade e abrangência, envolvendo inclusive áreas árabe-palestinas de Israel e criou uma situação incontrolável para a AP.

2.3.5. Da Segunda Intifada (2000) em diante

A deflagração da Segunda Intifada (2000-2005), caracterizada pela violência extrema, sepultou os acordos natimortos⁷⁹. “As duas sociedades se fecharam em uma dança da morte”, que deixou Oslo “em farrapos” e fez ascender em Israel a extrema-direita (SHLAIM, 2004, p. 16-25). A nova rodada de violência também foi alimentada pelas sucessões de Clinton por Bush e de Barak por Sharon, que marcaram a neutralização das negociações em Taba, quando palestinos e israelenses estiveram mais próximos de um acordo. Os governos de Sharon (2001-2006) se caracterizaram por um

retorno “a uma versão grosseira da estratégia da Muralha de Ferro”, ordenando a reocupação da Cisjordânia em resposta à violência da Intifada. Conforme Shlaim (2004, p. 20) fora “[...] mais direitista em sua composição e muito mais radical em sua política em relação aos palestinos [...]”, o que se tornou uma constante desde então. Sua proposta subjacente era de um Estado palestino formado por fragmentos desconexos de porções territoriais (“bantustãos”). Decorre dessa visão o planejamento e a construção do Muro da Separação no contexto do novo levante, penetrando fundo na Cisjordânia, apartando e cercando vilas, expropriando terras, destruindo plantações e propriedades, separando populações dos serviços básicos e violando direitos humanos básicos, tudo em nome da segurança israelense. Para manter uma “fachada democrática” concorreu a evacuação meramente performática de “postos avançados ilegais” desabitados, ou sem importância, alardeando uma suposta boa vontade do governo, que na prática auxiliava na legitimação do restante das colônias e difundia a presença dos colonos na Cisjordânia, impedindo o estabelecimento de um Estado palestino viável.

Como a Primeira Intifada, a Segunda se iniciou de forma espontânea e massiva e foi apropriada e coordenada pelas organizações palestinas auxiliadas por agentes da AP. Mas, o levante de 2000 se diferencia pela radicalização da violência, tanto da resistência quanto da ocupação, resultando em um nível inédito de mortandade e violações, na quase completa falta de perspectivas para a paz final e na radicalização da opinião pública de ambos os lados, favorecendo os extremistas em detrimento dos pacifistas. De um lado, protestos e atentados suicidas, de outro “[...] bombardeio de campos de refugiados, a demolição de casas, ataques a instalações médicas, prisão de centenas de suspeitos e execuções sumárias.”. Said (2002) destaca os ataques israelenses contra instalações civis durante a Segunda Intifada, classificando-os de “agressão implacável e criminosa”, “guerra contra a população civil”, “limpeza étnica”, “[...] conflito racista, e do ponto de vista estratégico e tático, uma guerra colonial. Mata-se e faz sofrer cidadãos por não serem judeus. Que ironia!”. Em sentido semelhante, Gideon Levy (2004) sublinha toques de recolher prolongando-se por todo o dia, cortes de água e eletricidade, incursões sistemáticas, detenções em massa, destruição despropositada de casas e edifícios e “incontáveis casos de uma crueldade e sadismo sem precedentes contra civis indefesos” (como humilhações, agressões, deixar agonizando sem receber socorro médico e mulheres impedidas de acessar maternidades para conceberem). Para Shlaim (2004), na gênese da violência estaria a própria ocupação iniciada em 1967 - constatação que ignora o problema nevrálgico dos refugiados palestinos de 1948 e a

“judaização” territorial etnocrática. Para Cleveland e Bunton (2009, p. 510-525) o tom do novo levante foi dado por ataques suicidas e operações brutais das FDI, acompanhadas de punições coletivas, que aproximaram a situação antes de um conflito assimétrico do que do movimento de massas relativamente organizado que caracterizou sua primeira versão, entre o final dos anos 1980 início dos anos 1990.

Durante as operações “Baluarte” e “Escudo Defensivo”, entre março e abril de 2002, todas as cidades palestinas maiores foram reocupadas, resultando na ampliação da presença israelense nos TPO, no desmantelamento do processo de paz e na morte de mais de 470 palestinos e na prisão de cerca de 5.000. Foram utilizadas força aérea e terrestre, assassinatos extrajudiciais, fechamentos e toques de recolher. Na invasão do campo de refugiados de Jênin, assim como nas operações subsequentes contra Gaza, a área foi declarada “zona militar especialmente fechada”, impedindo o acesso de jornalistas, monitores de direitos humanos e equipes médicas e humanitárias e, antes da entrada das tropas, escavadeiras blindadas (*bulldozers*) arrasaram os principais “obstáculos”, ampliando as vias.

Contra Gaza, a repressão foi ainda mais dura, multiplicando-se os ataques, “represálias” e a destruição sistemática de casas e plantações, ampliando a “margem de segurança” nas fronteiras. Em 2004, as forças israelenses promoveram a operação militar inédita em “extensão e violência” chamada “Dias de Penitência”, logo após um míssil caseiro partindo de Gaza matar duas crianças israelenses. Vilas e campos de refugiado como Bait Hanun, Bait Lahia e Jabalia foram bombardeados e invadidos por duas semanas, sendo várias casas destruídas, 103 palestinos mortos e 442 feridos. Na ocasião, os Estados Unidos vetaram uma resolução do CS-ONU condenando Israel pelas mortes e destruição causada. Por sua vez, nesse contexto, a resistência palestina deu continuidade aos atentados suicidas e passou a preparar e disparar os primeiros mísseis caseiros e a cavar túneis para ações estratégicas e furar o bloqueio imposto à Gaza. A partir da retirada dos colonos e militares da Faixa (“desengajamento unilateral”), em meados de 2005, tiveram início as operações israelenses oficialmente voltadas a desmantelar a fabricação de foguetes e a rede de túneis, baseadas em incursões terrestres precedidas por bombardeios aéreos desproporcionais, que marcam uma continuidade com a Segunda Intifada e o período mais mortífero do conflito.

Sobre o desengajamento da Faixa, seria um plano comentado por Ariel Sharon muito antes de meados de 2005, quando foi executado pautado por preocupações políticas e demográficas, visando reduzir o atrito e o custo da ocupação, e justificado

pela suposta ausência de um parceiro do lado palestino disposto a negociar. Colonos e militares foram retirados do território, não sem protestos intensos dos primeiros e clamor público. Paralelamente, na Cisjordânia, ignorando as críticas internacionais o “Muro da Separação” continuou a ser erguido, anexando e dividindo terras palestinas, griladas por colonos em quantidades cada vez maiores. Se a retirada de Gaza alimentou esperanças de um futuro melhor, a realidade logo tratou de mostrar que se tratou de mero rearranjo da ocupação, não só mantendo a violência e a estagnação política como aumentando o desespero da população agora boicotada e isolada do mundo exterior (SAMHOURI, 2006). Os problemas sociais e econômicos do território, muito agravados durante a Segunda Intifada, alcançaram níveis sem precedentes, beirando o colapso humanitário após a tomada do poder local pelo Hamas e o isolamento total do território. Muitos desconfiaram da narrativa oficial sobre o desengajamento unilateral desde o começo. Gideon Levy (2010, p. VIII) sintetiza bem a questão, fazendo um comparativo com as esperanças geradas pelos Acordos de Oslo e a frustração que o sucedeu. Durante as negociações na capital norueguesa, o repórter israelense entrou em Gaza acreditando que a ocupação tinha chegado a seu término e o território havia sido libertado. Entretanto,

[...] muito cedo nós voltamos para Gaza, para os contos diários de vida e morte. A ocupação não havia terminado. Ao contrário, ela estava mais cruel, criminosa e desumana hoje como nunca antes esteve. Dez anos depois, em 2005, quando Israel se desengajou de Gaza, nós estávamos muito mais sábios: dessa vez nós sabíamos que a ocupação tinha simplesmente mudado de forma. O carcereiro deixou a prisão e estava agora mantendo seus prisioneiros cativos a partir de fora. Sim, Gaza era e ainda é a maior prisão da terra, um experimento macabro realizado com seres humanos vivos.

Portanto, Gaza permaneceu um território ocupado e por meio do desengajamento Israel também tentou o desmembramento nacional dos palestinos (ROY, 2005). A vitória do Hamas nas eleições legislativas de janeiro de 2006 levou a um boicote internacional, que agravou ainda mais a crise humanitária e econômica - com os índices de desemprego, miséria, insegurança alimentar e dependência de ajuda humanitária alcançando patamares inéditos (UNITED NATIONS. OCHA, 2009; ROY, 2009)-, gradativamente intensificada com a captura do militar israelense, Gilad Shalit, e as devastadoras operações militares, Chumbo Fundido (2008/2009) e Margem Protetora (2014). Em suma, longe de marcar o final da ocupação da Faixa de Gaza, o desengajamento unilateral israelense marcou sua redefinição, agora mantida a distância e com intermitentes operações massivas caracterizadas pela radicalização da violência,

degradação significativa das condições de vida locais e elevação drástica da mortandade. Ademais, o movimento angariou o apoio estadunidense e acobertou a expansão da presença israelense na Cisjordânia, assegurada pela construção do Muro da Separação dentro desse território, bem como reforçou a possibilidade de Israel impor uma solução.

O fracasso da AP em garantir a descolonização efetiva acentuou as divisões internas da sociedade palestina, culminando em um avanço eleitoral do Hamas em 2006, em conflitos abertos e na separação da Faixa de Gaza controlada pelo Hamas e cercada por Israel da Cisjordânia governada pela AP (áreas A e B) e pela “administração civil” israelense (áreas C, constituindo estas a maior porção do território). Esforços de união nacional até agora tiveram o mesmo desfecho das iniciativas de paz entre palestinos e israelenses. Desde o final da Segunda Intifada, enquanto subsidiam a colonização da Cisjordânia, os governos israelenses vêm atuando de forma meramente performática nas negociações de paz e a Autoridade Palestina, a partir da década de 2010, tem recorrido a alternativas unilaterais para garantir o final da ocupação e a criação de fato do Estado palestino, como a assinatura de tratados internacionais e a tentativa de integrar órgãos interestatais, como a ONU e suas agências. Desde então, a AP conseguiu que a maior parte dos países reconheça oficialmente o Estado palestino nas fronteiras anteriores a 1967 e, mais recentemente, aderiu à ONU como Estado não membro e ao Tribunal Penal Internacional, abrindo um processo contra Israel. Nesse cenário, conforme Menachem Klein (2010, p. 3-7), acentuou-se ainda mais o narcisismo das identidades nacionais. Por um lado as políticas discriminatórias, a repressão e o avanço da colonização israelense acompanhados da constrição espacial palestina, por outro ações desesperadas de resistência visando a autodeterminação. Para Klein, dado as mudanças políticas em Israel, nos EUA e na AP após um intervalo marcado pelas negociações de paz e pela ênfase em questões territoriais, voltou a se sobressair no conflito da Palestina/Israel seu caráter étnico – afirmação bem contestável dado a centralidade das identidades e tensões étnicas desde os primórdios do conflito, que inclusive é inerente à própria negação do retorno dos refugiados palestinos.

Se os governantes de Israel mantêm um discurso favorável às negociações, na prática contam com o respaldo dos EUA sob o corolário da “guerra contra o terror” - estes que são igualmente contraditórios em suas práticas e afirmações, sendo complacentes com as violações cometidas por Israel e por suas próprias tropas no Oriente Médio. Dessa forma, ao invés de procurarem superar as diferenças com os

palestinos e avançarem nos acordos de paz, os governos israelenses têm promovido no novo milênio a colonização e operações militares que acentuaram a dimensão étnica do conflito, inviabilizaram o final da ocupação e fizeram os diálogos retroagir à estaca zero. Com o avanço da colonização e a restrição da autonomia palestina a pequenas áreas isoladas entre si, Israel exerce o controle de fato sobre toda a Palestina do Mandato Britânico, inclusive indiretamente (controlando as fronteiras internacionais) nas áreas A delegadas à AP, borrando a Linha Verde e mantendo a soberania sem anexar formalmente os territórios. Se nos anos 1990, exceto pelo governo de Netanyahu, a política israelense fora parcialmente liberal, da Segunda Intifada em diante houve um endurecimento das propostas, que afetaram inclusive os “palestinos de 1948” ou “árabes israelenses” fustigados cada vez mais com a pecha de quinta-coluna e ameaçados de expulsão em massa.

3. As organizações de direitos humanos e humanitários e seus relatórios

Em linhas gerais, este capítulo apresenta ao leitor as violações de direitos humanos e humanitários nos TPO, tal qual descritas por diferentes organizações locais (israelenses e palestinas) e internacionais e pela bibliografia. Para tal, seguros de termos contextualizado o conflito garantindo assim um entendimento mínimo da temporalidade e espacialidade nas quais essas violações se situam, mencionaremos os fatos, considerações e dados que mais chamaram nossa atenção.

Inicialmente, considerando-se que no capítulo anterior a estrutura da modernidade e o papel dos direitos humanos nela tiveram somente seus contornos mais gerais esboçados, cabe contextualizarmos a formação das organizações de direitos humanos e humanitários de uma forma geral ou o “Movimento Global de Direitos Humanos” (MGDH) - composto de organizações sociais, acadêmicos, especialistas e funcionários internacionais como atores articulados por valores e discursos alinhados e que atuam internacionalmente pela promoção dos direitos humanos. Em seguida, descreveremos minimamente e de forma específica quem são as entidades internacionais em cujos relatórios nos baseamos e como elas relatam as violações, apresentando críticas de terceiros a essas fontes. Repetiremos esse procedimento de contextualização seguida da apresentação e crítica das organizações que atuam no contexto local. Todo esse exercício pode ser resumido naquilo que, no linguajar comum utilizado no campo da ciência histórica, é chamado de “tipificação das fontes”.

Após esse esforço de contextualização e tipificação passaremos para a síntese das violações de direitos humanos e humanitários praticadas por Israel desde o início da ocupação da Faixa de Gaza e Cisjordânia, tal qual relatado pelas ONGs apresentadas e a partir de um recorte temporal tripartite, que tem como eixo a vulnerabilidade da vida, dos corpos e das liberdades básicas dos palestinos. O capítulo é encerrado com ponderações críticas nossas relativas às fontes.

No capítulo seguinte as violações aqui descritas serão interpretadas a partir de chaves teóricas, que incluem tanto categorias mais gerais (colonialismo, modernidade, nacionalismo, terrorismo de Estado, homo sacer e campo) quanto específicas (“etnocracia”, “paradigmas” e “judicialização” da ocupação, “muralha de ferro” e “cultura da impunidade”). Recorrer a conceitualizações gerais e específicas iluminará a peculiaridade do caso aqui analisado, tanto aproximando quanto afastando a situação

local de outras manifestações da barbárie na contemporaneidade naquilo que convergem ou divergem.

3. 1. O surgimento e o papel desempenhado pelo MGDH e pelas organizações internacionais

Como vimos anteriormente, os esforços para minimizar o sofrimento das populações em tempos de conflito armado (direito humanitário) e para assegurar o respeito à “dignidade humana” em quaisquer circunstâncias (DIDH) foram empreendidos pela ONU de sua criação em 1945 em diante e, paralelamente, por organizações regionais e por diversas entidades do terceiro setor, com atuação internacional, regional ou local (PIOVESAN; MEDEIROS; VIEIRA, 2008). Pensando nessa atuação ampla, Richard Falk (2009, p. 5-6; 16-17; 26; 34; 40; 143) considera a arquitetura do DIDH como um importante fundamento para a ONU buscar assegurar em âmbito global o respeito a um “mínimo ético irreduzível”, com a organização iniciando nos anos 1960 a proteção de direitos por meio de guardiões de tratados e de relatorias específicas, destacando-se as iniciativas (partindo sobretudo do Terceiro Mundo) para coibir o racismo e discriminações raciais⁸⁰ em um momento de condenação internacional do apartheid na África do Sul e da colonização israelense nos TPO. Paralelamente, o DIDH subsidiou práticas e discursos de diferentes agentes contrários a arbitrariedades estatais e ações hegemônicas das potências, sendo os direitos humanos o fundamento de agendas progressistas capazes de desafiar as formas prevalecentes de exclusão, opressão e exploração.

Nessa perspectiva, o DIDH é um “projeto de sociedade civil global” que, seguindo Falk (2009), tanto deslegitimou governos infratores quanto garantiu a grupos de oposição um senso de legitimidade em suas lutas e permitiu o estabelecimento de vínculos de solidariedade entre ações domésticas e causas internacionais. Com base nessa normatividade, alguns governos e sociedades se mobilizaram na constituição de uma opinião pública global, defendendo uma ordem jurídica e geopolítica mais horizontal. As melhores expressões disso seriam a organização dos Fóruns Sociais Mundiais e de uma rede internacional de entidades não governamentais de direitos, os debates travados e as votações realizadas na Assembleia Geral da ONU e a constituição de um Tribunal Penal Internacional (TPI) (FALK, 2009).

Ou seja, não obstante certo orientalismo arraigado na bibliografia e na doutrina do DIDH, este se tornou o principal arcabouço de resistência contra atrocidades e abusos recentes. Tratar-se-ia daquilo que Falk chama de “poder dos direitos” em oposição aos “direitos de poder”, no caso a busca por conferir um limite normativo para as ações dos Estados e um potencial para mobilização moral e legal na luta por justiça global e por uma ordem mais humana. Cabe destacar tanto a atuação central da ONU e os avanços de codificação e monitoria quanto o encampamento dos direitos humanos como bandeira por diferentes grupos e sociedades, que constituíram um verdadeiro movimento internacional, composto de variadas organizações de alcance tanto global quanto meramente local, mas que partilham de um mesmo referencial legal e ético. Se inicialmente a formulação e implementação do DIDH ocorreu sobretudo via ONU e Estados-nacionais, logo essa linguagem também se tornou um projeto da “sociedade civil global”, que identificou justamente nos governos os principais violadores, seja pela ação direta infratora no campo civil e político seja pela negligência na garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais. A própria relatoria de violações feita por essas organizações elucida a discrepância ainda existente entre a constância e continuidade das transgressões e a afirmação dos direitos humanos como marco legal internacional e horizonte a ser perseguido.

Especificamente sobre a formação do MGDH, organizações de direitos humanos passaram a ser fundadas e a crescer e se internacionalizar dos anos 1960 em diante, destacando-se a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Organizações como a Amnesty International (AI) e Human Rights Watch (HRW) surgiram justamente nesse momento, em que o panorama dos direitos humanos era péssimo, com experiências coloniais e o *apartheid* ainda em curso, ditaduras espalhadas pelo globo e conflitos nos países do Terceiro Mundo alinhados com as disputas bipolares da Guerra Fria. Seria nos anos 1970 que o MGDH ganhou corpo, quando várias organizações passaram a participar ativamente das reuniões da ONU, acompanhar sessões da CDH, pronunciar-se e emitir relatórios e pareceres. Destaca-se a assinatura dos Acordos de Helsinki (1975) pelas potências capitalistas e URSS, visando a cooperação entre a Europa Ocidental e Oriental fundamentada no respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Então, movimentos de direitos humanos começaram a ganhar força também no Leste Europeu (FÓRUM INTERNACIONAL DAS PLATAFORMAS NACIONAIS DE ONGs, 2016).

Gastón Chillier e Pétalla Brandão Timo (2014) propõem uma periodização

esquemática do MGDH em quatro períodos principais, que seriam a década de 1950, entre os anos 1960 e 1980, os anos 1990 e após 2000. O movimento teria passado por notáveis mudanças desde a proclamação de seu marco simbólico e quadro fundamental (no caso, a DUDH). Se no imediato pós-guerra a esfera internacional continuou dominada por agentes estatais objetivando evitar a repetição das atrocidades, nos anos 1960 começou a haver uma incipiente abertura para a participação da sociedade civil, ampliada na década seguinte por meio da criação de algumas organizações, que hoje figuram como protagonistas na esfera global (AI, HRW, Comissão Internacional de Juristas, etc.). Portanto, o movimento foi se transformando e se fortalecendo sobretudo a partir dos anos 1960, quando no Norte Global diversas organizações de direitos humanos, atuantes sobretudo na área das liberdades civis, foram sendo fundadas e se tornando agentes significativos no cenário político. Então, o MGDH operava por meio de um modelo particular de ativismo transnacional, predominando as ações destas organizações, mormente a participação ativa na elaboração e institucionalização dos tratados, o que incidiu diretamente tanto em seu formato final quanto na relatoria das práticas transgressoras denunciando certos Estados diante da comunidade internacional. A estratégia seria “nomear e envergonhar” os infratores, apelando para a pressão internacional para adequar a atuação dos Estados.

No final da década de 1980, já havia se consolidado um modelo específico de ativismo transnacional, refletindo-se em uma peculiar organização dos trabalhos. A contribuição das ONGs locais seria a recepção das denúncias e a realização da relatoria nos diferentes países, com as organizações internacionais potencializando-as na arena global – eis justamente a complementariedade presente nos trabalhos das ONGs israelenses (Yesh Din, B’Tselem, Bimkom) e internacionais (AI, HRW), refletindo-se ambas na produção do CDH-ONU e nos relatórios mais recentes acerca das operações israelenses contra a Faixa de Gaza. Com o final da Guerra Fria e as transformações socioeconômicas e geopolíticas então em curso, como o avanço do neoliberalismo somado ao crescimento das preocupações socioambientais, o MGDH passou por novas transformações com uma mudança de paradigma a partir do questionamento e redefinição da distinção entre os direitos assegurados no PIDCP e PIDESC. A ênfase anterior nas denúncias estatais foi equilibrada pela demanda por políticas públicas que não só prevenissem violações, mas garantissem os direitos previstos pelo PIDESC, intentando-se também um fortalecimento do Estado como garantidor dos direitos. Paralelamente, ocorreram mudanças nos movimentos sociais locais com a ocorrência de

“conferências internacionais”, das quais participaram amplamente, tornando-se mais diversificados e fortalecidos pela progressiva consolidação das sociedades civis e ampliação das esferas de participação pública. Necessidades e oportunidades crescentes de coordenação e cooperação no enfrentamento de problemas de direitos humanos cada vez mais complexos levaram a uma maior aproximação e redefinição de agendas em vários níveis e entre atores diversos, influenciando o MGDH como um todo. Nos anos 2000, essas transformações somadas a acontecimentos marcantes - como o peso das economias regionais, a “Guerra contra o Terror” e a incorporação da tecnologias da comunicação nos trabalhos das ONGs (investigando, documentando e comunicando violações) - marcaram uma nova era caracterizada pela maior multipolaridade e ceticismo quanto à liderança do norte em termos de direitos humanos.

Seguindo Immanuel Wallerstein (2007, p. 43-46), como as primeiras organizações internacionais teriam alcançado algumas vitórias, suas atividades se disseminaram a partir dos anos 1970, quando outras entidades foram surgindo e a defesa dos direitos humanos recebeu apoio de alguns governos. Dos Acordos de Helsinque, que não previam dispositivos punitivos para infratores, surgiu a “Helsinki Watch”, organização voltada a monitorar as violações no bloco soviético (da qual, por sua vez, emergiu a Human Rights Watch). Se Wallerstein critica o discurso dos direitos humanos tal qual apropriado pelo centro do “sistema capitalista mundial” para manter sua hegemonia, reconhece que a inexistência de preocupação intergovernamental sincera e eficaz com o tema levou à criação de muitas ONGs buscando defendê-los.

Para Alan Rangel Barbosa (2013), o surgimento de movimentos sociais transnacionais por direitos humanos e justiça social está associado à ampliação e fragmentação das lutas por direitos após a Segunda Guerra, quando a visão rígida dos conflitos sociais se resumirem à oposição entre capital e trabalho perdeu força em prol de uma visão mais ampla, portando novas bandeiras como igualdade racial, de gênero, justiça social e ambiental, formando uma sociedade civil internacional ou “cidadania global” em um mundo globalizado. Dessa forma, novos atores sociais transnacionais se articularam em rede, marcando uma continuidade entre global e local em diferentes partes, configurando identidades e estratégias semelhantes, elaborando projetos, dialogando com governos e com órgãos internacionais, publicando cartas, relatórios, organizando fóruns e campanhas internacionais, sempre objetivando monitorar o abuso de poder e violações de direitos básicos. Arjun Appadurai (2009, p. 97) também associa o surgimento do MGDH, com suas variadas organizações, ao avanço da globalização,

integração planetária e maior pluralidade de agendas de uma “sociedade civil internacional”, estando expresso tanto no sistema vertebrado representado pela ONU quanto no celular das ONGs. Outrora isoladas, diferentes organizações estariam convergindo de forma complexa formando “redes transnacionais de ativistas”, que seria a face utópica da “globalização celular”.

Em contrapartida às ameaças à vida humana, especialmente das minorias, e a outras consequências deletérias da globalização Appadurai destaca a atuação de organizações como o Greenpeace, Médicos sem Fronteiras, Fórum Social Mundial, Human Rights Watch e Anistia Internacional. Criou-se assim uma convergência complexa de instituições das sociedades civis, organizações transnacionais e movimentos sociais. Seriam “redes transnacionais de ativistas”, simultaneamente envolvidas em questões globais (debates sobre globalização) e locais. Muitas vezes elas têm êxito ao cobrar transparência, pressionar países específicos e difundir rapidamente informações contra-hegemônicas, mobilizando protestos e estabelecendo parcerias com outras forças da sociedade civil (local e internacional), agências multilaterais, governos e financiadores internacionais. Constroem a solidariedade a partir de pequenas convergências de interesses e da integração global, forçando mercados e governantes a concessões importantes em decisões chaves. Democráticos na forma e objetivos, esses movimentos ou redes têm um caráter transnacional e operam pelo princípio celular, angariando recursos e alavancando questões internacionais relevantes. Constituiriam uma possibilidade, um recurso vital, para contrabalancear a tendência ao genocídio e edificar um planeta mais igualitário e pacífico (APPADURAI, 2009, p. 95-101).

Em suma, é com o intuito de assegurar a “dignidade humana” e “minimizar o sofrimento de civis” que foi articulada uma normatividade internacional (DIDH e DIH). Desta emergiu o MGDH, do qual decorrem os relatórios de direitos humanos e humanitários, que constituem o coração da presente tese.

3.1.1. A Anistia Internacional e a Human Rights Watch e sua documentação atinente às violações nos TPO

Antes de contextualizarmos a constituição do movimento de direitos humanos na Palestina/Israel e apresentarmos as organizações específicas cuja relatoria nos serve de fonte, cabe introduzirmos a trajetória tanto da AI quanto da HRW como pilares do

MGDH, bem como críticas a sua atuação, dado que seus relatórios também constituem nossas fontes de pesquisa.

Quanto à AI, lê-se em seu site que sua origem remonta ao ano de 1961, quando o advogado britânico Peter Benenson, alarmado com a quantidade de prisões políticas ao redor do global publicou um “apelo pela anistia” no jornal *The Observer*, que foi reproduzido em diversos outros meios, marcando o início da organização. O primeiro encontro internacional foi realizado em julho, contando com delegados da Bélgica, Reino Unido, França, Alemanha, Irlanda, Suíça e Estados Unidos, que decidiram fundar um “movimento internacional permanente em defesa da liberdade de opinião e religião”. Estabeleceram um pequeno escritório em Londres, com cada grupo de trabalho adotando três prisioneiros políticos de áreas contrastantes para enfatizar a imparcialidade da organização. No ano seguinte a primeira viagem a trabalho foi realizada para Gana, secundada por visitas à Tchecoslováquia, Portugal e Alemanha Oriental, sendo formado o “Fundo para Presos de Consciência”⁸¹. Representantes dos grupos criados na Austrália, Bélgica, Dinamarca, Grécia, Irlanda, Noruega, Suécia e Estados Unidos se reuniram na Bélgica, decidindo tornar a organização permanente. Consolidava-se assim a AI, que testemunhou um rápido crescimento no número de membros e atividades nos anos seguintes, ampliando rapidamente suas áreas geográficas e temáticas de atuação, passando a encobrir todo o globo e outros direitos além dos inicialmente previstos (limitados a uma parte do PIDCP e à adoção de “presos de consciência”)⁸². Cabe destacar que, em 1965, a ONU atribuiu à entidade “caráter consultivo” e ela passou a atuar em seu meio de forma oficial, monitorando e denunciando situações e apresentando relatórios e projetos de resoluções. Em 1968, seções da AI auxiliaram em ações relacionadas ao Ano Internacional dos Direitos Humanos decretado pela ONU e a entidade esteve oficialmente representada tanto em uma conferência realizada em Genebra por diferentes ONGs quanto na Primeira Conferência Internacional de Direitos Humanos, sediada em Teerã.

Nos anos 1970, a AI ampliou seu raio de ação, continuando a defesa de “presos de consciência” e se engajando em outras campanhas internacionais, como a denúncia de violações de direitos humanos (inclusive pelos governos autoritários na América Latina), a organização de ações culturais envolvendo artistas famosos para angariar fundos (pavimentando o caminho para iniciativas como o “Live Aid”), a proteção imediata de presos ameaçados e a luta contra a pena de morte, assassinatos políticos e tortura. Seu reconhecimento internacional foi consagrado em 1974, com o presidente do

comitê executivo internacional da AI sendo laureado com o Nobel da Paz. Em 1977 essa honraria recaiu sobre a organização como um todo, que em 1978 recebeu o “Prêmio de Direitos Humanos da ONU” e, paralelamente, passou a ter status consultivo junto à UNESCO e ao Conselho Europeu, mantendo relações de cooperação com a Organização dos Estados Americanos e o status de observador junto à Organização para a Unidade Africana. As ações da organização se multiplicaram a partir dos anos 1980, contando com um número ainda maior de membros e apoiadores. Campanhas já em curso foram intensificadas e outras deflagradas, como a educação em direitos humanos, assistência a refugiados e a denúncia de leis e práticas de apartheid, tratamento desumano devido a “sexualidades” alternativas, desaparecimentos e assassinatos políticos e tortura. Diversos relatórios específicos foram publicados, destacando-se um concernente à discriminação racial, arbitrariedade e ilegalidade na aplicação da pena de morte nos EUA. Em 1990, foi deflagrada uma ação internacional contra a tortura e execuções extrajudiciais, mencionando também no Brasil, que obteve a resposta imediata de Fernando Collor, assegurando que “[...] nós não podemos e não seremos novamente citados como um país violento.”.

Nos anos 1990 a área de atuação da AI foi ainda mais ampliada⁸³, abrangendo abusos cometidos por grupos armados, a tomada de reféns, a impunidade, o uso de crianças soldados, as violações contra povos nativos e o impacto das relações econômicas desiguais nos direitos humanos. Após o desmantelamento da União Soviética, a organização superou a marca de 1.000.000 de membros, com 6.000 grupos locais em mais de 70 países, sobressaindo-se a formação de filiais no “Sul Global”. No novo milênio, a AI passou a atuar também para assegurar os direitos econômicos, sociais e culturais, advogando a concepção crítica dos direitos humanos, considerados em sua universalidade, interdependência e indivisibilidade. Além do tráfico de armas e outras questões, diferentes aspectos da “Guerra ao Terror” passaram a ocupar grupos da organização, desde as violações praticadas pelos governos em nome dessa luta, como execuções, detenções ilegais e tortura até as ações dos grupos definidos como terroristas.

Para levantar o material da AI referente aos TPO foi realizada uma pesquisa em seu banco de dados online. O principal critério que balizou a escolha dos materiais consultados foi sua disponibilidade e relevância. Assim, foram analisados os anuários da entidade, alguns boletins de notícias e relatórios específicos, sobretudo no recorte temático e temporal que nos interessa: a vulnerabilidade da vida palestina nos TPO. Em

seu anuário de 1980, a AI definiu este tipo de documento como “a principal oportunidade para informar o público sobre seu trabalho”, sendo “[...] uma análise, país por país, de informações disponíveis sobre prisões políticas, tortura e execuções, bem como sobre as ações empreendidas pela entidade em resposta a essas situações.”. As primeiras evidências de violações de direitos humanos nos TPO datam já do anuário de 1968 e continuam até o presente.

Sobre os relatórios específicos da AI concernentes a Israel/Palestina, o primeiro foi publicado em 1970, abordando alegações de tortura, e o segundo em 1974 sobre a guerra no ano anterior, sendo sucedidos por vários outros, como um em 1991 sobre o sistema de justiça militar nos TPO. As publicações específicas se multiplicaram a partir da Primeira Intifada, com ainda mais ênfase no novo milênio, abordando principalmente as operações na Cisjordânia e Faixa de Gaza. Como a própria entidade foi ampliando seu escopo de ação com o tempo, não necessariamente o início das denúncias acompanha o início das práticas criticadas. Portanto, os anuários são limitados no concernente à totalidade das violações de direitos humanos praticadas, pois embora tenham ocorrido infrações de diferentes direitos muitas não são sequer mencionadas por exorbitarem do campo de atuação da entidade. Cabe destacar o procedimento padrão dessa relatoria específica: a partir de denúncias recebidas ou noticiadas pela imprensa global ou local foi designada uma comissão pela entidade com a incumbência de levantar evidências *in loco* (terceirizando essa etapa em casos de seus relatores serem impedidos de acessar os TPO, como tem ocorrido em Gaza mais recentemente) e as analisar, apurando fatos e apontando eventuais responsabilidades. Neste particular, sua documentação se aproxima de inquéritos judiciais. Quanto à questão da imparcialidade, pesa a seu favor o fato de criticar violações tanto dos EUA quanto da URSS e de seus “satélites” e aliados, inclusive Israel e os países árabes e, mais recentemente, organizações armadas palestinas.

Quanto à Human Rights Watch (HRW), consta em seu site que ela foi fundada em 1978, atuando desde então na defesa dos direitos humanos em escala global. Seu início remonta à criação da organização “Helsinki Watch”, apoiadora do grupo de cidadãos formado no bloco soviético para monitorar o cumprimento dos Acordos de Helsinki. Ao nomear e criticar publicamente governos infratores, iluminando as violações de direitos humanos no Leste Europeu, o grupo teria contribuído para as “dramáticas transformações democráticas” no final dos anos 1980. A seção americana foi estabelecida em 1981 e monitorou as guerras civis na América Central. Expôs as

violações praticadas por forças governamentais, mas também por grupos armados, e criticou o apoio militar e político de potências (como os Estados Unidos) a governos infratores. Nos anos 1980 foram criadas seções na Ásia, África e Oriente Médio, somando-se ao que ficou conhecido como “The Watch Committees”, até que em 1988 a organização formalmente adotou o nome Human Rights Watch. Dos anos 1990 em diante, face aos novos desafios aos direitos humanos, assim como fez a AI a HRW expandiu seu escopo de ação, incluindo a luta pela criação do TPI e a atuação junto aos direitos das mulheres, crianças, LGBT, refugiados, minorias e trabalhadores migrantes, além de tópicos como violência doméstica, tráfico humano e de armas, crianças soldados, HIV e violações de direitos promovidas por certas indústrias. A partir de 2001 a organização passou a atuar também no monitoramento do terrorismo e das ações antiterroristas que violam direitos básicos (HUMAN RIGHTS WATCH, s/d). Sua relatoria segue um padrão semelhante ao da AI: comissões designadas especificamente para levantar informações e apurar responsabilidades por possíveis violações.

Em relação ao conflito na Palestina/Israel, a HRW passou a relatar os acontecimentos de forma sistemática da Primeira Intifada em diante. Em 1990, publicou um relatório sobre o grande número de palestinos mortos durante o levante pelas forças israelenses e, em 1993, voltou a denunciar assassinatos extrajudiciais e a impunidade. Desde então a organização abordou tanto esses quanto novos temas, com sua relatoria sendo encorpada a partir da Segunda Intifada e continuando até o presente. A impunidade da violência contra palestinos foi objeto específico de um relatório de 2005 e de outros subsequentes, atinentes às operações contra a Faixa de Gaza pós-desengajamento.

Se tanto a AI quanto a HRW de fato tecem duras críticas ao governo israelense, aos grupos armados palestinos e a países árabes como a Síria, sua atuação não está imune a críticas. Wallerstein (2007, p. 43-46) divide as organizações internacionais de direitos humanos entre aquelas (como a AI, e poderíamos acrescentar a HRW) pautadas por uma reivindicação constante de neutralidade e aquelas, como os Médicos Sem Fronteiras, que recusam o “manto da neutralidade”, destacando as segundas como modelo a ser seguido. Ambas buscam mobilizar a opinião pública internacional para provocar mudanças de conduta nos infratores. Richard Falk (2009) é mais direto: se a codificação do DIDH chamou a atenção de muitos indivíduos no “Ocidente”, levando à formação de uma rede de organizações protetoras, entidades como a AI, HRW e Freedom House surgiram em democracias liberais durante a Guerra Fria com suas

agendas iniciais pautadas por ações no exterior, associando abusos apenas a inimigos ideológicos, sugerindo que manteriam sua “orientação hegemônica” seletiva nas críticas. A ascensão de Jimmy Carter à presidência dos EUA e a primazia dada à defesa dos direitos humanos, não mais vistos meramente como instrumentos de propaganda contra governos comunistas, caracterizaria mera exceção, que logo foi revertida diante do retorno, após a Revolução Iraniana e a vitória de Reagan, da precedência dada a alinhamentos estratégicos e ideológicos acima de “considerações normativas de lei e justiça”.

O tom das críticas é elevado por Paul de Rooij (2003; 2007; 2015), que embora se refira especificamente à AI em seus artigos, dá a entender que sua análise se estende à HRW ao afirmar de passagem que esta é uma “organização chave” para legitimar guerras humanitárias e mencionar em notas de rodapé críticas semelhantes feitas por terceiros. Sobre os relatórios da AI, ao carecerem de contextualização impediriam uma visão clara dos crimes de guerra e contra a humanidade perpetrados por Israel e da própria ilegalidade da ocupação/colonização, ao mesmo tempo em que esvaziariam a legitimidade da resistência palestina. Ao se colocar como organização não política, a AI se recusaria a contextualizar os fatos, deturpando-os. As acusações de “desproporcionalidade” dos ataques israelenses esconderiam a própria ilegalidade de toda a operação, sugerindo um acordo quanto à natureza da ação, mas não quanto aos meios ou escala. Definir a situação como conflito colocaria a mesma responsabilidade sobre ambos os lados, considerados simultaneamente vítimas e transgressores, quando se trataria de uma ocupação ilegal enfrentada por uma resistência legítima, que assim é criminalizada. Se os disparos palestinos são criminosos em si, pois “indiscriminados”, com a AI ignorando o termo “impreciso” que seria mais adequado, os ataques israelenses resultariam em violações apenas por sua “desproporcionalidade” e “imprecisão”. Ademais, a organização ignoraria a possibilidade das FDI mirarem intencionalmente civis e que, proporcionalmente, matam bem mais não combatentes, ainda que tenham armas mais precisas.

Em contrapartida à relatoria da AI, que parafrasearia a argumentação oficial israelense para justificar ataques ignorando seu objetivo (provocar destruição e criar miséria entre os habitantes de Gaza), Rooij (2015) cita um relatório da “Defense for Children International”, segundo o qual “Como questão de política, Israel deliberada e indiscriminadamente visa os próprios espaços onde as crianças deveriam se sentir mais seguras.”. A questão, portanto, não seria de precisão dos armamentos, mas de

intencionalidade. Sua argumentação mais contundente é que a AI não é uma organização opositora dos conflitos, mas uma entusiasta das “intervensões” e “bombardeios” humanitários, que critica países hegemônicos apenas por seus excessos. Conforme Rooij (2015), seus relatórios sobre a operação Margem Protetora contra Gaza (2014) abordam apenas casos particulares, considerados passíveis de investigação, enquanto ignoram as consequências totais dos ataques israelenses, que revelam a criminalidade dos objetivos e ações. Os ataques são descritos de forma simétrica, como se todo o aparato bélico israelense fosse comparável aos disparos caseiros da resistência palestina, e a AI utiliza documentação oficial israelense para criminalizar as ações do Hamas e justificar ataques contra a infraestrutura e população local. Enquanto a organização condena as execuções extrajudiciais de “colaboradores” pelo Hamas, não critica seu uso por Israel, que assim fragmenta a sociedade palestina espalhando a desconfiança em uma sociedade que já enfrenta dificuldades coletivas severas e repressão, quebrando seu moral e resiliência. Em suma, os relatórios em suas recomendações buscariam apenas garantir que as operações militares prossigam dentro de margens legais, ignorando pronunciamentos e evidências de que a diretriz militar é em si abusiva do DIH. Tampouco a AI age efetivamente para evitar a repetição das catástrofes e tem uma abordagem tendenciosa dos presos de consciência na Palestina, ao contrário daquela realizada em países vistos como inimigos do “Ocidente”.

De forma semelhante à crítica de Paul de Rooij à AI e a de Richard Falk (2009) às ONGs internacionais hegemônicas, Sara Flounders (2002) denuncia o “papel sórdido” desempenhado pela Human Rights Watch (HRW) para isentar as forças israelenses de qualquer responsabilidade por crimes de guerra praticados no campo de refugiados de Jenin, em 2002. Na ocasião, o massacre cometido pelas FDI foi negado pelo relatório da HRW. A organização “[...] funcionaria alinhada com a política dos EUA, e está completamente comprometida.”. Criada em 1975 como instrumento contra a URSS, mas “[...] supostamente para monitorar os abusos de direitos humanos no mundo [...]”, a HRW agiria “[...] a cada momento para reforçar as políticas dos EUA e justificar suas intervenções humanitárias.”. Teria se tornado “[...] uma rede de apoio às forças pró-capitalistas e a dissidentes políticos em todos os países.”, estando composta quase que inteiramente por estadunidenses, e sua equipe inclui multimilionários como George Soros, ex-oficiais do governo e os principais acadêmicos que justificam as ações governamentais. A autora sublinha que, enquanto as autoridades israelenses garantiram à HRW acesso a Jenin em 2002 para realizarem seu inquérito negaram a entrada de uma

delegação formada pelo CS-ONU. Em sentido semelhante, contestando a autoproclamada independência e ampla abrangência das ações da HRW, Dave Alpert (2015) elenca vínculos de importantes diretores da organização com políticos e órgãos oficiais dos Estados Unidos, questionando sua abordagem demasiado crítica em alguns casos em contrapartida ao questionamento indulgente das ações do país, corroborando sua política e imagem externa não obstante as graves violações que pratica. Por outro lado, é necessário considerar também que a AI e a HRW são frequentemente criticadas por membros de governos israelenses.

Pensando nos impactos dessas críticas às organizações, primeiramente, consideremos – como a própria AI reconheceu em seus anuários de 1983 e 1988 - que o conflito entre entidades de direitos humanos e os governos que elas investigam é inerente, com os segundos fatalmente buscando deslegitimar as constatações das primeiras, associando-as aos inimigos. Assim, as críticas governamentais não teriam relação com um possível caráter provocativo ou tendencioso das denúncias, mas seriam feitas pelo “simples fato delas exporem abusos e contradizerem as versões oficiais” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1983). Já quanto às críticas de Rooij, Flounders e Alpert, à medida que elas aludem à parcialidade dos relatórios da AI e HRW a favor de Israel, em sua ótica encontrar indícios nessas fontes que sustentem teses críticas ao país seria algo como “tirar leite de pedra”, e não referendar um discurso oficial contrário ao país. De todo modo, as publicações da AI e a HRW gozam de amplo reconhecimento internacional, inclusive da ONU (cujas comissões mencionam com frequência a documentação produzida por elas) e suas constatações estão em sintonia com o que dizem não só relatórios da ONU (como o Goldstone), mas também as organizações locais, que agora passamos a descrever. Estas, cabe antecipar, se não têm uma atuação e abrangência internacional significativas, acabam por ter uma influência na produção global sobre as violações nos TPO, pois além da AI e da HRW igualmente se comunicam com órgãos e comissões especializados da ONU, alimentando-os com informações relevantes acerca da situação local e não raro também subsidiam suas publicações.

3.2. As organizações de direitos humanos locais

Na Palestina/Israel, o desenvolvimento das organizações e movimentos de direitos humanos ocorreu quase *pari passu* ao contexto global. Segundo Elisabeth Marteu (2009), foi a partir dos anos 1970, portanto depois do início da ocupação dos

Territórios Palestinos, que surgiram os primeiros movimentos sociais massivos em Israel, emergindo na esfera pública vários grupos e organizações da sociedade civil. Mais detalhadamente, Lisa Hajjar (2005, p. 61-72) afirma que do começo da ocupação em 1967 até o final de 1970 enquanto advogados israelenses contrários à situação se envolveram em processos legais, defendendo palestinos, alguns acadêmicos estudaram e criticaram diretamente as políticas israelenses nos TPO e suas bases legais. Contudo, não chegaram a uma crítica abrangente da doutrina legal oficial, de suas leis de emergência e do Sistema Israelense de Corte Militar (SICM). De sua parte, o ativismo palestino originou os primeiros esforços de crítica geral ao discurso legal israelense por meio de monitoramento e relatoria, que apontou a falha da administração militar em se ater aos padrões mínimos de justiça e garantir o primado da lei, culminando na formação da ONG “Lei a serviço dos homens”, depois “al-Haq”. Esta fora a primeira tentativa sistematizada de usar a lei como forma de resistência, esquivando-se da militância nacionalista e se fundamentando no DIDH. Nos anos 1980, embora ainda modesta a literatura crítica das violações israelenses ganhou corpo, interpretando com uma linguagem legal fatos outrora vistos como estritamente políticos, o que propiciou a proliferação de ONGs palestinianas e israelenses, como “Gaza Center for Rights and Law”, “Palestine Human Rights Information Center” e a “Association for Civil Rights in Israel”.

Agrega Hajjar que, paralelamente, também foi a partir dos anos 1980 (face às tensões no Líbano, à invasão israelense em 1982 e à política de “punho de ferro” adotada em meados daquela década para esmagar a crescente oposição palestina) que o MGDH passou a enfatizar e analisar especificamente a situação dos TPO. Foi especialmente da Primeira Intifada em diante que os TPO se tornaram objeto privilegiado do MGDH, sobretudo devido à cobertura midiática internacional da violenta repressão israelense, que despertou ainda mais atenção para a questão. Em consonância com a lógica descrita mais acima por Chillier e Timo (2014), organizações locais passaram então a apelar a organizações globais, como a AI e a HRW, para que elas interferissem, exercendo pressão contra as práticas israelenses.

Conforme Hajjar, se em um contexto de Guerra Fria o limiar entre a crítica às políticas estatais e o apoio a movimentos armados de libertação levou muitas organizações (como a própria AI) a ficarem recalcitrantes, limitando sua atuação, com o desmantelamento da URSS as ONGs foram ganhando relevância, mormente por oferecerem informações detalhadas sobre os acontecimentos. É nesse contexto que o

SICM passou a ser sistematicamente analisado e criticado, como em um relatório da AI de 1991, que denunciou as detenções incommunicáveis prolongadas, prisões arbitrárias, tortura, maus-tratos e o fato de confissões extraídas por esses meios terem validade legal e não poderem ser contestadas na prática, por ineficácia ou medo de retaliação – abordaremos esse documento mais adiante. Voltando a Marteu (2009), dos anos 1990 em diante teria aumentado significativamente em Israel o número de organizações, misturando pautas sociais e políticas, face aos efeitos do neoliberalismo na economia aliados à estagnação do processo de paz iniciado em meados dos anos 1990 e aos novos surtos de violência. Visões variadas e opostas de mundo motivaram ações para referendar ou questionar a natureza judaica do Estado. Assim, contrapuseram-se diferentes organizações na esfera pública israelense, representativas das agendas opostas de colonos, pacifistas, defensores dos direitos humanos e civis, feministas e socialistas. No terreno das nacionalidades competiram orientações internacionalista, nacionalista palestina ou sionista, de caráter laico ou religioso. A deflagração da Segunda Intifada e a difusão da violência contra civis cindiram e opuseram ainda mais esses grupos, por um lado recrudescendo as tensões e dando margens a extremismos, mas por outro fortalecendo movimentos e organizações civis multiculturalistas.

Em linhas gerais Marteu (2009) afirma que, na região as organizações e movimentos se definem e são definidos a partir de seu posicionamento relativo ao conflito Israel/Palestina e a suas derivações. Ao movimento heterogêneo dos colonos⁸⁴ e a seus simpatizantes, que surge e ganha força de meados dos anos 1970 em diante sendo atualmente um dos mais influentes, opõem-se não só a minoria palestina de Israel, mobilizada a partir dos protestos pela terra também a partir de meados da década de 1970, mas cidadãos judeus, que administram uma ampla gama de organizações civis com agendas específicas, a maior parte surgida a partir dos anos 1980 em oposição à manutenção dos TPO. As mulheres ocupariam um lugar proeminente nos heterogêneos movimentos pacifistas, que teriam sua gênese nas iniciativas de paz dos anos 1970, mas se desenvolveram efetivamente a partir da invasão do Líbano (1982) sendo compostos por uma variedade de organizações, desde sionistas moderados próximos do Partido Trabalhista ou do Meretz, até grupos antissionistas.

Esses agrupamentos opostos conformam em seu conjunto uma mobilização civil intensa, complexa e polarizada. Marteu nota assim que, as organizações pacifistas ou “esquerdistas” surgiram coetaneamente às entidades dos colonialistas ou “direitistas”, multiplicando-se e ganhando visibilidade sobretudo entre a Primeira Intifada e o início

do processo de paz de Oslo. Elas seriam tão heterogêneas quanto as organizações dos colonos e teriam contribuído para a mediação do conflito, enviando mensagens de apoio e organizando campanhas e demonstrações contra a ocupação israelense. Contudo, com a Segunda Intifada e o consequente fracasso de Oslo acabaram por perder muita força e respaldo. Nesse espectro polarizado dos movimentos, com dezenas de atores com posições peculiares em um e no outro campo, os colonos seriam mais influentes e detentores de um maior capital político, integrando um movimento que igualmente é uma coalizão de diferentes entidades, mas exerce maior pressão junto às decisões governamentais. Independentemente do posicionamento, as organizações recorreriam a atitudes e formas de ação variadas.

Especificamente quanto ao “campo da paz israelense” (no qual se situam as organizações cujos relatórios nos servem de fonte), ele expressa sua oposição à ocupação e às constantes guerras e intervém contra injustiças específicas, desde pelo menos a fundação do Paz Agora (1978) e dos grupos atuantes durante a Guerra do Líbano (“Yesh Gvul”, “The Four Mothers”, “Women Against the Invasion of Lebanon”, “Mothers against Silence”, “Women in Black” e outros), no começo dos anos 1980, sendo reforçados nos anos 1990 pelo “Gush Shalom”, já no contexto de Oslo. Paralelamente, sobretudo a partir da Primeira Intifada, atuariam contra questões pontuais grupos como Rabinos por Direitos Humanos, o Comitê Israelense contra a Demolição de Casas e Médicos por Direitos Humanos – seção Israel. Se a Segunda Intifada e a radicalização da resistência palestina levaram a uma desintegração do “campo da paz”, também propiciaram o surgimento de outras organizações (Courage to Refuse, Machsom Watch, Ta’ayush, Breaking the Silence, Yesh Din e Anarchists against the Wall), quando a identificação de alguns ativistas com a luta palestina e sua oposição às FDI cresceu a um nível sem precedentes e as estratégias e abordagens se diversificaram, perpassando desde “movimentos reformistas” até “radicais” (LAMARCHE, 2009, p. 73-78).

Considerando especificamente a atuação de árabes-israelenses ou palestinos de 1948 no terceiro setor, argumenta Shany Payes (2005)⁸⁵ que, como uma minoria em um Estado étnico judaico, gozam de muitos direitos democráticos formais, porém não têm a plena igualdade prevista em lei, estando confinados às margens da vida política. Essa parcela da população teria se organizado a partir do último quartel do século XX, fundando várias ONGs, justamente para enfrentar essa exclusão e desigualdade, equilibrar a alocação de recursos e provocar reformas fundamentais na dinâmica do

poder.

3.2.1 A relatoria da Yesh Din, Breaking the Silence e demais ONGs locais

De forma geral (aprofundaremos esse ponto no capítulo seguinte), a relatoria produzida pelas ONGs locais – sejam elas israelenses ou palestinas – está em conflito direto com os governos israelenses, cujas práticas são sistematicamente denunciadas. Se elas não contam com um prestígio e reconhecimento internacional equiparável à AI e HRW, o financiamento dessas entidades se dá sobretudo por meio de vários órgãos governamentais europeus e do “New Israel Fund”⁸⁶, o que constitui um indício da credibilidade que elas têm em âmbito internacional. Ademais, essas organizações heterogêneas entre si (como a Bimkom formada por arquitetos e urbanistas, a Yesh Din por juristas e a Breaking the Silence por militares da reserva, ou outras que reúnem em suas atuações temáticas profissionais de diferentes áreas, como o Public Committee Against Torture in Israel) têm uma atuação sistemática em áreas específicas, o que amplia os horizontes de pesquisa que sua documentação oferece e permite um cruzamento salutar das fontes, pois são olhares diferentes às vezes para objetos comuns. Essas organizações têm uma atuação relativamente integrada, pois não raro se reúnem para assinar manifestos (como pela liberdade de atuação) ou escrever documentos conjuntos. Pela relevância que seus relatórios têm como fontes na presente pesquisa, cabe contextualizar e fazer uma análise prévia das duas entidades cuja documentação analisamos sistematicamente: Yesh Din e Breaking the Silence.

No site da ONG Yesh Din (do hebraico “Há lei”) consta que, é uma organização israelense independente, não partidária, sem fins lucrativos, composta de voluntários e profissionais, que não recebe doações diretas ou indiretas de órgãos governamentais israelenses e palestinos e reporta às autoridades competentes suas fontes de receita, conforme requerido por lei. Entre os financiadores mencionados se destacam órgãos nacionais e internacionais, como a União Europeia, “Irish Aid”, o Ministério dos Assuntos Exteriores da Noruega, a República Federativa da Alemanha e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. O Conselho Público da entidade, espécie de órgão consultivo que supervisiona suas atividades e a auxilia, é composto por acadêmicos, ativistas e profissionais liberais israelenses, além de pesquisadores renomados, como Zeev Sternhell e Akiva Eldar. Há ainda um conselho que auxilia a organização em seus trabalhos, composto por vários indivíduos, entre os quais estão

peessoas que trabalharam em áreas da aplicação da lei, como o ex-procurador geral Michael Ben Yair, Yehudit Karp, Ilan Paz e Talia Sasson.

Desde sua fundação em 2005, a Yesh Din vem publicando notícias e relatórios sobre a vulnerabilidade da vida e das propriedades palestinas diante da impunidade dos infratores. Individualmente ou em cooperação com outras entidades também pautadas pelo DIDH e DIH, a entidade objetiva afirmar o primado da lei nos “Territórios Ocupados”. Atua tanto por meio de ações legais e advocacia direta em casos particulares quanto em um nível mais amplo, publicando relatórios e contatando as mídias e as autoridades para denunciar casos individuais e a violação estrutural dos direitos dos palestinos, requerer esclarecimentos e fazer recomendações para assegurar a vigência da lei. Monitora tanto o sistema de aplicação da lei israelense e internacional na Cisjordânia quanto as decisões tomadas pela administração civil e pelo comando militar, inclusive a responsabilização penal de civis e militares que abusam da população local e de suas propriedades, averiguando em que medida o Estado e seus agentes e órgãos cumprem com o dever geral de proteger os civis palestinos vivendo sob ocupação. Para tal, requer e analisa dados oficiais e processos particulares, entrevistando funcionários, vítimas de violações e testemunhos. Cabe destacar que, a Yesh Din declara abertamente em seu site partir da premissa de que, a ocupação em si é a principal fonte de violação dos direitos palestinos e assume trabalhar para precipitar seu fim. Os documentos produzidos por ela foram sistematicamente analisados e suas principais constatações expostas na sequência, constituindo a base de nossa pesquisa.

Via de regra, a conclusão apresentada pela Yesh Din em seus vários relatórios é a mesma: vigora uma impunidade generalizada nos TPO, especialmente a partir da Segunda Intifada, que engloba tanto os crimes cometidos por militares quanto civis israelenses contra os corpos e as propriedades palestinas. São baixos os índices de apuração dos delitos e de abertura de processos legais, sendo as condenações ainda mais raras e, quando sentenciados, frequentemente os réus recebem penas desproporcionais aos agravos. Cabe destacar que, suas constatações têm ampla circulação global, sendo utilizadas para fundamentar artigos críticos de diferentes grupos⁸⁷.

Já no site da organização Breaking the Silence (“Quebrando o Silêncio”) é possível ler na sessão “sobre nós” que ela é formada por um grupo de combatentes veteranos das FDI, que assumiu o compromisso de expor ao público israelense o cotidiano do serviço militar nos TPO. A entidade, fundada em março de 2004, coleta e publica testemunhos de militares que serviram na Cisjordânia, Faixa de Gaza e

Jerusalém Oriental desde setembro de 2000 e promove conferências, encontros, viagens pelos TPO e outros eventos públicos para explicitar a realidade dos territórios a partir do ponto de vista crítico de militares. Objetiva estimular o debate público sobre o ônus da ocupação, na qual jovens soldados enfrentam uma população civil diariamente e buscam controlar sua rotina. O texto do site afirma que o serviço militar nos “territórios ocupados” torna os soldados testemunhos e protagonistas de ações que causam neles profundas transformações e um estranhamento em relação ao mundo que conheceram antes. Anshel Pfeffer (2015), colunista do jornal israelense Haaretz, escreveu um artigo sobre a atuação da Quebrando o Silêncio, lembrando que, quando ele próprio serviu o exército, no começo dos anos 1990, a ONG ainda não existia e não havia meios para relatar “[...] as crueldades diárias infligidas por nossa companhia aos civis locais com pleno conhecimento e às vezes encorajamento de seus oficiais.”.

Pfeffer relata tratamentos degradantes dispensados a menores de idade, o entusiasmo gerado em um oficial pela possibilidade de atirar nas pernas de palestinos, ordens confusas para estabelecerem “checkpoints de surpresa” (o que provocou a morte de inocentes): “A maioria de nós sequer estava seguro quanto a haver algo de errado em relação a essa rotina normal de uma estada de quatro meses em Gaza ou na Cisjordânia nos últimos estágios da Primeira Intifada.”. Aqueles que se sentiam incomodados ou guardavam para si ou desabafavam para oficiais, não muito mais velhos que eles. Embora o próprio Pfeffer acate algumas críticas secundárias direcionadas à entidade - como atuar muito junto à opinião pública mundial e pouco em relação à israelense -, reconhece a legitimidade dos testemunhos que ela publica e sua validade por revelarem uma face oculta das operações israelenses e da atuação das FDI, oficialmente negada ou silenciada por narrativas que só destacam os esforços para evitar sofrimento de civis, o que para o autor seria apenas parte da verdade. Se muitos militares se sentem coagidos a não deporem para a entidade, aqueles que superam restrições e o fazem estariam, na visão de Pfeffer, “[...] tomando parte em um serviço democrático necessário para assegurar que [as FDI] permaneçam de alguma forma responsável perante a sociedade israelense.”. Sobre o anonimato dos testemunhos publicados pela Quebrando o Silêncio, questão que poderia fragilizar sua própria legitimidade como fonte de pesquisa, é justificado tanto por Pfeffer quanto por Gideon Levy a partir da necessidade de resguardar da repressão os depoentes que decidem “quebrar o silêncio”⁸⁸.

Quanto às críticas feitas à atuação das ONGs israelenses, um contraponto às considerações da Quebrando o Silêncio foi feito pelo militar israelense, Matam

Katzman, que afirma (reproduzindo o discurso oficial) serem os casos relatados pela organização a exceção e não a regra, sendo o exército “moral”, tratando os palestinos com humanidade, e defensor dos israelenses (KATZMAN, 2015. Como contraponto, referendando a posição da Quebrando o Silêncio, cabe mencionar as frequentes denúncias da Yesh Din quanto à indiferença e passividade, ou mesmo conivência, dos militares israelenses diante dos crimes praticados por colonos contra palestinos e suas propriedades. Os relatos de palestinos publicados pela B’Tselem também evidenciam essa realidade.

Críticas mais sistemáticas à atuação das ONGs locais, no entanto igualmente superficiais, são feitas pelos órgãos oficiais israelenses e pelo grupo “NGO Monitor”, fundado em 2002, conjuntamente pelo Jerusalem Center for Public Affairs e B’nai B’rith, para monitorar a atuação dessas entidades, que teriam um comprometimento anti-israelense e, portanto, produziriam uma documentação tendenciosa e enganosa. Em contrapartida, diferentes autores apontam a vinculação do “NGO Monitor” ao governo israelense e a setores de extrema-direita, servindo a organização de escudo e esteio para o discurso oficial. Ela “[...] estaria desde há algum tempo deliberadamente espalhando informações falsas e enganosas sobre organizações em uma tentativa de desacreditá-las.” (KAHLEN; FOXSOHN, 2005). Alegando promover um “[...] debate crítico e a responsabilização das ONGs de direitos humanos atuantes no conflito árabe-israelense [...]”, o “NGO Monitor” desempenharia suas atividades a fim de refutar com veemência qualquer crítica a Israel e a suas violações de direitos humanos, vilificando seus “detratores” – dentre os quais estariam tanto “organizações consagradas, objetivas e internacionalmente respeitadas” quanto grupos locais menos renomados, porém igualmente compromissados com a promoção dos direitos humanos. Por exemplo, a Human Rights Watch (HRW) foi acusada de perseguir “[...] objetivos políticos e ideológicos em consonância com a demonização internacional de Israel.”.

A crítica mais corriqueira feita pelo “NGO Monitor” seria que os grupos ou relatórios críticos de Israel seriam “politicamente motivados”, o que “vindo dela seria uma acusação incrivelmente grotesca.”, diz-nos Kahlen e Foxsohn (2005), para quem o grupo objetivaria promover uma visão “[...] distorcida, unilateral do conflito entre Israel e os palestinos e minuciosamente evitar qualquer diálogo sobre as violações israelenses do direito internacional.”. Paralelamente, o grupo ignoraria completamente a atuação de ONGs locais e internacionais favoráveis a Israel e à colonização dos TPO, como o “Jewish National Fund”, a “Anti-Defamation League”, o “Simon Wiesenthal Center” e

o “American Israel Public Affairs Committee”. É interessante destacar que, na descrição do grupo feita no “Wikipedia” consta que seu editor de comunicações online está impedido de editar artigos sobre o conflito por “escrita tendenciosa” e por violar a política da página (WIKIPEDIA, 2014). Yossi Gurvitz e Noam Rotem (2014) apontam que, o fundador do NGO Monitor se apresenta em um de seus perfis online como consultor do Conselho Nacional de Segurança de Israel e membro de grupos associados ao primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, e que a fundação e atuação da organização seria parte de uma estratégia de terceirizar e com isso garantir mais legitimidade aos ataques contra as ONGs críticas de Israel.

Por sua vez, o Estado israelense, com a Advocacia Militar Geral (AMG) endossando essa posição, sequer reconhece a aplicabilidade das leis de direitos humanos e humanitários nos TPO, afirmando em sua documentação oficial ora que as ONGs leram as ocorrências de forma parcial ou politicamente motivada ora que fizeram uma “confusão normativa” ao querer aplicar o DIH e o DIDH às ações militares realizadas nos Territórios Ocupados. Em sentido contrário, não localizamos críticas quanto aos relatórios da Breaking the Silence e Yesh Din reforçarem as posições israelenses - o que por sua vez ocorre com outras organizações locais, como a “Association for Civil Rights in Israel”.

3.3. Os relatórios de direitos humanos e humanitários

Para facilitar a exposição e posterior interpretação dos relatórios adotamos um critério cronológico em sua apresentação. Recortamos as violações, sobretudo, dos direitos à vida, liberdade e integridade física dos palestinos em três períodos: 1967 a 1987; 1987 a 2000; e 2000 a 2015. As balizas foram, respectivamente, a deflagração da Primeira e da Segunda Intifada. Contudo, dado a continuidade de certas violações ou recortes temáticos que demandam uma exposição diacrônica para serem compreendidos, os marcos temporais dessa divisão tripartite nem sempre foram respeitados, havendo em alguns casos referências a relatórios ou fatos pertencentes ao período anterior ou posterior. Além disso, em alguns casos foi necessário discorrer mais detalhadamente sobre os relatórios, analisando-os em sua especificidade (espécie de crítica das fontes), o que foi feito como nota final para não interromper a sequência narrativa. Devido ao enorme volume de material disponível sobre o período 2000 a 2015, este foi subdividido em três partes, com base na natureza das fontes e para facilitar as

interpretações que serão feitas no próximo capítulo acerca da vulnerabilidade da vida palestina e dos possíveis objetivos das operações israelenses.

3.3.1. Do início da ocupação à Primeira Intifada (1967 a 1987)

Como tanto a HRW quanto a Breaking the Silence e Yesh Din passaram a publicar relatórios sobre os TPO somente dos anos 1990 em diante, o atual recorte está baseado nos anuários e documentos iniciais da AI, reforçados por considerações gerais de outras entidades e da bibliografia.

Em seus anuários, especificamente sobre Palestina/Israel, até o início das ocupações territoriais decorrentes da Guerra de 1967 a AI praticamente ignorou a situação local, atendo-se a descrever as atividades iniciais de estruturação de sua seção israelense, fundada em 1964. Esta, logo após a Guerra dos Seis Dias, passou a conflitar com o secretariado internacional e com outras seções, refutando as críticas feitas ao país, até que foi reestruturada entre 1972 e 1974. Assim, desde o final dos anos 1960 (inicialmente de forma um tanto hesitante) a AI passou a denunciar medidas adotadas pelo governo militar israelense contra a população palestina, como a mobilização de seu aparato de repressão física e jurídica para sufocar a oposição à ocupação. Mais especificamente, de 1968 em diante a organização denunciou a manutenção de “presos políticos” palestinos e israelenses (antecessores dos *refuseniks*) e a prática de maus-tratos e tortura de detidos, proibição de manifestações políticas e reuniões públicas, realização de operações de busca e apreensão sem motivos legais, prisões e restrições “administrativas” de movimento (na prática, por períodos indeterminados e sem processo legal), deportações, brutalidade policial, demolições punitivas de casa, censura, desapropriações para fins de colonização (“substituição” populacional), isolamento e fechamento de territórios, perseguição política, toques de recolher prolongados, estabelecimento de tribunais militares para julgar civis sem direito de apelo, julgamentos e prisões arbitrárias e massivas, dentre outras formas de “punições coletivas” e restrições de outros direitos. A AI trata essas medidas repressivas como “ilegais e abusivas”, embora muitas delas estejam previstas no conjunto da legislação que passou a vigorar nos TPO desde o início da ocupação israelense, como a reintrodução dos Regulamentos Emergenciais de Defesa (RED), publicados pelo Mandato Britânico em 1945⁸⁹.

Conforme a ONG israelense B’Tselem (s/d), em 1951, após um debate sobre “detenções administrativas”, o Knesset decidiu que os RED eram contrários aos

princípios básicos da democracia, solicitando à comissão competente um projeto para sua revogação, que no entanto não ocorreu, pois serviam como base legal para o governo militar vigente sobre os “cidadãos árabes” de Israel, que perdurou até 1966. Logo depois, com a Guerra de 1967 e o início da ocupação, os RED passaram a vigorar nos TPO com a aprovação da Alta Corte de Justiça de Israel (ACJ), sendo utilizados corriqueiramente e como fundamento de ações para “deter e punir”. Conforme Lisa Hajjar (2005) parte considerável das leis de ocupação israelenses está embasada nos RED, que permitem a imposição de penalidades “anárquicas e irregulares” ratificadas legalmente pelas autoridades. A jurista estadunidense lembra que, em seu contexto original de aplicação durante o Mandato Britânico, os RED foram condenados pelas lideranças judaicas como “[...] ultrajantes, repreensíveis, contrários aos princípios da lei, justiça e jurisprudência [...]”, mas mantidos para serem utilizados “seus poderes de emergência”. Em um de seus primeiros relatórios específicos sobre Israel/Palestina, a AI (1980a, p. 4) também apontou que o governo militar nos TPO está legalmente embasado nos RED, juntamente com centenas de ordens militares, regulamentos e decretos do comandante regional. A organização então destacou que, esse complexo legal abrangia tipificações penais que punem tanto atos relacionados à violência quanto outros de “[...] natureza puramente política e [que] podem, em si mesmos, não envolver o uso ou defesa da violência.”, como a pertença a uma organização que rejeite a ocupação, além de “uma série de medidas administrativas, não submetidas a qualquer revisão judicial”.

Para Raja Shehadeh e Jonathan Kuttab (1980, p. 64-69), ao invés de beneficiarem a população local, garantindo a manutenção de seus direitos econômicos, sociais e culturais, as mudanças legais e administrativas promovidas por Israel como ocupante nos TPO tornaram os palestinos mais vulneráveis às arbitrariedades do governo, levaram a uma concentração do poder na esfera executiva e se pautaram pela “Aquisição de terra e controle dos recursos hídricos.”, “Criação de relações econômicas entre Israel e a Cisjordânia favoráveis ao primeiro.” e “Comprometimento do desenvolvimento de instituições palestinas independentes, que possam servir de base para um Estado palestino na Cisjordânia.” – violando flagrantemente o PIDESC. Os autores destacam a: restrição imposta aos movimentos cooperativistas; a deterioração da qualidade dos serviços públicos ofertados à população desde o início da ocupação; a dependência da população local em relação ao governo militar à medida que ele passou a exercer todas as funções governamentais nos TPO; o fracasso em garantir proteção

policial aos palestinos; e a não autorização para palestinos importarem equipamento industrial ou perfurarem poços artesianos necessários para a agricultura, controlando e cerceando o desenvolvimento agrícola e industrial local, com o intuito de “[...] integrar a Cisjordânia na economia israelense em um papel subserviente, e torna-la completamente dependente de Israel.”. Enquanto isso, colonos israelenses recebem assistência estatal para a exploração dos recursos hídricos, levando parte dos palestinos a buscarem emprego em Israel em condições precárias, o que tornou a Cisjordânia “[...] dependente de Israel mesmo para produtos agrícolas.”. Não suficiente, enquanto a exportação israelense para os TPO é irrestrita, a importação de produtos da Cisjordânia está submetida a um “estrito controle”, o que a tornou um “mercado protegido” – o que está em consonância com a teoria do “des-desenvolvimento” de Sara Roy (1987).

Especificamente quanto às violações do DIDH e DIH ocorridas no período, no anuário cobrindo de junho de 1967 a maio de 1968, a AI já mencionou “presos de consciência” em Israel/Palestina e afirmou ter apoiado integralmente as resoluções aprovadas pela Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em maio de 1968 em Teerã, inclusive sobre os TPO. Lê-se no anuário, que também denuncia violações contra cidadãos judeus de países árabes:

Durante 1968, pela primeira vez, um preso de consciência foi adotado em Israel e vários outros casos estão sendo investigados. A maior parte deles de estudantes árabes acusados de conexão com supostas organizações terroristas. As minorias árabes em Israel e nos territórios ocupados estão sendo submetidas a legislações restritivas, não justificadas inteiramente nem mesmo pelas tensões nas fronteiras com os países árabes vizinhos. Também há evidências de certo grau de discriminação (AMNESTY INTERNATIONAL, 1968, p. 9-10).

Quanto ao documento oriundo da Conferência de Teerã que a AI referendou, há uma resolução específica sobre os “Territórios Ocupados” por Israel, que reafirma o “direito inalienável” dos refugiados árabes/palestinos de 1948 retornarem e recobram suas propriedades e destaca a preocupação com a situação geral, chamando a atenção do governo israelense para “[...] as graves consequências resultantes da não observância das liberdades fundamentais e dos direitos humanos nos territórios ocupados.” e o convocando a respeitar e tornar vigentes a DUDH e as Convenções de Genebra e a cessar a destruição de casas de civis. Por fim, a resolução requereu à AG que “aponte um comitê especial para investigar as violações de direitos humanos nos territórios ocupados por Israel e, então, reporte-as” e demandou da Comissão de Direitos Humanos

que mantenha a questão em pauta e sob constante revisão – marcando o início da relatoria específica da ONU para os TPO (UNITED NATIONS, 1968)⁹⁰.

Cabe salientar algumas informações contidas nos primeiros anuários, que também foram estendidas aos países árabes vizinhos. Como, via de regra, as acusações se repetem de ano para ano, ativemo-nos a mencionar somente as novidades em cada relatório.

Quanto às denúncias diretas de tortura, elas começaram de forma um tanto vacilante por um relatório encaminhado às autoridades israelenses pela AI, ainda em 1970, detalhando quatro casos e requerendo investigação imediata das acusações (AMNESTY INTERNATIONAL, 1980a, p. 7). O anuário de 1974 traz novas denúncias de maus-tratos e tortura, acompanhadas de possíveis “desaparecimentos” nos TO, além de um israelense que se entregou às autoridades e foi preso por contatar um membro do Fatah, que teria sido torturado. Elemento importante é uma carta enviada pelo secretário geral da AI ao embaixador de Israel em Londres, pedindo a instauração de um aparato jurídico eficiente capaz de averiguar essas denúncias. Entre 1974 e 1975, foi elaborado e publicado o primeiro relatório específico atinente ao conflito, abordando as condições carcerárias em Israel e na Síria, que elevou o tom das críticas da entidade, agora afirmando com segurança a ocorrência de violações e a necessidade de serem implementados de fato os dispositivos das Convenções de Genebra (base do DIH). Os choques entre a entidade e o governo israelense também iniciaram aí, sendo ignorada sua solicitação de também apurar alegações de maus-tratos e tortura em civis. No anuário de 1975, a entidade destaca três deportações e prisões administrativas, como a de centenas de “árabes” na Cisjordânia suspeitos de pertencerem ao “Frente Nacional Palestino”. Entre 1975 e 1977, a entidade acusou a prática de censura, prisões administrativas baseadas nos RED e julgamentos arbitrários, realizando campanhas publicitárias e enviando observadores para averiguar o funcionamento do sistema legal em Israel e no Egito, constatando que “A maioria dos presos políticos no Oriente Médio, contudo, são mantidos sem julgamento, ou estes são realizados secretamente, ou informações sobre eles só chegam à AI após o evento.”. Ademais, a inadequação dos procedimentos de detenção e julgamento facilitaria a prática de tortura, inclusive em Israel.

Ainda no período, a AI buscou apurar a prisão de 89 estudantes palestinos nos TO e acusou casos específicos de prisão sem acusações, sentenças demasiado longas e um aumento considerável no número de prisioneiros condenados por supostos crimes

contra a segurança (de 2.700 para 3.200 em 1977), provocando superlotação das prisões e greves de fome, o que levou a entidade a reiterar o pedido de instauração de uma comissão independente de inquérito. Pela primeira vez foram mencionadas “[...] demonstrações frequentes contra a ocupação israelense da parte de habitantes árabes da Cisjordânia, sendo muitos dos participantes jovens.”, com a repressão israelense provocando mortes – inclusive de um palestino de 15 anos. A AI enaltece o procurador geral israelense pela abertura de inquérito em um caso envolvendo injúrias provocadas em um estagiário árabe por forças israelenses (AMNESTY INTERNATIONAL, 1976; 1977). Em 1977, na escola secundária de Ramallah, enquanto cerca de 150 estudantes protestavam, soldados invadiram a escola e os prenderam, agrediram e humilharam.

Os anuários de 1978 e 1979 reiteram a não observância das garantias legais básicas em toda a região no concernente às normas de detenção e procedimentos processuais, com presos mantidos sem acusação, incomunicáveis, na condição de “detenção administrativa” ou processados por cortes militares “especiais” de forma fechada (“*in camera*”). O documento destaca uma campanha feita sobre o tema em Israel e nos TO e que, ali, estariam recrudesando as tensões entre as autoridades ocupantes e a população palestina e os RED do Mandato Britânico continuaram em vigor, sobretudo nos TO, permitindo detenções e julgamentos arbitrários. O anuário destaca prisões administrativas, deportações, julgamentos arbitrários em cortes marciais, tortura e o caso de seis estudantes do “Bethlehem College” (presos com base nos RED e condenados por distribuírem duas publicações proscritas) e do cidadão estadunidense Sami Esmail, preso ao chegar ao aeroporto de Tel Aviv, em dezembro de 1977, acusado de pertença à “organização ilegal” e “contato com agentes externos”, mantido incomunicável e cuja confissão fora obtida em condições de “extrema dureza”. O anuário menciona ainda um relatório publicado em 19 de junho de 1977 pelo jornal britânico, The Sunday Times, que após cinco meses de investigação de denúncias de tortura em Gaza e na Cisjordânia constatou, dentre outras coisas, que “[...] a tortura de prisioneiros árabes é tão difundida e sistemática que não pode ser justificada como ‘policiais infratores’ excedendo a regra. Parece estar sancionada como política deliberada.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1978). Dentre os métodos de tortura mencionados, que remetem às práticas das ditaduras latino-americanas, destacam-se agressões, a colocada de vendas ou capuzes nos olhos e a suspensão do chão pelos pulsos, abusos sexuais, choques elétricos e, em um centro específico, o confinamento em espaços reduzidos, com espinhos de concreto colocados no chão. As sevícias

ocorreriam durante o período de interrogação, em centros especializados, e não nas prisões acessadas pela Cruz Vermelha.

Especificamente em 1979, a AI apresentou outra evidência (acusação pública feita no começo de 1979 por Alexandra Johnson, ex-oficial consular estadunidense em Jerusalém) de que os maus-tratos e tortura são sistemáticos e têm a aprovação tácita das autoridades. A organização ainda afirmou que as acusações de “crimes contra a segurança” em Israel e nos TO cobrem um amplo espectro de ações, com categorias que permitiriam interpretações amplas pelas cortes militares, condenando atividades de natureza política ou “consciência” e os julgamentos se restringindo à confissão do acusado, não raro obtida sob pressão física e psicológica. A AI destaca ainda a repressão a cidadãos israelenses druzos ou testemunhas de Jeová, que se recusaram a prestar serviço militar, e a seis estudantes israelenses de etnia árabe, confinados em suas casas sob acusação de produzirem um documento afirmando ser a OLP a “única representante do povo palestino”. Ademais, a AI observa que as autoridades israelenses continuaram a ignorar seus pedidos de instauração de uma comissão de inquérito imparcial e independente. Junto à questão das “prisões administrativas”, o anuário de 1979 também chama a atenção para “[...] os modos como o sistema de justiça militar se desvia de práticas justas de julgamento.” – tema que a entidade aprofundou em 1991 e a Yesh Din abordou décadas depois, em 2008 (AMNESTY INTERNATIONAL, 1979).

Até os anos 1980 os anuários da AI abordaram somente as violações de direitos humanos referentes ao PIDCP (o que impede uma percepção mais ampla da ocupação e de suas implicações para a vida dos palestinos). Mas, observando-os fica patente o baixo nível da mortandade antes da Primeira Intifada em comparação com as décadas posteriores, destacando-se as sistemáticas “medidas draconianas” adotadas pelas forças israelenses e denunciadas pela AI para suprimir a resistência palestina. Para clarificar esse ponto facilitando as comparações elaboramos a seguinte tabela com base nos dados constantes nos anuários, que ora são apresentados de forma detalhada ora um tanto vaga, não garantindo muito precisão, mas servindo como indicativo da tendência geral da ocupação israelense:

Tabela 1 - Números constantes nos anuários da AI

Ano do anuário	Detenção administrativa de palestinos	Palestinos presos no ano	Palestinos mortos por israelenses
1973	14		
1974	50	2.500	
1977			3
1978	3		
1979	48	1500*	
1983			15
1987	144		
1988	360* ²	1.200	23 (em dez.de 1987)
1989	5.000	25.000	354* ³
1990	4.000	25.000	275* ³
1991	4.000	25.000	120
1992	2.000 (350*)	18000 (11.000*)	90
1993	Centenas (500*)	25.000	124* ³
1994	300 (140*)	13000 (10.400*)	153* ³
1995	700 (240*)	6500 (5450*)	82
1996	600 (210*)	Milhares (4.000*)	50* ³
1997	600 (260*)	1.600 (3.500*)	80
1998	1900 (354*)	1.200 (2.500*)	18
1999	270 (83*)	1200 (1.500*)	20* ¹²
2000	14	(1.500*)	8* ¹²
2001	25 (12*)	2200 (1600*)	300 (100**)
2002	70 (40*)	2000 (2.200*)	460 (79**)
2003	1.900	Milhares (3.000*)	1000 (150**)
2004	1.500	Milhares	600 (100**)
2005	1.500	Milhares	700 (150**)
2006	1.000	Centenas	190 (50**)
2007	Centenas (700*)	Milhares	650 (120**)
2008	900	Milhares (9.000*)	370 (50**)
2009	550*	Centenas (8.000*)	425 (70***)
2010	Centenas (278*)		1.380 (330**)
2011	264	Centenas (6.000*)	33 (8*)
2012	307	Milhares (4.200*)	55 (11*)
2013	320 (178*)	(4.500*)	160
2014-2015	500	Milhares	2.050 (539**) ¹

¹ * Dados relativos ao final do ano.

** Menores de 18 anos mortos.

*** Mortes até o início da operação Chumbo Fundido.

*¹ Mortos durante interrogatórios.*¹² Mortos que não apresentavam risco às forças israelenses.*² Presos ou restritos administrativamente.

Se a retirada de vidas palestinas recebeu atenção secundária da AI até meados dos anos 1980, em seu anuário de 1980 e no documento específico citado mais acima e publicado no mesmo ano, a organização sublinha a vulnerabilidade palestina, mencionando além da institucionalização de medidas repressivas fortes indícios da ocorrência sistemática e impune de maus-tratos e tortura em Israel e nos TO, viabilizadas justamente pela possibilidade garantida pelos RED de deter sem acusação formal e manter a condição de incomunicabilidade por tempo indeterminado. É utilizada então, referindo-se aos maus-tratos e tortura, a expressão “sistema de impunidade.”. Em seu anuário de 1981 a organização mencionou um relatório da Controladoria do Estado de Israel, que já constataria a negligência de oficiais de polícia em supervisionar as detenções e os interrogatórios de palestinos, garantindo a continuidade dos abusos. Ademais, o “problema da violência policial” teria se tornado habitual, e se não fosse a própria polícia que investigasse muito mais denúncias seriam feitas (AMNESTY INTERNATIONAL, 1981). Em contrapartida, autoridades israelenses negaram essas acusações sem fundamentar seu posicionamento, afirmando que ocorriam casos isolados de responsabilidade meramente individual, que inclusive seriam punidos.

Nos anuários de 1980 e 1981, a AI (1980; 1981) afirma que as violações no “Oriente Médio e África do Norte” como um todo, incluindo aí o caso palestino, ocorrem a partir de legislações de exceção: “[...] leis marciais, estado de emergência e legislação de emergência [...] constituem o contexto legal dentro do qual ocorrem muitas violações de direitos humanos importantes para a Anistia Internacional.”, pois garantem “poderes extraordinários” às autoridades restringindo direitos individuais. Especificamente na “Cisjordânia”, as tensões e violência teriam recrudescido com o assassinato tanto de judeus quanto de árabes, repercutindo em um aumento nas prisões (em janeiro de 1979 havia 2.473 presos de segurança na Cisjordânia e só no primeiro semestre daquele ano 1.500 palestinos foram detidos, a maioria jovens entre 16 e 23 anos). Ademais, o sistema de justiça militar nos TPO continuaria se desviando de “práticas justas de julgamento” por não terem sido até então aplicadas as recomendações feitas por uma comissão especial formada pelo governo israelense em 1977 visando aprimorá-lo. Outras situações apontadas que merecem destaque são o afastamento forçado do prefeito de Nablus por motivos políticos; a emenda do “Decreto de Prevenção do Terrorismo” visando “suprimir legítimas expressões de opinião” (criminalizou com prisão de até três anos a expressão pública de simpatia por “organizações ilegais”, por meio de cartazes, slogans, bandeiras ou hinos); e “novos

relatos de brutalidade policial”, sendo criado um comitê oficial para averiguar esse problema, que conclui ter a violência policial “se tornado habitual” e que muitas outras denúncias viriam à tona se as vítimas as fizessem para outra instituição que não a própria polícia e tivessem maior confiança de que seriam investigadas de fato (AMNESTY INTERNATIONAL, 1980, p. 320-321; 337-339; 1980a, p. 5; 16).

Destacamos ainda nos anuários dos anos 1980 o fato de, no começo da década a Lei de Poderes Emergenciais (Detenção) ter introduzido reformas administrativas e legais banalizando ainda mais o uso das “detenções administrativas” (cujo emprego se massificou durante a Primeira Intifada), agora permitidas em casos nos quais os comandantes militares ou o ministro da justiça “[...] ‘tenham motivos razoáveis para acreditar’ que ‘razões para a segurança da área ou para a segurança pública’ (para os TO) assim o requeiram.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1989c, p. 1-5; 13-22). Anos antes, a organização havia condenado o uso arbitrário de “restrições de movimento” impostas a palestinos e a falha tanto dos procedimentos existentes em evitar maus-tratos e tortura quanto da “máquina de investigação das denúncias” – sendo que, em contrapartida, dentro das fronteiras de Israel dezenas de agentes foram condenados por assediar detidos (AMNESTY INTERNATIONAL, 1985; 1987). Mais especificamente quanto às “ordens de restrição” e “detenções administrativas”, elas são emitidas pelo comandante militar da área. As primeiras incluem “[...] prisão domiciliar, banimento, restrições para viajar e residir e a necessidade de atender a formalidades oficiais, como registro periódico.”. As segundas estão previstas no artigo 111 dos RED, permitindo a detenção e prisão de qualquer pessoa, sem uma acusação formal ou a apresentação dos motivos e por um período que pode ser prorrogado indefinidamente. Para a AI ambas têm um processo de revisão judicial feito geralmente de forma “inadequada” e sem discernir entre ações violentas e não violentas dos réus. São utilizadas de forma sumária, arbitrária, com a vítima desconhecendo o conteúdo da acusação e sem direito efetivo de defesa e revisão. A AI foi gradativamente constatando que ordens de restrição e detenções administrativas foram utilizadas como forma de punição por “[...] atividade política não violenta e pelo exercício não violento de seu direito à liberdade de expressão.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1981, 362-367; 1982, p. 313-315; 330-332; 1983).

Entre 1981 e 1987, em grande medida os anuários reiteram as pautas habituais. Mas, também destacam que embora os réus tenham direito de apelar à ACJ ela raramente reverte as decisões dos militares e mencionam a continuação dos movimentos

de protesto de jovens palestinos reivindicando a representatividade da OLP e a repressão das forças de segurança (baseada nos RED e na legislação de “prevenção de terrorismo”), prenunciando sobretudo a partir de 1986 tanto a deflagração da Primeira Intifada quanto as medidas que se generalizam do final da década de 1980 em diante. Inclusive, em 1983 a organização já mencionou “[...] mortes provocadas pelas forças de segurança durante manifestações públicas.” (totalizando quinze em 1982, além de centenas de feridos), o que a levou a enviar uma carta ao primeiro ministro israelense expressando sua preocupação com “repetidos disparos e mortes” de manifestantes desarmados e afirmando que não poderia continuar aceitando argumentos como “autodefesa” ou reação “de pânico” das tropas, sendo respondido pelo governo que suas forças armadas conduziriam investigações e julgamentos consistentes, como já estariam fazendo. Ao longo do período foram expedidas “ordens de restrição” contra vários políticos, jornalistas, ativistas, editores, advogados, estudantes e sindicalistas “árabes”, temendo a AI que eles “[...] tenham sido punidos por sua atividade política não violenta e pelo exercício não violento de seu direito à liberdade de expressão.”, ficando impedidos de provar sua inocência diante dos procedimentos arbitrários que os puniram por cantarem canções nacionalistas, portarem bandeiras da Palestina ou “livros ilegais” ou desempenharem suas profissões de forma crítica. O anuário de 1983 cita um artigo publicado no jornal israelense *Jerusalém Post*, que comenta o julgamento de sete soldados israelenses. Alguns réus alegaram terem recebido ordens de seus superiores para agredirem manifestantes e detidos e para prenderem indistintamente palestinos próximos de manifestações ou com base em listas preparadas pela Administração Civil israelense, que incluíam pessoas não suspeitas de terem cometido crimes.

Nomeadamente quanto à tortura e aos maus-tratos infligidos a palestinos detidos, os anuários dos anos 1980 são relevantes. Enquanto a AI denunciou reiteradamente essas práticas desde os anos 1970, demandando o estabelecimento de “uma comissão de inquérito imparcial, independente”, até 1987 as autoridades israelenses negaram seu caráter sistemático e deliberado, alegando que casos excepcionais foram punidos com medidas disciplinares ou mesmo processos legais. Contudo, a AI (1980a, p. 8) constatou que a chancela às sevícias impostas aos detidos palestinos envolveria “o uso de pessoal treinado” e “apoio administrativo abrangente”, sendo possivelmente uma “prática sistemática” protegida por “métodos convencionais de suprimir denúncias e bloquear sua investigação”, que manteriam uma margem segura para o não acarretamento de consequências legais, salvo exceções. Como o falho e arbitrário sistema de aplicação da

lei nos TPO manteria um inadequado “maquinário para investigar queixas de maus-tratos”, seria necessário garantir proteção legal e administrativa efetivas aos “suspeitos de segurança” mantidos sob custódia, pois “[...] os procedimentos são tão deficientes em sua forma atual que não provêm proteção adequada mínima para as pessoas detidas. Isto aumenta a possibilidade de que os direitos básicos dos prisioneiros possam ser violados rotineiramente.”. Contudo, não teriam sido acatadas até então recomendações para aprimorá-lo feitas por uma comissão criada pelo governo ainda em 1977 (AMNESTY INTERNATIONAL, 1980, p. 320-321; 337-342; 1980a, p. 5-8; 16).

Carlos Alberto Idoeta (1996) sublinha que, nos anos 1970 e 1980 o governo israelense e suas agências “torturaram palestinos regularmente”, mas negaram e ocultaram a prática (com o Serviço Geral de Segurança israelense⁹¹ – SGS -, espécie de DOI-CODI, mentindo para as cortes). Em contrapartida, no final da década de 1980, a prática de maus-tratos e tortura foi oficialmente reconhecida (embora não como tal) a partir de dois escândalos, que levaram à criação da Comissão Landau (dirigida pelo presidente da ACJ) em 1987, “[...] que constatou ser a coação física moeda corrente nos interrogatórios.”. No entanto, ao invés de condenar a prática, a comissão acatou a argumentação dos agentes de segurança normatizando o exercício de “pressão física e psicológica” em acusados de “atividades terroristas hostis”, vistos como um “mal menor” e não necessariamente “tortura física ou maus-tratos”. “Na prática, o interrogatório enérgico e exaustivo recomendado pela comissão resultou na legalização efetiva de alguns métodos de tortura.”, que constam na segunda parte do relatório, mantida secreta. As diretrizes foram estabelecidas com assessoria médica, configurando um “sistema que degrada o ser humano” e “parece concebido para obter informação ou confissão sem deixar marcas visíveis.”. Desde então, as autoridades não mais negaram os métodos, mas apenas sua classificação como tortura (conflitando com a definição da Convenção contra Tortura e Maus-Tratos e com a monitoria do Comitê da ONU contra a Tortura).

Em seu anuário de 1988, a AI (1998, p.4-5; 239) abordou o tema das torturas de uma forma geral, mencionando o relatório Landau juntamente com uma comissão alusiva à Índia e outra à Irlanda do Norte, afirmando se tratar de uma “guerra de informação”, que envolve métodos abusivos difíceis de averiguar (desenvolvidos justamente para ocultar os culpados), censura, repressão da mídia, formação de comissões oficiais inócuas ou que referendam o posicionamento das autoridades, não publicação das leis pertinentes e a manutenção de tribunais secretos e da

incomunicabilidade por longos períodos. Diante desse quadro, ficam os detidos “nus”, vulneráveis. Em duas publicações posteriores, a organização notou que, se com base nas diretrizes secretas estabelecidas pela Comissão Landau “O SGS, e em menor grau também as FDI, interroga a ampla maioria dos palestinos dos TO utilizando tortura e maus-tratos sistematicamente.”, além dos “métodos legalizados” ocorreriam outros abusos “ilegais” (espancamento, golpes nas genitais, exposição ao frio e calor, etc.), todos negados pelas autoridades (AMNESTY INTERNATIONAL, 1992, p. 150-153; 1994, p. 170-173; 1998b, p. 4-20). Como comissão governamental, ao mesmo tempo em que a “Comissão Landau” constatou a difusão de maus-tratos durante interrogatórios, defendeu a necessidade de manter práticas coercitivas como medidas antiterroristas, recomendando inclusive que elas recebessem sanção oficial. Assim, a dita comissão ignorou se tratar de uma violação flagrante do DIH e DIDH, com o governo acatando sua recomendação e autorizando o exercício de “pressão física moderada” – o que tornou Israel o primeiro Estado a sancionar práticas que constituem tortura à luz do direito internacional e negação da presunção de inocência, o que provocou a criação do “Comitê Público Contra a Tortura em Israel” (CPCTI) e deflagrou protestos de várias organizações locais e internacionais. Em sua resposta oficial à AI (1991), o governo israelense desqualificou o relatório da organização como “politicamente motivado” e descreveu o Sistema Israelense de Corte Militar (SICM) como fundamental para combater as organizações palestinas terroristas. Em contrapartida, o Comitê dos Advogados pelos Direitos Humanos, que atuava na defesa dos palestinos no SICM, redarguiu que as autoridades israelenses seriam coniventes com os problemas de funcionamento do sistema de justiça.

Lisa Hajjar (2005, p. 72-75) menciona uma das petições enviadas pelo Comitê Público contra a Tortura em Israel (CPCTI) para a ACJ, na qual a organização afirma que o SGS, responsável pelas torturas, “[...] mantém relações parasitárias com as autoridades competentes [...] está localizado nos órgãos internos do organismo competente, blindado de qualquer crítica pública e judicial. De seu local oculto opera a autoridade [...]” com métodos “aberrantes e ilegais”. O padrão de decisões da ACJ teria como consequência preservar o caráter sigiloso das práticas desse órgão, reforçando a recusa estatal em aderir às normas internacionais. Logo, a ACJ “[...] efetivamente carimbou a legalização da tortura em Israel/Palestina.”. Hajjar também menciona que, em 1998, outra ONG israelense, a B’Tselem, afirmou que a tortura em Israel seria “[...] institucionalizada, governada por regulamentos detalhados e procedimentos escritos,

com burocracia rotineira e sistemática envolvendo distintos órgãos além do Serviço Geral de Segurança.”. Uma decisão da ACJ de 1999 ao mesmo tempo em que restringiu o uso de “pressão física” garantiu sua continuidade.

Paralelamente à sistematização da tortura, cabe abordar a vulnerabilidade da vida palestina, a falta de acesso a julgamentos justos e a impunidade de agressores israelenses nos TPO. Ainda em 1980 Shehadeh e Kuttab mencionaram a ausência de proteção policial aos palestinos em contraste com a apuração eficaz dos crimes praticados por eles e que os colonos formariam uma “[...] estrutura coerente de poder que, às vezes, parece estar fora do controle do governo militar.”. Bem armados, frequentemente, usam da força contra os palestinos, com as autoridades militares, quando interferem, favorecendo-os “como naturalmente esperado”, afinal “O contexto político do conflito entre colonos e palestinos torna improvável que a população possa depender das autoridades militares para proteção diante de tais situações.”, e elas “[...] têm sido negligentes em cumprir com essa obrigação.”. Ademais, “frequentemente, os colonos agem como se eles fossem a própria autoridade e assumem as funções do governo militar.”, ou espalham o terror, como dentre outras ocasiões em Ramallah em abril de 1980, quando quebraram vidros de mais de 120 carros e 70 casas, sendo os agentes e autoridades condescendentes. “Parece haver um alto grau de cooperação entre os colonos e as autoridades militares, mas eles não aparecem diretamente responsáveis para o governo militar.”. Assim, quando ocorreriam, as condenações de réus que agrediram palestinos seriam lenientes. Shehadeh e Kuttab (1980, p. 7-9; 30-33) ainda apontam que já estaria generalizada em setores da opinião pública israelense a preocupação com o fracasso sistemático das investigações e das apelações judiciais. Sobre o último ponto, a autoridade, eficácia e jurisdição do judiciário seriam fracas nos TPO, estando sua função de apelo suplantada por um “comitê de objeção” desqualificado e parcial, pautado em procedimentos próprios, sigilosos e arbitrários e com desfechos geralmente desfavoráveis aos palestinos, privando-os de seus direitos e recursos legais, mas transmitindo a “aparência de legalidade e devido processo legal”.

Na mesma linha, Idith Zertal e Akiva Eldar (2007, p. 373-395) apontam que, com o crescimento das colônias e do número de colonos nos TPO a partir de 1977, multiplicaram-se os ataques contra palestinos, especialmente entre 1980 e 1984: “O número de feridos dobrou a cada dois anos.”, em conexão com a política repressiva implementada pelo então ministro da defesa Ariel Sharon. “Os colonos judeus agiram como se os territórios fossem deles próprios, e o sistema legal e de justiça israelense

colaborou, tanto ativa quanto passivamente.”, seja com a redução de pena, seja impedindo a prisão de suspeitos ou anuindo com a não colaboração de colonos nas investigações. Inclusive, oficiais militares teriam se reunido com lideranças locais e aprovado “as ações de milícia dos colonos sem lei”. Zertal e Eldar mencionam a crítica da ACJ ao fracasso da polícia investigar um caso específico em 1981 e que, nesse mesmo ano, foi enviada por um grupo de professores e acadêmicos uma carta à procuradoria denunciando o “braço curto da lei”. Em decorrência, o então primeiro-ministro proferiu discursos sobre a impunidade e foi criada a Comissão Karp, encarregada de assegurar a celeridade e eficácia das investigações de crimes de colonos.

Ela acompanhou setenta casos contra palestinos, destacando que somente em quinze a polícia recomendou a abertura de inquérito e que “Todas as demais investigações não levaram a lugar algum, e os casos foram fechados por várias razões e desculpas.”. O relatório oficial de Karp (publicado em 1984) “[...] confirmou o que todos já sabiam, que a lei nos territórios era a lei dos colonos e que o braço da polícia era demasiado curto para lidar com infratores violentos.”. A polícia não cumpria com sua obrigação de prevenir crimes, era indulgente com os colonos, em alguns casos não foram feitos esforços para localizar os culpados, testemunhos não foram interrogados ou se restringiram apenas aos militares envolvidos, o tempo transcorrido comprometeu os resultados e casos encerrados sob alegação de “perpetrador desconhecido” foram mais comuns do que o normal. Oficiais diretamente responsáveis pela administração dos TPO “admitiram também que a área era sem lei.” e “O valor mínimo atribuído às vidas palestinas repetidamente recebeu confirmação legal nas cortes distritais de Israel.”. Ademais, seriam correntes os ferimentos provocados por colonos com armas de fogo na cabeça ou na parte de cima dos corpos dos palestinos. Conforme Zertal e Eldar, não só as recomendações de Karp “nunca foram implementadas” como após a publicação do relatório, ao invés de melhorar, a aplicação da lei nos territórios se deteriorou ainda mais, levando à criação de dois “territórios legais-judiciais totalmente diferentes”. O próprio Karp reconheceu a nulidade de seus esforços e os vínculos entre a desumanização dos palestinos e a violência impune contra eles. Inclusive, “Alguns dos oficiais militares diretamente responsáveis pela administração dos territórios admitiram também que a área era sem lei.”, como o diretor da Administração Civil⁹², que em 1988 afirmou que “[...] não há lei nem juízes nos territórios, que a polícia em questão não existia e não atuava no campo, e que não era capaz de aplicar a lei e impor a ordem.”.

Há outros indícios de que a exposição de vidas palestinas à decisão soberana de retirá-las esteve presente antes de 1987, ainda que de forma secundária e subsidiária, como em execuções extrajudiciais de lideranças, nos massacres impunes da Unidade 101 de Ariel Sharon, nas mortes de “infiltrados” e eventualmente de detidos torturados e nos ataques indiscriminados e desproporcionais contra os vizinhos de Israel ou manifestantes, vitimando civis com o intuito de manter a dissuasão característica da “Muralha de Ferro” (SHLAIM, 2004). Vimos que, em 1976, a AI (1977) criticou as autoridades israelenses pelas corriqueiras denúncias de maus-tratos e tortura, defendendo a realização de “investigações independentes”, e denunciou pela primeira vez a morte de manifestantes. Depois dessa denúncia, a retirada de vidas palestinas só voltou a ser acusada entre 1980 e 1984 (mortes sob tortura), para se generalizar da Primeira Intifada em diante. Em meados dos anos 1980, a AI (1984) mencionou o reconhecimento oficial por Israel da existência de um cemitério secreto, no qual estariam enterrados 44 palestinos, sírios e outros, mortos em batalha ou durante detenção no sul do Líbano. Detidos seriam mantidos no Líbano por meio de um “ato de Estado” e não como “prisioneiros de guerra”, estando à margem do DIH e do sistema judicial israelense e assim submetidos às mais diversas arbitrariedades.

A vulnerabilidade da vida também fica visível no comentário de Shlaim (2004, p. 126) acerca da resposta israelense à infiltração de palestinos: “Ocasionalmente, os soldados que realizavam essas operações cometiam atrocidades, dentre elas estupro coletivo, assassinato e, em uma ocasião, o despejo de 120 supostos invasores do deserto de Arava, privados de água.”. A maior parte da barbárie não era provocada no ardor da batalha, mas “[...] contra civis inocentes, incluindo mulheres e crianças”. Ainda seguindo Shlaim, paralelamente às medidas brutais adotadas contra os infiltradores e povoados que os abrigaram, Israel recorreu à retaliação militar desproporcional contra os países dos quais partiram os “invasores”, atacando sobretudo povoados suspeitos de prestarem auxílio localizados na Jordânia/Cisjordânia e no Egito/Faixa de Gaza. “Na verdade era uma forma de punição coletiva contra todos os povoados [...] Conduzidos à noite, todos esses ataques foram dirigidos a alvos civis. E quase todos eles fracassaram na realização de sua missão.”, mas inflamaram “enormemente o ódio árabe contra Israel”, com as potências ocidentais pressionando o país a abandonar a prática, haja vista que desestabilizava os planos de defesa contra a URSS na região.

Caso paradigmático de retaliação desproporcional foi a operação contra o povoado de Qibya (Jordânia), em 1953, que resultou na destruição de 45 casas e na

morte de 69 civis (sendo dois terços mulheres e crianças), em resposta à morte de uma mãe israelense com seus dois filhos nas proximidades do local. O massacre, que desencadeou protestos internacionais até então sem precedentes na história do país, foi justificado por Sharon a seus superiores a partir da suposição de que todos os habitantes haviam fugido e o local estava vazio – o que foi contradito pelos sobreviventes alegando que foram forçados a ficar nas casas até que fossem explodidas, sendo essa versão corroborada por um observador da ONU. Imunizando as FDI, o governo decidiu por versões oficiais ora alegando que os ataques partiram de cidadãos enfurecidos, ora que as ações teriam seguido diretrizes oficiais de dissuasão, ora que foram respostas ao incitamento jordaniano às infiltrações. De todo modo, os perpetradores nem foram condenados nem punidos. Independentemente, o CS-ONU condenou a ação. Comparando essa passagem com os relatórios mais recentes da AI, HRW e Yesh Din vemos que tanto esse pretexto quanto a negação oficial das violações e a impunidade se mantêm até hoje.

Qybia teria inaugurado as discussões acerca da política de represálias arquitetada por Moshe Dayan, que demandava para sua boa execução a garantia de liberdade de ação às forças armadas em contrapartida à suposta lentidão das respostas via ONU, que já naquela época era depreciada e repudiada por setores da sociedade como irrelevante ou hostil a Israel. A ONU também era vista como obstáculo ao projeto de transposição das águas do rio Jordão e a resposta proposta por Dayan fora criar fatos consumados na suposição de que a organização não teria como revertê-los, o que foi inviabilizado pela pressão dos EUA (SHLAIM, 2004, p. 127-137). O novo historiador destaca ainda quanto ao então chefe do Estado-Maior das FDI, Moshe Dayan, que ele não teria “escrúpulos morais” quanto aos limites das represálias, mesmo se fossem contra civis, defendendo a punição coletiva contra povoados árabes que abrigassem suspeitos. Durante uma palestra a oficiais do exército em 1955, Dayan afirmou que, se as FDI não tinham condições de proteger cada instalação e cidadão do país, estava em seu alcance “[...] determinar um alto preço por nosso sangue, um preço alto demais para que a comunidade árabe, o exército árabe ou os governos árabes achassem que valeria a pena pagar ...”. (SHLAIM, 2004, p. 139-147).

Dessa forma, Shlaim (2004, p. 273-291) está a denunciar a indiferença entre alvos civis e militares, vulnerabilizando a proteção garantida aos primeiros conforme o DIH. Se contra a Síria, a estratégia fora igualmente o controle da escalada da violência e a desproporcionalidade, características da Muralha de Ferro, sendo os alvos prioritários

as forças governamentais do Ba'th, na Jordânia e Cisjordânia o objetivo foi punir a população que amparasse a resistência palestina, o que também foi feito nas operações contra o Líbano em 1978 e 1982, com a população arcando com as consequências. O método da operação “Paz na Galiléia” (1982) remete às ações atuais contra Gaza: campanha de “pressão e intimidação” ou “pressão militar e guerra psicológica”, envolvendo alto-falantes, panfletos, privação de serviços básicos, cerco e bombardeios de artilharia naval e terrestre e de aviação, que impuseram “enorme sofrimento à população civil” (SHLAIM, 2004, p. 273-291). As conclusões de Eyal Weizman (2007) estão próximas das de Shlaim: a política de “revides desproporcionais” elaborada nos anos 1950 para o problema das infiltrações de refugiados palestinos foi consolidada pela Unidade 101, com Sharon agindo à margem da legalidade, explorando a ambiguidade nos assassinatos e punições coletivas.

Seriam paradigmáticos os massacres nos campos de refugiados palestinos em Sabra e Chatila (1982), em Beirute. Conforme uma comissão oficial (Kahan), se as forças israelenses não teriam “nenhuma responsabilidade direta pelo massacre”, deveriam tê-lo previsto e impedido, pois a área estava sob seu controle. Em resposta, Sharon foi meramente exonerado do governo. Depoimentos de falangistas compilados no documentário “Massaker” de 2005 (dirigido por Lokman Slim, Monika Borgmann, Hermann Theissen e Nina Menkes), apontam a responsabilidade direta das FDI, que não só permitiram a entrada da Falange libanesa na área e a mantiveram iluminada, como providenciaram sacos para enterrar os corpos, além de alguns de seus membros terem se disfarçado de falangistas para participar da carnificina.

Ainda sobre mortes impunes, consta no anuário de 1987 da AI a alegação de três ex-membros do SGS de que o primeiro-ministro ordenara o “assassinato e o posterior encobrimento” de dois palestinos mantidos sob custódia, que foram responsáveis pelo sequestro de um ônibus em 1984, com a Procuradoria ao mesmo tempo negando a procedência da acusação e criticando “[...] a liderança política por tentar evitar uma investigação com base em segurança nacional.”. A versão oficial – foram mortos durante a retomada do ônibus – foi contrariada por fotos mostrando que os palestinos estavam vivos após serem capturados. Ainda no final dos anos 1980, a AI (1998, p. 4-5; 239) incluiu “Israel e os Territórios Ocupados” entre os 20 países nos quais verificou a ocorrência de mortes durante detenção, execuções extrajudiciais ou ameaças destas, denunciando a situação ao Relator Especial sobre Execuções Sumárias ou Arbitrárias da ONU. No mesmo anuário consta que, a Procuradoria-Geral justificou de forma

“infundada e insatisfatória” lesões a um detido – que seriam oriundas de tortura – pelo fato dele supostamente ter tentado agredir os interrogadores. Seguindo a AI (1980; 1980a), a aplicação arbitrária da lei nos TPO envolveria tanto a impunidade generalizada de colonos e militares israelenses quanto os julgamentos sumários de palestinos em cortes militares, muito aquém dos princípios internacionais de um “julgamento justo” e do direito à “ampla defesa”. Uma constatação organização referente à ocupação como um todo, se ignora a especificidade de cada período, traz uma visão geral da impunidade como continuidade desde 1967, reforçando este ponto:

Agências da ONU, grupos de direitos humanos locais e internacionais e outros têm documentado um padrão de crimes de guerra e de outras violações graves do direito internacional cometidas por militares e forças de segurança israelenses [...] Durante esse período de 47 anos, no entanto, as autoridades israelenses têm fracassado significativamente em empreender investigações independentes que atendam aos padrões internacionais para supostas violações, incluindo crimes de guerra cometidos por soldados contra palestinos e suas propriedades. Além disso, tem sido negado aos palestinos afetados pelo uso aparentemente arbitrário ou abusivo da força e de armas de fogo ou a seus representantes legais acesso significativo a um processo independente, incluindo processo judicial, contrariando as normas de aplicação da lei da ONU. Esta incapacidade de conduzir investigações independentes e eficazes e tomar ações corretivas tem minado o Estado de direito e negado justiça às vítimas. Além disso, garantir impunidade aos autores tem servido para encorajar futuros abusos [...] De fato, soldados e outros agentes das forças de segurança raramente foram realmente processados devido a mortes de palestinos nos TPO, embora muitas pareçam ser mortes ilegais, e condenações têm sido ainda mais raras [...] soldados israelenses, repetidamente, cometeram graves violações dos direitos humanos e do direito humanitário, incluindo mortes ilegais, em resposta à oposição palestina e aos protestos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental [...] Os soldados estão autorizados a fazê-lo efetivamente com impunidade - à medida que o sistema oficial criado para investigar suspeitas de violações de direitos humanos ou outros abusos por soldados israelenses não é nem independente nem imparcial. Isso cria uma situação de ausência absoluta de justiça e um ambiente cada vez mais abrangente de impunidade que o exército e a polícia israelense desfrutam (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014e, p. 60-61).

A HRW (2005, p. 4-5; 28-34; 98-99) faz apontamentos semelhantes aos da AI ao também considerar a impunidade de infratores israelenses nos TPO ao longo da ocupação como um todo. Destaca que essa situação é denunciada por funcionários públicos, organizações de direitos humanos e jornalistas há décadas, mencionando a formação da Comissão Karp, que defendeu ainda em 1982 a necessidade de uma “reforma radical” e de se fazer valer em seu “sentido mais profundo e amplo” o conceito básico de “estado de direito”. A novidade da Segunda Intifada seria mais a generalização da impunidade do que sua ocorrência sistemática.

Sobre “assassinatos extrajudiciais” promovidos por Israel, seu entusiasta Eric Frattini (2014) escreveu um livro narrando em tom sensacionalista e apologético dezesseis “operações encobertas de assassinato e sequestro” promovidas quase desde o surgimento do país pela unidade secreta Kidon (ligada ao Mossad), com a anuência dos primeiros-ministros, ganhando maiores proporções e sistematização a partir do massacre durante as Olimpíadas de Munique, em 1972. Foi então criado o “Comitê X”, uma estrutura judicial secreta (“tribunal marcial julgando os acusados *in absentia*”) reunida em locais variados, sem produzir atas, ligada ao primeiro-ministro e alheia à jurisdição da ACJ, condenando os réus (membros da OLP, de milícias islâmicas, cientistas, traficantes, magnatas, “projetistas de armas”) à morte ou sequestro e transferência a Israel para julgamento, sempre com a anuência do comandante em chefe da nação. O sigilo sobre sua existência perdurou até 1986, sendo rompido por um artigo publicado no jornal Haaretz. Em 1992, um ministro justificou o assassinato de uma liderança do Hezbollah como “uma das formas legítimas que o Estado de Israel utiliza na luta antiterrorista.”. Frattini narra desde o sequestro de Adolf Eichmann, em 1960, até operações realizadas entre 2006 e 2011. Em março de 1998, diante da CDH, a AI (1998c) afirmou que “Israel não apenas tem realizado execuções extrajudiciais por mais de 30 anos, também tem oficialmente sancionado elas.”. Em diferentes países, “[...] os inimigos têm sido envenenados, voado em pedaços, estrangulados, enforcados, simplesmente executados com um tiro na nuca ou sequestrados pelo Kidon, em nome de Israel e com a autorização do primeiro-ministro [...]”, diz-nos Frattini.

O tema já fora mencionado de passagem por Edward Said (1992, p. 180-181), em seu clássico “A Questão Palestina”, publicado pela primeira vez em 1977. Nele afirmou que, nos TO os protestos civis eram reprimidos de forma brutal: “Agora não há segredo quanto à sanção estatal à tortura, detenção ilegal sem acusação, assassinatos ocasionais.”. O intelectual palestino também destaca a vulnerabilidade dos corpos e propriedades palestinas: enquanto os colonos “[...] podem mais ou menos fazer o que quiserem, à medida que lhes é permitido portar armas e contam com proteção militar israelense.”, o objetivo da política israelense, desde 1948, é “[...] eliminar todos os traços da vida nacional palestina”, tratando “[...] os palestinos não como um povo, mas um agregado de nômades inconsequentes que podem ser expulsos, mortos ou ignorados, vê-los como sub-humanos, cujas vidas, propriedades e direitos nacionais podem ser espezinhados.” (SAID, 1995, p. 70; 75). Paralelamente às execuções e em consonância com os anuários da AI, Said também já denunciou nos anos 1970 as punições coletivas,

expropriações de terras, demolições, “campos de concentração”, destruição de vilas e áreas agrícolas, transferência de população, uso de napalm contra campos de refugiados, “coerção e brutalidade diárias”, assassinatos extrajudiciais inclusive em outros países, violações variadas do DIH e do DIDH, detenções ilegais e sistematização da tortura.

Assim como Edward Said (1992; 1995) e os anuários da AI, Shehadeh e Kuttab (1980, p. 27-33; 35-44) mencionam uma ampla gama de violações dos direitos mínimos dos palestinos, como estarem privados de julgamentos justos, que denotam sua vulnerabilidade e a prevalência da exceção legal. As principais queixas de seus representantes quanto à obstrução do devido processo legal são a retirada dos autos das cortes por oficiais a cargo do judiciário e uma ordem militar que garante o direito do comandante da área, procurador militar ou representante legal do governo militar de fechar qualquer caso criminal ou ordenar a cessação de procedimentos em casos que não tenham “interesse público” ou que não haja “evidência suficiente”, além do poder do procurador militar de requerer a jurisdição sobre qualquer caso policial. A fragilidade da lei e com isso a impossibilidade de obterem remédios legais para seus clientes seriam os principais motivos por trás do boicote de vários advogados desde o começo da ocupação e aqueles que atuam reclamam das mesmas situações, afirmando que “[...] obstruções a seu trabalho existem em todos os níveis.” e que as decisões das cortes, às vezes, contrariam princípios legais básicos, fundamentando-se em julgamentos superficiais e fazendo prevalecer um “padrão baixo” de “funcionamento inadequado”. Em suma, “Os juízes, advogados e a sociedade como um todo continuam, portanto, a sofrer com as condições da administração da justiça que atentam, em todos os níveis, contra o princípio do estado de direito.”.

Shehadeh e Kuttab (1980, p. 69-95) destacam ainda punições coletivas impostas aos palestinos da Cisjordânia – denunciadas inclusive por israelenses - e a negação de sua liberdade de reunião, expressão e movimento, legitimadas como necessárias para garantir a segurança, mas frequentemente atendendo a “[...] fins políticos, como o assédio à população, facilitar a expropriação de terras e a construção de colônias judaicas ou evitar reuniões políticas.”, intimidar a população e fazer ela própria pressionar os “infratores”. Os autores mencionam: “restrições de movimento”; criminalização dos emblemas nacionais palestinos; fechamento de instituições; imposição de “penas draconianas” nos tribunais militares; censura de livros, jornais, revistas e textos acadêmicos e o desencorajamento de pesquisas; deportações; cortes de serviços; “prisões domiciliares” e em massa; invasões de casas e escolas pelas FDI

seguida de vandalismo; negação de recursos e alvarás; “toques de recolher prolongados”; bloqueios nas estradas (“checkpoints”) provocando humilhação e retardos sistemáticos e arbitrários inclusive como meio de punição coletiva; declaração de “áreas fechadas” (não raro, toda a Cisjordânia foi assim classificada); imposição de um sistema de “cartão de identidade” e de “permissões” para se deslocar dentro e para fora do território, utilizado como meio de controle e pressão; e a proibição dos residentes da Cisjordânia dormirem dentro das fronteiras israelenses anteriores à guerra de 1967.

Estando as autoridades e os agentes israelenses conscientes da arbitrariedade dessas diversas medidas e restrições abusivas, às vezes elas seriam comunicadas verbalmente para não deixar registro assim como seriam acompanhadas de ameaças de punição. Conforme Shehadeh e Kuttab, as “punições coletivas e vicárias”, sob várias formas, seriam aplicadas como política desde o início da ocupação sob justificativa de manter a segurança, visando familiares, proprietários, vizinhos, vizinhanças e vilas inteiras. A mesma ambiguidade e manipulação da lei, culminando na prevalência da vulnerabilidade palestina e vigência da exceção legal, pode ser identificada na relação do Estado israelense com a colonização dos TPO. Conforme Lisa Hajjar (2005, p. 1-2; 54-61), foi a distinção do território de sua população – com base em supostos “direitos históricos” judaicos – que justificou legalmente o início e a expansão do controle e da presença israelense nos TPO, sua “anexação de fato” e a criação de dois sistemas legais separados (civil para israelenses e militar para palestinos dos TO).

Sobre esse aspecto, Idith Zertal e Akiva Eldar (2007, p. XII-XXI; 147) fazem considerações isoladas, porém relevantes. O movimento dos colonos surgido com a ocupação da Faixa de Gaza e Cisjordânia, em 1967, teria continuado após o desengajamento unilateral de Gaza contando “[...] com plena cooperação do Estado de Israel e de suas instituições, como se fosse um movimento involuntário, desconsiderado, de um corpo que perdeu sua mente.”. Quase metade das terras das colônias eram terras privadas palestinas, que foram confiscadas e transferidas a elas pelo Estado, violando o direito internacional, decisões governamentais e mesmo ordens judiciais. “A expansão das colônias não teria sido possível sem ajuda massiva de várias instituições estatais, sem sanção legal e sem os expedientes e vínculos afetivos entre os colonos e os militares.”, desde 1967 até hoje, com quantias inimagináveis de dinheiro público sendo canalizadas para os assentamentos, direta ou indiretamente por diferentes meios e sob diferentes pretextos, de forma “velada”, “enganosa” e não admitida. Um ato de

“duplicidade pública” envolvendo todos os governos israelenses, desde 1967. Funcionários públicos e políticos eleitos ou nomeados apoiariam o processo, uns abertamente outros de forma discreta, com poucas vozes críticas denunciando, o que se tornou ainda mais gritante à medida que, com a Segunda Intifada, a sociedade israelense “[...] se tornou menos democrática, menos humana, menos racional [...]”, com cidadãos israelenses nos TPO gozando de plenos direitos ao passo que não israelenses não têm nenhum direito.

Vale notar ainda que, mesmo antes da Primeira Intifada, Israel fora alvo de pesadas críticas e isolamento internacional, justificados pela colonização e tratamento discriminatório dispensado aos habitantes dos TPO. Nesse sentido, juntamente com os Estados Unidos o país se recusou a participar da Primeira Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, realizada em Genebra em 1978, alegando vínculos entre o evento mundial e a resolução 3379 (XXX) de 1975, que considerou o sionismo uma forma de racismo. A condenação explícita a Israel no documento final da Conferência, acusando-o de praticar discriminação racial contra os palestinos, levou os países nórdicos a se dissociarem dele, e nove Estados da Europa Ocidental, acompanhados da Austrália, Canadá e Nova Zelândia a se retirarem da Convenção. Em 1983, também em Genebra, teve lugar a Segunda Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial. Estados Unidos e Israel novamente se recusaram a participar, e o último foi mais uma vez condenado, enfatizando-se o tratamento discriminatório dispensado aos palestinos e a colaboração econômica, militar e nuclear do país com a África do Sul do *apartheid*. Dessa vez os artigos sobre Israel foram votados em separado, contando com imensa maioria – 84 (artigo 19) e 87 (artigo 20) a favor e, respectivamente, 15 e 17 contrários. Durante a Terceira Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, críticas semelhantes foram feitas e milhares de ONGs e movimentos reivindicaram a restituição da validade da Resolução 3379 da AG-ONU (SILVA, 2011, p. 52-55; 82-89).

3.3.2. Da Primeira à Segunda Intifada (1987 a 2000)

Se até a Primeira Intifada a AI não denunciou com ênfase a vulnerabilidade da vida palestina propriamente dita diante de um poder soberano que recorreu constantemente à decisão de provocar a morte – embora tenha mencionado duas passagens pontuais nesse sentido –, apontou a fragilidade das prerrogativas e proteção

legal dos palestinos, cujos corpos e a própria liberdade ficaram à mercê das autoridades militares israelenses desde o início da ocupação. Contudo, já no contexto da Primeira Intifada, a AI (1991a, p. 6; 1998b, p. 3-20) foi categórica: “[...] as autoridades israelenses têm efetivamente tolerado senão encorajado violações de direitos humanos pelas forças israelenses [...]”, como mantendo dispositivos legais que permitem tanto a manutenção de diretrizes permissivas de disparo (garantindo o abuso de munição letal) e de detidos em situação de incomunicabilidade por longos períodos quanto o exercício de “pressão psicológica” e de “medida moderada de pressão física”. Para a AI, com a legalização sem precedentes da tortura e de maus-tratos como “pressão” (“moderada” ou “aumentada”, a depender do contexto) durante interrogatórios, “O judiciário israelense tem persistentemente falhado em proteger até mesmo os mais básicos direitos dos palestinos.”.

Conforme apontado nos anuários da AI e em dois relatórios posteriores, tanto na Cisjordânia quanto em Gaza sobretudo da Primeira Intifada em diante palestinos passaram a ser mortos com mais frequência e de forma massiva. Se, oficialmente, tratar-se-iam de “vítimas acidentais”, ou mesmo de assassinatos extrajudiciais (admitidos a partir dos anos 1990), a AI e outras organizações coligem indícios suficientes para afirmar que as mortes de civis – durante manifestos, “execuções extrajudiciais” ou operações militares – e de pessoas fora de situações de combate ou decorreriam de um descaso generalizado ou têm um caráter punitivo intencional, de todo modo sendo possibilitadas por uma impunidade sistemática que garante sua continuidade e denuncia a conivência estatal - haja vista que a situação é conhecida e perdura inabalável desde pelo menos os anos 1980 (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001b, p. 1-5; 2002c). Ainda em 1990 a HRW (1990) afirmou que, a “falha em investigar e processar consistentemente” sinalizava aos militares ampla margem de manobra para contornar os já flexíveis “regulamentos de disparo”. Não alterando políticas e práticas que culminam em mortes evitáveis o governo israelense “[...] efetivamente tolera a matança injustificada de palestinos.”. Quinze anos depois a entidade voltou ao tema, que continuou investigando mesmo depois, afirmando que se durante a Primeira Intifada as FDI teriam aberto investigações por meio da polícia militar de quase todas as mortes de civis por militares, exceto em circunstâncias ocorridas durante combates, “Na prática, essa política foi mal implementada.”, com ONGs criticando veementemente a “[...] adequação, pontualidade e parcialidade dessas investigações, apontando para um repetido fracasso em entrevistar testemunhos palestinos, estereotipagem étnica,

procedimentos descuidados e inexplicáveis atrasos [...]”. Nos anos 1990 (portanto antes da Segunda Intifada, quando a categoria de “situação de combate” foi institucionalizada dispensando a investigação das mortes de civis), em várias ocasiões as FDI recorreram a definição ampla de “atividades de combate” para justificar a recusa em investigar mortes, como a de 47 civis e 13 membros das forças de segurança palestinas em 1996, em decorrência de confrontos oriundos da escavação de um túnel próximo da mesquita de al-Aqsa (HUMAN RIGHTS WATCH, 2005, 28-34), situação associada ao intento de Netanyahu de provocar uma escalada e com ela paralisar os diálogos de paz.

Essa crítica do sistema e de suas falhas não é nada nova. Diferentes aspectos da impunidade das forças de segurança israelenses nos TPO têm sido veiculados em comissões e processos judiciais, artigos de jornais e nos encontros do Knesset por mais de 20 anos [...] Quando investigações de fato ocorrem, as mortes e os danos a palestinos são tratados com menos seriedade que outras infrações ou violações, e diferentemente dos casos nos quais os prejudicados pelas FDI são israelenses judeus (HUMAN RIGHTS WATCH, 2005, p. 4-5).

Uma passagem do anuário de 1990 da AI sobre “Israel e os Territórios Ocupados” retrata uma situação característica de qualquer ditadura e estado de exceção. Reiterando as violações de direitos humanos decorrentes da supressão da Intifada, a organização destaca detenções administrativas, brutalidade policial, “maus-tratos sistemáticos” e tortura, julgamentos arbitrários, prisões em massa e a morte de cerca de 260 “civis palestinos desarmados, incluindo crianças” pelas forças israelenses, “[...] frequentemente em situações sugerindo uso excessivo de força ou assassinatos deliberados.”. Mortes também ocorreram durante tortura, pelo uso indevido e possivelmente deliberado de gás lacrimogênio em áreas fechadas, por militares fardados ou à paisana durante operações para deter palestinos e pela violência de colonos, sendo que as “investigações oficiais sobre os abusos parecem inadequadas”.

Em um relatório específico da HRW (1990), esta destacou a política de disparos “indevidamente permissiva” das FDI, as restrições injustificadas de movimentos impostas aos palestinos e o uso de armas de guerra no “controle de multidão”, com a quantidade de vítimas palestinas denotando que, apesar do discurso, o levante foi tratado como situação de guerra, disseminando-se o abuso de força letal diante da ineficácia dos mecanismos de investigação e das raras e lenientes condenações, mantidas inalteradas por falta de vontade política, alimentando o ciclo de impunidade. Em sentido semelhante, desde pelo menos o anuário de 1996 a AI passou a criticar de forma explícita e contínua “punições coletivas”, restrição de acesso de monitores de

direitos humanos a determinadas zonas, a censura da ACJ à divulgação de certos casos e a impunidade: “A maioria dos membros das forças de segurança que recorreram à tortura ou maus-tratos, praticaram homicídios ou cometeram outras violações gozaram de impunidade em suas ações.”, e nos excepcionais casos de condenação “são impostas penas leves” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2000). Paralelamente, a organização apontou – reiterando a conclusão de seu relatório específico de 1991 e antecipando aquela da Yesh Din em 2007- que palestinos estão sujeitos a julgamentos arbitrários e punitivos, muito aquém dos padrões internacionais. Quanto a este ponto em particular, denunciado desde os anos 1970⁹³, o direito fundamental a um julgamento justo estaria comprometido devido à sistematização da aplicação dos meios coercitivos legais para suprimir a resistência palestina, obter confissões e condenar os réus.

Tal constatação também está presente nos anuários e relatórios coevos da AI (1988; 1989; 1993c; 1994a; 1998a; 1998b), que contêm declarações de altos oficiais israelenses denotando o caráter sistemático da repressão violenta, como política de Estado e, em decorrência, a impunidade garantida aos agentes. “Até o presente, poucos casos parecem ter sido adequadamente investigados”, com um soldado condenado a um ano e poucos submetidos a medidas disciplinares (AMNESTY INTERNATIONAL, 1988b, p. 7). Em seu mensário de notícias, a AI (1989b, p. 4) apontou a crescente dificuldade em monitorar a situação, diante não só do recrudescimento da resistência e repressão, mas da prisão de jornalistas e ativistas, do fechamento de jornais e serviços midiáticos e de restrições impostas ao acesso de vilas e cidades. Em janeiro de 1990, considerando as diretrizes existentes para o uso de armas de fogo e o padrão das mortes durante manifestações e das investigações subsequentes, a AI (1990a) afirmou que esses casos “[...] sugerem que as autoridades israelenses estavam efetivamente tolerando, senão encorajando, execuções extrajudiciais como meio de controlar distúrbios.”. Edward Said (1995, p. 369-370) também salientou a violenta repressão israelense durante a Primeira Intifada, com suas tropas “[...] atirando em palestinos em seu campo de visão, e não apenas quando elas são provocadas por pedras.”.

Voltando ao relatório de 1990 da Human Rights Watch sobre o grande número de palestinos mortos durante a Primeira Intifada, ela destaca esses mesmos elementos criticados pela AI em seus anuários e relatórios. Oficialmente, para as FDI, salvo exceções, seus militares estariam agindo dentro da lei, apenas respondendo com toda precaução e de forma apropriada a constantes perigos e ameaças (sendo a responsabilidade pelas mortes e ferimentos dos palestinos que recorrem à violência). Já

a HRW, fundamentando-se em diversos testemunhos, indica que “[...] muito frequentemente, as políticas israelenses encorajaram uma falta de moderação dos militares das FDI.”. Suas lenientes regras para disparos (“regras de engajamento”) autorizariam a recorrência à força letal em situações que não se caracterizam por ameaça à vida, ocasionando centenas de mortes. A continuidade dessas também se deve à conivência do sistema de investigação e aplicação da lei sobre militares infratores, que seria ineficaz e não constituiria fator de dissuasão de novas violações, apresentando falhas sistemáticas que resultam em baixíssimo percentual de indiciamentos em relação ao total de possíveis infrações. As condenações seriam ainda mais raras, culminando em penas brandas, desproporcionais aos crimes, mesmo quando há evidências suficientes contra os réus. “Esta falha em investigar e processar consistentemente envia um sinal aos soldados que eles têm margem de manobra para ultrapassar os regulamentos de disparo.” (HUMAN RIGHTS WATCH, 1990).

Se o trabalho de monitores de direitos humanos e jornalistas nos locais de confronto constitui um importante fator para a abertura de investigações, frequentemente eles seriam impedidos de acessarem as cenas de crime e os testemunhos, pela decretação de “zonas militares fechadas” ou imposição de restrições ou mesmo sanções administrativas impostas sem acusação ou julgamento nos TPO. Para a HRW, esses três elementos “[...] refletem uma falta de vontade política da parte das autoridades israelenses de estabelecerem um sistema consistente de responsabilização pela morte injustificada de palestinos.”. Se houvesse disposição da parte das autoridades, essas lacunas poderiam ser rapidamente preenchidas. Portanto, a falha em estabelecer mecanismos de aplicação da lei eficazes refletiria uma decisão política, segundo a qual o alto número de mortos seria um custo aceitável para garantir o controle israelense sobre os territórios. O primado da lei ruiria à medida que a política israelense apresentaria uma contradição básica, mantida sob ordens dos comandantes: ao mesmo tempo em que as FDI dispõem tropas nos TPO com armamentos e diretrizes de combate (ao invés de equipamentos e regulamentos para controle de multidão), afirmam que têm regras de engajamento e um sistema de responsabilização apropriados para manter a aplicação da lei em um contexto de insurgência civil. “Ou seja, se esses funcionários falam a língua da aplicação da lei, suas ações tomadas cumulativamente lembram mais precisamente o que poderíamos esperar se estivessem enfrentando combatentes inimigos.” (HUMAN RIGHTS WATCH, 1990).

A explicação dada é a preocupação das autoridades israelenses com a opinião pública de Israel e internacional, fazendo com que julguem a conduta das FDI como legal. Assim, enquanto centenas são mortos em situações evitáveis e em decorrência de políticas e práticas das FDI que destoam das diretrizes internacionais para o uso de armas de fogo, os oficiais israelenses afirmam a adesão de suas tropas aos princípios de necessidade e proporcionalidade no uso de força letal. Para a HRW as regras de engajamento e o sistema de responsabilização deveriam cumprir uma função real, adequando-se aos padrões internacionais, e não se constituir em uma estratégia de relações públicas. “Israel falhará nesse esforço enquanto seu sistema de aplicação da lei continuar a garantir impunidade, a não ser nos casos mais raros.”. As armas de guerra utilizadas no “controle de multidão” e a quantidade de vítimas palestinas denotariam que, apesar do discurso, a Intifada fora tratada como situação de guerra, portanto a conduta das forças israelenses deveria estar submetida às restrições impostas pelo DIH e ao Código de conduta da ONU para agentes de aplicação da lei (de 1979). A política vigente seria o uso de força letal em diversas circunstâncias, inclusive em “situações ilegais”, em conformidade com uma política de “procurado: vivo ou morto”. O abuso de força letal seria incentivado por políticas falhas de condução de investigações, que por sua vez seriam mantidas inalteradas por falta de vontade política, alimentando um ciclo de impunidade. A postura agressiva adotada pelas FDI visaria a manutenção de uma imagem de controle incontestável sobre os territórios, suprimindo qualquer oposição e “atividades ilegais” (o que incluiria desde a resistência armada, até reuniões pacíficas ou mesmo defraudar a bandeira palestina ou fazer pichações). Tratar-se-ia de uma política deliberada, com suas previsíveis consequências aceitas, à medida que meios não letais já haviam sido implementados com sucesso anteriormente na contenção de manifestações e continuaram a ser, como em Jerusalém Oriental (HUMAN RIGHTS WATCH; MIDDLE EAST WATCH, 1990)⁹⁴.

Abordando o falho sistema israelense de investigações criminais, esse documento da HRW apresenta conclusões e recomendações semelhantes àsquelas da AI e, posteriormente, Yesh Din – mormente que as investigações sejam conduzidas por órgãos independentes das FDI, que monitores externos tenham mais condições de trabalho e que haja uma intervenção internacional mais incisiva para garantir o fim das violações. São destacadas sete fragilidades principais, como “[...] esforços insuficientes para obter o testemunho de palestinos; cooperação inadequada com ONGs e outros intermediários; ritmo lento das investigações; aspecto de parcialidade.”, além de “[...]”

contingente insuficiente na Divisão de Investigação Criminal, respostas inapropriadas a pedidos de informação sobre investigações e falhas em buscar evidências médicas quando autópsias não foram possíveis.” (HUMAN RIGHTS WATCH, 1990, p. 49). Além das regras permissivas de disparo, das restrições impostas ao trabalho de monitores internacionais e do fracasso sistemático das investigações, concorreriam outros fatores para as consentidas mortes impunes de palestinos. A HRW destaca a tática das FDI de “suprimir agressivamente” manifestações; suas políticas relativas à disposição das tropas e equipamentos; e a falta de treinamento suficiente de seus membros em como lidar com confrontos sem recorrer à força letal. Dessa forma, o governo israelense, ao falhar em alterar as políticas e práticas que culminam em mortes evitáveis, “[...] efetivamente tolera a matança injustificada de palestinos.”.

Em 1993, a HRW (1993, p. 1-31) publicou um relatório sobre as mortes de palestinos “visados” por unidades à paisana (120 desde 1988, sendo quase a metade de 1992 a 1993 e não representando as únicas mortes ilegais ocorridas no período⁹⁵), intitulado “Uma licença para matar”. Baseando-se em dados de organizações locais (al-Haq, B’Tselem e Palestine Human Rights Information Center), entrevistas com militares, análise de inquéritos e dos regulamentos de disparo e dezessete estudos de caso, constatou que muitas das vítimas foram assassinadas enquanto não apresentavam riscos à vida alheia e essas mortes não seriam “[...] aberrações, mas constituem um padrão que só pode continuar com a cumplicidade do governo israelense.”. Este não só continuou a garantir “licença para matar” para as unidades apaisanas, mas quando algumas dessas foram mortas deu início efetivo a uma nova tática de isolar vizinhanças e atacar os locais dos suspeitos com armas de efeito em área, acaso se recusassem a se apresentar. A HRW (1993, p. 6) menciona dados da B’Tselem relativos a 15 dessas operações, que resultaram na destruição de 49 casas e danificação de 53, deixando centenas de desabrigados, sendo que em mais da metade os suspeitos não estavam nos locais bombardeados. Paralelamente, as autoridades assediam membros da família dos suspeitos. Ao invés de classificar esses usos de “poder de fogo massivo” como “punição coletiva”, a HRW afirma que muitos pareceram envolver um uso “desproporcional de força”.

Se oficialmente essas unidades à paisana tinham a missão de “apreender fugitivos armados ‘com sangue em suas mãos’” muitas vítimas foram jovens que nem eram “procurados” nem portavam armas, e foram alvejados quando não representavam perigo imediato à vida de ninguém. Três casos, além de pronunciamentos e

depoimentos de militares que participaram das ações, confirmariam se tratar de assassinatos premeditados e, se outros depoentes negam ordens diretas, retratam um quadro de prevalência de agressividade nas unidades, alimentada e tolerada por seus comandantes. Muitos casos configurariam violações das normas internacionais de uso de força letal e das regras de engajamento oficiais que o exército israelense alega aplicar nos “TO”. A HRW constatou também casos de execução de pessoas que já estavam sob custódia das forças israelenses ou que não tiveram a oportunidade de se render. Ademais, regras lenientes de disparo (permitindo visar nas pernas de pessoas fugitivas) propiciariam o cometimento de assassinatos, à medida que os agentes sabiam que a prioridade era evitar a fuga e portanto era mais fácil atirar nas costas. “É impossível evitar que isso se torne uma política de disparar para matar. Isso levou a um grande número de mortes injustificáveis, com apenas raras consequências adversas para os militares.”. De todo modo, “A morte injustificada de alvos palestinos é efetivamente tolerada pelo estabelecimento militar, que não assegura que infrações sejam descobertas pela Divisão de Investigação Criminal das FDI e depois processadas [...]. A mesma conclusão se aplica à forma como o ministro da justiça aborda mortes ilegais pela polícia de fronteira.”, de forma que “os procedimentos estabelecidos não garantem responsabilização pelos delitos praticados pelos membros das forças de segurança”, sendo “dissimulados” por meio da coordenação de testemunhos, mentiras, descaso dos investigadores em realizar os procedimentos básicos, pronunciamentos imediatos das FDI distorcendo os fatos, poderes de revisão judicial não sendo exercidos ou aplicação de penas desproporcionais aos crimes. Se oficialmente não seriam procedimentos de conflito armado, como durante a Segunda Intifada, mas de aplicação da lei, na prática “[...] o comando militar israelense dá permissão para as unidades especiais se portarem como se estivessem envolvidas em um conflito armado – embora de baixa intensidade – com ativistas palestinos procurados ou mascarados.”, resultando em disparos letais típicos de procedimentos de guerra. “De fato, um conjunto paralelo, oficialmente negado, de regulamentos de disparo parece ter vindo à tona, dando a esses militares permissão para matar com impunidade assegurada.” e violando as regras oficiais locais e internacionais.

Dessa forma, teria surgido desde 1988 nos TPO “um padrão de mortes injustificadas” por unidades à paisana, em um momento de transição da Intifada de manifestações massivas quase diárias e em diferentes locais para outras menores e mais esporádicas, quando então as autoridades identificaram e perseguiram palestinos

considerados “ativistas mais engajados”, responsáveis tanto por perpetuar a sublevação quanto por matarem suspeitos de pertencerem à rede de colaboradores de Israel. “Uma nova estratégia foi adotada uma vez que a prioridade mudou de suprimir demonstrações para enfrentar indivíduos identificados e categorias de indivíduos, como ativistas mascarados.”, sendo empregadas unidades com formação militar de emboscada, mais propensas a desempenhar operações de combate do que tentativas de prisão. Como um todo, essas operações também caracterizariam uso de força excessiva (letal), geralmente violando com impunidade as regras de disparo, com o intuito de fazer outros palestinos procurados se entregarem por medo de serem mortos (com ameaças de morte anunciadas a seus familiares como forma de intimidação, sendo algumas aparentemente executadas de fato). Seriam corriqueiros falsos testemunhos, encobrendo os fatos e alimentando a impunidade.

Pronunciando-se diante da CDH-ONU ainda em 1991, além de mencionar várias violações cometidas, a AI (1991b, p. 3) questionou as mortes ilegais de civis e a permissividade das diretrizes para uso de força letal, inclusive em situações que não apresentavam ameaça à vida, com decorrentes abusos e investigações inadequadas. Constatou “[...] que as autoridades israelenses estão efetivamente tolerando, senão encorajando, a perpetração dessas violações de direitos humanos.”, o que configura a vulnerabilidade da vida palestina com os agentes consentindo com sua retirada em situações banais. A AI (1998a) corrobora com a HRW ao afirmar categoricamente que, “No passado, Israel praticou execuções extrajudiciais contra pessoas acusadas de participação em ataques contra civis israelenses.”, inclusive com a ACJ impondo restrições à divulgação de incidentes e os corpos não sendo liberados pelas autoridades (AMNESTY INTERNATIONAL, 1998a). “A aceitação e mesmo instigação de mortes ilegais pelo governo israelense e seu fracasso em investigar cada morte provocada por seus serviços de segurança está levando a uma cultura da impunidade nas FDI.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001b, p. 1-5). Em uma interpretação muito posterior da brutalidade policial e execuções extrajudiciais durante a Primeira Intifada, a AI (2014e) também foi incisiva, levantando a hipótese de ter se tratado de uma política deliberada de recorrer impunemente à violência excessiva e letal como estratégia de repressão do movimento palestino, vigorando uma impunidade sistemática como “decisão política”.

Além de mencionar o tema em seus anuários e em relatórios específicos, a AI incluiu as mortes ocorridas nos TPO durante a Primeira Intifada em sua campanha

internacional contra “assassinatos políticos” e “execuções extrajudiciais”, que são definidas como “[...] mortes ilegais deliberadas empreendidas sob ordens de um governo ou com sua cumplicidade.”, com as autoridades se negando a investigar ou levar os perpetradores à justiça, o que as torna sinônimos de “mortes políticas”. Quanto aos assassinatos extrajudiciais, a AI (1993a; 1993b) destaca sua difusão global e local acompanhada de ocultação oficial, sendo as circunstâncias deliberadamente confusas. Tanto os governos israelenses quanto outros quase nunca admitem suas ações, recorrendo a métodos cada vez mais sofisticados de ocultação, sendo a impunidade a maior evidência de seu envolvimento que pode ser constatado justapondo-se incidentes similares e os contrastando com a conduta do Estado (não investigação efetiva). A AI (1993b, p. 9-12) exemplifica: se centenas de palestinos estavam sendo mortos desde o final dos anos 1980, “Normalmente, as investigações dessas mortes têm sido inadequadas e raramente resultaram em acusações.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1993a; 1993b). Conforme a organização (AMNESTY INTERNATIONAL, 1998b, p.15-36), entre dezembro de 1987 e setembro de 1993, cerca de 1.070 civis palestinos foram mortos pelas forças de segurança nos “TO”. “Eles foram executados extrajudicialmente, visados por esquadrões da morte israelenses ou ilegalmente mortos durante demonstrações ou motins, ou em checkpoints.”. Entre setembro de 1993 e maio de 1998, outros 250 perderam suas vidas, a ampla maioria “de forma ilegal”, mantendo-se a “Quase total impunidade para mortes ilegais de palestinos pelas forças de segurança israelenses.”.

Dados da B’Tselem (2011) são muito próximos: apontam que, de dezembro de 1987 a dezembro de 1997, cerca de 1.318 palestinos foram mortos nos TO. Conforme a entidade, investigações foram abertas na ampla maioria desses casos, mas somente 55 levaram ao indiciamento de militares e, em 14, os réus foram absolvidos. Ao passo que, de setembro de 2000 a abril de 2011, a ONG israelense requereu que as autoridades locais investigassem criminalmente 304 casos de mortes de palestinos por militares, foram abertas investigações em apenas 73 desses casos, resultando até então na abertura de nove indiciamentos. Seguindo a HRW (2005, p. 14), em 1989, durante um julgamento, uma corte militar considerou que as condutas infratoras dos réus israelenses não seriam infrações excepcionais, mas o “fruto amargo” da falta de observância das normas pelos militares israelenses, que “[...] praticamente recebe legitimação e mesmo encorajamento dos comandantes. Mesmo, lamentavelmente, de altos-comandantes.”, constituindo as investigações um “cenário de relações públicas surreal” (“fachada

democrática”). A não prestação de contas pelas infrações reforça a difundida crença de que o exército israelense não responsabiliza seus militares pelas “[...] mortes negligentes, ferimentos ou maus-tratos de palestinos ou civis estrangeiros. Práticas ilegais não foram verificadas nem investigadas.”. A HRW contrasta a violência e falta de investigações adequadas e clamor público em casos envolvendo vítimas palestinas com situações em que as FDI injuriam civis israelenses solidários aos palestinos. A introdução de um relatório da HRW de 2005 sobre a impunidade é direta:

Ruwaida al-Hajin e seus dois filhos foram mortos por milhares de minúsculas setas, como munições fléchette, em uma de noite sexta-feira em agosto de 2002, durante um piquenique de férias de verão. Naquele mesmo mês, Fatima Abu Dhahir foi baleada enquanto dormia em seu jardim frontal para amenizar o calor. Estes e muitos outros civis são as vítimas sem rosto da força letal usada pelos soldados das FDI. Suas mortes podem ter resultado do uso ilegal de força letal ou simplesmente ser o resultado infeliz de incidentes de conflito armado. Mas ninguém nunca vai saber exatamente o que aconteceu, porque suas mortes nunca foram imparcialmente investigadas (HUMAN RIGHTS WATCH, 2005, p. 14).

Assim, sobretudo da Primeira Intifada em diante, as autoridades israelenses, ao invés de garantirem a proteção da população palestina diante da violência de militares e colonos em conformidade com seu dever diante do DIH como potência ocupante, estariam tolerando ou mesmo ordenando os abusos ao mesmo tempo em que os negavam ou minimizavam por meio de discursos evasivos⁹⁶, com o intuito de manter tanto a população sob controle quanto sua “fachada democrática”, a fim de não incorrer na reprovação e deslegitimação internacional. É justamente por essas circunstâncias serem “deliberadamente confusas”, que a AI sugere como meio de constatar a vigência de uma política de assassinatos justapor incidentes similares e os contrapor à conduta do Estado, sendo a generalização da impunidade por meio da não investigação efetiva um importante indício do envolvimento governamental. Nessa lógica, a impunidade se constituiria em um “[...] sistema elaborado para garantir que a verdade não emergja e que os perpetradores escapem da justiça.”, sendo “oficialmente garantida por uma variedade de métodos” que culminam na “desintegração do estado de direito”. (AMNESTY INTERNATIONAL, 1993a; 1993b). Veremos que, em grande medida, o procedimento sugerido pela AI para constar a existência de uma política de execuções extrajudiciais corresponde à metodologia seguida pela Yesh Din (2006; 2008a, p. 10; 2011a; 2013a), que ao abordar a investigação dos crimes praticados por colonos e militares concluiu a difusão sistemática da impunidade (fruto de práticas “mais sofisticadas e criminosas” e

de “conspirações de silêncio”) das mortes, agressões e crimes contra propriedades. Ademais, a impunidade dos maus-tratos e tortura é tema antigo dos anuários da AI.

Dados coligidos por Zertal e Eldar(2007, p. 330; 346; 373) relativos aos anos de 1988 e 1992 corroboram a denúncia da Comissão Karp (cujas recomendações foram negligenciadas) e de diferentes ONGs como a AI e HRW quanto à difusão da impunidade diante da ausência ou ineficácia das investigações, que torna os palestinos vulneráveis diante da arbitrariedade de colonos e militares. A situação teria se agravado nos TPO mesmo antes da Segunda Intifada, estando o quase livre exercício da violência vinculado à desumanização dos palestinos. Considerando a Primeira Intifada, Eldar e Zertal destacam que, “Os procedimentos legais para essas ocorrências revelaram o baixo preço das vidas árabes e o obscurecimento da lei que prevaleceu nos territórios.”, evidenciados também pela indiferença ou conivência das forças armadas com os promotores de “pogroms”. Os autores acrescentam que, “Colonos se permitiram agir como se não houvesse leis de todo, e fizeram tudo que bem entenderam nos territórios.”. Essa situação fora percebida por um colono de Hebron e descrita nas seguintes palavras: “Anarquia de primeiro-grau. Qualquer um pode fazer o que quiser. É um planeta diferente. Você é a lei.”. Acrescentou que, “Eles costumam dizer ‘o Oeste Selvagem’ como uma piada. Hoje, não é mais uma piada. Nós saímos à noite, cobrimos as placas, vamos às vilas árabes próximas e a diversão começa.”.

Cabe mencionar que, um relatório da Controladoria do Estado de Israel, analisando apurações de crimes contra palestinos entre 1991 e 1992, criticou as investigações oficiais israelenses, destacando o despreparo dos agentes, morosidade, falhas sistemáticas e a superficialidade ou arbitrariedade dos trabalhos, em contradição com normas claras e precisas que deveriam ser seguidas (HAMOKED, 1997; B'TSELEM, 2010). Um relatório publicado pela ONG Hamoked (1997, p. 89-90) ainda nos anos 1990 contrapôs a eficácia das autoridades em investigar crimes como furtos à impunidade generalizada da violência contra palestinos e suas propriedades, com o sistema militar “fechando os olhos para crimes graves”, permitindo sua reincidência e não aprimorando seus mecanismos. Dessa forma, a polícia militar “[...] não carece de profissionalismo, mas ao invés de motivação para realizar investigações adequadas.”.

A Comissão Shamgar, criada diante do massacre de palestinos em Hebron (1994), constatou o fracasso sistemático em impor a lei sobre israelenses infratores e a arbitrariedade do conceito de segurança nos TO, que enquanto protege os israelenses deixa os palestinos “[...] à mercê dos colonos e dos serviços de segurança israelenses.”

(SHLAIM, 2004, p. 587-588). Conforme a B'Tselem (2001), nos anos 1990, além da Comissão Shamgar a Procuradoria Geral e a ACJ também criticaram a não aplicação da lei sobre colonos. A própria organização já havia constatado que, “[...] todas as autoridades israelenses de execução legal – os militares, a polícia, Ministério Público e o sistema judicial – adotaram uma política não declarada de absolvição, compromisso e mitigação diante de civis israelenses que firam palestinos nos TO.”. Analisando o relatório da Comissão Shamgar, Eldar e Zertal (2007, p. 127; 121; 334-335; 339; 341-345) sublinham que, assim como em “[...] relatórios similares feitos por comissões de inquérito análogas em Israel, essa comissão também tentou restaurar uma falsa aparência de ordem que o assassinato supostamente subverteu.”. O contexto mais profundo da ação foi ignorado bem como a “[...] prevalecente cultura de violação da lei e agressão que tem existido nos TO por anos, da qual o assassinato partiu.”. Só o massacre promovido por Baruch Golstein foi descrito como “distúrbio da ordem”, sendo esta a regra e não a exceção. “Portanto, a comissão não disse nada novo e mesmo ajudou a borrar a desastrosa amplitude da não aplicação da lei prevalecente nos territórios, e a existência de uma lei para judeus e de outra para palestinos.”, o que de certa forma custou a vida de Rabin, para quem as comissões estatais eram inúteis, “[...] revelando o óbvio e criadas sobretudo para restaurar uma aparência de ordem.”.

Aludindo à Primeira Intifada, Eldar e Zertal (2007, p. 330-346; 373-395) destacam que, oficiais militares se reuniram com lideranças locais e aprovaram “as ações de milícia dos colonos sem lei” e que estes agiram “[...] como se os territórios fossem deles próprios, e o sistema legal e de justiça israelense colaborou, tanto ativa quanto passivamente.” (reduzindo penas, impedindo a prisão de suspeitos ou permitindo a não colaboração com as investigações). “O valor mínimo atribuído às vidas palestinas repetidamente recebeu confirmação legal nas cortes distritais de Israel.”. O próprio primeiro-ministro, Yitzhak Rabin, teria criticado a impunidade dos colonos infratores, perpetuando-se uma separação e discriminação judicial, com as cortes agindo “com extrema cautela em relação à punição de colonos”, interpretando os fatos de maneira peculiar, não aplicando a justiça ou o fazendo de forma desigual, ou ainda invertendo os papéis de vítimas e agressores. Em 1994, o comissário de polícia Rafi Peled proferiu as seguintes palavras: “Realmente há certo grau de aplicação superficial da lei. Sem dúvida ... há locais em que nós sequer estamos presentes. Portanto, nós não sabemos. Certamente, não há aplicação da lei ali.”.

Constatações semelhantes foram feitas pela ONG Hamoked (1997, p. 9-12; 89-

91) ainda nos anos 1990, considerando a “arbitrariedade e impunidade” características do sistema israelense de aplicação da lei durante e após a Primeira Intifada, que manteria um “[...] consistente padrão de procedimentos judiciais parciais e tendenciosos.” e investigações fundamentadas em procedimentais básicos intencionalmente evitados de erros, de forma que “[...] ‘sem investigação – sem resultados’.”. A conivência com os crimes praticados iria desde a Advocacia Militar Geral até os soldados “no campo”, envolvendo cada camada da hierarquia militar. Justificaria a situação como um todo, isentando o Estado de pagar indenizações e punir, o “Intifada factor” e depois supostas “dificuldades”. Tratar-se-ia de uma política deliberada: “Nossas conclusões são desencorajadoras. Elas apontam para uma política do sistema militar de fechar os olhos para crimes graves cometidos por seus soldados e, dessa forma, permite a outros cometerem crimes semelhantes no futuro.”. Inclusive, mesmo antes do princípio de “conflito armado quase guerra” vigente durante e após a Segunda Intifada, uma proposta de lei já teria tentado isentar o Estado de Israel e suas forças de segurança de responsabilidade legal por ferimentos e mortes de palestinos, impedindo-os de buscarem compensação por abusos sofridos e despiando as cortes civis israelenses de jurisdição sobre essas denúncias, enfraquecendo assim “um dos poucos mecanismos existentes de responsabilização das forças israelenses de segurança por sua conduta diante de palestinos, e removendo um fator de dissuasão contra a repetição dos abusos.”. Ademais, além de discriminatória por se aplicar somente aos habitantes palestinos dos TPO, a lei “[...] irá rever e alargar a definição de ‘atividade de combate’ para eliminar de responsabilidade civil uma ampla gama de incidentes em que as forças de segurança ilegalmente matam ou ferem palestinos.” (HAMOKED, 1997, p. 89-91; HUMAN RIGHTS WATCH, 1997). Ainda em 1998 a AI (1998b, p. 15-36) chamou a atenção para a desproporcionalidade entre crimes e as raras condenações, destacando que uma multa de três centavos de dólar foi imposta a quatro soldados israelenses condenados por terem “negligentemente causado” a morte de um palestino (AMNESTY INTERNATIONAL, 1997; 1998b, p. 15-36).

Conjuntamente com as execuções extrajudiciais e a sistematização dos maus-tratos e tortura, outros quatro elementos continuamente presentes nos anuários e relatórios da AI desde os anos 1970 também evidenciam a vulnerabilidade palestina. Primeiro, as permissivas diretrizes para disparos com munições letais, criticadas pela AI em seus anuários, sobretudo a partir de 1987, por provocarem mortes desnecessárias, configurando situações abusivas. Em 1993, a ACJ rejeitou uma petição requerendo a

publicação das normas existentes sobre disparos com arma de fogo – evidenciando, possivelmente, a mesma sanção tácita da tortura aos abusos e mortes ilegais na supressão dos protestos (AMNESTY INTERNATIONAL, 1992, p. 150-153; 1994, p. 170-173). Segundo e terceiro, a expedição de “ordens de restrição” e “detenções administrativas”, que encarceram ou cerceiam a liberdade dos palestinos sem garantir a eles ao menos o conhecimento dos motivos e uma possibilidade efetiva de contestação judicial. Sobre esses dispositivos, a AI (1980a, p. 40-42) alertou para seu uso arbitrário e punitivo (negado oficialmente por Israel) sob alegações generalizantes de “sobrevivência do Estado”. O expediente se difundiu ainda mais durante a Primeira Intifada, para além do “[...] limite diante do qual um Estado pode justificadamente impor tais restrições.”. A ambiguidade e generalidade das justificativas dadas para a emissão dessas ordens permitiriam seu uso abusivo, cerceando a liberdade de expressão e associação, com a ACJ e os juízes competentes apenas supervisionando sua aplicação, sem questionar sua legitimidade em si – ainda que a ACJ tenha, em 1982, admitido o perigo inerente de se abusar delas. Quarto, os julgamentos arbitrários ignorando as prerrogativas de ampla defesa e julgamento justo, que são realizados nas cortes marciais com base em procedimentos sumários, falhos e a partir de uma legislação de exceção (RED), que permite enquadrar criminalmente e penalizar ações banais, como panfletagem, porte de bandeiras, livros e outros materiais, e pertença a associações. A “Lei de poderes emergenciais” e ordens militares vigentes nos TO permitiram aos juízes de apelação ignorarem regras convencionais, tornando os processos ainda mais parciais com a possibilidade de estarem fundamentados em premissas frágeis, secretas e incontestáveis (confissões obtidas sob tortura ou provas falsas e sigilosas). O uso do que seriam “medidas excepcionais” se tornou o padrão. Conforme o relatório específico da AI (1991a) sobre o sistema de justiça militar nos TO: “A formulação abrangente de medidas emergenciais e militares em vigor nos TO e a forma como são aplicadas na prática são muitas vezes incompatíveis com o direito à liberdade de expressão e associação.”, culminando na detenção de “presos de consciência”.

Veremos sobretudo por meio dos relatórios da AI e HRW e dos depoimentos registrados pela Breaking the Silence que a característica mais evidente do período iniciado com a Segunda Intifada é a morte e destruição impune e sem propósitos militares evidentes de propriedades civis durante as operações militares israelenses. Contudo, Avi Shlaim (2004) e Zeev Maoz (2009) apontam para antecedentes dessa política (chamada por eles de “muralha de ferro”) já no início dos anos 1950, quando

Israel já teria recorrido a operações e retaliações rápidas, decisivas, limitadas, porém desproporcionais, indiscriminadas (na escolha dos alvos e nos danos causados) e custosas aos inimigos que atacam o país, com fins antes políticos que militares (“dissuasão cumulativa”, manter a opinião pública interna favorável, benefícios eleitorais, treinamento, manutenção do engajamento social). Desde então, em diversos momentos, foram atacados tanto civis quanto guerrilheiros e locais de onde partiram as ações, ignorando-se fronteiras, com Israel mantendo a iniciativa estratégica nos conflitos de baixa intensidade e, assim, desgastando o oponente por meio de uso constante e dissuasivo de força excessiva. O objetivo é menos contra-atacar os responsáveis do que demonstrar a esmagadora capacidade militar de Israel (MAOZ, 2009, p. 1-19). A Primeira Intifada não seria exceção. Compartilhando do mesmo corolário, durante o levante Rabin ordenou “quebrar os ossos deles”, autorizando o uso de “poder, força e bordoadas” para sinalizar aos palestinos que não obteriam ganhos políticos com a revolta. Consta no anuário da AI de 1994 que, frequentemente, forças israelenses utilizaram poder de fogo excessivo contra edificações nas quais acreditaram estarem escondidos palestinos procurados, ocasionando danos massivos – o que pode indiciar tanto descaso com as vidas e propriedades civis quanto uma forma de punição coletiva desproporcional em consonância com a “muralha de ferro”.

Gideon Levy (2014b) coaduna dessa perspectiva, afirmando que desde 1982 (guerra do Líbano) a morte de árabes se tornou o “[...] instrumento estratégico primário de Israel. As FDI não travam guerras contra exércitos e seus principais alvos são populações civis.”. O periodista menciona as palavras de um major general da reserva, para quem “Se nós matarmos suas famílias, isto irá assustá-los.”. Por exemplo, em 1996, como primeiro-ministro, Shimon Peres autorizou a operação “Vinhos da Ira” contra o Hezbollah, visando as eleições próximas, mas também exercer pressão sobre a população libanesa para provocar mudanças internas – “A estratégia de Israel era equivalente a usar uma máquina de terraplanagem para capinar um jardim.”, o que angariou ao país a condenação internacional por “[...] transformar, sem piedade, civis em alvo” (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 500-510; SHLAIM, 2004, p. 617-627). Refletindo sobre os conflitos envolvendo as FDI, o Exército do Sul do Líbano e o Hezbollah, a AI (2000) destaca que “A maior parte dos civis foi morta como resultado de ataques deliberados ou indiscriminados.”.

3.3.3. Da Segunda Intifada em diante

A deflagração da Segunda Intifada, com o agravamento da violência e da impunidade nos TPO, repercutiu também na criação de novas ONGs locais (como a Breaking the Silence e Yesh Din), o que por sua vez aumentou a quantidade de relatórios e informações disponíveis sobre a situação local no novo milênio. Com base na natureza dessas fontes e nos objetivos da presente tese, mormente analisar a vulnerabilidade palestina e a possibilidade de serem empregadas políticas terroristas pelo Estado de Israel, subdividimos essa seção em três partes. Inicialmente o foco recai sobre as operações militares israelenses tal qual relatadas por ONGs internacionais e locais (complementadas por documentos da ONU), com base em comissões de inquérito. Na sequência, as mesmas circunstâncias são narradas, mas a partir dos testemunhos de militares israelenses compilados e entrecruzados pela Breaking the Silence. Esses relatórios e depoimentos servirão no capítulo seguinte para analisar a possível agenda oculta por trás das operações israelenses, bem como a pertinência de as interpretar como terrorismo. Por fim, antes da crítica das fontes, abordamos o tema da impunidade no novo milênio, baseando-nos sobretudo nos relatórios, mas também em testemunhos pontuais, o que utilizaremos para compreender a vulnerabilidade palestina.

3.3.3.1. Relatórios sobre as operações militares israelenses, o bloqueio à Gaza e os fechamentos na Cisjordânia no novo milênio

No novo milênio, os assassinatos políticos, as destruição de propriedades e mortes de civis durante as operações militares israelenses ficam ainda mais evidentes na documentação das ONGs, sendo denunciadas de forma contundente.

Em um relatório específico, a AI (2001b) volta ao tema dos assassinatos extrajudiciais, apontando que são decididos pelo alto escalão militar e governamental israelense com base em informações da inteligência, sendo a identidade dos executores e as evidências contra as vítimas secretas e as operações realizadas mesmo quando há a possibilidade de prender o alvo. Mas, legalmente, o país não recorre à pena de morte, contribuindo em seus esforços de relações públicas. “A aceitação e mesmo instigação de mortes ilegais pelo governo israelense e seu fracasso em investigar cada morte provocada por seus serviços de segurança está levando a uma cultura da impunidade nas FDI.”, que abrange tanto as execuções extrajudiciais quanto as mortes decorrentes de uso “excessivo, desproporcional ou negligente de força”, o que escancara a

vulnerabilidade palestina. Afirmações semelhantes voltaram a ser feitas em 2003. No documento “Israel deve cessar sua política de assassinatos”, redigido no calor da Segunda Intifada, a AI (2003b) apontou que, o exército e as autoridades israelenses repetidamente defenderam a necessidade de assassinatos extrajudiciais, devido à impossibilidade de prenderem os suspeitos e à situação vigente de “conflito armado quase guerra”, que permitiria promover as execuções em conformidade com as “leis de guerra”, pois a situação seria esta e não mais de “policiamento e aplicação da lei” – o que, diferentemente das interpretações convencionais, não acarretaria em garantir aos palestinos a proteção prevista pelo DIH. Vale lembrar que, de forma semelhante, as ditaduras na América Latina, ao passo que operavam sequestros e assassinatos afirmavam estarem travando guerras internas com o intuito de legitimar suas medidas de exceção (FEIERSTEIN, 2011).

A AI (bem como a ONU e demais ONGs) rejeitou essa posição do governo israelense, considerando-a inconsistente com suas obrigações diante do DIDH e do DIH, que garantem o “direito à vida” e estendem à população palestina e suas propriedades o status de “protegidas”, obrigando o discernimento entre alvos civis e militares, não combatentes e combatentes, e que os últimos não sejam executados fora de situações de combate. A organização vai além, alegando que “O argumento das autoridades israelenses de que o atual conflito na Cisjordânia e Faixa de Gaza ‘recai em algum lugar no meio’ [‘quase guerra’] busca obscurecer as obrigações legais israelenses.” e que o governo tenta se colocar em uma posição a partir da qual possa escolher quais dispositivos do DIDH e do DIH irá aplicar, ignorando suas obrigações como Estado parte em vários tratados e convenções⁹⁷. Para a AI (2003b) seriam “alegações legalmente insustentáveis.”, com Israel tendo obrigações concretas diante das leis internacionais. Ademais, se as autoridades afirmam que durante a execução dos “assassinatos” adotam todas as precauções para evitar danos a não combatentes, “Os fatos, no entanto, indicam o contrário.”, com vários civis mortos ou feridos durante esses ataques com armas de efeito em área utilizadas em ruas movimentadas e zonas densamente povoadas.

Em um documento anterior, a AI (2001b) menciona um pronunciamento feito no Knesset por um alto oficial militar, sugerindo que a abrangência das áreas e grupos visados durante “assassinatos extrajudiciais” pode ser intencional. O militar afirmou que a liquidação de alvos visados estaria se mostrando útil à medida que “[...] essa atividade paralisa e assusta vilas inteiras e como resultado há áreas nas quais as pessoas estão

temerosas de desempenhar atividades hostis.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001b, p. 1-5). No anuário de 2004, a AI afirma que, 90 palestinos foram mortos em “execuções extrajudiciais”, sendo mais de 50 possíveis “efeitos colaterais”, além de mencionar que ativistas internacionais, jornalistas e trabalhadores da saúde também foram mortos ou feridos, inclusive com tiros na cabeça. O documento destaca um míssil disparado de um helicóptero contra um taxi, aparentemente por engano, e outro contra um carro, que além do alvo visado matou sua esposa grávida e uma criança de 18 meses, outro passageiro, além de quatro pessoas que estavam nas imediações, ficando outras 20 feridas. Em três ataques similares, 11 pedestres também morreram e dezenas ficaram feridos (AMNESTY INTERNATIONAL, 2004). Em outro documento, a AI (2003b) menciona um ataque aéreo, que matou o alvo e 16 civis, deixando outros 70 feridos além de ter destruído sua casa e seis outras vizinhas. Se a operação foi descrita pelo primeiro-ministro como “uma das mais bem-sucedidas.”, em um comunicado de imprensa um major-general reconheceu que “De vez em quando, não combatentes são atingidos em nossos ataques. Isso vem com o layout das operações. Às vezes, é também o resultado de erros em nossas estimativas, apesar da precisão de nossas armas.”. Corroborando a possível intencionalidade dos “efeitos colaterais”, analisando a operação Chumbo Fundido contra Gaza a HRW (2009) destacou que Israel possuía armamentos precisos, mas mesmo assim provocou danos desproporcionais e recorreu a armas com efeito em área em zonas densamente habitadas, o que levou Richard Goldstone (2009, p. 253) a afirmar que “O que foi atingido era para ser atingido.”.

Ilustra os “efeitos colaterais” a narrativa de um ataque executado próximo à meia-noite, no dia 22 de julho de 2002, que no melhor dos casos pode ser interpretado como total descaso com a vida de civis. Nessa ocasião, um “assassinato pontual”, “dirigido” ou “extrajudicial” foi executado a partir do lançamento de uma bomba de uma tonelada contra um edifício situado em uma área residencial de alta densidade demográfica na cidade de Gaza, resultando na morte de 15 pessoas - sendo oito crianças - e em ferimentos em mais de 150. Desabaram, além do prédio visado, oito edifícios residenciais adjacentes, além de nove que ficaram parcialmente destruídos e 21 que sofreram danos consideráveis (UNITED STATES DISTRICT COURT, 2005).

A AI relata outros casos elucidativos de assassinatos extrajudiciais, que remetem às encenações de mortes de militantes durante as ditaduras latino-americanas, como a de Carlos Marighella (RODRIGUES, 2012). Um taxista foi o único sobrevivente de um carro que estava imediatamente à frente do veículo de um líder do Fatah, Jamal Abd al-

Qader, que foi metralhado e assassinado sumariamente juntamente com outros passageiros. Ele conta que, após seu carro também ser alvo dos disparos repentinos primeiramente os agentes israelenses pensaram que ele estava morto e quiseram colocá-lo em um saco, mas ao perceberem que estava vivo foi encapuzado, algemado e enviado para uma prisão, onde foi examinado e interrogado por membros da inteligência, que o teriam chantageado dizendo que o libertarian se “admitisse” que havia armas no carro. Mas, ele teria insistido que não havia e, então, “Eles cuspiram na minha face, insultaram-me e me humilharam, tentando me fazer mudar minha versão.”. Na versão oficial das FDI, Jamal Abd al-Qader teria sido morto juntamente com “três outros terroristas” durante uma tentativa de pará-lo enquanto dirigia seu veículo e tentou furar um bloqueio das FDI, que “[...] irá acertar qualquer um que ameace a vida de civis israelenses.”. Essa versão infundada teria sido repetida sem investigações e enquanto, de forma contraditória, outras fontes das FDI chegaram a descrever o ocorrido como uma emboscada. As execuções do membro do Hamas, Ibrahim Bani Odeh, do simpatizante do partido, Hani Abu Bakra, e de Anwar al-Hamran, membro da Jihad Islâmica, também revelam uma tentativa das FDI de veicular uma versão oficial distorcida dos fatos. Quanto a Odeh, alegaram que a vítima morta por uma bomba instalada em seu carro teria falecido com a explosão de um artefato que ela mesma estava preparando. No entanto, desmente essa versão o depoimento de seu primo, que foi pressionado pelas FDI a emprestar seu carro para a vítima com uma bomba previamente instalada. Abu Bakra, enquanto dirigia sua van, foi emboscado e executado, em um incidente que também vitimou passageiros. Na versão oficial das FDI houve troca de tiros. Mas, em seus testemunhos os sobreviventes afirmaram que sequer havia armas no carro. Já al-Hamran foi executado com 18 tiros enquanto, conforme testemunhas, esperava um taxi na esquina de sua livraria segurando cadernos. Na versão oficial das FDI ele fora identificado e morto por ter disparado contra um posto do exército. Conforme um pronunciamento da Jihad Islâmica, Israel acreditaria que a vítima estivesse envolvida em ataques contra civis. Tanto Anwar quanto Ibrahim foram executados logo após serem libertados da prisão pela AP (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001b, p. 9-17).

Ainda sobre essas operações, elas continuaram a ser executadas depois da Intfada de al-Aqsa, figurando inclusive em relatos e documentos atinentes à Terceira Intifada, ou Levante dos Punhais. Conforme Gideon Levy (2015b), a mais recente revolta coletiva dos palestinos foi enfrentada com uma “farra de execuções extrajudiciais”, encorajada pelas autoridades. Na repressão do “Levante”, mesmo sob

críticas internacionais e internas, ao passo que o governo recrudescer a pena para “atiradores de pedras” buscou flexibilizar ainda mais as regras de disparo com munições letais visando permitir seu uso também contra manifestantes. Em Israel, a deputada Aida Touma-Sliman acusou o governo de promover uma “caçada humana” e afirmou que “Netanyahu está buscando uma licença judicial para matar e assassinar.” (RT, 2015). A HRW (2016) segue no mesmo sentido, destacando o pronunciamento de autoridades defendendo que palestinos envolvidos em ataques deveriam ser executados.

Assim como os assassinatos extrajudiciais executados durante a Segunda Intifada constituem, ao mesmo tempo, uma continuidade e um elemento banalizado no novo milênio, a análise que a HRW (2002, p. 44) fez dos ataques contra o campo de refugiados de Jenin, em 2002, apresenta muitos dos elementos das operações militares que, já presentes em relatórios anteriores, difundiram-se. A organização destacou, ao lado do uso de civis como escudos-humanos pelas FDI e demolições “sistemáticas, arbitrárias e ilegais”, a realização de “ataques indiscriminados e desproporcionais”, pois “[...] as forças israelenses, em particular helicópteros, não concentraram seu poder de fogo apenas em alvos militares legítimos, mas dispararam de forma aleatória contra o acampamento.”. Toda uma região do campo foi metodicamente demolida sem necessidade militar justificável, possivelmente em represália a uma emboscada que resultou na morte de 13 militares israelenses, e ao final da operação cerca de um quarto da população ficou desabrigada, com graves avarias também na infraestrutura local de água, esgoto e eletricidade. Se não ocorreu um massacre ou execuções sistemáticas, conforme rumores, provavelmente, muitas mortes de civis seriam evitáveis, “ilegais e arbitrárias”, pois “desproporcionais” em relação a possíveis vantagens militares. Além disso, alguns soldados promoveram execuções extrajudiciais e socorro médico a feridos foi negado sem justificativa. Várias reportagens e fontes fazem apontamentos semelhantes alusivos a violações cometidas durante outras operações israelenses, sendo mais enfáticas quanto à intencionalidade da destruição e mortes (PFEFFER, 2009; LEVY, 2014a; 2014b; 2015a; CRIVELANTE, 2015; BREAKING THE SILENCE, 2009, p. 46).

Em um documento da AI (2002b, p. 1; 3; 16; 20) atinente à operação Escudo Defensivo (2002), a organização afirma de forma muito mais contundente que a HRW que, durante a invasão dos campos de refugiados em Nablus e Jenin,

as FDI agiram como se o principal objetivo fosse punir todos os palestinos. Ações foram executadas pelas FDI sem uma necessidade militar clara ou óbvia; muitas delas, como mortes ilegais, destruição de propriedades e

detenções arbitrárias, tortura e maus-tratos violaram os direitos humanos e humanitários internacionais [...] David Holley, um especialista militar independente e um dos delegados da AI disse: - As operações militares que investigamos parecem ter sido empreendidas não por propósitos militares, mas para assediar, humilhar, intimidar e prejudicar a população palestina. Ou o exército israelense é extremamente indisciplinado ou foi ordenado a praticar ações que violaram as leis de guerra [...] Em cada campo de refugiados que ocuparam, soldados israelenses deixaram um rastro de destruição. Tanques rolaram sobre carros estacionados, quebraram paredes e fachadas das casas e derrubaram postes de iluminação e placas de rua. Às vezes, eles rolaram sem nenhuma razão aparente na frente das casas. Eletricidade, água e telefone foram cortadas durante o tempo em que o exército israelense permaneceu ocupando. Enquanto isso munições perfurantes de paredes e, por vezes, projéteis de tanques foram disparados sem nenhuma razão aparente em fachadas de lojas ou casas [...] A AI está preocupada que o objetivo das detenções, acompanhadas como estiveram de maus-tratos, possa ter sido punir coletivamente palestinos não envolvidos na oposição armada, e degradar e humilhar aqueles detidos.

Relatando os fatos da Segunda Intifada em outro documento, a AI apresenta indícios da sistematização e intencionalidade das violações, afirmando que ocorreriam há anos. Cabe outra citação:

Por muitos anos, a Anistia Internacional documentou assassinatos ilegais; tortura e maus-tratos; detenções arbitrárias; julgamentos injustos; castigos coletivos, como os fechamentos punitivos de áreas e destruição de casas; destruição extensa e gratuita de propriedades; deportações; e tratamento discriminatório dos palestinos em comparação com colonos israelenses. Muitas dessas violações foram cometidas de forma generalizada e sistemática, e na prossecução de políticas do governo (algumas, como assassinatos ou deportações, foram realizadas em consonância com uma política declarada publicamente); tais violações atendem à definição de crimes contra a humanidade sob o direito internacional. Algumas das violações relatadas durante as incursões em Nablus e Jenin adequam-se aos padrões de tais crimes (AMNESTY INTERNATIONAL, 2002c, p. 58-67).

Críticas semelhantes à investida israelense contra os campos de Jenin e Nablus em 2002 estão presentes em um relatório produzido por uma comissão criada em conformidade com uma resolução da AG-ONU. Se inicialmente a artilharia e a aviação não foram permitidas, diante de reveses israelenses passaram a ser empregadas contra zonas densamente povoadas para retomar a vantagem. Enquanto isso, equipes médicas foram impedidas de trabalhar, quando não atacadas por membros das FDI, e a população se viu privada de atendimento médico e ajuda humanitária, além dos casos de utilização de escudo humano, toques de recolher, fechamentos prolongados, maus tratos, “detenções administrativas” e prisões massivas (UNIETD NATIONS, 2002). Armamentos pesados reduziram o campo a escombros, o que levou Pierre Razoux (2006, 456-457) a vincular a situação ao massacre de Sabra e Chatila (1982). Mais uma

vez, Israel foi duramente criticado pela comunidade internacional.

Fato é que, as considerações da AI e HRW alusivas à Escudo Defensivo (2002) se generalizaram para as demais operações israelenses, sobretudo a partir do desengajamento unilateral de Gaza. Em 2006 a AI (2006d) afirmou que muitos “ataques imprudentes” vitimando civis foram ilegais, mas executados em conformidade com diretrizes governamentais. Não obstante o desengajamento, por controlar os fluxos humanos e de bens, Israel manteria suas obrigações diante do DIH e DIDH e não poderia cometer “[...] ataques de represália, bem como assassinatos, maus-tratos e punição coletiva de pessoas protegidas – isso é, os palestinos residentes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza ocupadas.” Evidente desde o começo da Segunda Intifada, o padrão das FDI seria o “uso de força imprudente, desproporcional e excessiva”, que ao invés de condenado é visto como configurando “atos enfraquecendo a confiança” dos palestinos, mas oficialmente nunca admitidos como tais – com as autoridades afirmando de forma falaciosa que só ocorrem disparos em situações de risco à vida e contra a origem dos ataques palestinos (AMNESTY INTERNATIONAL, 2006b, p. 5-11; 18-19).

Essa recorrência das forças israelenses ao uso de força desproporcional e ataques deliberados contra objetos civis se tornou ainda mais explícita em Gaza, desde 2006, sob justificativa de tentar diminuir os disparos de foguetes, que ao contrário se intensificaram assim como a morte de palestinos, alimentando uma espiral desproporcional de violência. Nessas circunstâncias, ao passo que as autoridades israelenses lamentam mortes de civis em casos que atraem a atenção da mídia internacional, chegando a descrevê-los como erros, seguem autorizando o uso de armas e munições, que invariavelmente provocam os danos lamentados (AMNESTY INTERNATIONAL, 2006c). Constatações semelhantes figuram em passagens relativas às operações contra o Líbano desde os anos 1980, especialmente em 2006 - esta que foi relatada pela HRW (2007) e originou o que ficou conhecido como “Doutrina Dahiyya”.

Repetindo o antigo padrão de evasão de responsabilidade, mais uma vez no Líbano em 2006 a alegação oficial foi que as mortes e destruições não foram causadas pelas diretrizes por trás dos ataques israelenses, mas pelo suposto uso de escudos humanos pelo Hezbollah ao disparar de áreas civis⁹⁸. Em contrapartida, a HRW compilou afirmações de oficiais alegando que “os massivos ataques das FDI em Dahiyya” (bairro de Beirute) objetivaram vizinhanças inteiras, “vistas como pró-Hezbollah”, e que esses ataques foram retaliações aos disparos de foguetes contra Israel. Conforme a HRW (2007, p. 6-10), a guerra foi conduzida com “[...] uma negligente

indiferença com o destino dos civis libaneses e violou as leis de guerra.”. “A responsabilidade pelo elevado número de mortes civis durante a guerra no Líbano reside diretamente nas políticas israelenses e em suas decisões durante a condução de suas operações militares.”, não distinguindo entre alvos civis e militares tampouco evitando danos aos primeiros. Inclusive, “ataques indiscriminados” e “desproporcionais” para pressionar a população e a fazer condenar a resistência libanesa já teriam sido realizados durante as investidas militares contra o país em 1993 (“Responsabilidade”) e 1996 (“Vinhas da ira”). No final de julho de 1993, durante seis dias, 60 vilas xiitas foram bombardeadas pelas forças israelenses, levando cerca de 400.000 libaneses a fugirem do sul em busca de refúgio em Beirute. Em 1996, novos bombardeios envolveram a marinha, exército e aeronáutica israelenses. Se observarmos a relatoria referente à Segunda Intifada, é possível constatar que a linha mestra da Doutrina Dahiyya (inclusão de objetos civis como “alvos válidos”) já fora acusada, com a AI afirmando ainda em 2001 que “O fenômeno de mortes aleatórias, negligentes e imprudentes por soldados das FDI durante a *intifada* é uma tendência crescente.”, o que de fato ocorreu com a “cultura da impunidade” na Cisjordânia, mas especialmente na Faixa de Gaza pós-desengajamento (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001b, p. 1-5; 2001c, p. 27-40).

Em 2006, em pouco mais de um mês, a operação contra o Líbano deixou como saldo ao menos 1.109 mortos, 4.399 feridos e cerca de um 1.000.000 de deslocados, sendo a ampla maioria civis⁹⁹. Aviões israelenses lançaram toneladas de bombas e mísseis, acompanhadas de numerosos disparos de artilharia e de bombardeios navais, que resultaram na destruição ou danificação de dezenas de milhares de casas. Em diversas ocasiões não havia objetivos militares nas vilas atingidas e, mesmo quando esses existiam, ataques indiscriminados foram desferidos, tratando toda a localidade como um único objetivo militar sujeito a bombardeio. Se a HRW (2007, p. 13; 62) não afirma categoricamente que civis foram atacados deliberadamente como política oficial, tratando-se de terrorismo de Estado, aponta situações que podem ser aproximadas dessa lógica, batizada de padrão ou doutrina “Dahiyya”. Destaca-se o bombardeio “indiscriminado e desproporcional” de áreas civis, de alvos com ligações tênues (se é que alguma) com o Hezbollah e de áreas inteiras no sul do país, alegando que nestas, após avisar os civis para evacuarem, só haviam restado objetivos militares. Citando o relatório,

Esse fracasso repetido em distinguir entre civis e combatentes não pode ser explicado como mera má gestão da guerra ou uma coleção de erros. Nosso estudo de caso mostra que a política israelense foi primeiramente responsável

por essa falha mortal. Israel admitiu que, todos os civis libaneses observaram seus avisos para evacuar as vilas ao sul do rio Litani, e que, portanto, qualquer um que permaneceu era combatente. Refletindo essa suposição, rotulou qualquer pessoa visível ou movimento de pessoas ou veículos ao sul do Litani ou no vale do Beka como operação militar do Hezbollah que pode ser atingida. Da mesma forma, realizou bombardeios generalizados no sul do Líbano, incluindo o uso massivo de munições de fragmentação antes do cessar-fogo esperado, de uma maneira que não discriminou entre alvos militares e civis (HUMAN RIGHTS WATCH, 2007, p. 6).

Igualmente relatando a operação de 2006, a AI (2007) foi mais contundente ao afirmar que, tanto Israel quanto o Hezbollah cometeram crimes de guerra, com as forças israelenses promovendo “ataques indiscriminados e desproporcionais em grande escala” e, possivelmente, “[...] contra infraestrutura civil objetivando infligir uma forma de punição coletiva ao povo libanês, a fim de induzi-los e ao governo libanês a se voltarem contra o Hezbollah.”. Norman Finkelstein (2010, p. 33-34) destaca pronunciamentos de altos oficiais das FDI, como “Nós iremos dispor de força desproporcional contra qualquer vila a partir da qual sejam feitos disparos contra Israel e causar imenso dano e destruição.”. Após a operação contra o Líbano, em 2006, oficiais começaram a se referir a essa diretriz como “Doutrina Dahiyya”: “Isso não é uma sugestão. É um plano que já tem sido autorizado.”. Em situações de hostilidade, Israel deve agir “imediate e decisivamente, e com força desproporcional” para “infligir dano e punição em uma extensão que demandará um longo e caro processo de reconstrução.”. Aventando uma possível nova rodada contra o Líbano, o ex-chefe do Conselho Nacional de Segurança de Israel afirmou que: “Pesados danos contra a República do Líbano, a destruição de casas e infraestrutura e o sofrimento de centenas de milhares de pessoas são consequências que podem influenciar o comportamento do Hezbollah mais do que qualquer coisa.”.

O relatório Goldstone (2009, p. 24) sobre a operação Chumbo Fundido contra Gaza (dezembro de 2008 a janeiro de 2009), produzido a partir de uma resolução do CDH-ONU, menciona literalmente que o mesmo padrão operacional aplicado no Líbano (“Doutrina Dahiyya”) se repetiu em Gaza, “envolvendo o emprego de força desproporcional e a provocação de grande dano e destruição em propriedades e na infraestrutura civil e sofrimento nas populações civis.”. As afirmações de Goldstone se sustentam, inclusive, em relatórios da AI e HRW e de ONGs locais, ao longo dos quais há muitas evidências da aplicação da “Doutrina Dahiyya” no contexto pós-desengajamento de Gaza¹⁰⁰. A lógica é, em consonância com a “adaptação” do DIH para os objetivos israelenses, redefinir diante de “guerras de baixa intensidade” a

distinção entre combatente/infraestrutura militar e não combatentes/infraestrutura civil, tornando parte dos últimos alvos legítimos. Trata-se de uma ampliação dos alvos passíveis de serem atingidos ao arrepio da definição corrente do DIH, abrangendo simpatizantes, membros e instalações de braços políticos e sociais de organizações consideradas “terroristas”, independentemente de seus vínculos com as atividades militares. Assim que, vizinhanças, estruturas de rádio/TV, escritórios políticos, delegacias, locais a partir dos quais guerrilheiros operaram independentemente do tempo transcorrido, repartições públicas, centros de saúde, entre outros, passaram a ser atingidos pelas FDI como alvos “válidos”, portanto sem ter qualquer repercussão legal interna, o que reforçou a crítica internacional. O objetivo inerente é impedir que as guerrilhas possam reivindicar qualquer tipo de vitória junto a suas sociedades, comprometendo o apoio a elas por meio da imposição de duros golpes contra seus membros, simpatizantes e as vizinhanças a partir das quais operam. Citando uma passagem da AI alusiva à Chumbo Fundido:

Interpretações excessivamente amplas do que constitui uma vantagem ou objetivo militar são frequentemente utilizadas para justificar ataques voltados a prejudicar a economia de um Estado ou desmoralizar a população civil [...] Se enfraquecer a disposição da população inimiga de combater fosse considerado um objetivo legítimo das forças armadas, não haveria limites para as guerras [...] De todo modo, o padrão dos ataques israelenses levou os palestinos a acreditar que nenhuma área em Gaza podia ser considerada segura (AMNESTY INTERNATIONAL, 2009b, p.51; 55)

Em outros documentos, ao tratar da Chumbo Fundido, a AI (2009; 2010) aponta que “Boa parte da destruição foi deliberada e arbitrária [...]” e várias mortes resultaram de “[...] ataques diretos contra civis ou edificações civis, outros de ataques indiscriminados e desproporcionais.” com “[...] munições de longo alcance e alta precisão disparadas de aeronaves militares, helicópteros e drones, ou de tanques estacionados a vários quilômetros do alvo.”. As autoridades mesmo sabendo de antemão dos efeitos nefastos desses armamentos, não só autorizaram seu uso inicial como não suspenderam sua utilização posterior, repetindo um padrão que remontaria ao menos aos ataques contra as instalações da AP durante a Segunda Intifada (AMNESTY INTERNATIONAL, 2009b). Constatação semelhante foi feita pela HRW (2009, p. 3-4), para quem “se a precisão e a área de impacto concentrada” de armamentos israelenses poderiam ter reduzido as baixas, “[...] as escolhas dos alvos por Israel levaram à perda de muitas vidas civis.”.

Reforçando essa possível intencionalidade dos ataques contra civis durante a

Chumbo Fundido, para a HRW (2009a, p. 60; 2010a) “O abrangente e recorrente uso de fósforo branco de uma maneira ilegal - explosões sobre áreas densamente povoadas quando a alternativa de fumaça não letal estava disponível - é um indicativo de intento criminoso.”, assim como a devastação de propriedades com o possível intuito de punir coletivamente a população, o que é corroborado no Goldstone Report (2009, p. 415-416). Tratar-se-iam de ataques em zonas densamente povoadas com armamentos de baixa precisão e efeitos em área, como tiros de artilharia, morteiros e munições com fósforo branco¹⁰¹. Ademais, as investigações oficiais das FDI seriam falaciosas, mantendo a impunidade generalizada. A título de exemplo, se o emprego de fósforo branco foi inicialmente negado pelas FDI, estas afirmaram posteriormente que sua utilização esteve em conformidade com o direito internacional e, por fim, declararam que investigariam as circunstâncias, com a HRW questionando a validade dos inquéritos oficiais¹⁰². Para ilustrar os efeitos do uso do fósforo em zonas residenciais cabe citar o testemunho de Omar Abu Halima, de 18 anos, que buscou resgatar seus familiares - cinco morreram (quatro menores) e cinco ficaram feridos (três menores):

Eu ouvi o som de uma explosão. Nós corremos para a rua e vimos que a nossa casa tinha sido atingida. Corremos escada acima e quando chegamos encontrei meu pai e outros quatro mortos. Nós os levamos para fora e então tratamos dos quatro feridos. As escadas estavam muito enfumaçadas. Fomos para dentro e cheirava muito estranho. Nós nunca havíamos experimentado isso antes. Era difícil seguir adiante. Primeiro, vi minha mãe com queimaduras saindo da casa. A encontramos na entrada. Ela nos disse para entrar e pegar meus irmãos feridos. Mas, quando chegamos dentro nós não vimos nada por causa da fumaça e da poeira, e não conseguíamos respirar. Encontramos a mulher do meu irmão, Ghada, ela estava queimando em chamas, e também sua filha Farah, também queimando. Havia também meus irmãos Ali e Yusif. Todos eles estavam queimando; suas roupas estavam derretendo. Eles estavam todos queimados, mas Abd al-Rahim e meu pai tiveram suas cabeças separadas de seus corpos. Levamos os feridos em dois tratores, com minha mãe no primeiro. Tentamos chamar uma ambulância, mas eles disseram que elas não poderiam vir (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009a, p. 3-8; 51; 60).

Além dessas circunstâncias, a HRW (2009) também publicou outros relatórios, sendo um relativo à generalizada e intencional destruição, prejudicando ainda mais a já precária economia de Gaza que não pode se reestabelecer pela continuidade do bloqueio, outro sobre mortes de civis carregando bandeiras brancas e um terceiro abordando ataques ditos de “alta-precisão” contra a população de Gaza durante a Chumbo Fundido. Cabe uma breve síntese de suas principais constatações. Quanto aos incidentes ocorridos com civis a despeito de portarem bandeiras brancas, a HRW

(2009b) analisou sete casos, constatando que poderiam ter sido facilmente evitadas. No melhor dos casos os militares teriam falhado em distinguir civis de combatentes e, no pior, teriam disparado deliberadamente contra pessoas que sabiam não serem combatentes. Repetidas tentativas da organização contatar as FDI para discutir os casos foram malsucedidas, prevalecendo a impunidade diante de investigações ineficazes.

Sobre as destruições a HRW (2010) investigou doze casos passíveis de serem considerados crimes de guerra, constatando que, em várias ocasiões, as forças israelenses teriam causado sérios danos à infraestrutura pública e a propriedades particulares sem nenhum propósito militar, quando as áreas estavam sob controle e não havia conflitos e pouco tempo antes do anúncio de cessar-fogo e da retirada das FDI de Gaza. Assim, foram demolidas, destruídas ou danificadas milhares de casas, escolas, veículos, poços de água, estufas, áreas de cultivo, equipamentos rurais, oficinas, empresas, comércios e fábricas, com as evidências sugerindo que a devastação pode ter sido perpetrada com o intuito de punir coletivamente a população e “por outras razões ilícitas”¹⁰³. A HRW aponta que, 268 empresas privadas foram destruídas e 432 danificadas, juntamente com 324 fábricas e oficinas - o que aumentou ainda mais as taxas de desemprego. Muitas instalações sequer estariam funcionando nem foram utilizadas por grupos armados palestinos. São gritantes as contradições entre, de um lado, o relatório da HRW (2010) relativo às destruições em Gaza, que foi incorporado pelo “Goldstone Report”, e de outro um inquérito interno publicado pelo governo israelense em abril de 2009, no qual é oficialmente reconhecido que “[...] danos relativamente amplos foram causados em propriedades privadas em Gaza.”, mas eles são considerados legais à medida que o Hamas supostamente teria utilizado a infraestrutura civil para fins militares. Já conforme Goldstone (2009, p. 415-416), as forças armadas israelenses atacaram e destruíram intencionalmente e sem necessidade militar numerosos objetos e complexos de produção e processamento de comida, além de instalações de tratamento e abastecimento de água, sendo “[...] essa destruição perpetrada com o propósito de negar o sustento da população civil.” em violação ao dever de Israel respeitar o direito dos palestinos a um nível de vida adequado, que inclui direito à comida, água, habitação e alto padrão de saúde. As violações seriam decorrentes de decisões do alto-escalão, pois os militares israelenses têm plena capacidade de planejar e executar seus planos dispondo das tecnologias mais avançadas. “[...] A Missão conclui que os incidentes e o padrão dos eventos considerados no relatório resultam de planejamento deliberado e de decisões políticas.”. (GOLDSTONE

REPORT, 2009, p. 415-416; 253). Nas palavras do então presidente de Israel, Shimon Peres, o objetivo fora “proporcionar um duro golpe ao povo de Gaza.” (GILBERT; FOSSE, 2010, p. 141).

Sobre os ataques de “alta-precisão” que vitimaram civis em Gaza, a HRW (2009) destaca que as forças israelenses, por meio de mísseis lançados de veículos aéreos não tripulados ou drones, feriram e mataram dezenas de civis com uma das armas mais precisas de seu arsenal, que poderia ter sido utilizada justamente para minimizar os efeitos colaterais dos bombardeios. Portanto, as forças israelenses não verificaram adequadamente a natureza dos alvos e atacaram civis indistintamente, violando o DIH¹⁰⁴. Aos olhos da entidade, a capacidade tecnológica e precisão dos drones e dos mísseis por eles disparados constituem agravantes da situação. As câmeras de alta definição e os sensores avançados das aeronaves poderiam ter evitado as mortes, acaso fossem manejados cuidadosa e adequadamente, pois permitem uma fácil apreciação da legitimidade dos alvos. Inclusive, em caso de dúvida, por meio de controle remoto os operadores conseguem desviar um míssil já disparado. Um relatório dos Médicos por Direitos Humanos (Israel) menciona outros ataques semelhantes contra civis, como disparos de um drone contra membros de uma mesma família enquanto estavam sentados em círculo no quintal, em luto pela morte de um parente. Na ocasião, também não estariam ocorrendo combates nas cercanias. Dias depois, uma casa cheia de civis foi atacada, primeiro por um drone e depois por um helicóptero Apache, resultando na morte de 18 pessoas (PHYSICIANS FOR HUMAN RIGHTS-ISRAEL, 2009, p. 31-33; 35).

As constatações da HRW acerca da Chumbo Fundido estão em consonância com o Relatório Goldstone, que inclusive se apoia em sua relatoria e na de outras organizações. A comissão da ONU resume o sentido das violações cometidas em Gaza em seu parágrafo 1.894, no qual destaca “com preocupação” pronunciamentos de oficiais israelenses afirmando como meio legítimo para assegurar os objetivos políticos e militares do país a recorrência ao “[...] uso de força desproporcional, ataques contra a população civil e destruição de infraestrutura civil [...]”, o que comprometeria “todo o regime do direito internacional”. Goldstone (2009, p. 408; 253; 416-417) ainda cogita que tenha ocorrido “perseguição” contra a população de Gaza e que

[...] assassinato intencional, tortura ou tratamento desumano, deliberadamente causaram grande sofrimento ou danos sérios à saúde e ao corpo, e extensiva destruição de propriedades não justificada por necessidade militar foi empreendida de forma ilegal e arbitrária. A Missão considera ainda que a série de atos que privam os palestinos na Faixa de Gaza de seus meios de

subsistência, emprego, habitação e água, que negam a sua liberdade de movimento e seu direito de sair e entrar no próprio país, que limitam os seus direitos de acesso a um tribunal e a remédio eficaz, pode levar um tribunal competente a descobrir que o crime de perseguição, um crime contra a humanidade, foi cometido.

Em outra passagem, uma das mais incisivas de todas as fontes analisadas, o Relatório Goldstone (2009, p. 408; 415-416) é ainda mais direto. Quanto à Chumbo Fundido, tratou-se de

[...] um ataque deliberadamente desproporcional designado para punir, humilhar e aterrorizar a população civil, radicalmente debilitando sua capacidade econômica local tanto para trabalhar e se autossustentar, quanto para forçar sobre ela um sempre crescente senso de dependência e vulnerabilidade [...] A Missão também conclui que as forças armadas de Israel ilegal e ostensivamente atacaram e destruíram sem necessidade militar um número de objetos e instalações de produções ou processadores de comida (incluindo moinhos, terras e estufas), instalações de água potável, fazendas e animais, em violação ao princípio da indistinção. A partir dos fatos investigados, a Missão conclui que essa destruição foi perpetrada com o propósito de negar a subsistência à população civil.

Em direção semelhante, segundo o testemunho dos médicos noruegueses Mads Gilbert e Erik Fosse (2010, p. 292; 296), que estavam em Gaza voluntariamente atendendo os feridos durante a Chumbo Fundido:

A intenção deles foi punir a totalidade da população de Gaza coletivamente. A punição foi um impiedoso massacre [...] e uma ampla campanha de bombardeios que iria levar Gaza décadas de volta ao passado. Os anos de bloqueio atingiram a população civil de Gaza não de uma maneira acidental e sem preparação, mas sim seguramente intencional. A carnificina também teve pouca relação com bombas que acidentalmente erraram seus alvos [...] todos foram aniquilados por armas, drones, helicópteros e aviões porque eles deveriam ser mortos, feridos e aterrorizados. Para os soldados israelenses, todos os palestinos em Gaza eram terroristas, então eles também eram, aos olhos israelenses, alvos legítimos para serem atacados, feridos e mortos [...] O novo dogma de dissuasão de Israel significa que a máquina de guerra israelense está usando seu poder de fogo desproporcionalmente superior para aterrorizar e ameaçar aqueles que se opõem à sujeição e obediência forçada.

É evidente a discrepância entre, de um lado, essas passagens de testemunhos e relatórios das diferentes ONGs e ONU (denunciando crimes de guerra e contra a humanidade) e, de outro, a narrativa oficial de Israel – apontando para a maioria dos mortos como terroristas, para o respeito ao DIH durante todas as ofensivas e para a culpa do Hamas pelos danos provocados a civis¹⁰⁵, o que pode ser pensando como esforço de legitimação internacional (“fachada democrática”) ou forma de desarticular o apoio da população local ao movimento. Se a repercussão internacional da Chumbo Fundido foi terrível para Israel, com dezenas de relatórios condenando o país (e também o Hamas) por crimes de guerra e contra a humanidade (o que inclusive levou o governo

a deflagrar uma campanha persecutória contra as ONGs que denunciaram a operação), em seu aniversário de três anos, o então chefe do Estado maior das FDI a descreveu como uma “excelente operação”, que foi “[...] executada de uma maneira profissional e determinada e fortaleceu significativamente a capacidade de dissuasão de Israel.”, portanto deveria inspirar um novo ataque “rápido e doloroso” quando as condições forem propícias (HAREL, 2011; 2012). O sucesso das consequências da “Doutrina Dahiyya” também foi reiterado em julho de 2012, quando um alto oficial das FDI aventou a possibilidade de mais uma guerra contra o Líbano, durante a qual o “[...] relatório Goldstone será insignificante em comparação ao que será feito aqui. A próxima guerra será diferente [...] e o dano será enorme.” (COHEN, 2012).

Sobre as operações israelenses contra Gaza em 2012 e 2014, não há no banco de dados online da HRW relatórios específicos. Alusões são feitas somente em seus anuários, nos quais constam acusações como ataques direcionados contra civis, indiscriminados e desproporcionais e que “Não tem havido responsabilização legal de fato por violações das leis de guerra praticadas por ambos os lados.” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013; 2015), o que remete à lógica da Doutrina Dahiyya. Quanto à Pilar de Defesa (2012), consta no anuário de 2013 da AI que ela durou oito dias tendo início com a execução extrajudicial do líder do braço armado do Hamas. Oficialmente, tal qual a Chumbo Fundido, foi deflagrada para suprimir os disparos de foguetes a partir de Gaza, mas resultou na morte de 160 palestinos (cerca de 100 civis) e seis israelenses (quatro civis). Para a AI, ambas as partes teriam violado o DIH durante o conflito, com foguetes indiscriminados e ataques aéreos israelenses “desproporcionais” em áreas residenciais, que provocaram pesadas baixas e danificaram ou destruíram propriedades civis, complexos midiáticos e instalações governamentais. Concomitantemente, a marinha israelense bombardeou áreas costeiras configurando “[...] ataques indiscriminados” e em várias circunstâncias sem apresentar evidências de que os locais atacados foram utilizados para fins militares. Seria o caso de um ataque realizado no dia 18 de novembro contra a casa da família al-Dalu, que vitimou dez pessoas (quatro crianças, uma adolescente, quatro mulheres e um homem), com o porta-voz militar ora afirmando que se tratou de um acidente ora que visou um militante, dando diferentes nomes para o alvo sem oferecer evidências. No dia seguinte, uma criança e duas de suas tias morreram, e dezenas ficaram feridas quando a casa vizinha foi alvo de um ataque aéreo (AMNESTY INTERNATIONAL, 2013).

Ao tratar da Margem Protetora (2014), a AI reitera suas conclusões relativas às

operações anteriores , sugerindo que ataques “indiscriminados” não seriam acidentais, mas parte de um padrão operacional mais amplo e criaram uma sensação generalizada de insegurança, gerando uma necessidade insuprível de atendimento psicossocial (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014a, p. 6-8; 2014b). Estariam nessa condição ao final das hostilidades mais de 374.000 crianças (UNITED NATIONS. Office of the Coordination of Humanitarian Affairs, 2014). Em seu anuário de 2014/2015, a AI foi enfática na descrição da “Margem Protetora”:

As forças israelenses cometeram crimes de guerra e violações dos direitos humanos durante uma ofensiva militar de 50 dias na Faixa de Gaza, que matou mais de 1.500 civis, incluindo 539 crianças, feriu outros milhares e causou o deslocamento maciço de civis e destruição de propriedades e serviços vitais. Israel manteve seu bloqueio de Gaza por ar, mar e terra, impondo punição coletiva sobre seus cerca de 1.800.000 habitantes e alimentando a crise humanitária (AMNESTY INTERNATIONAL, 2015).

Os casos específicos analisados pela AI (2014b) seriam “[...] exemplos do que parece ter sido destruição e bombardeio deliberado de construções e propriedades civis em grande escala, empreendidos sem necessidades militares.”, com a intensificação dos ataques no final do conflito e pronunciamentos de altos oficiais sugerindo se tratar de “punição coletiva”. São indícios de que, novamente, foi aplicada a Doutrina Dahiyya, incluindo simpatizantes e infraestrutura política não militar entre “alvos legítimos”, permitindo ataques desproporcionais contra militantes (às vezes, bombardeando edificações inteiras nas quais se encontravam) e visando provocar uma destruição generalizada e punitiva para rearticular as relações sociais e identidades políticas da sociedade alvo. No contexto da Margem Protetora, em uma carta aberta a Rede Internacional Judaica Antissionista (2014) – composta por descendentes e sobreviventes do Holocausto – denunciou o “genocídio em curso do povo palestino”, afirmando que a simbólica expressão “Nunca mais” deveria significar “Nunca mais para ninguém” (INTERNATIONAL JEWISH ANTI-ZIONIST NETWORK, 2014). Chama a atenção os impactos psicológicos da Margem Protetora, como a difusão das sensações de impotência e desesperança e do “stress pós-traumático”, com a população enfrentando “perdas multitraumáticas” de forma constante e contínua, “transtornos somatoformes” e uma “crescente pleora de dificuldades psicológicas”, como “[...] baixa autoestima, sentimento de culpa, demonstrações de raiva, ansiedade, ataques de pânico, transtorno obsessivo-compulsivo, alterações de humor e depressão profunda.” (DIAB, 2015). Paul

de Rooij (2015), criticando a relatoria da AI (esta parafrasearia o discurso oficial israelense, justificando sua tese da autodefesa), menciona o seguinte trecho de um relatório da “Defense for Children International”: “Como questão de política, Israel deliberada e indiscriminadamente mira os próprios espaços onde as crianças deveriam se sentir mais seguras.”.

Tal qual fez com a Chumbo Fundido, o CDH-ONU determinou a criação de uma comissão de inquérito específica para apurar eventuais violações do DIH e do DIDH durante a operação de 2014¹⁰⁶, que também não contou com a colaboração das autoridades israelenses (sendo impedida de acessar os TPO¹⁰⁷) e acabou por referendar em seu relatório final as conclusões feitas pelas diferentes organizações locais e internacionais. Quais sejam: ataques “desproporcionais” e “indiscriminados”, direcionados contra civis, destruições sem fins militares e considerar todos os civis remanescentes em determinadas áreas como alvos válidos, tudo à revelia do DIH (assim como os ataques da resistência palestina com foguetes e a partir de áreas civis). Se tais fatos já foram mencionados anteriormente em relação à Chumbo Fundido e Pilar Defensivo, é necessário observar que comparativamente ao Goldstone Report sua versão de 2014 é muito mais contida nas conclusões que faz, não obstante a permanência das duras críticas feitas pelas ONGs.

Dentre as constatações da comissão relativas à Gaza se destaca a sensação de não haver local seguro e sua “devastação sem precedentes”, expressa pelos números: 2.251 palestinos mortos (sendo 1.462 civis, dos quais 299 mulheres e 551 menores) e 11.231 feridos (3.540 mulheres e 3.436 crianças) – em contrapartida, morreram seis civis e 67 militares israelenses, além de 1.600 feridos. Ademais, 18.000 unidades residenciais foram total ou parcialmente destruídas, assim como a maioria da rede elétrica e infraestrutura de água e esgoto remanescentes, com mais de um quarto da população deslocada de suas habitações e vizinhanças urbanas inteiras foram reduzidas ao chão. A comissão abordou a questão do uso de armas de efeitos em área e de alta precisão, afirmando que muitos desses ataques “cirúrgicos”, que deveriam reduzir os efeitos colaterais, resultaram na morte de famílias inteiras, sendo inclusive desferidos em horários nos quais provavelmente mais pessoas estariam em casa e contra áreas residenciais (o que nos remete ao relatório da HRW atinente a circunstâncias semelhantes durante a Chumbo Fundido). Considerando o grande número desses ataques contra zonas civis e o fato de terem continuado durante a operação, a despeito das informações acerca do grande número de vítimas, a comissão aventa a possibilidade

de refletirem táticas que seriam parte de “uma política mais ampla, aprovada ao menos tacitamente pelos tomadores de decisão nos mais altos níveis do governo de Israel.”, sendo a definição de alvos legítimos mais abrangente do que a prevista no DIH. Não suficiente, aos impactos da operação deve ser agregado o bloqueio do território, com ambos levando a uma “crise de proteção e crônicas, difundidas e sistemáticas violações de direitos humanos, primeiro e principalmente os direitos à vida e segurança, mas também saúde, habitação, educação e muitos outros.”. Paralelamente, a Cisjordânia passou por um momento de muita tensão e “[...] difundidas violações de direitos humanos, incluindo o fundamental direito à vida, que foram obscurecidas pelos trágicos eventos em Gaza.”. Destacam-se prisões massivas, invasões de propriedades, detenções administrativas, tratamentos “cruéis, desumanos e degradantes”, inclusive de menores, “severas restrições de movimento”, “demolições punitivas de casa”, violência de colonos, colonização e abuso de força letal contra manifestantes (27 mortos e mais de 3.100 feridos). Voltaram à tona as questões da impunidade e das punições coletivas em Gaza e na Cisjordânia (UNITED NATIONS. Human Rights Council, 2015).

Quanto ao caráter punitivo das operações israelenses, ele é denunciado em diferentes passagens da documentação, além de depoimentos coletados pela *Breaking the Silence* (2009). Conforme a AI (2002b, p. 1; 3; 16; 20; 2009b, p. 6-8), no contexto da “Escudo Defensivo” (2002) o então primeiro-ministro Ariel Sharon afirmou que “Os palestinos devem ser atingidos e isto deve provocar muita dor. Nós devemos causar a eles perdas, vítimas, de forma que sintam o pesado preço.”. Durante a Chumbo Fundido um alto oficial mencionou que a operação visava causar cem vezes mais danos aos palestinos do que os israelenses sofreram e o primeiro-ministro Ehud Olmert acrescentou que “[...] ‘qualquer ataque a partir de Gaza culminaria em ‘ainda mais retaliação desproporcional’.”. Meses antes dessa operação, o ministro do interior israelense vaticinou: “As FDI devem ... optar por uma vizinhança em Gaza e reduzi-la ao chão.”. Nas palavras de um oficial israelense proferidas no mesmo contexto, “O que devemos fazer é agir sistematicamente com o objetivo de punir todas as organizações que estão disparando misseis e morteiros, assim como os civis que estão permitindo a elas atirar e se esconder.” (FINKELSTEIN, 2010, p. 34). Para Noam Chomsky (2010, p. 79), o começo devastador da Chumbo Fundido, matando em alguns minutos mais de 200 palestinos e ferindo 700, fora “[...] um começo auspicioso para o assassinato em massa de civis indefesos, trancados em uma pequena cela sem ter para onde fugir.”. Antecipando em décadas as falas de Olmert e Sharon, lembremos da defesa de Moshe

Dayan, ainda em 1955, do “alto preço por nosso sangue” a ser cobrado e da punição coletiva a ser imposta a povoados que abrigassem pessoas suspeitas (SHLAIM, 2004).

Como sugerem, dentre outros, Mads Gilbert e Erik Fosse (2010) e o relatório do CDH-ONU de 2014, além das operações militares o sentido punitivo das ações israelenses também fica evidente no bloqueio imposto à Gaza. Esta situação é descrita em diferentes relatórios - a exemplo da HRW (2013; 2015) - como “punição coletiva da população civil”, sem justificativa plausível e acarretando em graves consequências econômicas. Com base justamente nesses relatórios de direitos humanos, Noam Chomsky (2014) salienta que, em Gaza mais de 70% dos menores de dois anos sofrem de anemia, mais de 30% de “síndrome consumptiva, ananismo e subpeso” e crianças são mortas semanalmente há anos diante da “[...] ocupação criminosa e dos programas para reduzir a vida palestina à mera sobrevivência em Gaza.”, onde há inclusive um controle do consumo de calorias (MAURO, 2012). A versão oficial do bloqueio de Gaza (impedir o tráfico de armas) é contestada pela AI (2009b, p. 51-53) e por várias outras organizações, inclusive agências da ONU, que elencam uma série de produtos sem qualquer possibilidade de uso militar, mas que estão impedidos de entrar no território (latas de atum, biscoitos, molho de tomate, etc.), o que define a medida como “punição coletiva” e “meio de pressionar a população”, debilitando suas condições de vida. Igualmente, há anos críticas têm sido feitas às destruições arbitrárias, punitivas e debilitadoras da infraestrutura local (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001c; 2004). Citando a AI (2008), em Gaza foi imposto um “[...] bloqueio sem precedentes, praticamente aprisionando toda sua população de 1.500.000 pessoas, sujeitando-a à punição coletiva e causando a mais grave crise humanitária até então.”, ainda mais agravada com as operações Chumbo Fundido, Pilar Defensivo e Margem Protetora. Com a Chumbo Fundido, “Muito de Gaza foi arrasado, deixando a infraestrutura vital destruída, a economia em ruínas e milhares de palestinos desabrigados.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2010). Conforme Sarah Roy (2014a), enquanto em 2000 a UNRWA alimentava 80.000 pessoas no território, em 2014 seriam mais de 830.000: a devastação do meio ambiente e economia da Faixa é “[...] deliberada e planejada por Israel, imposta por meio da separação e isolamento e de um bloqueio econômico destrutivo [...]”. Quatro anos antes a autora (ROY, 2010, p. 3-5) já apontara Gaza como “[...] um exemplo de sociedade que foi deliberadamente reduzida a um estado de destituição abjeta.”, dado a “devastação de sua população e economia, especialmente desde 2006”. Um oficial das FDI teria resumido a política de seu país em relação à

Faixa a um funcionário da agência da ONU da seguinte forma: “Sem desenvolvimento, sem prosperidade, sem crise humanitária.”, com o Estado adotando uma estratégia de gestão da população, mas sem uma perspectiva de resolução definitiva (ROY, 2015).

Gazianos carecem de água potável, enfrentam quedas de energia diárias de doze horas e muitos lutam para ter acesso às necessidades básicas como comida adequada e medicamentos. [Nas palavras do pai de uma criança vitimada por bombardeios israelenses] ‘– O mundo esqueceu de Gaza, suas mulheres e crianças. O bloqueio é tão ruim quanto a guerra, é como uma morte lenta para todos em Gaza’ [...] O mundo perdeu sua humanidade (AMNESTY INTERNATIONAL, 2012a).

Enquanto isso, na Cisjordânia, fechamentos, isolamentos de áreas, planos diretores e regionais discriminatórios e restrições de alvarás de construção e do movimento palestino também acarretam em consequências deletérias para a sociedade e economia local, deteriorando os problemas de miséria, pobreza, desemprego e de saúde ao confinar a população palestina em regiões inviáveis enquanto suas terras são tomadas (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001c, p. 50-63). A justificativa oficial dessas restrições como necessárias para a segurança dos colonos seria igualmente “espúria”, à medida que a “Discriminação é uma característica dominante da política de colonização israelense. E as restrições são ‘ilegais’.”, pois “[...] desproporcionais, discriminatórias e violam o direito à liberdade de movimento.”, estando acompanhadas de uma distribuição desigual de recursos que “[...] teve um impacto devastador na população palestina local, incluindo seus direitos a um padrão de vida adequado, alimentação, acesso à água, habitação e aos mais altos padrões de saúde, educação e trabalho.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2004; 2006b, p. 16-34; 2007b, p. 1-17).

A AI (1995) já destacou em seu anuário relativo a 1994 o isolamento das populações e os fechamentos e confinamentos dos palestinos. Em 2001, foi mais enfática ao afirmar que “As autoridades israelenses consistentemente utilizaram fechamentos, toque de recolher e demolição de casas como uma forma de punição coletiva contra os palestinos.”. O controle das permissões teria passado a servir como meio de pressão sobre a população dos TO economicamente dependente de atividades exercidas em Israel, sendo o ápice o fechamento e isolamento de vilas e cidades inteiras como “meio de assédio” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001c, p. 50-63). No anuário de 2013, a organização voltou a afirmar categoricamente que a “miríade de restrições” imposta pelas autoridades ao movimento dos palestinos de Gaza e Cisjordânia constitui “punição coletiva”¹⁰⁸, violando o direito internacional. É significativo o depoimento do ex-relator da ONU para os TPO, John Dugard (2015),

que se aproxima das constatações de Richard Falk (UNITED NATIONS. Human Rights Council, 2014), Nelson Mandela (AL-FASSED, 2001) e Desmond Tutu (2005) ao igualmente traçar paralelos entre o *apartheid* sul-africano e a ocupação israelense:

E, eu, como praticamente qualquer sul africano que visite os territórios ocupados, tenho uma terrível sensação de *déjà vu*. Nós vimos tudo isso antes, exceto que é infinitamente pior. E o que tem ocorrido na Cisjordânia é que a criação das colônias resultou em uma situação que lembra muito o *apartheid*, na qual os colonos são equivalentes aos sul-africanos brancos. Eles gozam de direitos superiores em relação aos palestinos, e eles os oprimem. Portanto, temos um sistema de *apartheid* nos Territórios Palestinos Ocupados [...] Evidentemente, os crimes são essencialmente os mesmos: discriminação, repressão, assassinatos dirigidos, demolições de casas. Penso, por um lado, que os crimes de Israel são muito piores no sentido de suas ações militares contra Gaza, onde não hesitou em matar civis indiscriminadamente.

3.3.3.2. Testemunhos sobre as operações militares israelenses no novo milênio

Até aqui apresentamos relatórios e apontamentos de diferentes ONGs e da ONU sobre as operações israelenses no novo milênio e as restrições de movimento impostas aos palestinos, formulados a partir dos trabalhos de delegações específicas designadas para apurar o cometimento de supostos crimes. De forma geral, as constatações presentes nessa documentação são complementares e semelhantes àquelas da ONG israelense Breaking the Silence, que ao invés de designar comissões de inquérito coletou centenas de testemunhos de militares israelenses atuantes no cotidiano dos TPO e nas operações, comparando-os entre si e os analisando em conjunto. Quanto ao já comentado caráter punitivo das operações israelenses, na introdução dos depoimentos ouvidos entre 2000 e 2010, a Breaking the Silence (2010?) afirmou que, “Uma porção significativa das ações ofensivas das FDI não objetiva evitar um ato específico de terrorismo, mas punir, deter ou estreitar o controle sobre a população palestina.”, sendo a “prevenção do terror” um selo que tanto legitima as ações ofensivas das FDI nos TPO quanto obscurece “a distinção entre o uso de força contra terroristas e contra civis” justificando ações que intimidam e oprimem a população como um todo. Tal reflexão auxilia na compreensão das consequências das operações recentes contra Gaza.

O pretexto de “prevenção do terror” também justifica ações contra a oposição não violenta à ocupação, que incluem o abuso de força letal contra manifestantes, prisão de ativistas (inclusive administrativas) e decretos de toques de recolher nas vilas em que atividades de contestação são exercidas. Desde o começo da Intifada de al-Aqsa (2000) o princípio balizador dos novos métodos de ação das FDI contra a oposição palestina seria conhecido como “cauterizador de consciência”. O mote, em conformidade com a histórica doutrina da “Muralha de Ferro”, é que a resistência irá desaparecer quando

ficar provado aos palestinos como um todo que sua oposição é inútil, o que seria feito por meio de uma política de assassinatos, destruição, prisões em massa, intimidação e instilação do medo em ações de “demonstração de presença” (patrulhas agressivas¹⁰⁹) e “pagar o preço”: “[...] Violência e punição coletiva de uma população civil podem ser justificadas pelo princípio de ‘cauterizar a consciência’ e são os pilares da estratégia das FDI nos Territórios.”. Enquanto “[...] Prisões em massa são usadas para instilar o medo na população palestina e estreitar o controle militar israelense.”, a destruição de propriedades e infraestrutura – decorrentes tanto de erros ou necessidades operacionais quanto de ações arbitrárias individuais ou de ordens oriundas do alto-escalão - “[...] se tornou uma forma adicional de controle da população palestina nos Territórios.” (BREAKING THE SILENCE, 2010?).

Além das prisões em massa e destruições, vigora uma “política de assassinatos”, sobretudo durante as operações das FDI, e se ela é oficialmente justificada como último recurso contra ataques terroristas, os depoimentos coletados entre 2000 e 2010 apontam que mais de uma vez um alvo foi assassinado quando havia opções para prendê-lo. Pelo menos uma parcela das execuções fora realizada como vingança ou punição, como um oficial de polícia palestino assassinado em represália à morte de um soldado no dia anterior por militantes palestinos que partiram da mesma área. No mesmo documento, outros testemunhos descrevem a política de “pagar o preço” (ações de revide provocando danos ou mortes) e a organização acusa a participação também de oficiais em ações ilícitas, sem qualquer repercussão legal. Um paraquedista conta como em 2003, durante uma operação para “marcar presença” em um vila no distrito de Nablus, o comandante da companhia pediu para um dos encarregados de lançar granadas disparar uma de controle de multidões contra um grupo de manifestantes menores de idade. O militar se recusou e foi destratado pelo comandante, que não o puniu por saber que se tratava de uma ordem ilegal. Outra operação ocorreu em Tubas, às três da manhã, com os militares lançando granadas de efeito moral nas ruas só para acordar as pessoas e dizer que “[...] as FDI estavam ali”. O sexto testemunho citado no relatório, de um membro de uma unidade de reconhecimento geral atuante na área de Nablus em 2000, comenta a prisão de um suspeito e como seu superior decidiu “[...] lembrar a ele quem era o chefe, quem o judeu é e quem o árabe é.”, agredindo o preso com cotoveladas, chutes e de outras formas. O testemunho seguinte narra a invasão de uma casa em 2000 e como um homem foi vendado e chutado pelos agentes israelenses, inclusive um oficial (BREAKING THE SILENCE, 2010?, p. 27).

Além de relatórios compilado depoimentos específicos, no site da Breaking the Silence é possível acessar uma miríade de testemunhos isolados, selecionando-os por temas como suborno, assassinato, assédio, checkpoints e outros. Para complementar as constatações do documento acima exposto cabe mencionar mais alguns relatos localizados dessa forma. Um sargento conta que, em 2001, testemunhou o comandante de uma companhia de paraquedistas começar a atirar indiscriminadamente, tendo se somado a ele o próprio depoente e outros militares que estavam reunidos na ocasião. Em um balanço posterior do acontecimento (debriefing) o caso foi “[...] varrido para debaixo do tapete, eles mandaram ele para o quartel e foi isto. Eu não acho que eles o colocaram sob julgamento, talvez por [ser] comandante do batalhão. Isto nunca saiu além do batalhão, tanto quanto sei.” (BREAKING THE SILENCE, s/d1). Em outro depoimento isolado, um membro do corpo de engenheiros atuante em Gaza entre 2000 e 2003 conta como durante operações a ordem de atirar fora dada de forma indiscriminada e facilmente um alvo era considerado suspeito. Quando uma casa era tomada para averiguação, se havia túnel, a ordem era disparar contra qualquer um andando nas proximidades. “Sempre terminava com, ‘nós matamos seis terroristas hoje’. Qualquer um que você atirava na rua era ‘um terrorista’” (BREAKING THE SILENCE, s/d2).

Outros testemunhos coletados pela ONG Breaking the Silence (2009; 2010?; 2014) revelam a desumanização dos palestinos, visões racistas¹¹⁰ e a difusão da consciência da impunidade e os consequentes abusos cometidos durante operações militares. Comentando a Chumbo Fundido, um depoente afirma que ouviu de seu superior que era “[...] melhor atingir um inocente do que hesitar em acertar um inimigo.”, concluindo que “Regras de combate foram diferentes aqui porque nenhuma permissão para atirar fora necessária.”. Conforme outro: “Estou dizendo que havia uma sensação de falta de controle durante toda a operação”. Para um terceiro, “Nós fomos autorizados a fazer qualquer coisa que queríamos. Quem nos diria que não? Enquanto o quinto depoimento denuncia “[...] o ódio, e o prazer de matar [...] a diversão de atirar e sentir todo aquele poder em suas mãos.”, o sétimo menciona, além de disparos por pura diversão, instruções dadas para “dedo leve no gatilho”. Teria dito seu comandante que, “Você vê algo e não está bem seguro? Você atira.”. O décimo afirma ter ouvido de seu superior algo muito semelhante: “[...] guerra é guerra, nenhuma consideração por civis deve ocorrer. Você atira em qualquer um que vê [...] Não deixe que a moralidade se torne um problema. Isso ocorrerá mais tarde [...] agora apenas atire”. Conforme o

vigésimo sexto testemunho, “A questão dos civis se torna irrelevante tão logo você entra em combate – as regras mudam. Você atira. Isso é guerra. Na guerra nenhuma questão é perguntada [...] Nessa história, civis foram menos relevantes.”. Já o quadragésimo terceiro relembra as palavras de um colega militar, dizendo que “[...] não poderia terminar esta operação sem matar alguém. Então, ele matou alguém, aparentemente um tipo de vigia.”, com base em seu próprio juízo e interpretação das instruções gerais. Em sentido semelhante o quinquagésimo sublinha “[...] quão negligentes foram as regras de combate.”, o poder de julgamento dado a cada soldado para decidir se atirar ou não e como “A atmosfera não era uma de medo, mas de pessoas muito ávidas para atirar em outras pessoas.” (BREAKING THE SILENCE, 2009, p. 50-53; 94-97; 87-88). Cabe sintetizar¹¹¹ a partir das palavras de Amir Marmor (reservista de um batalhão de blindados que operou em Jabalia) publicadas pelo *Jewish Chronicle*:

A operação foi apresentada para nós e para a totalidade da nação como uma retaliação calculada aos ataques do Hamas, mas para mim foi como um exercício de punição. Era isso o que ela parecia a partir da enorme extensão da destruição. Nós estivemos lá por uma semana e apesar do fato de que ninguém atirou contra nós, os disparos e as demolições continuaram incessantemente. Estou muito incerto quanto à quantidade das demolições que pode ser justificada. Foi-nos dito para esperar disparos vindos de várias direções; nossa primeira reação foi explodir ou demolir casas em uma dada direção para nos dar melhores condições de disparo. Mas, então, nenhum tiro veio daquela direção, ou de qualquer outra. Em outra ocasião, foi-nos dito que um ataque era esperado e que uma barragem de artilharia foi disparada, mas nós não vimos ninguém se movendo de lá (PFEFFER, 2009).

Assim como os relatórios das ONGs e ONU, os depoimentos prestados por militares israelenses à *Breaking the Silence* (2009) relativos à Chumbo Fundido sugerem que, mais de meio século depois das lições ensinadas por Moshe Dayan acerca do caráter punitivo necessário das operações israelenses, a mesma lógica guiou suas forças armadas durante as operações contra Gaza. Comentando as instruções dadas pouco antes do início da operação de 2008-2009, um testemunho enfatiza como uma das coisas mais reveladoras oriundas do discurso de seu comandante de brigada

[...] o sentimento subjetivo, algo muito permissivo em relação à coisa toda. Ele disse que iríamos exercer um poder de fogo insano com artilharia e força aérea. Foi-nos passada a sensação de que não estávamos apenas sendo enviados para lá, mas contávamos com enorme segurança e cobertura. Ele se ateve e disse, “Não é que você estará fora para realizar um massacre, mas ...” – esta foi a restrição para tudo que ele disse antes, e entre suas próprias piadas que me fizeram rir, assim como “Nós temos um lançador de granada arabófono e uma metralhadora pesada que fala árabe.”. Este foi o espírito da coisa (BREAKING THE SILENCE, 2009, p. 46).

Quanto à Margem Protetora, compilado e comparando os relatórios a *Breaking the Silence* (2014?) constatou que “danos massivos e sem precedentes” causados aos habitantes e à infraestrutura civil de Gaza se deveram ao princípio militar de “[...] risco mínimo para nossas forças, mesmo ao custo de ferir civis inocentes.” juntamente com “[...] esforços para dissuadir e intimidar palestinos.”, estando os dirigentes israelenses “do começo ao fim” conscientes das consequências da operação. Possibilitou esse abuso de força a certeza da impunidade: “[...] os soldados estiveram livres para interpretar no campo de batalha conforme o que bem entendessem. Na prática, quase todos os objetos e estruturas no campo de tiro das forças tinham a possibilidade de serem considerados suspeitos e serem então visados.” e “As vidas de nossos soldados vêm antes da vida dos civis inimigos.” (BREAKING THE SILENCE, 2014?). Cabe destacar um depoimento que revela as continuidades no padrão operacional:

Pense sobre o que acontece a uma sociedade quando centenas de suas crianças são mortas em um intervalo de dois meses, junto com [a destruição de] 18.000 de suas casas. É impossível distinguir se o que as FDI está ‘cortando’ a cada dois anos é a capacidade dos terroristas ou a capacidade de uma sociedade inteira se desenvolver e subsistir. Com efeito, a política “cortando a grama” não é senão outro componente do sistema de controle israelense sobre a população palestina, tanto em Gaza quanto na Cisjordânia. A fim de preservar o seu controle, Israel opera continuamente para garantir que os palestinos permaneçam fracos e vulneráveis. Como soldado, participei de inúmeras operações destinadas a “baixar a cabeça” de civis palestinos na Cisjordânia. Muitos outros soldados fizeram e continuam a fazer o mesmo. Patrulhas em todas as horas do dia e da noite pelas ruas de cidades palestinas, incursões em casas de civis arbitrariamente escolhidas, checkpoints no coração de áreas palestinas densamente povoadas - todas essas atividades são programadas para mostrar à população palestina que os soldados israelenses estão sempre presentes em todo lugar e para criar uma sensação de perseguição. Outras operações, como toques de recolher em uma vila ou a prisão de todos os homens dela por um período indeterminado de tempo, permitem o enraizamento do medo na população, e com isso o fortalecimento do controle sobre ela (SHAUL, 2015).

Ainda sobre a Margem Protetora, as conclusões se repetem nos depoimentos coletados pela *Breaking the Silence* (2014a), que destaca a sensação generalizada de impunidade, desumanização, regras de combate ambíguas e danos indiscriminados e desproporcionais causados. Na apresentação dos depoimentos, a entidade reafirma a importância de sua atuação: contrapor-se aos pronunciamentos oficiais do governo israelense e das FDI quanto à realidade do conflito em Gaza. Os enormes danos causados a civis e a suas propriedades são associados a uma política de “risco mínimo” das FDI, fundada em regras muito permissivas de disparo que possibilitaram “agressão e até mesmo racismo” ou mesmo intencionalidade nos danos ou ainda descaso completo, como disparos contra alvos civis decorrentes de apostas feitas entre militares.

Depoentes mencionaram pronunciamentos de comandantes defendendo uma conduta “antiética e brutal”, a prevalência de “[...] uma política muito negligente para disparos.” e o difundido conhecimento entre os militares de mecanismos (“áreas cinzentas”) para burlarem mesmo essas regras flexíveis, o que levou a ONG a concluir que, o uso massivo de força e “métodos agressivos de combate”, mesmo “sem qualquer relevância operacional”, teria se disseminado e influenciado todos. Possivelmente, assim como no concernente à relatoria das ONGs relativa à Chumbo Fundido e à Margem Protetora (AMNESTY INTERNATIONAL, 2009b; 2014a; 2014b), é possível cogitar a partir dos depoimentos que o recrudescimento de ataques contra civis ao longo da operação, especialmente em seu final, seria parte de uma agenda política e diplomática não relacionada à defesa das tropas no campo, mas a atacar tantos alvos quanto fosse possível antes do cessar-fogo, evitando que o Hamas pudesse ostentar qualquer tipo de vitória. São indícios disso os testemunhos sobre a gradativa flexibilização pelo alto-escalão das limitações impostas para disparos e uso de certas armas (três níveis de alvos), permitindo atingir novos alvos (cada vez mais ambíguos) além dos inicialmente designados. Diante da suspeita de captura de um militar israelense em uma dada circunstância, as restrições e “áreas de segurança para civis” foram completamente ignoradas - “Protocolo Hannibal”.

Cabe citar alguns testemunhos, que parecem ecos distantes da lógica punitiva defendida pelo idealizador da “muralha de ferro”, Zeev Jabotinsky, ainda nos anos 1920, e desde então constantemente reverberada pelo estabelecimento militar e político israelense. Um depoente conta que, durante a operação de 2014 fora enviado à Gaza pouco antes do primeiro cessar-fogo para destruir uma casa: “[...] então nós perguntamos: - Qual casa devemos derrubar? E eles disseram: - Nós queremos fazer um grande *boom* antes do cessar-fogo. Tipo isso, essas foram as palavras que o oficial usou, e isso deixou todos loucos.”. Não havia sido escolhida uma casa específica, “apenas uma casa”, e no final da operação metade de outra vizinhança foi destruída. Conforme outro relato, a ordem era “Dissuada, assuste, derrube eles psicologicamente, etc.” e o grau de envolvimento com organizações necessário para justificar demolições variou conforme o estágio dos combates, ocorrendo a disseminação das destruições nos momentos finais. Tal conduta, indiciando a intencionalidade dessas medidas como forma de “pressão” (terror), é explícita também por outro testemunho, que comenta o bombardeio de certas casas só no final da operação “Para dar um golpe significativo – ‘uma conclusão’ antes do cessar-fogo. É triste, mas é assim que as coisas são feitas.”.

Conforme os depoimentos separados de dois tenentes acerca de uma ação em Rafah, na noite anterior ao cessar-fogo, ela teria sido realizada para destruir tudo que sobrara: “[...] eles foram apenas para destruir coisas. Apenas para destruir coisas ao acaso, terminar o trabalho [...]”. Os militares estavam disparando com tanques não necessariamente eram locais suspeitos, mas “Em áreas dispersas entre as casas. Em todas as áreas agrícolas próximas das casas. Antes de um tanque fazer qualquer movimento ele atira, toda vez. Esses rapazes estavam disparando a esmo, totalmente malucos. Essas foram suas ordens [...]”. Um militar de patente não informada revela o contraste entre a precisão da lista de alvos e das ordens no começo da operação e a autorização ao longo dela de ações com maior possibilidade de provocar danos em civis, como atacar áreas a partir das quais foram disparados foguetes independentemente do tempo transcorrido. Conforme alguns depoentes haveria três níveis de disparos conforme as consequências para os civis, sendo os ataques “mais permissivos para nós, e mais severos para eles” autorizados do meio para o final, quando há uma “pressa” e relaxamento das restrições para evitar que o Hamas possa contar vitória (BREAKING THE SILENCE, 2014a; 2014, p. 216; 160-161; 108-109; 82-84; 152-154; 198-199; 226-232). Vale citar o depoimento de um soldado publicado pelo Le Monde,

Também devíamos destruir a infraestrutura do Hamas e causar os maiores danos possíveis à paisagem, à economia, à infraestrutura, para que o Hamas pagasse o maior preço possível pelo conflito, e para que eles pensassem duas vezes no próximo conflito. Era dissuasão. Mirávamos em fazendas, prédios, postes de luz. Se houvesse prédios civis elevados, podíamos mirar neles. Oficialmente nos diziam que era preciso evitar vítimas civis, mas ao mesmo tempo, fazer o máximo possível de estragos. Eu era o único que me incomodava com aquilo [...] Eu havia ajustado meu rádio para ouvir os outros tanques, cada atirador podia escolher seu alvo, ao acaso. Era meio assim: “Eu miro naquele prédio branco ali”. E era preciso esperar a contagem. Ninguém havia atirado contra nós nem durante, nem depois [...] Oficialmente era dissuasão. Então disparamos contra prédios civis comuns, ao acaso [...] Todo dia, a cada meia hora, um tanque parava em frente e atirava. Quando um dia um de nossos soldados foi morto por um tiro de morteiro, o comandante disse que devíamos nos vingar, em homenagem a ele. Nós nos posicionamos, escolhi ao acaso um prédio a cerca de 3 ou 4 quilômetros, perto do mar, e mirei no 11º andar com um morteiro. Talvez tenha morrido gente [...] As pessoas circulavam ali pois ela estava fora da zona de combate. Éramos em três tanques. Pensamos: Ok, vamos ver quem consegue atingir um veículo ou uma bicicleta. O comandante disse: - ‘Ok, me deem um motivo de orgulho!’ Apostamos entre nós, mas era difícil demais, ninguém conseguiu [...] Havia um ciclista lá. Miramos nele com uma metralhadora calibre 50, uma arma nada precisa. Atirei ao lado e em frente dele. Eu não a ajustei de fato. Ele se mandou tão rápido, mais rápido que o [Lance] Armstrong, que todo mundo riu [...] (SMOLAR, 2015).

Essa situação nos remete à “banalidade do mal” e à definição dos campos de concentração e extermínio como espaços do “tudo é permitido” tal qual descrito por

Hannah Arendt (1989, p. 490-491). Inclusive, um testemunho ouvido pela *Breaking the Silence* (2014) utiliza a expressão “tudo é permitido” (em alusão ao “Protocolo Hanibal” como ataques permitidos quando se suspeita que um militar israelense foi capturado). A “banalidade do mal” é exemplificada por vários outros depoimentos, como um afirmando pensar que “[...] o sentimento entre (os soldados) também era que nós realmente precisávamos dar isso a eles.”. Dois depoimentos de sargentos registrados pela *Breaking the Silence* (s/d3; s/d4) merecem destaque. Um, atuando na área de Nablus, em 2002, mencionou a generalização da autorização de disparo nas pernas de menores que arremessassem “explosivos” (coquetéis Molotov) e como alvos foram mortos “por engano”, sem incorrer em inquéritos e julgamentos, com os casos não saindo do comandante do batalhão (“balanços operacionais”). O outro relatou suas experiências durante a operação “Escudo Defensivo” em Hebron, salientando como atiraram aleatoriamente:

Essas munições foram parar em algum lugar. Essas coisas eram simplesmente toleradas [...] Eles atiraram apenas para fazê-lo. Sem mirar. Nada. Isso é algo que você não faz. Quando você está assustado Pessoas apenas atiram e atiram [...] Porque isso é um jogo. Apenas um jogo [...] Atirar alivia os nervos. Apenas alivia e parece que está jogando videogame. Apenas como videogames. Ninguém está pensando sobre o que está fazendo. O sentido disto. Que se ele apenas destrói a janela de uma casa para se divertir, talvez haja alguém dentro da casa [...] Você perde o contato com a realidade. Isto foi durante a Escudo Defensivo (BREAKING THE SILENCE, s/d4).

Destacamos ainda o paradigmático relato de outro sargento, pertencente a um pelotão de blindados atuante durante a Margem Protetora, que conta que enquanto “[...] nós estávamos todos atirando um monte quando não havia nenhuma necessidade para isso – apenas pelo prazer de atirar –, um membro de nossa companhia foi morto.”. Então, o comandante disse a seu grupo, com uns chorando outros disparando contra janelas, para entrarem nos tanques e se prepararem para disparar uma saraivada em homenagem ao falecido, assim que desejassem. O testemunho conta que, há tempos uma construção laranja a cerca de quatro quilômetros e meio o irritava pela simples cor, sem saber em qual vizinhança ficava e sem representar qualquer risco:

[...] Mas essa construção estava pintada de laranja, e esse laranja deixava meus olhos loucos todo o tempo [...] por toda uma semana ou duas esse laranja estava deixando meus olhos loucos. Então, eu disse ao meu comandante de pelotão: ‘Eu quero atirar naquela casa laranja’, e ele me disse: ‘Legal, o que você quiser’, e nós atiramos. Nós atiramos em uma distância de 4,5 quilômetros, uma munição que é para ser utilizada contra tanques – não é para nada mais [...] e nós estávamos atirando naquela casa laranja porque ela era laranja. Seus rapazes discutiram isso depois? O fato de atirar despropositadamente? Não, pois quando você olha para o cenário maior, isso

era algo que nós estávamos fazendo todo o tempo. Nós estávamos atirando despropositadamente todo o dia [...] E ninguém discutiu isso, pois ocorreu sem que todo mundo dissesse que queria ... E as regras de combate eram consideravelmente muito maleáveis – Eu fiquei chocado quando as ouvi pela primeira vez (BREAKING THE SILENCE, 2014, p. 163-164; 126-128).

Em suma, os danos massivos e sem precedentes à infraestrutura e aos civis de Gaza resultariam diretamente da política das FDI, mais especificamente das regras de combate e da noção difundida entre os soldados da necessidade de disparar ao invés de perguntar. De fato, vários dos testemunhos coletados pela organização relativos à operação Chumbo Fundido e Margem Protetora elucidam a destruição causada, sua possível intencionalidade e a as regras de combate flexíveis, que podem ser associadas à impunidade generalizada pelos atos praticados, salvo exceções “individuais”. O Goldstone Report (2009, p. 20) encampa as constatações da Breaking the Silence, afirmando que de fato “[...] as instruções dadas para as forças israelenses entrando em Gaza proporcionaram critérios negligentes para o uso de fogo letal contra a população civil.”.

3.3.3.3. A impunidade no novo milênio descrita nos relatórios e testemunhos

Subjacente tanto à permissividade explícita nos relatórios e depoimentos quanto à lógica da Doutrina Dahiyya, inerentemente conflitiva com o DIH ao borrar a distinção entre civis e combatentes, é a certeza de impunidade pelos executores dos ataques “indiscriminados e desproporcionais” voltados a modificar o comportamento da população alvo ou ensiná-la uma “dura lição” por meio de punições coletivas. Duas passagens ilustram essa questão. Em certa ocasião, soldados israelenses respondendo a um ativista que afirmou ter a ACJ permitido que uma família trabalhasse em suas terras sem restrições disseram que não se importavam e que “O que o exército decidisse era a lei.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2007b, p. 23-24). Anos depois, o jornalista israelense Gideon Levy (2014) ouviu de um militar supostamente responsável pela morte de um jovem palestino de 14 anos: “Eu sou a lei aqui, eu sou o soberano.”.

Analisando a presença do tema da impunidade na monitoria da AI, desde o relatório produzido por uma missão que visitou Israel em 1979, e mesmo antes em seus anuários, a organização aponta a inconsistência entre a negativa oficial do caráter sistemático dos maus-tratos e tortura (tratar-se-iam de casos isolados e devidamente apurados e punidos) e as persistentes alegações e evidências de sua prática, além das

comissões oficiais criadas pelo governo israelense, mas cujas recomendações não foram implementadas. Os assassinatos extrajudiciais já figuram nos anuários do final dos anos 1980 e em relatórios dos anos 1990. Paralelamente, há a complacência com as ações de colonos, aos quais “[...] têm sido permitido, sistematicamente, atacar palestinos impunemente.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1980; 2001c, p. 27-40; YESH DIN, 2006; 2008; 2011b).

Dessa forma, quando o governo israelense fomentou e ao mesmo tempo negou a ocorrência de violações sistemáticas durante a Segunda Intifada e as operações contra Gaza no novo milênio apenas manteve uma conduta iniciada com a própria ocupação, associada à manutenção de uma fachada democrática. Se antes da Segunda Intifada, a impunidade foi garantida por meio de “investigações superficiais”, “Desde 2000, contudo, as autoridades israelenses falharam continuamente em investigar alegações de mortes ilegais e outros abusos de palestinos por colonos e forças israelenses.”, mantendo a ausência de proteção legal. “[...] O fracasso em investigar casos de mortes ilegais dá aos membros das FDI carta branca para continuarem.”. “As forças israelenses mataram milhares de palestinos, muitos ilegalmente, mas dificilmente qualquer um desses incidentes foi investigado adequadamente e menos ainda resultaram no agressor ser levado à justiça.”, com as condenações excepcionais lenientes, ao passo que suspeitos e civis palestinos foram sujeitados a assassinatos extrajudiciais, detenções e julgamentos arbitrários e punições coletivas. “A impunidade na prática é fomentada pela impunidade na lei.”, com o Estado ao falhar nas investigações se protegendo de responsabilidade por ações contra civis – o que foi garantido por uma lei de 2005, com validade retrospectiva para o começo da Segunda Intifada, que considerou os palestinos dos TO “residentes de uma zona de conflito” sem o direito de reivindicarem indenizações (AMNESTY INTERNATIONAL, 2006b).

Ainda sobre as reflexões da AI (2000b, p. 1-13) relativas à vigência da impunidade nos TPO, da mesma forma que a legalização da incomunicabilidade por longos períodos viabiliza a prática de maus-tratos e tortura, regulamentos permissivos para disparos permitem o uso de munições letais em situações desnecessárias, provocando mortes impunes de palestinos que poderiam ser facilmente evitadas. Comparando a supressão de manifestações de grupos judaicos e palestinos no contexto da Segunda Intifada, a organização destaca a capacidade das forças de segurança israelenses executarem sua tarefa sem utilizar armas de fogo e causar fatalidades em situações banais, sugerindo ser uma escolha a substituição de um padrão de

policciamento por outro militar, com armas que provocam menos danos possíveis aos israelenses e máximo aos palestinos. Como as mortes dos últimos não seriam efetivamente investigadas, seria necessária uma investigação internacional independente das denúncias. Para a AI, o uso excessivo e impune de força letal vitimando palestinos teria se generalizado ao invés de cessar desde a Primeira Intifada justamente pela impunidade sistemática e desrespeito generalizado aos padrões internacionais de direitos humanos e humanitários.

Oficiais das FDI disseram à AI (2001b, p. 17-32) que, com a situação “beirando o conflito armado” as investigações seriam excepcionais, as reparações inexistentes e as “regras de engajamento” moldáveis às diferentes circunstâncias, portanto passadas a cada dia. Para a organização, essa ambiguidade sugeriria que “[...] a força utilizada pelas FDI em resposta a manifestações com arremessos de pedra e a quantidade de mortos e feridos em decorrência não são necessariamente dependentes do perigo apresentado e da adesão a critérios claros.”. Logo, ordens e atitudes de comandantes individuais, não sujeitas a escrutínio ou considerações políticas, têm seu papel na violência excessiva e letal contra manifestantes palestinos. Essas mortes banais continuariam devido, dentre outros fatores, ao “[...] fracasso do governo israelense em aprender com os erros no controle de multidões, em investigar assassinatos e em responsabilizar qualquer pessoa [...]”, mantendo uma “cultura de aceitação de mortes ilegais e impunidade”. “Soldados nervosos ou negligentes” sabem que nunca serão presos, julgados ou condenados por mortes ilegais. Diante disso, a AI (2001c, p. 1-23) é enfática: “A impunidade daqueles que cometeram violações de direitos humanos e a falta de investigações de tantas mortes nas mãos das forças de segurança levaram a uma ruptura no estado de direito.”, sendo a maioria dos mortos e feridos “arremessadores de pedra” durante manifestações, mas também transeuntes, pessoas em suas próprias casas e equipes de saúde. Dessa forma, direta ou indiretamente, ao manter diretrizes ambíguas e a impunidade, o Estado incentiva as violações, sem se responsabilizar por elas, em conformidade com o padrão que a AI (1993a; 1993b) descreveu em sua campanha internacional contra os desaparecimentos e assassinatos extrajudiciais. Na versão oficial israelense os menores palestinos estariam morrendo devido a seu uso como “soldados” ou escudos-humanos por atiradores, o que é contestado pela AI (2001c, p. 1-23) ao afirmar que o arremesso de pedras não os enquadra como “soldados” nem legitima suas mortes, sendo estas reflexo do “descaso

dos soldados israelenses pela vida” e do uso de força letal em situações que não colocam riscos a suas vidas e sem mesmo recorrer a procedimentos prévios não letais.

Em contrapartida aos pronunciamentos oficiais, analisando as “mortes ilegais” no começo da Segunda Intifada, a AI apontou o uso de força “excessiva e desproporcional”, bem como outras violações de direitos humanos que não seriam derogáveis até em estado de emergência, como o direito à vida e o interdito à tortura e punições coletivas. Em um relatório da AI, um dos redatores denunciou que militares israelenses se recusaram, sistematicamente, a se identificar e apontar os responsáveis pelas decisões, impedindo o acesso da delegação a seus superiores. “Está claro que esse comportamento visa tornar muito difícil para as vítimas de abusos das FDI identificar os culpados e a cadeia de comando.”. Reforçando a situação, estaria a definição de “conflito armado quase guerra”, situada em “algum lugar intermediário” entre o legal e o ilegal e buscando “ofuscar as obrigações legais de Israel.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001b, p. 1-5). Consta categoricamente no anuário da AI (2003) que “Certos abusos cometidos pelo exército israelense constituem crimes de guerra.”, como “[...] execuções ilegais, obstrução de assistência médica e disparos contra pessoal médico, destruição massiva e arbitrária de propriedade, tortura e tratamentos cruéis e desumanos, confinamento ilegal e uso de ‘escudo-humano’.”. No anuário seguinte, a AI (2004) afirmou que “A maior parte dos soldados israelenses e membros das forças de segurança [bem como colonos] continua a gozar de impunidade. Investigações, processos e condenações por violações de direitos humanos são raros.”. No anuário de 2006, além de reiterar tal constatação (como fez também nos documentos subsequentes), a organização apontou que, enquanto a morte de um ativista britânico levou à condenação de um soldado israelense a oito anos de prisão, a morte de um palestino desarmado a tiros por um colono levou a sua condenação por “morte negligente”, sendo mantido em liberdade, pois pagou fiança e sequer compareceu ao tribunal para testemunhar o veredito (AMNESTY INTERNATIONAL, 2006).

Quanto à questão da impunidade na documentação da HRW, em 2005, em um relatório específico sobre sua vigência nos TPO a organização reafirmou a validade de muitas críticas feitas em seu documento de 1990 e voltou a enfatizar as diretrizes de disparo “indevidamente permissivas”, as inadequadas investigações da violência contra palestinos, a leniência das excepcionais condenações, as restrições impostas ao deslocamento dos monitores de direitos humanos e o abuso (com a conivência da ACJ) da definição de “atividades de combate” para justificar a não apuração de mortes. Tais

denúncias, já correntes durante a Primeira Intifada, massificaram-se durante a Segunda, apontando a institucionalização de certas políticas ao invés do aprimoramento dos mecanismos investigativos. Conforme explicitado no título desse relatório da HRW (2005, p. 4-5; 28-34; 98-99), “Promovendo a impunidade”, a organização denunciou a “inércia” e o “encobrimento” institucional das FDI diante da violência contra palestinos, em situações dificilmente justificáveis como de “conflito armado”. A novidade não seria a ocorrência sistemática da impunidade, mas sua generalização a partir da nova definição de “situação de conflito armado quase guerra”. Então, mortes civis deixaram de levar, automaticamente, à abertura de inquéritos, restringindo-se a “casos excepcionais” investigados por procedimentos parciais e inconsistentes, que alimentam a impunidade sem que se possa alegar “dificuldades práticas”, ainda que essas existam. Mudanças superficiais ao longo do tempo não teriam mitigado a impunidade, estando antes voltadas a rebater críticas internacionais.

A “relutância em investigar” crimes com vítimas palestinas, o baixíssimo número de indiciamentos abertos e a lentidão burocrática seriam os principais entraves à condução de investigações consistentes, alimentando a impunidade. Dados citados pela HRW (2005) apontam que, entre 2000 e 2004, enquanto milhares de civis não envolvidos nas hostilidades ficaram feridos e mais de 1.600 foram mortos pelas forças israelenses - sendo pelo menos 500 menores -, as FDI informaram que haviam investigado criminalmente apenas 74 casos de uso ilegal de força letal, ou seja, menos de 5% das mortes civis em aproximadamente quatro anos da Segunda Intifada. Em contrapartida, os incidentes envolvendo a morte de “ocidentais” seriam investigados com mais frequência, pois tanto o governo quanto as FDI seriam mais sensíveis aos impactos midiáticos de tais mortes e os familiares, geralmente, teriam mais recursos para promover ações. Contudo, mesmo as investigações dessas mortes relevariam os atrasos, equívocos e falta de transparência, ficando muito aquém dos requisitos internacionais. A conclusão é que “[...] os procedimentos e práticas investigativas do exército israelense não são imparciais, completas, ou oportunas.”, mas “rasas e superficiais” e as raras condenações, geralmente, desproporcionais ao delito cometido. Salvo exceções que confirmam a regra, “[...] os militares raramente trouxeram os infratores à justiça.”, com as FDI “falhando rotineiramente”¹¹² em investigar casos inclusive quando ocorrem fora de situações de combate. Para a HRW (2005), a impunidade dos militares, serviços de segurança e políticos continuará enquanto os governantes optarem por não fortalecer os mecanismos de responsabilização.

Dessa forma, o sistema é opaco, embaraçoso e aberto à pressão de comando. Vítimas e seus representantes têm dificuldades de registrar queixas e pouco e ineficaz acesso ao comprometido processo investigativo. Ademais, sendo as FDI o único meio de garantir a responsabilização, quando seus agentes se recusam a no mínimo investigar ou se atém a somente os “balanços operacionais”, não haveria alternativas ao alcance e de conhecimento dos palestinos. Enquanto alguns crimes, como abuso sexual, não são tolerados e terminam na rápida localização e julgamento dos réus, outros (mortes ou danos graves a palestinos) têm como resposta padrão “[...] acobertar ou ignorar possíveis abusos.”, ficando fora do radar das FDI. A organização menciona que, inclusive, a prevalência da impunidade no novo milênio voltou a ser criticada pela “Comissão Mitchel”, criada no começo da Segunda Intifada por intermédio dos EUA.

Para a HRW (1990; 2005), em seu conjunto, a não investigação efetiva sinalizaria aos militares a ampla margem de manobra para contornar os já permissivos “regulamentos de disparo.”, permitindo a violência impune. A “[...] falta de vontade política da parte das autoridades israelenses de estabelecerem um sistema consistente de responsabilização pela morte injustificada de palestinos.” seria uma “decisão política”, que mesmo assim teria em consideração a necessidade de manter aparentemente operantes instrumentos de responsabilização para atender a opinião pública israelense e internacional (“fachada democrática”), sendo as acusações de violações negadas de forma superficial e contínua. Em contrapartida, a organização defende que tanto as “regras de disparos” quanto o sistema de responsabilização deveriam cumprir uma função real, adequando-se aos padrões internacionais, ao invés de se constituírem em uma “estratégia de relações públicas” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2005, p. 1-3; 7; 15-17; 50-51). Cabe uma citação mais longa:

No centro do problema está um sistema que confia no próprio testemunho dos soldados como limite para determinar se investigações sérias são justificáveis. Ao invés de iniciar investigações imparciais em tais casos, as FDI confiam nos “balanços operacionais”, “investigações de campo” ou “investigações militares”. As frequentes discrepâncias entre, de um lado, os relatos das FDI sobre mortes e ferimentos de civis e, de outro, evidências médicas, vídeos e testemunhos oculares resulta em partes da prática das FDI de pedirem para seus militares “investigarem” outros militares da mesma unidade ou comando, sem procurar e pesar depoimentos de testemunhas externas. Alegações parciais de soldados são consideradas imediatamente, no melhor dos casos atrasando e no pior encerrando uma investigação rápida e imparcial digna desse nome. Os chamados “balanços operacionais” podem servir a propósitos militares úteis, mas não constituem investigações propícias: são completamente inadequados para determinar se há evidências de uma violação de direitos humanos ou do direito humanitário, e servem como pretexto para sustentar, incorretamente, que uma investigação teve lugar. Outra falha crítica nesse sistema atual é a ausência do envolvimento da

vítima no processo investigativo e o nítido fracasso das FDI solicitarem ou considerarem seriamente testemunhos das vítimas ou de pessoas não vinculadas às FDI como base para checar a confiabilidade dos relatos dos soldados [...] Essa crítica do sistema e de suas falhas não é nada nova [...] O que é novo é o crescente número de mortes e danos a civis que deveria ter, mas não tem as sérias investigações que merece. Todas as mortes e os ferimentos de civis no levante palestino de 1988-1993 foram investigadas, embora a qualidade das investigações tenha sido frequentemente pobre. Com a eclosão dos conflitos em setembro de 2000, as FDI mudaram essa política, afirmando que as mortes de civis nos TPO não mais seriam rotineiramente investigadas, pois a situação estava “aproximando-se de um conflito armado” e as investigações seriam limitadas a “casos excepcionais” [...] Os procedimentos investigativos das FDI nos casos em que civis palestinos nos TPO são vítimas de uso de força letal não são imparciais, consistentes e pontuais [...] as práticas e políticas falhas das FDI têm alimentado um sistema que é incapaz de garantir a responsabilização por abusos graves [...] as dificuldades práticas sem dúvida influenciam alguns casos. Mas elas não explicam a lentidão, inconsistência e parcialidade sistemática que marcam a política das FDI desde setembro de 2000 (HUMAN RIGHTS WATCH, 2005, p. 4-5; 98-99).

A HRW observou que após 2006 Israel deixou de permitir a entrada de seus delegados nos TPO durante operações, submetendo seus representantes a “jogos burocráticos” ao solicitar registro junto ao Ministério das Relações Exteriores, mas não o autorizando, o que dificultaria ainda mais a denúncia e apuração independente dos fatos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014). Na introdução do documento sobre a Chumbo Fundido, a *Breaking the Silence* (2009) afirma com base nos testemunhos compilados que as FDI se furtariam de “[...] assumir responsabilidade pelas graves falhas do sistema de valores e de comando [...] não estamos lidando com falhas de soldados individuais, ao contrário atestam fracassos na aplicação de valores principalmente em um nível sistemático.”. Indivíduos seriam pontualmente responsabilizados como parte de uma tática das FDI de desviar o foco de atenção e para “[...] evitar assumir responsabilidade pelas graves falhas do sistema [...]”. Já o primeiro depoente destaca a discrepância entre, de um lado, os pronunciamentos oficiais das FDI afirmando a moralidade de suas ações e que situações foram investigadas e, de outro, a realidade no campo de operações, as ordens dadas e sua posterior negação.

Considerando o fracasso tanto das autoridades israelenses quanto palestinas em conduzirem inquéritos críveis no passado, tal qual a AI (2009b, p. 3-8), a HRW (2009b) apelou por investigações internacionais independentes e imparciais. Quanto às mortes de civis portando bandeiras brancas, “A relutância do governo de Israel em conduzir investigações sérias continuou mesmo após soldados israelenses, que estiveram lutando na operação Chumbo Fundido, terem feito alegações de ataques das FDI contra civis.”. Conforme a organização, até a publicação de seu relatório, investigações sólidas não

teriam sido conduzidas e testemunhos de soldados vazados para a imprensa foram classificados pelo exército israelense como “boatos” e “exageros”. Oficiais justificaram, sem apresentar evidências, que combatentes utilizavam bandeiras brancas para prevenir ataques enquanto se movimentavam. Na primeira investigação parcial publicada pelas FDI foi considerado que as forças israelenses operaram em conformidade com as leis de guerra, cometendo poucos e pequenos erros operacionais¹¹³. Em contrapartida, a HRW (2009b, p. 1-5) aponta que, no contexto mesmo da operação, diante da crescente pressão internacional por investigações o então primeiro-ministro e altos oficiais afirmaram que seus militares deveriam saber que o Estado iria protegê-los e que estariam a salvo dos tribunais, sendo as denúncias descartadas e os crimes “lavados” pelas investigações oficiais. Ainda durante a operação, outros pronunciamentos também reiteraram a responsabilidade final do Hamas pelos danos e sinalizaram a indisposição em investigar a fundo as ocorrências e o compromisso do governo em auxiliar oficiais que enfrentassem questões legais no exterior, a fim de “tranquilizar” os militares e manter uma “cultura de impunidade entre as tropas”, sinalizando que violações do DIH poderiam ser atribuídas indistintamente ao Hamas (HUMAN RIGHTS WATCH, 2010a, p. 7-16). Cabe citar trechos de dois pronunciamentos do então primeiro-ministro israelense, Ehud Olmert. Se antes da Chumbo Fundido reconheceu que: “[...] um vento maligno de extremismo, ódio, maldade, violência, perda de controle, ilegalidade e desprezo pelas instituições estatais está passando por certas seções do público israelense” (BEINART, 2012, 23; 29), durante a operação afirmou que “Os comandantes e soldados que foram enviados a Gaza precisam saber que eles estarão a salvo de vários tribunais.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2009b, p. 6-8).

A impunidade em Gaza durante a Chumbo Fundido ao invés de excepcional seria a regra, vigente tanto ali quanto na Cisjordânia desde ao menos o início da Segunda Intifada, quando já fora denunciada ao lado das situações de combate a “[...] consistente falta de investigações adequadas sobre mortes e ferimentos de civis resultantes de uso de força letal em contextos de policiamento e aplicação da lei [...]”. Tais constatações foram reiteradas em 2010 pela HRW em um relatório específico, no qual afirmou que enquanto o Hamas, em um primeiro momento, sequer apurou as ocorrências as investigações israelenses continuaram “muito aquém do padrão internacional”, com nenhum dos dois demonstrando predisposição verdadeira para adotar procedimentos eficazes de inquérito e punir eventuais criminosos. Quatro quintos das poucas investigações que as autoridades israelenses supostamente realizaram se

restringiu aos “balanços operacionais”, sendo rara a abertura de indiciamentos, que em sua totalidade falharam em abordar políticas autorizadas pelo alto-escalão civil e militar que possivelmente constituem crimes de guerra, como visar instituições políticas do Hamas e da polícia de Gaza, o uso de civis como escudos-humanos e de artilharia pesada e fósforo branco contra áreas densamente povoadas e regras de engajamento demasiado vagas. Todos os balanços e investigações israelenses foram conduzidos pelos próprios militares, portanto não seriam independentes. Inclusive, durante a operação, pronunciamentos de oficiais já sinalizavam a indisposição em investigar as ocorrências a fim de não criar um problema adicional aos militares em ação. Diante da falha das partes envolvidas em investigar e da prevalência da “impunidade generalizada” (com os governos negando ou transferindo à contraparte a responsabilidade pelas vítimas, condescendendo assim com os atos praticados), o último recurso seria uma abordagem internacional, com o CS-ONU remetendo o caso para o TPI. Inclusive, a HRW menciona uma carta escrita por oito organizações de direitos humanos e humanitários e endereçada à Procuradoria Geral, sublinhando a “lavagem” dos crimes pregressos, que não foram investigados e nem poderiam ser pela Advocacia Militar Geral (AMG), e requerendo inquéritos sérios e independentes (HUMAN RIGHTS WATCH, 2010; 2010a, p. 1-6).

A *Breaking the Silence* (2014?) também faz essa reivindicação, reiterando em 2014 sua constatação referente à Chumbo Fundido: os depoimentos compilados requerem uma “honesta e consistente investigação” sobre a conduta das FDI, contudo tal inquérito só será efetivo e significativo se for conduzido por um órgão externo e independente,

[...] por atores que possam examinar a conduta dos mais altos cargos das instituições políticas e de segurança. Qualquer coisa a menos, como nós vimos em experiências passadas, levará a colocar a responsabilidade pelos atos em escalões menores, então cerceando a capacidade de provocar mudanças fundamentais que possam prevenir uma recorrência da dura realidade que nós testemunhamos no verão de 2014 (BREAKING THE SILENCE, 2014?)

Da mesma forma, diferentes relatórios destacam a ineficácia sistemática da aplicação da lei sobre israelenses que cometem crimes contra palestinos, mantendo uma impunidade generalizada que alimenta o ciclo de violência, e que os órgãos responsáveis pela supervisão das operações militares israelenses não são independentes, como argumentado pelas FDI, portanto não fazem uma revisão judicial adequada dos casos fechados de forma irregular e nem apuram seriamente a responsabilidade dos altos

oficiais no delineamento de ações e operações. Diante da Chumbo Fundido o jornalista Gideon Levy (2010, p. 123-124; 130; 138-148) denunciou o “silêncio dos juristas”, com somente “poucos corajosos” se preocupando com as “assustadoras questões legais da guerra” em contraste com a indiferença da entidade de classe israelense e o alistamento da divisão de direito internacional das FDI, que continuou a “[...] servir seus chefes com zelosa obediência, legitimando cada ato criminoso.”. “Os juristas de Israel estão sempre prontos para manterem o silêncio ou legitimarem qualquer operação militar. O estabelecimento jurídico tem sido alistado – ou, para ser mais preciso, alistou-se ele próprio – e tem sua parcela nas ações.”. Dessa forma, não seriam realizadas investigações criminais sérias de ocorrências graves, sendo as FDI rápidas em afirmar que investigariam. Contudo, tratar-se-iam de “respostas propagandísticas e ridículas”, pois a instituição “[...] não irá investigar nada seriamente.”, sendo as rotineiras transgressões resultado inevitável de ordens dadas e a “[...] continuação natural dos últimos nove anos, quando soldados mataram quase 5.000 palestinos, ao menos a metade civis inocentes e quase 1.000 crianças e jovens.”. A impunidade e ausência de proteção legal seriam a norma: “O *establishment* de segurança faz como lhe apraz: mata, destrói, cerca, barra fundos, declara ordens para fechar lojas e fábricas e permite a construção de mais assentamentos na Cisjordânia” (LEVY, 2010, p. 52).

Ao mesmo tempo em que presta consultoria legal, a AMG tem o dever de investigar as práticas e métodos operacionais que ela própria ajudou a criar ou aprovar. Dessa forma, a relatoria oficial acaba por, repetidamente, referendar a legalidade das ações, garantindo um “selo de legitimidade” (ou mantendo a “fachada democrática”) diante da destruição e do imenso sofrimento provocado em civis, que violam o DIH (;). Assim, ataques contra alvos civis ou contra militantes palestinos, mas gerando efeitos desproporcionais, são legalizados, sem que haja possibilidade de revisão (AMNESTY INTERNATIONAL, 1991a; 2010b; B’TSELEM, 2014; HUMAN RIGHTS WATCH, 2005; UNITED NATIONS. Human Rights Council, 2010; YESH DIN, 2007; 2008; 2011). No máximo, apuram-se erros operacionais, responsabilidades individuais e a adequação das ações às diretrizes oficiais, ficando estas acima da lei – o que justamente permite a continuidade dos métodos empregados por Israel em suas operações militares no novo milênio, que são internacionalmente criticados. É o caso da morte de uma menina de 13 enquanto caminhava perto de uma torre fortificada e foi alvejada: ninguém foi responsabilizado, pois a corte concluiu que os regulamentos de disparos

não foram violados, sequer contestando sua legalidade (AMNESTY INTERNATIONAL, 2006).

Os depoimentos sobre a operação Margem Protetora ouvidos pela Breaking the Silence (2014, p. 91-93; 126-128; 142-143; 157-158; 219-220; 188-190; 180; 36-37) evidenciam a certeza dos militares israelenses de que são imunes à lei. Afirma um que, “Há também momentos nos quais nós dissemos: - Vamos atirar ali, no pior caso eles irão perguntar em que nós atiramos e diremos que foi em um local suspeito, que ele pareceu ameaçador’. Isso ocorreu algumas vezes.”. Um tenente, ao mesmo tempo que assevera a existência de uma lista de alvos que para serem atacados necessitavam de autorização de um comandante assistente aponta para a imprecisão dos ataques retaliativos contra locais de disparo de foguetes. A maior parte destes teria ocorrido de jardins, não ficando claro a qual edificação correspondiam “[...] aquela à direita ou à esquerda [...] Então nós dissemos, ‘Ok, iremos bombardear ambas.’”. Um sargento enfatiza, sobre as instruções de combate, que estavam autorizados a atirar em tudo que julgassem pertinente, sendo a única precaução se assegurar que não atirariam em companheiros das FDI. Ademais, “Desde o princípio eles nos disseram, ‘Atire para matar’, pois não era para ter civis nas áreas designadas, deveriam tê-las evacuado.”. Outro tenente afirmou que cada unidade teria seus truques para empreender ações sem gerar consequências legais, burlando mesmo “áreas de segurança”, que em tese deixariam pouco espaço de ação aos soldados. Vale uma citação mais longa de um dos depoimentos:

[...] de qualquer modo, após entrarmos ninguém realmente se importou com as instruções formais. Isso é o que sabíamos. Todo comandante de tanque sabia, mesmo os simples soldados sabiam, que se algo acabasse por não estar bem, eles poderiam dizer que viram algo suspeito. Eles têm respaldo. Eles nunca serão julgados (BREAKING THE SILENCE, 2014?, p. 91-93).

Considerando a operação Margem Protetora (2014), a HRW também reafirmou a quase total ausência de julgamentos criminais resultantes das investigações das FDI acerca das operações pregressas contra Gaza, o que incluiria crimes praticados por seus membros durante 2008 e 2009 e 2012. Tal situação “[...] deixa pouca razão para esperar um resultado diferente.” relativo à nova rodada do conflito (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013; 2015). Inclusive, durante a operação a AMG foi ampliada para “[...] lidar com a batalha legal esperada para depois dessa guerra.”. Ou seja, os órgãos públicos, tal qual durante a Chumbo Fundido, ao invés de estarem de prontidão para

apurar possíveis crimes de guerra e contra a humanidade praticados por militares israelenses, precaveram-se para defendê-los das esperadas críticas e apurações internacionais (COHEN, 2014). Vale exemplificar a questão da impunidade a partir do testemunho de um sargento das FDI, que narra a execução de um idoso palestino. Estando em uma casa com seu pelotão de reconhecimento, o militar presenciou um soldado em um posto de guarda disparar na perna de um velho que se aproximava. Ao descerem e alertarem a todos que já era suficiente, que não havia motivos para atirar para mata-lo, o depoente teria ouvido contestações e, então, alguém da outra companhia saiu e atirou no ferido novamente:

[...] isso, para mim, foi a última gota. Eu não acho que haja um único garoto em meu pelotão que não tenha ficado chocado. Não que sejamos um bando de esquerdistas, mas, por quê? [...] um dos problemas nessa história é que não houve inquérito sobre isto, ao menos nenhum que eu saiba. Nenhuma palavra foi dita a nós sobre isso depois [...] (BREAKING THE SILENCE, 2014, p. 235-237).

Paralelamente à relatoria da Margem Protetora, em 2014 a AI (2014e, p. 5-6) voltou a abordar especificamente o tema da morte de manifestantes na Cisjordânia, repetindo seus apontamentos feitos desde a Primeira Intifada e exemplificando a partir do testemunho de um palestino de 16 anos, que viu seu amigo ser emboscado por militares durante um protesto e, ao invés de preso, alvejado primeiro nas pernas e depois nas costas com munição letal, não havendo responsabilização jurídica pela morte um ano depois. “Frequentemente, a força usada pelas forças israelenses contra os manifestantes parece ser desnecessária, arbitrária e abusiva.”, saindo-se os perpetradores impunes. Conforme Gideon Levy (2014a), os militares “[...] estavam confiantes que nenhuma acusação recairia sobre eles, não enquanto em Gaza estava ocorrendo quase um massacre [...] Ninguém impediu eles, ninguém os prendeu ou processou.”. A resposta automática do porta-voz das FDI seria “A polícia militar está investigando”, o que “[...] embaralha a vista e oculta até que os arquivos acumulem pó e sejam esquecidos.”. O periodista Mairav Zonszein (2014) também alertou que, “O Estado tem matado manifestantes desarmados e, em seguida, falhado em realizar investigações; tem permitido que os colonos e soldados atuem com impunidade; e tem sistematicamente discriminado cidadãos não judeus.”. Diante disso, a “[...] transição para mirar “um dos seus próprios” não é tão difícil. Agora são os poucos judeus israelenses que falam a linguagem dos direitos humanos que estão marcados como inimigos.”. Embora Chemi

Shalev (2014) ignore a questão da impunidade, também considera essa “transição” das vítimas para os membros do próprio grupo, típica dos fascismos e totalitarismos.

A HRW (2015; 2016) igualmente sugere que tanto em Gaza quanto na Cisjordânia a impunidade continua vigente. Ao comentar o Levante dos Punhais, a organização destacou que oficiais encorajaram um clima permissivo, vigorando uma “cultura da impunidade” com os militares infratores raramente investigados e as investigações internas sendo, “[...] frequentemente, nada mais do que uma farsa.”. Vale lembrar que, onze anos antes, a HRW (2005a) já havia afirmado que “Os militares israelenses fomentaram um clima de impunidade em suas fileiras ao falharem em investigar de forma consistente se soldados mataram ou feriram civis palestinos ilegalmente ou falharam em não protegê-los de danos [...]”. Comentando a execução de forma “aberta e casual” de um palestino rendido por um militar das FDI durante a “Terceira Intifada”, a HRW (2016a) “[...] sugere um perigoso clima de impunidade para crimes de guerra.”. Apesar das FDI afirmarem que estavam investigando, “[...] os militares raramente processam militares implicados em supostos crimes de guerra.”. A organização menciona diferentes pronunciamentos de oficiais sugerindo que palestinos envolvidos em ataques contra israelenses deveriam ser executados, destacando a raridade com que militares envolvidos em mortes são responsabilizados, sendo as investigações internas “[...] frequentemente, nada mais do que uma farsa.”. A questão seria até quando oficiais continuariam a encorajar um clima permissivo para mortes ilegais: “Sem uma transformação completa na cultura da impunidade das FDI, e sem medidas sérias de responsabilização, incluindo comandantes pelas instruções que dão a soldados, nós podemos esperar que tais crimes continuem.”.

Referindo-se à repressão à Terceira Intifada, para Gideon Levy (2015b) “Uma farra de execuções extrajudiciais está tomando conta da terra. Isto é revoltante, bárbaro e ilegal – e é impulsionado pelos aplausos das massas, incitamento da mídia e encorajamento das autoridades.”. Outras reportagens alusivas à “Intifada dos Punhais” também salientam a continuidade da impunidade e das medidas extrajudiciais de repressão (BERCITO, 2016; HAREL, 2016; LEVY, 2015a).

Essa ampla e duradoura vigência da impunidade mencionada pela HRW e AI, em artigos jornalísticos e nos testemunhos reunidos pela Breaking the Silence também denunciada por várias outras organizações, inclusive pelo relatório “Goldstone”. Os depoimentos compilados pela B’Tselem e disponíveis em seu site igualmente revelam as minúcias da vulnerabilidade palestina. Para a organização, a partir da Segunda

Intifada o Estado israelense teria evitado ainda mais responsabilizar legalmente seus agentes e colonos por violações nos TPO, inclusive recorrendo a leis e à definição da situação como de “conflito armado, quase guerra” para tornar a não abertura de investigações criminais a regra com as mortes de palestinos não combatentes nos TPO incluídas quase irrestritamente na categoria de “não investigáveis”, sendo só excepcionalmente apuradas e não mais “automaticamente” (B’TSELEM, 2011). Conforme a B’Tselem (2010, p. 6; 49), essa política “efetivamente garante imunidade aos soldados [...] o exército permite que seus soldados e oficiais violem a lei, encorajando uma atitude de ‘puxar o gatilho feliz’, e mostra profundo desprezo pela vida humana [...] a política estatal garante aos soldados e oficiais imunidade de fato.”. De forma semelhante à HRW (2005), ao comparar a impunidade nas duas intifadas a B’Tselem (2010, p. 13) reconhece “[...] todos os defeitos das investigações de casos de homicídio durante a Primeira Intifada.”. Contudo, afirma que a situação “se tornou infinitamente pior” após a eclosão da Segunda, alimentando uma “cultura da impunidade” entre oficiais e soldados, cientes de que “[...] há pouca chance deles serem responsabilizados mesmo se se desviarem das ordens que receberam e ferirem pessoas inocentes.” (B’TSELEM, 2012). A B’Tselem (2011, p. 13) explica essa impunidade generalizada oriunda da raridade e fracasso das investigações e de julgamentos lenientes a partir de uma política corrente conhecida como “fator Intifada”, que levou em consideração as dificuldades enfrentadas pelos militares israelenses já no contexto do primeiro levante palestino.

Analisando oito anos depois um incidente ocorrido durante a Segunda Intifada, o “Centro Palestino por Direitos Humanos” (2011) - entidade ligada à ONU -, destaca que “A abordagem e a análise da comissão [israelense], e sua recomendação de que nenhum procedimento criminal seja iniciado, ilustram claramente o desejo israelense de proteger da justiça todos os supostos criminosos de guerra.”. Mais adiante, a entidade aponta que, mesmo após oito anos do ataque, “nenhuma investigação criminal efetiva foi conduzida em Israel”. As autoridades judiciais militares “[...] têm abusado da lei, a fim de fornecer uma ilusão de rigor investigativo, enquanto protegem amplamente os acusados da justiça [...] essa institucionalização da impunidade é um componente central e duradouro da política israelense.”, escancarada pela “ausência de investigações genuínas e efetivas”, dentre outras, da Chumbo Fundido. Conforme a ONG palestina, essa “cultura da impunidade” se fundamenta na desclassificação dos autos ou em investigações ou mesmo julgamentos meramente performáticos na maioria dos casos,

mantendo uma fachada de apuração a fim de debelar críticas internas e internacionais. A impunidade abrangeria tanto a não responsabilização dos infratores e a negação mesma da prática dos delitos quanto a condenação de militares por crimes isolados (como furto e vandalismo) ou a aplicação de penas menores, desproporcionais ao agravo, a fim de rebater eventuais críticas. Em seu artigo 1.832, o relatório Goldstone (2009, p. 394) aborda essa cultura da impunidade, mencionada em diversos documentos inclusive relativos à operação Margem Protetora, de 2014:

A Missão conclui que há sérias dúvidas acerca da disposição de Israel a realizar investigações genuínas, de uma forma imparcial, independente, imediata e eficaz, conforme requerido pela lei internacional. A Missão também é da opinião de que o sistema israelense apresenta características inerentemente discriminatórias, que provaram ser muito difícil a busca pela justiça da parte das vítimas palestinas.

Ainda sobre o relatório Goldstone (2009, p. 408), ele é telegráfico ao mencionar a banalização da impunidade: “Os relatos mais graves de violência durante as operações militares recentes não obscurecem o fato de que o conceito de ‘normalidade’ na Faixa de Gaza há tempos tem sido redefinido devido à duradoura situação de abuso e falta de proteção derivada de décadas de ocupação.”. Lembremos que, os depoimentos ouvidos pela B’Tselem e Breaking the Silence referentes à generalização da liberdade de disparo aos militares durante as operações Chumbo Fundido e Margem Protetora também iluminam a vigência dessa ‘normalidade’ dos abusos ou “cultura da impunidade” a partir da precariedade das investigações da DICPM, fundamentadas nos “balanços operacionais”. Justificativas falaciosas para as ocorrências, coordenações de depoimentos entre os militares envolvidos refletem a implicação dos próprios oficiais responsáveis pelos “balanços” na “liberdade de ação” de suas tropas e em suas consequências. Assim, há acordo entre a AI, HRW, Yesh Din, B’Tselem e a Breaking the Silence de que as investigações de supostos crimes de guerra cometidos por militares só serão efetivas se forem conduzidas por um “órgão externo e independente”. Ainda em 2002, um conscrito das FDI afirmou que qualquer um que pudesse ser considerado uma ameaça poderia ser morto e que “[...] ‘ameaça’ é uma noção muito fluida – tão vasta quanto o oceano.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2002b, p. 9).

Em um press release sobre a Chumbo Fundido e em outro publicado poucos meses depois a B’Tselem (2012a; 2012b) criticou o caráter cosmético das investigações oficiais israelenses e a impunidade generalizada. As FDI não conseguiriam defender a posição contrária ao estabelecimento de uma comissão independente de inquérito para

investigar possíveis violações, pois “falharam completamente” em apurar os fatos elas próprias. Não suficiente, “O corpo da Advocacia Militar Geral criou uma névoa em torno delas [investigações], impedindo qualquer possibilidade de examinar sua eficácia.”. Enquanto o Goldstone Report (2009, p. 394) igualmente questionou a disposição israelense de realizar de fato “[...] investigações genuínas, de uma forma imparcial, independente, imediata e eficaz [...]”, a HRW (2009a; 2010a, p. 7-16) destacou que, ao invés de tentar aprimorar as investigações das ocorrências, o primeiro-ministro teria requerido a flexibilização das leis de guerra a fim de permitir maior campo de ação aos militares, estando o alto-escalão imune às investigações, e a inocência de militares fora defendida mesmo antes das supostas investigações serem encerradas.

Ao analisar a operação Pilar Defensivo (contra Gaza, em 2012), a B’Tselem (2013) considerou o relatório oficial publicado pela AMG como “geral e vago”, apresentando explicações superficiais e parciais voltadas a refutar sem comprovar as acusações de crimes de guerra. Comentando a operação “Margem Protetora” (2014), as conclusões da entidade foram as mesmas: não há “[...] atualmente nenhum corpo oficial em Israel capaz de conduzir investigações independentes de suspeitas de violações do direito internacional humanitário.” (B’TSELEM, 2014). Da relatoria da B’Tselem (2012) também é relevante destacar que, a revogação da política de não investigar automaticamente as mortes em situações de “conflito armado quase guerra” ocorreu somente na Cisjordânia, vigorando até hoje em Gaza, onde a impunidade é ainda mais difundida. Mesmo na Cisjordânia, o fim da medida não significou um aprimoramento das investigações, mantendo como regra a impunidade – constatação igualmente feita pela Adalah (2013).

Conforme outra organização não governamental, al-Mezan (2015; 2015a, p. 7), em Gaza o bloqueio impondo rígidas restrições de movimento e a “Amendment nº 8 to the Israeli Torts (State Liability) Law” - aprovada em 2012 como “[...] uma reforma legislativa que institucionaliza a negação do acesso dos palestinos à justiça em Israel.” - consumaram legalmente a impunidade e a manutenção do território como espaço permanente e institucionalizado de exceção legal. Por meio da “Emenda 8” a AMG sinaliza aos militares que não haverá qualquer acusação criminal e as cortes descartam pedidos de indenização.

Em um relatório conjunto do Comitê Público Contra a Tortura em Israel (CPCTI) e do Centro Legal para os Direitos da Minoria Árabe em Israel (ADALAH)

essas organizações comparam a situação dos Territórios Palestinos no tocante ao desrespeito aos direitos humanos e à suspensão da lei a outros “locais sombrios” da “Guerra contra o Terror”, como Guantánamo. Tais espaços seriam “buracos negros legais”, à medida que sistematicamente despem os detentos dos direitos mais básicos e funcionam a partir da “completa suspensão do estado de direito” (PUBLIC COMMITTEE AGAINST TORTURE IN ISRAEL; ADALAH, 2010, p. 1; 46).

Em suma, as conclusões da AI, HRW, Breaking the Silence, B’Tselem, comissões oficiais israelenses (Karp, Shamgar, Sasson) e bibliografia (Shlaim, Zertal e Eldar, Shehadeh e Kuttat) mencionadas até aqui indicam a vigência da impunidade desde o início da ocupação, ou mesmo antes se consideramos a política de “tiro livre” contra infiltrados e as ações da unidade 101. Desde 1968 a AI denuncia em seus anuários os maus-tratos, a tortura e os assassinatos extrajudiciais impunes, estes enfatizados do final dos anos 1980 em diante paralelamente às denúncias de abuso de força letal e de ataques “indiscriminados” e “desproporcionais”. Sintetiza a questão o apontamento da Adalah (2013, p. 11) de que, em seu conjunto, o direito dos palestinos de acionarem legalmente o Estado de Israel só existe em teoria, sendo negado na prática. Para Moara Crivelente (2015), “[...] a impunidade ainda é central para a continuidade da ocupação e do massacre dos palestinos.”. Cabe citar o documento da Adalah e outro da ONG Yesh Din:

Embora a legislação e jurisprudência israelenses garantam os direitos das vítimas palestinas das forças de segurança israelenses de obterem uma solução jurídica nos tribunais israelenses, e não obstante a importância e premência do direito de acesso aos tribunais dentro do sistema de justiça de Israel, o direito de receber um remédio legal é negado na prática, devido aos múltiplos obstáculos colocados pelo Estado de Israel. Tais obstáculos tornam um direito garantido na lei em um direito teórico que não pode ser realizado, e que deixa as vítimas sem recurso legal (ADALAH, 2013, p. 11).

A incompetência exibida pelas agências israelenses de aplicação da lei diante desse tipo de crime [ideológicos], a impunidade dos réus e a ausência de dissuasão levantam sérias dúvidas quanto a Israel estar apto a manter um regime efetivo de aplicação da lei nos territórios que ocupa (YESH DIN, 2015)

Em sua relatoria a Breaking the Silence chega à mesma conclusão:

Casos de abusos de palestinos, pilhagem e destruição de propriedade têm sido a norma ao longo dos anos, mas ainda são explicados como casos extremos e únicos. Nossos testemunhos retratam um quadro diferente, muito mais sombrio, no qual a deterioração de padrões morais encontra expressão no caráter das ordens e nas regras de combate, e é justificada em nome da segurança israelense. Enquanto essa realidade é conhecida de soldados e comandantes israelenses, a sociedade israelense continua a fechar os olhos e a negar aquilo que é feito em seu nome. Soldados dispensados retornando à

vida civil descobrem a lacuna entre a realidade que encontraram nos territórios e o silêncio sobre ela em casa (BREAKING THE SILENCE, s/d).

Em sua revisão periódica e por país, analisando os relatórios emitidos por Israel o Comitê da ONU guardião do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos encampa essa conclusão comum dessas diferentes ONGs, no caso a difundida vigência da impunidade. Afirmar estar preocupado com o fato da “[...] responsabilização por tais atos [infrações cometidas por militares] permanecer frágil.” bem como com a “falta de responsabilização efetiva e proteção” diante dos crimes praticados por colonos contra palestinos e suas propriedades na Cisjordânia e Jerusalém Oriental (UNITED NATIONS. HUMAN RIGHTS COMMITTEE, 2014, p. 3-4).

Tais constatações continuam atuais e são reiteradas em toda a relatoria feita pela Yesh Din (2006; 2008a; 2011a; 2011b) no novo milênio, que tem por objeto específico justamente monitorar a aplicação da lei no cotidiano dos TPO. Afirmar a Yesh Din (2008, p. 65): “A atividade criminosa de civis israelenses contra palestinos nos TO é um fenômeno que tem caracterizado a ocupação israelense nas últimas várias décadas. O desamparo das agências de aplicação da lei contra o fenômeno também não é novo.”. Em 2006, o procurador-geral, Meni Mazuz, chegou a admitir que “[...] as condições da aplicação da lei nos TO não são apenas insatisfatórias, mas muito precárias. E também, como vocês sabem, essa realidade tem estado conosco desde o começo da colonização judaica dos TO até os dias de hoje.”. A passagem na qual a Yesh Din explica o porquê do título de um de seus relatórios ser “Exceções” explicita essa difusão da “suspensão do estado de direito” nos TPO:

O termo “exceções” se tornou sinônimo no discurso israelense de infrações graves cometidas por membros das forças de segurança contra palestinos. Este relatório mostra que seria mais preciso descrever como “exceções” os casos em que militares que cometem tais crimes são investigados, acusados e responsabilizados por suas ações (YESH DIN, 2008a, p. 13).

A análise minuciosa pela Yesh Din do aparato legal vigente nos TPO é esclarecedora da vulnerabilidade palestina oriunda da difundida impunidade. Ao longo de seus relatórios, a organização perscruta a atuação dos diferentes órgãos responsáveis pela manutenção da lei nos TPO, constatando a ineficácia dos procedimentos adotados para aplicar a lei sobre civis e militares israelenses responsáveis por delitos cometidos contra palestinos e suas propriedades. Se oficialmente está em operação um complexo sistema que assegura o “estado de direito”, na prática este apresenta falhas sistemáticas

que mantêm os palestinos e suas propriedades “nus”, expostos à violência de colonos e militares israelenses, vigorando uma situação de “exceção”, cuja continuidade é muito provavelmente fruto de uma decisão política (YESH DIN, 2006; 2008; 2011b; 2013b; 2014a; 2014c; 2015; 2015a). Destacamos duas passagens:

A impotência exibida pelas autoridades israelenses no que diz respeito à aplicação da lei sobre civis israelenses que têm como alvo palestinos é equivalente à colaboração com estes infratores e é fonte de enormes danos para o estado de direito. Sem punição e dissuasão, os infratores sabem que se sairão impunes e deduzem que o Estado está permitindo a eles, ou mesmo os encorajando, a continuar de forma ininterrupta (YESH DIN, 2015a, p. 138-139).

[...] falhas sistemáticas por parte da DICPM e da promotoria militar criam uma situação em que são quase nulas as chances de um crime cometido por um soldado israelense contra um palestino superar com êxito todos os obstáculos envolvidos na apresentação da queixa, na investigação pela DICPM e na tomada de decisão por parte da procuradoria militar, que poderia levar ao indiciamento de um suspeito (YESH DIN, 2011c).

Cabe reproduzir ainda mais duas breves passagens da Yesh Din, que resumem suas constatações quanto à impunidade dos crimes contra palestinos e suas propriedades. Quanto aos militares israelenses,

[...] frequentemente participam ou ficam de braços cruzados durante atos de violência contra palestinos. Por trás dessa indiferença está uma cultura da impunidade generalizada que é mantida pelas diversas autoridades israelenses que operam na Cisjordânia. A maioria dos casos de crimes violentos contra palestinos não apenas fica impune, mas frequentemente é completamente ignorada pelas autoridades [...] Mesmo quando investigações criminais contra militares acusados de tais ofensas são abertas, elas quase sempre falham (YESH DIN, s/d.).

A conclusão que surge de todos esses relatórios é grave: Israel está violando sua obrigação de defender a população civil palestina nos TPO da criminalidade de civis israelenses. Anos se passaram, comitês foram estabelecidos, recomendações foram feitas e governos vieram e foram – enquanto isso o problema de ataques contra palestinos e suas propriedades por israelenses apenas se agravou, tornando-se uma ocorrência diária (YESH DIN, 2006, p. 5).

Conforme a organização, os policiais civis e militares não previnem a ocorrência dos crimes, são indulgentes com os réus, morosos, não se esforçam para localizar os culpados ou para interrogar testemunhos restringindo-se apenas aos israelenses envolvidos, perdem dossiês, confiam exclusivamente em instrumentos ineficazes (“balanços operacionais”) e encerram eventuais investigações de forma aparentemente precipitada, sob a corriqueira alegação de “perpetrador desconhecido”. Se a Yesh Din (2011a, p. 101-102) não ignora dificuldades técnicas, explica a prevalência da impunidade a partir da convivência ou coparticipação de agentes nas violações por motivos ideológicos. A ONG acrescenta às falhas procedimentais nas investigações de

militares e civis infratores e à descrença das vítimas palestinas no sistema judicial vigente nos TPO “[...] a tendência dos militares observarem um ‘código de silêncio’ a fim de protegerem seus camaradas [...]”.

Para a Yesh Din (2015a, p. 138-139), seria nítida a discrepância entre a abordagem policial dos crimes praticados em Israel e nos TO, pois nestes geralmente os réus sequer seriam vistos como criminosos, sendo suas motivações perdoadas senão corroboradas, o que enviaria uma mensagem clara aos agentes policiais: os infratores não são criminosos e ninguém, de fato, quer vê-los levados à justiça. A ineficácia na abordagem de “crimes ideológicos” contra palestinos equivaleria à colaboração ou “negligência criminosa”, pois “Sem punição e dissuasão, os infratores sabem que se sairão impunes e deduzem que o Estado está permitindo a eles, ou mesmo os encorajando, a continuar de forma ininterrupta.”. Ademais, o que seriam “investigações fracassadas”, do ponto de vista dos altos oficiais responsáveis pela polícia militar poderiam constituir um sucesso, à medida que poupariam o Estado de pagar indenizações às vítimas (YESH DIN, 2008a, p. 29-30).

Portanto, na imensa maioria dos crimes praticados por colonos ou militares israelenses contra palestinos, quando as notificações das ocorrências resultam em abertura de investigações pela Divisão de Investigação Criminal da Polícia Militar (DICPM) ou Delegacia de Polícia da Judea e Samaria (DPJS) elas não culminam em indiciamentos devido a falhas sistemáticas na apuração dos fatos, simples negligência ou mesmo perda dos processos com seus autos, o que seria um “problema conhecido e familiar”. Antes mesmo das falhas nos procedimentos investigativos estaria a conivência dos membros das FDI com as violações, ao não impedirem sua ocorrência.

Dessa forma, os raros processos judiciais abertos com base nas investigações da DICPM e da DPJS têm fundamentos vagos e, por sua vez, geralmente são encerrados sem resultar em condenação alguma, que quando excepcionalmente ocorrem são traduzidas em penas brandas e inconsistentes com as acusações iniciais. A conclusão apresentada no relatório “Exceções” (YESH DIN, 2008a) é direta: se o total de investigações abertas já não corresponde ao montante dos delitos praticados, o número de investigações que resulta em indiciamentos é menor ainda, constituindo a condenação a minoria dos desfechos jurídicos e as condenações com penas proporcionais ao crime praticados uma rara exceção, mantendo a cadeia de impunidade. As cortes marciais relutam em condenar militares com penas severas e em alguns casos até os próprios juízes criticaram a leniência das sentenças acordadas entre a promotoria

e a defesa e os procedimentos investigativos da DICPM, sendo seu desfecho mais comum o fechamento prematuro e indevido sob alegação de “falta de evidências” ou “perpetrador desconhecido” (YESH DIN, 2008a). Em “Supostas investigações” a Yesh Din (2011a) aponta que, há 96,5% de chances de uma denúncia registrada ser arquivada pela DICPM sem gerar indiciamento.

No tocante à apuração de casos envolvendo militares israelenses, dentre as inúmeras falhas procedimentais¹¹⁴, a DICPM confia em “balanços operacionais” realizados pela própria unidade do envolvido, que são mecanismos inadequados para propósitos de responsabilização penal, pois facilmente fraudáveis e carentes da independência necessária. Ademais, militares presentes durante o cometimento de infrações por colonos testemunham sem intervir, quando não auxiliam ou participam diretamente das ações contra palestinos e as comissões oficiais e revisões das operações feitas pela AMG carecem da independência necessária para a realização de suas tarefas, mantendo os responsáveis pelo planejamento das ações e as diretrizes operacionais intocáveis. Da mesma forma, paralelamente às situações corriqueiras, as investigações e revisões judiciais das operações contra Gaza ou executadas na Cisjordânia seriam meramente performáticas, referendando o posicionamento estatal quanto à suposta legalidade das ações e mantendo assim a “fachada democrática” enquanto palestinos e suas propriedades estão expostos à violência impune (YESH DIN, 2008; 2008a; 2011; 2011a; 2011c; 2013; 2013a; 2014; 2015b; 2015c).

Quanto aos crimes praticados por civis israelenses (colonos), se os militares são coniventes ou não intervêm, a DPJS, além de déficit de recursos humanos e materiais e da não colaboração de colonos e mesmo de palestinos com seus trabalhos, ao buscar investigar e responsabilizar os criminosos nos TPO fica refém de uma coordenação de atividades com as FDI quase inexistente (com alguns de seus membros inclusive pressionando pela não continuidade ou abertura de investigações), não tendo seus agentes ou predisposição, pois coniventes, ou mesmo condições concretas de investigarem as ocorrências. Seguindo a Yesh Din, agentes são coniventes e não se dispõem a investigar efetivamente, não há coordenação efetiva entre a polícia e o exército, cenas de crimes não são visitadas ou mesmo são deturpadas deliberadamente, dossiês são perdidos ou não transferidos de um órgão a outro, testemunhos cruciais são ignorados, álibis dos réus são admitidos de forma acrítica como verdadeiros sem cruzamento de evidências, consistentes evidências reunidas não levam à abertura de indiciamentos e casos são fechados precipitadamente e sob alegações contestáveis (não

localização dos acusados, falta de evidências ou de interesse público).

Agravando o quadro, dentre outros fatores¹¹⁵, o Departamento de Recursos do Gabinete da Procuradoria de Estado “[...] tende a, indiscriminadamente, aceitar as decisões da polícia e dos procuradores distritais de fechar casos”, coadunando com os erros nos procedimentos investigativos, ignorando evidências e acatando o testemunho dos suspeitos, isto quando eles são localizados, e as decisões originais de encerrar os casos sem aprofundamento (YESH DIN, 2008, p. 9-10). Logo, tampouco o sistema de apelação como meio da vítima contestar as investigações e as decisões judiciais seria eficaz, com seus órgãos carentes de recursos, morosos e complacentes na tramitação dos casos.

Paralelamente à parcialidade das investigações, indiciamentos e dos excepcionais julgamentos de infratores israelenses, mantendo a vigência da impunidade, a Yesh Din (2007, p. 13-14) também analisa o sistema de aplicação da lei sobre palestinos infratores nos TPO, denunciado pela AI desde os anos 1970 e em um relatório específico de 1991. Os processos tramitando nas cortes militares também seriam iníquos dado a impossibilidade de um regime não democrático (governo ou ocupação militar) manter um sistema legal justo. Procedimentos arbitrários culminam em condenações indiscriminadas, massivas e desmedidas de suspeitos, estando a arbitrariedade dos processos generalizada diante da ausência prática dos mecanismos garantidores de ampla defesa (incluindo presunção de inocência) e julgamento justo. Os processos judiciais se caracterizariam por atrasos injustificados nos procedimentos majoritariamente confidenciais e restritos, impedir o acesso da defesa a seus clientes, aceitar como evidência principal confissões extraídas sob maus-tratos e tortura, garantir um sistema amador de tradução, não ter juízes militares independentes nem neutros, abuso de evidências confidenciais e não permitir o acesso do réu e de seus representantes aos indícios coligidos ou mesmo ao conteúdo da acusação formulada, além de um pífio sistema de apelação. Descrentes, os réus preferem em sua imensa maioria assumir culpa e chegar a um acordo judicial, sem exaurir todas as etapas, a correr o risco de com isso receber penas mais rígidas, até como punição. Dados relativos a 2006 apontam que de 9.123 casos concluídos naquele ano apenas em 23 (0,29% do total) os réus foram considerados inteiramente inocentes.

Os acusados levados aos tribunais militares são julgados de acordo com as ordens militares, as versões atuais das quais não estão prontamente disponíveis, por cometerem crimes que vão de uma conversa casual a assassinato premeditado, com base em acusações não escritas na sua língua. As condições de trabalho de seus advogados de defesa tornam consultas com

seus clientes impossíveis e a defesa é realizada principalmente em encontros rápidos com um promotor presente. Nos tribunais militares, como em qualquer sistema operacional sem supervisão externa, a arbitrariedade desempenha um papel central. Os membros da família, que não podem encontrar seus parentes detidos exceto no tribunal, são autorizados a enviar apenas dois representantes à sala do tribunal porque é isso que alguém decidiu, em algum momento; um oficial subalterno tem poder discricionário independente quanto aos limites do direito a um julgamento público [...]; é deixado aos intérpretes decidirem o que traduzir e o que não; um jovem promotor decide o destino de um réu nos próximos vários anos em uma breve conversa de corredor com um advogado de defesa; juízes são nomeados para seus cargos sem a avaliação das suas qualificações por qualquer tipo de padrão além do período de tempo decorrido desde sua certificação como procuradores [...] Os tribunais militares operam no quintal do Estado de Israel – os Territórios Ocupados. Esse sistema judicial constitui um pilar central dos contínuos mecanismos israelenses de ocupação e controle na Cisjordânia [...] À luz do volume de atividade no sistema judicial militar, deduz-se que poucos lares na Cisjordânia têm futuros de alguma forma não vinculados a ele, mas o público israelense, que raramente espreita em seu quintal e abstém-se de investir nele, não demonstra qualquer tipo de interesse por esse sistema (YESH DIN, 2007, p. 164).

Em suma, para a Yesh Din (2008) embora há décadas os diferentes governos saibam que vigora nos TPO a falha sistemática na responsabilização penal de civis e militares israelenses, na prática a situação não somente se manteve intocada como se deteriorou no novo milênio. Muito pouco teria mudado desde a publicação do “Karp Report”, que já em 1982 identificou essa situação, afirmando que ela “[...] reflete um círculo vicioso no qual incidentes não são investigados, com base na ausência de denúncias, e estas não são submetidas dado à ausência de investigação apropriada.”, o que compromete o “estado de direito” (YESH DIN, 2006, p. 5). Em outro relatório a ONG explica a perpetuação da impunidade e da conivência com os crimes como uma opção das FDI ou um “ethos de comando”, limitando-se ela a declarações vazias e infundadas de que investiga e está aprimorando o sistema. Apesar de conflitos pontuais entre militares e colonos, foram as ações dos primeiros (inclusive a tolerância com as infrações dos segundos) que possibilitaram o avanço da colonização, desde 1967, falhando Israel mesmo em manter uma “fachada de legalidade” para as colônias e de vigência do estado de direito e proteção legal dos palestinos (YESH DIN, 2015b, p. 5-6; 9). Em um terceiro relatório, a Yesh Din (2008, p. 31-32) se apropriou das conclusões às quais a procuradora Talia Sasson (que passou a integrar o conselho da organização) chegou enquanto esteve à frente de um departamento que deveria coordenar as ações da polícia e do exército nos TPO, aprimorando a aplicação da lei. A principal dificuldade estaria em sua estrutura conceitual, sendo a polícia e o exército os responsáveis pela tarefa, quando estariam incapacitados ou mesmo indispostos a desempenhá-la por

“motivos ideológicos”. No cerne da questão estaria uma mensagem política difundida nessas corporações e oriunda do alto escalão político e militar de que a colonização cumpriria um importante papel, diante do qual a aplicação da lei era marginal – eis o sistema legal e as forças armadas israelenses ao serviço da lógica étnica do Estado.

Considerando a relatoria da Yesh Din (2011a, p. 102-103, é possível interpretar a não aplicação da lei como uma escolha deliberada, mantendo-se intencionalmente uma estrutura inoperante para cumprir a função de fachada democrática legitimadora do Estado. As dificuldades de aplicar a lei nos TPO “[...] não são obra da natureza, mas resultado de decisões, da falha em alocar recursos suficientes e de fiscalização adequada do trabalho dos investigadores.”. Paralelamente, a ONG palestina al-Mezan (2015a, p. 7) também apontou para a intencionalidade de se manter a impunidade, afirmando que “[...] a falta de recursos internos para as vítimas constitui uma política estratégica de Israel visando sustentar a ocupação dos TPO - cuja manutenção parece exigir ações que violam o direito internacional.”. Impunes, salvo em ocasiões excepcionais, civis e militares continuariam a atuar à margem mesmo das leis arbitrárias da ocupação, estando os palestinos e suas propriedades “nus” ou vulneráveis. Todos esses fatores culminam em uma gritante desproporção entre o número de denúncias recebidas, o número de investigações abertas e o de condenações adequadas. Entretanto, oficialmente e para todos os efeitos, as violações que geram repercussão internacional são adequadamente investigadas assim como as operações de maiores proporções (como contra a Faixa de Gaza), sendo o resultado quase automático a constatação da “legalidade” das ações ou, quando muito, a responsabilização de indivíduos por “desvios individuais” ou o reconhecimento de que foram cometidos erros operacionais “inevitáveis”, sem a responsabilização penal efetiva e proporcional dos envolvidos, que no limite recebem punições lenientes (sendo condenados por tipificações mais brandas ou a meras medidas disciplinares).

Tabela 2 - Relação entre o número de notificações recebidas pela Divisão de Investigação Criminal da Polícia Militar, o número de dossiês abertos e o de indiciamentos de militares israelenses

Ano	Notificações recebidas pela DICPM	Dossiês abertos		Dossiês que resultaram em indiciamentos	
		Total	Percentual das	Total	Percentual em relação às

			“notificações”		notificações
2010	201	143	71%	3	1,49%
2009	415	236	57%	7	1,69%
2008	432	323	75%	19	4,4%
2007	477	351	74%	10	2,1%
2006	323	153	47%	9	2,79%
2005	292	155	53%	5	1,71%
2004	469	189	40%	12	2,56%
2003	236	146	62%	16	6,78%
2002	194	155	80%	23	11,86%
2001	90	82	91%	7	7,78%
2000	21	16	76%	1	4,76%
Total	3.150	1.949	62%	112	3,56%

(Adaptado de: YESH DIN, 2011a, p. 29)

Tabela 3 - Investigações da Delegacia de Polícia de Judea e Samaria de infrações cometidas por civis israelenses, entre 2005 e 2014

Total de investigações abertas na DPJS e concluídas	996 (100%)
Investigações encerradas sem indiciamento	911 (91,5%)
Arquivos perdidos	11 (1,1%)
Indiciamentos realizados	74 (7,4%)
Indiciamentos que terminaram em responsabilização dos réus	33 (3,09%)
Réu responsabilizado, mas não punido	14 (1,31%)
Réu condenado parcialmente (tipologia diferente da acusação)	13 (1,21%)
Réu condenado integralmente	6 (0,56%)

(A tabela foi preenchida a partir dos dados presentes em: YESH DIN, 2015)

Para fins de comparação, a seção brasileira da AI em sua campanha “Jovem Negro Vivo” apontou que, enquanto em 2012 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil, a maioria jovens negros moradores de favelas e periferias urbanas, menos de 8%

dos casos chegaram a ser julgados. Apesar do índice, considerado “alarmante”, o tema seria “[...] em geral tratado com indiferença na agenda pública nacional.” (ANISTIA INTERNACIONAL, s/d). Há outras publicações que permitem comparações entre os TPO e as periferias brasileiras, denotando a prevalência da impunidade em ambos¹¹⁶.

Sobre a impunidade nos TPO, cabe ainda apresentar duas questões constantes na documentação: o papel da ACJ e a relação entre a vulnerabilidade dos corpos e das propriedades palestinas. Quanto ao primeiro tema, a AI mencionou que, embora os palestinos possam recorrer à ACJ contra detenções e restrições administrativas decretadas pelo comandante militar, seria em vão, pois ela raramente reverte as decisões e sancionou o uso dessas categorias, utilizadas de forma desmedida, o que é corroborado pela Yesh Din (2007). No anuário de 1996, a AI destacou como um comitê oficial, formado para incorporar à lei israelense a Convenção da ONU contra Tortura, e a ACJ sancionaram a prática de tortura em Israel. Em outros anuários, a organização critica a censura exercida pela ACJ sobre a divulgação de certos casos e sobre as diretrizes de interrogatório do SGS ou de disparos com armas de fogo. Sobre a atuação da ACJ na Segunda Intifada, a corte referendou a legalidade das demolições praticadas no campo de refugiados de Jenin. Ao apenas demandar a alteração de parcelas ínfimas da rota do Muro da Separação construído na Cisjordânia, a ACJ teria aceitado a possibilidade de confiscar, destruir ou apartar as terras palestinas de seus proprietários, beneficiando os colonos e as anexando a Israel, consentindo com o que, para a AI (2007b), seria um crime internacional de “expulsão forçada”. A ACJ também manteve em 2006 a vigência da “Lei de Cidadania e Entrada em Israel”, que “Efetivamente institucionaliza a discriminação racial baseada em etnicidade ou nacionalidade.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1982; 1994; 1996; 1998; 1999; 2002c; 2006b).

A Yesh Din (2007) observa a limitada capacidade de intervenção da ACJ (restrita a questões administrativas) diante de petições encaminhadas a ela questionando decisões das cortes militares. Até 2011, a corte avalizou a continuidade da política de não investigar automaticamente mortes de civis palestinos (YESH DIN, 2011a) – sendo então suspensa somente na Cisjordânia, e sem culminar em um aprimoramento da proteção dos palestinos -, evidenciando a “retirada da lei” no novo milênio, com a inclusão das medidas de exceção no ordenamento garantindo a impunidade. Foi a definição ambígua de “conflito armado quase guerra” (aventada nos anos 1990, mas aprovada somente no início da Segunda Intifada), que normatizou a substituição de uma abordagem de policiamento por outra de guerra e com ela autorizou essa não abertura

automática de investigações no lugar dos inquéritos meramente protocolares, que de todo modo não deixaram de ser realizados. Assim, fragilizou-se ainda mais a proteção aos palestinos prevista pelo DIH, que na prática já não vigorava (HUMAN RIGHTS WATCH, 1990; 2005).

Ainda sobre o papel da ACJ, a al-Mezan (2015) sublinha sua convivência com a falta de acesso dos palestinos de Gaza aos tribunais situados em Israel, impedindo-os de peticionarem contra o Estado. Conforme a HRW (2005, p. 1-7; 15-17; 50-51), a suprema corte israelense teria indeferido pedidos de investigação com base nas “características únicas das operações ativas”, a fim de não desencorajar os militares em suas ações, e mudanças cosméticas para aplacar as críticas internacionais não teriam mitigado a impunidade de fato prevalecente. Em uma decisão, a ACJ afirmou que investigações de operações de combate deveriam ser excepcionais, conflitando com os compromissos contraídos pelo país diante do DIH e DIDH.

Abordada a relação da ACJ com a impunidade, para finalizar cabe aprofundar o paralelo entre a vulnerabilidade dos corpos e das propriedades palestinas. Assim como os perpetradores de “crimes contra a vida” raramente são responsabilizados, aqueles que cometem “crimes contra a propriedade” também escapam da lei, remetendo ao caráter meramente protocolar das investigações oficiais e à arbitrariedade na escolha das tipificações penais que são apuradas e condenadas conforme denunciado pela Hamoked (1997, p. 89-90), HRW (2005) e al-Mezan (2015a¹¹⁷). Para Zertal e Eldar (2007, p. 434-441) ao passo que o relatório da procuradora Talia Sasson sobre os “postos avançados”¹¹⁸ (2005) reforçou a aparência de legalidade do governo ou sua “fachada democrática” (sendo “um brilhante golpe de relações públicas”), também apontou o óbvio “monumental envolvimento” do Estado de Israel e de suas instituições na criação e manutenção dos postos avançados e “[...] a cultura do engano, dissimulação e evasão de responsabilidade que tem caracterizado esse envolvimento.”. De todo modo, o “Relatório Sasson”, tal qual o Karp, foi “[...] anulado com indiferença, em um piscar de olhos ou desprezado pelos ministros por suas conclusões.”.

Comentando a situação dos “postos avançados”, a AI cita trechos significativos do “Sasson Report”, como “A violação da lei está praticamente institucionalizada.”, não sendo os transgressores indivíduos isolados, mas autoridades estatais, poderes públicos, ministérios, as FDI e conselhos regionais das colônias, “encobertos por um sistema jurídico organizado.”, enviando a mensagem para toda a sociedade de que como a colonização por meio dos postos avançados é uma “atitude sionista”, ainda que ilegal

não será punida (AMNESTY INTERNATIONAL, 2007b, p. 17). Cabe a seguinte questão: Também não seria uma atitude sionista torturar detidos, recorrer a munições letais em situações desnecessárias e atingir deliberadamente alvos civis durante operações militares?

Ainda sobre as violações dos direitos de propriedade nos TPO, em seus anuários e relatórios específicos a AI (2001c; 2007b; 2011; 2012; 2013; 2013b; 2015) destaca a arbitrária e discriminatória restrição dos alvarás de construção, que mantem propriedades palestinas na ilegalidade e passíveis de demolição, como estratégia de provocar o deslocamento populacional, enquanto permite o enraizamento e expansão da colonização¹¹⁹. Inclusive, ao passo que Israel deixou de cooperar com o CDH-ONU após o estabelecimento de um comitê de inquérito para “investigar as implicações” das colônias na vida dos palestinos nos TPO, um comitê governamental concluiu que elas não violam o direito internacional, recomendando inclusive a formalização dos “postos avançados”. Já em seu primeiro relatório, a Yesh Din (2006, p. 81-82) apontou a vulnerabilidade do direito à propriedade nos TPO, sendo elas vandalizadas ou griladas por colonos sem gerar repercussões legais. A vulnerabilidade seria abrangente, violando o direito humanitário que incumbe o Estado ocupante do dever de proteger a população ocupada.

Em casos de disputas de terra na Cisjordânia, a polícia geralmente requer à Administração Civil – órgão das FDI responsável pelo registro de terras na região – que determine o proprietário legítimo com base em documentos apresentados pelo reclamante e nos próprios dados da Administração. Quando a Administração é incapaz de determinar a propriedade, a polícia instrui o requerente a submeter mapas topográficos. O custo de tais mapas, como mencionado, é abusivo e deve ser assumido pelo requerente ao invés da própria Administração Civil. Poucos palestinos podem pagar um topógrafo certificado para fazer um mapa que corresponda aos requisitos da Administração Civil e essa demanda da polícia é, essencialmente, uma maneira infalível de fechar inquéritos em casos nos quais civis israelenses assumiram o controle de terras privadas de palestinos.

Em um relatório escrito quase dez anos depois a Yesh Din (2015b, p. 5-6) aborda novamente a vulnerabilidade das propriedades palestinas:

O relatório sublinha que o “ethos de comando” que tem prevalecido em quase todas as patentes militares desde a concepção da empresa dos assentamentos favorece os interesses das colônias em detrimento do cumprimento das obrigações dos militares como agência responsável pela manutenção da lei e da ordem. Outras agências governamentais e de aplicação da lei também seguem uma abordagem que favorece os interesses das colônias em detrimento do estado de direito. O efeito tem sido crescente caos governamental endêmico na Cisjordânia, caracterizado pela tolerância de atividade ilegal da parte dos colonos e a ilegalidade das próprias colônias, a ponto do estado estar sob o risco de perder o controle sobre áreas propensas a desastres na Cisjordânia.

De um lado a tolerância do Estado com a violência contra palestinos, de outro a coparticipação de diferentes órgãos e agências na “criminosa” grilagem de terras palestinas, feita por meandros deliberadamente obscuros para negar a responsabilidade governamental. Diante disso, a Yesh Din conclui que as colônias são em si incompatíveis com o estado de direito, o que implica na manutenção de toda uma situação de “exceção legal”, que permite sua manutenção e expansão. Vale um citação mais longa:

Permanecer de braços cruzados diante da violência é um aspecto da política de tolerância diante das atividades criminosas de cidadãos israelenses, que se aplica, ademais, a construções ilegais em assentamentos, apropriação criminosa de terra privada palestina e violação de leis ambientais e trabalhistas. Essas práticas tornam o conceito de estado de direito sem sentido na Cisjordânia e prejudicam os direitos dos residentes palestinos, que deveriam gozar do estatuto de pessoas protegidas sob o direito internacional [...] Tolerância com atividades criminosas dos colonos e colônias, e especificamente com incidentes violentos iniciados por colonos, frequentemente com o objetivo de forçar os palestinos para fora de suas terras como passo preliminar para apreendê-las, ocorre obviamente às expensas dos direitos dos palestinos. Essa política de tolerância é um exemplo da extensão que os conceitos de estado de direito, igualdade diante da lei e dever de aplicar a lei sem distinções se tornaram sem sentido sob a ocupação israelense da Cisjordânia [...] Pode ser impossível resolver a dissonância cognitiva entre a injustiça substantiva do empreendimento das colônias - repletas de roubo, desapropriação, discriminação e privação de residentes palestinos da Cisjordânia de suas terras e recursos privados e coletivos - e a tentativa de Israel de normalizar os assentamentos criando a aparência de que o estado de direito existe na Cisjordânia. Independentemente de quão dedicados, inteligentes e éticos os militares possam ser, eles acharão muito difícil suprir a lacuna entre a injustiça que são requeridos a proteger e seu dever fundamental de defender as vítimas dessa mesma injustiça [...] Enquanto procedimentos e ordens permanentes podem ajudar os militares a melhor cumprirem seus deveres como agência mantenedora da lei, eles não podem resolver as missões conflitivas que os soldados são obrigados a desempenhar enquanto a ocupação continuar (YESH DIN, 2015b, p. 5-6; 9; 84-85).

É paradigmático o relatório da Yesh Din (2014b) “Terra sem lei”, no qual questiona a transferência desde os anos 1980 de armas e poderes de polícia e segurança de militares para colonos (“coordenadores civis de segurança” ou CCS) ou pessoas submetidas a eles. Como parte envolvida nos conflitos pela terra ao invés de evitarem o cometimento de delitos e “manterem a ordem”, os colonos tendem à conivência e a abusar dessas prerrogativas (como da definição de “ameaça de segurança”) para atingir fins de expansão territorial, estando sua atuação desregulamentada e sem supervisão efetiva. Tal situação aumentaria ainda mais a vulnerabilidade palestina.

A transferência de poderes de policiamento e aplicação da lei a um grupo de interesse ideológico tem um impacto particularmente pernicioso quando ocorre em um território ocupado, em que os próprios assentamentos foram

estabelecidos em violação flagrante do direito internacional e implicam na usurpação massiva e prolongada de terras. A concessão desses amplos poderes a um grupo de interesse, que aberta e assumidamente rejeita as disposições do direito internacional, é indicativa do caos que caracteriza a atitude oficial de Israel diante da aplicação da lei na Cisjordânia. A Yesh Din acredita que, a atuação dos CCS e dos esquadrões de guarda não só falha na preservação da ordem pública e do estado de direito na Cisjordânia, mas os compromete e enfraquece a capacidade de Israel de cumprir com sua obrigação sob a lei internacional de proteger os palestinos e suas propriedades [...] Então, os coordenadores civis de segurança, aos quais são garantidos poderes de polícia e de aplicação da lei, tornam-se os defensores de núcleos de atividades criminosas: a contínua e cumulativa desapropriação de terras privadas palestinas pelas colônias e postos avançados. Esse conflito de interesses priva ainda mais o conceito de estado de direito na Cisjordânia de qualquer sentido (YESH DIN, 2014b, 6; 38; 46).

3.4. Crítica das fontes

Antes de apresentarmos considerações críticas sobre as fontes, cabe fazer alguns esclarecimentos sobre a própria seleção do material de pesquisa que foi acima resumido. Poderíamos ter realizado uma descrição ainda mais detalhada se houvésssemos considerado todas as fontes disponíveis, sobretudo as comissões e relatorias específicas criadas pela ONU para apurar as violações nos TPO. Contudo, por já estarmos familiarizados com parte significativa dessa documentação, assumimos o risco de averiguar nossas hipóteses com base somente na produção de organizações não governamentais, recorrendo apenas pontualmente à documentação da ONU para comparar com o que foi dito pela relatoria aqui analisada. Permitiu-nos seguir esse encaminhamento não termos identificado contradições significativas entre a produção da ONU e das ONGs, o que teria tornado inevitável a análise de todo o material. Ademais, sequer foi possível apresentar de forma sequencial e resumida o enorme volume de material produzido pelas próprias ONGs aqui analisadas. Essa era a intenção inicial, mas teve que ser abandonada devido às dimensões que a tese foi tomando, inviabilizando sua leitura. De todo modo, boa parte da documentação da ONU se sustenta justamente na produção dessas ONGs (sobretudo nos recorrentes casos em que seus funcionários foram barrados ao tentarem acessar os TPO), que direta ou indiretamente expuseram suas conclusões à Organização. Obviamente que, não ignoramos a riqueza da relatoria produzida pela ONU e seu potencial de reforçar nossas constatações ou mesmo abrir outros campos de investigação. Enfim, tivemos que recortar o objeto e assim o fizemos. Devido ao mesmo propósito, também nos limitamos a uma abordagem muito sintética da relação possível (e que nos parece seminal) entre a vulnerabilidade palestina no tocante a, por um lado, o direito à vida e à liberdade e, por

outro, à propriedade¹²⁰ – tema que pretendemos aprofundar em breve e em outro momento, como fechamento de um ciclo de pesquisas.

Passando à crítica das fontes, a documentação produzida pelas ONGs locais e internacionais tem uma mesma base: o DIDH e o DIH. Partindo desse referencial, as organizações acompanham e relatam diferentes aspectos da ocupação (colônias, liberdade de movimento, direito à vida e à propriedade, condições carcerárias, julgamentos nas cortes militares e de réus israelenses, violência de colonos e militares israelenses, etc.), que constituem objetos específicos narrados a partir de diferentes “locais de fala”. Metodologicamente, os relatórios a AI e HRW foram escritos por comissões criadas, que sempre que permitido se deslocaram para os locais a fim de investigar se fatos específicos violaram dispositivos do DIH e do DIDH, colhendo evidências materiais, ouvindo testemunhos e realizando entrevistas com autoridades, além da análise de dados disponíveis ao público. Já a Yesh Din opera um levantamento sistemático de dados junto a órgãos oficiais, igualmente apelando a oitivas. A Breaking the Silence, que tem uma preocupação mais narrativa e educativa do que legal, restringe-se a ouvir testemunhos de militares israelenses atuantes nos TPO. Independentemente dos caminhos seguidos pelas organizações, ao invés de contraditórias entre si suas conclusões se reforçam mutuamente, estando baseadas em um referencial comum.

O método de análise das fontes que adotamos foi uma leitura integral dos relatórios, comparando se os indícios que levantaram correspondem às constatações que fizeram. Via de regra, as evidências apresentadas em cada relatório foram suficientes para sustentar suas afirmações, não nos parecendo que as organizações tenham chegado a conclusões precipitadas ou superficiais. Ao invés de uma crítica interna minuciosa de cada relatório (o que teria sido impossível dado o enorme volume de material analisado e outros fatores) optamos por uma apresentação geral das principais organizações analisadas e por uma leitura seriada e cruzada dos materiais produzidos, de forma a termos um comparativo seguro para explorar o que realmente nos interessa: os sentidos possíveis dessas violações. Constatamos a convergência das provas reunidas pela AI e HRW, dos dados e inquéritos sistematicamente analisados pela Yesh Din e dos testemunhos compilados pela Breaking the Silence.

Quanto aos relatórios em si, cabe uma crítica à produção das ONGs locais, que é igualmente válida para a AI e a HRW. Via de regra, a agenda mínima dessas organizações é a identificação e a denúncia de violações pontuais e sistemáticas,

abrangendo tanto casos individuais quanto a continuidade da ocupação e da colonização israelense nos TPO como fonte das transgressões diárias aos direitos humanos básicos dos palestinos. Contudo, ainda que muitas organizações israelenses também denunciem a discriminação dos “palestinos de 1948” ou “árabes israelenses” (ou mesmo o fomento de órgãos governamentais à colonização e impunidade), elas não fazem uma análise a fundo das causas das violações de direitos humanos e humanitários em Palestina/Israel relacionando-as ao próprio modelo de Estado nacional, apontando somente a ocupação propriamente dita como causa primeira. Portanto, ignoram que a existência de Estados étnicos provoca a violência contra o(s) outro(s) visto(s) como ameaça, ainda mais em territórios disputados com outros grupos.

Contrariamente a essas constatações limitadas presentes tanto na relatoria internacional quanto local, o guardião do PIDESC - o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais -, comentando o segundo informe remetido por Israel, teceu duras e abrangentes críticas ao país, apresentando uma análise sistemática no 16º parágrafo: “[...] a excessiva insistência de que Israel é um ‘Estado judeu’ fomenta a discriminação e relega aos cidadãos não judeus a condição de cidadãos de segunda classe.”. Mais adiante, acerca dos TPO (19º e 26º parágrafos):

O Comitê segue gravemente preocupado pelas deploráveis condições nas quais vivem os palestinos nos Territórios Ocupados, que devido à continuação da ocupação e às medidas de fechamento, toques de recolher prolongados, controles de estradas e postos de controle sofrem graves restrições no exercício dos direitos econômicos, sociais e culturais reconhecidos no Pacto, especialmente no que tange ao acesso ao trabalho, a terra, ao abastecimento de água, à atenção sanitária, à educação e aos alimentos [...] O Comitê também está gravemente preocupado pela prática constante de expropriação de terras e recursos dos palestinos para propiciar a expansão das colônias israelenses nos Territórios Ocupados (COCONI, 2010, p. 82-84).

Em sentido semelhante segue o arremate de um relatório do Centro Legal para os Direitos da Minoria Árabe em Israel (Adalah), publicado em 1998, que destaca a existência de leis discriminatórias privilegiando os cidadãos judeus em detrimento da minoria palestina de Israel. O documento denuncia que é vedada a participação política de partidos que buscam alterar o caráter judaico do Estado e que a identidade nacional do réu influencia os julgamentos criminais, a tolerância ou não com discursos de ódio, a autorização para o uso de terras públicas, o planejamento urbano e medidas de construção e demolição. À medida que as leis básicas de Israel enfatizam a etnicidade judaica do Estado, os direitos da minoria árabe/palestina careceriam de proteção adequada e seria mantida uma distribuição desigual de recursos públicos. Em síntese,

conforme a Adalah, a discriminação ocorre em quase todos os níveis da sociedade israelense (ADALAH, 1998). Analisando a proposta de orçamento do Estado israelense para o ano de 2009, o Centro Mossawa de Advocacia para Cidadãos Árabes aponta que “Os percentuais dos fundos atribuídos para os árabes são consistente e proporcionalmente menores que sua população.”, afetando a educação e a cultura, além das demais áreas (MOSSAWA CENTER, 2009). Se a etnicidade do Estado afeta os próprios cidadãos “árabes-israelenses” no concernente à aplicação da lei e distribuição de recursos¹²¹, obviamente inviabiliza uma gestão adequada (em conformidade com o DIH) dos “territórios ocupados” desde 1967, até porque ilegal por sua continuidade por tempo indefinido e colonização, que legitimam inclusive a luta armada palestina por autodeterminação (ROOIJ, 2015; DUGARD, 2014).

Como um todo, essa relatoria constitui importante fonte de pesquisa, acumulando indícios da sistematização de certas violações, que ao invés de alegados fatos isolados (desvios individuais, responsabilidade dos próprios palestinos ou erros operacionais) parecem refletir políticas premeditadas. Contudo, as organizações internacionais – possivelmente como meio de reafirmar constantemente sua neutralidade e manter sua “legitimidade” - se limitam à relatoria dos fatos e a recomendações pontuais (as mesmas há décadas), furtando-se de análises gerais e afirmações conclusivas quanto ao sentido das violações. Como exemplo das recomendações, destacamos a AI (1994b; 2013b) afirmando que o governo israelense deve realizar “investigações imediatas e imparciais de alegações de tortura” e de mortes de palestinos ou “deve aceitar a aplicabilidade” do DIDH e do DIH nos TPO ou ainda aprimorar seu sistema de aplicação da lei. Se apresentam fortes indícios da sistematização das violações, às vezes até aventando essa hipótese, esquivam-se de uma crítica sistemática, quando muito se atendo à ocupação, ou mesmo de um balanço de sua própria relatoria.

Assim, ao desconsiderarem o sentido do conjunto das violações ou criticarem como sua origem tão somente a ocupação israelense – o que algumas fizeram quase de imediato a sua fundação, como a Yesh Din, e outras são mais recalcitrantes -, a documentação é limitada, às vezes recaindo em análises que equiparam colonizadores e colonizados (sobretudo a AI e HRW ao descrever as operações contra Gaza). Em contrapartida, em favor das organizações deve-se destacar seu apelo há anos para que o TPI investigue as ações israelenses, o que implica em um reconhecimento (ora explícito ora implícito) da incapacidade do Estado israelense realizar investigações sérias e

independentes e da responsabilidade das altas esferas políticas e militares pelas transgressões do DIDH e DIH. Assim, ao passo que as organizações locais e internacionais realizam um importante trabalho de denúncia e compilação de evidências, que permite fundamentar estudos críticos, por sua limitação também acabam por referendar a continuidade da situação como um todo, atendo-se erroneamente à ocupação como fonte do conflito e fazendo recomendações que caem no vazio ao não refletirem sobre a natureza étnica do Estado.

Especificamente sobre a relatoria das operações militares no novo milênio, as organizações continuam a performativamente demandar que Israel e a resistência palestina deixem de realizar ataques (“indiscriminados” ou “desproporcionais”) e que investiguem possíveis crimes de guerra e contra a humanidade. Atendo-se ao estudo de casos isolados, reforçando suas reivindicações de neutralidade e respeito ao DIDH e DIH e equivalendo os atos da resistência palestina aos da ocupação israelense, as entidades (sobretudo a AI e HRW) se furtam de uma crítica à própria realização e aos objetivos das operações israelenses e palestinas. Assim, em suas análises descontextualizadas ignoram que a continuidade da ocupação, colonização e negação sistemática dos direitos fundamentais dos palestinos é a causa primeira de suas ações de resistência – que, de fato, afetam “não combatentes” -, e que as operações israelenses visam, justamente, manter o status quo – o que por sua vez remete ao direito de populações colonizadas ou vivendo sob “ocupações ilegais” recorrerem à resistência armada para garantir o direito basilar à autodeterminação, como reconhecido pela resolução 3246 da AG-ONU, de 1974. Ademais, possivelmente temendo uma “perda de legitimidade internacional” e críticas das partes envolvidas e de seus aliados - o que já ocorre de qualquer forma, como o relatório da AI (2014a) ter sido descrito pelo porta-voz israelense como “ferramenta propagandística do Hamas” -, organizações que já acumulam uma quantidade suficiente de evidências para chegarem a conclusões mais contundentes não o fazem. Explorando apenas uma margem estreita de crítica que consideram “legítima” e neutra (apontar violações de artigos específicos do DIH), as entidades se limitam a admoestações e recomendações pontuais, que apesar de sugestivas não são inter-relacionadas para oferecer uma compreensão do todo.

Caso paradigmático é o documento da AI (2003b) intitulado “Israel deve cessar sua política de assassinatos”. Nele a organização constata a sistematização de mortes palestinas (oficialmente “combatentes”, mas geralmente fora de situações de combate e com “efeitos colaterais” em civis) pelo aparelho de Estado israelense subvertendo o

estado de direito, violando o direito à vida e mantendo a população desprotegida. Contudo, a AI termina por apenas recomendar que “[...] Israel finalize imediatamente a política e a prática de assassinar palestinos.”, como meio de garantir o direito à vida e o estado de direito. Portanto, sua conclusão está muito aquém de suas constatações, haja vista que a organização reúne evidências que sustentariam a hipótese de estar sendo cometido o crime de perseguição (acusação feita em relatórios da ONU), estando a vigência da lei arbitrariamente suspensa. Se não bastasse o potencial dos apontamentos feitos somente nesse documento para sustentar conclusões mais assertivas, a organização poderia mencionar que denuncia execuções extrajudiciais nos TPO desde o final dos anos 1980, e que dez anos antes, em sua campanha internacional contra as mortes políticas, afirmou que:

Quando as forças de segurança escapam de responsabilização por assassinatos políticos e “desaparecimentos” diários, a impunidade se torna parte da vida da nação. O estado de direito se desintegra [...] centenas de civis palestinos têm sido mortos pelas forças israelenses desde o começo do levante palestino conhecido como Intifada em 1987. Normalmente, as investigações dessas mortes têm sido inadequadas e raramente resultaram em acusações (AMNESTY INTERNATIONAL, 1993a, p. 9; 12).

Portanto, não obstante serem graves e necessárias as denúncias feitas em seus documentos – evidenciado a vulnerabilidade da vida e uma política estatal de assassinatos -, não poderia a AI chegar a conclusões mais condizentes com os próprios indícios que reuniu desde o final dos anos 1960, fazendo jus a seu minucioso trabalho de relatar por décadas as violações ocorridas na Palestina/Israel? Estaria a organização se furtando de realizar interpretações mais adequadas dos fatos para manter uma suposta neutralidade e continuar “recomendando” mudanças pontuais ao governo israelense? Surgem várias outras perguntas, como: Por que a própria organização não faz interpretações mais sólidas e conclusivas após quase 50 anos de relatoria? Faltaria vontade, exorbitaria de sua jurisdição ou o preço seria demasiado alto para ser pago? Fato é que, ao final da Chumbo Fundido e da Margem Protetora tanto as denúncias de crimes de guerra e contra a humanidade quanto os apelos feitos pela AI para que Israel cesse seus ataques “indiscriminados” e “desproporcionais” e que a resistência palestina deixe de recorrer ao disparo de foguetes acabaram por reforçar a narrativa hegemônica da violência como responsabilidade de ambas as partes, ou de Israel como aquele que retalia desproporcional e indiscriminadamente os ataques dos palestinos, que seriam os responsáveis pelo início dos ciclos de violência. Contrapondo-se à definição do

Goldstone Report (2009) e dos relatórios da HRW e AI, Paul de Rooij (2015), John Dugard (2014) e outros consideram os disparos de projéteis a partir de Gaza como manifestação derradeira da centenária luta palestina pela autodeterminação, como princípio basilar e legítimo dos demais direitos humanos. Seriam “atos de resistência” contra uma “ocupação ilegal” e em conformidade com o reconhecido “direito à autodeterminação” por se tratar de uma situação única de “ocupação a distância”.

Em contrapartida, a relatoria mais sistemática da Yesh Din repetidas vezes denuncia explicitamente a impossibilidade do Estado israelense como ocupante manter a vigência da lei e proteger a população dos TPO em consonância com seus deveres diante do DIDH e DIH. Colige indícios suficientes e afirma que a perpetuação da impunidade nos TPO é fruto de uma “decisão política” - sendo garantida seja por ordens tácitas, seja por diretrizes permissivas e ambíguas seja pela manutenção de um sistema de investigação ineficaz ou por uma composição de todos esses elementos, criando uma situação obscura ou “buracos negros legais”, para utilizar o termo do Public Committee Against Torture in Israel e Adalah (2010). Ainda assim, mesmo fazendo essas considerações a partir de várias e sólidas evidências da intencional negligência governamental em proteger a população dos TPO, a Yesh Din segue, reiteradamente, fazendo recomendações ao governo para que promova o estado de direito, cujas lacunas já foram denunciadas pela Comissão Karp, em 1982. Portanto, ao recomendar mudanças, não estaria a Yesh Din (assim como a AI e HRW) legitimando a condição do Estado israelense ao reconhecer que teria capacidade e possibilidade – ainda que remota - de estabelecer a vigência da lei, mesmo quando todos os indícios apontam o contrário, sendo uma escolha manter a lei suspensa sem despertar demasiado clamor público? De todo modo, também a Yesh Din reúne evidências suficientes em sua documentação que permitem conclusões mais sólidas quanto à gravidade da situação, mas não as aponta ainda que apresente comparativamente mais coerência entre evidências e críticas. Contudo, também acaba por reforçar o limitado discurso de outras ONGs locais (como a B’Tselem e Breaking the Silence) quanto à ocupação ser a causa das transgressões.

Como contraponto, um dos melhores exemplos de análise holística da situação dos direitos humanos nos TPO seja o último relatório produzido por Richard Falk, como relator especial designado pela ONU, que também teve seu acesso negado aos TPO a partir de dezembro de 2008, quando chegou a passar uma noite detido. Falk buscou explicar o conjunto da obra e realizar o papel negligenciado pelo TPI de averiguar se Israel comete o crime de apartheid. Seguem suas conclusões:

Manter indefinidamente uma ocupação opressiva contendo muitos elementos punitivos também parece designado a encorajar os residentes a deixarem a Palestina, o que é consistente com os evidentes objetivos anexionistas, colonialistas e de limpeza étnica de Israel [...] O Relator Especial acredita que a linguagem utilizada para considerar as queixas palestinas relacionadas ao direito internacional humanitário e ao direito internacional dos direitos humanos na Palestina precisa refletir as realidades do dia-a-dia e não ficar sujeita a formulações técnicas e eufemismos que mascaram o sofrimento humano resultante de violações. Parece, portanto, apropriado descrever tais imposições ilegais ao povo residente na Cisjordânia como “anexação” e “ambições coloniais” ao invés de ocupação [...] O efeito combinado das medidas destinadas a garantir a segurança dos cidadãos israelenses, facilitar e expandir os assentamentos e, ao que parece, anexar a terra, é *hafrada*, discriminação e opressão sistemática e dominação sobre o povo palestino [...] as violações discutidas no contexto da prolonga ocupação parecem deliberadas, organizadas, institucionalizadas e duradouras (UNITED NATIONS. Human Rights Council, 2014, p. 3-4; 20).

Como um todo, a situação nos TPO demanda não só a continuidade do monitoramento e relatoria, mas o aumento de pressão por ações internacionais efetivas visando proteger de fato a população palestina, dado sua vulnerabilidade há tempos constatada e a evidente e intencional incapacidade do Estado ocupante protegê-la. O seguinte documento é paradigmático: ainda em 1974, após relatar desde 1970 para a Comissão de Direitos Humanos da ONU as violações praticadas nos TPO por Israel, uma comissão especializada, a CEIPI (UNITED NATIONS. General Assembly, 1974), afirmou que não via propósito em fornecer à AG-ONU “[...] mais evidências até e ao menos que ocorram mudanças maiores na situação.”, pois já havia apresentado ao órgão, por intermédio do secretário-geral, “[...] toda a informação necessária e competiria à Assembleia Geral adotar ações apropriadas para remediar a situação dos civis nos Territórios Ocupados.”. Mesmo assim, a CEIPI deu continuidade a sua relatoria, relevante por abranger tanto os direitos civis e políticos quanto os econômicos, sociais e culturais e pelo registro contínuo dos casos. Se, assim como as ONGs, sua relatoria legítima a existência do Estado violador como tal, não deixa de expor o infrator diante da comunidade internacional (o que resultou em várias resoluções críticas da AG-ONU desde os anos 1970).

A evidência mais óbvia da intencionalidade das violações e de seu ocultamento pelo governo israelense são os obstáculos colocados para impedir o acesso de monitores de direitos humanos aos TPO. A própria CEIPI, desde os anos 1970, nunca contou com a colaboração de Israel, assim como outros órgãos e comissões da ONU, como aquelas criadas para apurar as investidas contra Gaza após 2005 (AMNESTY INTERNATIONAL, 2000, p. 2-6). Já no anuário concernente ao ano de 1990, a AI

apontou que o governo recorreu ao decreto de “zona militar fechada” para impedir o acesso de monitores e repórteres a determinadas áreas. A situação se repetiu nos ataques contra Jenin e Nablus em 2002 e contra Gaza em 2009 e 2014. Mais recentemente, enquanto o governo israelense trava uma guerra particular contra as entidades locais tentando inviabilizar sua atuação, organizações internacionais também estão enfrentando dificuldades para monitorar os fatos, como a AI (2014a; 2014b) que em 2014 teve que recorrer a locais para apurar ocorrências relacionadas à Margem Protetora (ASSOCIATION FOR CIVIL RIGHTS IN ISRAEL, 2011; BEINART, 2010, p. 28; D’AMOURS, 2010; FIDH, 2016; HASSON, 2016; LERMAN, 2011; NIV, 2016; SILVER, 2016). Versando sobre a não colaboração israelense com a Missão Goldstone, para o israelense Uri Avnery a “verdadeira resposta” seria “[...] muito simples: eles sabiam muito bem que a missão, qualquer missão, chegaria às conclusões que chegou.” (FINKELSTEIN, 2010, p. 135). Para a AI (2014d) essa situação “[...] cheira a uma tentativa deliberadamente orquestrada de encobrir violações ou se esconder de escrutínio internacional.” – eis a história se repetindo como tragédia e farsa, cujas interpretações passamos a fazer na sequência.

4. Interpretações possíveis das violações de direitos humanos e humanitários

Introduzido o conflito e o contexto das violações de direitos humanos e humanitários e apresentadas as organizações relatoras e as principais passagens de seus documentos, cabe agora interpretar essa relatoria à luz de considerações bibliográficas multidisciplinares mais gerais sobre a barbárie na modernidade¹²² e específicas sobre a situação médio-oriental. Portanto, o presente capítulo apresenta e relaciona à documentação alguns conceitos centrais para a compreensão da situação prevalecente nos TPO. Dado a amplitude dos temas relacionados ao conflito e a infinidade dos autores que escreveram sobre eles, as considerações aqui apresentadas são recortes que auxiliam na compreensão dos objetos principais: objetivos tácitos das operações militares israelenses e a vulnerabilidade da vida palestina. Além de assuntos aqui considerados como secundários, considerações de autores cujas convicções ideológicas comprometem sua objetividade foram relegadas a notas de rodapé¹²³. Dessa forma, no corpo do texto foram exploradas interpretações críticas das narrativas oficiais e hegemônicas da barbárie na Palestina/Israel, ou “contra-história”¹²⁴.

O presente capítulo foi subdividido em blocos conceituais, que inter-relacionam reflexões gerais e específicas, contrapondo-as entre si e com as fontes. A primeira e mais abrangente abordagem emoldura as violações na Palestina/Israel no quadro do mundo contemporâneo, sendo destacadas as relações dos fatos locais com o colonialismo, o nacionalismo e a expansão do sistema capitalista pelo globo. Estes elementos, já introduzidos no primeiro capítulo, constituem a base das “etnocracias”, conceito cunhado por Oren Yiftachel que pensa a interação dessas forças na constituição de Estados étnicos em territórios disputados. Pensar no Estado israelense como uma etnocracia permite contextualizar e interpretar as fontes, compreendendo o papel das ONGs. A conceituação do geógrafo israelense ainda serve de ponte para pensar a especificidade local de tendências globais, como a *vida nua*, e como modelo comparativo capaz de articular considerações de diferentes autores.

A segunda subdivisão ou bloco contempla a duradoura vulnerabilidade dos palestinos exposta nas fontes, partindo das reflexões generalizantes de Giorgio Agamben e de outros acerca da retirada impune da vida e da exceção legal na modernidade. Na sequência, são apresentadas interpretações distintas e específicas

acerca das relações entre a ocupação israelense e o sistema e a exceção legal para, posteriormente, abordar a questão das colônias e dos postos avançados, tecendo paralelos entre a vulnerabilidade do direito à vida e à propriedade dos palestinos vivendo sob ocupação. Esse segundo bloco é finalizado com uma apresentação crítica das considerações de Neve Gordon e Lisa Hajjar, o primeiro recortando duas grandes políticas ou “paradigmas” da ocupação e a segunda, de forma semelhante, enfatizando a retirada da lei e vigência da exceção legal no novo milênio em contraposição à anterior judicialização da ocupação e repressão. A abordagem separada de Gordon e Hajjar se justifica justamente pela crítica que é feita a suas considerações a partir dos relatórios e da bibliografia.

Por fim, o terceiro subcapítulo aborda as violações do DIH e DIDH corriqueiramente cometidas nos TPO, sobretudo no contexto das operações militares, buscando compreendê-las a partir da definição de “terrorismo de Estado”, pensando a consolidada doutrina israelense da “muralha de ferro” como uma de suas variantes. De forma complementar, introduz-se a possibilidade de pensar os eventos do novo milênio, sobretudo em Gaza, como uma “prática social genocida” (Daniel Feierstein).

4.1. Colonialismo, nacionalismo e capitalismo e a etnocracia israelense

Colonialismo, nacionalismo e capitalismo são três conceitos centrais também para a compreensão do conflito e das violações de direitos na Palestina/Israel. São três “forças históricas” formadoras da “etnocracia” israelense, que é a principal chave teórica para a interpretação da especificidade local.

4.1.1. Nacionalismo

Diferentemente da suposta atemporalidade afirmada pelos próprios movimentos nacionalistas, as nações e o nacionalismo em seu sentido moderno datam do século XVIII, sendo construções identitárias coletivas recentes, narrativas políticas seletivas e não grupos pré-existentes, a-históricos. Nas palavras de Hobsbawm (s/d, p. 13-19) seriam “[...] entidades historicamente novas, emergentes, mutáveis e, ainda hoje, longe de serem universais em um quadro de referência dotado de permanência e universalidade [...] excepcionalmente convenientes para propósitos propagandísticos e programáticos [...]”. Dessa forma, dialogando com Ernest Gellner e outros, Hobsbawm

define o nacionalismo como constructo humano, uma forma possível de identificação dos grupos, uma ideologia que reivindica não só a pré-existência de uma nação como tal, mas também que à unidade nacional (nação) deve corresponder uma unidade política. A nação e o nacionalismo configuram, portanto, não uma “entidade social originária ou imutável”, mas uma forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação, sendo este “[...] elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações.”. Nessa lógica, “As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto.”, sendo constituídas tanto a partir de cima (do alto, do Estado), quanto de baixo (a partir das aspirações, esperanças e interesses coletivos das pessoas, representados por movimentos nacionalistas).

Anthony Giddens (2008, p. 230-233) propõe uma síntese de diferentes teorias acerca do nacionalismo, identificando sua relação com a expansão global do capitalismo e com a decorrente desestruturação dos vínculos sociais e representações tradicionais, que levaram a reformulações identitárias. Apresentar-se-ia o nacionalismo como alternativa à modernidade e aos valores imbuídos nas relações capitalistas/imperialistas (“nacionalismo oposicionista”). Paralelamente, tal qual Hobsbawm, Giddens também considera o nacionalismo como uma nova estratégia de controle vinculada à soberania, cidadania e ao surgimento do Estado moderno (“Estado-nacional”), avançando interesses de classes específicas e legitimando a nova forma de controle/vigilância/governo. Outras teorias mencionadas por Giddens contemplam os vínculos dos nacionalismos com a industrialização, com demandas ideológicas para a manutenção do domínio de classe e com necessidades psicológicas articuladas a um sentimento de pertença que é suprido por meio da idealização da nação, terra natal e seus símbolos, todos eivados de historicidade (“identidade ancorada com segurança no passado”). Elementos comuns aos nacionalismos seriam: a busca de uma solidariedade fundada na posse da “terra-natal” (espécie de territorialidade), a delimitação de uma comunidade de pertença ancorada em diferentes elementos arbitrariamente selecionados e a realização de uma suposta missão histórica, que também é política (podendo ser um Estado-nacional chauvinista ou mais aberto, a depender do peso do discurso nacionalista e do enraizamento dos ideais de soberania e cidadania).

Pensando na Palestina/Israel a partir da tríade colonialismo-capitalismo-nacionalismo, o sionismo se configura como uma mescla de movimento nacionalista do leste europeu e versão derradeira de colonialismo e orientalismo (KLEIN, 2010, p. 9; SAID, 1992), inicialmente cumprindo uma função de linha auxiliar do capital britânico

ao garantir a expansão de sua presença na região¹²⁵. Já o movimento nacional palestino¹²⁶, surgido no contexto e em oposição à expansão do imperialismo e colonialismo, pode ser aproximado dos nacionalismos “oposicionistas” (ou “periféricos”), formados a partir da apropriação dessa ideologia moderna como forma de autodefinição e resistência anticolonial.

Mark Suzman (1999, p. 93) insere o conflito na Palestina/Israel entre os diversos choques decorrentes da difusão dos movimentos etno-nacionais, sobretudo em regiões co-habitadas por dois ou mais grupos étnicos onde cada qual reivindica identidade e propriedade exclusiva de sua terra-natal que deve sediar uma unidade política homogênea (Estado-nação). As disputas etnonacionais são nutridas por discursos religiosos e/ou nacionalistas laicos, que com frequência culminam em campanhas violentas voltadas à construção ou manutenção de um Estado-nação, geralmente embasado em uma etnicidade exclusivista. Esses conflitos conjugam questões materiais (recursos), culturais e simbólicas (língua, denominação dos locais, narrativa oficial). Na Palestina/Israel o choque de nacionalismos se perpetua, à medida que o fulcro do sionismo – a reivindicação do direito dos judeus constituírem um Estado em sua “terra-natal” - se choca diretamente com uma demanda igual, mas em sentido oposto, do povo palestino, que já durante a chegada dos primeiros sionistas alimentava sentimentos nacionais próprios. Essas demandas nacionais opostas foram incompatíveis e excludentes desde o começo, estando uma associada ao colonialismo e fundamentada na rejeição do outro e em uma terra-natal narrada nas escrituras sagradas judaico-cristãs e a outra se caracterizando como resistência anticolonial e anti-imperialista face à expansão desse outro e da presença colonial como um todo - reflexo do “sistema mundo moderno” (WALLERSTEIN, 2007) -, com todas suas implicações negativas para o “outro não europeu”.

Também segundo o geógrafo israelense Oren Yiftachel (2006, p. 57-61) no cerne dos embates está o projeto sionista, encampado pelo Estado israelense, de “judaização” do território e a resistência gerada por ele. Seria o sionismo um “colonialismo de sobrevivência étnica”. Em sentido semelhante, Nur Masalha (2000) enfatiza a centralidade das duradouras ambições expansionistas do sionismo, inclusive trabalhista, situando no coração do conflito questões vinculadas a “terra, território, demografia e água”, sendo a luta contra os nativos guiada pelo desejo de “mais terra, mais território e menos árabes” e pela concentração dos judeus na Palestina, “redenção da terra” e estabelecimento de um “Estado étnico para os judeus” fundamentado no

Velho Testamento e no mito da “*terra nullius*” (terra supostamente vazia, apta à conquista). Inclusive, a expansão territorial oriunda da Guerra dos Seis Dias se inseriria no duradouro e difundido projeto do Grande Israel, que foi revivido juntamente com as propostas de limpeza étnica e com o messianismo judaico após breve intervalo marcado pela retirada forçada do Sinai em meados dos anos 1950. Assim, Gaza e Cisjordânia são antigas obsessões das correntes sionistas, não obstante o problema demográfico e a objeção da comunidade internacional a sua anexação. Conforme Yiftachel e Yaconi (2003, p. 689-690), a territorialização ou judaização verificada nos TPO é a continuidade do processo iniciado em 1948 dentro das fronteiras sugeridas pela Resolução 181 da AG-ONU para constituírem o Estado judeu.

Assim como Suzman (1999), Yiftachel e Nur Masalha também reconhecem a primazia das disputas nacionalistas pelo território na Palestina/Israel, mas estão mais atentos à desproporcionalidade entre as partes, haja vista que o sionismo conseguiu consolidar e se vale de um aparato estatal moderno. De todo modo, a oposição irreconciliável entre os sionismos e os nacionalismos árabes esteve presente desde o início de mais essa empresa colonial/nacional europeia, aprofundando-se durante o Mandato Britânico, que encampou a Declaração Balfour em sua Constituição, alargando o fosso entre sionistas e árabes-palestinos. A criação do Estado de Israel a partir do deslocamento massivo de centenas de milhares de palestinos como refugiados desapropriados (cujo retorno é constantemente negado, a despeito da resolução 194 da AG-ONU), o envolvimento dos países vizinhos e das superpotências no conflito e a colonização dos TPO dificultaram ainda mais a resolução do impasse. Afinal, tal qual os demais nacionalismos a versão sionista apresenta critérios bem claros de inclusão e exclusão da comunidade política imaginada, estando em seu cerne a origem judaica. Assim, os “árabes israelenses” ou “palestinos de 1948”¹²⁷, minoria em Israel, embora tenham direitos e sejam considerados cidadãos, não se enquadram na definição de “nação judaica” proposta. Estão, tal qual os palestinos de Gaza e da Cisjordânia e aqueles vivendo no exílio, excluídos da coletividade idealizada e não se sentem representados pelos símbolos e ritos do Estado. Baseadas nessa perspectiva identitária e na radicalização da violência intercomunitária no novo milênio, as propostas mais comuns em Israel para a “questão palestina” ainda são a manutenção de zonas de autonomia árabe dentro das fronteiras expandidas de Israel, o plano de partilha ou a transferência populacional (PAPPE, 2008; SHELEF, 2010).

Embora no caso médio-oriental não tenha havido um genocídio propriamente

dito (no máximo massacres genocidas, como em Sabra e Chatila e na Faixa de Gaza, em 2008-2009 e 2014), a experiência sionista pode ser aproximada da nazista, ruandesa e iugoslava pelo objetivo comum de criação de Estados étnicos ou raciais puros e perfeitos. Seja por sua suposta inferioridade racial, retardo cultural ou pertença a um grupo “desprezível e traiçoeiro”, ou ainda por objetivos mais pragmáticos de criar um Estado étnico, nas diferentes circunstâncias houve violência política e eliminação ou redução do grupo rival, fundado no narcisismo etno-nacional. Se Yosef Gorny (1987) omite a circulação entre os sionistas da ideia de “transferir” os palestinos, tanto Nur Masalha (2008) quanto Ilan Pappé (2008) rastreiam esse projeto nos fundadores do movimento sionista, como o próprio Herzl. Portanto, paralelamente a propostas de integração assimétrica dos nativos na “cultura superior” trazida pelos sionistas, com o “progresso” compensando a perda da independência, foram formulados discursos mais radicais e segregacionistas, propondo publicamente a expulsão populacional, como Yosef Klausner e Avshalom Feinberg.

Conforme Yakov Rabkin (2009, p. 171-174-180-181), até hoje circulam abertamente soluções extremistas para resolver a questão palestina como uma nova limpeza étnica (eufemisticamente chamada de “transferência populacional”), sendo seus representantes membros de correntes sionistas ultranacionalistas laicas e religiosas. Pappé (2008), Masalha (2008, p. 198-200), Abunimah (2006, p. 94-103) e Yiftachel (2006, p. 184-185) também destacam que, após a *Nakba* a ideia de “transferência populacional” ao invés de desaparecer perdurou, ganhando força a partir da Guerra de 1967 e, mais especificamente, da deflagração da Segunda Intifada em diante como alternativa para resolver a antiga “questão demográfica árabe”, sendo atualmente discutida abertamente. Inclusive, tal qual o partido Moledet outrora, a limpeza étnica continua a figurar no programa de agremiações partidárias como “transferência” e tem amplo apoio no seio da população judaica (ADERET, 2016). “Discussões sobre a expulsão de todos os palestinos da Cisjordânia são travadas por amplas parcelas da sociedade israelense e alcançaram os mais altos níveis políticos.” (MEYER, 2007, p. 45). Abunimah (2006, p. 94-103) aponta várias manifestações contemporâneas dessa solução radical juntamente com propostas genocidas de controle da natalidade palestina diante do “perigo demográfico”¹²⁸. Para Said (1992), sabedores da milenar presença palestina, a limpeza étnica seria um corolário ora oculto ora público do sionismo desde seus primórdios, sendo perpetrada em larga escala em 1948. A percepção dos autóctones pelos segmentos mais extremados do sionismo religioso¹²⁹ é ainda mais

abissal, pois as fronteiras étnicas estão demarcadas de forma rígida e imutável a partir de referências aos textos sagrados, sendo os judeus o “povo eleito” e sagrado, detentor de um direito divino a terra de Israel, e os palestinos descendentes do selvagem Ismael e das tribos narradas nas escrituras religiosas. Tais visões extremadas têm ecos atuais tanto nas pregações racistas de Avigdor Lieberman e de outras lideranças israelenses, laicas e religiosas, quanto no alto índice de israelenses favoráveis à transferência dos árabes de Israel (ARAB ASSOCIATION FOR HUMANS RIGHTS, 2006). Essas reflexões encontram lastro no relatório de Richard Falk, como relator especial designado pelo CDH-ONU, que associa as violações de DIH e DIDH aos “objetivos anexionistas, colonialistas e de limpeza étnica de Israel.” (UNITED NATIONS. Human Rights Council, 2014, p. 3-4; 20).

Na visão de Oren Yiftachel (2006, p. 60) e Ilan Pappé - ambos judeus, professores universitários e israelenses (o segundo renunciou sua cidadania recentemente) -, as consequências do exclusivismo étnico sionista não poderiam ser diferentes das experiências similares. Para Yiftachel, desde os primórdios do século XX as relações entre árabes e judeus têm como eixo o projeto de “judaização” da Palestina e a imagem “eticamente pura” do Estado judeu esteve na origem da expulsão de mais de 700.000 palestinos e na destruição de centenas de vilas, em 1948: “[...] controle étnico sobre o espaço e a 'purificação' deste se tornaram o objetivo central, sustentado por fortes sentimentos de missão histórica e justiça.”. Pappé (2008, p. 260-261) segue na mesma linha, sendo ainda mais enfático no papel do exclusivismo sionista na perpetuação do conflito:

Nem palestinos e nem judeus estarão a salvo, um do outro ou deles mesmos, se a ideologia que ainda conduz a política israelense em relação aos palestinos não for corretamente identificada. O problema com Israel nunca foi sua “judeidade” - o judaísmo tem muitas faces e várias delas provêm uma base sólida para paz e coexistência. Ao invés, é seu caráter étnico sionista. O sionismo não tem as mesmas margens de pluralismo que o judaísmo oferece, especialmente para os palestinos. Eles não podem nunca ser parte do Estado e do espaço sionista, e continuarão lutando.

Cabe um parêntese: foi justamente em resposta a essa inevitabilidade da resistência palestina diante do projeto colonial sionista, assumida ainda nos anos 1920 por Zeev Jabotinsky, que foi formulada por ele a doutrina da Muralha de Ferro, que analisaremos mais adiante por ajudar a compreender as violações denunciadas nos relatórios. Ainda considerando a influência do nacionalismo no caso palestino/israelense, a pureza étnica idealizada para os Estados-nacionais foi o embasamento da recomendação da partilha do território do Mandato Britânico da

Palestina pela resolução 181 AG-ONU, que só pode ser consumada com a expulsão de cerca da metade da população da parcela então designada para constituir o “Estado judeu”, haja vista que era palestina e assim inviabilizaria o caráter judaico do novo Estado. Para André Gattaz (2003, p. 137), nos territórios que integraram o Estado judeu entre 1948 e 1967 o destino da população nativa continuou a ser definido por políticas de “transferência” e discriminação, sendo adotada uma linha de “intimidação, através do terror”. Dentre as formas de perseguição e discriminação o autor destaca a restrição da liberdade de movimentação e expressão; a vigência de um governo militar até 1966; o desenraizamento de árvores frutíferas; a expropriação de terras; a destruição e profanação de locais sagrados; o despovoamento e destruição de pequenas cidades e vilas; e a ratificação de leis e regulamentações discriminatórias, como as “leis de Nacionalidade e de Terra”, que negaram aos árabes os mesmos direitos e privilégios dos cidadãos judeus. Até hoje, é essa imagem idealizada de “cidade perfeita” que motiva considerável parcela da sociedade israelense a defender publicamente a “transferência” dos “árabes-israelenses” ou “palestinos de 1948” remanescentes.

Com base nas considerações do geógrafo árabe-israelense Ghazi-Walid Falah, Lisa Taraki (2008, p. 6-20) afirma que nos TPO a estratégia política e militar israelense desde 2000 daria continuidade à “demolição e estrangulamento espacial” ou “enclavização do espaço”, implementada como instrumento de “expansão espacial e controle” desde 1967, a fim de desmembrar o espaço palestino remanescente e neutralizar seu ímpeto de resistir por meio da precarização econômica, política e social. Leila Farsakh (2005) aponta que o conjunto de dispositivos de controle e expansão espacial israelense levou à criação de “reservas populacionais palestinas” não contíguas, mais próximas de “bantustãos” do que de “cantões”. Yiftachel (2006) fala em “apartheid gradativo” e interpreta a “judaização” dos TPO como continuidade das primeiras ações sionistas e das medidas implementadas desde a fundação de Israel como Estado judeu. É nesse sentido que podemos compreender a denúncia formulada por Talia Sasson, e reverberada em relatórios da Yesh Din (2006; 2014b; 2015b) e AI (2001c; 2007b; 2013b; 2015), quanto ao “monumental envolvimento” do Estado de Israel e de suas instituições na criação e manutenção das colônias e postos avançados, provocando o deslocamento espacial dos palestinos e a “judaização” do espaço.

4.1.2. Colonialismo e capitalismo

Devido à centralidade do caráter étnico-nacional na perpetuação do conflito, algumas interpretações caem no erro de o reduzir metaforicamente a um mero choque de nacionalismos de “soma zero”, onde o ganho de um representa a perda de outro. Contudo, contextualizando-o em um recorte de longa duração, é indispensável considerar, além do ingrediente nacional, a consolidação do racismo, colonialismo e orientalismo no século XIX, afinal estes embasaram a representação dos autóctones árabes pelos imigrantes judeus e a forma como os últimos planejaram e viabilizaram a construção do “Estado judeu”, não obstante as marcantes diferenças entre as correntes sionistas e a resistência dos nativos. Como mais uma manifestação nacionalista europeia, mas cuja “terra natal” reivindicada se situa em um território “extra-europeu”, o sionismo não pode ser compreendido separadamente dessas categorias. Ademais, dado que seu projeto etnonacional foi consumado com a criação de Israel como “Estado judeu”, precisaremos ainda considerar o papel desempenhado por suas instituições no prosseguimento de seu projeto nacional/colonial no território disputado. Assim, após abordar logo na sequência a questão do colonialismo/orientalismo e sua relação com o conflito, apresentaremos uma chave interpretativa sintética e mais adequada (Israel como uma “etnocracia”), que contempla a especificidade local conjugando nacionalismo, capitalismo e colonialismo.

As reflexões de Edward Said e de outros acerca do colonialismo e de suas consequências configuram o campo dos estudos “pós-coloniais”, basilar para o entendimento do conflito, das violações de direitos como um todo e da longa convivência da comunidade internacional com as práticas de Israel, que mais recentemente tem privado muitos palestinos inclusive do mais fundamental de todos os direitos, o direito à vida, ao atacar civis ou manter uma impunidade sistemática. Autores como Boaventura de Sousa Santos vêm se esforçando nas últimas décadas para suprimir em sua totalidade os efeitos deletérios produzidos pelo colonialismo e pela modernidade impostos aos demais povos. Nas palavras de Boaventura Santos (2010, p. 19), “O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu a uma supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados.”¹³⁰.

Em linhas gerais, o devir do *outro* não europeu é ser colonizado por ser inferior, estando a alma dos selvagens vazia (*anima nullius*) de civilização assim como seu território (*terra nullius*), sendo receptáculos a serem preenchidos. Logo, se seu território

pode ser invadido e ocupado sua alma ou corpo podem ser subjugados e domesticados, ou exterminados. Nega-se assim a soberania, igualdade e autonomia como princípios da modernidade como “novo diagrama de poder”. Historicamente, esse processo teve início quando as potências da Europa Ocidental assumiram a missão e se arrogaram o direito (interpretado como dever) de intervir na barbárie para civilizá-la. Em palavras menos narcisistas, foi empreendido um amplo projeto de espoliar e homogeneizar o mundo, ampliando mercados, conquistando fontes de matérias-primas e obliterando diferenças culturais. As diversidades epistemológicas, culturais e políticas dos povos foram suprimidas, ao serem reduzidas a uma mera diferença de lugar ocupado na escala evolutiva linear da humanidade. Enquanto os europeus estariam no estágio mais avançado – mas, vale dizer, nem todos, haja vista o atraso dos povos mediterrânicos – os demais povos seriam desumanizados ou tidos como representantes vivos de seus estágios passados, sendo a África e os africanos o ponto pretérito mais remoto¹³¹.

Essa discriminação impactou negativamente os colonizados, implicando na “perda de uma autorreferência genuína”, gnoseológica e ontológica. Para Anibal Quijano (2010), tal processo é inseparável da expansão global do capitalismo, constituindo-se as narrativas orientalistas ou colonialistas em ideologias legitimadoras, que inclusive criam “novas identidades societais da colonialidade” (definições como “índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços”) e novas identidades geoculturais do colonialismo, como “América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente (as suas últimas, mais tarde, Ásia), Ocidente ou Europa (Europa Ocidental, depois).”¹³². Assim, fora forjado um novo padrão de dominação e exploração, articulando raça e capitalismo na criação e expansão da rota comercial atlântica. A isso Quijano chama de colonialidade de poder - “[...] modelo de poder especificamente moderno que interliga formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção do conhecimento.”¹³³. Os vínculos entre colonialismo, capitalismo e modernidade também são identificados por Enrique Dussel (2010), para quem o século XVI é ignorado pela filosofia moderna centroeuropeia, ainda que esteja na gênese da modernidade, como observável na “disputa atlântica” entre Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de Las Casas sobre o estatuto ontológico dos “índios” ou “canibais”¹³⁴. No XVI se encontraria a fundamentação da práxis de dominação colonial transoceânica – “colonialidade” -, que é simultânea à própria origem da modernidade. Seguindo os apontamentos de Nelson Maldonado Torres (2010, p. 396-438) enquanto a modernidade configura a dimensão temporal, a relação imperial/colonial marca o espaço e o expansionismo colonial,

associado ao controle de terras e recursos, com a conquista das Américas originando um novo modelo de poder e uma “nova maneira de classificar os povos de todo o mundo” (portanto, provocando uma profunda mudança na concepção dos grupos humanos e do espaço). A primeira implica a colonização do tempo pelos europeus (criação de estágios históricos) e a segunda a do espaço, estando esse discurso fundado em uma perspectiva “universalista” e no mito difusionista do território vazio (*terra nullius*), passível de colonização, tal qual a Palestina “desimpedida” narrada pelos primeiros sionistas.

Michel Foucault (1999, p. 306-307) pensa nesse processo a partir da apropriação, ainda no século XIX, pelas ciências humanas e sociais da teoria darwinista da vida como luta pela sobrevivência, prevalecendo os mais aptos em um processo evolucionário e seletivo. Tal apropriação se deu quase simultaneamente ao surgimento do darwinismo e serviu para fundamentar reflexões acerca da espécie humana, que assim foi dividida em raças com maior ou menor capacidade de sobreviver a depender da “gradação de cultura” desenvolvida, sendo a capacidade de controle da natureza o critério. Nesta perspectiva, no patamar mais alto da cadeia evolutiva estariam os europeus – especialmente da Europa central e do norte –, logo interpretados com “ocidentais” em oposição ao mundo extraeuropeu ou “oriental”. Adaptadas às ciências humanas e ao discurso político, as proposições evolucionistas levaram a uma naturalização das relações sociais e interétnicas assimétricas e à relativização da igualdade formal liberal nas sociedades modernas, legitimando a discriminação, a desigualdade e os privilégios da parcela superior da humanidade em relação aos demais componentes, que para seu próprio bem e desenvolvimento deveriam permitir a tutela europeia/ocidental (“fardo do homem branco”). Em termos históricos, a tradução e aceitação desses princípios conformaram o discurso de poder do colonialismo, revestindo interesses nacionais, capitalistas, sociais e políticos de uma pretensa cientificidade. A “biologização do político” foi o pré-requisito do direito colonial e genocida, assegurando e normatizando o direito do soberano a provocar a morte política de extratos sociais (expulsão, exclusão, rejeição) e o assassinato étnico direto e indireto (expor à morte, concentrar, multiplicar o risco da morte, exterminar), para assegurar a “saúde” do conjunto. Portanto, o genocídio e a purificação étnica ganham sentido e são aceitos a partir da biologização das relações entre nós e os outros, transpostas para além do mero âmbito militar, guerreiro ou político, tornando a alteridade um perigo a ser eliminado para fortalecer a espécie ou a “raça” prevalecente. “[...] Cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo

que se foi forçado, literalmente, a pensá-los.”, diz Foucault (1999, p. 306-307).

Essa ênfase no racismo se dá por sua indissociabilidade tanto da expansão capitalista e consolidação do sistema mundo moderno quanto da estruturação das relações e epistemologias coloniais de dominação e negação do outro – “colonialidade do poder”, do “ser” e do “saber” -, explícitas na Palestina/Israel (GROSFOGUEL, 2010; MALDONADO TORRES, 2010). Nas palavras de Aníbal Quijano (2010, p. 84),

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

Sem citar Foucault nem os pensadores do pós-colonial, em “Modernidade e Holocausto” (1998) Zygmunt Bauman chega a conclusões muito próximas acerca do papel do racismo na promoção da barbárie contemporânea. Os Estados-nação seriam como “jardineiros” ou engenheiros sociais. Encarariam suas sociedades como objetos de planejamento, cultivo e extirpação de ervas daninhas por meio de limpezas étnicas e assassinatos em massa. A naturalização do discurso de poder por meio do racismo é que fundamentaria essas obras de “engenharia social”, legitimando a segregação e o extermínio de determinados grupos. O racismo seria o contraponto do paradigma da igualdade, surgido no quadro do iluminismo e promotor da emancipação e assimilação de grupos sociais outrora segregados, como as comunidades judaicas na Europa. Mal foram anuladas as distinções do “Velho Mundo” como consequência dos princípios e revoluções liberais, surgiu o racismo revigorando as diferenciações e o isolamento dos estigmatizados, retraçando as fronteiras entre os grupos e nações e alimentando anseios de sociedades puras e perfeitas, que foram concretizados por expulsões e massacres planejados e consistentes. Diante dos programas homogeneizantes dos Estados-nação, o outro é a vida inútil ou ameaçadora, incapaz de ser integrada pela inferioridade racial ou retardo cultural, que obstaculiza a consecução do ideal. Assim, deve desaparecer e em muitos casos desapareceu como consequência da reorganização social pautada pela realização utópica de pureza.

Para considerar especificamente o caso Palestina/Israel, além do colonialismo/racismo e das demais estruturas da modernidade, como a excepcionalidade legal, cabe mencionar o “orientalismo”¹³⁵ como ideologia, que cria fronteiras abissais entre nós, ocidentais, civilizados e superiores, e eles, orientais, bárbaros inferiores. A percepção dos árabes palestinos como inimigos da cultura, alvos necessários de um

processo civilizador, foi comum às diferentes correntes sionistas no começo do século XX. Os palestinos ou “nativos”, assim como os africanos e demais povos asiáticos, seriam o outro em relação a um “Ocidente” tido como farol da humanidade, detentor da melhor e mais avançada cultura e estilo de vida. Por isso, os “ocidentais” (e, em decorrência, sionistas europeus) teriam não só o direito, mas o dever de interferir na vida dos povos “orientais”, “mais atrasados”, levando a eles as “benesses da civilização”.

Considerando a situação local a partir dessas categorias, Nur Masalha (2008) e Edward Said (1992), dentre tantos outros, enfatizam um fundo colonial-racista no nacionalismo judaico a partir da percepção territorial dos primeiros colonos e lideranças do *yiushuv*, que formularam seu programa com base na suposta superioridade “ocidental” e na noção de “território vazio” (*terra nullius*)¹³⁶, evidente nos lemas “uma terra sem povo, para um povo sem terra” e “fazer o deserto florescer”, comuns a outras experiências coloniais como a desapropriação dos indígenas no oeste e norte do estado do Paraná também em pleno século XX (SAHD, 2014). Termos como “purificar”, “evacuar”, “redimir” e “reduzir” constam tanto nos programas nazistas para os judeus quanto nos planos de transferência sionistas para os palestinos¹³⁷. Em suma, afirma Said,

Quase literalmente, o sentido irreduzível e funcional de ser palestino tem significado viver diante do sionismo, primeiro como método de adquirir a Palestina, segundo como método para desapropriar e exilar os palestinos, e terceiro como um método de manter Israel como um Estado no qual palestinos são tratados como não judeus, e do qual politicamente eles permanecem exilados embora (no caso dos 650.000 cidadãos palestino-israelenses) eles continuem presentes na terra. Em todas essas instâncias, o sionismo tem como premissa a evacuação da Palestina da maioria de seus habitantes nativos [...] Fundar um Estado na Ásia e povoá-lo como uma população majoritariamente imigrante trazida inicialmente da Europa significa despovoar o território original. Esse tem sido um simples desideratum do sionismo, com ramificações muito complicadas (SAID, 1992, p. 180-181).

Outros pensadores relacionam o sionismo ao colonialismo/racismo. Ainda nos anos 1940 Hannah Arendt denunciou o caráter colonial do nacionalismo judaico, bem como os planos de “transferência” dos árabes e as ideias de “separação em nome da pureza” e de “superioridade racial”. Juntamente com Albert Einstein, chamou uma mobilização popular contra o massacre de Deir Yassin, em abril de 1948. Conforme Domenico Losurdo (2010, p. 162-170), Arendt considerou que o sionismo misturaria de forma “explosiva” “ultranacionalismo”, “misticismo religioso” e pretensão de “superioridade racial”, partilhando com o nazismo de uma visão racial das nações como

“organismos biológicos super-humanos”. Da mesma forma, outras vozes judaicas teriam detectado características racistas no sionismo, como o historiador George L. Mosse, Victor Klemperer¹³⁸ e Hajo Meyer. Conforme o último, sobrevivente de Auschwitz, o sionismo resultaria da confluência de “nacionalismo, antissemitismo e colonialismo” com suas correntes atuais e as políticas do Estado de Israel remetendo diretamente a seus progenitores do século XIX e às manifestações chauvinistas de então. Um “regime colonial de apartheid” estaria em vigor desde 1967 e preocupações demográficas estariam no cerne do conflito, desde antes da limpeza étnica de 1948 até hoje quando ela voltou a ser debatida como possível solução. Meyer (2007, p. 93-99) destaca que, para muitos críticos, o fundamento do sionismo (um Estado judeu em um país judeu, ou um Estado-nação nos moldes do século XIX) seria anacrônico, incompatível com a “[...] pretensão de ser uma nação ocidental no século XXI – particularmente quando o cumprimento desse objetivo requer limpeza étnica [...] sociedades multiétnicas, multiculturais, tornaram-se o modelo padrão para o futuro próximo.”. Ele cita um ex-procurador geral de Israel, para quem seu governo “[...] têm desde 1967 decidido aberta e inabalavelmente revelar a natureza colonial de sua gestão dos palestinos e o regime de apartheid que articulou nos territórios ocupados.”.

Ali Abunimah (2006, p. 141-148) salienta a aliança entre Israel e a África do Sul do *apartheid* durante a Guerra Fria e a semelhança de suas políticas demográficas e espaciais, além do discurso autojustificador comum desses países como posto avançado da civilização ocidental em meio à barbárie e vítimas permanentes de um outro que é visto apenas como ameaça, quando integraria minorias fragilizadas cujas ações para sobreviver são legítimas. Contudo, Abunimah destaca que a posição hegemônica dos palestinos seria mais próxima do nacionalismo negro minoritário da África do Sul do que do Congresso Nacional Africano – em partes pelo pouco tempo transcorrido desde o começo da presença colonial sionista em partes pela negação do direito de retorno dos refugiados palestinos, o que reforçaria o exclusivismo das visões.

Muito menos crítico em relação a Israel e ao sionismo, limitando-se a denunciar o caráter colonial da ocupação dos TPO, Yeshayahu Leibowitz (1976; 1988) afirma que, “Em nosso tempo de descolonização mundo afora, um regime colonial necessariamente dá origem ao terrorismo.”, pois é intolerável aos olhos dos nativos que recorrem a todos os meios disponíveis, seguindo-se políticas de contrainsurgência e um círculo vicioso. A continuidade da ocupação implicaria tanto em uma questão demográfica (que compromete o caráter judaico de Israel) quanto no estabelecimento de “[...] uma

estrutura política combinando os horrores do Líbano com aqueles da Rodésia [...]”. Nessas circunstâncias, conforme Leibowitz, “[...] conflitos nacionais se tornam conflitos sociais. Os árabes serão a nação dos trabalhadores e os judeus serão os capatazes, burocratas e policiais em um Estado dominado pela política securitária.”, tudo isso em detrimento dos direitos humanos e liberdades civis (o que é explicitado nos relatórios analisados na presente tese). A única alternativa para Israel seria a retirada imediata, portanto não a “falaciosa fórmula territórios por paz” dos “círculos moderados” (trabalhistas).

A abordagem de Said (1992, p. 65-110; 136-138; 150) do sionismo como mais uma manifestação do orientalismo, imperialismo e colonialismo europeu é sintetizada em sua obra “A Questão da Palestina”, publicada em 1979. Nela, descreve todas as implicações racistas inerentes aos slogans sionistas (“*terra nullius*” e vazio demográfico), sendo este o principal motivo da solidariedade do Terceiro Mundo, sobretudo da África, em relação à Causa Palestina. Com base nesse corolário, a Palestina era representada como um “espaço vazio” não tanto de habitantes, mas de civilização (como cultura capacitada a ocupa-lo de fato). Relegada a uma cultura inferior, que sequer manteria raízes no território, seria uma terra “estéril, desolada e vazia”, à espera de colonizadores aptos a possuí-la, o que justificava tanto a colonização quanto suas consequências para a população nativa, como seu desenraizamento (SAID, 1992; MASALHA, 2008). Aludindo à colonização dos Estados Unidos, David Ben-Gurion chegou a se referir aos palestinos como “índios vermelhos” (SAID, 2001, p. 119). No final da década de 1910, para o sionista inglês Israel Zangwil, não havia um “povo árabe” ocupando de fato a Palestina, tratar-se-ia “no melhor dos casos, de um acampamento árabe” (MASALHA, 2008, p. 14). O caso mais ilustrativo é a seguinte passagem do “Estado-judeu”, de Theodor Herzl (1947, p. 68), na qual ele afirma que:

Se S.M. o Sultão nos desse a Palestina, poderíamos tornar-nos capazes de regular completamente as finanças da Turquia. Para a Europa, constituiríamos aí um pedaço da fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Ficaríamos como Estado neutro, em relações constantes com toda a Europa, que deveria garantir a nossa existência.

Considerando o obstáculo à realização do sionismo representado pela presença árabe na Palestina no contexto anterior ao estabelecimento de Israel, Yosef Gorny recorta quatro percepções distintas (integracionistas, separatistas, trabalhistas e liberais). Se esses posicionamentos variam muito, inclusive dentro de cada corrente, eles têm traços em comum em sua visão de mundo e objetivos políticos, como a perspectiva

eurocentrada fundada em uma oposição maniqueísta e sobranceira típica do orientalismo e colonialismo europeu, que afirma a inferioridade do mundo extraeuropeu¹³⁹. Seus agentes então se apresentavam positivamente como portadores e difusores da civilização em meio à barbárie. No caso do sionismo, vale destacar que a grande maioria de seus militantes era formada por europeus, mas sua “terra-natal” almejada era um espaço periférico, extraeuropeu, que deveria ser colonizado e transformado no Estado judeu (filiado à civilização europeia) a despeito de sua população autóctone, representada como inferior e culturalmente atrasada, tal como os indígenas americanos, os africanos e demais asiáticos. Para o intelectual israelense Nahum Menahem (1986, p. 270), a maioria dos conflitos entre judeus e palestinos antes da fundação de Israel decorreu da “[...] incompreensão que poderia ter sido evitada se os imigrantes da Europa do Leste não tivessem se mostrado tão desdenhosos e imbuídos de si mesmos, se não tivessem sido também belicosos em relação aos árabes e insolentes diante dos judeus orientais.”. Nas palavras de Yiftachel (YIFTACHEL, 2006, p. 58),

Os judeus foram percebidos como estrangeiros, cuja presença na terra violava os direitos naturais dos palestinos. A suspeita palestina foi também alimentada pela maneira altamente segregada com que a sociedade judaica se desenvolveu, separando-se quase que totalmente dos palestinos locais. Esse *ethos* de sobrevivência-revivescência coletiva, com uma atitude orientalista colonial típica das sociedades coloniais europeias, criou uma sociedade dupla, manifestada em áreas residenciais, sistemas educacionais, meio cultural, mercado de trabalho e organizações políticas separadas.

Pensando na persistente dimensão colonial do conflito, conforme Said (1995. p. 70; 75), inicialmente, era a ideia do “árabe nativo”, “negro”, incapaz de cultivar o solo e criar uma ligação profunda com ele. Então, o caráter colonial do movimento sionista era abertamente admitido por lideranças como Theodor Herzl e Ze’ev Jabotinsky. Conforme Said, “Fiel a suas raízes na cultura do imperialismo europeu, com paralelos com os ‘puritanos americanos’ e os teóricos europeus do século XIX dos territórios ‘vazios’ na Ásia e África, o sionismo divide a realidade em “um ‘nós’ superior e um ‘eles’ inferiores, degenerados.”. Assim, “Em 1948 Israel foi criado como a culminação de um longo processo iniciado na Europa, como um aspecto integral de uma grande idade de expansão do colonialismo europeu.”, com europeus de fé judaica buscando “criar uma colônia ocidental no Oriente”. Para tal perpetraram uma expulsão e desapropriação em massa dos palestinos, sendo a invasão do Líbano nos anos 1980 uma continuidade desse “etnocídio”.

A colonialidade na representação da alteridade prosseguiu, sobretudo, a partir dos esforços internacionais (destacando-se a atuação de Benjamin Netanyahu) de

associar o terrorismo e o fundamentalismo exclusivamente aos árabes e de representa-lo como um desafio não só a Israel, mas ao “Ocidente” como um todo. Esses verbetes, utilizados de forma indiscriminada e descontextualizada, tornaram-se o principal jargão, sendo um desdobramento da construção ideológica orientalista/colonialista inicial, à medida que também nega a narrativa, a historicidade do outro, portanto deslegitima suas ações e reivindicações, ao passo que justifica a continuidade de sua dominação¹⁴⁰. Não integrável, cabe sua separação, morte violenta ou expulsão. As evidentes aproximações entre sionismo e colonialismo se refletem também no âmbito político e institucional, como em diferentes resoluções da ONU e eventos internacionais¹⁴¹.

Portanto, para Said (1995, p. 31-35; 138-141), Nur Masalha (2008) e outros (SANTOS, 2010) o conflito palestino-israelense é em sua essência mais uma experiência colonial, não obstante suas especificidades, o que fica explícito em toda a história do movimento. O historiador israelense Neve Gordon (2008) vê no estágio atual do conflito a continuação das escaramuças iniciadas no final do XIX e da “limpeza étnica” perpetrada durante e depois da guerra de 1948 (termo empregado pelo próprio autor). Zeev Jabotinsky formulou a doutrina da “Muralha de Ferro” justamente por, assim como Herzl, reconhecer a natureza colonial do sionismo e que os “nativos” jamais aceitaram passivamente serem desapropriados pelos colonizadores. Yitzhak Laor (2012, p. 11; 23-50) acata a definição de Israel como uma etnocracia, refere-se à situação na Cisjordânia como apartheid e denuncia a islamofobia na Europa como o novo antissemitismo, a solidariedade de sua extrema direita com Israel e a instrumentalização do Holocausto para eclipsar as barbáries nos TPO. Laor também analisa a ausência dos palestinos na literatura sionista e a influência de um pensamento orientalista e colonial na formação da identidade oficial israelense, enaltecida dos elementos europeus, o que influenciaria também suas predileções estéticas. André Gattaz (2003) é direto: os diferentes episódios de violência na Palestina/Israel apresentam uma natureza cíclica, sendo partes de uma mesma guerra anticolonial, “a Guerra da Palestina”, travada desde o final dos anos 1930. Fieldhouse (2006, p. 219) conclui que,

Em última instância, a tragédia da Palestina, tanto em 1948 quanto ainda no começo do terceiro milênio, foi responsabilidade dos britânicos. Olhando em termos mais amplos, a Palestina foi um dos muitos territórios ao redor do mundo cujo caráter e mistura étnica foram fundamentalmente modificados pela colonização britânica. A disposição de transportar ou permitir o movimento de grupos étnicos variados de um local a outro para atender os interesses de britânicos ou de colonos criou disparidades fundamentais em muitos países. Em alguns lugares, um grau de conciliação entre os grupos foi conseguido, em outros as novas levas continuaram a dominar, em outros após a descolonização os colonos foram expulsos ou convencidos a sair. A

Palestina foi excepcional em apenas um aspecto: os colonos e os nativos estiveram, desde o começo, absolutamente determinados de que não haveria acomodamento e nenhum [...] A Palestina pode ser melhor vista como um exemplo tardio clássico do imperialismo europeu do final do século XIX e começo do XX, cujas consequências são impossíveis de desenredar.

Nessa perspectiva, os acontecimentos mais atuais seriam desdobramentos e guardariam semelhanças com as primeiras ações colonialistas empreendidas pelos sionistas na Palestina, que desejavam construir um Estado democrático semelhante aos países da Europa ocidental, mas para tal fim perpetraram uma limpeza étnica e tiveram que dispor de medidas de dominação e repressão colonial. Gideon Levy (2012), consternado, destacou os resultados de uma pesquisa realizada em 2012, segundo a qual os israelenses estariam se definindo “abertamente, sem vergonha ou culpa” como “nacionalistas racistas”¹⁴². Ilan Pappé (2008, p. 150-154; 160-161) afirma que “nas camadas mais profundas da consciência nacional israelense” se encontram “depósitos de um racismo obscuro e primitivo”, sendo uma evidência o desejo de muitos por um Estado de Israel inteiramente judeu ou pelo menos com uma maioria judaica sólida, o que refletiria atitudes “racistas e inaceitáveis no século XXI.”.

Em suma, na bibliografia crítica é lugar comum pensar o sionismo a partir da mentalidade eurocêntrica do século XIX, sendo possível considerar também o caso israelense-palestino a partir da definição de “mundo colonial” de Frantz Fanon (1963), como espaço compartimentalizado, maniqueísta, com uma clara distribuição e disposição geográfica apartada, existindo as cidades e bairros dos colonizadores e dos nativos. Refletem essa lógica hoje as estradas exclusivas e as colônias judaicas na Cisjordânia, apartadas de seu entorno. Habitado por espécies diferentes, o território médio-oriental assim como seus homólogos coloniais está cortado em dois e as fronteiras estão demarcadas pelos quartéis e delegacias de polícia dos colonos, que além de delimitar o espaço do colonizado o transforma em uma quintessência do mal, revelando o caráter totalitário da exploração colonial. O colonizado é representado como bárbaro, incompatível com a ética e civilização, estando sujeito a diversos tipos de violência e, não raro, à morte impune (como verificado nos relatórios de DIH e DIDH). É também a partir dessa dimensão colonial do conflito, que implica na representação etnocêntrica dos palestinos como inferiores e na violação de seus corpos e propriedades, que podemos compreender as denúncias feitas nos relatórios, concernentes tanto à desapropriação gradativa, dado o não reconhecimento de seus direitos de propriedade, quanto a maus-tratos e tortura, impunidade generalizada em

contraposição aos julgamentos e restrições arbitrárias, prisões em massa, abuso de força letal, assassinatos extrajudiciais e ataques “indiscriminados e desproporcionais”. Claro, sem ignorar o elemento mais imediato e concreto de se tratar de um contexto de apropriação étnica-colonial do espaço disputado (“judaização”), que para ser consumada necessita violentar o outro e reprimir sua resistência.

Para compreender a relatoria sobre as violações impunes do DIH e do DIDH como manifestação da arbitrariedade do soberano nos TPO, bem como estes como espaços onde a exceção legal está institucionalizada em contraste com a aparência de democracia e respeito a esses mesmos direitos no território israelense, é pertinente recorrermos às reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 31-66). O pensador português classifica como “abissal” a visão reducionista e maniqueísta de corte hegemônico do “pensamento moderno ocidental”. A oposição “ocidente”/“oriente”, “norte”/“sul ou civilização/barbárie, implica em um sistema dualista de distinções visíveis e invisíveis¹⁴³, que impede a coexistência das partes, produzindo e radicalizando diferenciações. As distinções são estabelecidas a partir de linhas absolutas ou “abissais” que dividem a realidade social em dois universos: nós, os civilizados, para cá da linha demarcatória, e eles, os bárbaros, para lá da fronteira. Estes desaparecem enquanto realidade, sendo considerados inexistentes, irrelevantes ou incompreensíveis. Essa negação, esse esgotamento do outro, possibilita a prevalência desse “lado da linha” para além da qual há somente inexistência, invisibilidade e ausência não dialética, prevalecendo não a tensão entre os princípios de “regulação e emancipação social”, mas a vigência da apropriação e violência impune. As distinções visíveis que estruturam a realidade social do “lado de cá” da linha se baseiam justamente na invisibilidade das distinções entre este e o outro lado da linha. Ao mesmo tempo o “lado de lá” é o “grau zero” a partir do qual são construídas as modernas concepções de conhecimento¹⁴⁴ e direito (linhas invisíveis que definem e estruturam em sua negação e o que é e como é o lado de cá). Por exemplo, no campo do direito enquanto este lado da linha se caracteriza pela legalidade ou ilegalidade dos fenômenos esta dicotomia está ausente dos territórios coloniais, onde é impensável como princípio organizador, pois são terras sem lei, foras da lei, a-legais ou com critérios de legalidade não oficialmente reconhecidos.

Trata-se de uma negação radical, que ao criar e negar o outro fundamenta o próprio lado de cá e suas concepções internas de verdadeiro ou falso, legal ou ilegal. Assim, é legitimado o exercício da violência e da apropriação no campo do conhecimento e do direito. Se a violência no campo do saber culmina na destruição

física, material, cultural e humana e apropriação, incorporação, cooptação e assimilação, no campo do direito o paradigma da violência/apropriação reconhece não o direito das pessoas, mas somente o das coisas, implicando em tráfico de escravos, trabalho forçado, manipulação das leis e autoridades locais, pilhagem, deslocamento maciço de populações, guerras, tratados desiguais, formas distintas de *apartheid* e assimilação forçada. Mas, como essas arbitrariedades ocorrem na parte sub-humana elas não colocam em causa os princípios da “humanidade”. Afinal, o outro lado da linha abissal é um universo situado além da verdade e falsidade, legalidade e ilegalidade.

Essa situação produz uma ausência radical de humanidade, que cria a sub-humanidade moderna, na qual a exclusão se radicaliza ao passo que é tornada inexistente, dado que os sub-humanos não são sequer candidatos à inclusão social. Essa negação do outro é imprescindível para a afirmação da “humanidade moderna” como universal e, para Boaventura (2010, p. 39), essa realidade excludente seria tão verdadeira hoje quanto foi no período da ocupação colonial¹⁴⁵. “As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece atualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial.”, continuando presente nas práticas e princípios hegemônicos a criação de “outros lados da linha” como “não territórios” (espaços sem lei, direitos humanos e democracia) e sua negação simultânea. Nesse cenário atual o caso Israel/Palestina é paradigmático, pois a linha separatória está literalmente demarcada por uma barreira física, o Muro da Separação - este inclusive é citado por Santos ao lado de Guantánamo e de prisões similares e da categoria de “combatente ilegal” dentre “as manifestações mais grotescas do pensamento jurídico abissal”, que cria um “não território em termos jurídicos e políticos, um espaço impensável para o primado da lei, dos direitos humanos e da democracia.”.

Eis portanto uma importante chave teórica para pensar a continuidade das infrações impunes nos TPO, desde 1967, com o consentimento do aparato legal e estatal de Israel. “Para cá” do Muro existiria um Estado moderno legítimo, respeitador dos direitos básicos, “a única democracia do Oriente Médio”, que no pior caso seria uma “democracia étnica” (Samy Smootha)¹⁴⁶, mas ainda assim uma democracia, inclusive contando com uma minoria palestina ou árabe que é cidadã na mais legítima das tradições liberais. “Para lá” do Muro, os TPO com sua população palestina vivendo sob um regime de apartação e dominação étnica-racial, ocorrendo todos os tipos de arbitrariedade e suspensão dos direitos, tal qual verificado nas fontes, que apesar das

denúncias não geram repercussões efetivas. Obviamente que no “lado de cá” a violência/apropriação também se verifica, sendo ofuscada, como na contínua desapropriação dos beduínos no Negev e na discriminação orçamentária e racial da população palestina. Assim, na manutenção do controle sobre a Cisjordânia e em suas operações militares contra Gaza Israel não cometeria terrorismo ou teria como objetivo perpetuar a opressão da população e a colonização, artifício reservado aos bárbaros. As mortes, destruições e o sofrimento causado seriam negados ou sua responsabilidade atribuída aos próprios fanáticos, contra o qual é necessário se defender. No limite seriam erros operacionais ou desvios individuais, ou ainda ataques “desproporcionais” ou “indiscriminados” (para utilizar os termos empregados na documentação).

É justamente a partir da negação dessa divisão entre Israel e os TPO que Oren Yiftachel cunhou o conceito de etnocracia, que nesse sentido está a operar uma descolonização semântica significativa para a compreensão dos fatos. Lembremos da passagem do relatório de Richard Falk (UNITED NATIONS. Human Rights Council, 2014, p. 3-4; 20) na qual afirma que a linguagem utilizada para considerar as violações do DIDH e do DIH “[...] na Palestina precisa refletir as realidades do dia-a-dia e não ficar sujeita a formulações técnicas e eufemismos que mascaram o sofrimento humano resultante de violações.”. Esse “giro linguístico” proposto por Falk está em consonância com as afirmações de Maldonado (2010) e Quijano (2010) quanto a descolonizar as narrativas dos conflitos antes de se proceder a sua análise precisa, explicitando o paradigma de “apropriação/violência” dos espaços coloniais, como os TPO – é o que faremos ao criticar o termo “judicialização” da ocupação israelense e representação da lei como “espada de dois gumes” (HAJJAR, 2005), que malgrado o importante destaque que faz da resistência legalista e da primazia das medidas extralegis no novo milênio, sob a ótica do sul violenta nossa memória da ditadura, como um período de repressão majoritariamente judicializada, mas acima de tudo um período de exceção legal institucionalizada, durante o qual se proliferaram os *campos* para isolar e violentar os nossos *homo sacer*, cuja vida fora retirada impunemente da mesma forma como ocorre nos TPO, desde 1967 (SAHD, 2014a). Outra descolonização necessária é tratar a situação nos TPO, especialmente em Gaza, não como “guerra” (mesmo de “baixa intensidade”), mas como uma engenharia social israelense tendo em vista que é o soberano e desenvolveu ali um tipo inédito de ocupação militar: a distância.

Em resumo, se os pensadores sionistas das diferentes correntes partiram de um arcabouço eurocêntrico, cabe notar que subjacente às questões ideológicas sobre a

impossibilidade de assimilar os “árabes” estavam cálculos muito mais simples referentes à impossibilidade de criar um Estado judeu em meio a uma maioria populacional não judaica, que mesmo após os esforços infatigáveis da OSM e da Agência Judaica continuava a deter a imensa maior parte da propriedade fundiária. Logo, as teorias de superioridade cultural estiveram acompanhadas de considerações materiais concretas e simples, como a necessidade de “transferir” os nativos não judeus a fim de ocupar uma terra limitada e já habitada há séculos por eles. Tal visão do conflito e da ocupação ilumina um sentido possível para as violações exposta nos relatórios de direitos humanos: a manutenção de um projeto colonial, na contramão das declarações, tratados e convenções estruturadoras do DIH e do DIDH. Tratar-se-ia de uma experiência colonial derradeira e anacrônica, que por sua extemporaneidade da “Era dos Impérios” suscita as denúncias verificadas na documentação.

4.1.3. Israel como etnocracia e o papel das ONGs

Conforme Oren Yiftachel (2006, p. 60-61), em 1948, Israel foi criado como uma etnocracia judaica: um Estado controlado por uma maioria étnica que utiliza seus órgãos e instituições para promover seus interesses coletivos, sobretudo ampliar sua presença e controle em um território disputado. O grupo hegemônico judaico é dividido em uma etnoclasse dominante (asquenazi) e outra secundária (sefardita), em oposição aos palestinos¹⁴⁷. Israel não seria uma democracia à medida que não tem nem fronteiras definidas nem um *demos* (corpo de cidadãos), mas um *ethnos* (etnia) com direito à cidadania independentemente do território que ocupa (Israel, os TPO ou o estrangeiro) e que está em constante ampliação por meio das colônias.

Como etnocracia o Estado é formado pela interseção espaço-temporal de três forças - nacionalismo (etno-nacionalismo), colonialismo (sociedade colonial) e capitalismo (lógica étnica do capital) - e se consolidou como tal quando uma etnia ou nação (judaica asquenazi) em um território disputado se tornou forte o suficiente para se apropriar do Estado e determinar seu caráter, buscando consolidar seu domínio étnico sobre o aparato estatal e assegurar sua expansão sobre territórios multiétnicos contestados e comunidades rivais. Conjugando “colonialismo”, “nacionalismo” e “capitalismo”, os pilares das etnocracias ou fatores de “eticização” são: institutos e políticas demográficas (voltadas a manter uma maioria judaica) e de terras e planejamento (restringindo o espaço dos palestinos e ampliando o judaico), forças

armadas, fluxos de capital, cultura pública¹⁴⁸ e o sistema legal.

A criação de Israel como uma etnocracia incorporou o sentido das propostas de “transferência” feitas já pelos primeiros sionistas diante da “questão árabe” - com exceção de integracionistas e de alguns situados, verdadeiramente, no campo socialista, que colocam a identidade de classe acima de qualquer outra. O caso médio-oriental ilustra, portanto, uma característica geral dos “nacionalismos modernos”, que “[...] motivados pelo mito do Estado-nação puro, inerentemente abriga a possibilidade de limpeza étnica em situações de geografia mista.”. Nessa lógica, reivindicar a soberania exclusiva sobre espaços disputados implica a negação dos direitos do outro, cuja presença é vista como obstáculo à realização dos anelos etnonacionais. Assim que, nas décadas seguintes à criação de Israel seus governantes negaram sistematicamente a existência de uma “nação palestina” e ao mesmo tempo em que o país se estabeleceu como uma democracia para seus cidadãos judeus - outorgando cidadania aos habitantes palestinos que conseguiram permanecer em suas novas fronteiras não obstante o controle a eles impostos e a limitação de sua presença espacial -, tornou-se uma “[...] etnocracia judaica colonizadora ao promover estratégias demográficas, geográficas e culturais para a rápida judaização do território.”.

Para Yiftachel (2006), a espinha dorsal do conflito é o projeto de “judaização” da Palestina/Israel e a resistência a ele. Com o Estado controlado pelo grupo étnico dominante, foi estabelecido um sistema discriminatório, com Israel implementando um “apartheid gradativo” ao fomentar a colonização e apropriação étnica do território ao passo que nega a autodeterminação, limita a presença espacial e sufoca a resistência palestina por meio das forças armadas e sistema legal aparelhados. Na prática, enquanto colonos judeus na Cisjordânia têm cidadania israelense, respondem na justiça civil e gozam de vários benefícios (acesso irrestrito à água, estradas exclusivas, planos diretores detalhados e políticas habitacionais), seus vizinhos palestinos respondem na justiça militar, têm terras expropriadas e estão restringidos em sua movimentação e locais de residência por estradas secundárias, checkpoints e pelo Muro da Separação¹⁴⁹, sendo violentados por militares e colonos com impunidade. “A propriedade, o uso e o desenvolvimento [das terras], assim como o planejamento e políticas de colonização, são moldadas pelo projeto estatal de estender o controle etnonacional sobre os territórios multiétnicos.” (YIFTACHEL, 2006: p. 36-37; 44-47).

Conforme Yiftachel e Yaconi (2003, p. 689-690), como nos regimes etnocráticos “[...] a etnicidade, e não a cidadania, constitui o principal critério para distribuição de

poder e recursos [...], eles geralmente apresentam altos níveis de segregação étnica assimétrica, e um processo de políticas étnicas polarizantes [...]", combinando uma certa abertura política e representação democrática formal com "[...] estruturas políticas que facilitam a ocupação do território contestado por uma *etno-nação* dominante.", marginalizando "minorias étnicas e nacionais periféricas". Vale destacar que a discriminação não ocorre somente nos TPO, mas dentro do território israelense conforme as fronteiras de 1949. Basta lembrar do relatório da Adalah (1998), segundo o qual a discriminação ocorre em quase todos os níveis da sociedade israelense, e dos dados do Centro Mossawa (2009) quanto à distribuição desigual de recursos. Em sentido semelhante, analisando a atuação das ONGs palestinas em Israel, Shany Payes (2005, p. 6-7; 191) sublinha que o status civil e a posição socioeconômica dessa minoria ("árabes israelenses") é afetada pela contraditória definição de Israel como, simultaneamente, uma democracia e um Estado judeu.

Os judeus dominam a economia israelense, com os palestinos ocupando os cargos remunerados mais baixos. Os últimos vivem sobretudo em municipalidades ou vizinhanças separadas em cidades mistas e estudam em escolas separadas, mas as cidades e vilas árabes estão localizadas na periferia israelense e ambas, as escolas e as municipalidades, são dependentes, para sua manutenção, de um sistema de alocação de recursos discriminatório e controlado por judeus. O currículo das escolas árabes é desenvolvido e está alinhado com os mesmos valores e objetivos sionistas que caracterizam o currículo escolar israelense em geral. Israel é uma sociedade altamente segregada, com tanto a minoria quanto a maioria preferindo manter residência separada e casar dentro da comunidade [...] A natureza limitada e desigual dos encontros entre judeus e palestinos em Israel é refletida na organização institucional das duas comunidades.

Essa definição de Israel como etnocracia é útil para pensar as violações do DIDH e do DIH denunciadas desde praticamente o primeiro anuário da AI pós-1967, que também reafirmou "o direito de retorno" dos refugiados palestinos de 1948 – pedra basal do conflito, cuja negação reiterada garante a continuidade de Israel como "Estado judeu". As violações seriam assim os reflexos das medidas implementadas para "judaizar" o território e suprimir a resistência contra esse processo. As recomendações contidas nos diferentes relatórios caíam no vazio justamente por ignorarem essa lógica mais abrangente. Por exemplo, a anualmente repetida necessidade de reintegração e restituição dos refugiados palestinos de 1948 não se realiza pela própria lógica etnocrática de Israel, que vê na absorção desse contingente deliberadamente negado e excluído uma ameaça à sua sobrevivência como Estado judaico. Mais especificamente, tanto a participação estatal na colonização dos TPO quanto a impunidade generalizada

da violência contra os corpos e propriedades palestinas, denunciada já no relatório Karp no começo dos anos 1980 e disseminada com a Segunda Intifada, refletem a condição das forças armadas e do sistema legal como fatores de “etnicização”, em contrapartida às ONGs que buscam democratizar o Estado, fazendo-o pautar-se pelos “regimes morais internacionais”.

Assim que, já nos primeiros anos de existência de Israel (mais especificamente em 1950), ao invés do retorno dos palestinos foi aprovada a “Lei de Retorno”, consumando seu caráter etnocrático ao permitir a praticamente qualquer judeu do mundo emigrar e se tornar cidadão israelense. Essa lei, juntamente com a criação de um “guardião” para a propriedade dos “palestinos ausentes”, consolidou indiretamente o desaparecimento das mais de quatrocentas vilas palestinas riscadas do mapa durante a *Nakba* e a desapropriação das propriedades tanto dos refugiados quanto dos “palestinos de 1948”, que até então abrangiam a maior parte das terras do recém-fundado país, mas foram gradativamente transferidas à população judaica. Com base na “lei de retorno” foram nacionalizados milhares de judeus, multiplicando sua população ainda na primeira década da independência “[...] ou, em outras palavras, substituindo os refugiados palestinos cujo número total foi similar ao dos judeus que ingressaram até 1952.”. Nas palavras de Yiftachel (2006, p. 60-61),

Posteriormente à Guerra de 1948 Israel foi estabelecido formalmente como uma democracia, com um sistema parlamentar e com cidadania formal estendida a todos os residentes nos territórios definidos pelas linhas de armistício de 1949. Mas, ao mesmo tempo, desdobrou-se em uma etnocracia colonialista judaica ao implementar estratégias demográficas, geográficas e culturais para a rápida judaização do território [...] Como Estado judeu, Israel promulgou a Lei de Retorno, que permitiu a qualquer judeu emigrar para o país, assim prolongando indefinidamente a duração do projeto de judaização. Simultaneamente, durante os primeiros anos de independência, o Estado demoliu mais de quatrocentas vilas palestinas, nacionalizou terras palestinas e confiscou largas extensões de terras da população árabe palestina remanescente.

Por meio das instituições estatais, as transferências populacionais (denotando a “judaização” do território) continuaram após a ocupação dos territórios palestinos e árabes, em 1967, ainda que de forma silenciosa e menos abrupta. Já na resolução da Assembleia Geral 2851 (XXVI), datada de dezembro de 1971, a ONU incorporou a denúncia feita pelo “Comitê especial para investigar as práticas israelenses afetando os direitos humanos da população dos Territórios Ocupados” (CEIPI) – criado por sua Comissão de Direitos Humanos -, instando com veemência Israel a desistir da “[...] evacuação, transferência, deportação e expulsão dos habitantes dos territórios árabes

ocupados.” e da “[...] destruição e demolição de aldeias, quarteirões e casas, e do confisco e expropriação de propriedades.”. Essa crítica é recorrente na documentação do CEIPI. Se durante os anos 1970 e 1980 a política adotada pelos governos israelenses nos TPO foi promover uma integração subalterna dos nativos por meio do desenvolvimento econômico dependente, após a Primeira Intifada a vereda foi a crescente separação (GORDON, 2008). Desde então, a segregação da população autóctone e a violência como forma de controle só têm aumentado, juntamente com “deslocamentos massivos” de áreas pontuais dos TPO e o desejo difundido na maioria judaica da sociedade israelense de transferir a minoria árabe (PAPPE, 2008, p. 260).

Sendo as etnocracias regimes discriminatórios criados em plena vigência do DIDH e DIH, elas são inerentemente contraditórias, mas têm seu caráter étnico exclusivista contrabalanceado por elementos desestabilizadores ou democratizadores, que estão presentes em sua própria estrutura. Yiftachel (2006) destaca como “contraforças democratizadoras” a resistência das minorias, organizações civis, lacunas socioeconômicas na sociedade dominante, regimes morais internacionais e globalização. Nesse embate, a discriminação e a violência inerentes às etnocracias estariam ocultas por uma “fachada democrática”, mantenedora da legitimidade internacional do país em um contexto global de aceitação incontestada (ao menor retórica) do DIDH, inclusive como pré-requisito para participação em organizações internacionais e na economia de livre mercado¹⁵⁰. Afinal, sobretudo após a experiência nefasta do nazismo e a edificação da arquitetura internacional protetiva da dignidade humana, com suas declarações, convenções, tratados e seus respectivos guardiões, as diferentes violências e violações cometidas precisam ser negadas ou justificadas. Logo, embora as violações estejam sistematicamente registradas pelos órgãos da ONU e diferentes ONGs, faz-se necessário manter uma aparência de legalidade ou “fachada democrática” por trás da colonização judaica dos TPO e da violência e desapropriação contínua de sua população.

Organograma 1 - Regime etnocrático.

Adaptado de: Oren Yiftachel (2006: p. 46)

Em outras palavras, sendo as etnocracias inerentemente discriminatórias em um contexto internacional fundado em um regime moral e legal cujos pilares são a democracia e o DIDH, elas necessariamente conservam uma “fachada democrática” ou “abertura seletiva” (introdução de instituições aparentemente democráticas) como fatores de legitimação interna e externa do projeto expansionista e instrumento de dissuasão de críticas. Assim, ao passo que mantêm sistemas de controle, apartação populacional e expansão territorial buscam preservar uma imagem democrática, mantendo uma série de liberdades a seus cidadãos – inclusive se organizarem e fundarem instituições críticas ao sistema. Yiftachel recorre ao conceito gramsciano de “momento hegemônico”.

Por meio dessas tensões inerentes à etnocracia israelense podemos compreender o local ocupado por nossas fontes de pesquisa - os relatórios críticos de diferentes ONGs locais e internacionais -, que se baseiam nos “regimes morais internacionais” (DIH e DIDH) e se apresentam como manifestações da “resistência minoritária” exercida tanto pelos palestinos e suas organizações quanto por meio da criação de “organizações civis” israelenses críticas. Os conceitos de etnocracia e “fachada democrática” igualmente permitem a compreensão das supostas investigações oficiais israelenses das violações, afirmando que não foram cometidos crimes. De um lado, estão o sistema legal e as forças armadas como fatores de expansão e controle discriminatório do espaço (ou “etnicização”). De outro, os regimes morais internacionais e a atuação de organizações da sociedade civil local e global (“contra-forças” democratizadoras). Essa tensão inerente às etnocracias é evidenciada nos relatórios críticos e nas recentes investidas dos governos israelenses contra as

organizações¹⁵¹ que os redigem e publicam, denunciando práticas discriminatórias e assim se constituindo, tal qual a resistência dos “palestinos de 1948”¹⁵² e dos TPO, em contraforças da etnicização promovida por Israel e fator desestabilizador da etnocracia.

A caça às bruxas foi deflagrada contra as ONGs israelenses após a publicação do Relatório Goldstone, devido à repercussão internacional das graves denúncias formuladas contra Israel e o Hamas em decorrência da operação Chumbo Fundido. Impedido de acessar Gaza, para escrever seu relatório Goldstone se fundamentou em grande medida na documentação produzida pelas ONGs locais e internacionais, que apresentaram análises substanciais contrárias à posição oficial israelense, que mais uma vez negou sistematicamente que foram praticadas transgressões dos direitos humanos e humanitários em Gaza. Em contrapartida, as ONGs denunciaram graves violações, como prática de tortura, prisões em massa, bombardeios indiscriminados e desproporcionais, impunidade generalizada e destruições massivas e sem fins militares de propriedades civis, com algumas atribuindo a responsabilidade a políticas delineadas pelo alto-escalão, que ficaria imune a investigações. Diante da intensificação das críticas contra Israel, foi criada em seu parlamento uma comissão para investigar o financiamento internacional dessas organizações da sociedade civil, sendo proposta uma lei para cercear seu campo de atuação. Exacerbou-se o atrito dessas organizações com o governo e a pressão sobre elas. Uma declaração conjunta de diferentes ONGs árabes de Israel explicita bem essa tensão:

Desde a criação do governo Netanyahu-Lieberman, o Knesset [Parlamento israelense] tem visto como seu papel principal propor e promover uma legislação racista que viola os direitos de membros da minoria árabe palestina em Israel. Esta nova legislação, *inter alia*, proíbe qualquer comemoração da Nakba, impõe juramentos de ‘sem lealdade, sem cidadania’, permite a revogação da cidadania e concede poderes quase absolutos aos ‘comitês de admissão’ em pequenas comunidades para excluir os árabes. Essas leis são apenas alguns exemplos dessa perigosa escalada. Em paralelo, a maioria do Knesset tem apoiado projetos de lei que põem em causa a legitimidade e as atividades de todas as ONGs que trabalham para defender os direitos dos cidadãos palestinos de Israel, assim como aqueles dos palestinos nos Territórios Ocupados. Com uma dessas leis, a maioria procura fechar ou desmantelar as ONGs se suas finalidades ou ações contradigam os valores de Israel como ‘Estado judeu e democrático’. De acordo com essa lei, qualquer ONG que lute para alcançar a plena igualdade entre os cidadãos árabes e judeus pode se encontrar ameaçada de fechamento (STATEMENT BY ARAB NGOs IN ISRAEL, 2011).

Sob a alegação de “evitar a ingerência de entidades estrangeiras”, por meio de uma definição ambígua de “atividades políticas” parlamentares propuseram a retirada da isenção de tributação de várias organizações e outras medidas para restringir sua

liberdade de expressão, condicionando e comprometendo o recebimento de verbas. O objetivo imediato foi prejudicar a capacidade de atuação dessas ONGs, deslegitimá-las publicamente e submetê-las a um maior monitoramento estatal (LERMAN, 2011). Ao final de 2010, outra proposição de lei no Knesset visou obrigar as organizações a jurarem lealdade ao Estado de Israel como “judeu e democrático” (D’AMOURS, 2010). Aproximadamente um ano depois, dois novos projetos de lei também destinados a inviabilizar o trabalho de grupos de direitos humanos foram votados, após seu adiamento a fim de evitar críticas durante a tentativa da AP de ter seu Estado reconhecido junto à ONU. Essas investidas sofreram acirradas críticas. Conforme o porta-voz do grupo B’Tselem, que denunciou as violações cometidas em Gaza e na Cisjordânia:

Nós vamos continuar a fazer o que nós fazemos mesmo sem dinheiro. Nós iremos continuar mesmo se eles continuarem a legislar leis cujos objetivos sejam nos silenciar. Nós podemos ter menos financiamento, mas eles terão que encontrar outros meios para debelar as críticas - eles terão que nos colocar na prisão (LIS; HASSON, 2011).

Casos mais recentes são ameaças de morte à ativista da al-Haq, Nada Kiswanson, provavelmente devido a seu trabalho junto ao TPI (FIDH, 2016) e a aprovação de uma lei em meados de 2016 (por 57 votos contra 48) visando desarticular ONGs de direitos humanos - como o CPCTI, B’Tselem, Breaking the Silence -, sem afetar instituições de direita e de colonos (SILVER, 2016). Para a Adalah, seria um “jogo grotesco”, voltado a “[...] perseguir e incitar contra organizações de direitos humanos, uma prática características de regimes obscuros, tanto do passado quanto do presente.”. Reportagens anteriores já apontavam a investida que o governo estava preparando para dismantelar esses grupos (NIV, 2016). Em janeiro de 2016, a sede da B’Tselem em Jerusalém sofreu um incêndio, provavelmente criminoso (HASSON, 2016).

Em suma, essas iniciativas legais visam ampliar o controle do Estado sobre as ONGs indesejadas, cerceando sua atuação ao impedir, limitar ou taxar doações recebidas por ela, teoricamente, de acordo com sua relação com o Estado de Israel e, na prática, conforme a área de atuação e a linha ideológica defendida (ASSOCIATION FOR CIVIL RIGHTS IN ISRAEL, 2011). Para Peter Beinart (2010, p. 28) essa perseguição está respaldada pela hostilidade de boa parte da sociedade israelense em relação a essas organizações. Enquanto conforme um pesquisa de 2003 47% dos judeus israelenses eram contra a liberdade de ação desses grupos, em 2010 esse número

cresceu em mais 10%. Além dos ataques físicos e das ofensivas legais visando cercear a atuação das ONGs críticas, estas têm sido alvo de uma campanha de deslegitimação promovida pelo grupo “NGO Monitor”¹⁵³.

Essas iniciativas persecutórias podem ser compreendidas a partir do caráter etnocrático de Israel e da cooptação também do sistema legal pelos interesses étnicos, que buscam mobilizar os aparatos estatais para judaizar a terra-natal em detrimento dos palestinos, mas mantendo uma fachada democrática, justamente ameaçada pela relatoria crítica. Nesse mesmo sentido, deve ser compreendido o trabalho dessas organizações como contraforças democratizadoras e desestabilizadoras das etnocracias. Tal ponto é crucial tanto para o entendimento da parcialidade dos relatórios oficiais de Israel quanto do caráter crítico e contra-hegemônico da documentação produzida por diferentes ONGs.

4.2. Estado nacional, barbárie e exceção legal na modernidade e na Palestina/Israel

Muitos autores reconhecem a dupla face da “civilização”, ou o “lado sombrio da modernidade”¹⁵⁴, destacando a ampla difusão da barbárie no mundo contemporâneo. Se por um lado o período testemunhou a codificação do DIDH e do DIH e a criação da ONU como organização mundial encarregada de garantir a paz e as boas relações entre os povos, para Eugène Enriquez (2001) o século XX “será conhecido pelos genocídios”, sendo conferido um princípio de legitimidade aos assassinatos em massa. A humanidade passou a aceitar com mais tranquilidade o desaparecimento dos diferentes (o outro) sob justificativa de impureza, fraqueza ou força fantasmagoricamente imaginada. Para Eric Hobsbawm (1998, p. 268-272), a barbárie se propagou durante o período e não há indícios de que esteja recuando, sendo a Primeira Guerra o ponto de inflexão do declínio, ou o início da “era mais assassina da história”. Colapsaram os sistemas de regras e comportamento moral por meio dos quais as sociedades controlam as relações entre seus membros e deles com outras sociedades e estaria retroagindo o “projeto do iluminismo”, base desses sistemas dedicados ao “progresso racional da humanidade” e fundados no direito “à vida, liberdade e busca da Felicidade, igualdade, liberdade e fraternidade ou seja lá o que for.”. Para tal retrocesso concorreu a sucessão das “guerras civilizadas” pelas “guerras totais” ou “religiosas” (sem discernimento entre civis e militares e fundadas na oposição maniqueísta do bem contra o mal e na

necessidade de vitória total), justificadas a partir da necessária demonização dos inimigos para mobilizar e gerar adesão em países democráticos. Os esforços para negatizar o outro geralmente conduziram a sua redução a um patamar sub-humano, sendo ele representado como ameaça ao corpo puro e são da nação, o que legitimou a supressão de seus direitos e facilitou sua extirpação física e simbólica ou a “barbárie”. O morticínio foi banalizado, criando um “depósito escuro de crueldade e violência”. “O século XX é o século da guerra, com um número de conflitos militares sérios envolvendo perdas substanciais de vidas, consideravelmente mais alto do que em qualquer um dos dois séculos precedentes.”, afirma Giddens (1991, p. 15).

Bauman já alertara que, o Holocausto fora tão somente uma concatenação única de fatores inerentes à modernidade, que não deixaram de existir com a batida do martelo em Nuremberg¹⁵⁵. Ao invés de recuar, haveria indícios suficientes do avanço da barbárie. “Estados jardineiros” continuaram a operar “engenharias sociais”, extirpando extratos sociais vistos como potencialmente traiçoeiros ou danosos ao “corpo são” da nação. Expressão da modernidade como sistema de poder, o “Estado territorial soberano” reivindica, “como parte de sua soberania, o direito de cometer genocídio ou envolver-se em massacres genocidas de pessoas sob sua autoridade, e ... a ONU, para todos os efeitos práticos, defende esse direito.” (BAUMAN, 1998, p. 30). Assim como Bauman e Hobsbawm, Arjun Appadurai (2010), Richard Falk (2009)¹⁵⁶ e Anthony Giddens (1991) têm acordo quanto ao potencial destrutivo inerente aos Estados-nacionais, cujos aparatos conferem nacionalidade, pertença e inclusão a uns em detrimento da presença e vulnerabilizando o(s) outro(s), muitos vezes extirpados como “ervas daninhas” em nome do “narcisismo das pequenas diferenças” ou do ódio às minorias por impossibilitarem o desejo de pureza ou completude. O caso de Israel como etnocracia judaica se encaixa nesse padrão ao promover a “judaização” da Palestina (YIFTACHEL, 2006), a exemplo da *Nakba*, dos persistentes anelos de “transferência populacional” e do “apartheid gradativo” (YIFTACHEL, 2006) nos TPO, cujas consequências são denunciadas como violações isoladas na relatoria que analisamos e, literalmente, como apartheid por Luciana Coconi (2010), Richard Falk - como relator especial apontado pelo CDH-ONU (UNITED NATIONS. Human Rights Council, 2014) - e em um documento recente da Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia Ocidental, encomendado a Richard Falk e Virgínia Tilley (UNITED NATIONS. Economic and Social Commission for Western Asia, 2017).

Boaventura de Sousa Santos (2010) asseverou que, no mundo pós-colonial, as antigas linhas abissais têm sido redesenhadas, dentro das próprias sociedades situadas do “lado de cá”. Assim, onde teoricamente vigoraria o direito e a lei, sua ausência passou a ser aceita, como nos campos de refugiados. Tal qual Castor Bartolomé Ruiz (2007), Daniel Feierstein (2011) igualmente assinalou as contradições da modernidade como paradigma de poder, que tem que subverter seus fundamentos igualitários diante da persistência da opressão de classes sobre classes e etnias sobre etnias, como por meio da execução de “práticas sociais genocidas”¹⁵⁷. Ruiz, Agamben, Feierstein e Bauman estão de acordo quanto às experiências do nazismo não constituírem exceções ou aberrações da modernidade, mas possibilidades latentes que não deixaram de existir após o término do III Reich. Conforme Bauman (1998, p. 30), o genocídio perpetrado pelos nazistas combinou elementos comuns, e ainda presentes na vida política contemporânea e “[...] nenhuma das condições que tornaram Auschwitz possível realmente desapareceu e nenhuma medida efetiva foi tomada para evitar que tais possibilidades e princípios gerem catástrofes semelhantes.”. Sendo os TPO territórios disputados e seu soberano uma etnocracia, temos uma nova combinação desses elementos comuns à modernidade (desumanização, controle populacional e biopolítico, exceção legal tornada permanente, etc.) que ensejam a barbárie, traduzida na relatoria analisada como “violações” do DIH e DIDH.

Para Appadurai (2010), a globalização¹⁵⁸ não eliminou o Estado nacional com sua “ideia fundamental e perigosa”: a defesa de posições étnico-nacionalistas ou da “soberania nacional baseada em uma etnicidade”, fortalecendo-se os “majoritarianismos”, com seu “narcisismo das diferenças menores”, “ansiedade da incompletude” e “identidades predatórias” portadoras das “sementes do genocídio”. Continua em vigor o modelo de Estado-nação moderno, com sua “inerente tendência etnicista”, que foi criado e naturalizado por meio de guerras, exclusões ou extermínios e regras de subordinação e homogeneização educacional e linguística. Dessa forma, prevaleceriam na “alta globalização”¹⁵⁹ dois tipos de violência praticados por motivos culturais (o campo principal dos delírios de pureza, autenticidade, fronteiras e segurança): a de diferentes movimentos etnonacionalistas (mormente limpezas étnicas) e aquela relacionada ao terrorismo e à “guerra ao terror”¹⁶⁰, além das reações e defesas do exclusivismo e intervenção estatal face à ingerência da globalização e do neoliberalismo. Conforme Enriquez (2001), a barbárie se disseminou onde a força das

ideologias exclusivistas (edificação de “cidades perfeitas”) foi consagrada e tornada política de Estado, sobrepondo-se ao reconhecimento do outro como ser humano.

Assim que, os fatos na Palestina/Israel constituem parte inseparável das barbáries praticadas por movimentos etnonacionais, em prol da constituição das “cidades perfeitas”¹⁶¹ (ENRIQUEZ, 2001) e da sucessão das “guerras civilizadas” pelas “guerras totais”, justificadas pela demonização dos inimigos como meio de mobilizar países democráticos (HOBSBAWM, 1998). Lembremos de Pappe (2008, p. 260-261) afirmando que, o problema com Israel é seu “caráter étnico sionista”, que não tem as mesmas margens de pluralismo que o judaísmo, especialmente para os palestinos que nunca poderão ser parte de Israel como Estado e espaço sionista. Acrescente-se a isso o consenso quanto ao DIDH ter sido sistematizado “[...] principalmente pelo fato de o próprio Estado ser o maior violador desses direitos.”, e que – tal qual Israel – respondendo a acusações de violações de direitos humanos os governos frequentemente invocam a ilegitimidade das acusações e dos mecanismos estabelecidos pela ONU (GUERRA, 2011; TOMUSCHAT, s/d; SILVA, 2004).

O que são os anuários da AI, e os relatórios de revisão periódica dos comitês da ONU por tema e país, senão um compêndio da barbárie praticada já sob a égide do sistema internacional de proteção dos direitos humanos? Da Indonésia ao Brasil, com a impunidade generalizada das mortes de jovens afrodescendentes pobres, inclusive com a atuação grupos de extermínio (AMNESTY INTERNATIONAL, 2015d; 2016; HUMAN RIGHTS WATCH, 2016), a implementação efetiva dos direitos humanos tem encontrado persistentes percalços. A título de exemplo, no anuário de 1971, a organização destacou a difundida impunidade, garantida pela ausência de um guardião dos direitos humanitários, bem como a “[...] escalada generalizada da brutalidade e violência ao redor do mundo”. Mesmo correndo o risco de ser repetitivo, vale mais uma vez lembrar a campanha global promovida pela AI (1993a; 1993b, p. 9-12) nos anos 1990 contra assassinatos extrajudiciais, mencionando as mortes de palestinos durante a Primeira Intifada ao lado dos massacres e extermínios na Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Indonésia, Uganda, Camboja, Argentina, Iraque, Afeganistão, Chad, Etiópia, Somália, Sri Lanka, Burundi, Tadjiquistão, Sudão, Quênia, Índia, El Salvador e Ruanda. Na ocasião, a organização denunciou as violações e a suposta fachada legitimadora buscada por governos ao ocultarem seu envolvimento nessas transgressões. “Violações de direitos humanos não são inevitáveis. Elas resultam de decisões governamentais. Esses governos devem ser forçados a mudar seus métodos.”, e a violência “[...] será endêmica

em qualquer sociedade na qual os direitos humanos sejam violados.”, com sua faceta intercomunitária geralmente resultando ou sendo exacerbada por políticas oficiais.

Conforme Richard Falk (2009), se, por um lado, a normatização do DIDH e do DIH gerou um elaborado sistema internacional de monitoria das violações, responsável por uma massa documental de valor histórico incomensurável produzida por diferentes agentes, a imposição de seus princípios tem dependido de quem é o violador e quais são os interesses de se fazê-lo acatar a lei. Se o “poder dos direitos” seria a faceta libertária do direito internacional, constituindo-se no principal meio de resistência contra arbitrariedades recentes (tendo enorme potencial para mobilização moral e legal), sua contrapartida seria os “direitos de poder” ou “nova formas de hipocrisia”, como apropriação arbitrária de direitos e normas para legitimar a promoção de objetivos geopolíticos, a exemplo das “intervenções humanitárias” e críticas seletivas. Portanto, a própria propagação dos direitos humanos, sua globalização, seria assimétrica, caracterizando-se por um “[...] diálogo global eurocêntrico ou centrado no Ocidente”. “De fato, a globalização dos direitos humanos lembram intervenções militares em sua visão bifocal de abusos no Norte e no Sul.”, com atores políticos poderosos ou bem relacionados imunes à responsabilização criminal, atribuída somente a lideranças menos expressivas internacionalmente e sem valor estratégico para as potências, inclusive ex-aliados passíveis de julgamento e punição (Saddam Hussein, Slobodan Milosevic, Osama Bin Laden, Muammar Kaddafi). “Atores hegemônicos” gozariam assim de um “[...] direito de exceção informal, embora plenamente eficaz, no sentido de não adesão ao direito internacional [...]”, coroado pelo poder de veto no CS-ONU, que juntamente com a primazia da soberania estatal seriam aspectos estruturais remanescentes da “ordem mundial westfaliana”. Seria uma “apropriação hegemônica do discurso dos direitos humanos” tanto por Estados infratores quanto por organizações internacionais supostamente neutras, como AI e HRW.

O caso mencionado por Falk (2009) para ilustrar a ambivalência dos direitos humanos, ou aquilo que chama de “poder de direitos” contraposto aos “direitos de poder”, é justamente Israel/Palestina, sendo os palestinos “[...] vítimas de múltiplos abusos associados à prolongada ocupação israelense e de severas táticas securitárias que desafiam as regras de conduta contidas nas Convenções de Genebra [...]”, com a escala e gravidade dos abusos, como o cerco à Gaza, “[...] se aproximando, senão configurando, proporções genocidas [...] qualificável, política e moralmente, como contínuo crime contra a humanidade, e por sua intencionalidade mesmo diante de

informações sobre seu impacto na população de Gaza também como genocídio.”. Nessas circunstâncias em particular, os avanços do DIDH seriam mínimos e não passaria de hipocrisia a defesa de uma moral pós-colonial e da democracia liberal tal qual feita pela Europa e América do Norte, demasiados seletivos naquilo que veem ou deixam de ver, com a liderança estadunidense se recusando a enxergar na iminente “catástrofe de Gaza” um desafio de direitos humanos e continuando a apoiar oficialmente as políticas israelenses. Vale uma citação mais longa, que denota a precariedade dos direitos humanos tanto a nível local quanto global:

Por seu silêncio, e além disso por seu apoio diplomático e material a essas políticas repressivas, esses Estados que falam muito sobre direitos humanos, e discorrem para o mundo não ocidental acerca de seus deveres em manter essas normas, nunca chegaram nem mesmo no estágio de admitir que existe um desafio ao trabalho dos direitos no concernente aos palestinos. Esses palestrantes em direitos humanos, reforçados pelo direito de poder, intensificaram sua punição ao povo palestino após o resultado das eleições livres internacionalmente monitoras que levaram o Hamas ao poder, em janeiro de 2006 [...] Em termos de diálogo sobre direitos, o caso palestino é mais profundamente revelador da extensão com que a suposta promessa global dos direitos humanos é quebrada sempre que colida seriamente com prioridades geopolíticas, o que estou chamando com deliberada ironia de “os direitos de poder”. Se o atual conflito entre Israel e Palestina for atribuído a mecanismos de julgamento de uma terceira parte independente a fim de avaliar de uma perspectiva da lei e moralidade as demandas de ambos os lados, há pouca dúvida que o resultado favoreceria os palestinos em cada aspecto central disputado [...] Um aspecto central dos direitos de poder tem sido a capacidade de Israel, reforçada pelos Estados Unidos, em excluir a avaliação dos méritos legais e da força moral das respectivas demandas de ambos os lados do contexto de qualquer “processo de paz” deflagrado [...] enquanto o lado mais forte insiste em manter a maior parte de suas vantagens ilegais resultantes de um domínio militar e diplomático assim como sua bem-sucedida recorrência como ocupante ao terrorismo de Estado e violência política, é aplaudido por suas iniciativas de paz e razoabilidade, enquanto o lado mais fraco é desprezado por sua imprudente e desafiadora recusa e suposta recorrência viciada ao terrorismo. Nesta questão, os direitos de poder consistentemente sobrepujaram o poder dos direitos no espaço público [...] Esse argumento pode ser generalizado muito além da particular tragédia da narrativa palestina [...] Essa estrutura sustentando a opressão e ofuscando várias formas de crueldade foi explícita nas relações entre a Europa e o Oriente Médio e sul da Ásia durante o período colonial, mas persistem em muitos, mas não todos, caracteres pós-coloniais, ainda que frequentemente sob formas disfarçadas e inconsistentes [...] Esse padrão é definitivamente descritivo de muitas realidades intergovernamentais e inter-regionais, mas também de formas mais complicadas afeta uma infinidade de configurações intragovernamentais (FALK, 2009, p. 28; 30-31).

Crítica semelhante é feita por Immanuel Wallerstein (2007) e Ignacio Ellacuría. Para o primeiro, a arbitrariedade do discurso dos direitos humanos se situaria no quadro maior da expansão do “sistema mundo moderno” e dos discursos empregados pelo “Ocidente” para justificar seu domínio sobre os povos “periféricos” do centro do capitalismo¹⁶². Para Ellacuría se os direitos humanos representam ao mesmo tempo a

superação do mal comum e a concretização do bem comum - sendo um momento ideologizado da práxis humana -, se não forem historicizados e verificados conforme suas consequências práticas para as vidas dos excluídos descambarão em uma abstração predicada em princípios alheios à realidade, ou manipulados para manter a opressão de muitos por poucos, constituindo-se em uma “cultura anestesiada” (MARTÍNEZ, 2008, p. 38-42)¹⁶³. É essa dualidade, garantida pela perpetuação do sistema westfaliano de primazia do Estado e de sua soberania, que permite a continuidade das violações na Palestina, não obstante seus primeiros registros datarem da *Nakba* e do começo da ocupação, com a própria ONU criando um comitê especial (CEIPI) para averiguar as violações (FALK, 2009, p. 5-6; 16-17; 26; 34; 40;143). Desde então, muito se escreveu, denunciou-se, mas pouco foi feito de efetivo para alterar as violações diárias. A título de exemplo, recentemente, Estados Unidos e Israel pressionaram a AP para ela não aderir ao TPI, tentando impedi-la de assegurar a prevalência do DIDH e DIH (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014).

Assim, ao invés de exceção na suposta marcha geral da humanidade em direção ao progresso, as violações de direitos humanos e humanitários na Palestina/Israel integram o que Hobsbawm chama de “descida para a barbárie”, acompanhada da disseminada exceção legal, que conforme Giorgio Agamben (2004; 2007) e Daniel Feierstein (2011) “constituem o coração estratégico do nosso ordenamento social, a ‘matriz oculta’ da modernidade”. Basta recordar das conclusões da campanha internacional da AI (1993a) contra assassinatos extrajudiciais, inclusive nos TPO, bem como dos apontamentos reiterados pela Yesh Din quanto à vulnerabilidade da vida e das propriedades palestinas. Pensando no padrão das mortes extralegais, a AI afirma que, nas mais variadas circunstâncias

Existe um sistema elaborado para garantir que a verdade não emerja e que os perpetradores escapem da justiça. Conhecido como impunidade, isenta os violadores de direitos humanos de investigação, acusação ou punição, na verdade, de qualquer reparação independentemente das ações. Quando a impunidade prevalece os direitos humanos estão em grave perigo. Impunidade é oficialmente garantida por uma variedade de métodos. Alguns governos obstruem a justiça aprovando leis que garantem imunidade aos membros das forças de segurança que violam os direitos humanos; eles legalizam o ilegal [...] Outros governos fingem investigar violações dos direitos humanos, mas na prática garantem que as investigações não levarão a lugar algum [...] Às vezes, a impunidade é garantida retrospectivamente. Quando terminam os períodos de graves abusos as portas são fechadas para o passado. A decisão de não punir as violações de direitos humanos é justificada por razões de “reconciliação nacional”. Independentemente, onde a impunidade prevalece os efeitos são os mesmos. Quando as forças de segurança escapam de responsabilização por assassinatos políticos e “desaparecimentos” diários, a impunidade se torna parte da vida da nação. O

estado de direito se desintegra [...] centenas de civis palestinos têm sido mortos pelas forças israelenses [...] Normalmente, as investigações dessas mortes têm sido inadequadas e raramente resultaram em acusações (AMNESTY INTERNATIONAL, 1993a, p. 9-12).

Contextualizando essas mortes, a AI (1993a; 1993b) aponta para a difusão de conflitos armados nacionalistas, separatistas ou religiosos, seguidos da adoção do terrorismo e de sua versão de estado. Em todo o mundo, protestos pacíficos têm virado massacres quando agentes estatais utilizam de força desmedida. Como a maior parte dos governos promotores dessas mortes políticas é signatária dos tratados de direitos humanos, os manifestantes são responsabilizados pelo início da violência nos relatórios oficiais, sendo as mortes ou justificadas dessa forma ou veementemente negadas. Minimizando as violações flagrantes também são adotados métodos de assassinato e ocultação de cadáveres ou proferidos discursos que rebatem as críticas, alegando que a violência é endêmica. Poucos governos ousam ordenar abertamente assassinatos e desaparecimentos pelo medo de atrair a repreensão da opinião pública internacional, recorrendo cada vez mais a “[...] operações cobertas e estratégias sofisticadas de acobertamento.”¹⁶⁴. Portanto, “As circunstâncias envolvendo aparentes assassinatos políticos são, muitas vezes, pouco claras. É apenas a conduta do Estado combinada com um padrão de incidentes similares que aponta para a possibilidade de que as mortes foram deliberadas e ilegais.”, sendo a impunidade forte indício. É justamente essa constatação que é possível fazer a partir da leitura dos testemunhos compilados pela *Breaking the Silence*, da relatoria seriada feita pela Yesh Din e dos documentos da AI e HRW concernentes às Intifadas e às operações contra Gaza pós-desengajamento. Vigora uma política de ocupação, que tornou a população privada de seus direitos mais elementares e exposta à violência soberana.

Ao contemplar o tema da violência na modernidade, esmiuçando as estruturas legais que permitem sua prática, as reflexões de Agamben (2004; 2007) acerca do estado de exceção, campo e *homo sacer* são de extrema valia também para a compreensão da vulnerabilidade palestina e impunidade nos TPO, tal qual denunciada pelos relatórios e testemunhos. Conforme o filósofo italiano, de forma progressiva o poder soberano foi se apropriando da vida biológica (*zoe*) e não política (*bios*) de seus súditos, submetendo-a e a tornando seu objeto de manipulação, podendo retirá-la a qualquer momento (portanto, *vida nua* ou desprotegida). Não mais se atendo especificamente à regulação das relações políticas, cabe agora igualmente ao soberano decidir sobre o valor da vida como tal, optando em mantê-la viva, deixa-la à mercê da

morte ou a aniquilar sistematicamente. Assim, várias populações sujeitas ao poder soberano, enquanto teoricamente têm seus direitos assegurados pelo Estado (geralmente em conformidade com tratados internacionais incorporados nas legislações nacionais), na prática têm esses mesmos direitos suspensos e se encontram completamente expostas à arbitrariedade do governo e de seus agentes. Nessa condição de suposta proteção, estariam de fato vulneráveis, no limiar entre a norma e a exceção, entre a inclusão e a exclusão no ordenamento jurídico, com suas vidas passíveis de serem retiradas sem que isso configure uma transgressão legal. São vidas mantidas à margem, portanto, matáveis, prescindíveis sem gerar repercussão legal (impunidade).

Em outras palavras, ao passo que na modernidade várias sociedades padronizaram a igualdade e proteção jurídica como alicerces de suas instituições, elas têm sido efetiva e corriqueiramente suprimidas pela manutenção das desigualdades, o que fica explícito na vida negada dos proscritos sociais. Se estes formalmente gozam de todos os direitos assegurados pelo Estado e por entidades internacionais, na prática “[...] sofrem a suspensão real, gradual ou extrema, dos direitos fundamentais para uma ‘vida digna’.”. Estariam assim em uma “[...] situação de inclusão excludente [que] expõe a vida humana a uma flagrante contradição, ela é protegida formalmente pelo direito enquanto é negada realmente pela suspensão prática dos direitos.”. Logo, situada essa vida como exceção legal tanto pelo decreto formal do estado de exceção quanto por políticas extraoficiais cada vez mais comuns, tratar-se-ia de sua inclusão exclusiva no ordenamento jurídico. Uma *vida nua* de direitos, exposta à arbitrariedade do poder e da violência, “[...] excluída pela suspensão dos direitos básicos para sua existência digna, porém incluída formalmente na ordem social e jurídica como vida normal.”. O *homo sacer* é aquele diante do qual qualquer um é soberano e pode mata-lo impunemente. Recorrendo a um intérprete de Agamben, Castor Ruiz (2011)

É uma vida paradoxal, normalizada no ato da exclusão e excluída sob a forma de suspensão normal dos direitos. A vida do excluído desvela as incongruências e insuficiências da igualdade formal do Estado de direito enquanto este normaliza a suspensão real dos direitos. Ela se encontra exposta no limite da vulnerabilidade e, nesse limite, desmascara as artimanhas das formalidades jurídicas do Estado de direito quando são utilizadas como artifícios legitimadores da exclusão, reduzindo a vida excluída à normalidade incluída na ordem.

Esse paradoxo da igualdade e da proteção formal, contrapostas à desigualdade e à vulnerabilidade real da vida excluída, significa a suspensão de fato do direito à igualdade e à vida. O excluído se encontra assim no limiar da vida e morte, no limite de

sua sobrevivência, e exposto ao arbítrio estrutural, pois seus direitos fundamentais foram suspensos, seja de forma gradual ou abrupta, por meio do estado de sítio formalmente declarado ou de medidas extraoficiais (como reclusão em espaços de institucionalização permanente da exceção legal ou “campos” e submissão a “assassinatos extrajudiciais” e a maus-tratos e tortura sistemáticos). Como *vida nua*, o *homo sacer* está vulnerável a todo tipo de abuso, inclusive uma morte que poderia ser evitada. Esta vida humana está assim marginalizada do ordenamento jurídico: seu sofrimento e morte por inanição ou execução são fatos normais da dinâmica social, não culminando em processos judiciais. Legalmente desprotegida, pode ser fisicamente abusada e extinta.

Segundo Agamben (2007, p. 173), há espaços recortados e excluídos do ordenamento legal nos quais a exceção foi institucionalizada e tornada permanente (como os campos de concentração e extermínio nazistas e, mais atualmente, prisões no Iraque e Afeganistão ou campos de refugiados na Europa). Chamados de *campos*, tais espaços surgiram das experiências coloniais e tem como base jurídica não o direito comum, mas o de exceção ou marcial, sendo o internamento neles dado pela “custódia preventiva” (como poder de tomar sob custódia indivíduos independentemente de qualquer conduta penalmente relevante a fim de evitar supostos perigos à segurança do Estado) - o mesmo pressuposto das “detenções administrativas” e “ordens de restrição” israelenses.

Considerando a abordagem meramente humanitária (ou mesmo a ausência desta) em relação aos TPO, sendo Gaza do pós-engajamento mantida deliberadamente na “iminência de uma catástrofe humanitária”, vale aludir a Agamben (2007, p. 141). Para ele, refletindo de uma forma mais ampla, “A separação entre o humanitário e político, que estamos hoje vivendo, é a fase extrema do deslocamento entre os direitos do homem e os direitos do cidadão.”, com as organizações humanitárias não podendo “[...] fazer mais do que compreender a vida humana na figura da *vida nua* ou da vida sacra, e por isto mesmo mantêm a contragosto uma secreta solidariedade com as forças que deveriam combater.”. É como vida matável que as vítimas se tornam objeto de ajuda e proteção. Assim, “O humanitário separado do político não pode senão reproduzir o isolamento da vida sacra sobre o qual se baseia a soberania, e o campo, isto é, o espaço puro da exceção, é o paradigma biopolítico para o qual ele não consegue encontrar solução.”. Seguindo o filósofo italiano, a exceção legal se institucionaliza em paralelo com a desnacionalização de cidadãos.

Agamben (2004, p. 13-18; 27-28; 313; 2007, p. 27; 173) destaca que, atualmente, a exceção e vulnerabilidade coexistem com o “Estado de direito”, ao invés de marcarem uma ruptura formal – o que suscita um interessante paralelo com as linhas abissais de Boaventura de Sousa Santos, com a alegabilidade “do outro lado” coexistindo com a legalidade “do lado de cá” (metáfora visualizável ainda mais facilmente na Palestina/Israel pelo território estar, literalmente, cindido por uma linha: o Muro da Separação). A exceção, inicialmente instituída de forma temporária por dispositivos excepcionais diante de crises, consumou-se em “instituições duradouras mesmo em tempos de paz”, sendo a *vida nua* (excluída e capturada pelo ordenamento) o “fundamento oculto da totalidade do sistema político” e os *campos* a “a matriz oculta, o nômós do espaço político em que ainda vivemos.”. Um das teses de Agamben (2007, p. 27) é que “[...] o próprio estado de exceção, como estrutura política fundamental, em nosso tempo, emerge sempre mais ao primeiro plano e tende, por fim, a tornar-se a regra”. Ainda, desde as experiências do totalitarismo moderno “[...] a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.”, como técnica de governo amplamente empregada. Um exemplo dado por Agamben são as “ordens militares” promulgadas pela presidência dos EUA em 13 de novembro de 2001, autorizando detenções por tempo indefinido e julgamento de processos diante de comissões militares – o que ocorre na Palestina desde o Mandato, em Israel até 1966 e nos TPO desde 1967 até hoje. “[...] Conforme uma tendência em ato em todas as democracias ocidentais, a declaração do estado de exceção é progressivamente substituída por uma generalização sem precedentes do paradigma da segurança como técnica normal de governo.” – o que não destoa da questão da “fachada democrática” de Yiftachel. Uma analogia interessante são os RED britânicos, que de ordenamento emergencial adotado em 1945 para coibir o terrorismo sionista (e inclusive condenado pelas lideranças judaicas da Palestina) foram prorrogados para controlar os árabes israelenses logo após a fundação de Israel e, depois de uma breve pausa (o governo militar sobre eles terminou em 1966), foram inseridos na legislação ordinária dos TPO, e assim banalizados em seu cotidiano até hoje.

O contexto do pós-11 de Setembro é caro a Agamben e a outros pensadores, como padrão de violação do DIDH e DIH ou como vigência da exceção legal por meio da suspensão paralela em determinados espaços (*campos*) sem romper de todo com a

normalidade do estado de direito, preservando assim uma fachada legal. Seguindo Richard Falk (2009), os atentados contra os Estados Unidos em 2001 comprometeram ainda mais o avanço parcial da arquitetura protetiva internacional ao reintroduzirem a ênfase nos conflitos e em uma suposta segurança global a ser garantida por meio da luta assimétrica e preemptiva de Estados soberanos contra agentes não estatais, em detrimento dos direitos humanos. Casos paroxísticos seriam a flexibilização da soberanias nacionais com as invasões do Iraque e do Afeganistão, ações militares em vários outros países do Oriente Médio e a “legalização” da tortura e da transferência de presos políticos (“combatentes ilegais” ou “terroristas”) para centros secretos de detenção desprovidos da arquitetura protetiva humanitária. A resposta estadunidense ao Onze de Setembro marcaria um retrocesso na causa dos direitos humanos, não sendo um “efeito necessário dos ataques”, mas “[...] uma escolha moldada tanto por ambições geopolíticas quanto por desafios securitários representados pelo megaterrorismo.”, sendo a combinação entre geopolítica e guerra como resposta ao terrorismo um vetor destabilizador dos direitos humanos. Recordemos do relatório conjunto do CPCTI e ADALAH (2010) afirmando que, os espaços de exclusão da vida humana no contexto das guerras contra o Terror (inclusive nos TPO) constituem “buracos negros legais”, pois sistematicamente despem os detentos dos direitos mais básicos e funcionam a partir da “completa suspensão do estado de direito” (PUBLIC COMMITTEE AGAINST TORTURE IN ISRAEL; ADALAH, 2010, p. 1; 46). Tal ponderação está muito próxima do conceito agambeano de *campo*.

Conforme Castor Ruiz (2007, p.29), “O estado de exceção, total ou parcial, justifica-se como uma exceção da ordem legal, dos princípios do direito e dos direitos reconhecidos aos cidadãos como direitos do ser humano (Direitos Humanos).”. Atualmente, “O estado de exceção vigora sobre amplos territórios e populações [...] uma longa lista de países difícil de relatar [...] a figura da exceção continua vigente em muitas situações sociais e políticas.” sendo o “grande paradigma biopolítico do Estado”, a exemplo da “condição de exceção” vivida por “excluídos sociais” e por migrantes clandestinos, dos “campos de exceção” para refugiados dispersos pelo mundo (de Burundi à Bósnia), do “USA Patriotic Act” e dos detidos por suspeita de terrorismo em “prisões secretas” como Guantánamo (igualmente “campos de exceção”). Ainda seguindo Ruiz, as prisões arbitrárias ou “sequestros oficiais” dos “combatentes ilegais”, que caracterizam a “Guerra contra o Terror” no novo milênio, têm antecedentes diretos nos TPO, mesmo antes da Primeira Intifada, conforme bem observa Lisa Hajjar (2005)

que destaca o aprendizado dos EUA com Israel no contexto da Guerra contra o Terror e denuncia a arbitrariedade de suas práticas e colisão com a vigência de direitos básicos.

De todo modo, Guantánamo é um predicado antigo, inclusive semelhante às práticas ditatoriais na América Latina de sequestrar, torturar e assassinar militantes, simpatizantes ou punir coletivamente comunidades rurais inteiras por apoio a guerrilhas, e posteriormente forjar as cenas dos crimes e os negar. A experiência latino-americana e estadunidense pós-11 de Setembro constitui um bom comparativo para entender a situação médio-oriental, que está longe de ser excepcional nos dois séculos mais mortíferos da história humana. Nesse contexto de aceitação quase consensual do DIDH e DIH (ao menos no campo do discurso¹⁶⁵) como “ambição normatizadora da sociedade global” e critério de legitimidade dos países (PIOVESAN; MEDEIROS; VIEIRA, 2008; RAMOS, 2005, p. 59-67; FALK, 2009), Oren Yiftachel (2006) parece ter enfatizado para as etnocracias algo que mais parece uma característica de todos os Estados contemporâneos: a necessidade de manutenção de fachadas democráticas¹⁶⁶. Não manteve a ditadura brasileira uma “fachada democrática” com seu sistema bipartidário e negando, corriqueiramente, a sistematização de violações como tortura e assassinatos, inclusive por meio de “inquéritos oficiais”?

O conflito na Palestina/Israel integra a ambivalência da modernidade ou das civilizações e pode ser compreendido tanto a partir das categorias agambeanas quanto dos arquétipos propostos por Enriquez (2001): Eros (como “civilização”, amor, edificação) e Tanatos (morte, ódio, destruição, barbárie)¹⁶⁷. Exemplificando a partir do processo de fundação do Estado de Israel, em 1948, Eros estaria na empresa coletiva sionista, que culminou na “jubilosa” criação do “Estado judeu”, idealizado desde o final do século XIX como reduto seguro para os judeus em um mundo marcadamente hostil e antissemita. Não coincidentemente, essa narrativa configura a versão oficial israelense para a “Guerra de Independência”. A presença de Tanatos fica nítida naquilo que Ilan Pappé (2006) define categoricamente como “limpeza étnica da Palestina”, cujos antecedentes ideológicos ele próprio e Nur Masalha (2008) rastreiam já nos primeiros articuladores do movimento sionistas, como Theodor Herzl. Na historiografia, a segunda versão do ocorrido configura tanto a narrativa crítica dos “novos historiadores israelenses” e do “pós-sionismo” quanto a narrativa palestina sobre a *Nakba* (catástrofe), sublinhando os massacres de civis, a destruição de uma sociedade árabe existente há séculos, senão milênios, e o exílio de centenas de milhares tornados

refugiados e desapropriados (NIMNI, 2003; VIDAL; ALGAZY, 1998; GORDON, 2008; SAHD, 2012). Oren Yiftachel (2006, p. 109) é pontual:

O retorno dos judeus para a terra mítica de seus ancestrais e a percepção dessa terra como um paraíso seguro após gerações sofrendo perseguições teve um poderoso sentido libertário, especialmente após as atrocidades nazistas na Europa e as subseqüentes ameaças árabes à segurança de Israel. O lado macabro desse projeto foi ignorado durante a construção de um tranquilo retorno dos judeus à sua terra bíblica prometida. Poucas vezes judias dissidentes foram ouvidas contra essas práticas judaizantes. Qualquer oposição que surgiu foi suprimida pelas elites judaicas.

4.2.1. Interpretações sobre a ocupação israelense e o sistema e a exceção legal

Expostos os conceitos mais gerais utilizados para compreender a *vida nua* na modernidade, cabe pensar agora compreender como se dá sua manifestação concreta na Palestina/Israel. Primeiramente, ao denunciarem a longa vigência da impunidade e vulnerabilidade palestina nos TPO, os diferentes relatórios de direitos humanos e humanitários estão descrevendo uma realidade interpretável a partir desse referencial mais geral, que portanto encontra paralelos em diferentes rincões do planeta. Especificamente nos TPO, a primeira exclusão da vida é o não reconhecimento da vigência do DIH e DIDH e a integração dos RED em sua legislação ordinária. No novo milênio, as próprias definições oficiais relativas aos TPO - “conflito armado quase guerra” ou Gaza como “entidade hostil” (DUGARD, 2014) - indicam sua localização em um espaço limiar de vigência e ausência da lei, um espaço sombrio, que em último caso priva os palestinos de proteção legal, pois tais categorias não tem reconhecimento internacional.

Em sua reflexão sobre as categorias agambeanas, Castor Ruiz (2007) afirma que, “Merece especial menção a situação de estado de exceção em que vivem atualmente os territórios palestinos.”, como “autêntico paradoxo legal”, “[...] autênticos modelos de campos de exceção sobre os quais se aplica a soberania da força como método de controle [...] exemplo de controle biopolítico pelo Estado de Israel.”, evitando o crescimento e a expansão palestina. Sob pretexto de “ameaça terrorista potencial” a população palestina dos TPO está cercada, “controlada em todas suas formas de subsistência”, “monitorada em todos seus movimentos” e integra os grupos humanos que atualmente vivem em “estados de exceção”. Embora não seja um “extermínio” - não há um “genocídio massivo” -, as “mortes seletivas de pessoas” estão acompanhadas de “enclausuramento” e “fragmentação dos grupos populacionais”, que culminam em

uma “paulatina restrição de crescimento populacional”. Em sentido semelhante, Sari Hanafi (2005) recorre ao termo “espaçocídio” para descrever o projeto colonial israelense, fundamentado em mecanismos biopolíticos que situam os palestinos em vários “estados de exceção”. Para Slavoj Žizek (2003, p. 148) a silenciosa expansão israelense, as decorrentes ações dos refuseniks e o ciclo de violência denotam “[...] o aspecto de reduzir uma nação inteira à condição de *homo sacer*, ao submetê-la a uma rede de regulamentos escritos e não escritos que remove sua autonomia como membros de uma comunidade política.”.

De fato, as passagens contundentes da relatoria analisada quanto à ineficácia dos órgãos e procedimentos israelenses de aplicação da lei sobre civis e militares infratores reforçam essas considerações gerais sobre a ausência da lei e o estado de exceção nos TPO. Tanto a HRW (1990; 2005) quanto a Yesh Din (2011a; 2014a; 2015b) e a B’Tselem (2001) consideram como uma “decisão política” a manutenção da não aplicação da lei nos TPO. As medidas características de estados de exceção descritas nos anuários da AI e demais relatórios (restrições, fechamentos, detenções e julgamentos arbitrários, censura, deportações, maus-tratos e tortura, prisões em massa, punições coletivas, destruições e desapropriações de propriedades, ferimentos e mortes de civis) denunciam também na Palestina/Israel a ausência de proteção legal e inobservância dos demais direitos civis e políticos, estando a vida e as propriedades *nuas* ou vulneráveis.

Partindo dessa perspectiva, Israel nega categoricamente, desde 1967, a vigência plena do DIDH e do DIH nos TPO, forjando uma interpretação apócrifa dos mesmos no sentido de legitimar a exceção generalizada que lhe permite manter a ocupação e aprofundar a colonização. Dentre tantos outros exemplos, evidencia a prevalência da exceção legal nos TPO o fato de que, embora Israel tenha ratificado a convenção da ONU contra a tortura em 1991, seus governos afirmam que ela não tem validade para os palestinos vivendo sob ocupação, sob o argumento de que seu status não está definido e Israel “administra” e não “ocupa” os territórios. Diante disso, “de seu local oculto” dentro da institucionalidade o Serviço Geral de Segurança (SGS) israelense opera as torturas, blindado de qualquer supervisão eficaz e crítica já que a ACJ “efetivamente carimbou” sua legalização (HAJJAR, 2005, p. 72-75). Nessa perspectiva, de fato, estamos diante de um *campo*, como espaço institucionalizado da exceção legal permanente, como afirmam Žizek (2003), Ruiz (2007) e tantos outros. A introdução do anuário de 1992 da AI menciona Israel e os TO ao lado da Guatemala como locais onde

julgamentos parciais de violadores de direitos humanos mantêm uma impunidade generalizada.

Mas, a experiência israelo-palestina da *vida nua* tem muitas especificidades. A fundação e consolidação do “Estado judeu” conforma um projeto colonial derradeiro, portador de todo o imaginário orientalista e colonialista europeu e da “tendência etnicida” dos nacionalismos, que reivindicou um território extra-europeu a partir não só da suposta superioridade civilizacional (“*terra nullius*”), mas também de supostos direitos “históricos” ou divinos, em um contexto de expansão do sistema-mundo moderno/capitalista que desestruturou sociedades tradicionais. Tal ideário, inerente à proposta sionista de criar um “Estado judeu” na Palestina, materializou-se na fundação de Israel. Como um Estado moderno etnocrático, seus órgãos e instituições estão aparelhados pela etnia dominante e promovem a judaização do espaço disputado, mantendo um sistema de discriminação sistemática (“apartheid gradativo”). Assim, gradativamente, tem continuidade a limpeza étnica iniciada com a *Nakba* por meio de um processo de colonização (pautado por medidas legais e extralegis, com a conivência estatal), que culmina na concentração da população palestina em rincões de grande densidade demográfica (áreas A e B). Para suprimir a oposição a esse processo, frequentemente, enorme poder bélico é mobilizado impunemente para, intencionalmente, difundir o terror em meio à população sistematicamente desumanizada e vulnerabilizada, desarticulando seus laços de solidariedade à resistência e fazendo avançar a colonização. Se aprofundarmos esse ponto mais adiante, lembremos de antemão do Relatório Goldstone (2009, p. 408; 415-416) descrevendo a Chumbo Fundido como “[...] um ataque deliberadamente desproporcional designado para punir, humilhar e aterrorizar a população civil.”. Assim podemos interpretar as violações na Palestina/Israel descritas nos relatórios tanto a partir da dimensão global de barbárie e exceção legal inerente à modernidade e aos projetos etno-nacionais quanto a partir de outras chaves como orientalismo, colonialismo, linhas abissais, sintetizadas de forma eficaz pelo conceito de etnocracia.

Mais especificamente, esse conceito permite compreender a ocorrência da exceção legal nos TPO, ou como estes se caracterizam como *campo* e sua população como *homo sacer*. É quase incontestável que, os testemunhos reunidos pela Breaking the Silence e os anuários e relatórios da AI (2002b; 2002c; 2009b, 2013c; 2014a; 2014b), HRW (1990; 2005) e Yesh Din (2006; 2014b; 2015b) concernentes ao cotidiano da ocupação e às operações militares coligem evidências suficientes não só da

impunidade generalizada, mas também da intencionalidade e institucionalização da destruição e mortes de civis. Na prática, o sistema de aplicação da lei é inoperante, tanto para as patentes mais baixas quanto mais altas da hierarquia militar, não sendo investigada a responsabilidade do alto-escalão incumbido de planejar e garantir a execução das diretrizes operacionais, que invariavelmente geram as violações. Afinal, o órgão que deveria cumprir essa função, a AMG, tem um papel dual, pois tanto assessora juridicamente o planejamento das ações quanto supostamente investiga a legalidade da ações (B'TSELEM, 2013; 2014; YESH DIN, 2008, 2011c; 2015a; UNITED NATIONS. HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2010). Ao manter a ineficácia das investigações e condenações - mesmo após a mudança da lei que supostamente restituiu (ao menos na Cisjordânia) a abertura automática de investigações para a morte de civis palestinos por militares -, a AMG enviaria aos a mensagem de que “[...] mesmo se vocês matarem palestinos que não representam nenhum perigo, mesmo se vocês violarem os regulamentos, tomaremos medidas para encobrir o ocorrido e assegurar que termine sem qualquer prestação de contas real.”. A impunidade também vigeria para os colonos infratores, desde antes da Primeira Intifada (B'TSELEM, 2014; 2015).

Lembremos também da denúncia feita pela Yesh Din (2014b) da transferência de poderes de segurança e policiamento aos colonos e como eles abusam dessas prerrogativas para avançarem na colonização, concomitantemente à cumplicidade dos militares diante de suas atividades e à ineficácia da polícia em aplicar a lei sobre eles. Mas, mantem-se uma “fachada democrática”, pois aparentemente funciona todo um complexo sistema de aplicação da lei nos TPO, inclusive durante as operações militares, que nega as violações em consonância com as diretrizes apontadas pela campanha internacional da AI (1993a; 1993b). Assim, as desapropriações, mortes e destruições ficam impunes, a despeito do conflito inerente com o DIH, DIDH ou mesmo com as normatizações oficiais israelenses. Conforme a Yesh Din (2015b), essa “política de tolerância” (Yesh Din) (ou “cultura da impunidade”) torna o “conceito de estado de direito [...] sem sentido sob a ocupação israelense da Cisjordânia”, denotando ainda a “dissonância cognitiva” entre as arbitrariedades diariamente praticadas e a tentativa de normalização da colonização, “criando a aparência de que o estado de direito existe na Cisjordânia.”.

Tal reflexão, além das categorias agambeanas, também está em consonância com as linhas abissais de Santos (2010): os crimes praticados nos TPO sequer são reconhecidos, permanecendo impunes, pois praticados em territórios “alegais” situados

do “lado de lá” onde vigora o paradigma da violência e desapropriação e é lícito matar, pilhar e empregar a violência estatal, sem acarretar em consequências legais, pois constituem o reino do tudo é permitido. Em contrapartida, as ONGs críticas negam essa “invisibilização” e buscam afirmar a vigência da lei. Os TPO como “espaços coloniais” não podem ser compreendidos a partir das categorias de legal ou ilegal, mas de alega ou “sem lei”, ou o estado de natureza hobbesiano onde não há instituições da sociedade civil. Outra aproximação possível entre Agamben e Santos, válida para a Palestina/Israel, é que para ambos a exceção legal vigoraria sem a suspensão dos direitos e garantias constitucionais. Quase imperceptivelmente, retroagem as garantias democráticas e de direitos humanos, sob pretexto de assegurá-las.

Antes de Agamben e Santos, Said (1995, p. 70; 75) já denunciara os vínculos entre colonialismo e manutenção de exceção legal justamente partindo da situação dos palestinos, que desumanizados estão expostos à expulsão, desapropriação, diferentes tipos de abuso e morte, espezinhando-se suas “vidas, propriedades e direitos nacionais”, inclusive com sanção estatal (SAID, 1992, p. 180-181). Em sentido semelhante, Idith Zertal e Akiva Eldar (2007, p. 103-106; 76-77; 84; 92-95; 111) destacam, sobretudo, a ambiguidade intencional dos governos israelenses diante da colonização e a fragilidade das propriedades palestinas, o que permite intensificar a presença israelense nos TPO ao mesmo tempo em que se tenta manter uma adesão ao menos retórica ao direito internacional, em sua versão adaptada por Israel de serem Gaza e Cisjordânia “territórios administrados” e não “ocupados”. Seria uma espécie de “terra nua”, como veremos mais adiante. Mas, os autores vão além, denunciando a vulnerabilidade física dos palestinos diante das ações violentas dos colonos, toleradas pelo aparato estatal, com procedimentos legais ineficazes que apontam “o baixo preço das vidas árabe e o obscurecimento da lei” – assim como fica explícito, sobretudo, nos relatórios da Yesh Din.

Se Zertal e Eldar (2007, p. 330; 346; 373) não abordam tal tema de forma sistemática, mencionam-no em diferentes passagens sobre a convivência das forças armadas com os infratores e a sensação destes de que não há lei nos TPO. Em 1980, o diretor do Shin Bet teria ameaçado renunciar em protesto à intervenção do primeiro-ministro, tentando impedi-lo de investigar ataques contra prefeitos palestinos, infiltrar agentes junto a grupos paramilitares judaicos e prender lideranças do Gush Emunim¹⁶⁸. Além da leniência evidenciada nas penas leves e desproporcionais, logo perdoadas pela presidência, a demora com que os geralmente eficazes serviços de segurança israelenses

desmantelaram o “grupo terrorista” Jewish Underground “[...] também demonstra a imunidade que as autoridades estatais garantem aos colonos.”. Em outra passagem, os autores comentam que, em um boletim publicado durante a Segunda Intifada, o comandante da brigada de Hebron revelou que fechou dezenas de casos abertos pela polícia contra os colonos da cidade e que tentou afastar as forças policiais da cidade, em um contexto de violência diária contra seus habitantes palestinos. “A estrutura de aplicação da lei que alivia a punição dos réus colonos de forma tão abrangente não termina com a permissividade da polícia ou com a lei separada aplicada aos colonos.”, dado que o escritório da procuradoria do Estado – sob intensa pressão dos próprios colonos - têm colaborado com “essa discriminação legal” dos palestinos.

De fato, respaldando tanto essas considerações de Zertal e Eldar quanto a definição dos TPO como *campo*, diferentes relatórios apontam que, em Gaza e na Cisjordânia vigora uma ampla e duradoura impunidade no tocante a vários abusos (inicialmente maus-tratos e tortura e, gradativamente, mortes de civis), sendo a Faixa pós-desengajamento o paradigma, pois embora Israel seja considerado ocupante por diferentes agências da ONU e organizações não governamentais nega qualquer responsabilidade diante de sua população, sendo o território definido peculiar e ambigualmente como “entidade hostil” (categoria estranha ao direito internacional). Contrapondo os depoimentos mencionados pela Breaking the Silence às conclusões da própria entidade e aos relatórios da Yesh Din, AI e HRW, é seguro afirmar que, desde no mínimo a Primeira Intifada os governos israelenses vêm permitindo a morte de palestinos, o que ajuda a entender o crescimento dos óbitos. Desde então, o Estado não só vem permitindo, como mantém uma política de assassinatos – o que passou a ser admitido dos anos 1990 em diante e fica explícito na documentação e com base no critério estabelecido pela campanha internacional da AI contra execuções extrajudiciais (detectar o envolvimento governamental em mortes políticas a partir da recorrência das violações e de uma impunidade sistemática).

Para descrever a vigência da exceção legal nos TPO de forma mais específica e aprofundada é necessário tecer considerações sobre a atuação da ACJ e do “sistema legal” em vigor. A situação é mais complexa do que uma suspensão abrupta e explícita da lei, sendo a vulnerabilidade da vida e das propriedades palestinas garantida por meio da não aplicação da lei, de interpretações ambíguas e de subterfúgios diversos que levaram Eyal Weizman (2007) a caracterizar a gestão da ocupação como uma “política do caos”. O arquiteto e urbanista israelense coloca a ACJ¹⁶⁹ no centro dos embates pela

propriedade das terras nos TPO, salientando a justificativa legal encontrada e aceita por ela para manter a desapropriação contínua dos palestinos (manipulação dos termos “necessidades securitárias temporárias” e “interinidade permanente”, sendo o caráter supostamente transitório a própria materialização da exceção legal ou emergência). Vejamos: aparentemente em consonância com a Convenção de Haia, aceita pelas cortes israelenses como vinculante, a requisição de terras pela potência ocupante – que foi determinante para o estabelecimento de colônias - só pode ocorrer por “necessidade militar urgente” e para o “benefício da população local”. A saída encontrada pelos órgãos da ocupação foi “requisições” temporárias de uso, que se distinguem de expropriação ou fechamento de áreas. Contudo, se a categoria de requisição temporária fora prevista pelo direito internacional com base no caráter transitório das ocupações, em Israel/Palestina serviu de subterfúgio para a “suspensão de direitos” por tempo indeterminado, afinal em 2017 a ocupação israelense completa seu meio século de existência.

David Kretzmer (2002, p. 187-194), ao mesmo tempo em que destaca a revisão judicial exercida pela ACJ sobre os atos dos militares nos TPO e aponta que se isso é uma novidade em relação a outras situações semelhantes ao redor do globo, com a própria revisão cumprindo uma função restritiva sobre as autoridades, afirma também que “[...] nas decisões atuais, especialmente aquelas acerca de questões substantivas de princípio ou política, a função legitimadora da Corte tem sido dominante.”. As cortes relutam em aplicar os padrões do direito internacional para julgar medidas dos braços executivos do governo, “[...] e encontram todos os tipos de mecanismos para evitar fazê-lo.”. Para Kretzmer seria contraditório em si envolver uma corte doméstica na adjudicação de conflitos entre autoridades militares e residentes de um território ocupado, pois é assumida uma aparência de neutralidade inexistente nessas situações, dado que diante da “[...] percepção do contexto político, os juízes israelenses não serão neutros ao julgarem as demandas conflituosas do governo e dos palestinos sujeitos a governo militar.”. Portanto, face à contenda entre as políticas do primeiro e a reivindicação dos segundos de direitos com base na justiça e em parâmetros internacionais “[...] a corte [ACJ] demonstrou uma marcada preferência pelos ‘argumentos estatais’”. A narrativa dominante sustenta que o Estado está sob ataque, as autoridades estão tentando protegê-lo, e o dever último da Corte é ajudá-las nessa tarefa.”.

Portanto, a ACJ e as demais cortes teriam o dever primário de proteger o Estado

de seus inimigos, sendo independentes, mas não neutras em disputas externas – ainda mais por se pautarem pela narrativa sionista de Israel ser o Estado do “povo judeu”. Tal raciocínio corrobora em partes a colocação por Yiftachel do “sistema legal” como uma das bases da etnocracia israelense, um dos fatores que contribuem para a “etnicização” do território e do Estado. Ao mesmo tempo Kretzmer, assim como Weizman e Hajjar, também destaca o uso da lei como base da resistência legalista, o que encontra paralelos nas “contraforças” democratizadoras elencadas por Yiftachel, mais especificamente as “organizações civis” e os “regimes morais internacionais”. Nessa ótica, se a ACJ não interveio em questões fundamentais interditando práticas abusivas ao menos fortaleceu restrições procedimentais ao seu uso, como judicializar os processos de deportação, submeter as demolições de casa à uma audiência e manter as prisões administrativas, mas ao menos garantir diretrizes de revisão periódica e em outros casos forçar as autoridades a reconsiderarem seus planos e reverem suas políticas. Assim, ao passo que a revisão judicial da ACJ imprime um “selo de legitimidade” e, geralmente, referenda as decisões governamentais, também as fiscaliza mantendo suas ações dentro de determinadas balizas (mesmo que amplas ou ambíguas). Mas, entre a cruz e a espada, conclui Kretzmer (2002) que, “Em suas decisões relativas aos TO, a Corte racionalizou praticamente todas as ações controversas das autoridades israelenses, especialmente aquelas mais problemáticas sobre os princípios do DIH.” (pois em contradição flagrante com a Quarta Convenção de Genebra, como legalizar deportações, colonização e demolições punitivas), o que justifica o próprio nome da obra: “A ocupação da justiça”.

Restringir-nos-emos a alguns exemplos comentados pelo autor, que reforçam a tese de Yiftachel do sistema legal como base da etnocracia israelense, ainda que permita a resistência legalista. Embora incompatíveis com os princípios fundamentais do DIH, do DIDH e do código penal israelense, as demolições punitivas de casas foram aprovadas pela ACJ, que “[...] consistentemente ignorou esses princípios ou se recusou a aplicá-los com base em argumentos muito questionáveis.”, garantindo sua continuidade até os dias de hoje. Se a ACJ embargou algumas colônias, ao se recusar a deliberar sobre sua legalidade, como um todo acabou por legitimar a política de colonização oficial dos diferentes governos. Assim, ambos os temas, juntamente com a vigência ordinária dos RED e a autorização de maus-tratos e tortura como “pressão física moderada” ou “aumentada”, a depender das circunstâncias, indiciam a vulnerabilidade palestina mesmo diante da legislação israelense e de seus órgãos. Portanto, a supervisão da ACJ sobre as autoridades militares, se supostamente inédita

para “territórios ocupados”¹⁷⁰, serviria em último caso para ofuscar o caráter colonial da ocupação, tornando-a internamente mais aceitável (KRETZMER, 2002, p. 194-198), o que remete à “fachada democrática”.

Ainda seguindo Kretzmer, se em suas decisões referentes ao território israelense a ACJ se pauta pelo primado dos direitos humanos, no concernente aos TPO, diante do conflito de direitos, opta pela preservação quase intocada da soberania e das medidas estatais, afastando-se de padrões aceitáveis de proteção dos direitos humanos e humanitários – salvo casos excepcionais. Fato é que, não obstante a atuação da ACJ ter ofertado remédios judiciais pontuais para algumas das injustiças, acabou por legitimá-las em seu conjunto ao não abordar as questões de fundo, caso não só das colônias, mas das mudanças meramente pontuais na rota do Muro, que em sua maior parte foi erigido dentro dos TPO expropriando terras palestinas. Ademais, além das decisões favorecendo o governo por meio de “padrões decisórios contraditórios”, Kretzmer destaca a tibieza da ACJ em forçar a implementação de suas decisões, mantendo um sistema de “arranjo à sombra da Corte”, impulsionando a exceção legal em detrimento da plena vigência da lei. Geralmente, essa extralegalidade seria mais eficaz tanto para as autoridades darem continuidade a suas práticas, ainda que relativamente restringidas, quanto para os palestinos resolverem problemas, sendo assim estimulados a buscarem saídas à margem da lei, pois as decisões judiciais quase nunca os favorecem. Em último caso, a ACJ pressionaria oficiais militares e políticos a reconsiderarem suas decisões, ao invés de julgar o mérito de suas ações, sendo isto condizente com sua postura de não questionar o conteúdo em si, mas os procedimentos, deixando a responsabilidade última nas mãos das autoridades (KRETZMER, 2002). Eis as vidas e propriedades palestinas situadas no limiar entre o legal e o ilegal, sujeitas à decisão soberana.

Nos TPO, agrava ainda mais esse quadro de vulnerabilidade a atitude ambígua de autoridades, encampada por boa parte da sociedade, de negar a própria existência da “ocupação” e com isso a vigência do DIH e do DIDH, garantindo ao governo maior margem de manobra na manutenção de um “sistema de controle conveniente” e a interpretação mais conveniente das leis. Se, a depender de sua orientação ideológica, em nível político o governo pode se referir às “colônias” dos TPO, quando levado à justiça recorre à lei de “ocupação beligerante”, que permite restringir os direitos e liberdades dos palestinos com base em “necessidades militares e securitárias”. Mas, internacionalmente, o argumento é que são “territórios administrados” e não ocupados, portanto passíveis de colonização já que seu destino final será decidido em um acordo

futuro. Kretzmer (2002) ilustra “a iniquidade das decisões” da ACJ pelo fato de, diante da Quarta Convenção de Genebra, adotar teorias de interpretação opostas entre si conforme o resultado mais favorável às autoridades, vulnerabilizando a população ocupada. A ACJ auxilia as autoridades a contornarem restrições legais, como ao acatar a tese da aplicação seletiva apenas dos “aspectos humanitários” do DIH, o que justifica a continuidade da colonização. Outras instituições civis israelenses destacadas para atuarem nos TPO, como a polícia (responsável pelas investigações criminais) e agentes ligados a questões fundiárias e conselheiros dos recursos hídricos, enfrentam dilema semelhante: interpretar e aplicar a lei conforme os critérios mais favoráveis à proteção da dignidade humana ou favorecer as aspirações coloniais?

Contrapondo a bibliografia às fontes (especialmente os anuários da AI), temos indícios tanto do papel da ACJ de “limitar” as autoridades militares e verificar o cumprimento das medidas criadas por elas (sem no entanto contestar a legitimidade das ações em si) – caso da colônia de Elon Moreh e de recursos contra demolições isoladas, fechamentos prematuros de investigações e trechos do Muro da Separação - quanto de sua atuação para fortalecer a ocupação e a colonização, referendando as decisões governamentais. Mas, julgando as circunstâncias a partir de seus efeitos concretos, o enaltecido outro “gume da espada” da lei (“resistência legalista”) serviria antes de qualquer coisa para legitimar as arbitrariedades e punições impostas aos palestinos, portanto o sistema legal como base da etnocracia, pois teria efeitos mais retóricos do que práticos, como a produção de relatórios de direitos humanos e críticas judiciais, ineficazes em garantir proteção efetiva à população palestina.

Tendo em conta a fragilidade dos recursos legais, ao contrário de Lisa Hajjar (2005) - principal proponente da tese da legalidade da ocupação como “espada de dois gumes” - Raja Shehadeh e Jonathan Kuttub (1980, p. 9-25; 35-44; 45-63; 101-118) não vacilam ao colocar em primeiro plano as críticas quanto à utilização da lei nos TPO como ferramenta de controle e consolidação da ocupação/colonização (logo, base da etnocracia), enfatizando a arbitrariedade das diversas mudanças efetuadas pelo governo militar israelense na legislação jordaniana, como concentrar todos os poderes nas mãos do executivo, gerido pelos militares, a seletividade na aplicação da lei e a ausência de efetivo direito de apelo judicial, o que induz a um descaso das cortes em seguir procedimentos mínimos e facilita decisões descomedidas, em detrimento do estado de direito. Restrições impostas aos palestinos por meios judiciais seriam antes medidas arbitrárias legalizadas, destinadas a consumir a ocupação e a colonização suprimindo

qualquer ímpeto e ação de resistência e afirmação nacional, do que decorrências inevitáveis da ocupação atendendo a considerações securitárias. “Não é surpreendente, portanto, que as autoridades israelenses utilizam de seus poderes legislativos e administrativos na Cisjordânia para adquirir tanta terra quanto possível.”, com métodos que violam direitos básicos de propriedade e outros.

Shehadeh e Kuttab (1980) destacam, dentre outras medidas, a aplicação discriminatória da lei de propriedade dos ausentes (repetindo o que fora feito em Israel após 1948 para transferir a propriedade dos refugiados palestinos para a população judaica) e a alteração na lei de expropriação de propriedade privada, facilitando-a a fim de fazer avançar a colonização nos TPO, como por meio da imposição de dificuldades ao registro de propriedades pelos palestinos possibilitando o decreto de “terras públicas” e seu remanejamento para colonos. Restrições semelhantes foram aplicadas ao “direito à água”, concomitantemente garantindo o acesso quase irrestrito dos colonos a esse recurso básico ao passo que restringiu muito sua disponibilidade aos palestinos, inviabilizando a agricultura. Outra violação de direitos básicos assegurada por lei é a permissividade de punições coletivas como meio de sufocar a resistência local, caso da destruição de casas de pessoas que tiveram contato ou são familiares de militantes e fechamentos e ordens de restrição afetando regiões inteiras. A própria continuidade da ocupação, legalizada pela ACJ, constituiria a causa primeira da negação dos direitos dos palestinos, privando-os de autodeterminação, um dos pilares da estrutura legal do DIDH. Ademais, a ocupação provocaria “severas dificuldades, tanto físicas quanto psicológicas”, cujos efeitos seriam mais evidentes nos jovens, que se veem forçados a emigrar em busca de melhores condições.

Nos TPO, em conformidade com o DIH, Israel oficialmente manteve as leis anteriormente em vigor, ao menos enquanto elas não contradisseram proclamações e ordens emitidas pelos comandantes de área das FDI. Shehadeh e Kuttab (1980) explicam esse movimento por “razões políticas e práticas”, que se aproximam da definição de “fachada democrática” de respeito ao direito internacional – ainda que, na versão oficial o DIH só se aplique aos TPO pela boa vontade de Israel, afinal este os “administra” e não os ocupa. Contudo, as autoridades da ocupação promoveram alterações pontuais na legislação e administração em diferentes áreas - como “direito a terra e à água, comércio, planejamento urbano, sindicalização, educação, literatura e informação [...]” -, que levaram a um esvaziamento de fato do sentido original das instituições pré-existentes e foram muito além das “necessidades securitárias” de Israel.

Tal movimento garantiu amplos poderes aos ocupantes, correspondentes à “anexação do território”, mas sem que esta fosse formalmente decretada (exceto em Jerusalém Oriental e, posteriormente, Colina de Golã) para evitar a condenação internacional¹⁷¹. A supressão da instituição correspondente a uma Suprema Corte na Cisjordânia ainda no início da ocupação – submetendo todo o judiciário à autoridade militar ocupante e, em última instância, à ACJ -, enquanto boa parte da estrutura fora mantida, evidencia essa aparência de continuidade, ocultadora de uma concentração de poderes arbitrária nas mãos do governo militar. Também é o caso de um regulamento publicado pelo ministério do interior no começo de 1968, segundo o qual os “TO” não seriam mais considerados “territórios inimigos”, com as autoridades israelenses se referindo à Cisjordânia como “Judea e Samaria”, “[...] refletindo essas designações históricas e geográficas os sentimentos nacionalistas e religiosos diante desses territórios e simbolizando a política israelense em relação à área.”. “Administrados”, e não vivendo “sob ocupação”, os palestinos foram despojados tanto da proteção prevista pelo DIH quanto daquela que poderia ser assegurada pela cidadania israelense, mantendo-se uma fachada por meio da suposta continuidade da vigência das leis jordanianas. Conforme Hajjar (2005, p. 256), a ACJ decidiu não ter competência para revisar atos legislativos dos comandantes militares, apenas julgando petições individuais.

No âmbito do judiciário concentrado no executivo, sobre a possibilidade dos habitantes dos TPO recorrerem à ACJ de Israel, dado que as cortes originais foram suprimidas, para os autores ela “[...] também tem sido interpretada como um passo na direção da normalização das relações entre os habitantes da Cisjordânia e Israel.”, o que Lisa Hajjar (2005) também menciona. Iniciada a ocupação, o governo militar passou a “[...] usurpar poderes das cortes e concentrá-los nas mãos dos oficiais militares do exército israelense, assim como a modificar leis jordanianas em questões não pertinentes à segurança militar.”, em princípio de forma lenta e cautelosa e depois acelerada à medida que juízes das cortes locais – apontados pelo próprio governo militar – não se mostraram dispostos a questionar a legalidade de qualquer medida adotada pelos ocupantes ou os poderes legislativos do comandante da área. Delegar a capacidade de escolha dos membros do judiciário às autoridades militares garantiu a não contestação de qualquer de seus atos, levando a uma concentração dos poderes e supressão da independência daquela esfera juntamente com o poder legislativo. Outras alterações nas leis locais por meio de ordens militares transferiram ao “comandante de

área” direta ou indiretamente todos os poderes e privilégios anteriormente delegados ao “governo jordaniano” e a suas instituições, incluindo ministérios responsáveis pela administração de assuntos civis, levando ao repasse e à concentração do poder das autoridades árabes para as israelenses, dos civis aos militares e do legislativo e judiciário ao executivo, afetando todas as dimensões da vida civil nos TPO.

Prefaciando o estudo de Shehadeh e Kuttab (1980, p. 7-9; 30-33), Niall MacDermot destaca que a autoridade e a eficácia do judiciário local “têm sido fracas”, sua jurisdição “reduzida” e sua função de apelo suplantada por um “comitê de objeção”, com regras de procedimento próprias, sigilosas e arbitrárias, com resultados quase sempre desfavoráveis e composto inteiramente de israelenses – poucos com preparo legal -, com jurisdição sobre áreas variadas, como pensões, expropriação de terras, impostos, registro de empresas, questões de trânsito, propriedades de “ausentes” e planejamento urbano.

A consequência, portanto, é que nessa gama ampla de decisões administrativas, muitas delas de vital importância para os requerentes, os residentes da Cisjordânia têm sido privados de seu direito de recorrer de decisões de cortes locais. Ao invés disso, elas têm um procedimento frágil e incerto que, sob uma aparência de legalidade e devido processo legal, priva eles [palestinos] de seus direitos e remédios legais.

Quanto ao âmbito legislativo, se as primeiras ordens militares outorgadas foram feitas com cautela e prefaciadas com justificativas de motivos securitários, apresentando uma imagem de “ocupação benevolente”, as sucedâneas foram legisladas pelos militares de maneira “livre e segura”, “mais abrangente possível”, introduzidas em nome do próprio comandante da área ou supostamente em consonância com os poderes investidos a ele em virtude das leis jordanianas, denotando a refutação do governo de Israel de sua condição de “ocupante” e sua tentativa de ser reconhecido como “administrador” dos TO. As legislações anteriores foram assim emendadas, esvaziadas de seu conteúdo, evitando as desvantagens da anexação formal (crítica internacional e incorporação de milhares de palestinos como cidadãos) ao mesmo tempo em que o comandante militar assumiu “plenos e irrestritos poderes”, que até então não haviam sido contestados com eficácia, diferentemente de um governo eleito. Com a garantia de não estar sendo interna nem internacionalmente monitorado, o governo militar priorizou o “[...] exercício do controle estrito e absoluto.”, promovendo mudanças abrangentes nas leis locais, algumas apresentadas como emendas quando seriam de fato novas leis visando possibilitar expropriações e a colonização dos TPO, evitar indenizações,

ampliar os poderes do governo militar e privar ainda mais a população local de seus direitos (SHEHADEH; KUTTAB, 1980, p. 101-118).

Conforme MacDermot, se em casos isolados como no Chile apenas poucos decretos militares foram tratados como sigilosos, os TPO constituiriam o primeiro caso no qual “[...] a inteira legislação de um território não foi publicada em uma gazeta oficial disponível para o público em geral.”. Outra especificidade da situação é que, se para o direito internacional as ocupações militares devem ser temporárias, aquela nos TPO apresenta todos os indícios de que continuará por tempo indefinido, com os governos militares exercendo “poderes semelhantes aqueles de um governo soberano.”, alterando as leis e a administração pré-existente de forma a “[...] tornar a economia da Cisjordânia subordinada aos interesses de Israel e facilitar a implantação no território de colônias judaicas, que são universalmente condenadas como violação do direito internacional.”.

Em resumo, Shehadeh e Kuttat (1980, p. 9-25) destacam a seletividade na manutenção ou supressão das legislações anteriores, a exemplo da reativação indevida pelos ocupantes dos RED do Mandato Britânico, que haviam sido abolidos pelas autoridades jordanianas. Em seu conjunto, como ocupante na Cisjordânia, ao invés das mudanças legais e administrativas promovidas por Israel beneficiarem a população local, tornaram-na mais vulnerável às arbitrariedades do governo, de forma que a ocupação militar em si “[...] coloca grandes limitações ao estado de direito. Enquanto ela continuar, todos os requisitos essenciais para uma sociedade vivendo sob o governo da lei, como o direito à autodeterminação, governo representativo e judiciário independente continuarão negados.”. Antecipando as considerações da AI (1991a) e Yesh Din (2007; 2008), na opinião dos autores, a ausência de “qualquer direito de apelação”¹⁷², sendo as cortes militares e o comandante de área soberanos, fragilizaria o estado de direito, impedindo a correção de erros judiciais e induzindo a um descaso das cortes em seguirem os procedimentos apropriados nos julgamentos, inclusive a presunção de inocência. Da mesma forma, comprometeriam a vigência do estado de direito as dificuldades de contato entre advogados e seus clientes, a ausência de apelação de fato, o altíssimo índice de condenações baseadas em confissões realizadas sob coerção e condenações por motivos banais, como participar em encontros que possam ser considerados de natureza política.

Tanto a relatoria de DIH e DIDH quanto Shehadeh e Kuttat (1980) destacam a obstrução do devido processo legal, acompanhada da concentração dos poderes no

executivo, imposição de punições coletivas, fracasso em garantir proteção aos palestinos, impunidade dos colonos e da cooperação ou negligência dos agentes e autoridades diante de seus atos transgressivos. Tal quadro remete à definição de Agamben da *vida nua*, *campo* e exceção legal, esta caracterizada pela impunidade e crescimento da abrangência do executivo, encampando atribuições dos demais poderes. É relevante nesse sentido considerar a “ordem militar 164”, que negou o direito anteriormente garantido dos cidadãos peticionarem em cortes na Cisjordânia, o que imunizou o Estado, suas instituições e empregados, as FDI, funcionários a seu serviço e seus membros efetivos, bem como as autoridades apontadas pelo comandante de área – salvo se este autorize o processo. Em casos que demandam documentação oficial para prosseguir, sua expedição geralmente atrasa comprometendo os resultados do processo. “Outro efeito dessa ordem é tornar um considerável segmento da população imune à ação legal.”, o que conflita com o princípio fundamental do estado de direito de que o executivo e seus agentes estejam sujeitos a processos legais. Ademais, o aumento abusivo das taxas para trâmites legais também teria afetado o acesso do público às cortes e departamentos judiciais, além de “[...] considerações práticas que também reduziram a jurisdição legal dessas cortes.” juntamente com as mudanças promovidas por ordens militares – caso das “insuportáveis dificuldades” enfrentadas por palestinos que queiram processar residentes israelenses da Cisjordânia, dificultando a obtenção de “remédio legal contra colonos”.

Escrevendo trinta anos depois de Shehadeh e Kuttab, o jornalista Gideon Levy (2010, p. 123-124; 130; 138-148) denunciou o “silêncio dos juristas” no contexto das violentas operações israelenses contra a Faixa de Gaza, quando somente “poucos juristas corajosos” se preocuparam com as “assustadoras questões legais da guerra”. Em contraste, a entidade de classe israelense optou pelo silêncio e a divisão de direito internacional das FDI continuou a “[...] servir seus chefes com zelosa obediência, legitimando cada ato criminoso.”, como bombardeios de alvos não militares e punições coletivas¹⁷³. “Os juristas de Israel estão sempre prontos para manterem o silêncio ou legitimarem qualquer operação militar. O estabelecimento jurídico tem sido alistado – ou, para ser mais preciso, alistou-se ele próprio – e tem sua parcela nas ações.”. Tampouco foram realizadas investigações criminais sérias de ocorrências, como assassinatos de civis palestinos por membros das FDI. Dessa forma, nem os políticos nem os comandantes militares responsáveis têm que responder pelo que ocorre nos TPO, como mortes, sofrimentos e ampla destruição sem propósitos militares. Assim,

Levy reforça a validade dos postulados atinentes à ruptura do estado de direito diante da arbitrariedade da lei e da jurisprudência, que sustentam a interpretação do sistema legal como base da etnocracia israelense.

4.2.2. As colônias, os postos avançados e a exceção legal

As considerações críticas de Eyal Weizman (2007, p. 1-5) contribuem para a compreensão das complexas relações entre as instituições israelenses, a colonização e a legalidade. Weizman oferece uma visão mais complexa do processo de ocupação, urbanização e territorialização da Cisjordânia, identificando uma espacialidade fluida e fraturada não só horizontalmente, mas também no plano vertical (aéreo e subterrâneo), cujas fronteiras são determinadas pela correlação assimétrica de força dos diferentes sujeitos e instituições envolvidas e por dispositivos espaciais fixos ou itinerantes (Muro da Separação, colônias, “postos avançados”, estradas exclusivas, bloqueios viários, decretos de toques de recolher, barreiras, checkpoints permanentes e temporários, zonas especiais de segurança, áreas militares fechadas, “zonas de ninguém”¹⁷⁴). “Essas fronteiras são dinâmicas, constantemente mudando, fluindo e refluindo; elas se arrastam em torno de aldeias palestinas e estradas, furtivamente envolvendo-as.”, controlando o deslocamento, o acesso e a vida dos locais e se assemelhando a um mar com vários arquipélagos de enclaves etnonacionais externamente isolados e internamente homogêneos, vigiados por aparatos securitários israelenses.

Eyal Weizman (2007, p. 9; 17-18) ressalta que, até a Primeira Intifada o corolário fora garantir o máximo de terras com o mínimo de “árabes”, recorrendo ao estabelecimento de colonos e a uma série de “práticas de ocultamento” da ocupação, como conectar a infraestrutura dos TPO a de Israel, facilitar os fluxos de bens e pessoas, eliminar a “Linha Verde” de documentos e livros e aludir oficialmente aos territórios pelos termos bíblicos “Judea” e “Samaria”. As tecnologias e práticas espaciais do Estado israelense conformaram um “sistema de controle colonial e meio de separação”, apartando o objeto de desejo (terra) daquele de rejeito (palestinos) por meio de um “complexo e compartimentalizado sistema de exclusão espacial”. “A lógica da separação (ou, para usar o termo africâner mais familiar, ‘apartheid’) entre palestinos e israelenses nos TO tem se expandido da escala maior, nacional, para aquela da ‘partilha’.”, tanto por meio de uma fórmula de colonização pacífica quanto por meio da “[...] imposição direta e unilateral do domínio, opressão e fragmentação do povo

palestino e de sua terra.”. O controle do deslocamento palestino pelo espaço estaria baseado em ordens “de natureza arbitrária e aleatória”, voltadas a criar uma insegurança e desencorajar a população a se movimentar entre as diferentes regiões. “[...] A forma como o regime de circulação penetrou e violou cada aspecto da vida cotidiana palestina, atrasando, humilhando e exaurindo o povo na luta diária para sobreviver, tentou como eles alegam inviabilizar a resistência política palestina.”. Encobrendo o processo no novo milênio estaria uma retórica colonial de tratar o conflito, sobretudo Gaza após o desengajamento (2005), como gestão de crise humanitária, o que permite a destruição e desarticulação dos TPO e a continuidade da ocupação/colonização, com a AP gerindo a maior parte das funções de governo cotidianas nas ilhas isoladas de autonomia (WEIZMAN, 2007, p. 118; 10-11; 147; 157-158; 175).

Weizman destaca que, como após os acordos de Oslo o reconhecimento e auxílio oficial para expandir a colonização se tornou muito mais difícil, os colonos passaram a recorrer a métodos cada vez mais sofisticados (como “postos avançados”). Se não conseguiram mais permissão explícita das autoridades, continuaram a receber apoio tácito de diversas instâncias e órgãos governamentais, sob pretexto securitário. Independentemente de orientação ideológica, de Oslo e do DIH, sucessivos governos continuaram a apoiar a colonização e, posteriormente, “legalizar o ilegal” com o intuito de ampliar a presença territorial criando “fatos no campo”, mas também sabotar avanços no processo de paz, comprometendo qualquer possível compromisso. Refletindo o descaso com a lei nos altos círculos governamentais, como ministro das relações exteriores, em 1998, Sharon teria dito a colonos: “Movam-se, corram e peguem tantos topos de colinas quanto possível ... porque tudo que pegarmos agora permanecerá nosso. Tudo que não pegarmos irá para eles.”.

Weizman também sublinha o paradoxo da legalidade nos TPO, ou a vigência da exceção legal, quando comenta o controle do deslocamento palestino e a definição “neurótica higienista” das colônias e de seu entorno (definidas como “zonas securitárias especiais”, onde militares e “milícias civis de colonos” podem impunemente atirar para matar, o que também se aplica às fronteiras com Gaza, sendo espaços de exceção permanente). Ou seja, a mesma vulnerabilidade do direito à propriedade se verifica no concernente à vida.

Os governos israelenses exploram o “caráter errático e imprevisível das fronteiras”, obtendo vantagens por meio de uma “estratégia de ofuscação”, constituída da promoção da “[...] complexidade geográfica, legal e linguística [...] que busca

simultaneamente ocultar e naturalizar fatos da dominação.”, criando situações demasiado complexas e ilógicas que inviabilizam qualquer solução de partilha, afora aquelas apresentadas pelo próprio governo como as únicas viáveis – sendo variáveis conforme a orientação partidária então hegemônica (WEIZMAN, 2005, p. 78-79; 89-91). Comentando o governo de Menachem Begin no começo dos anos 1980, Weizman já apontara o respaldo das autoridades à colonização, inclusive por meio da “deliberada suspensão do controle do governo” e de “soluções militares emergenciais”, que criaram deliberadamente um “caos institucional” para fazer avançar interesses escusos, que não podiam ser abertamente assumidos. Assim, o governo se aproveita do suposto “caos da colonização”, alegando perda de controle sobre os TPO, ao mesmo tempo em que o promove, criando uma “atmosfera propícia para o cometimento de certos crimes”. Tal visão é endossada por Akiva Eldar e Idith Zertal (2007, p. XII-XXI; 147), que contam como Menachem Begin, tão logo assumiu o poder, sugeriu a uma liderança dos colonos que eles prosseguissem agindo, de forma que o primeiro-ministro pudesse rebater as pressões vindas dos EUA alegando que fora traído por seus cidadãos.

Segundo Weizman (2007, p. 9; 106-108; 116-118), trata-se de uma forma de atingir objetivos ideológicos sem se responsabilizar por eles, transferindo a culpa a grupos “fora de controle” para se furtar das críticas internacionais, o que é possível por se tratar de uma “estratégia sem estrategista”¹⁷⁵. Assim, as autoridades mantêm um sistema de governo e controle colonial, que reorganiza o espaço tanto de forma planejada e a partir da manipulação das leis para registrar terras quanto a partir de um aparente “caos estruturado” ou “ausência seletiva de intervenção governamental”, que promove um “processo desregulamentado de desapropriação violenta” mascarado por recursos terminológicos, semânticos e simbólicos. Em última instância, tratar-se-iam de manipulações espaciais acopladas a demandas demográficas. Até o começo dos anos 1990, mais de 38% das terras da Cisjordânia foram registradas sob propriedade israelense por meio de manipulações legais, sobretudo da categoria de “terra não utilizada” (*makhlul*), com palestinos não recebendo abastecimento de água essencial para a agricultura e sendo impedidos de registrarem suas propriedades ou as acessarem, justificando a expropriação pelo suposto abandono, o que ocorreu com ainda mais intensidade após a Segunda Intifada (WEIZMAN, 2007, p. 1-8; 48-49).

De fato, aqui, como em outros incidentes através da ocupação, a lei não evitou violações, simplesmente se tornou um instrumento tático para as regular e dar a elas um manto de legitimidade [...] Uma rede complexa de leis, regulamentos e ordens militares foi combinada para tornar o cercamento de terras por Israel um projeto de anexação de fato. Todas as faixas separadas

de ‘terra estatal’ ao longo da Cisjordânia – um arquipélago não contíguo de milhares de ilhas separadas – foram imbuídas da lei israelense [...] Isso dividiu a Cisjordânia em duas zonas nas quais diferentes leis foram aplicadas separadamente para judeus e árabes (WEIZMAN, 2007, p. 120-121).

Idith Zertal e Akiva Eldar (2007) fazem considerações semelhantes. De 1967 até hoje, a expansão das colônias só fora possível com a ajuda massiva de várias instituições estatais, sanção legal, relações de cumplicidade entre colonos e militares e com quantias inimagináveis de dinheiro público canalizadas, direta ou indiretamente, por diferentes meios e sob diferentes pretextos, de forma “velada”, “enganosa” e não admitida, constituindo-se em um ato de “duplicidade pública” envolvendo todos os governos israelenses. Enquanto desmantelou poucos postos ilegais, as instituições estatais permitiram o enraizamento e expansão da colonização, geralmente agindo de forma aparentemente ambígua e indecisa para se esquivar da responsabilidade internacional, como em Hebron, ainda em 1968, em Ofra, em 1975, Kedumim, em 1977, e durante o governo de Netanyahu, em meados dos anos 1990, quando “O fechar dos olhos pelo governo e pelo exército, na prática, amparou plenamente os violadores da lei.”, dando continuidade aos estabelecimento dos “fatos no campo” e ao acobertamento legal. Ao retirar de sua jurisdição questões relativas à soberania nos TPO, referendando o arguido vínculo entre as colônias, a segurança e a defesa, a ACJ ajudou a criar “um sistema de justificações para roubar terras palestinas” e tornar “[...] todo o território uma zona de penumbra legal, na qual tudo é permitido e onde a linha demarcatória entre aplicadores da segurança e lei e seus violadores foi irreparavelmente borrada.”.

Em si os “postos avançados”, ao serem definidos como “ilegais”, implicariam na legalidade das colônias, desviando as críticas para as margens do fenômeno e inviabilizando a criação de um Estado palestino viável, e com ele a consumação de qualquer acordo de paz permanente que implique na retirada dos TPO. A continuidade dos “postos” não resultaria da perda de controle do governo, mas “[...] de uma política calculada e bem dirigida, para a qual demonstrações de confusão e embaraço seriam excelentes coberturas.”, com tudo sendo feito com a conivência do primeiro-ministro pautado por planejamento e tomada de localidades estratégicas, mas sob o “olho cego do sistema de segurança”. “Em Hebron, diante da colonização do centro da cidade, vizinhanças árabes inteiras foram abandonadas “[...] como resultado do assédio dos colonos e da indiferença ou cooperação do exército israelense.”, denotando tanto a

vulnerabilidade das terras quanto das vidas palestinas, mantida por meio de malabarismos semânticos e do estabelecimento de “fatos no campo”. Os próprios colonos se tornaram uma força política relevante¹⁷⁶ e, paralelamente ao assédio que promovem constantemente, medidas para restringir a liberdade de movimento dos palestinos, privando-os de acesso a suas propriedades, serviços básicos e locais de trabalho, estariam tornando suas vidas insuportáveis (ZERTAL; ELDAR, 2007, p. XII-XXI; 19-27; 32-39; 50-53; 57-58; 147; 161-163; 235).

Assim, enquanto o governo repetidamente anuncia e executa o desmantelamento de “postos avançados” fantoches, novos se multiplicavam, sustentando a narrativa das “dificuldades técnicas” de acabar com o fenômeno. A criação de uma comissão para investigar a situação no novo milênio – Sasson Commission -, “um brilhante golpe de relações públicas” contribuiu para a confusão e ganho em legitimidade do governo. Mais uma vez, uma comissão estatal revelou o que todos sabiam e garantiu a aparência de primado da lei e da ordem ou “fachada democrática”, não obstante as críticas já esperadas que seriam feitas: o “envolvimento monumental” do Estado e de suas instituições na criação e manutenção dos postos avançados e “[...] a cultura do engano, dissimulação e evasão de responsabilidade que tem caracterizado esse envolvimento.”. Se a questão ganhou publicidade, na prática nem uma casa ou antena foi removida e o comitê ministerial criado para implementar as decisões logo foi esquecido, tal qual o relatório Karp: “Foi anulado com indiferença, em um piscar de olhos ou desprezado pelos ministros por suas conclusões.”.

Em suma Zertal e Eldar (2007, p. 295; 297; 312-313; 334-339; 354-355; 363-364) destacam a “relação especial”, “plena cooperação e satisfação mútua” ou “simbiose” entre colonos e militares: “A sociedade de colonos e os gestores civis e militares encarregados de seu bem-estar são como uma família expandida. Irmãos.”. Os responsáveis pelo departamento de infraestrutura da Administração Civil seriam colonos e “[...] sistematicamente fecham os olhos às construções ilegais de seus amigos [...]” nos “postos avançados”. “É uma conspiração tácita que é conveniente para todos os lados, cooperação com uma piscada.”. Mais adiante, “Em sua capacidade como guardiões da lei, e como sistema organizado dominante no campo, o exército e seus comandantes são o principal suporte dos colonos em suas atividades ilegais.”. Quando são proferidas ordens para aplicar a lei “[...] o exército deixa elas passarem despercebidas, pois não acredita que o governo irá insistir quando forem colocadas à prova.”. Seria um processo de “purificação das colônias” (“koshering” the

settlements”), respaldado pela definição dos territórios como “administrados” ao invés de “ocupados”, o que implica no reconhecimento parcial e seletivo da aplicabilidade dos “aspectos humanitários” da Quarta Convenção de Genebra e Convenção de Haia sobre eles, inclusive como suposto “gesto de boa vontade” para ser aceito como membro da “comunidade de países civilizados”.

Entre o caso Elon Moreh (1978) e o início dos anos 1990, os governos recorreram à procuradoria geral como órgão responsável pelas decisões sobre colônias e direitos fundiários. Nos anos 1980, por “meios legais” e com amparo da procuradoria, mais da metade da Cisjordânia foi anexada e recebeu autorização para a criação de colônias, em consonância com a visão do “Grande Israel” e sob pretexto de serem terras não cultivadas ou sem registro legal. Essas manobras legais ocorreram a partir de uma análise e utilização parcial das legislações anteriores à ocupação israelense, inclusive uma lei otomana de 1858. O principal trabalho fora “[...] a criação de um sistema de justificações para roubar terras palestinas.”, sendo a linha adotada não confrontar a lei, mas agir dentro e em cooperação com ela. “A questão, claro, é qual lei e como ela foi interpretada?”, adaptando diferentes normatizações para manter uma fachada de bom governo e minimizar críticas pelo fato do confisco e transferência de terras para colonização violar o DIH. Cabe uma citação mais longa para sintetizar a relação do Estado israelense com as colônias e a legalidade:

Ao longo dos anos da ocupação, e sob os auspícios do sistema legal israelense, a rígida gestão israelense se deu de forma a violar amplamente as convenções internacionais, particularmente a Quarta Convenção de Genebra. Israel tentou, de forma bem-sucedida, explorar o melhor de vários mundos, que não se conciliam entre si legalmente. Manteve um regime nos territórios baseado na autoridade e poder de comando militar sobre um território ocupado. Contudo, não assumiu as limitações e proibições que recaem sobre um Estado ocupante, como a proibição de transferir população deste Estado para o território ocupado, ou a proibição de confiscar propriedade privada. Tampouco cumpriu sua obrigação de servir como administrador fiduciário da propriedade pública no território ocupado, uma obrigação que o soberano anterior na Cisjordânia, a Jordânia, cumpriu apropriadamente. Então, por vários meios legais e com o auxílio e mesmo encorajamento e apoio do Estado e de suas instituições, imensos territórios, dos quais os habitantes locais não puderam provar propriedade, foram tomados dos palestinos e dados para a colonização de judeus, o que é proibido pelo direito e costumes internacionais [...] criaram uma situação crítica de separação, perseguição e discriminação. O Estado deu proteção e ajuda legal mínima aos habitantes palestinos face ao fanatismo e à violência dos colonos judeus e das atitudes discriminatórias das autoridades, tal como o exército e a polícia [...] A conquista arrasadora da Cisjordânia e da Faixa de Gaza não trouxe uma mudança imediata na soberania sobre esses territórios. Ao invés, o Estado adotou uma política de ambiguidade e incerteza [...] Então, a Suprema Corte Israelense retirou a questão da soberania sobre os territórios da esfera das deliberações legais [...] Em um movimento extraordinário e controverso, e de forma performática como se imbuída de motivos humanistas-liberais, a

Suprema Corte em sua capacidade de Alta Corte de Justiça foi autorizada a revisar as atividades administrativas e legislativas do governo militar nos territórios, para supostamente dar aos habitantes palestinos socorro contra a arbitrariedade das instituições estatais. No entanto, como veremos mais adiante, ao longo dos anos os tribunais evidenciaram uma impressionante ‘restrição judicial’ ao julgar as ações e fatos das várias autoridades israelenses nos territórios e prestaram ajuda considerável não aos requerentes palestinos, mas ao Estado de Israel e aos colonos [...] o exército esteve preparado e disposto como sempre a cobrir a lacuna governamental e administrativa deixada pelos políticos. Simultaneamente, com sua declaração de controle sobre os territórios e sua responsabilidade pelo primado da lei ali prevalecente, o exército começou a moldar as políticas israelenses nos territórios [mesmo antes do início da ocupação ...] O exército, sob iniciativa de Shamgar [advogado militar geral], submeteu os territórios à revisão da Alta Corte de Justiça, a instância legal máxima de Israel. Mesmo após trinta anos de ocupação, que trouxe aos habitantes dos territórios confiscações, expulsões, demolições de casas, fechamentos, restrições espaciais e de movimento, mortes arbitrária e várias formas de punições coletivas, Shamgar viu esse movimento, que visou permitir aos habitantes dos territórios ocupados recorrerem ao judiciário do Estado e a sua corte máxima, como uma inovação internacional, que ‘mesmo países ilustrados como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha’ não seguiram [...] a Alta Corte rejeitou quase sem exceção petições dos habitantes dos territórios. O que Shamgar viu como um movimento voltado a impor ‘rédeas legais essenciais’ nas ações de gestores públicos e impor ‘às autoridades militares não apenas as regras do direito internacional humanitário, mas também as normas das leis administrativas israelenses’ garantiu o máximo selo de aprovação legal e moral à brutal ocupação israelense dos territórios (ZERTAL; ELDAR, 2007, p. 334; 335; 339; 340-341; 344).

Por sua vez, a fim de especificar a situação nos TPO, o ativista israelense Jeff Halper (2000; 2009), do Comitê Israelense contra a Demolição de Casas, cunhou a expressão “matriz de controle”. Tratar-se-ia de uma conjugação de diferentes políticas, como administração militar da Cisjordânia, frequentes operações aéreas e terrestres, criação de fatos concretos para consolidar a colonização (colônias, estradas exclusivas, anexação de Jerusalém Oriental) e medidas punitivas “legais” e extralegais, como demolições de casas, assassinatos dirigidos e deportações dos palestinos que ousam resistir. Nas palavras de Halper, um “[...] emaranhado de leis, ordens militares, procedimentos de planejamento, limitações de movimento, burocracia kafkiana, colônias e infraestrutura - aumentadas pela prolongada e incessante guerra de baixa intensidade.”. Os objetivos são perpetuar a ocupação e colonização; administrá-la com um mínimo de presença militar; e ofuscá-la por meio da criação e multiplicação de “fatos consumados” e de uma fachada de “boa administração”. Halper associa a matriz de controle ao jogo do leste asiático “Go”, cuja vitória é garantida pela imobilização do adversário ao controlar postos-chave do tabuleiro. Diminuindo o caráter militar, a matriz auxilia na manutenção de uma imagem de país democrático tentando apenas

defender seus cidadãos do terror árabe, com Israel utilizando políticas e procedimentos aparentemente inócuos e até mesmo benevolentes na manutenção dessa matriz de controle e repressão. Conforme Halper,

Israel está demolindo casas, expulsando moradores palestinos e permitindo assentamentos judaicos em toda Jerusalém Oriental, avançando significativamente a “judaização” da cidade. Está confiscando vastas extensões de terras na Cisjordânia e na Grande Jerusalém e disseminando estradas by-pass asfaltadas em ritmo febril, de modo a redesenhar permanentemente o mapa [...] Está secando as principais áreas agrícolas da Cisjordânia, obrigando milhares de pessoas a saírem de suas terras, enquanto institui restrições de vistos que ou mantêm visitantes palestinos e internacionais fora de todo o país ou restringem seu movimento aos truncados enclaves palestinos da Cisjordânia (HALPER, 2009).

Ao pensar na ocupação como uma “matriz de controle”, que recorre inclusive a medidas punitivas “legais” e “extralegis”, o israelense Jeff Halper (2000; 2009) se aproxima em vários pontos de Agamben e de Yiftachel (2006), sobressaindo-se a questão da sujeição dos palestinos e de suas propriedades a medidas de exceção, portanto *vida nua*, a “judaização do território”, a “fachada democrática” e a instrumentalização da legalidade em prol da colonização (sistema legal como base da etnocracia). Sobre o último ponto, o arquiteto e urbanista israelense Eyal Weizman (2007, p. 9) sustenta que em diferentes ocasiões, “[...] a lei não evitou violações, apenas se tornou uma ferramenta tática para regularizá-las e dar a elas um manto de legitimidade.”. Da mesma forma, Kretzmer (2002) em sua análise das decisões da ACJ¹⁷⁷ referentes à ocupação destaca que, embora na opinião de oficiais das FDI e de políticos de direita a revisão da Suprema Corte enfraqueça a capacidade dos militares manterem a ordem e o controle dos palestinos, efetivamente a principal função do órgão tem sido “legitimar as ações governamentais nos territórios.”, justificando-as, racionalizando-as e as favorecendo em quase todas suas decisões frequentemente com “argumentos legais dúbios”, enquanto busca revestir o governo militar com um “manto de legitimidade” diante do público israelense e internacional. Os raros desfechos contrários às autoridades justamente aumentariam a função legitimadora da ACJ como um órgão que supostamente desafia o governo, mas que na prática chancela a colonização dos TPO e medidas arbitrárias, em contradição com o DIDH e o DIH¹⁷⁸.

Sintetizando a questão, Weizman (2007), Halper (2000; 2009) e outros chamam a atenção para a natureza flexível e mutável das fronteiras do território, com diferentes aparatos (Muro, checkpoints, colônias) sendo mobilizados constantemente para cercar, restringir e desapropriar cada vez mais os palestinos. Essa noção mais elástica e abstrata

que pensa o espaço em suas relações institucionais e políticas, inclusive apartando dos territórios seus habitantes e os tornando (des)apropriáveis, pode ser conceitualmente pensada a partir das categorias de *vida nua* e *campo*, tal qual formulado por Giorgio Agamben (2004; 2007). Nesse sentido, se as divisões feitas em conformidade com resoluções internacionais (Israel, “Linha Verde”, TPO) são fundamentais, inclusive para a demarcação dos TPO como objeto de reivindicação diplomática, ao mesmo tempo obscurecem a apreensão da totalidade do território como espaço de exercício etnocrático e discriminatório de poder e de resistência a essa práticas. Assim, se os TPO são facilmente identificáveis em mapas, suas fronteiras estão deliberadamente obscurecidas, constituindo-se a Cisjordânia como “território administrado” em um espaço negado e apropriável pelo ocupante, um não espaço tal qual a não vida dos palestinos, pois local simultaneamente de apropriação e de redução da minoria onde não vigora o DIH e o DIDH. Gaza pós-desengajamento (2005) está em uma situação ainda mais limiar entre o legal e o ilegal, pois deixou de ser reconhecida até mesmo como “território administrado” por Israel que, embora continue a controlar e a fechar hermeticamente suas fronteiras, isolando-a do mundo exterior, afirma que deixou de ter qualquer responsabilidade sobre o território e sua população, despindo esta de qualquer proteção legal e expondo sua vida à violência soberana.

A constante negação do direito de retorno dos refugiados palestinos de 1948 atualiza reiteradamente essa separação fundamental entre a terra e seus habitantes, que o sionismo opera e que foi crucial para a constituição de um Estado judeu e para sua continuidade como tal em um território inicialmente de maioria palestina. Tal rejeição, em contraposição ao direito de praticamente qualquer judeu do mundo “retornar” a Israel e se tornar cidadão, é fundante da relação sionista com a Palestina como um território colonial vazio ou “*terra nullius*”, onde a presença e os direitos dos nativos continuam a ser negados. Pensar nessa relação espacial a partir de sua colonialidade contribui para a compreensão da especificidade dos TPO como *campo* e de sua população como *homo sacer*. Contudo, embora sejam cruciais, temos consciência que as relações mais sutis entre a vulnerabilidade das propriedades e dos corpos aqui identificadas não foram completamente exploradas, devendo se constituir em objeto exclusivo de estudos posteriores, mesmo porque há relatórios específicos sobre o tema.

De todo modo, cabe mais algumas considerações nesse sentido. Ainda que Weizman e Halper reconheçam uma maior complexidade nas relações entre o Estado israelense, a (a)legalidade e a colonização, não contradizem a conceituação mais

esquemática e simplificada de etnocracia, que serve de ponte para pensar a *vida nua* local, com sua congênere que podemos chamar de “*terra nua*”. Em algumas passagens de Weizman (2007, p. 9) ele destaca a resistência legalista, cujo palco privilegiado é a ACJ, aproximando-se dos “regimes morais internacionais”, das “organizações civis” e da “resistência minoritária” como “fatores democratizadores” da etnocracia israelense. Contudo, o arquiteto e urbanista não perde de vista que, de forma geral, o conflito tem se constituído em um “[...] processo relativamente linear de colonização, desapropriação, resistência e supressão.” (logo “judaização” e resistência a ela), e que a lei, em diferentes ocasiões, ao invés de evitar violações serviu para as regularizar e legitimar. Eis, duplamente, o sistema legal como base da etnocracia e sustentador da fachada democrática, que mantém os palestinos e suas propriedades vulneráveis e os perpetradores impunes, sendo estes civis incentivados direta ou indiretamente por órgãos e agentes estatais ou os próprios integrantes do poder público.

Ainda quanto ao paralelo possível entre a vida e as propriedades nuas o próprio Weizman (2007) se encarrega de tecê-lo: “Sob o regime israelense de ocupação errática, a vida, propriedade e os direitos políticos palestinos são constantemente violados [...] por um processo por meio do qual seu meio é imprevisível e continuamente remodelado, estreitado em torno deles, como um laço.”. Zertal e Eldar (2007) também abordaram ambas as esferas da vulnerabilidade juntas ao mencionarem a ocorrência impune ao longo da ocupação de “confiscações, expulsões, demolições de casas, fechamentos, restrições espaciais e de movimento, mortes arbitrária e várias formas de punições coletivas”. Várias passagens dos relatórios (YESH DIN, 2014b; 2015b) e da bibliografia acerca da participação estatal na colonização e da suspensão ou adaptação da lei nos TPO igualmente sugerem que a retirada impune das vidas palestinas ocorre em paralelo a sua desapropriação. Retomemos os trechos mais significativos. Conforme a Yesh Din (2015b, p. 5-6), à medida que a abordagem de “agências governamentais e de aplicação da lei” “favorece os interesses das colônias em detrimento do estado de direito”, prevalece “crescente caos governamental endêmico na Cisjordânia, caracterizado pela tolerância de atividade ilegal da parte dos colonos e a ilegalidade das próprias colônias”. Em outro documento, a organização aponta que a “tolerância com atividades criminosas dos colonos e colônias [...] frequentemente com o objetivo de forçar os palestinos para fora de suas terras como passo preliminar para aprende-las, ocorre obviamente às expensas dos direitos dos palestinos.”, sendo essa “política de tolerância” “exemplo da extensão que os conceitos de estado de direito, igualdade

diante da lei e dever de aplicar a lei sem distinções se tornaram sem sentido sob a ocupação israelense da Cisjordânia.” (YESH DIN, 2014b, p. 9). Quanto às expressões de Weizman e Zertal e Eldar mais sugestivas: para justificar o enraizamento e expansão das colônias diferentes governos recorreram a uma “deliberada suspensão do controle” e “ausência seletiva de intervenção governamental”, colocando as propriedades palestinas no limiar entre o legal e o ilegal e à margem de proteção, enquanto alegam “caos institucional” ou “caos da colonização” e assim transferem a culpa a grupos “fora de controle” que eles mesmos motivam e para os quais canalizam dinheiro público, em um “ato de duplicidade pública”. Tratar-se-ia de um “processo desregulamentado de desapropriação violenta”, operado de forma ambígua e indecisa para evitar responsabilidade internacional, envolvendo inclusive a ACJ na criação de “um sistema de justificações para roubar terras palestinas” e tornar assim “[...] todo o território uma zona de penumbra legal, na qual tudo é permitido e onde a linha demarcatória entre aplicadores da segurança e lei e seus violadores foi irreparavelmente borrada.”. Tais passagens, juntamente com o “olho cego do sistema de segurança”, “fora de controle”, “conspiração tácita” e a “estratégia de ofuscação”, podem ser sintetizadas na questão da *vida nua* e dos TPO como espaço institucionalizado de exercício permanente da exceção legal ou *campo*.

Os maus-tratos e a tortura, assim como a retirada impune de vidas e destruições arbitrárias relatadas pelas ONGs e ONU, devem ser incluídos ao lado das desapropriações nesse “tudo é permitido” na “zona de penumbra legal”. Afinal, tal qual as propriedades que são vandalizadas e griladas, civis são agredidos por colonos com a “negligência criminosa” das autoridades ou pelos próprios militares, estes que, durante as operações nos TPO, sobretudo da Primeira Intifada em diante, têm executado manifestantes, ativistas e guerrilheiros e bombardeado de forma “indiscriminada e desproporcional” áreas civis densamente habitadas, sem maiores repercussões legais. Os relatórios falam em “diretrizes permissivas de disparo” e a ampliação dos alvos “legítimos”, que remetem à mesma questão da segurança que justifica a colonização para atingir objetivos ideológicos sem se responsabilizar por eles. Assim, em consonância com a agenda etnocrática de judaização do território, os governos e suas agências têm criado as condições (sobretudo a certeza da impunidade, portanto a *vida nua*) que permitem tanto o avanço da colonização quanto a repressão inclemente da oposição a ela, por meio da promoção de uma ampla destruição e mortandade, visando suprimir o ímpeto e os movimentos de resistência dos palestinos. Nessa lógica, a

vulnerabilidade dos corpos reflete a vulnerabilidade das propriedades, sendo ambas “incluídas de forma excludente” no ordenamento e, assim, violadas, mas mantendo-se uma fachada democrática.

Vale lembrar do alerta de Weizman (2007) de que, é a suposta “transitoriedade” da ocupação – tal qual a dos Acordos de Oslo –, mesclando a paz e a guerra, que confere ao soberano um poder ilimitado: “Quando tudo é temporário quase tudo, qualquer crime, forma de violência, é aceitável, a interinidade parece prover autorização, a autorização do estado de emergência.”. Forma-se assim um *continuum* histórico como estado permanente justificador da ocupação, da colonização e das barbáries decorrentes. “Interinidade” e “segurança” se tornaram os principais dispositivos fundamentadores das decisões da ACJ, com o governo manipulando o termo “necessidades securitárias temporárias” ou uma “interinidade permanente” (justificada pela persistência da violência e pela existência de iniciativas de paz) para aprovar novas colônias, que cumpririam uma função securitária¹⁷⁹. Dessa forma, a “segurança” cumpre um papel justificador da colonização e da criação de “fatos no campo”, com a categoria de “interinidade” permitindo a perpetuação indefinida das mais diversas situações (desde colônias, até leis da ocupação, interdição de regiões e do trânsito, relaxamento temporário das regras de disparo). Leibowitz (1976; 1988) já admoestara: com a Guerra de 1967 tornada uma guerra de conquista, Israel “[...] se tornou um aparato de poder coercitivo dos judeus sobre outro povo.”, “um regime judaico de força”, pois exerce sua autoridade sobre sujeitos privados de direitos civis e políticos.

4.2.3. Os paradigmas da ocupação israelense e a exceção legal

Lisa Hajjar (2005, p. 1-2; 26-27; 54-61), leitora de Yiftachel, afirma categoricamente que busca superar uma “dicotomia nacional” como recurso analítico do conflito e das instituições envolvidas, como as cortes militares e a ACJ, pois ela engendraria uma “distinção rígida, inverídica e limitadora” que contribui para a polarização dos sujeitos, quando se trata de uma “luta por direitos”. Sujeitos e instituições se relacionam de formas variadas, mantendo uma diversidade de identidades legais e políticas para além de “israelenses” versus “palestinos”, como visível na atuação legalista de advogados israelenses junto ao O Sistema Israelense de Corte Militar (SICM) em defesa dos palestinos. Se a lei é monopólio do Estado israelense, a

legalidade serve tanto para cumprir agendas nacionais, permitindo a ocupação, colonização e sua expansão, quanto apresenta restrições às arbitrariedades e garante margem para uma “resistência legalista”.

A “legalidade” nos TPO se constituiria em uma “espada de dois gumes”, que tanto oprime quanto garante uma “resistência legalista”. Assim, para Hajar, se os palestinos foram excluídos de qualquer controle sobre as leis e instituições criadas para controlá-los, ao menos elas fundamentaram uma base legal para o governo sobre eles, o que é opressivo e restritivo, mas difere do governo baseado unicamente na força bruta, oferecendo brechas de “manobra e resistência”. Uma evidência disso é o ativismo em direitos humanos ou a “resistência legalista” tanto de palestinos quanto israelenses solidários a partir do final dos anos 1970, cujos relatórios constituem a principal fonte de pesquisa da presente tese. Se concretamente a eficácia desses grupos é limitada, ao menos sua atuação atraiu a atenção internacional e afetou o “curso e o discurso do conflito”, apresentando-se como uma contranarrativa crítica ao discurso legal oficial israelense.

Conforme Hajjar (2005), por meio dos tribunais, os palestinos estão submetidos à soberania israelense, sem estarem representados por esse Estado. O SICM é uma peça institucional central do aparato de controle nos TPO, tanto produzindo estratégias legais de resistência quanto mantendo a ocupação e um discurso legalista legitimador. Na base desse sistema mantido nos TPO está a adaptação e não a negação do direito internacional, acompanhada de um discurso que tenta justificar a não aplicação plena do DIH e DIDH por meio de uma suposta fratura entre o território e sua população (interpretação dos “territórios administrados” e não ocupados, formulada por Meir Shamgar após 1967¹⁸⁰ e referendada pela ACJ, mas desde o começo criticada e rejeitada pelos órgãos protetores dessas legislações internacionais). Portanto, Hajjar (2005, p. 4-11; 24-31; 47) vê no SICM não exclusivamente um “instrumento político puro” para manter a ordem, controlar e punir os palestinos e legitimar o poder, mas uma “espada de dois gumes”, política e legal, que permite a manutenção do status quo, mas também questionamentos, debates e controvérsias. Serve, simultaneamente, como instrumento da ocupação e recurso de denúncia, crítica e resistência ao poder, ainda que com efeitos limitados. Logo, é um campo de conflito de discursos rivais.

Inclusive, em sua obra Hajjar recorre ao conceito de “etnocracia”. Observando-a sob esse prisma, de fato, sua análise da lei não destoa do sistema legal como “base etnocrática” em contraposição ao papel democratizador e desestabilizador da

“resistência minoritária”, “organizações civis” e “regimes morais internacionais”. Contudo, em sua abordagem às vezes ela iguala em demasia o peso dessas duas funções do sistema legal, minorando as consequências muito mais impactantes da lei a serviço da “judaização” do espaço. Sem cair em uma avaliação univalente e simplista do papel da legalidade como base do regime, Yiftachel é muito mais enfático, criticando que a suposta “proteção legal” serve, inclusive, à manutenção da “fachada democrática” (fato que Hajjar não ignora). Assim, ainda que haja uma resistência legalista, a lei e as instituições estatais cumprem sobretudo um papel legitimador e sustentador do projeto etnocolonial. Em última instância, trata-se de uma diferença de ênfase que Hajjar e Yiftachel atribuem à capacidade do sistema legal tanto proteger quanto oprimir. Neste particular, Eyal Weizman (2007, p. 120-121) e Zertal e Eldar (2007, p. 345) fazem uma análise mais complexa da ocupação, que se não marginaliza a “resistência legal” também não deixa de enfatizar o sentido final da ocupação como desapropriação (judaização), estando a lei a seu serviço.

Em algumas passagens, a própria Hajjar se aproxima dessas posições mais críticas, reconhecendo que, enquanto aparato autorizado a punir infratores, o SICM está eivado de problemas e contradições. Assim como os relatórios da AI, CPCTI e Yesh Din, ela destaca: a “[...] confusão e contradição inerente entre as dimensões legais e militares de controle [...]”; o policiamento feito por militares; a privação de direitos básicos dos detidos por meio de dispositivos legais e administrativos (incomunicabilidade); o uso corriqueiro de táticas coercitivas de interrogatório para obter confissões e de “evidências secretas” na detenção e condenação de suspeitos; a “complexidade e ambiguidade das leis aplicadas por meio das cortes”; interpretações divergentes quanto à aplicabilidade do DIDH e do DIH nos TPO e quanto aos direitos e deveres do Estado israelense em Gaza e na Cisjordânia e diante da população ocupada; a incompatibilidade do DIH com uma ocupação militar que já dura décadas; e a legalidade das leis emergenciais vigentes.

Afirma Hajjar (2005) que, aos palestinos foi garantido o direito de peticionarem à ACJ, o que garantiu uma face “iluminada”, “benévola” à ocupação, inclusive reduzindo as críticas internas. “Na prática, contudo, a ACJ raramente proferiu decisões que proporcionaram alívio substancial aos requerentes palestinos, tendendo a favorecer o Estado ou descartar as petições alegando que levantavam questões não judiciais.”, além de ter sancionado ao invés de reprimir várias políticas que afetaram negativamente os palestinos. A autora salienta ainda que a ACJ “[...] efetivamente

carimbou a legalização da tortura em Israel/Palestina.” e acatou a construção discursiva seletiva de Shamgar, que se apropriou de forma original do DIH, adaptando-o, para legitimar a ocupação israelense ao trata-la não como tal, mas “administração”, separando o território (passível de colonização) de sua população originária. Logo, a jurista também está a mencionar a “função legitimadora” do SICM e da ACJ.

No SICM, com base em leis militares e de emergência, são julgados palestinos acusados especialmente de crimes contra a segurança, mas também por expressões políticas e culturais enquadráveis como possíveis ameaças à ordem e ao controle sobre os territórios. São leis muito abrangentes “[...] penetrando praticamente em todos os aspectos da vida palestina, e sua aplicação pelos militares afetou todos os palestinos, de diferentes formas.”¹⁸¹. Desde 1967, centenas de milhares de palestinos já foram detidos e a imensa maioria dos que foram julgados foram declarados culpados, quase a maioria por meio de acordos judiciais. As taxas de encarceramento nos TPO são extremamente altas – proporcionalmente as maiores do mundo, entre 1987 e 1993 -, ilustrando a utilização da lei para limitar o campo das ações permitidas aos palestinos e punir os transgressores. Dessa forma, ações não violentas também são criminalizadas por leis militares e de emergência, culminando em prisões e julgamentos arbitrários. Hajjar (2005, p. 1-4) arremata constatando que, onde o Estado não representa seus súditos, a aplicação da lei serve a interesses restritos. A “ocupação militar” seria uma variante de “iliberalismo” ou “[...] tipo iliberal distinto de arranjo político, que combina elementos de colonialismo (governo estrangeiro) e estado de emergência (leis marciais). Nesse contexto, a ‘emergência’ é o conflito.” e assim as estratégias de controle equivalem a medidas de contrainsurgência pautadas por imperativos de segurança nacional. A ênfase abusiva na segurança acaba por justificar a discriminação legal e a desapropriação dos palestinos¹⁸².

Em seu conjunto, esses fatores colocariam em xeque a existência de “justiça legal” nos TPO, inclusive minorando as possibilidades de resistência legal efetiva dos palestinos. Conforme Hajjar, a preferência por um modelo de ocupação baseado na “aplicação da lei” (ao menos até o começo da Segunda Intifada) derivaria do status diferenciado dos TPO e da transformação dessas áreas em “domínios internos” de Israel, colocando-se como “soberano de fato” ao mesmo tempo em que busca legitimar esse arranjo tanto interna quanto internacionalmente. Neste ponto, não se pode ignorar a relação entre a questão da legalidade na Palestina/Israel e as tensões prevaletentes do pós-Segunda Guerra em diante entre a afirmação dos direitos humanos e humanitários e

a soberania estatal, reivindicando esta o direito de gerir súditos conforme supostos requisitos “securitários” (geralmente, servindo de pretexto para a implementação de políticas discriminatórias).

Como manifestação específica dessa tensão própria do sistema westfaliano após a aceitação generalizada do DIDH e DIH, a primeira e fundamental retirada de proteção legal e de direitos dos palestinos é justamente a não aplicação plena da legislação protetiva internacional sobre eles, tornando-os ainda mais vulneráveis e, como tal, passíveis de sofrerem transgressões, como a violência impune, desapropriação e a transferência de população alienígena para suas terras (colonização). Essa nudez de direitos deriva da dissociação entre terra e população na interpretação oficial israelense da ocupação, cujo cerne é a categoria de “territórios administrados”, que nega aos locais seu direito à soberania em seus territórios, condicionando-o a um momento futuro que nunca chega. Retomando as categorias de Weizman e Zertal e Eldar, “tudo é permitido” na “zona de penumbra legal” criada por essa “interinidade” ou “transitoriedade” permanente. Assim, os palestinos como *homo sacer* tem sua *vida nua* juntamente com suas propriedades (“terra nua”), estando em um “não lugar”, entre o legal e o ilegal, o presente e o ausente (*campo*). Para Zertal e Eldar (2007, p. 345-346), a colonização gradativa e sistemática dos TPO em violação ao DIH e aos direitos de propriedade dos palestinos estaria no próprio DNA sionista, pois ocorre por meios “nutridos e santificados” por esse movimento desde sua origem, mesclando atos abertos e clandestinos executados por organizações operando à margem da lei. 1967 teria levado à ressurreição dessas práticas pré-estatais motivadas por uma percepção colonialista de “*terra nullius*”, que agora tem como principal suporte as forças armadas, supostas mantenedoras da lei, que são coniventes com as ações ilegais dos colonos (portanto, base da etnocracia).

Se Hajjar (2005) e Neve Gordon (2008) reconhecem a vulnerabilidade gerada por essa situação, e inclusive detalham a construção argumentativa que a gerou, não inferem suas últimas consequências vulnerabilizando os palestinos desde 1967, reservando a vigência plena da exceção legal ao período da Segunda Intifada, que teria substituído a anterior “judicialização da ocupação” (em cuja base está e foi incorporada a própria exceção legal). Isso que, como vimos há pouco, Hajjar (2005, p. 11-15) chega a definir a ocupação como uma “variante de ‘iliberismo’”, baseada em uma combinação de colonialismo e estado de emergência (leis marciais), além de reconhecer a suspensão da lei durante a Primeira Intifada (destacando a difusão das “prisões

administrativas” e a “flexibilização das regras de engajamento para uso de força letal”, com unidades à paisana executando palestinos “procurados”). Nesse quadro, assim como suas propriedades continuamente desapropriadas e violadas impunemente os próprios corpos e as vidas palestinas estão nus e expostos ao poder soberano, que tem recorrido a medidas disciplinares, biopolíticas e soberanas para controlá-los (certificados, checkpoints, licenças), privá-los (ordens de restrição, prisão administrativa, punições coletivas) ou extingui-los (diretrizes flexíveis para disparo com munição letal e definição de alvos civis teoricamente protegidos como legítimos – doutrina *Dahiyya* -, provocando destruição, mortes e sofrimentos sistemáticos, sem repercussões legais).

Quanto à exceção legal no contexto da Primeira e Segunda Intifada, se Lisa Hajjar (2005, p. 11-15; 43-44; 49-50; 235-242) não nega a frouxidão das “regras de engajamento” e a ocorrência de mortes extrajudiciais mesmo antes do novo milênio, tal qual Neve Gordon (2008) destaca que a “retirada da lei” se consumou efetivamente a partir do novo levante palestino, em oposição à anterior “judicialização”, que teria uma função legitimadora e de controle e repressão, mas ao mesmo tempo permitiria a “resistência legalista”. Para a autora, tratar-se-ia da passagem de um “modelo de aplicação da lei” para um “modelo de guerra” (já aplicado no Líbano nos anos 1980). Conforme a jurista, até 1993 os militares israelenses governaram diretamente os palestinos dos TPO, com o SICM provendo o Estado de meios legalistas para lidar com o problema político da resistência à ocupação (judicialização da repressão). Até então, os governos teriam se utilizado da lei “de forma prodigiosa” para manter e legitimar o controle sobre os palestinos da Cisjordânia e Gaza e para punir e coibir sua resistência. Contudo, durante a Primeira Intifada, a vigência do sistema legal começou a ser fragilizada, por meio da “flexibilização das regras de engajamento para uso de força letal”, unidades à paisana executando palestinos “procurados”, endurecimento das sentenças e crescimento exorbitante do número de “prisões administrativas” e da quantidade de detidos no geral. Então, o sistema legal colocou um preço demasiado alto, por meio de leis militares e de emergência abusivas, para qualquer manifestação de oposição ou apoio ao nacionalismo palestino¹⁸³. No período interino aberto com as negociações de paz, Israel cedeu parcelas de seu poder e autoridade à AP, delegando a ela jurisdição apenas limitada como colaboradora no sistema de “segurança nacional”.

Já a Segunda Intifada consolidou a mudança do modelo predominante de “aplicação da lei” para o “de guerra”, com os militares “[...] reafirmando sua capacidade

de controlar os palestinos por meio da combinação de força militar, aplicação da lei e segregação geográfica [...]”. Então, o SICM continuou a funcionar, com os palestinos voltando a ser detidos aos milhares e enfrentando julgamentos arbitrários, com os militares aplicando leis marciais e de emergência nas detenções, interrogatórios, julgamentos e condenações. Mas, o sistema legal foi secundado pelas “execuções extrajudiciais”, que ganharam força à medida que a situação se deteriorou e alcançou níveis inéditos de mortandade, rivalizando com o SICM como “[...] meio de punição e dissuasão de atentados suicidas de militantes palestinos.”. Os governos israelenses então negaram qualquer responsabilidade internacional como ocupante, recusando-se a proteger e prover as necessidades dos civis vivendo sob ocupação, afirmando ser isso competência da AP. Esta, por sua vez, carecendo dos recursos necessários, deixou a população desguarnecida, gerando uma crise humanitária – conjugando desemprego, empobrecimento e desnutrição coletiva. Os atentados de 11/09 teriam tornado a situação local ainda mais complexa, constituindo-se a Palestina/Israel em um campo de testes para as interpretações e aplicabilidade do DIH face à “guerra ao terror” e à continuidade da ocupação, apesar da sobrevivência da AP. Inclusive, a existência dessa entidade justificou a militarização das ações israelenses e a definição da situação como “de guerra”, sob argumentação de que a “ocupação beligerante” havia terminado e que agora os palestinos eram “adversários armados”.

De fato, diferentemente da Primeira Intifada, na Segunda vários agrupamentos palestinos se engajaram na luta armada, inclusive com atentados suicidas em resposta a disparos letais contra manifestantes e “assassinatos extrajudiciais”, o que caracterizou a situação como “conflito assimétrico” e serviu a Israel para tentar justificar uma categoria ambígua e unilateral de “situação de quase guerra”, dissonante da interpretação dos órgãos oficiais de DIDH e DIH. Nesse cenário, os “assassinatos” de militantes palestinos foram justificados e apresentados como legítimos perante as leis de guerra, sendo eles responsabilizados pelas hostilidades e pelo “terrorismo contra Israel”. Na interpretação oficial israelense, seria legal um Estado matar e torturar seus inimigos, especialmente se terroristas e se os alvos se enquadram no cenário de “bombas relógio” que não podem ser presos - sendo as mortes de “pedestres” decorrentes dessas execuções definidas como “efeito colateral”. Em ambos os lados, a maioria das vítimas foi de civis, com todo o território se tornando um fronte e cada pessoa um alvo potencial – o que tornaria a Segunda Intifada não uma exceção, mas elucidativa da crise humanitária característica das guerras modernas. Sob pretexto de proteger Israel de

novos ataques suicidas, o Muro foi criado em uma rota que – ao lado de checkpoints, toques de recolher e necessidade de permissões especiais – encarcerou coletivamente os palestinos, o que foi criticado como “nova dimensão de uma segregação estilo apartheid” com os palestinos reduzidos a guetos policiados de fora e, periodicamente, invadidos pelas FDI. Assim, conforme Hajjar, as estratégias israelenses na Cisjordânia e em Gaza desde setembro de 2000 combinaram táticas de aplicação da lei e de guerra: matar o inimigo, negar a jurisdição da AP, prender milhares de palestinos, e ampliar a infraestrutura carcerária da ocupação.

Considerando a atuação do Estado israelense especialmente durante a Segunda Intifada, ocorrida no contexto internacional da “guerra contra o terror”, Hajjar (2005, p. 242-248) aponta que ele serviu de modelo por seu “[...] elaborado sistema de leis de emergência e raciocínios legais para legitimar o engajamento e o tratamento de inimigos em batalha e em custódia.”. Israel não repudiaria ou ignoraria o direito internacional, mas ao invés o “domesticaria” ao “[...] forjar interpretações de seus direitos e deveres na Cisjordânia e Gaza para acomodar práticas estatais e agendas domésticas.”, como a ampliação dos “alvos legítimos” segundo a “doutrina Dahiyya” e o “novo código de ética das FDI”, o que também pode ser compreendido a partir da “fachada democrática” mantida pelas etnocracias conforme Yiftachel em um contexto de legitimidade dos “regimes morais internacionais”, que não podem ser simples e abertamente negados. Dessa forma, conforme Hajjar, as definições e categorias do direito internacional “[...] têm sido seletivamente interpretadas para caracterizar a Segunda Intifada como uma ‘guerra contra o terror’ a fim de negar que os palestinos tenham qualquer direito de usar a força para encerrar a ocupação ou mesmo se defenderem.”.

Ainda conforme Hajjar, desde o 11/09, inspirados pelo modelo israelense¹⁸⁴, os EUA estariam implementando uma estratégia semelhante de “domesticar o direito internacional” a fim de autorizar e justificar “guerras preemptivas”, promulgar “legislações de emergência” e rejeitar ou aplicar de forma seletiva o DIH aos detidos nas “guerras”. Ambas essas “domesticações” ou interpretações, ao contrariarem a opinião internacional e subverterem princípios legais estabelecidos, “[...] constituem mau presságio para a paz e segurança globais.” – o que podemos relacionar ao conceito de “direito de poder” de Richard Falk. Ao se desviarem do direito internacional, não o ignorando ou negando abertamente, EUA e Israel não estariam meramente o violando, mas produzindo uma “legalidade alternativa” que “[...] autoriza e defende a legalidade de políticas como preempção militar, detenção incomunicável por tempo indeterminado,

táticas abusivas de interrogatório, assassinatos e ataques contra áreas densamente habitadas por civis.”. Assim, estão em risco os fundamentos normativos do DIH e DIDH edificados a partir do final da Segunda Guerra, pois a proposta estadunidense-israelense é que em “guerras contra o terror” essa normatização não se aplica ao tratamento dos inimigos, classificados como “combatentes ilegais”.

Em suma, contraponto as considerações de Hajjar com as fontes, de fato tanto a disseminação da impunidade da Segunda Intifada em diante quanto ambos os “gumes” da espada da lei (HAJJAR, 2005) estão presentes. Entretanto, quanto ao primeiro ponto, temos que considerar a vigência da exceção legal tanto por meio da sistematização da tortura e dos maus-tratos (denunciadas pela AI desde o início dos anos 1970) quanto da impunidade de colonos e militares, denunciada já com a Comissão Karp, no início dos anos 1980. Quanto ao duplo papel do sistema legal, de forma explícita e tal como reconhecido por Yiftachel, Weizman, Gordon, Zertal e Eldar, e mesmo em algumas passagens de Hajjar, sobressai-se seu uso não como “resistência legalista”, mas para ratificar a ocupação, colonização e opressão dos palestinos, cumprindo prioritariamente a função de legitimar o processo de judaização dos territórios e reprimir a resistência a ele (base da etnocracia), ainda que também restrinja de forma pontual algumas medidas do ocupante em situações específicas, mas que ao final acabam por normalizar o status quo (casos do Muro e dos “postos avançados” debatidos mais acima por meio de Kretzmer e da ACJ).

Passando à análise da ocupação feita pelo historiador israelense Neve Gordon (2008), ao invés de considera-la a partir de uma definição única globalizante como “etnocracia”¹⁸⁵, ele a periodiza, dividindo-a em dois grandes momentos (com subdivisões), caracterizados por dois paradigmas de controle populacional conforme a estratégia e os “meios de controle” empregados com maior frequência (sobressaindo-se ora a administração ora a repressão direta dos colonizados)¹⁸⁶. A política israelense para os TPO teria sido gradativamente alterada, adaptando-se a diferentes contextos. Inicialmente, balizou-se pelo “princípio da colonização” ou “política de vida”, tentando normalizar e ocultar sua presença, administrar o cotidiano dos colonizados e garantir melhores condições de vida (sendo a economia palestina integrada de forma dependente para não gerar desenvolvimento a longo prazo¹⁸⁷), mas suprimindo qualquer manifestação nacionalista enquanto explorava os recursos dos territórios (terra, água e trabalho). Após a deflagração da Primeira Intifada, essa política de “colonização benevolente”, com incentivo à agricultura e outras medidas para “pacificar os

territórios” (“política de vida”), foi gradativamente substituída pelo abandono, isolamento e expansão das colônias (corrida para expropriar terras), culminando na “política de morte” consumada com a Segunda Intifada. Cabe notar que, a análise feita por Hajjar das transformações no SICM e na ocupação desde a Primeira Intifada reforça essa periodização proposta por Gordon, ambos encontrando respaldo nas fontes que apontam para a difusão da impunidade israelense nos TPO justamente a partir de meados dos anos 1980, momento no qual várias organizações de direitos humanos e humanitário foram fundadas.

Segundo Gordon, os dois paradigmas da ocupação não se diferenciam pela exclusividade dos meios empregados (biopolíticos, disciplinares ou soberanos), mas pela frequência e intensidade de sua aplicação. Assim, há certa continuidade nas políticas de controle, como o uso da força, ameaças e sanções coercitivas, antes usadas em circunstâncias isoladas e agora generalizadas. A maior parte das medidas utilizadas ainda nos primeiros anos da ocupação ainda estaria em uso quatro décadas depois, como toques de recolher, deportação de lideranças, demolição de casas, prisões, torturas e outras formas de restrição de movimentação e punição coletiva. Legislações locais (britânicas, jordanianas) também foram mantidas, mas acrescidas de novos ordenamentos militares, que desde 1967 restringiram a liberdade de movimento e associação dos palestinos, mas antes de forma intermitente e agora mais permanentemente. Também já fora aplicado anteriormente um intrincado sistema de permissões, demandando licenças para construções e exercício profissional e controlando o acesso dos palestinos as terras de cultivo ou pastoreio. Seriam artifícios operados simultaneamente com diferentes intensidades em cada momento para controlar todas as esferas da vida da população local, pensados antes mesmo de 1967, constantemente revisados, adaptados e acrescidos nos diferentes contextos. Essa mudança de paradigma de controle entre as duas intifadas teria marcado uma “transformação dramática” nos modelos de poder (disciplinar, biopolítica e soberano), afetando a ênfase na utilização de cada aparato.

Gordon (2008, p. 1-7; 11-15) também destaca que, desde o início da ocupação, em 1967, Israel governou os TPO distinguindo claramente entre a terra e seus habitantes, a fim de expropriar porções do território sem anexá-lo completamente e gerir a vida da população, sem integrar os palestinos como cidadãos para manter a condição de maioria da população judaica. No período que abrange as duas primeiras décadas da ocupação, Israel enfatizou medidas biopolíticas e disciplinares buscando controlar e

homogeneizar o comportamento da população, cooptando-a por meio do desenvolvimento dependente como estratégia de controle (tornar a ocupação invisível, acreditando com isso garantir mais aceitação). Contudo, paralelamente, o poder soberano se fez presente (como observável nos anuários da AI) no controle das fronteiras e na repressão de todas as manifestações nacionalistas ou de oposição à ocupação (como em Gaza, em 1956), recorrendo a diversos mecanismos previstos nos RED e possibilitados pelas ordens militares (prisões em massa, fechamentos, detenções, restrições e julgamentos arbitrários), sendo a violência física exercida de forma esporádica, mas sempre que necessário, tanto contra manifestantes quanto lideranças.

Portanto, ainda que de forma intermitente, sobretudo em momentos de ameaça da ordem vigente, já foram empregados modos tradicionais do poder soberano por meio do executivo e judiciário, destacando-se a imposição verticalizada de um sistema legal, o uso de polícia e forças armadas para garantir a aplicação da lei ou suspendê-la e ações extrajudiciais sistematizadas (tortura) e pontuais (assassinatos extrajudiciais de lideranças). Mas, conforme Gordon, inicialmente o poder soberano foi exercido nem tanto pela retirada impune da vida, mas pela introdução e implementação de um aparato legal que criminalizou e puniu “como terrorismo” todas as formas de resistência e manifestações nacionalistas palestinas (cantar hinos, confeccionar e distribuir panfletos, desfraldar bandeiras, pertença a organizações), empregando forças de segurança para suprimi-la. O sistema legal se tornou simultaneamente uma forma de controle e punição e um mecanismo de desapropriação. O autor sublinha como paradigmática a “Proclamação dois”, promulgada pelo comandante militar no dia 7 de junho de 1967, dia de estabelecimento do governo militar nos TPO, declarando que “Todos os poderes de governo, legislação, apontamento e administração relativos à Região e a seus habitantes devem recair sobre mim sozinho e devem ser exercidos por mim ou pelas pessoas apontadas por mim ou agindo em meu favor.”.

A Primeira Intifada (1987-1993) marca a derrocada das tentativas de normalizar e embasar legalmente a presença israelense nos TPO e o início do delineamento do novo paradigma da ocupação (“princípio da separação” ou “política de morte”), consolidado com a Segunda (2000-2005). Os principais fatores por trás da mudança de paradigma seriam as “interações, excessos e contradições produzidas pelos meios de controle” aplicados nos TPO. Oslo consumaria o reconhecimento desse fracasso inicial e da necessidade de terceirizar e reduzir os custos da responsabilidade pela população palestina sem perder a autoridade soberana sobre os TPO, sendo a AP então criada não

como um corpo autônomo, mas um subproduto da ocupação – embora, deva-se notar que ela se tornou externa ao processo, sobretudo a partir de 2012 quando pleiteou unilateralmente o reconhecimento internacional do Estado palestino em oposição à suposta continuidade dos diálogos e ratificou diferentes tratados internacionais, inclusive o Estatuto de Roma.

A nova “política” da ocupação, de separação e morte, está fundamentada no abandono dos esforços para administrar a vida dos colonizados (com exceção daqueles vivendo nas zonas limítrofes ou trafegando pelos checkpoints); na persistente exploração dos recursos não humanos (água e terra); e na segregação das populações, culminando na indiferença quanto à vida dos palestinos e na maior recorrência à violência letal (respondida com protestos, atentados suicidas e, mais recentemente, foguetes disparados de Gaza e ataques com armas brancas). Assim, a ênfase anterior nas medidas disciplinares e biopolíticas recaiu na violência do poder soberano, que exercido pelo comandante militar tanto impõe quanto suspende a vigência da lei para controlar os palestinos. Mas, foi a última que ganhou destaque no novo milênio, disseminando a exceção legal e tornando as vidas e propriedades nos TPO ainda mais expostas à arbitrariedade.

As expressões mais nítidas desse novo momento são: uma mortandade sem precedentes em ambos os lados, a impunidade generalizada de colonos e militares israelenses, o incêndio intencional e desenraizamento de oliveiras e outras árvores em propriedades palestinas no lugar dos anteriores benefícios e incentivos à produção e desenvolvimento e o cerceamento de sua liberdade de movimentação e de seu acesso a terras e à água. A atuação da AP foi inviabilizada, sem Israel assumir as funções designadas a ela, ignorando as seguranças sociais mais básicas e a proteção mínima da sociedade palestina, reduzindo-a “[...] ao que Giorgio Agamben chama de *homo sacer* [...]”. Difundiu-se a miséria, dependência de ajuda humanitária e as medidas extralegis em oposição à judicialização (controle pela aplicação da lei, ainda que “draconianas”), preponderante até então.

O corolário do novo paradigma seria resumido na sentença de Ehud Barack: “Nós aqui, eles lá.”, com a apartação visando manter e ampliar a colonização dos TPO e sendo garantida pelo uso da violência. Em média, entre 2001 e 2007, as forças israelenses mataram anualmente mais palestinos do que nos vinte primeiros anos da ocupação. Se de junho de 1967 a setembro de 2000 morreram 2.041 palestinos e 422 israelenses, do começo da Segunda Intifada até o final de 2006 perderam suas vidas

4.046 palestinos e 1.019 israelenses (GORDON, 2008, p. XV-XXI; 198-200). Não suficiente, em pouco menos de um mês da Chumbo Fundido (2008/2009) morreram quase 1.500 palestinos, e durante o mês e meio da Margem Protetora (meados de 2014) mais de 2.000, evidenciando a nova ênfase da ocupação no poder soberano, mais especificamente na suspensão da lei e manutenção de um estado de exceção permanente. Citando Gordon (2008, p. 3), “Nós estamos atualmente testemunhando uma política macabra caracterizada por um aumento do número de mortos.”. Conforme Eyal Weizman (2007, p. 194-197), durante a Segunda Intifada, “Operações militares com o único objetivo de matar estavam em consonância com diretrizes claras definidas na esfera política.”, garantidoras da impunidade.

Israel destacou uma série de práticas de controle fundamentadas em um tipo de poder soberano, que funcionou menos através da instauração da lei do que da suspensão da lei. Israel agora opera, principalmente, destruindo as seguranças sociais mais importantes e reduzindo os membros da sociedade palestina ao que Giorgio Agamben chamou de *homo sacer*, pessoas cujas vidas podem ser tomadas com impunidade. Isso ajuda a explicar, por exemplo, o uso generalizado por Israel de execuções extrajudiciais¹⁸⁸ e o uso de palestinos como escudos humanos. Essas ações extraleais estão em nítido contraste com a abordagem adotada por Israel durante a Primeira Intifada, em muitos aspectos caracterizada pela proliferação de julgamentos e intervenções legais. Assim, se até setembro de 2000 Israel controlava os habitantes vivendo sob ocupação sobretudo por meio da aplicação da lei - incluindo, é claro, a aplicação de leis draconianas que legalizaram tanto a prisão e tortura de milhares de prisioneiros políticos quanto permitiu deportações, demolições de casas, toques de recolher prolongados e outras formas de punição coletiva -, talvez a característica mais marcante da Segunda Intifada é a extensiva suspensão da lei. Se na Primeira Intifada qualquer suspensão da lei ainda era considerada uma exceção à regra, na Segunda se tornou a norma (GORDON, 2008, p. 21).

Em suma, no novo milênio, a vulnerabilidade e impunidade estão generalizadas, permitindo diferentes iniquidades. Os TPO se mantêm em uma situação ambígua, indefinida, à margem do ordenamento internacionalmente reconhecido, como quer a etnocracia israelense em sua tentativa de rebater críticas internas e externas enquanto dá continuidade à “judaização” do território e suprime qualquer resistência a ela. “Território administrado”, situação de “conflito armado, quase guerra”, Gaza como “território” ou “entidade hostil”, são definições oficiais israelenses *sui generis*, sem relações com o DIH, que assim despem as vidas e propriedades palestinas de qualquer proteção, colocando-as em uma situação limite entre o legal e o ilegal. De fato, a vigência do novo paradigma da ocupação, e com ele da exceção legal institucionalizada, fica mais evidente na Faixa de Gaza pós-desengajamento unilateral, cabendo aprofundar este ponto a partir da tessitura de paralelos entre Gordon e outros autores. A partir de

2005 Israel renunciou oficialmente sua responsabilidade e a validade mesmo que residual do DIH no território litorâneo, que até então aceitara ao menos formalmente. Gaza foi considerada “território inimigo”, desocupada para todos os efeitos (não obstante a opinião contrária dos órgãos da ONU e das ONGs) e, diferentemente da Cisjordânia, as mortes ali provocadas pelas forças israelenses continuaram a não culminar na abertura automática de investigações. É diante desses fatos que Ilan Pappé (2010) recorre à expressão “campos de morte” para definir a violência generalizada e impune entre 2004 e 2009, cuja lógica estaria associada à ideologia de limpeza étnica, que guia o “Estado sionista” desde seus primórdios, e à tentativa de causar um “politicídio” do Hamas. Chomsky define a operação Chumbo Fundido como “[...] assassinato em massa de civis indefesos presos em uma pequena cela sem lugar para fugir.”, que terminou com a impunidade generalizada dos perpetradores. Para Gideon Levy (2010, p. VIII; 76), “Gaza era e ainda é a maior prisão da terra, um experimento macabro realizado com seres humanos vivos.”, onde Israel manteve o controle da escalada da violência e, desde 2006, buscou mudar a escolha da população por meio do exercício de pressão e violência (“terrorismo de Estado”).

Eyal Weizman (2007, p. 11) e Darryl Li (2006), escrevendo logo após o desengajamento unilateral, descrevem o território como o estágio mais avançado da ocupação israelense, o aprimoramento do “sistema de controle” e do projeto de segregação, confinamento e vigilância, no sentido de máxima concentração populacional e controle em um território reduzidíssimo, hermeticamente fechado e controlado a distância com um mínimo de responsabilidade. As técnicas de gestão populacional ali empregadas seriam reprodutíveis na Cisjordânia à medida que esta esteja reduzida a áreas densamente habitadas e isoladas de seu entorno. A impunidade quase total é a marca dessa estratégia de manutenção da ocupação, com os palestinos alienados de qualquer acesso efetivo à justiça. Basta considerar a morte impune de quase tantos palestinos em menos de três meses (durante as operações Chumbo Fundido e Margem Protetora) quanto ao longo da ocupação até 2000 ou durante a Segunda Intifada, e que além dos óbitos dezenas de milhares de corpos ficaram feridos e edificações civis avariadas ou completamente destruídas assim como a infraestrutura local, que foi arrasada. Norman Finkelstein (2010, p. 99) sublinha como a população de Gaza deixou de se surpreender com as consequências nefastas das operações israelenses, sendo a barbárie integrada a seu cotidiano assim como a impunidade.

Embora o caso de Gaza seja paradigmático, as correlações entre a impunidade ali e na Cisjordânia são feitas pela AI (2014e) e por várias outras organizações, como a B'Tselem, que destacam a não apuração das mortes de civis palestinos durante protestos por mais que não tenham apresentado qualquer risco à vida dos militares israelenses – situação verificada desde pelo menos a Primeira Intifada. Se em seus relatórios ONGs como a AI, HRW, Yesh Din e B'Tselem denunciam tanto a não apuração dos casos quanto as falhas sistemáticas nas investigações oficiais, dando conta de demonstrar a difusão da “cultura da impunidade”, os testemunhos compilados pela *Breaking the Silence* complementam essa abordagem, ao denotar que de fato os militares israelenses estão conscientes dessa permissividade, ou “tudo é permitido” (exceto crimes como roubo, estupro), promovendo mortes e destruições por saberem que não serão punidos (vide a seção “rules of engagement” no site e nos relatórios da entidade).

Além da relatoria de DIH e DIDH, as diferentes conceituações apresentadas até aqui convergem na possível caracterização sintética não só de Gaza, mas dos TPO como um todo, como *campo*, onde a exceção legal é permanentemente exercida como regra. Enquanto os relatórios falam de violações e impunidade sistemática, alguns autores se utilizam abertamente das categorias agambianas (ZIZEK, 2003; RUIZ, 2007; GORDON, 2008) e outros recorrem a metáforas ou definições similares: os TPO estão do “lado de lá da linha abissal” onde vigora a “alegalidade”, desapropriação e violência, ou se caracterizam por uma retirada da lei no novo milênio (HAJJAR, 2005), ou ainda constituem uma “zona de penumbra legal, na qual tudo é permitido e onde a linha demarcatória entre aplicadores da segurança e lei e seus violadores foi irreparavelmente borrada.”, ou ainda “conspiração tácita” entre colonos e o governo, mantendo-se uma “situação crítica de separação, perseguição e discriminação” com “proteção e ajuda legal mínima aos habitantes palestinos” (WEIZMAN, 2007; ZERTAL; ELDAR, 2007). Cabe observar que, enquanto em uma nota de rodapé Darryl Li (2006) afirma ser o conceito de *campo* demasiado específico e impróprio para considerar a situação de Gaza, o próprio Agamben afirma a generalidade e difusão desses espaços paradigmáticos e consumidores da exceção após a Segunda Guerra Mundial.

É diante dessas constatações que devem ser compreendidas as antigas denúncias da vigência da impunidade nos TPO, presentes desde pelo menos o início dos anos 1970 nos anuários da AI (questão da tortura e maus-tratos sistematizados e, posteriormente, uso de força letal contra manifestantes, regras flexíveis de disparo, assassinatos extrajudiciais e bombardeios “desproporcionais e indiscriminados”), e que foram

sistematizadas com a Comissão Karp no começo dos anos 1980 e acentuadas no novo milênio na relatoria das ONGs internacionais e locais (sobressaindo-se a análise sistemática da Yesh Din). Vale lembrar que, Shehadeh e Kuttab (1980, p. 9-25) constataram ainda em 1980 os efeitos deletérios das mudanças legais e administrativas promovidas por Israel desde 1967, tornando os palestinos ainda mais vulneráveis às arbitrariedades do governo, com a ocupação em si colocando “[...] grandes limitações ao estado de direito.”, pois nega todos os requisitos essenciais para uma sociedade viver sob o governo da lei (direito à autodeterminação, governo representativo e judiciário independente), estando os palestinos privados tanto da proteção prevista pelas leis internacionais quanto daquela assegurada pela cidadania israelense ou qualquer outra que poderiam ter. “Os juízes, advogados e a sociedade como um todo continuam, portanto, a sofrer com as condições da administração da justiça que atentam, em todos os níveis, contra o princípio do estado de direito.”. O relatório da Comissão Shamgar sobre o massacre na Mesquita de Hebron, publicado em 1994, reforça as conclusões de Karp e Shehadeh e Kuttab: a imposição da lei sobre israelenses infratores nos TPO fracassa sistematicamente, estando os colonos “fora do controle do governo militar” (SHLAIM, 2004, p. 587-588).

Contrapondo especificamente as considerações de Hajjar (2005) e Gordon (2008) às categorias de Agamben (2004, p. 13-18; 2007), se o segundo afirma explicitamente a vigência da condição de *homo sacer* nos TPO no novo milênio, Hajjar se aproxima das definições agambeanas ao falar da “retirada da lei” diante da transição de um “modelo de aplicação da lei” para um “modelo de guerra”, destacando a proeminência do Estado israelense na relativização do DIH na “Guerra contra o Terror”, que por sua vez é mencionada por Agamben como paradigma da exceção contemporânea. Contudo, observando a relatoria de DIDH e DIH, a situação de exceção e vulnerabilidade como norma nos TPO fica explícita desde os primeiros momentos da ocupação, portanto não somente da Segunda Intifada em diante, como afirmam Hajjar e Gordon. Em consonância com a definição de Agamben de “estado de exceção”, destaca-se a concentração inicial de poderes no comandante militar, habilitado tanto a desempenhar atividades legislativas quanto judiciárias e executivas, aplicando ou suspendendo a lei. Literalmente, a normatização legal em vigor nos TPO desde 1967 já denota a questão da exceção em seu próprio nome: além das “ordens militares”, os Regulamentos Emergenciais de Defesa (RED) britânicos¹⁸⁹. Com base nessa legalidade a vida e as propriedades palestinas foram tornadas “nuas” em um território de “exceção

institucionalizada” por meio da garantia de amplos e excepcionais poderes por “leis draconianas”, que legalizaram medidas abusivas, como deportações e punições coletivas (GORODN, 2008, p, 21). Um terceiro fator é a manutenção pelas autoridades de todo um campo de práticas extralegais desde o começo da ocupação, como a sistematização da tortura e os assassinatos extrajudiciais de lideranças (FRATTINI, 2014). Mesmo antes de 1967, é possível detectar o emprego de medidas de exceção no trato com os palestinos por meio da política de “tiro livre” contra infiltrações (SHLAIM, 2004) e das ações da Unidade 101 e de outras “retaliações desproporcionais”.

Na contramão dessas constatações, diante da difusão escancarada da impunidade no novo milênio, Gordon e Hajjar acabam, equivocadamente, destacando-a em contraponto a uma suposta vigência da lei anterior à Segunda Intifada (“judicialização” da ocupação), quando em realidade medidas de exceção foram inseridas no próprio ordenamento, sendo empregadas paralelamente a expedientes extralegais. O termo “judicialização”, em contraste com a posterior “suspensão” da lei, suscita uma imagem de proteção legal inicial, que diante dos relatórios analisados se revela frágil. Interessante notar que nem Gordon nem Hajjar mencionam a Comissão Karp, criada no começo dos anos 1980 a partir de cartas enviadas ao primeiro-ministro denunciando repetidos disparos e mortes de manifestantes desarmados, o que fragiliza a questão da impunidade só no terceiro milênio. Conforme Zertal e Eldar, não só as recomendações de Karp “nunca foram implementadas” como após a publicação do relatório, ao invés de melhorar, a aplicação da lei nos territórios se deteriorou ainda mais, levando à criação de dois “territórios legais-judiciais totalmente diferentes”.

Se ao menos Gordon reconhece que ocorreram situações de exceção legal antes da Segunda Intifada, afirma que elas foram antes a exceção do que a regra, ignorando os desdobramentos últimos desse raciocínio. Se anteriormente o soberano suspendeu a lei em algumas circunstâncias e seus agentes praticaram a violência impune, então o estado de exceção era o paradigma oculto vigente, apenas sendo preferidos outros meios de controle “emergenciais”, empregados com mais frequência e inseridos no ordenamento. É um caso comparável ao da ditadura brasileira: se expedientes legalizados foram predominantes como meio de controle e repressão ao longo de todo o período (como deportações e detenções e julgamentos arbitrários), ocorreram em um contexto generalizado de suspensão da proteção legal e vulnerabilidade, no qual paralelamente diversas medidas extralegais foram utilizadas impunemente (tortura, estupros, assassinatos), indiciando a condição do *homo sacer*.

Em outras palavras, em contrapartida à ênfase de Gordon e Hajjar na exceção legal no novo milênio¹⁹⁰, sobressai-se a fragilização da proteção legal desde 1967, a partir da longa recorrência a medidas extralegais e abusivas típicas de estados de exceção, que foram normatizadas e tornadas o cotidiano por meio de sua inserção na legislação prevalecente, nominalmente, de emergência (os RED acompanhados de “ordens militares”). Dentre as medidas extralegais evidenciadas nos relatórios e na bibliografia se destacam desde um primeiro momento os assassinatos extrajudiciais de lideranças e a sistematização da tortura, acompanhadas dos anos 1980 em diante pela violência impune consentida pelas autoridades, pelo abuso generalizado de força letal contra manifestantes (Shehaedh e Kuttub já denunciam essas situações em 1980) e por ataques “indiscriminados e desproporcionais”. Desde um primeiro momento, a atuação do SGS ou Shin Bet e das unidades promotoras de execuções extrajudiciais foi vinculada ao primeiro-ministro, sem supervisão legal efetiva. A AI (1998, p.4-5; 239) denuncia a sistematização da tortura desde os anos 1970 e, em seu anuário de 1988, menciona o relatório Landau juntamente com uma comissão criada na Índia e outra na Irlanda do Norte, afirmando se tratar de uma “guerra de informação”, que envolve métodos abusivos difíceis de averiguar (desenvolvidos justamente para ocultar os culpados), censura, repressão da mídia, formação de comissões oficiais inócuas ou que referendam o posicionamento das autoridades, não publicação das leis pertinentes e a manutenção de tribunais secretos e da incomunicabilidade por longos períodos. Dentre as medidas de exceção inseridas no ordenamento e aplicadas rotineiramente (adjetivadas como “draconianas” por Gordon), privando os palestinos de proteção mínima e dos direitos mais elementares, destacam-se a censura de livros, a proibição de manifestações políticas e reuniões públicas, a realização de operações policiais sem necessidade de ordens judiciais, as “ordens de restrição” e “detenções administrativas”¹⁹¹ sem meios efetivos de contestação legal (arbitrárias e passíveis de manutenção por tempo indeterminado), isolamento e fechamento de territórios, perseguição política, prisões massivas, deportações, demolições de casas, toques de recolher prolongados e “outras formas de punição coletiva”, além das desapropriações supostamente para fins securitários, mas promovendo a colonização por meio da substituição populacional ou limpeza étnica (ou “apartheid gradativo”, como quer Yiftachel).

Contudo, as relações entre a exceção tornada a norma e aquela praticada paralelamente ao ordenamento são mais complexas, como atesta o caso da tortura. Inicialmente sua sistematização foi negada, e depois constatada pela Comissão Landau e

pela ACJ, não sendo abolida, mas legalizada dos anos 1980 em diante como pressão física “moderada” ou “aumentada”, cujas diretrizes foram mantidas em sigilo. Concretamente, as práticas de interrogatório equivalentes a maus-tratos e tortura (normatizadas ou alheias ao ordenamento) foram e ainda são praticadas de forma sistemática e impune¹⁹², vide os relatórios do CPCTI, gerando confissões utilizadas como principal evidência na condenação dos réus em julgamentos arbitrários realizados em tribunais militares. Além da tortura¹⁹³, as “execuções extrajudiciais” também passaram a ser admitidas e a, oficialmente, não gerar a abertura de inquéritos. Portanto, na prática, conforme apontado por Zizek, Ruiz e outras, vigora a *vida nua* nos TPO, este como *campo* e sua população palestina *homo sacer*. Agamben aponta como característica da exceção legal na contemporaneidade justamente a não ruptura explícita com o Estado de direito. Afinal, em um contexto de legitimidade internacional da “dignidade humana” (DIDH), tanto a violência da exceção legal quanto a discriminação institucionalizada das etnocracias necessitam manter uma “fachada democrática”¹⁹⁴. Diante disso, a ausência de proteção legal efetiva e o desrespeito sistemático e impune aos padrões de dignidade humana e de salvaguarda estipulados pelo DIDH e DIH parecem ser critérios muito mais adequados que a “judicialização” ou não da repressão para constatar a prevalência da exceção e vulnerabilidade há décadas nos TPO, a despeito do complexo aparato legal em vigor, ineficaz para proteger as vidas e propriedades palestinas, mas apropriadíssimo para blindar os infratores e legitimar a situação. Em sua campanha contra desaparecimentos e execuções extrajudiciais a AI (1993a; 1993b) já apontou como expediente para sua difícil identificação não a averiguação da existência de aparatos legais, mas da impunidade e de um padrão de ocorrências similares (o que fica explícito nos anuários e na relatoria da AI, HRW e Yesh Din, complementados pelos testemunhos da Breaking the Silence).

Se Gordon recorre ao pensamento agambeano para interpretar a realidade dos TPO no novo milênio, não explora seu potencial e pertinência para compreender a *vida e terra nua* palestina durante toda a ocupação. Mas, convergem em alguns pontos. Se o filósofo italiano aponta que a exceção legal se institucionaliza em paralelo com a desnacionalização de cidadãos, Gordon (2008, p. XX; 4-7) destaca que a distinção de jure entre Israel e os TPO eclipsa o fato de que, durante as últimas quatro décadas, 30% das pessoas dentro de todos os territórios controlados por Israel não são cidadãos, não podem votar e tem seus direitos mais básicos negados. Vale notar que, Israel nunca pretendeu representar a população ocupada, integrando-a como cidadã, apenas controla-

la enquanto espolia suas terras e a mantém na liminaridade entre o legal e o ilegal a partir dos RED e do não reconhecimento da “ocupação” e, portanto, da plena vigência do DIH. No entanto, o historiador israelense mantém a vigência da exceção como característica principal da ocupação apenas no novo milênio.

Igualmente afirmando a “retirada da lei” somente no novo milênio, Hajjar também restringe ao estágio atual da ocupação uma de suas características inerentes e duradouras: a vulnerabilidade dos corpos e propriedades palestinas. Desconhecendo o debate de Agamben, mas não a conceituação de Yiftachel de Israel como “etnocracia” (sendo um de seus pilares o “sistema legal”), um tanto contraditoriamente ao mesmo tempo em que Hajjar fala em “judicialização da ocupação” (e não em “normatização da exceção”) e lei como “espada de dois gumes” menciona o embasamento da legalidade da ocupação nos RED, lembrando que estes permitem a imposição pelas autoridades de penalidades “anárquicas e irregulares” ratificadas legalmente e que, em seu contexto original de aplicação durante o Mandato Britânico foram condenados pelas lideranças judaicas como “[...] ultrajantes, repreensíveis, contrários aos princípios da lei, justiça e jurisprudência [...]”, mas mantidos para serem utilizados “seus poderes de emergência”. Quanto à “desnacionalização”, Hajjar (2005, p. 54-58) salienta a doutrina legal formulada ainda no início da ocupação e encampada pela ACJ de separar os “territórios ocupados” de seus habitantes, despindo estes até mesmo da proteção humanitária prevista pelas leis de guerra como última camada de proteção. Por meio de uma interpretação seletiva e original do DIH foram legitimadas violações à Quarta Convenção de Genebra, como colonização e punições coletivas, afrontando a opinião quase consensual da comunidade internacional quanto a sua aplicabilidade na íntegra aos TPO¹⁹⁵. Se, oficialmente, os governos israelenses afirmam que implementam as “disposições humanitárias” do DIH nos TPO nem ao menos explicitam quais são elas. Conforme Hajjar, Israel transformou a “apatridia palestina” (falta de Estado) em “fato legalmente significativo”.

Entretanto, nem Gordon nem Hajjar pontuam que tais manobras consumaram uma situação de permanente emergência, inclusive de forma a legitimar a aplicação dos RED, o que remete aos vínculos que Agamben estabelece entre a exceção legal, a desnacionalização de parcelas da população e o isolamento e suspensão da vigência legal em partes recortadas do território (*campo*). Tampouco observam que as medidas previstas nos RED constituem a própria institucionalização da exceção, configurando a *vida nua* ao expor o cotidiano da população ao poder soberano. Com a exclusão da

proteção incluída no ordenamento a vulnerabilidade se tornou a regra ou, em termos agambeanos, a judicialização da ocupação normatizou a exceção, constituindo-se na “exclusão inclusiva” da vida nua. Assim, esvazia-se de sentido a contraposição entre “judicialização” inicial da ocupação seguida da “retirada da lei” (sobretudo em Gordon, que recorre explicitamente a Agamben), que só teria pertinência se reduzíssemos a *vida nua* tão somente à possibilidade de matar impunemente, o que de fato se banalizou ainda mais no novo milênio, mas esteve presente desde 1967, de forma esporádica. Como *homo sacer*, os palestinos estão expostos a diferentes formas de violência e privações, enquadrando-se aí a ampla gama de violações denunciadas pelas ONGs e implementadas com base nos RED ou de forma extralegal. Ou seja, a exceção legal está normatizada nos TPO, tornados *campos*, sendo a “judicialização” da ocupação a normatização da exceção (garantindo desde demolições e fechamentos punitivos até a tortura e abuso de munições letais), em consonância com a exceção legal pós-Holocausto que, conforme Agamben (2004; 2007) ocorre geralmente sem a suspensão formal da legalidade.

De fato, como bem aponta Gordon, ao longo da ocupação houve uma oscilação na frequência de utilização dos mecanismos de controle, baseados ora em medidas extralegais ora na exceção normatizada, mas que em sua totalidade mantêm a população vulnerável ou *nua* desde 1967 até hoje, continuando a vigorar uma situação emergencial, que demanda a aplicação de medidas excepcionais de segurança. Mas, essa variação não permite restringir a suspensão da lei somente ao novo milênio até porque, paralelamente às medidas extralegais então generalizadas, o sistema legal continua operando em sua capacidade de repressão, assim como os superficiais aparatos de investigação e punição dos crimes praticados por colonos e militares nos TPO. O próprio Gordon (2008, p. 9-10), assim como Hajjar, reconhece que se a principal característica do último estágio da ocupação é a suspensão da lei ou “recorrência à espada”, ela já ocorrera enquanto Israel tentara tornar a ocupação invisível e normalizá-la, parcialmente integrando os palestinos. Mesmo então, as forças de segurança suprimiram manifestações políticas com meios que foram muito além daqueles convencionalmente associados ao “estado de direito”. Concorre para consumir essa duradoura condição de *vida nua* a concentração dos poderes na mão do soberano (comandante militar), inclusive determinando a suspensão da lei quando necessário¹⁹⁶, e a incorporação dos RED à legislação ordinária e sua vigência ininterrupta nos TPO, caracterizando uma situação típica de “estados de exceção”. Em termos agambeanos,

constituindo-se os RED em medidas de exceção situadas entre o jurídico e o político e contrárias ao “estado de direito” (decretados em caráter “emergencial” diante do terrorismo sionista à presença britânica), ao serem incorporados na normatividade dos TPO tornaram o território um *campo*, como “localização visível e permanente do Estado de exceção”, “espaço absoluto de exceção” que, justificado pela necessidade de assegurar a ordem, rompe o nexo entre localização e ordenamento, permite a eliminação de adversários políticos e de categorias inteiras de cidadãos e está fundamentado na lei marcial ou estado de sítio.

Em suma, Israel opera uma redução dos palestinos à condição de *homo sacer* muito antes da vigência dos elementos da versão estadunidense da “Guerra contra o Terror”, considerados por Agamben como paradigmas da exceção contemporânea (*Patriotic Act*, locais “a-legais” como Guantánamo, detenções administrativas e “combatentes ilegais”, aos quais é negada a vigência do DIH) ao lado das ditaduras na América Latina, cujas práticas são muito semelhantes àsquelas da repressão nos TPO. Tais constatação se sustentam a partir dos diferentes relatórios descritos anteriormente, especialmente os anuários da AI e coloca por terra a periodização da exceção feita por Gordon e Hajjar. Vale destacar um artigo de Kretzmer (2005, p. 39-55) no qual observa que o “estado de emergência” foi declarado quando o Estado de Israel foi fundado e nunca foi revogado, ainda que o Knesset, desde 1996, reconsidere anualmente sua necessidade. A declaração do ministro da justiça de Ehud Barak de que a declaração não seria mais renovada logo foi abandonada com a erupção da Segunda Intifada. “Portanto, o estado de emergência, que supostamente deve ser um estado excepcional e temporário, tornou-se uma característica permanente da cultura legal israelense.”. Assim, os RED do Mandato Britânico foram mantidos quase intactos e o executivo dispõe de poderes amplos e de exceção, prescindindo da própria formalização do “estado de emergência” para impor restrições à liberdade de movimento e imprensa e negar direitos básicos. Inclusive, tais legislações foram submetidas à revisão judicial, que ao mitigar apenas parcialmente a vulnerabilidade vigente acabou por normatizar a exceção. Para Kretzmer, somente um acordo definitivo com os palestinos pode garantir o futuro dos direitos humanos na região, sendo falacioso o discurso oficial israelense de comprometimento com a legalidade e a dignidade humana afinal, além da impunidade e arbitrariedades diversas, em si as colônias violam o DIH e uma série de direitos básicos.

Quando observamos os dados levantados pela B’Tselem (2011) e Yesh Din em paralelo às acusações da AI (1991b) e da HRW (1993) sobre a institucionalização das

violações, parece muito mais condizente com a realidade dos TPO pensar não na “judicialização” inicial em oposição a posterior “retirada da lei”, mas na “exceção” no sentido agambeano de vulnerabilidade, exposição da *vida nua* à violência soberana (seja como suspensão da lei seja pela inclusão da exceção no ordenamento). Nos anuários da AI, essa constatação é corroborada pela impunidade, gradativa desapropriação e violações sistemáticas dos direitos básicos dos palestinos denunciadas há décadas. Considerando os fatos em Gaza, as condições de *campo* e *homo sacer* de sua população são ainda mais evidentes, sobretudo a partir de 2005, quando os acontecimentos também remetem às seis etapas das “práticas sociais genocidas” – desumanização, isolamento, hostilização, debilitamento, extermínio físico e ressignificação simbólica – tal qual conceituado pelo sociólogo argentino Daniel Feierstein (2011), ponto que retomaremos adiante. A dita “judicialização” da ocupação seria antes uma estratégia de repressão em consonância com a “fachada democrática” da etnocracia israelense, mantida com o intuito de se furtar do opróbrio internacional enquanto exerce o poder soberano violando os corpos e as propriedades palestinas.

Concretamente, não há proteção legal, afirmação comprovável nos anuários da AI e nos relatórios da CEIPI desde o início dos anos 1970, e na relatoria mais recente de diferentes ONGs locais e internacionais e de órgãos e comissões da ONU, como os relatores especiais designados para os TPO pelo CDH-ONU e as comissões criadas para apurar as operações Chumbo Fundido e Margem Protetora. Concomitantemente às execuções extrajudiciais e à sistematização da tortura, desapropriações e demolições punitivas, as permissivas diretrizes para disparos com munições letais, a expedição de “ordens de restrição” e “detenções administrativas” (cerceando a liberdade de palestinos sem a necessidade de processo judicial) e os julgamentos arbitrários ignorando as prerrogativas de ampla defesa e julgamento justo são temas continuamente presentes na documentação, desde os anos 1970. Assim, ao invés da expressão “judicialização da ocupação” (que além das contradições acima expostas ainda sugere um falso sentido de “maior proteção legal”), é mais acertado falar em vigência da exceção tornada norma, pois a lei que vigora é a própria exceção (como denuncia a palavra “emergencial” dos RED) e não suficiente os enormes poderes garantidos por ela ainda são implementadas medidas sequer codificadas (práticas de interrogatório ainda além da “pressão aumentada” e assassinatos extrajudiciais). Na prática, a vida e as propriedades

palestinas estão *nuas* e expostas tanto a medidas extralegais quanto à “exceção normatizada”, ao arrepio de prerrogativas protetivas mínimas.

Exemplo cabal são os julgamentos arbitrários no SICM analisados por Hajjar. Assim como nos arbitrários processos movidos contra militantes de esquerda nas cortes militares das ditaduras latino-americanas, destacando-se o caso brasileiro onde houve maior recorrência a essa forma de “repressão”, também na Palestina/Israel a AI (1991a) e a Yesh Din (2007) apontam que, ritos jurídicos foram mantidos, aparentemente resguardando o direito à defesa e seus procedimentos habituais, mas na prática estão despidos das prerrogativas básicas capazes de efetivamente garantir ampla defesa e julgamento justo, com revisão jurídica, constituindo-se em um meio de repressão de comportamentos “desviantes”. Hajjar aponta que, entre 90 e 95% dos palestinos processados são condenados, sendo 97% resultado de “acordos judiciais” com confissão de culpa. Para fins de comparação, se na ditadura brasileira a taxa de absolvição foi de cerca de 50% em primeira instância, e um pouco mais nos tribunais de apelação (STM e STF), na ditadura chilena (sem direito a recurso) foi de aproximadamente 12% (PEREIRA, 2009, p. 203-224). A situação ganha contornos ainda mais dramáticos quando lembramos de todas as falhas nos procedimentos judiciais apontadas pelas ONGs, que tornam a suposta vigência de um estado de direito e proteção legal mera ficção. Basta mencionar novamente que os juízes geralmente aceitam como principal evidência nas condenações confissões extraídas por meio de procedimentos (tanto legalizados quanto extralegais) definíveis como tortura. Dessa forma, compreendemos por que conforme a Yesh Din (2007, p. 13-14), em 2006, dos 9.123 julgamentos de palestinos apenas em 23 os réus foram considerados inteiramente inocentes. Assim, se a repressão está judicializada ou é exercida por meios extralegais, o efeito é o mesmo: a vulnerabilidade palestina, evidente na arbitrariedade dos procedimentos e julgamentos nas cortes militares, onde os conceitos de legalidade e ilegalidade perdem o sentido sendo mais apropriado falarmos em “alegal”, definição cunhada por Boaventura de Sousa Santos (2010) e aplicável aos territórios situados do lado de lá “da linha abissal”, onde vigora a violência e a desapropriação. É necessário salientar que, diferentemente do subcontinente americano, onde a tortura e as execuções extrajudiciais foram veementemente negadas, Israel buscou sua legitimação e mesmo normatização, com as autoridades há anos tentando afirmar a legalidade da “pressão física moderada e aumentada” e das “mortes dirigidas”.

Para finalizar o subcapítulo, desferindo o golpe de graça retórico na periodização da exceção proposta por Gordon e Hajjar, cabe avançar um pouco no paralelo dos TPO com as ditaduras latino-americanas. O Brasil não foi menos ditatorial e não manteve um regime de “menos exceção” que a Argentina só porque tinha um parlamento, atos institucionais (até mesmo uma Constituição) e cortes militares operantes - tal interpretação descuida com os termos poderia, inclusive, alimentar as propagandísticas afirmativas da “ditabranda” e teses negacionistas, que inclusive vêm se infiltrando em espaços acadêmicos. Antes, esses elementos foram os mantenedores de nossa versão coeva de “fachada democrática” enquanto vigorava a censura e repressão, baseadas tanto na “exceção normatizada” quanto em medidas e órgãos extralegais. Assim, falar em “judicialização” de regimes fundados na exceção normatizada em oposição à “retirada da lei” parece, no máximo, ter alguma utilidade comparativa ou de diferenciação de formas de exceção e *vida nua*. Pensando nessas questões no âmbito da América Latina, Anthony Pereira (2009, p. 203-224) aponta o uso “complicado e ambíguo” do direito e das leis por “regimes autoritários”, que recorrem aos tribunais o tempo todo (uns mais outros menos, ou quase nunca, conforme o grau de colaboração entre as esferas militares e judicial e de “[...] rompimento de suas legalidades autoritárias com as formas jurídicas pré-autoritárias, além de até que ponto o tratamento dos prisioneiros políticos era regulado pelo direito ou judicializado.”). Se o autor não rejeita que, apesar de seu caráter marcial e geralmente arbitrário, os sistemas legais oferecem espaços de resistência a seus opositores, também aponta que, além de controle e punição, os julgamentos servem como teatro político, criando um outro perigoso e subversivo, que legitima a repressão e une o regime a seus apoiadores, demonstrando um suposto compromisso com o “Estado de direito” (“fachada democrática”).

Diferenciando as ditaduras na Argentina, Chile e Brasil, os tribunais marciais foram mais requisitados no último, com processos transitando de forma mais lenta e pública, amparados por leis e por uma Constituição alteradas arbitrariamente, mas não abolidas de todo, garantindo uma estreita margem de defesa (ainda assim, maior que nos outros regimes). No Brasil, abundaram as prisões e tortura, em oposição aos raros desaparecimentos. Comparativamente, o sistema chileno é descrito por Pereira como “draconiano”, estando a Constituição suspensa e o Estado de sítio decretado e sendo a tortura igualmente difundida, os julgamentos mais rígidos e centenas executados extrajudicialmente. O regime argentino teve uma estratégia repressiva mais drástica, desdenhando das “tradicionais restrições jurídicas ao poder executivo”, sendo o *modus*

operandi em grande medida extrajudicial (sequestros, detenção em centros secretos, interrogatório, tortura e desaparecimento), com os tribunais utilizados só para negar *habeas-corpus* e acobertar o terror estatal.

Essa situação pode ser comparada aos TPO a partir das considerações da AI (1980; 1980a, p. 5; 16; 1991a) e do relatório da Yesh Din (2007) sobre a iniquidade da aplicação da lei ocorrer tanto na impunidade de colonos e militares israelenses quanto nos julgamentos arbitrários de palestinos nas cortes militares. Por um lado a leniência generalizada, por outros procedimentos igualmente arbitrários, mas no sentido de condenação ampla, rígida e desproporcional. A Yesh Din questiona em que medida pode um sistema legal justo ser mantido por um regime não democrático, que já dura cinco décadas. Destarte, a impunidade, a vida matável, é assim complementada por punições desmedidas em julgamentos falhos, que descartam preceitos básicos, além das sistemáticas medidas extrajudiciais em vigor desde 1967. Por fim, a mesma aproximação do referencial agambeano e descolonização operada com o conceito de “judicialização da ocupação” pode ser estendida ao Brasil e Chile, estando as pessoas vulneráveis tanto diante da exceção incluída no ordenamento (“exclusão includente da *vida nua*”) quanto daquela praticada por meios escusos, sendo mais apropriado falar em “normatização da exceção” ao invés de “judicialização da repressão”. Evita-se assim qualquer conotação de possível “prevalência do Estado de direito” em comparação com casos como o argentino. Voltando aos TPO, se até a Primeira Intifada foi mais corriqueira a repressão por meio da exceção incluída no ordenamento, durante e após ela as medidas extralegais há muito vigentes ganharam destaque, em detrimento do judiciário, que continua operante simultaneamente garantindo a impunidade e reprimindo, controlando e mantendo a fachada democrática. Independentemente, tanto nos TPO quanto no Brasil de ditadura “judicializada” a regra foi a vulnerabilidade e a exposição das vidas ao poder soberano, sendo inverídico e ofensivo à memória e à história pensar em “estado de direito”.

Em suma, face aos dados e conclusões dos diferentes relatórios relativos aos assassinatos extrajudiciais, impunidade, sistematização dos maus-tratos e tortura, diretrizes permissivas de disparo, detenções e restrições administrativas e julgamentos arbitrários, é mais apropriado abordar o controle dos TPO por Israel a partir dos conceitos agambeanos do que afirmar que, somente no novo milênio houve uma retirada da lei e vigência da exceção legal, ou que só então estas passaram ao primeiro plano. Conforme o filósofo italiano, estado de exceção é a suspensão da vigência da lei, seja

ela declarada formalmente, mantida em “zonas de sombra” ou incorporada como legislação vigente. Em um documento da AI (1989c, p. 6-13) ela foi direta: nos TPO, a partir da Primeira Intifada, as medidas de exceção normatizadas ou não, antes aplicadas somente a figuras proeminentes, passaram a ser utilizadas contra as massas, atingindo todos os setores da sociedade palestina. Afinal, à medida que a resistência à ocupação se massificou, tanto as mortes e a impunidade quanto os demais dispositivos emergenciais também se difundiram, tornando-se cada vez mais presentes no cotidiano e nos relatórios das ONGs.

A própria Hajjar (2005, p. 52; 58; 68-73), em uma passagem isolada relativa às primeiras incursões de guerrilheiros consonante com os apontamentos de Shlaim (2004), reconhece que “[...] naquela fase inicial, o sistema judicial funcionava com uma capacidade bastante limitada, porque as autoridades israelenses estavam fazendo amplo uso de medidas administrativas como a detenção e deportação para punir e deter a resistência armada.”. Mais adiante, ela afirma que “Palestinos na Cisjordânia e Gaza têm sido governados pelo exército israelense e praticamente todos os aspectos de suas vidas têm estado relacionados à segurança israelense e regulados pelas leis militares e emergenciais.”, com os oficiais fazendo “[...] uso abundante de seus poderes legislativos para gerar um amplo corpo de legislação originalmente militar [...]” justificado a partir de uma visão seletiva da legislação internacional e com base nos “anárquicos e irregulares” RED. “Em outras palavras, a Quarta Convenção de Genebra foi evocada para justificar a elaboração de leis, mas foi rejeitada como uma estrutura para o conteúdo das leis.”, denotando uma codificação de exceção alheia ao DIH, então ignorado como última camada de proteção da vida. Exacerbando ainda mais a vulnerabilidade garantida pela ocupação “judicializada”, é a jurista quem lembra que, se em 1991 o Knesset ratificou a “Convenção da ONU contra a tortura e outros tratamentos cruéis, degradantes e desumanos”, também afirmou que ela não seria aplicável aos palestinos dos TO, pois seu status “estava por ser determinado”, portanto estavam em uma “zona de indeterminação legal”.

Ao menos não há dissenso nem na bibliografia nem nas fontes quanto à banalização da impunidade a partir da Segunda Intifada, destacando-se como principal evidência os dados coligidos pela Yesh Din e os testemunhos dos próprios militares israelenses. Estão assim os palestinos reduzidos à condição de *homo sacer*, como aquele diante do qual qualquer um é soberano, podendo retirar sua vida impunemente, não obstante a *vida* estar *nua* nos marcos da “fachada democrática” mantida pela etnocracia

israelense. Da mesma forma que, enquanto Israel coloniza ora explicitamente ora viabilizando os projetos por meios escusos, mas sem nunca anunciar abertamente a tomada de territórios pela força (ao contrário se respalda em uma interpretação peculiar do DIH para justificar a judaização do território), perpetua a *vida nua* palestina, mas mantendo supostas investigações, criando “comissões oficiais” (Karp, Shamgar, Sasson) e operando mudanças cosméticas no sistema de aplicação da lei. Assim, enquanto ocorrem desde 1967, são repetidamente negadas tanto a colonização como violação do DIH quanto a ocorrência de crimes impunes, mantendo-se os TPO como *campo* e sua população como *homo sacer*. A “cultura do engano, dissimulação e evasão” é válida tanto para a participação governamental na colonização (WEIZMAN, 2007; ZERTAL; ELDAR, 2007) quanto para a matança impune e desapropriação dos palestinos, mantendo há tempos vários mecanismos de negação e ressignificação dos fatos¹⁹⁷ sustentadores da “fachada democrática”, como explícito durante as operações militares. Passemos à análise destas, que coroam e dão sentido à lógica da *vida nua*, como prerrogativa necessária para reprimir e desapropriar os palestinos e judaizar a Palestina/Israel.

Em síntese, a vida palestina passou a ser retirada impunemente, mantendo-se a lógica da negação oficial. Assim como as “detenções administrativas” e a manutenção de presos em condição de incomunicabilidade por longos períodos propiciaram a prática de maus-tratos e tortura, os regulamentos permissivos para o uso de munições letais (denunciados pela AI ainda em 1991) possibilitaram a morte impune de palestinos, em situações banais. Se em si mesmas essas diretrizes flexíveis (tornadas ainda mais permissivas da Segunda Intifada em diante) permitiram “o uso injustificado de força em algumas circunstâncias”, agravando a exposição dos palestinos à violência soberana, frequentemente elas próprias foram violadas, mas as investigações resultantes foram inadequadas, mantendo-se a impunidade. A AI tentou junto à ACJ a publicação das diretrizes de uso de munições não letais, mas assim como aquelas referentes às práticas de interrogatório sua confidencialidade foi mantida. Nos TPO, mesmo antes da Segunda Intifada, a vigência de leis e diretrizes ambíguas tem garantido o acobertamento de violações sistemáticas e sua impunidade, configurando uma situação permanente de exceção dissimulada por uma “fachada democrática”.

4.3. Possíveis sentidos das operações militares israelenses

Analisando a documentação das ONGs, fica evidente que, assim como a impunidade, o nível de destruição e mortandade de fato alcançou patamares inéditos com as operações militares desde a Segunda Intifada, culminando na Margem Protetora. A diretriz seria a “Doutrina Dahiyya”, que pensada a partir da história israelense e de sua concepção de defesa se enquadra na doutrina da “Muralha de Ferro” jabotinskiana, mas também pode ser pensada a partir do conceito de “terrorismo repressivo”. Cabe uma definição conceitual. Quanto à “Muralha”, conforme já visto, o cerne dessa estratégia formulada ainda nos anos 1920 é edificar uma barreira ou força tal que os “nativos” não consigam transpô-la e, gradativamente mais incrédulos na recorrência à força e conformados com a presença dos “colonizadores”, optem por um acordo desfavorável, prevalecendo os moderados em relação aos radicais. A Doutrina Dahiyya teria sido implementada no Líbano, em 2006, incluindo vários “objetos civis” (definição do DIH) na lista de alvos considerados legítimos, visando a supressão da resistência por meio da desarticulação de suas redes institucionais e de exercício de pressão sobre a população alvo – características estas já presentes nas anteriores “retaliações” indiscriminadas e desproporcionais contra o Líbano, que se banalizaram ainda mais durante e após a Segunda Intifada.

Quanto ao terrorismo, o uso dessa categoria exige muita cautela, pois assim como o “fascismo” é geralmente associada ao outro por ter uma carga política negativa, sendo utilizada mais para fins políticos de deslegitimação do que teóricos. Contudo, bem precisada como chave conceitual tem um valor explicativo considerável para os acontecimentos na Palestina/Israel, auxiliando na compreensão tanto de ações da resistência palestina quanto do Estado israelense. Para Noam Chomsky (2006, p. 9) o “terrorismo” é praticado por “imperadores e piratas” (potências em contraposição a Estados menores e agentes não estatais), caracterizando-se pelo “[...] uso de ameaça ou o emprego de violência com o propósito de intimidar ou coagir (geralmente, por motivos políticos, religiosos ou correlatos)”. Domenico Losurdo (2010, p. 21) fala em “terrorismo de massa” como “[...] desencadeamento da violência contra a população civil com o intuito de alcançar determinados objetivos políticos e militares [...]”. Ambos incluem Israel no rol dos “terroristas”. Uma definição mais precisa é a de “terrorismo repressivo” cunhada por Paul Wilkinson (1976, p. 44-47), que apresenta uma finalidade semelhante àquela que Daniel Feierstein (2011) atribui às “práticas sociais genocidas” (FEIERSTEIN, 2011). Wilkinson menciona entre os “subtipos” ou “formas especiais” do “terrorismo repressivo” sua versão “estatal”, “colonial”, “policial”, “marcial” (uso do

exército como aparato do terror), de “contrainsurgência” e “terror em prisões e campos-prisões”. O “terrorismo repressivo” ou “estatal” é definido pelo “[...] uso sistemático de atos terroristas de violência com o fim de reprimir, derrubar, dominar ou restringir certos grupos, indivíduos ou formas de comportamento consideradas indesejáveis pelo repressor.”, que pode ser um Estado, seus governantes, alguns agentes ou uma facção e se dirigir a toda uma população, a grupos selecionados (“zonas de terror”) ou a “insurretos” (“contraterror”). Caracteriza-se pela arbitrariedade e imprevisibilidade de seus efeitos indiscriminados, sendo sua sistematização responsabilidade de agências especializadas – “nenhum Estado repressivo parece capaz de dispensar um aparato de polícia secreta com membros especialmente treinados nos métodos do assassinio, da tortura, da confissão forçada, da denúncia, da subversão, etc.”. Os perpetradores não se submetem aos apelos da lei e visam prender ou liquidar indivíduos e grupos designados como “inimigos”, que encarnam formas de dissensão política ou cultural, espalhando uma rede de informantes, torturando e intimidando detidos, “inculcando o conformismo com o regime”.

Com base nas terminologias de Wilkinson, se adequam à categoria de terrorismo “revolucionário” e “estatal” e “colonial”¹⁹⁸, respectivamente, as táticas de certos movimentos de libertação nacional palestinos e do Estado israelense. Observando a especificidade local, as descrições da “Muralha de Ferro” e de suas consequências (o que inclui sua manifestação mais recente, a “doutrina Dahiyya”) estão muito próximas das definições de “terrorismo repressivo”, em suas versões estatal e colonial. Conforme Avi Shlaim (2004) e Zeev Maoz (2009) essa doutrina constitui até hoje a diretriz da política de segurança de Israel¹⁹⁹, em seu sentido de controlar a escala da violência e impor, gradativamente, duras derrotas aos “árabes” para os demover da ideia de destruir Israel, fazendo-os aceitar sua existência e um acordo desfavorável. A doutrina operacional é ofensiva, voltada a quebrar a resistência do inimigo por meio de duros ataques (respaldados por uma grande potência e contando com ampla liberdade de ação). As razões das operações são mais políticas que militares, baseando-se na desproporcionalidade; na não discriminação dos alvos, atacando tanto guerrilheiros quanto civis e suas instalações; e no descaso pelas fronteiras e soberanias ao invadir ou atacar os territórios de onde partiram as ações.

Shlaim (2004, p. 127-137) destaca que a concepção da Muralha gerou “um efeito embrutecedor nas FDI”, com militares demonstrando “[...] crescente desrespeito pelas vidas humanas e perpetrando atos bárbaros que só podem ser descritos como

crimes de guerra.”. Não raro, aqueles envolvidos em patrulhas e operações de busca “[...] cometeram atrocidades, dentre elas estupro coletivo, assassinato [...]”, inclusive como “forma de punição coletiva” em operações dirigidas contra alvos civis, com as autoridades responsabilizando seus inimigos e se colocando no papel de vítimas que retalias justamente (versão “grosseiramente inexata e injusta”). Talvez esse embrutecimento, associado à desumanização sistemática dos palestinos, ajude a explicar os relatos mais atrozes de vítimas e perpetradores, coletados tanto pela Breaking the Silence quanto pela B’Tselem. De todo modo, a definição das ações israelenses como “terrorismo estatal” é reforçada por Shlaim (2004) e Maoz (2009) à medida que evidenciam a longa recorrência à doutrina jabotinskyana com suas consequências deliberadas para a população civil (impor um sofrimento indiscriminado e desproporcional aos inimigos como meio de garantir a dissuasão) muito próximas da posterior Doutrina Dahiyya, ambas concebendo as operações como demonstração de poder. Exemplos são os “ataques dissuasivos” contra o Líbano²⁰⁰, de 1982 em diante, o “esmagamento” da Primeira Intifada, a “renovação das políticas impiedosas” com a Segunda Intifada e as “ações ‘punitivas’” (“bombardeios massivos”) contra Gaza (PAPPE, 2010, p. 174-185; 187; 197).

As diretrizes da “Muralha de Ferro” incorporadas na doutrina de segurança e defesa israelense em si ensejam o terrorismo à medida que os golpes são desferidos contra um povo e não exército, visando modificar sua conduta. Conforme Zeev Maoz (2009), a política de segurança israelense prevê que suas operações devem ser curtas e decisivas por considerações econômicas, sociais, geográficas e internacionais, constituindo-se de decisões militares limitadas com uso excessivo de força, compondo uma “dissuasão cumulativa”. O princípio derivado da “Muralha de Ferro” é o de que a paz em termos desfavoráveis a seus inimigos não será conseguida por meio de uma derrota militar total e decisiva, mas pelo prolongamento do conflito e imposição de sucessivas e custosas derrotas em guerras curtas e limitadas, que criem um “balanço de sangue favorável” a fim de evidenciar cada vez mais a superioridade de Israel e a impossibilidade de destruí-lo. Para isso, os golpes e contragolpes são imediatos, desproporcionais e indiscriminados tanto na escolha dos alvos quanto nos danos causados, a fim de lembrar o inimigo de sua inferioridade e, quando conveniente, provocar uma escalada e sustentar que o país agiu em autodefesa. Dessa forma, as operações são justificadas atribuindo-se a responsabilidade aos adversários.

Em conflitos maiores Israel deve recorrer a operações militares decisivas,

conseguindo sucessos incontestáveis para manter sua capacidade de dissuasão. Em conflitos de baixa intensidade ou assimétricos deve manter a iniciativa estratégica, dominando a escalada da violência ao iniciar ataques ou fazê-los de forma desproporcional a fim de desgastar e derrotar o oponente por meio da frequente, constante e dissuasiva recorrência à força, como na Faixa de Gaza e no sul do Líbano. As ações de revide não devem visar tanto os perpetradores quanto demonstrar a enorme capacidade militar israelense – eis sua dimensão terrorista. Tais operações menores – cujos fundamentos remontam ao início dos anos 1950 e continuam válidos – estão ainda comumente vinculadas a questões domésticas, como manter uma opinião pública favorável, eleições, treinamento constante e manutenção do engajamento social e da capacidade de rápida mobilização, e elas têm a preocupação de dissuadir os inimigos, mas refutar a responsabilidade de Israel pela escalada (MAOZ, 2009, p. 1-19).

Com base em Maoz (2009) e Shlaim (2004, p. 20; 127-137; 139-147; 435-454; 475-476) e nos fatos descritos tanto pelos relatórios quanto pela bibliografia, podemos efetivamente interpretar os acontecimentos no novo milênio como ecos da longa política da Muralha de Ferro²⁰¹, cujos princípios fundamentam a concepção nacional de segurança e defesa israelense desde a fundação do país. Assim, tal qual as operações deflagradas durante a Segunda Intifada contra Nablus e Jenin e após 2005 contra a Faixa de Gaza (“Doutrina Dahiyya”) as iniciativas militares precedentes seguiram as mesmas diretrizes, fato observável na similitude das consequências. Se nos primeiros anos do Estado israelense Israel reagiu defensivamente às infiltrações de refugiados palestinos visando retornar do exílio ou executar ataques empregando forças policiais regulares e criando uma polícia de fronteiras, paralela e gradativamente foi adotando uma política de represálias, que começou com respostas em grande medida improvisadas, visando tanto abafar pressões internas quanto provocar uma escalada. A partir dos anos 1950, operações punitivas passaram a ser autorizadas. Se as primeiras foram precárias e malsucedidas, logo foi criada uma unidade especializada (Unidade 101, comandada por Ariel Sharon), que garantiu a consolidação da política de revides desproporcionais e indiscriminados, alterada em alguns pontos ao longo do tempo²⁰², mas não nos fundamentos alinhados com a Muralha de Ferro. Moshe Dayan já previra que essa política “dissuasiva” demandava liberdade de ação para as forças, papel cumprido pelas investigações oficiais meramente performáticas dos supostos crimes de guerra e contra a humanidade. Sobre este ponto, Dayan admitiu certa vez que “[...] com frequência os relatórios da ONU são mais exatos do que os nossos.”, e Sharret se opôs publicamente

às “mentiras espalhadas pelo exército”, concluindo em um discurso que “Israel precisava escolher entre ser ‘um estado de lei ou um estado de pirataria’”. “Atacar o povoado, incluindo mulheres, crianças e pessoas idosas, disse ele, ‘é o único método que se comprovou eficaz, não justificado ou moral, mas eficaz, quando os árabes depositam minas no nosso lado’.”.

Ao longo de suas obras, tanto Shlaim quanto Maoz apresentam vários pronunciamentos semelhantes, bem como analisam a institucionalização e aplicação ininterrupta da Muralha de Ferro nos diferentes contextos. Por exemplo, a “muralha de ferro” esteve no cerne dos governos revisionistas de Yitzhak Shamir em meados dos anos 1980, de Benjamin Netanyahu em 1996 e Ariel Sharon, entre 2001 e 2006, frequentemente sendo simplificada e tornada um fim em si e não mais um meio de conseguir negociar em posição favorável. Conforme Shlaim (2005, p. 147-175; 180-202; 254-260; 617-627), além dos mandatos revisionistas, governos trabalhistas como o de Ben Gurion²⁰³, Yitzhak Rabin e Shimon Peres também recorreram às medidas derivadas da doutrina jabotinskyana, como o último que, em meados dos anos 1990, autorizou a deflagração da operação “Vinhas da Ira” contra o Hezbollah. Combinando ataques aéreos e de artilharia, visou tanto a opinião pública interna diante da proximidade das eleições quanto fomentar um deslocamento populacional no sul do Líbano e enorme pressão sobre sua população para provocar mudanças internas no governo. Trataram-se de “[...] exercícios ambiciosos de engenharia geopolítica, destinados a reestruturar a região.”. Cleveland e Bunton (2009, p. 500-510) foram ainda mais diretos ao afirmar que, o terrorismo de Estado não impediu o disparo de mais foguetes contra o norte de Israel e a condenação internacional por “[...] transformar, sem piedade, civis em alvo”, integrando esse episódio a “doutrina de retaliação desproporcional” ou “ben-gurionismo” válida até hoje e fundamentada em relembrar constantemente os vizinhos da capacidade militar do país, dissuadindo-os a abandonarem as hostilidades²⁰⁴.

Já durante Segunda Intifada ficou ainda mais evidente essa crescente desproporcionalidade e indistinção entre alvos civis e militares, que alcançou seu zênite com a Chumbo Fundido e, depois, a Margem Protetora (2014). Uma declaração do ex-primeiro-ministro Barack é significativa: “Aqui, é o Oriente Próximo, não é a Suíça! Dessa vez, eles vão pagar um preço alto. Nós vamos bombardear eles, de Jenin a Jabalia!” (RAZOUX, 2006, p. 445). Gideon Levy (2010, p. 33) e Norman Finkelstein (2010, p. 51) também destacam como no novo milênio Israel continua a controlar a

escalada da violência, impondo “duros golpes” contra Gaza para minar o apoio da resistência palestina armada junto à sua população, que tem assim suas relações sociais rearticuladas. As semelhanças entre os ataques contra a Faixa de Gaza após o desengajamento unilateral e o Líbano em 2006 não são fortuitas. Além do relatório Goldstone, diferentes autores apontam que a mesma estratégia foi empregada, derivando o nome da doutrina válida para Gaza justamente do massivo bombardeio da densamente povoada vizinhança xiita Dahiyya, em Beirute (2006). Em ambas as circunstâncias a indistinção entre alvos civis e militares ficou evidente diante da ampla definição do que seriam os “alvos válidos” do Hezbollah ou do Hamas, que incluíam ao lado de objetivos militares diretos, escritórios de organizações de caridade do partido e de seus parlamentares, centros de pesquisa e edifícios residenciais habitados por partidários ou apoiadores. Trata-se de uma política governamental e não apenas comportamentos isolados de militares. Um relatório da HRW (2007, p. 10) contém afirmações de oficiais israelenses alegando que “os massivos ataques das FDI em Dahiyya” objetivaram vizinhanças inteiras, “vistas como pró-Hezbollah”, e que esses ataques foram retaliações aos disparos de foguetes contra Israel. O “Goldstone Report aponta de forma literal a vigência da Doutrina Dahiyya nos TPO:

As táticas empregadas pelas forças armadas israelenses na ofensiva de Gaza são consistentes com as práticas anteriores, mais recentemente aplicadas durante a Guerra do Líbano, em 2006. Um conceito conhecido como Doutrina Dahiyya surgiu então, envolvendo o emprego de força desproporcional e a provocação de grande dano e destruição em propriedades e na infraestrutura civil e sofrimento nas populações civis. A missão conclui por meio de uma revisão dos fatos no solo que testemunhou por ela mesma que, aquilo que foi prescrito como a melhor estratégia parece ter sido precisamente o que foi posto em prática (GOLDSTONE REPORT, 2009, p. 24).

Pensando no novo milênio, para Finkelstein (2010, p. 34-40; 83) a diretriz da “Doutrina Dahiyya” foi delineada para ser implementada contra todos os adversários regionais, sendo Gaza apontada frequentemente como alvo prioritário. Nesse sentido, a Chumbo Fundido visou restaurar a “capacidade de dissuasão” de Israel e eliminar a ameaça política representada pelo crescente pragmatismo palestino: “A morte e destruição massivas perpetradas em Gaza não foram um subproduto acidental da invasão, mas seu objetivo mal disfarçado.”. A mídia israelense exultou essa campanha de “chocar e aterrorizar” (mesma expressão utilizada pelas autoridades estadunidenses para se referir às operações contra o Iraque). Segundo Chomsky (2010, p. 79), a Chumbo Fundido teve uma dimensão militar e outra propagandística, foi baseada nas

lições de 2006 contra o Líbano e a maior parte do que foi dito e feito foi previamente planejado. Também seriam “terroristas” os bombardeios de campos de refugiados palestinos e as “operações antiterroristas” contra o Líbano (CHOMSKY, 2006, p. 10). A vulnerabilidade da vida palestina é um pré-requisito para operar essa duradoura engenharia social.

Face às leis humanitárias internacionais, a Doutrina Dahiyya estaria fundada em uma generalizada indistinção entre alvos civis e militares e seria a base das operações militares israelenses no novo milênio, refletindo uma política governamental e não apenas comportamentos isolados de militares. De contornos difíceis de delinear com precisão, por suas diretrizes não serem públicas, constituir-se-ia em uma doutrina aplicada em guerras irregulares. A indistinção nos alvos visaria cessar o apoio da população local às ações de guerrilha e, assim, neutralizá-la. Destarte, a desproporcionalidade e os ataques indiscriminados seriam objetivos em si voltados a pressionar a população e garantir a dissuasão (DAJANI, GIBSON, 2011, p. 17-28), sendo justamente a origem das duras críticas feitas a Israel no novo milênio tanto pelas ONGs quanto pelos relatores específicos designados por órgãos da ONU.

Com base na documentação de DIH e DIDH, é possível aventar algumas hipóteses para compreender como as contradições entre a “Doutrina Dahiyya” e as “leis de guerra” são resolvidas dentro do sistema jurídico israelense. Primeiramente, há não só convivência, como participação direta das instituições legais estatais no planejamento e execução das operações com todos seus efeitos para os civis inimigos, com órgãos como a AMG ao mesmo tempo assessorando no planejamento e, posteriormente, investigando a legalidade das ações. Portanto, não haveria contradição interna dado que a “Doutrina Dahiyya” é aceita como diretriz, não estando sob o escrutínio da ACJ. Assim, ao final de cada operação é reiterado o discurso oficial de sem violações, sem responsabilidade, com as investigações praticamente não apontando nem condenando crimes relevantes, a despeito das interpretações radicalmente contrárias de ONGs e da ONU²⁰⁵, mantendo assim a fachada democrática²⁰⁶. Essas narrativas autoindulgentes das forças armadas são reverberadas de forma acrítica pela mídia local, contribuindo para a manutenção do discurso hegemônico, que é encampado pelo governo e pelas instituições oficiais, como o judiciário. Outras possibilidades são sugeridas pelos testemunhos compilados pela Breaking the Silence (2009; 2014?; 2014; 2014a), que os interpreta afirmando a intencionalidade das mortes e destruições como política de Estado, destacando-se relatos de que ordens provenientes do alto-escalão demandam a

imposição de duros golpes ao final de cada operação, portanto não há punição para os supostos “efeitos colaterais”, que seriam previstos e desejados. Mas, considerando a improvável hipótese de não se tratar de uma política tácita e do aparelho de Estado querer impor a lei sobre eventuais infratores, depoimentos também apontam que os militares dominam artifícios para burlar a responsabilização; prevalecem regras ambíguas, que permitem justificar qualquer ação a partir de uma suposta ameaça (fato reforçado pelo “novo código de ética das FDI”); e os balanços operacionais são facilmente fraudados, não saindo as ações da unidade de comando. Independentemente, fato é que a violência e o que seriam crimes diante do DIH são obscurecidos, mantendo-se uma “cultura da impunidade” e a desproteção das vítimas, que apontam para, senão o planejamento direto, ao menos a “negligência criminosa” das autoridades, que assim no mínimo estariam descumprindo seu dever internacional de proteger a população palestina vivendo sob ocupação (YESH DIN, 2015a).

Um padrão duradouro apontado pela HRW (2007) - que se encontra em seus relatórios (assim como nos da AI e de outras organizações²⁰⁷) concernentes à Segunda Intifada e às operações contra o Líbano e Gaza pós-desengajamento – aponta para a intencionalidade das mortes e destruição em pelo menos algumas circunstâncias e locais. Trata-se de bombardear áreas a partir das quais os palestinos (e também libaneses) operaram ações de guerrilha, independentemente do tempo transcorrido, da proporcionalidade do alvo e de quem estaria presente na localidade no momento do revide, possivelmente com o intuito de fazer a população associar os fatos e buscar distância ou mesmo “informar” a presença de membros da resistência. Citando um trecho da AI (2004), “Frequentemente, a destruição foi empreendida pelo exército israelense como forma de punição coletiva da população local no calor de ataques operados por grupos palestinos a partir dessas localidades.”. Em outro documento da AI (2014, p. 8), aludindo à Margem Protetora dois oficiais israelenses apontaram que “Áreas a partir das quais foguetes foram disparados serão atacadas de forma severa e massiva” e “Nada está imune, mesmo se um prédio de 14 andares tenha abrigado atividade terrorista, ele será danificado e colapsará.”.

Paralelamente à “Doutrina Dahiyya”, a atuação das forças israelenses no novo milênio e a contradição entre os relatórios estatais e aqueles de direitos humanos e humanitários produzidos por diferentes ONGs e por órgãos e agentes da ONU podem ser compreendidas a partir das considerações complementares do professor de filosofia na Universidade de York, em Toronto, Muhammad Ali Khalidi (2010, p. 6-23). Ao

menos desde 2005, particularmente na “guerra contra o terror”, as FDI têm operado a partir de um “novo código de ética”²⁰⁸, que implicou em duas inovações, visíveis tanto no Líbano em 2006 quanto em Gaza nas sucessivas operações. Subvertendo o sentido mais usual da definição de “terrorismo” como ataques contra civis, mesmo operações exclusivamente contra militares israelenses passaram a ser descritas dessa forma e uma nova hierarquia tem vigorado, priorizando os militares israelenses (chamados de “cidadãos-combatentes”) em detrimento dos “não cidadãos não combatentes” (civis inimigos). O primeiro ponto destoa das definições convencionais de terrorismo, tornando a categoria ainda mais ambígua e propagandística, ao esvaziar e deslegitimar o discurso do oponente tornando menos reprováveis as transgressões às leis de guerra durante o combate aos “terríveis” inimigos. O segundo ponto suprime na prática a primazia garantida pelo DIH aos “não combatentes”, pois consta no código que outros pressupostos éticos são necessários no combate ao terrorismo, que não os convencionais como o “princípio da distinção” entre civis e combatentes. Cabe ao Estado priorizar seus combatentes – “civis vestindo uniformes” -, antes mesmo dos civis inimigos. Logo, paralelamente à política do dano máximo (ou garantir a dissuasão exercendo pressão sobre a população inimiga) o novo código auxilia na compreensão das operações israelenses no novo milênio, como fica claro nas “regras de engajamento” flexíveis denunciadas pela ONG Breaking the Silence.

Sob o bordão “combate ao terrorismo” e a partir da definição ambígua de qualquer ataque palestino como terrorismo, justificaram-se os consideráveis sofrimentos dos civis no Líbano e em Gaza, sendo a responsabilidade pelas mortes e ferimentos atribuída ao Hezbollah e ao Hamas, pois “[...] Onde o Estado não tem controle efetivo da vizinhança, não deve assumir a responsabilidade pelo fato de que pessoas envolvidas em operações terroristas operam próximas de pessoas que não estão.”. Os dados oficiais de Israel apontam sempre para um grande número de “terroristas” entre os inimigos mortos, em contradição com indicativos da ONU e de ONGs. Trata-se de uma manobra para manter a “fachada democrática”, sendo realizada tanto por meio da ampliação da lista de alvos “legítimos” (classificados portanto como “terroristas”, o que inclui braços civis de organizações políticas inimigas, conflitando abertamente com as leis internacionais), quanto pelas suposições de que suas medidas para esvaziar as áreas de civis foram acatadas, considerando os remanescentes indistintamente como terroristas, ou transferindo aos grupos inimigos a responsabilidade última pela morte de civis. Declarações oficiais israelenses explicitam essa redefinição do princípio de

responsabilidade pelos civis inimigos. Assim, na justificativa das operações embasadas na doutrina Dahiyya a responsabilidade pelas vidas civis perdidas foi inteiramente atribuída às guerrilhas inimigas - “terroristas” para todos os efeitos - ou no máximo explicada como “erros operacionais pontuais” ou ainda “transgressões” de indivíduos, que não configuram uma política operacional.

Para Khalidi (2010, p. 6-15), definir os alvos indistintamente como “terroristas” gera um efeito desumanizador e é também uma estratégia discursiva para tornar violações do DIH e DIDH mais aceitáveis e justificar as graves consequências das operações para as populações inimigas, que conforme a doutrina Dahiyya são alvos diretos²⁰⁹. Nessa ótica, as declarações oficiais israelenses de que todas as providências foram tomadas para minimizar os danos às populações inimigas seriam hipócritas ou serviriam para consumo externo, como se constata pelo uso de armas com efeitos em área (como fósforo branco) em zonas densamente habitadas por civis. Ademais, em diversas ocasiões, em Gaza e no Líbano foram executados bombardeios descritos como “desproporcionais” e “indiscriminados” nos relatórios de direitos humanos, mesmo quando não havia nenhuma evidência de presença militar ou “terrorista”, o que seria explicável a partir da doutrina Dahiyya e não do novo código de ética, ainda que seja difícil determinar com precisão os objetivos de cada iniciativa²¹⁰. O próprio Khalidi conclui que, ataques contra civis palestinos em Gaza durante a Chumbo Fundido ao invés de incidentes isolados, explicáveis por meio do “novo código”, decorreram de uma diretriz geral adotada pelas forças armadas de Israel, que possivelmente constitui crime contra a humanidade, e que vários outros incidentes são violações aos próprios termos ambíguos e abrangentes do dito código²¹¹. Atendo-nos a dois casos, ataques de morteiros das FDI contra as proximidades de uma escola da ONU que abrigava refugiados foram justificados como retaliações a ataques de palestinos que operavam na área, expondo civis ao perigo. Ao final, a maioria das vítimas palestinas foi classificada pelas FDI como “terrorista”. Além de testemunhos israelenses contrariarem essa versão, as forças israelenses tinham equipamentos muito mais precisos para executar essa ação que, oficialmente, matou entre cinco e sete pessoas - das quais definitivamente cinco eram terroristas (FOGELMAN, 2011). Já o Goldstone Report fala em 34 vítimas e outras fontes em até 43, sendo boa parte civis. Contradições entre a posição oficial das FDI e os relatórios de direitos humanos se verificam em todas as operações, como na concernente ao Líbano, em 2006, quando,

Embora Israel tenha destruído várias casas com mísseis precisos, não há

evidência da presença militar do Hezbollah nessas vilas que justificasse esses enormes ‘danos colaterais’. Como explicado acima, a pesquisa da Human Rights Watch indica que a vasta maioria dos foguetes e dos combatentes do Hezbollah estavam localizados fora dessas vilas. Paralelamente aos ataques executados contra pessoas ou residências tidas como filiadas ao Hezbollah, Israel empreendeu um massivo número de ataques nas áreas de onde o Hezbollah lançou foguetes, mesmo se os lançadores tivessem partido muito tempo antes, com aparente descaso por possíveis baixas civis ou destruição de propriedade civil (HUMAN RIGHTS WATCH, 2007, p. 71).

Em suma, ao entrecruzar as fontes (relatórios das ONGs, duas comissões da ONU e os testemunhos) e a bibliografia, é possível constatar sem muita margem de erro que o planejamento das mortes e destruições é parte da política dissuasiva, sendo a ambiguidade das “diretrizes” e “regras de engajamento e disparo” equivalente à “política do caos” vigente para a colonização, que visa incentivá-la, mas ao mesmo tempo eximir o Estado de responsabilidade mantendo a “fachada democrática”. Vejamos como os relatórios indiciam essa situação. Quanto às operações contra o Líbano, em 2006, a HRW (2007, p. 13; 62) afirmou que as forças israelenses, “[...] frequentemente, mesmo não atacando deliberadamente civis, não distinguiu entre objetivos militares e civis [...]”, sendo a principal causa dessa “seleção ilícita e mortal de alvos” a presunção de que os civis haviam evacuado as áreas conforme recomendado, o que permitiu disparos contra qualquer pessoa ou veículo – tal constatação voltou a ser feita em alusão à Gaza, 2008/2009 e 2014. Ademais, “Israel também promoveu um amplo bombardeio de áreas civis, que foi indiscriminado e ameaçou muitos dos civis que ficaram para trás.”. Em Dahiyya, “[...] ao perigo dessa presunção foi acrescida a tendência israelense de tratar todas as pessoas e instalações associadas ao Hezbollah mesmo que de forma vaga como alvos militares legítimos.”.

Além da desproporcionalidade intencional dos ataques, da ambiguidade na definição dos alvos e da “combinação de pressão militar e guerra psicológica” já aplicada contra o Líbano em 1982 e 1996, outra continuidade evidente nas operações contra Gaza desde 2005 é o controle da escalada da violência acompanhada da distorção dos fatos, transferindo a responsabilidade para os palestinos a fim de justificar não só retaliações, mas uma invasão de maiores proporções em conformidade com objetivos mais amplos. Para Shlaim (2004, p. 147-148; 153-154; 161-168; 183-191), frequentemente, a versão oficial israelense é o oposto da realidade e não passa de manipulação da opinião pública interna e internacional. Tal qual “represálias”, a expressão “guerra preventiva” igualmente passou a ser utilizada de forma imprópria a fim de justificar iniciativas militares e transferir a responsabilidade pela conflagração ao

outro lado e com isso aliviar a pressão internacional. Quanto ao monopólio da escalada da violência, em Gaza por diversas vezes Israel violou o cessar-fogo ou se negou a suavizar o bloqueio, provocando o disparo de foguetes contra seu território a fim de justificar operações militares maiores voltadas a pressionar a população e deslegitimar o Hamas. Seguindo Gideon Levy (2010, p. 33), quem quer que “olhe honestamente” para os eventos na Faixa de Gaza “[...] descobrirá que os qassams têm um contexto: eles são quase sempre disparados após uma operação de assassinato das FDI, e tem havido muitas delas.”. Também para Norman Finkelstein (2010, p. 51), entre 2000 e 2008, foi Israel que na imensa maioria dos casos, após interrupções na violência, matou primeiro reiniciando o ciclo, como após o desengajamento unilateral (2005) e a vitória eleitoral²¹² do Hamas (2006) e em novembro de 2008, quando quebrou a trégua ao dar continuidade à política de assassinatos extrajudiciais a fim de provocar uma escalada e justificar “represálias” desproporcionais, como a Chumbo Fundido, planejada desde 2007. A retomada da violência que justificou essa operação ocorreu após a invasão pelas FDI de uma vila na Faixa de Gaza e assassinato de seis militantes do Hamas, o que colocou fim a uma trégua que já durava cinco meses (MADS; FOSSE, 2010, p. 56). Comentando as circunstâncias, Gideon Levy (2010, p. 52) afirma que:

Se há uma calmaria no disparo de qassams, então Barak faz qualquer coisa que ele pode para assegurar sua renovação, a fim de justificar a “operação em larga escala” que ele quer fazer em Gaza [...] Se o Hamas sugere um cessar-fogo, Barak responde “iremos testemunhar cenas duras em Gaza antes que uma calmaria seja alcançada. O *establishment* de segurança faz como lhe apraz: mata, destrói, cerca, barra fundos, declara ordens para fechar lojas e fábricas e permite a construção de mais assentamentos na Cisjordânia.

Avi Shlaim (2014) interpreta o ciclo de violência desde o desengajamento unilateral de Gaza (2005) como “repetitivo, previsível e profundamente desesperador”. Se Israel invariavelmente se apresenta como vítima, que apenas se defende, “Todas essas guerras foram instigadas por Israel, todas foram direcionadas contra civis e todas envolveram crimes de guerra. Elas são um produto direto do colonialismo israelense, da mais prolongada e brutal ocupação militar dos tempos modernos.”. As FDI realizaram ataques desproporcionais e indiscriminados e Gaza foi levada à iminência de uma catástrofe humanitária.

Em seu conjunto tais elementos remetem à “zona de penumbra, onde tudo é permitido” (similar às “zonas de terror” de Wilkinson, aos TPO como *campo* conforme Ruiz ou Gaza como “campo de morte” de Pappe), princípio aplicável aos corpos e propriedades, sejam estas destruídas ou griladas. Seguindo esse raciocínio, chegamos a

uma explicação provável para a impunidade generalizada, com destaque para Gaza, mas também vigente nas operações menores na Cisjordânia, como a supressão de manifestações com força letal desnecessária: as mortes e destruições são desejáveis, integrando uma política de Estado classificável como terrorista. A não aplicação da lei para crimes contra palestinos e suas propriedades nos TPO é denunciada inclusive por relatórios de comissões de inquérito criadas pelo governo desde os anos 1980, que no entanto não repercutiram no aprimoramento da vigência da lei. Pelo contrário, a impunidade se massificou da Primeira Intifada em diante, com as autoridades permitindo sua continuidade provavelmente como parte de diretrizes ocultas voltadas a facilitar a colonização e o controle e repressão de sua população. Em 2002 a AI (2002) foi incisiva: agentes de segurança que agredem palestinos se “[...] beneficiam de impunidade em todos os casos, a não ser nos mais excepcionais.”. Quanto à impunidade durante as operações militares, a documentação aponta de forma direta a participação do alto escalão militar no planejamento dos “ataques desproporcionais e indiscriminados”, que sabidamente culminam em mortes, destruições e sofrimento da população civil, mas que mesmo assim não tiveram suas diretrizes alteradas, mas reiteradamente aplicadas nos TPO desde pelo menos 2002 juntamente com as regras flexíveis e permissivas para disparos com armas letais. Nesse sentido, os fatos descritos como “ataques indiscriminados e desproporcionais” constituem a linha operacional formulada pelas autoridades civis e militares, com a assessoria e posterior investigação de órgãos legais como a AMG, que obviamente negam a ocorrência de violações sistemáticas, pois sua eventual responsabilidade recairia sobre os agentes que validaram as diretrizes militares.

Tal constatação é consonante com a doutrina da Muralha de Ferro, ficando isso evidente nos pronunciamentos de altos oficiais militares e autoridades políticas israelenses defendendo o caráter punitivo das operações, desde os anos 1950 até hoje, e referendando em comunicados oficiais os efeitos de ataques que atingiram tanto alvos civis como militares, em contradição com o DIH. O major general Gadi Eiskhenot explicou como deveria ser a conduta israelense diante de qualquer vila que sediar ataques contra seu território: “Nós vamos aplicar força desproporcional nela e causar um grande dano e destruição. Do nosso ponto de vista, estas não são vilas civis, são bases militares.”. Então, acrescentou: “esta não é uma recomendação. Isto é um plano. E tem sido aprovado.”. Referindo-se a um suposto terceiro conflito no Líbano, o major general retirado Giora Eiland afirmou que: “Israel deve deixar claro que tal guerra irá levar à eliminação das forças militares libanesas, à destruição da infraestrutura nacional

e ao intenso sofrimento da população.”. Para o coronel Gabriel Siboni, em um pronunciamento em outubro de 2008, tanto no Líbano quanto em Gaza as forças israelenses deveriam agir de forma desproporcional às ações de seus inimigos e à ameaça por eles representada, objetivando “[...] infringir dano e dosar um castigo em uma dimensão que irá demandar um longo e custoso processo de reconstrução.”. No mesmo contexto, o então deputado israelense, Eli Yishai afirmou que

Nós temos que determinar um preço para cada foguete atirado contra Israel. Se para cada pequeno ataque nós atingirmos a infraestrutura ou casas, o fogo irá cessar [...] Deve ser possível destruir Gaza, então eles irão aprender a não mexer com nós. É uma grande oportunidade para demolir milhares de casas de todos os terroristas, então eles irão pensar duas vezes antes de lançar foguetes [...] Mesmo se os foguetes caírem em uma área aberta ou no mar, nós devemos acertar a infraestrutura deles, e destruir cem casas pra cada foguete atirado (DAJJANI; GIBSON, 2011, p. 17-28).

Além dos pronunciamentos oficiais, os depoimentos registrados pela Breaking the Silence (2014?) também apontam para a intencionalidade das mortes e destruições como parte de uma política de Estado terrorista. Para essa ONG israelense, os testemunhos concernentes à Chumbo Fundido e à Margem Protetora indiciam um quadro perturbador das “[...] políticas sistemáticas que foram ditadas para as forças das FDI de todas as patentes e em todas as zonas.”. Outra evidência da premeditação dos danos a civis está na intensificação dos ataques indiscriminados ao final da operação. Em 2014 testemunhos compilados pela Breaking the Silence (2014, p. 216; 160-161; 108-109; 82-84; 152-154; 198-199; 226-232; 2014a) indicaram que, a expressão “pressionando por uma exibição de vitória” seria corrente ao final de cada rodada do conflito em Gaza, com um oficial afirmando durante um treinamento que, conforme uma instrução do alto-escalão, como a lista inicial de alvos havia se esgotado os militares poderiam pedir autorização para ataques com “nível máximo de efeito colateral”, evitando que o Hamas contasse vitória.

Além dos depoimentos e testemunhos, o planejamento das mortes e destruições como parte de uma política terrorista pode ser identificado em certas passagens das fontes e da bibliografia, que recorrem explicitamente à definição de “terrorismo” ou “punição coletiva” para adjetivar as ações israelenses, sugerindo que os civis constituem seus principais alvos. Em “A Questão Palestina”, publicada em 1979, Edward Said (1992, p. 42; 120; 172) já associou as diversas violações praticadas por Israel (como punições coletivas, “coerção e brutalidade diárias” e assassinatos extrajudiciais) ao objetivo de “[...] intimidar, controlar e aterrorizar a população nativa dos Territórios

Ocupados.”, com o governo negando as acusações sem fundamentação alguma (“fachada democrática”). O tom das críticas às operações israelenses aumenta no novo milênio, com os relatórios da AI e HRW reunindo evidências suficientes da intencionalidade e institucionalização da destruição e mortes de civis, corroborando a pertinência conceitual de “terrorismo repressivo” ou “estatal”. Eyal Weizman (2007, p. 194-197) afirma que a operação israelense contra os campos de refugiados de Jenin e Nablus teria como único objetivo provocar mortes, “em consonância com diretrizes claras definidas na esfera política.” garantidoras da impunidade. Embora Zertal e Eldar (2007, p. 413-414; 423-426; 434-437) tentem inocentar o primeiro-ministro, caracterizam de forma semelhante os fatos do começo da Segunda Intifada, atribuindo sua responsabilidade ao exército israelense: Ehud Barack ordenou às forças israelenses para agirem de forma contida e moderada, mas não foi obedecido. “[...] Os comandantes no campo conduziram uma guerra vingativa e cruel a sua própria maneira, atirando, esmagando, desenraizando e ferindo civis de forma indiscriminada.”. O exército agiu como “[...] um agente de uma terrível lição, como um educador, como uma organização que empreendeu sua própria campanha de encravar nas mentes e almas dos palestinos, de uma vez por todas, quem tem o poder e quem está ‘no comando’.”. Avi Shlaim (2004, p. 15-19) segue na mesma linha ao afirmar que, com o governo Sharon teria havido um retorno “a uma versão grosseira da estratégia da Muralha de Ferro”, sendo a operação “fraudulentamente denominada de Escudo Defensivo” (2002) uma reedição da invasão do Líbano em 1982, quando também foi empregada “força militar selvagem e esmagadora” contra o povo palestino. Agora, o objetivo fora matar uma quantidade cada vez maior até que se rendessem e Oslo fosse enterrado. Sharon desencadeou um “reinado do terror nos territórios” para deter a consolidação de um Estado palestino, pois a agenda ainda era o “antigo plano do Likud do Grande Israel” e foi esperado dos palestinos não a paz, “mas sim sua rendição e expulsão”. Para Said (2002), também no novo milênio, tratou-se de uma “agressão implacável e criminosa”, uma “guerra contra a população civil”. A estratégia: demonizar a AP e refrear o processo de paz ao deslegitimá-la como parceira, rotulando incessantemente como terrorista esse “[...] grupo de membros moderados [...]”. Cleveland e Bunton (2009, p. 510 et seq.), Darryl Li (2006) e Pierre Razoux (2006, p. 446 et seq.) igualmente destacam a intensificação das punições coletivas, com o segundo associando a operação contra o campo de Jenin (2002) ao massacre de Sabra e Chatila (1982). Conforme Razoux, a escalada das tensões e da violência recrudesceu o descaso pela vida dos civis, tornados alvos diretos

de ataques, com o Onze de Setembro possibilitando uma recrudescimento das punições coletivas impostas à população palestina pelas forças israelenses.

Gaza marca o zênite dessa lógica, sendo as operações israelenses descritas abertamente como terrorismo. Recordemos que o Goldstone Report (2009, p. 408) definiu a Chumbo Fundido como um “[...] ataque deliberadamente desproporcional designado para punir, humilhar e aterrorizar a população civil [...]”. Tal afirmativa é reforçada pela bibliografia. Segundo Camille Mansour (2009), essa operação visou “provocar destruição e exercer uma violenta pressão sobre os palestinos, enfraquecendo assim o Hamas”. Para Gideon Levy (2010, p. 76), seu pressuposto fora que “[...] a escolha política das pessoas pode ser mudada por meio da violência e os gazianos podem ser tornados sionistas ao serem violentados.”. Comentando a Chumbo Fundido, Pappe (2010, p. 174-185; 187; 197) adverte que deveria ser debatida a decisão de empregar tamanha força militar contra um espaço civil, que só pode produzir a “horrível destruição” testemunhada, que “[...] foi utilizada para este fim.” e para testar novas armas “[...] todas voltadas a matar civis como parte do que o ex-chefe do Estado maior do exército, Moshe Ya’alon, definiu como a necessidade de marcar na consciência palestina a força assustadora do exército israelense.” (o que reforça a proximidade da doutrina da “Muralha de Ferro” e Dahiyya com o terrorismo). Finkelstein (2010, p. 81), analisando relatórios de DIH e DIDH e depoimentos de militares israelenses concernentes à “Chumbo Fundido”, afirma que eles “[...] deixam claro que o objetivo da invasão de Gaza foi justamente demonstrar aos palestinos e Estados vizinhos que Israel está pronto, disposto e capacitado a praticar violência desproporcional [...] contra uma população civil.”, o que os próprios oficiais israelenses chamam de “níveis de violência ‘loucos’ e ‘lunáticos’.” (ao invés de “efeitos colaterais”). Mencionando o Goldstone Report (2009), Finkelstein (2010, p. 127-129) destaca que, a operação e suas consequências seriam de responsabilidade do alto escalão político-militar israelense, afirmação corroborada por Chomsky (2010, p. 79-80) e por um comitê de especialistas independentes a serviço da ONU (UNITED NATIONS. Human Rights Council, 2010). Richard Falk (2009, p. 30) é direto: Israel insiste em manter sua “[...] bem-sucedida recorrência como ocupante ao terrorismo de Estado e violência política [...]”. As conclusões se repetem para a Margem Protetora. Para Levy (2014b) a “política oficial israelense” se aproximaria das ações de máfias: restaurar a calma por meio da matança de civis. Segundo Yitzhak Laor (2014), sem poder erradicar a população de Gaza, as autoridades israelenses têm recorrido cada vez mais a operações punitivas

contra o território e seus habitantes. Para Pappe (2010; 2014) ali, nos “campos de morte”, a “visão sionista” de reduzir o número de palestinos em toda a Palestina histórica assumiu sua “forma mais desumana” com uma punição coletiva sob a forma de “[...] operações de destruição e mortes massivas.” (PAPPE, 2014). O outro “novo historiador” israelense, Avi Shlaim (2014), também é explícito: “De fato, Israel argumenta que esta é uma guerra contra o terror. Na verdade, é um ato de terrorismo de Estado. Terrorismo é o uso de força contra civis para fins políticos.” (no caso, manter a “ocupação ilegal” e negar aos palestinos seu direito à autodeterminação, impedindo a criação de um governo de união nacional).

Em síntese, considerando as fontes²¹³, a bibliografia e tanto a longa duração da Muralha de Ferro quanto a maior abrangência e recorrência no novo milênio à classificação de civis como alvos legítimos em dadas circunstâncias (“Doutrina Dahiyya” e “novo código de ética das FDI”), constata-se a pertinência e definir as ações israelenses no Líbano e nos TPO a partir dos conceitos de “terrorismo de massa” (LOSURDO, 2010) ou “terrorismo repressivo” (“estatal” e “colonial”) (WILKINSON, 1979), cuja especificidade local está associada à colonização etnocrática e aos fundamentos da doutrina jabotinskyana que embasam a política de segurança e defesa de Israel até hoje. Esse fato é observável também na política de atacar locais com os quais membros da resistência palestina tenham algum vínculo ou a partir dos quais executaram alguma operação (independentemente do tempo transcorrido); nas regras ambíguas e permissivas de disparos incitando mortes e destruições despropositadas; e nos três níveis de alvo conforme o estágio da operação, com a gradativa ampliação dos danos a não combatentes para evitar que o Hamas conte vitória. O terrorismo como política estatal, por violar o DIH tornando não combatentes em alvos para reformular suas relações sociais, necessariamente, cria contradições e a necessidade de supostas investigações. Como bem observado pela AI em sua campanha internacional contra execuções extrajudiciais, a nebulosidade dos fatos está ligada à impunidade, que por sua vez mascara a intencionalidade das ações (seja negando os fatos seja criando comissões de inquérito que não levam a lugar algum).

Aproximando os fatos locais do conceito de “terrorismo repressivo”, com suas variantes estatal e colonial (WILKINSON, 1979), sobretudo no novo milênio, as consequências das operações israelenses são oriundas de ações sistemáticas envolvendo o alto-escalão político e militar, e não facções ou agentes isolados. Os objetivos são tanto a supressão direta da resistência palestina quanto desarticular o apoio da

população a ela (“comportamento indesejado”), recorrendo a diferentes formas de difundir a suspeita recíproca e o terror. Se a intensidade do terror varia, sendo mais evidente na Faixa de Gaza pós-desengajamento como “zona de terror”, e se dirige oficialmente aos “inimigos” membros de grupos armados, o aparato repressivo atinge toda população palestina. Sustentam essas afirmativas a continuidade dos ataques provocando enormes danos a civis e a suas propriedades, as altas taxas de dependência de atendimento psicossocial após as operações, o uso de dispositivos previstos ou não nos RED equivalentes à “punição coletiva” e o envolvimento de vários órgãos referendando as ações, desde comandantes e porta-vozes das FDI até o judiciário. Sendo repetitivo, vale lembrar que, desde o final dos anos 1960, os anuários e relatórios específicos da AI apontam a difusão e sistematização de medidas arbitrárias, punindo tanto indivíduos quanto grupos ou regiões inteiras²¹⁴, sendo a principal evidência os ataques com armas de efeito em área em zonas civis densamente habitadas, mesmo quando havia no arsenal israelense alternativas igualmente eficazes, como o uso de fósforo branco ao invés de munições de fumaça para, supostamente, ocultar o deslocamento das tropas, sendo os efeitos em civis “colaterais” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009a).

Assim, em consonância com a definição de Wilkinson, as ações israelenses produzem efeitos indiscriminados, arbitrários e imprevisíveis, gerando uma insegurança constante - inclusive por meio de uma rede de informantes, executados extrajudicialmente ou judicialmente quando descobertos -, pretendendo “inculcar o conformismo com o regime” (nesse caso com a ocupação e colonização) ou reformular as relações sociais, suprimindo os engajamentos críticos e solidários ou “comportamentos indesejados”. Ingrediente indispensável a essa política de, arbitrariamente, vitimar civis (censurando-os, torturando-os, destruindo suas casas ou os matando) é a impunidade sistemática, que dirime eventuais conflitos entre a lei estabelecida e os atos executados – devemos reiterar que, nos TPO, são utilizadas de forma complementar medidas extrajudiciais ou de exceção incluídas no ordenamento por meio dos RED. Eis uma chave teórica relevante para compreender o porquê de diversas ONGs, independentemente de sua orientação, apontarem para as mesmas violações sistemáticas e para a vigência da impunidade ao longo da ocupação²¹⁵. Recordemo-nos de David Kretzmer (2002, p. 64): “Tem havido, geralmente, uma forte conexão entre as medidas adotadas pelos militares e a agenda política do governo de Israel, em cujo nome os comandantes militares estão atuando.”. Se esse é o caso das

manobras e interpretações legais para favorecer a colonização, por que não seria o das operações militares?

Fato incontestado é que, desde o Mandato Britânico, passando por toda a ocupação “invisível” até chegar a seu paradigma atual de separação e morte, com as incursões nas “Áreas A” e as operações contra Gaza pós-desengajamento (GORDON, 2008) os civis palestinos foram os mais afetados pelo conflito. Ao passo que cidadãos israelenses também foram visados, sobretudo, em represália ou objetivando suprimir ou ao menos modificar as políticas de seu Estado, os palestinos foram alvos de medidas punitivas previstas ou não nos RED, voltadas a expulsá-los de determinadas áreas ou extinguir seu ímpeto de resistência, para tal disseminando-se o terror. A documentação revela como a infraestrutura, propriedades e corpos civis foram violados de forma arbitrária, desproporcional ou indiscriminada, prevalecendo a impunidade dos atos ordenados ou no mínimo referendados pelo alto escalão político e militar²¹⁶. Se passarmos em revista a história recente dos TPO, há vários casos que explicitam a conivência oficial com as violências cometidas contra civis palestinos, sendo imprescindível para a vigência da colonização e da repressão à resistência que esta gera haja vista que implicam em transgressões ao DIH – cuja maioria dos tratados Israel assinou e se comprometeu a observar. Atendo-nos a somente um exemplo para além de todos aqueles mencionados no capítulo anterior, uma comissão foi organizada pelo governo israelense para apurar mortes de civis palestinos em al-Daraj, no dia vinte e dois de julho de 2002. Analisando o trabalho realizado por essa comissão, o “Centro Palestino por Direitos Humanos”, entidade reconhecida e parceira do CDH-ONU, afirmou que “A abordagem e a análise da comissão, e sua recomendação de que nenhum procedimento criminal seja iniciado, ilustram claramente o desejo israelense de proteger da justiça todos os supostos criminosos de guerra.”. Mesmo oito anos depois, “[...] nenhuma investigação criminal efetiva foi conduzida em Israel.”, pois as autoridades judiciais militares “[...] têm abusado da lei, a fim de fornecer uma ilusão de rigor investigativo, enquanto protege amplamente os acusados da justiça.”.

O Centro Palestino para Direitos Humanos acredita que essa institucionalização da impunidade é um componente central e duradouro da política israelense. Essa alegação é evidenciada ainda mais pela ausência de investigações genuínas e efetivas da ofensiva israelense em Gaza, entre 27 de dezembro de 2008 e 18 de janeiro de 2009 (PALESTINIAN CENTRE FOR HUMAN RIGHTS, 2011).

Cabe nos atermos mais detidamente sobre o caso de Gaza, onde o terror estatal e a impunidade ficam mais evidentes. Darryl Li (2006), considerando as operações militares israelenses no novo milênio contra a Faixa, assevera que o território representa o estágio mais avançado da ocupação israelense sendo controlado por meio de fechamentos, “zonas tampão” e poder aéreo²¹⁷. Para Li, os ataques israelenses exemplificam o longo dilema sionista de como lidar com densas concentrações de palestinos, que não podem ser anexados e desfrutar de igualdade e nem serem removidos ou exterminados em massa. O espaço de Gaza seria assim um “laboratório”²¹⁸ de teste e refino de várias técnicas de gerenciamento, empregadas “[...] continuamente em busca de um balanço perfeito entre o máximo controle sobre o território e a mínima responsabilidade pela sua população não judaica.”. Aronson (2005), Abunimah (2006, p. 83-85) e Weizman (2007, p. 11) fazem apontamentos semelhantes quanto ao “desengajamento unilateral” ser uma solução demográfica e o aprimoramento do “sistema de controle” e do projeto de segregação, confinamento e vigilância, ocupando a impunidade sistemática lugar central na viabilização desse projeto à medida que suas diretrizes colidem com o DIH. Assim, Gaza se caracterizaria por um inédito “controle à distância”, sendo a experiência mais avançada do “processo colonial”. Abunimah menciona a visão profética e preconceituosa do demógrafo Arnon Soffer sobre o desengajamento unilateral, para quem ele garantiria a sobrevivência do Estado judaico-sionista, mas ao invés da paz traria o

[...] dia depois da separação unilateral [com disparos de foguetes palestinos, que teriam que ser retaliados de forma desproporcional] e mulheres e crianças serão mortos e casas serão destruídas [...] Essas pessoas se tornarão ainda mais animais do que são hoje, com a ajuda de um fundamentalismo islâmico insano [...] Então, se nós quisermos sobreviver teremos que matar, matar e matar. Todo o dia, a cada dia.

Se, de fato, as colônias foram desmanteladas juntamente com os *checkpoints* e as bases militares, paralelamente a barreira de segurança em volta do território foi reforçada, a Faixa foi declarada fronteira internacional e foram promovidas demolições sistemáticas ampliando a “zona tampão”²¹⁹. Enquanto formalmente Israel se retirou e afirmou que sua responsabilidade sobre a população havia terminado – renunciando seu dever de proteção conforme o DIH e tornando a vida ali ainda mais “nua” ou “matável” –, concretamente continuou a exercer um controle sistemático sobre o território, administrando seu espaço aéreo, terrestre e marítimo e controlando o fluxo de pessoas e mercadorias e o acesso da população a serviços e recursos básicos. A permanente presença israelense foi substituída por bombardeios e operações intermitentes,

características de uma forma de controle a distância pautada pela redução dos custos e das fricções, possibilitando a continuidade da colonização da Cisjordânia (ROY, 2005; ARONSON, 2005, LI, 2006; YIFTACHEL, 2006). Para Sara Roy “Gaza é um exemplo de sociedade que foi deliberadamente reduzida a um estado de destituição abjeta”, dado a “devastação de sua população e economia, especialmente desde 2006”, e mais criticamente após a invasão de 2008, quando “sua já comprometida situação se tornou inviável” (2010, p. 3-5). Levy (2010, p. 76) define Gaza como um “experimento macabro”, voltado a redefinir as escolhas de sua população por meio do terror. Nas palavras de Ilan Pappé (2009):

A presença dos colonos, contudo, dificultava para as forças israelenses retaliarem [os mísseis caseiros] com a brutalidade que eles utilizam contra alvos puramente palestinos. Então os colonos foram removidos, não como parte de um processo de paz unilateral como muitos arguíram no momento (ao ponto de sugerir que Ariel Sharon fosse agraciado com o Nobel da paz), mas para facilitar qualquer ação militar subsequente contra a Faixa de Gaza e para consolidar o controle da Cisjordânia.

Segundo Pappé (2010, p. 174-185; 187; 197) Gaza foi guettonizada e a política israelense para ela “militarizada” com o desengajamento, mas sem a articulação sistemática de uma “estratégia final”, que acabou se configurando a partir da institucionalização das ações militares diárias, de forma que “[...] as ‘táticas punitivas’ se tornaram uma estratégia genocida em 2006.” ou uma “política calculada de mortes sistemáticas”. Também para Dajjani e Gibson (2011, p. 17-28) a indistinção e desproporcionalidade entre alvos civis e militares seriam intencionais e visariam pressionar a população local para fazer cessar seu apoio às ações de guerrilha, neutralizando-as (dissuasão). Comentando as operações israelenses contra a Faixa de Gaza no contexto do desengajamento unilateral, mesmo antes da Chumbo Fundido e Margem Protetora, Darryl Li (2006) afirmou que,

As forças armadas israelenses empreenderam campanhas intensas de destruição altamente concentrada durante incursões específicas de alta performance nas áreas de população palestina, frequentemente com intento punitivo ou como “demonstração de força”, tanto para o público árabe quanto israelense. Sendo isso mais óbvio durante as incursões em Bait Hanun (julho e outubro de 2004) e a operação “Arco-Íris” em Rafah (maio de 2004).

Sustentada a pertinência de se pensar a situação dos TPO a partir do conceito de “terrorismo repressivo”, cabe apresentar outra chave teórica mais elaborada e específica para a compreensão das mortes e destruição nos TPO, especialmente em Gaza no novo milênio, que no entanto é convergente ao indicar o mesmo objetivo das políticas

israelenses. Enquanto o “terrorismo” estatal é definido pelo “uso sistemático de violência e terror para reprimir, dominar ou restringir certos grupos, indivíduos ou formas de comportamento indesejadas”, as “práticas sociais genocidas” visam provocar uma “reorganização social” (infligir perdas e medo na população alvo com o intuito de reformular suas relações sociais). Ao cunhar essa expressão com base nas experiências nazistas e da ditadura argentina, Daniel Feierstein (2011, p.104-105) contraria a definição restritiva de “genocídio” do DIH e insere a identidade política das vítimas dentre suas causas. Seguindo Agamben, o sociólogo argentino também aponta para os genocídios e *campos* como constituintes do “[...] coração estratégico do nosso ordenamento social, a ‘matriz oculta’ da modernidade.”. Tratar-se-iam de um conjunto de tecnologias específicas de destruição e reconstrução das relações sociais, sendo o isolamento, a concentração e, não raro, o extermínio de populações recursos dos sistemas políticos da modernidade para resolver problemas inerentes.

Surgidas no final do século XIX, as “práticas sociais genocidas” compor-se-iam de tecnologias de poder que potencializam a negação do outro e buscam seu desaparecimento material e simbólico. A rearticulação das relações sociais e produção de efeitos simbólicos não demandam, necessariamente, o extermínio completo, mas apenas o aniquilamento de uma fração relevante (por seu número ou práticas) e o uso de terror, iniciando-se o processo muito antes das mortes e sendo finalizado depois, por meio da negação, ocultamento e legitimação. O assassinato das vítimas diretas é acompanhado do terror sobre o todo, buscando anular a identidade dos sobreviventes e rearticular suas relações de autonomia e cooperação, eliminando a possibilidade de manifestação de determinado comportamento e visão social. Partindo do nazismo e da ditadura argentina, Feierstein tenta construir um modelo, dividido em seis momentos (não necessariamente lineares) e abrangendo processos semelhantes operados por Estados modernos, que envolvem desumanização, alienação, aniquilamento e ressignificação. A negatização do outro é o primeiro passo, seguido de sua hostilização (prática de violência esporádica e convivência com ela), isolamento, debilitação sistemática, aniquilamento material e, por fim, realização simbólica.

Se Feierstein silencia diante do caso palestino, classifica como processos genocidas as não tão diferentes lutas anticoloniais na Argélia e Indochina - basta considerar todo o debate acumulado sobre sionismo e colonialismo (SANTOS, 2010; MAZRUI, 2010; RABKIN, 2009; KLEIN, 2010; SAID, 1992). Assim que, seu conceito enseja paralelos oportunos com a situação dos TPO, especialmente a Faixa de Gaza pós-

desengajamento, onde as condições de vida foram gravemente deterioradas – chegando à “beira de uma catástrofe humanitária” – pelo cerco, bloqueio e operações militares punitivas, que atingiram toda sua população, cujo sofrimento e morte foram ressignificados e atribuídos às ações da própria resistência palestina, inclusive durante as operações por meio de panfletos espalhados a partir de aviões. No território costeiro, sob pretexto de luta contra o terror e autodefesa, o objetivo é manter o *status quo* da ocupação/colonização e reconfigurar as relações sociais que sustentam a resistência contra ela, suprimindo a adesão ao impor um preço “alto demais” como meio de atingir o conjunto social. Assim que, sua população foi isolada e submetida a severas privações e condições, acompanhadas da retirada impune de vidas. No cerne da questão está, tal qual a OLP até os anos 1990, o não reconhecimento e tentativa de supressão do Hamas como possível contraparte das negociações, pois seria intransigente nem tanto no reconhecimento de Israel, mas em pontos como o direito de retorno dos refugiados de 1948 (FINKELSTEIN, 2010; SIEFFERT, 2009; SAHD, 2012; 2012a; 2015a).

Se por um lado, a situação dos TPO não se adequa inteiramente ao conceito de Feierstein por se tratar de uma população não representada pelo Estado israelense, que portanto não operaria sua própria sociedade, mas outra sob seu controle e suposta proteção, por outro é possível considerar que os palestinos estão “desnacionalizados” e deliberadamente mantidos há décadas em uma situação de “apatridia”, estando sob controle do Estado israelense – o que já é parte da engenharia social sionista. Vale ressaltar que, “prática social genocida” não necessariamente implica em “genocídio massivo”, bastando “mortes seletivas de pessoas” socialmente relevantes acompanhadas de terror sobre o todo para se alterar um comportamento social “desviante”. Vejamos na sequência a pertinência de pensar o caso palestino a partir das seis etapas de Feierstein.

Considerando os anuários da AI e os relatórios das diferentes ONGs, as quatro primeiras etapas das “práticas sociais genocidas” ficam evidentes tanto em Gaza quanto na Cisjordânia. Quanto à negatização dos palestinos, as representações orientalistas se mantêm (selvagens, atrasados, fundamentalistas, irracionais em último caso), destacando-se o esvaziamento de sua narrativa e demandas a partir da generalização de seu tratamento como terroristas ou inimigos atemporais do povo judeu (amalequitas), estando a desumanização enraizada, inclusive no currículo escolar (LEVY, 2014; 2015; 2016; BREAKING THE SILENCE, 2009; s/d5; HALLINAN, 2009; KASHTI, 2014; LAOR, 2015; SAFATLE, 2014). Conforme Laor (2015), o monopólio inicial do Estado sobre a morte dos palestinos desumanizados como *mehablim* (uma palavra sem

tradução, remetendo a uma situação limiar, que garante toda arbitrariedade) foi privatizado, primeiro apenas para colonos e depois para qualquer membro da nação (recorde-se da definição de *homo sacer* como aquele diante do qual qualquer um é soberano). Isto seria natural para uma sociedade que bombardeia alvos civis “em assassinatos em massa”, como contra a Faixa de Gaza, negando qualquer diferença entre civis e combatentes. Desumanizados (tratando-se da morte simbólica que precede o extermínio efetivo) o “mal” cometido contra os palestinos se tornou banal ou mesmo desejado (ódio étnico), sobretudo a partir de mecanismos de controle e ataques a distância. Exemplifica o caso da edificação laranja atacada só pelo fato de estar pintada dessa cor que “irritava os olhos” do militar; a destruição de áreas e equipamentos agrícolas e de “Casas vazias que nos incomodavam. Incomodavam apenas de olhar.” (BREAKING THE SILENCE, 2014, p. 126-128; 82-84).

A hostilização, tanto sob a forma de “violência espontânea” quanto “envolvimento de agências estatais” fica patente nas diretrizes permissivas e na impunidade garantida a colonos e membros das FDI infratores, sobretudo da Primeira Intifada em diante e de forma ainda mais gritante a partir da Segunda, conforme verificado nos relatórios da Yesh Din e de outras organizações (HUMAN RIGHTS WATCH, 1990; AMNESTY INTERNATIONAL, 1993a; 1993b; 2009b). Quanto a terceira e quarta etapas das “práticas sociais genocidas”, o isolamento e debilitamento sistemático, elas são características marcantes dos anos pós-Primeira Intifada, quando passou a vigorar o paradigma da “separação” e “morte”. O cerceamento do deslocamento e os constantes fechamentos dos palestinos têm levado à apartação e, gradativamente, ao aprofundamento da miséria, desnutrição, desemprego, pobreza e dependência de ajuda humanitária - sendo Gaza o paradigma ou “estágio mais avançado da ocupação”, mas representante de uma situação que se torna cada vez mais generalizada (LI, 2006). Conforme Sarah Roy (2014a), a devastação do meio ambiente e economia da Faixa é “[...] deliberada e planejada por Israel, imposta por meio da separação e isolamento e de um bloqueio econômico destrutivo [...]”. Paralelamente, na Cisjordânia fechamentos, isolamentos de áreas, planos diretores e regionais discriminatórios e restrições de movimento debilitam a população, concentrando-a fora das Áreas C. Recordemo-nos das associações entre a situação nos TPO e o apartheid na África do Sul (DUGARD, 2015; FALK, 2014; AL-FASSED, 2001; TUTU, 2005). O isolamento e os fechamentos e confinamentos dos palestinos, destacados pela AI desde

a Primeira Intifada, reforçam a tese do novo paradigma de segregação e morte (GORDON, 2008), que por sua vez pode ser relacionada às etapas Feierstein.

Um comentário feito por Ilan Pappé ainda em 2007 tanto aponta características semelhantes às quatro primeiras etapas das práticas sociais genocidas quanto prenuncia a possível implementação das fases posteriores durante as operações devastadoras contra Gaza e sua população (Chumbo Fundido e Margem Protetora), à medida que o mundo tolera a adaptação de “políticas genocidas ali em curso”. O próprio Feierstein destaca a aceitação social como pré-requisito da passagem para a violência em massa. Após as primeiras experiências, as ações punitivas – com gradativo aumento do poder de fogo e da indistinção entre civis e combatentes - teriam se consolidado como “estratégia de gestão populacional”. Conforme Pappé, “Uma transferência gradativa na Cisjordânia e políticas genocidas mediadas na Faixa de Gaza são as duas estratégias que Israel emprega hoje.”

A estratégia anterior aplicada em Gaza foi “guetonzar” os palestinos, mas isso não está funcionando [...] “Guetonzar” ou colocar em quarentena comunidades indesejadas, mesmo se elas foram consideradas como sub-humanas ou perigosas, nunca funcionou na história como uma solução. Os judeus sabem isso melhor com base em sua própria história. As próximas etapas contra tais comunidades no passado foram ainda mais terríveis e bárbaras. É difícil dizer o que o futuro reserva para a população de Gaza, “guetonzada”, em quarentena, indesejada e demonizada. Será que vai ser uma repetição dos exemplos históricos nefastos ou um destino melhor ainda é possível? (PAPPE, 2007).

Se apontar paralelos contundentes com a quinta etapa (aniquilamento físico do todo ou de parte socialmente significativa da população, que encarne as relações que se busca extinguir) é uma operação mais complexa, ela se sustenta nas passagens citadas das fontes sobre a intencionalidade das mortes e destruição no contexto de um “terrorismo repressivo” ou “estatal” ou da Muralha de Ferro e Doutrina Dahiyya. Aproximam-se dessa situação o uso de força letal em situações banais, a sistematização das “execuções extrajudiciais” com seus “efeitos colaterais” (possivelmente intencionais, pois com intento punitivo) e os “massacres genocidas” contra Gaza em 2008/2009 e 2014 – só durante a última operação morreram mais palestinos do que entre 1967 e 2000, e as duas últimas provocaram juntas mais óbitos do que de 1967 até 2008. Ademais, definir a política israelense como genocida não é novidade na bibliografia. Recordemos que, Pappé (2008, p. 155-157; 2008b) define como “política genocida” a estratégia de Israel para Gaza pós-desengajamento, devendo conforme ele ser feita uma análise qualitativa e não quantitativa dos óbitos nos sucessivos “ataques

desproporcionais e indiscriminados contra sua população civil”, que de respostas improvisadas denotando uma “falta de estratégia” se tornaram a política oficial israelense para o território. Essa análise, corroborável pela documentação analisada, indica que dentre os mortos palestinos, tal qual em Deir Yassin, estão “vários bebês, crianças, inocentes de todo”. Paralelamente, na Cisjordânia os governos israelenses dão continuidade a uma “limpeza étnica” gradativa e silenciosa, anexando partes do território e mantendo os palestinos em “cantões” e “subcantões”, que seriam pequenos ou enormes “guetos” ou “prisões” (como Gaza). A resistência palestina é suprimida com punições coletivas, retaliações e represálias de maior escala, que contribuem para a manutenção da violência cíclica e do impasse, facilitando a continuidade da colonização mascarada por um processo de paz inconcluso, mas na prática terminado em fracasso embora não sepultado oficialmente. Para Pappé (2008), Gaza é o grau último dessa lógica, em breve aplicável à Cisjordânia à medida que seus cantões assumam um isolamento do entorno semelhante. Assim, a ocupação israelense avança e as medidas de controle populacional se tornam mais repressivas, potencializando o morticínio.

Sintetiza a questão a contextualização feita por Pappé da operação de 2014, na qual reiterou colocações feitas em 2006 quanto ao “genocídio continuado” israelense e os “campos de morte da Palestina”. Outras características “[...] típicas dos estágios anteriores desse genocídio incremental [...]” e que permitem o cometimento das atrocidades reapareceram, como: a desumanização do outro, o amplo consenso da sociedade diante do “massacre de civis na Faixa de Gaza” (os poucos dissidentes foram agredidos com a complacência policial) e a adesão da academia e da mídia aos esforços propagandísticos. Assim, tornou-se possível a “[...] continuação das políticas genocidas [...] operações de destruição e mortes massivas. Em outras palavras, [sob a forma] de um genocídio continuado.” (PAPPE, 2014). Se as execuções extrajudiciais visam a desarticulação da resistência contra a ocupação, cabe notar que as lideranças do movimento nacional palestino foram catalogadas já nos anos 1930 e passaram a ser eliminadas durante a *Nakba* (PAPPE, 2008), sendo assassinadas em operações “extrajudiciais” e durante manifestações (SAID, 1995, p. 369-370; AMNESTY INTERNATIONAL, 1988; 1989; 1993c; 1994a; 1998a; 1998b; 2014e; HUMAN RIGHTS WATCH, 1990; 1993). As mortes passaram a ocorrer com mais frequência e de forma massiva da Segunda Intifada em diante (HUMAN RIGHTS WATCH, 2005). Lembremo-nos da *Breaking the Silence* (2010?, p. 27) afirmando que uma “política de assassinatos” é frequentemente implementada durante as operações das FDI; da questão

dos “efeitos colaterais” durante as execuções extrajudiciais; e dos “três níveis de destruição” durante as operações, gradativamente acentuados.

Domenico Losurdo (2010, p. 18-21) destaca que, os assassinatos extrajudiciais ensejam uma licença bastante ampla para matar, pois basta a mera suspeita, e são utilizados de forma arbitrária e indiferente em relação a vítimas civis, remetendo além do caso dos TPO à supressão da revolta nacionalista irlandesa pelos ingleses, aos esquadrões da morte durante as ditaduras latino-americanas e à política estadunidense recentemente implementada no Iraque de financiar e treinar grupos para aterrorizar e matar líderes rebeldes e seus seguidores. Em conformidade com as “práticas sociais genocidas”, o objetivo dessas mortes (dirigidas ou supostamente “acidentais”, em manifestações, assassinatos ou operações) não seria o extermínio de toda a população, mas a reformulação de suas relações sociais e extirpação das identidades sustentadoras da resistência, por meio do terror sobre o todo.

Sobre a última etapa das práticas sociais genocidas (sua realização ou ressignificação simbólica das mortes), a violência nos TPO e as supostas “retaliações israelenses” são há tempos atribuídas à suposta intransigência ou fundamentalismo palestino, ocultando a duradoura engenharia social operada pelo “Estado jardineiro” de Israel, desde 1948. Mortes banais e impunes durante manifestos ou em “zonas tampão” são justificadas pelo suposto intento agressivo e periculosidade das vítimas, ainda que sejam menores arremessando pedras. Supostamente, “assassinatos extrajudiciais” constituem o único recurso de Israel diante de terroristas - que são eliminados até em situações nas quais poderiam ser presos e geralmente provocando a morte de mais pessoas (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001b; 2003b) -, que oficialmente estavam atacando ou na iminência de atacar Israel. As mortes e destruição provocadas durante as operações são justificadas da mesma forma e como ocorrências de uma situação de “guerra”, com Israel recorrendo a “bombardeios cirúrgicos”, mas as milícias palestinas utilizando sua população como “escudo-humano” ao disparar ou estocar armamentos em áreas civis. Dessa forma, espraia-se o terror justificado de forma banal e sem fundamento algum, com a transferência de culpa para as vítimas.

Segundo Pappe (2009a), durante a Chumbo Fundido, enquanto de hora em hora a mídia israelense oficial descrevia as vítimas como terroristas ou apoiadoras do governo, o assassinato massivo e a destruição desproporcional eram “atos de autodefesa”. O país era a vítima que se defendia de um grande mal. “Parece que mesmo os crimes mais horrendos, como o genocídio em Gaza, são tratados como eventos

discretos, desconectados de qualquer coisa que tenha acontecido no passado e não associado a qualquer ideologia ou sistema”. Para Gideon Levy (2010), a Chumbo Fundido – e em decorrência, a Margem Protetora – só podem ser definidas como guerra para fins propagandísticos e como ressignificação simbólica do massacre. Tanto Hitler travava uma “guerra” racial quanto a ditadura argentina e brasileira promoviam uma guerra contra a subversão, o que tanto obscureceu os “genocídios reorganizadores” então em curso quanto tornou a alteridade desumana e demoníaca – e não sujeitos com relações sociais e históricas específicas –, transferindo a ela a responsabilidade pelos fatos (SAHD, 2014). Entrevistado durante a Margem Protetora, John Dugard (2014) desconstruiu a argumentação oficial israelense de se tratar de um “ato de legítima defesa”, vendo-a como a ação (“uma clara punição coletiva do povo de Gaza”) de uma potência ocupante que visou manter sua “ocupação ilegal de Gaza”. “Israel não é a vítima. É a potência ocupante que está recorrendo à força para manter sua ocupação ilegal.”, devendo os disparos serem interpretados não como “ataques indiscriminados” (como consta nos relatórios da ONU e ONGs), mas “[...] atos de resistências de um povo ocupado e afirmação de seu reconhecido direito à autodeterminação.”, pois trata-se de uma situação peculiar de “ocupação a distância”.

A AI (2009b, p. 6-8) salienta que, do primeiro ao último dia da Chumbo Fundido, a responsabilidade pela “resposta militar israelense” e pelas perdas civis dos palestinos foi atribuída exclusivamente ao Hamas, inclusive por meio de panfletos espalhados em Gaza por meio de aviões reforçando o discurso oficial e instando a população a denunciar a guerrilha. O ativista italiano assassinado em Gaza em 2011, Vittorio Arrigoni (2010, p. 51; 55; 96), descreve o conteúdo desse material que visou quebrar as relações de solidariedade com a resistência armada contra Israel (Feierstein destaca durante as práticas sociais genocidas o papel do “informante” e da suspeita mútua na desarticulação dos laços sociais). Precederam os bombardeios “desproporcionais e indiscriminados” em regiões civis alertas das FDI para os habitantes as deixarem devido a atividades “terroristas” ali executadas. Assim, “[...] forças armadas de Israel foram forçadas a executar ações imediatas em suas áreas”. Outro material instou os locais a “assumirem a responsabilidade pelo seu destino” denunciando os “terroristas”, que representam uma “ameaça” a vida deles e de seus familiares: “- Evitem mais atrocidades, comprometer-se é agora sua responsabilidade! Não hesite! Descrição completa é garantida.”. Dessa forma, a responsabilidade pelas mortes e destruição é transferida à resistência (“terroristas”), que tornam sua própria

população “a primeira vítima de suas ações”. Ao final da operação, mais panfletos foram espalhados em Gaza, dessa vez alertando as pessoas para se manterem alerta, pois “As paredes têm ouvidos e olhos”, ou seja, não confie em ninguém. São devastadores os efeitos disso em um local onde uma delação culmina tanto na destruição do alvo quanto do entorno, o que permite compreender a execução dos “informantes” (“traidores”) pelos grupos palestinos logo que são descobertos.

Em suma, consumando a ressignificação simbólica das mortes, durante e após as operações massivas contra Gaza, Israel apresenta tanto para a sua sociedade quanto para a palestina e para a opinião pública internacional uma versão oficial completamente distinta da realidade descrita nos relatórios de direitos humanos, transferindo a responsabilidade pela destruição e mortes. No “aniversário” de três anos da Chumbo Fundido, o chefe do Estado maior das FDI a descreveu como uma “excelente operação”, que foi “[...] executada de uma maneira profissional e determinada e fortaleceu significativamente a capacidade de dissuasão de Israel.”, portanto deveria inspirar um novo ataque “rápido e doloroso” quando as condições forem propícias (HAREL, 2011; 2012). O sucesso das consequências da “Doutrina Dahiyya” também foi reiterado em julho de 2012, quando um alto oficial das FDI aventou a possibilidade de mais uma guerra contra o Líbano, durante a qual o “[...] relatório Goldstone será insignificante em comparação ao que será feito aqui. A próxima guerra será diferente [...] e o dano será enorme.” (COHEN, 2012). Paralelamente, vale lembrar que o governo israelense endureceu a censura contra ONGs cujos relatórios sustentaram as conclusões de Goldstone e que o “novo código de ética das FDI” amplia a definição de “terrorismo”, incluindo nesta categoria mesmo ataques contra militares israelenses, e assim sustenta as narrativas oficiais israelenses. Dessa forma, ataques contra áreas civis e demolições massivas, e mesmo disparos contra palestinos desarmados, podem ser justificados como meios de garantir maior proteção aos combatentes israelenses, permitindo a retirada impune de vidas. Assim, tal qual no tocante à aparente irresponsabilidade governamental diante da multiplicação das colônias (WEIZMAN, 2007), a manutenção das “regras de engajamento flexíveis” - associadas ao “novo código de ética” e à vigência da impunidade sistemática - serve para criar noções ambíguas, generalizantes, que permitem a prática do terror (com o objetivo de punir toda a população e desarticular vínculos de solidariedade com a resistência palestina), transferindo às vítimas a responsabilidade.

Em suma, a exceção legal denunciada nos vários relatórios, especialmente nos da Yesh Din é a garantia necessária para a duradoura vigência da “Muralha de Ferro”, com sua inerente prática de terrorismo, mais evidente em sua manifestação mais recente, a Doutrina Dahiyya. A impunidade permite associar os territórios ao conceito de *campo* e sua população ao *homo sacer* agambeano (ou às “linhas abissais” de Santos), com os conceitos de “terrorismo repressivo” e “prática social genocida” contribuindo para a compreensão das práticas israelenses nos TPO, não obstante suas especificidades. À ampla difusão e enraizamento da impunidade de colonos e membros das FDI corresponde a vulnerabilidade das vidas e propriedades palestinas e a negativa e o acobertamento oficial da situação pelo governo israelense, que define como excepcionais e promete punir o que em verdade são crimes corriqueiros, quando um ou outro fura o cerco e se torna amplamente conhecido pela opinião pública. Lembremos da Yesh Din (2008a): vigoram “conspirações de silêncio” dentro das próprias FDI sobre esses crimes e as “exceções” são as investigações efetivas e punições proporcionais.

5. Conclusão

A contraposição da bibliografia entre si e com os relatórios de direitos humanos e humanitários permite constatar a longa vigência da desproteção legal e vulnerabilidade efetiva dos corpos e propriedades palestinas. Os autores mencionados ao longo da tese têm consenso ao apontar a *vida nua* dos palestinos, expostos à violência exercida pelo soberano nos TPO, uns recorrendo às categorias agambeanas outros não. A documentação trabalhada sustenta tal afirmativa. Claro, há divergências internas, mais na bibliografia do que nas fontes, estas que na maior parte do tempo se atêm a afirmações pontuais sobre a violação ou não de determinados direitos. No cerne do debate sobre a vulnerabilidade palestina está a questão da judicialização da ocupação e a suposta proteção legal por ela garantida. A vigência dos RED na Cisjordânia e Gaza desde 1967 ao mesmo tempo em que permitiu a manutenção de uma fachada de legalidade, com o funcionamento de cortes de apelo e vigência da ACJ, possibilitou o exercício de repressão desmedida, normatizando dispositivos de exceção utilizados como forma de punição individual ou coletiva (prisões em massa, ordens de restrição, maus-tratos e tortura sistematizados, detenções administrativas, fechamentos, toques de recolher, deportações, demolições punitivas, censura). Assim, medidas de exceção expondo a população ocupada ao poder soberano foram incluídas no ordenamento e tornadas a regra, como forma de punição e controle. Logo, de 1967 em diante milhares de palestinos foram desapropriados, violentados, mortos e submetidos a prisões e restrições arbitrárias, sendo humilhados, torturados e julgados em cortes militares onde não vigoraram princípios básicos da “ampla defesa” e “julgamento justo”.

Essa “inclusão excludente” da vida no ordenamento demanda cautela diante das afirmativas quanto à “judicialização” da ocupação até pelo menos o início da Segunda Intifada, quando há consenso em afirmar que se sobressaiu a retirada da lei e a vigência da exceção legal. Não obstante, a recorrência a medidas extralegais remonta ao período anterior à ocupação, caracterizando-a desde o início. É o caso da sistematização da tortura, acompanhada de um aparato de negação e impunidade denunciado desde os anos 1970, denotando a existência de “buracos negros legais” ou “zonas de sombra” nas quais a repressão israelense operou com o consentimento e envolvimento governamental e sem o aval inicial do judiciário, até sua própria legalização nos anos 1980 como “pressão física moderada” ou “aumentada”, sendo as “diretrizes secretas” de interrogatório do SGS mantidas sigilosas pela ACJ. Paralelamente, também na fase

inicial da ocupação ou mesmo antes, as autoridades cancelaram e acobertaram execuções extrajudiciais de guerrilheiros e lideranças (em Israel, nos TPO ou no exterior) e operações punitivas contra civis – a exemplo das ações da Unidade 101 em consonância com a doutrina da “Muralha de Ferro” –, o que se generalizou da Primeira Intifada em diante juntamente com a maior permissividade das regras de disparo com munições letais contra manifestantes, o que provocou um aumento significativo da mortandade. Assim, desde um primeiro momento, o soberano ora recorreu às medidas de exceção institucionalizadas ora a expedientes extraleais, agindo em uma zona cinzenta entre o legal e o ilegal onde a vida se tornou “nua” ou matável impunemente. A possibilidade de ignorar o ordenamento e sua concretização, ainda que de forma pontual, fragilizam a tese da “judicialização” da ocupação, que sugere a restrição da repressão a balizas legais, quando estas próprias incluíram a exceção na lei (vide sua natureza “emergencial de defesa”) e foram suspensas quando necessário, prevalecendo então a “alegalidade” típica dos territórios situados para “lá das linhas abissais” (SANTOS, 2010). Apropriando-se das reflexões de Agamben, parece mais pertinente falar em “judicialização da exceção”, *campo* e *homo sacer*. Assim que, a vida foi tornada nua nos TPO e retirada, restringida ou deliberadamente deixada perecer, violentada de forma cada vez mais constante em situações ambíguas, liminares.

Contrapondo-se fontes e bibliografia cabe destacar a maior precisão de Neve Gordon (2008) em relação a Hajjar, não somente ao recortar a ocupação em pelo menos cinco fases, divididas em dois paradigmas, mas também ao falar em três modos de controle (disciplinar, biopolítico e soberano) aplicados não de forma exclusiva em cada momento, mas simultaneamente variando a intensidade e frequência. Assim, ainda que Gordon associe as categorias agambeanas à ocupação somente no novo milênio, seus apontamentos possibilitam compreender a ocasional suspensão da lei e a inclusão da exceção no ordenamento até então, quando a retirada impune de vidas passou ao primeiro plano (mas não foi inaugurada) sem prescindir dos anteriores dispositivos biopolíticos e disciplinares (ou aparatos normatizados/judicializados). Assim, o que para Hajjar (2005) é a “retirada da lei” no novo milênio – ainda que ela mencione o uso anterior de medidas de exceção, sobretudo durante a Primeira Intifada - para Gordon é tão somente a generalização das medidas de exceção, antes aplicadas a lideranças e guerrilheiros e agora utilizadas contra a população palestina como um todo.

Por outro lado, a despeito do esforço de relativização de Gordon, a longa vigência da impunidade nos TPO mencionadas pela documentação e bibliografia,

necessariamente, leva-nos a questionar mesmo a marginalidade e pontualidade da exceção legal até a eclosão da Intifada de al-Aqsa. A questão foi denunciada desde pelo menos a comissão Karp, no início dos anos 1980, ela mesma formada a partir da pressão de extratos da sociedade, já incomodados com a situação. A AI passou a demandar desde os anos 1970 o estabelecimento de uma comissão de inquérito independente para apurar as denúncias de tortura, contestando a capacidade dos mecanismos então vigentes. Do final dos anos 1980 em diante entrou em pauta a impunidade generalizada da violência contra palestinos (brutalidade policial, punições coletivas e assassinatos extrajudiciais). Portanto, concretamente, a vida já esteve “nua” mesmo antes da Primeira Intifada, com investigações ineficazes alimentando a impunidade e esta a continuidade da violência, ainda que a estratégia tenha sido “invisibilizar” a ocupação. Diferenciando-se de qualquer outra situação no globo, ainda nos anos 1990, tal como fizeram com a tortura anteriormente os governos israelenses deixaram de negar contundentemente as “execuções extrajudiciais”, passando a justificá-las. O parágrafo 1896 do Goldstone Report (2009, p. 408) é elucidativo, assim como um trecho citado na sequência do Centro Palestino por Direitos Humanos:

Os relatos de violência mais severa durante as recentes operações militares não obscureceram o fato de que o conceito de 'normalidade' na Faixa de Gaza tem sido redefinido há muito tempo devido à situação prolongada de abuso e falta de proteção, derivada de uma ocupação que já dura décadas (GOLDSTONE REPORT, 2009, p. 408).

A abordagem e a análise da comissão [israelense], e sua recomendação de que nenhum procedimento criminal seja iniciado, ilustram claramente o desejo israelense de proteger da justiça todos os supostos criminosos de guerra [...] nenhuma investigação criminal efetiva foi conduzida em Israel [...] As autoridades judiciais militares] têm abusado da lei, a fim de fornecer uma ilusão de rigor investigativo, enquanto protegem amplamente os acusados da justiça [...] O Centro Palestino para Direitos Humanos acredita que essa institucionalização da impunidade é um componente central e duradouro da política israelense (PALESTINIAN CENTRE FOR HUMAN RIGHTS, 2011).

Tais excertos reforçam a tese de Gordon quanto à mudança dos paradigmas da ocupação (da “vida” para a “segregação e morte”), com a generalização da impunidade, que também encontra sustentação na categoria de “conflito armado quase guerra” (que justificou a não abertura automática de investigações de mortes de civis durante operações militares) e na definição de Gaza como “entidade hostil” e “desocupada”, com Israel abdicando de qualquer responsabilidade internacional como potência ocupante, despidendo sua população de sua última camada de proteção. O dispositivo mais flagrante da exceção é o bloqueio punitivo do território, mantendo sua sociedade

deliberadamente “à beira de uma catástrofe humanitária” e reduzida à dependência de ajuda internacional humanitária para subsistir. Quanto às operações militares a partir de 2005 (vitimando sobretudo civis e suas propriedades e infraestrutura) são paradigmáticas. Seguramente, como aponta Darryl Li (2006), Gaza se apresenta como “laboratório da ocupação” ou seu estágio mais avançado no sentido de refinamento das técnicas de gestão e controle populacional com o mínimo de responsabilidade, que é justamente a suspensão permanente da lei, reduzindo o território como um todo à condição agambeana de *campo* (onde “tudo é possível”) e sua população à vida nua ou *homo sacer*, mortos sem qualquer repercussão.

É justamente a longa vigência da impunidade que permitiu a manutenção da Muralha de Ferro e de sua derivação, a Doutrina Dahiyya, enquanto diretriz da política nacional de segurança e defesa baseada em demonstrações de força indiscriminadas e desproporcionais, com intuitos dissuasivos, que pode ser interpretada como uma duradoura prática de “terrorismo repressivo” ou “prática social genocida” objetivando consumir um projeto eminentemente colonial, que implica desde o final do século XIX na negação do outro. Já alertou o ideólogo da Muralha ainda nos anos 1920 que, para consolidar o Estado judeu seria necessário eliminar a resistência da população local, pois nenhum povo nativo jamais consentiu com a colonização e perda de seu território. Ao menos Jabotinsky teve a decência de reconhecer que o uso constante e abusivo da “força colonial” é indispensável ao sionismo.

É esse outro colonial, cuja existência é negada, esvaziada de narrativa e humanidade, que continua a perder suas vidas e terras, que estão dissociadas no próprio discurso utilizado por Israel para justificar a “administração” e colonização de “Judea e Samaria”, ao invés da “ocupação” da Cisjordânia e “guettonização” de Gaza. Isso tudo ainda ocorre um século depois da negação inicial, que foi o endossamento da Declaração Balfour pelo Mandato Britânico, comprometendo-se com a criação do “Lar nacional judaico” na Palestina, pois em última instância estava a “terra vazia”. O ápice da negação é o controle à distância exercido sobre Gaza após o desengajamento, que está hermeticamente fechada, controlada até na quantidade média de calorias disponíveis à população, mas foi oficialmente “desocupada” (ou melhor, deixada de ser “administrada”) em 2005. Sobretudo ali a impunidade garante a continuidade da “Muralha de Ferro”, “terrorismo estatal” ou “prática social genocida”, viabilizando a duradoura “engenharia social” (ou “judaização do território” e supressão da resistência a ela, como quer Yiftachel). Na Cisjordânia, a “política de gatilho feliz” (AMNESTY

INTERNATIONAL, 2014e) é mantida pela impunidade, que por sua vez garante a aplicação da Muralha de Ferro, com sua versão atual, a “Doutrina Dahiyya” como “terrorismo repressivo” ou “prática social genocida”. Ao mesmo tempo em que negam que crimes tenham sido cometidos, as autoridades se evadem de qualquer responsabilidade e protegem seus comandados. Tal é com a desapropriação e colonização, tal é com a violência sobre os corpos.

Estando tal doutrina em conflito com o DIDH, mais especificamente com as leis de guerra (DIH), a imposição da violência indiscriminada e desproporcional como dissuasão não pode ocorrer de forma declarada, demandando uma “fachada democrática”. Diferentes dispositivos foram utilizados desde a fundação de Israel por seus governos para escaparem da responsabilidade internacional, a exemplo do controle da escalada da violência de forma a justificar o uso de força militar como suposta “autodefesa”, atendendo com isso a objetivos políticos. Trata-se de um sistemático e longo “terrorismo estatal”. Há diferentes hipóteses quanto aos meios empregados para a efetivação de seus objetivos, que não podem ser assumidos para não implicar na responsabilização do alto-escalão, destacando-se tanto ordens dispersas, quanto a manutenção da ineficácia das investigações e de uma situação generalizada de ausência de regras, ou diretrizes pouco claras e lenientes, possibilitando a qualquer um justificar qualquer ataque. O mais provável é que, tal qual a construção dos “postos avançados” (aparentemente criados por grupos fora de controle), a prática do terror tenha sido terceirizada aos colonos e unidades militares por meio da manutenção de regulamentos ambíguos (“novo código de ética”) ou mesmo de ordens diretas esporádicas, mas sobretudo impunidade generalizada, atendendo ao objetivo político de desarticular a resistência enquanto avança a colonização. De todo modo, como todos são soberanos sobre a vida dos palestinos e a exceção legal é a regra, está difundida a possibilidade de se dar vazão a manifestações racistas e ao ódio étnico, como atestam tantos depoimentos coletados pela Breaking the Silence. A AI (1993a; 1993b) já advertiu para a dificuldade em se detectar o envolvimento governamental em “mortes políticas” devido a “estratégias de ocultação”. Ao menos nos TPO a repetição de fatos e a impunidade generalizada denunciada pelos relatórios constituem fortes indícios, minando a sustentação da “fachada democrática”, que por sua vez reage censurando as ONGs.

Uma observação mais cautelosa e o levantamento de questionamentos precisos colocam por terra os argumentos oficiais israelenses, revelando sua falácia. Fato é que, suas hipóteses só conseguem se fundamentar na documentação oficial, pois precisam

descartar as óbvias evidências presentes nos relatórios críticos (inclusive, seria esse o motivo da frequente proibição de acesso aos TPO de monitores independentes?). Para os governos israelenses e as FDI, o terror causado por suas forças não é um objetivo tácito do alto-escalão, mas decorre de “efeitos colaterais”, pois a resistência palestina opera em centros urbanos densamente povoados. Mas, por que, apesar disso, o uso de armas de altíssima precisão como os drones provocam enormes danos a civis e a suas propriedades? Se Israel tem armas precisas e cápsulas de fumaça não letal para proteger e ocultar o deslocamento de suas tropas e acertar alvos específicos mesmo em zonas residências, por que as FDI supostamente somente para gerar uma cortina de fumaça utilizam munições com fósforo branco de efeito abrangente, que em contato com a pele provoca queimaduras de terceiro grau e, não raro, a morte? Por que apesar da monitoria constante e precisa de Gaza a partir dos recursos mais tecnológicos possíveis e da enorme capacidade das forças armadas israelenses discernirem detalhes no solo por meio de drones (caso de um comando palestino disfarçado, que foi descoberto por portar armas não utilizadas pelas FDI), constantemente ocorrem execuções extrajudiciais em zonas de trânsito intenso, provocando danos colaterais? Seguramente os alvos foram identificados muito antes, mas só ali executados, justamente onde provocariam maiores efeitos em transeuntes. Por fim, se a impunidade sistemática decorre de falta de condições de implementar a lei nos TPO, como o sistema apresenta enorme eficácia quando o infrator é palestino ou se trata de contravenções como furto?

Apesar de seu caráter demasiado generalista e estruturalista, como a divisão dura da sociedade israelense em três etnoclasses, o conceito de etnocracia (YIFTACHEL, 2006) é fundamental para a compreensão dos fatos e relatórios (inclusive os oficiais israelenses) e da especificidade local da vulnerabilidade palestina, compreensível como *vida nua*, *campo* e *homo sacer*. O sistema judicial israelense, se garante uma margem de resistência legalista, como fator de “etnicização” ou base da etnocracia permite seu objetivo último de “judaização” do território disputado e está diretamente vinculado à manutenção da “fachada democrática”, pré-requisito de qualquer Estado para manter certa legitimidade internacional. Da mesma forma, as forças armadas se constituem em base da etnocracia e fator “etnicizante”, que avança na conquista dos territórios disputados. Responsáveis pela aplicação da lei nos TPO, garantem a “judaização” mantendo a impunidade generalizada dos crimes contra palestinos e suas propriedades palestinas e operando o terrorismo estatal para suprimir a resistência palestina. Se conforme o DIH, Israel como soberano nos TPO deve garantir a aplicação da lei

(inclusive evitar a colonização e a grilagem de terras) e proteger a população ocupada, os relatórios e a bibliografia apontam justamente o oposto: a mobilização da lei e sua suspensão quando necessário para se apropriar do território disputado. A maior evidência da sistematização das violações e da impunidade é a transferência de poderes de polícia e de aplicação da lei para os próprios colonos, fazendo com que a própria expressão “aplicar a lei” perca “qualquer significado real” (YESH DIN, 2014b, p. 49).

De todo modo, por que deveríamos acreditar que, em um conflito étnico, as instituições estatais aparelhadas por um dos grupos contendores irão funcionar em conformidade com padrões internacionais ao invés de servir a seus interesses étnicos? Afinal, as instituições são operadas por indivíduos, e não máquinas. Quando as ONGs apresentam a questão da impunidade generalizada e das investigações ineficazes, é óbvio que cada caso dá margem para várias contestações se observados individualmente. Mas, a própria Yesh Din (2011) aponta que, se não pode assegurar com exatidão a precisão de seus argumentos para cada caso, a profusão das evidências denota a veracidade de suas constatações acerca da impunidade generalizada. Defeitos sistemáticos comprometem os resultados finais das investigações, sendo a manutenção dos obstáculos para a aplicação da lei resultado de decisões conscientes, e não desafios incontornáveis e frutos do acaso. Desse modo, a análise quantitativa e qualitativa do conjunto somada à análise de casos específicos e à bibliografia revela a redução dos palestinos à condição de *homo sacer* nos TPO, sendo estes espaços institucionalizados da exceção legal (*campo*). A conclusão geral da Yesh Din de que prevalece a impunidade nos TPO, reiterada em cada relatório, está em consonância com as constatações de outras entidades, que também destacam a prevalência da exceção legal em Gaza e na Cisjordânia. A AI que desde os anos 1970 questiona a não investigação efetiva das denúncias de tortura e, depois, mortes ilegais, o que foi reconhecido pela Comissão Karp, em 1982, porém nunca modificado. Em ao menos três relatórios, a HRW (1990; 1993; 2005), que assim como a AI é acusada por parte da bibliografia de subserviência aos interesses do “império” e de seus satélites, foi assertiva quanto à prevalência de uma “cultura da impunidade” nos TPO e de uma política de mortes ilegais. Não suficiente, em sua relatoria periódica e por país, em 2014, o guardião do Pacto de Direitos Civis e Políticos questionou o autoindulgente relatório israelense e criticou a impunidade.

Nos TPO, a desumanização de toda uma população acompanhada de sua desapropriação e retirada impune de vidas segue a mesma lógica dos genocídios e

limpezas étnicas contemporâneas, mas desperta muito menos críticas, sendo aceito inclusive por setores acadêmicos o discurso hegemônico de se tratar de um “conflito de direitos”, quando não do direito israelense de autodefesa contra o terror palestino. Fato é que, a colonização dos TPO ganhou tamanho apoio na sociedade israelense, que a proposta de retirada e descolonização (ainda que ambígua) culminou no assassinato de um primeiro-ministro, servindo de dura lição a seus sucessores, muitos dos quais sequer concordam com a coexistência de Israel com um Estado palestino soberano, preferindo a manutenção de “palestinistãos” semiautônomos e, se possível, a “transferência” dos “árabes israelenses” ou “palestinos de 1948”.

Inserindo-as no contexto global, as sistemáticas violações israelenses do DIH e DIDH são muito perigosas para a manutenção da arquitetura protetiva internacional, pois seus governos ao invés de negarem aberta e afrontosamente essa legislação tentam “domesticá-la” e apresentar uma versão alternativa, o que tem significado a normatização de um estado de exceção permanente sob uma “fachada democrática”, que busca esvaziar o sentido da proteção humana. Tal fachada torna o apartheid e terrorismo estatal israelense muito mais perigosos que a versão sul-africana, felizmente já superada (ainda que em partes). Enquanto Israel não for obrigado a respeitar os direitos humanos e humanitários em sua totalidade estes estarão em perigo, ainda mais porque o país ganhou um aliado de peso a partir de 11 de Setembro de 2001, ambos sequer reconhecendo o TPI e buscando, gradativamente, alterar o DIH, como na legalização dos sequestros (“combatentes ilegais”), transferências ilícitas de detidos e tortura.

Devemos admitir que, a compreensão mais acabada da exceção legal nos TPO requer o estudo minucioso dos aparatos criados por Israel para permitir a constante violação do direito à propriedade, a despeito de toda a proteção internacional e condenação da colonização. A vulnerabilidade da “terra palestina”, exposta ao apetite insaciável do sionismo, guarda lições valiosas para compreendermos sua “vida nua”. Ainda que tal tema tenha sido pontuado ao longo da presente tese, sua abordagem sistemática requer um estudo à parte, ao qual pretendemos nos dedicar em breve.

Por fim, diante de tudo que foi até aqui exposto, cabe reiterar uma crítica feita no segundo capítulo aos relatórios escritos por diferentes ONGs locais e internacionais. Se eles constituem fonte valiosíssima para a compreensão da realidade dos TPO, acabam também por – assim como a tese da “judicialização” – reforçar a “fachada democrática” da etnocracia israelense, sobretudo ao fazerem recomendações ao governo, como se as violações estivessem ocorrendo a sua revelia, e não sob suas ordens ou, no mínimo,

convivência por meio da manutenção de um aparente “caos administrativo” e ações isoladas e incontroláveis de sujeitos (WEIZMAN, 2007). Embora identifiquem como origem das violações a ocupação e a colonização israelense, não criticam o próprio paradigma de Estado nacional como mantenedor do conflito e das tensões, o que fica óbvio diante da quase sexagenária negação do “direito de retorno” dos refugiados palestinos, de 1948, em nome da manutenção de Israel como “Estado judeu”. Constituindo-se em exceção, nas observações finais de sua revisão periódica do relatório enviado por Israel o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU alertou que “A excessiva insistência de que Israel é um ‘Estado judeu’ fomenta a discriminação e relega aos cidadãos não judeus a condição de cidadãos de segunda classe.” (COCCONI, 2010, p. 82). Por outro lado, mesmo os relatórios de grupos suspeitos de alinhamento com os discursos de poder (HRW e a AI) contêm críticas contundentes à engenharia social israelense, que por si só fundamentam as hipóteses aqui defendidas desde que retirada certa camada “legitimadora” e “ideologizadora”, como equiparar as violações dos grupos palestinos àsquelas do Estado israelense, em si o mantenedor do conflito e da necessidade de haver uma resistência palestina para assegurar o direito à autodeterminação, pilar dos demais direitos humanos.

Talvez, não haja saída a não ser um Estado multinacional que, ao invés de alimentar narrativas excludentes e promover ainda mais iniquidades, elabore ações afirmativas para reparar as injustiças históricas e mantenha valores e símbolos que valorizem todas as etnias presentes no território, estimulando sua convivência e superação das memórias coletivas conflitivas. A engenharia avançou tanto no último século, que permite a construção de enormes edifícios, abrigando tanto os antigos refugiados quanto os mais novos moradores de um mesmo território. Ademais, os direitos humanos, não obstante seu orientalismo, provocaram transformações indeléveis nas constituições e valores ao redor do globo, promovendo uma base fundamental para a paz e convivência das nações, muito mais segura do que os “direitos étnicos” exclusivistas. Contudo, a edificação de sociedades pós-coloniais não é tarefa simples, e requer etapas e vontade política de superação. De todo modo, não há mais muito que perder, haja vista que desde sua origem a solução de “partilha” mostrou sua inviabilidade, sendo imposta contra a vontade da população palestina e desde então ampliando as injustiças. Subscrevemos a frase de Boaventura de Sousa Santos (2014) quanto ao Estado israelense: “Criá-lo foi ato desumano de colonialismo. Extinto como

Estado judaico pode dar lugar a um país plurinacional e secular, onde judeus e palestinos convivam pacífica e dignamente.”.

Lamentavelmente, os fatos na Palestina/Israel demonstram que Bauman estava certíssimo quando afirmou que “[...] nenhuma das condições que tornaram Auschwitz possível realmente desapareceu e nenhuma medida efetiva foi tomada para evitar que tais possibilidades e princípios gerem catástrofes semelhantes.”. Sendo os TPO territórios disputados e seu soberano uma etnocracia, temos uma nova combinação de elementos comuns à modernidade (desumanização, controle populacional e biopolítico, exceção legal sedimentada, etc.), que ensejam a barbárie. Esperamos ter contribuído para desvelar suas especificidades, sem perder de vista o que a torna parte da “face obscura da civilização” ou do “lado sombrio da modernidade”, não sendo por isso menos atroz, menos desafiadora e menos urgente de ser enfrentada por aqueles que, efetivamente, lutam pela identificação dos seres humanos como humanos e ponto, independentemente de quaisquer outras identidades que possam tornar uns mais humanos que outros, tais como os porcos orwelianos. Assim que, o conflito e sua falta de resolução indiciam algo muito maior, a incapacidade do paradigma de Estado nacional como garantidor da dignidade humana, pois conserva nem de forma tão recôndita assim um enorme potencial de promover a barbárie em nome das “cidades perfeitas”. Se a globalização e o neoliberalismo avançaram na derrubada das fronteiras – ainda que de forma a privilegiar os centros do capitalismo e permitir tão somente o fluxo de bens, serviços e capitais, preferencialmente do centro para as periferias -, cabe à concepção da dignidade humana como “mínimo ético indispensável” e a seus órgãos e mecanismos garantidores se sobreponem efetivamente à soberania estatal, afirmando de fato (e não como novo discurso de poder do “sistema mundo moderno”) o “poder dos direitos” no lugar dos “direitos de poder” e derrubando o sistema westfaliano, de enorme potencial genocida.

Oxalá, um dia, tanto a violência e discriminação sistemáticas na Palestina/Israel quanto no Brasil e em qualquer outro rincão pertençam ao lixo da história, com o anjo benjaminiano finalmente fechando suas asas e voltando sua face a um futuro mais promissor. Então, não sobrarão classe sobre classe, etnia sobre etnia, gênero sobre gênero, pois todos seremos iguais, identificados meramente por nossa humanidade. Eis a tarefa desempenhada por várias gerações que nos precederam, que cabe a nós dar continuidade e para a qual espero ter de alguma forma contribuído com a presente tese. Paz, *salam* ou *shalom*, só como fruto da justiça!

Referências bibliográficas²

Livros

- ABDEL-MALEK, Anouar. *La pensée politique arabe contemporaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.
- ABUNIMAH, Ali. *One country: A bold proposal to end the Israeli-Palestinian impasse*. New York: Metropolitan books/Henry Holt and Company, 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- ALI, Tariq. *Confronto de fundamentalismos*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Eichmman em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ASHTON, Nigel J. *The Cold War in the Middle East. Regional conflict and the superpowers 1967–73*. New York: Routledge, 2007.
- ARRIGONI, Vittorio. *Gaza, stay human*. Markfield (UK): Kube Publishing Ltd., 2010.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BEINART, Peter. *The crisis of zionism*. New York: Henry Holt and Company, LLC., 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas, volume um. Magia e técnica, arte e política. ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOUSSOIS, Sébastien. *Israël confronté a son passé*. Paris: L’Harmattan, 2008.
- CHOMSKY, Noam. *Piratas e imperadores: antigos e modernos: o terrorismo internacional no mundo real*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CLEVELAND, William C.; BUNTON, Martin. *A history of Modern Middle East*. Philadelphia: Westview Press, 2009.
- COCONI, Luciana. *Apartheid contra el pueblo palestino*. Madrid: Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, 2010.
- COMPARATO, Fabio K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- DRAPER, Hal. *Zionism, Israel & the Arabs*. Alameda (California): Center for socialist history, 1997.
- DUSSEL, Enrique. *Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- FALK, Richard. *Achieving human rights*. New York: Routledge, 2009.
- FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

² De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

FIELDHOUSE, D. K. *Western Imperialism in the Middle East: 1914-1958*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

FEIERSTEIN, Daniel. *El genocidio como práctica social: entre el nazismo y la experiencia argentina*. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

FINKELSTEIN, Norman G. *This time we went too far. Truth and consequences of the Gaza invasion*. New York: Or books, 2010.

FISK, Robert. *Pobre Nação: as Guerras do Líbano no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRATTINI, Eric. *Mossad: os carrascos do Kidon*. São Paulo: Seoman, 2014.

GATTAZ, André C. *A Guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à nova Intifada*. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

GELVIN, James L. *Divided Loyalties: Nationalism and Mass Politics in Syria at the Close of Empire*. London: University of California Press, 1998.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. *O Estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico*. São Paulo: EDUSP, 2008.

GILBERT, Mads; FOSSE, Erik. *Eyes in Gaza*. London: Quartet Books Limited, 2010.

GORDON, Neve. *Israel's occupation*. Los Angeles: University of California Press, Ltd., 2008.

GORNY, Yosef. *Zionism and the arabs, 1882-1948. A study of ideology*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

GUERRA, Sidney. *Direito internacional dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2011.

HALLIDAY, Fred. *The Middle East in International Relations. Power, politics and ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HOBSBAWM, E. J. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998a.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O pensamento árabe na Era Liberal: 1798-1939*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos. Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KAUFMAN, Asher. *Reviving Phoenicia: in search of identity in Lebanon*. London: I. B. Tauris & Co ltd, 2004.

KHOURY, Philip S. *Urban notables and arab nationalism: the politics of Damascus 1860-1920*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KLEIN, Menachem. *The shift: Israel-Palestine from border struggle to ethnic conflict*. New York: Columbia University Press, 2010.

KRETZMER, David. *The Occupation of Justice: The Supreme Court of Israel and the Occupied Territories*. Albany: SUNY Press, 2002.

LAOR, Yitzhak. *Las falacias del sionismo progressista*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2012.

- LENIN, Vladimir I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Afla-ômega, 1979.
- LEVY, Gideon. The punishment of Gaza. New York: Verso, 2010.
- LOSURDO, Domenico. A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense. Tradução Jaime A. Clasen. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MAOZ, Zeev. Defending the Holy Land: a critical analysis of Israel's security and foreign policy. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2009.
- MARCUSE, Herbert. Eros e civilização. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.
- MARTEU, Elisabeth (ed.). Civil organizations and protest movements in Israel. Mobilization around the Israeli-Palestinian conflict. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- MASALHA, Nur. Expulsión de los palestinos. El concepto de "transferencia" en el pensamiento político sionista, 1882-1948. Buenos Aires: Editorial Canaán, 2008.
- _____. Imperial Israel and the Palestinians : the politics of expansion. London: Pluto Press, 2000.
- MENACHEM, Nahum. Israël: tensions et discriminations communautaires. Paris: L'Harmattan, 1986.
- MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.
- MEYER, Hajo G. The end of Judaism. An ethical tradition betrayed. Middletown (Delaware, EUA): GMB, 2007.
- MEYERS, Karl E.; BRYSAK, Sharren B. Kingmakers: the invention of the modern Middle East. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2008
- NIMNI, Ephraim (ed.). The challenge of post-zionism. London: Zed Books ltd., 2003.
- PAPPE, Ilan. The ethnic cleansing of Palestine. Oxford: Oneworld Publications, 2008.
- PAYES, Shany. Palestinian NGOs in Israel: the politics of civil society. New York: St. Martin's Press, 2005.
- PINSKY, Jaime. Origens do nacionalismo judaico. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- RABKIN, Yakov. M. Judeus contra judeus: a história da oposição judaica ao sionismo. Cotia: Acatu, 2009.
- RAMOS, André de Carvalho. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- RAZOUX, Pierre. Tsahal: nouvelle histoire de l'armée israélienne. Paris: Perrin, 2006.
- RUBENSTEIN, Richard L. The Cunning of History. Nova York: Harper, 1978.
- RUDÉ, George. Ideologia e protesto popular. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. Peace and its descontents: Essays on Palestine in the Middle East Peace Process. New York: Vintage Books, 1996.
- _____. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. The end of the Peace process: Oslo and after. New York: Vintage Books, 2001.

- _____. The politics of dispossession: The struggle for Palestinian self-determination. 1969-1994. New York: Vintage Books, 1995.
- _____. The Question of Palestine. New York: Vintage Books, 1992.
- SAHD, Fabio Bacila. Oriente Médio desmistificado: fundamentalismo, terrorismo e barbárie. Curitiba: Editora CRV, 2010.
- _____. Sionismo, modernidade e barbárie: vida e morte na Faixa de Gaza. Curitiba: Editora Graciosa, 2012.
- SCHOENMAN, Ralph. A história oculta do sionismo. A verdadeira história da formação do Estado de Israel. São Paulo: Sundermann, 2008.
- SHEHADEH, Raja; KUTTAB, Jonathan (ed.). The West Bank and the Rule of the Law. Genebra: The International Commission of Jurists/Law in the Service of Man: 1980.
- SHELEF, Nadav G. Evolving nationalism: homeland, identity and religion in Israel, 1925-2005. Ithaca: Cornell University Press, 2010.
- SHLAIM, Avi. A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.
- SIEFFERT, Denis. La nouvelle guerre médiatique israélienne. Paris: La Découverte, 2009.
- SILVA, José Albuquerque e. As Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo. 2ª edição. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- SUZMAN, Mark. Ethnic nationalism and state power: the rise of Irish nationalism, Afrikaner nationalism and zionism. New York: St. Martin's press, inc., 1999.
- TODOROV, Tzvetan. O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- TRABOULSI, Fawwaz. A history of Modern Lebanon. Londres: Pluto Press, 2007.
- VIDAL, Dominique; ALGAZY, Joseph. Le péché originel d'Israël. L'expulsion des palestiniens revisitée par les "nouveaux historiens" israéliens. Paris: Les Éditions de l'Atelier/ Les Éditions Ouvrières, 1998.
- VISACRO, Alessandro. Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.
- YAMAK, Labib Zuwiyya. The Syrian Social Nationalist Party: an ideological analysis. Cambridge: Harvard University Press, 1969.
- YIFTACHEL, Oren. Ethnocracy. Land and identity politics in Israel/Palestine. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O universalismo europeu: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WEIL, Josef (org.). O Oriente Médio na perspectiva marxista. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- WEIZMAN, Eyal. Hollow Land: Israel's architecture of occupation. London: Verso, 2007.
- WILKINSON, Paul. Terrorismo político. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova s.a., 1979.
- ZAVERUCHA, Jorge. Armadilha em Gaza. Fundamentalismo islâmico e guerra de propaganda contra Israel. São Paulo: Geração Editorial, 2010.
- ZERTAL, Idith; ELDAR, Akiva. Lords of the land: The war over Israel's settlements in the Occupied Territories, 1967-2007. New York: Nation Books, 2007.
- ZIN, Hérnan. Lluve sobre Gaza. Vida y muerte en tierra sitiada. Buenos Aires: Ediciones B, 2007.

ZIZEK, Slavoj. Bem-vindo ao deserto do real!: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

Capítulos de livro

CHOMSKY, Noam. “Exterminate all the Brutes”: Gaza, 2009. In: BARAT, Frank (ed.). Gaza in crisis: reflections on Israel’s war against the palestinians. Chicago: Haymarket Books, 2010.

FALK, Richard. Introduction: Legality and Legitimacy: Necessities and Problematics of Exceptionalism. In: JUERGENSMEYER, Mark; FALK, Richard; POPOVSKI, Vesselin (ed.). Legality and Legitimacy in Global Affairs. New York: Oxford University Press, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

KHALFA, David. After the Gaza withdrawal: the settlers struggle over the meaning of the Israeli national identity. In: MARTEU, Elisabeth (ed.). Civil organizations and protest movements in Israel. Mobilization around the Israeli-Palestinian conflict. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

KIMMERLING, Baruch. Boundaries and frontiers of the Israeli control system: analytical conclusions. In: _____ (ed.). The Israeli state and society: boundaries and frontiers. Albany: State University of New York Press, 1989.

KRETZMER, David. Human rights. In: COHEN-ALMAGOR, Raphael (ed.). Israeli democracy at the crossroads. London/New York: Routledge, 2005.

LEIBOWITZ, Yeshayahu (1977). Occupation and terror. In: GOLDMAN, Eliezer. Judaism, human values and the Jewish State. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

_____. Forty years after (1988). In: GOLDMAN, Eliezer. Judaism, human values and the Jewish State. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

LAMARCHE, Karine. Political activism and legitimacy in Israel: Four groups between cooperation and transgression. In: MARTEU, Elisabeth (ed.). Civil organizations and protest movements in Israel. Mobilization around the Israeli-Palestinian conflict. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

LEVY, Gideon. Muerte en un cementerio. Jerusalem: Ha’aretz, 2004. In: RAMIREZ, Roberto. Palestina: 60 años de ‘limpieza étnica’. Buenos Aires: Ediciones Antídoto – Gallo Rojo, 2009.

LI, Darryl. The Gaza Strips as Laboratory: Notes in the Wake of Disengagement. Journal of Palestine Studies, vol. XXXV, nº. 2, 2006.

LOSURDO, Domenico. O sionismo e a tragédia do povo palestino. 2001. In: BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia; DE TOLEDO, Caio N. *Revista crítica marxista*, v. 24. Campinas: Editora Revan Ltda., 2007. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo248artigo4.pdf>. Acesso em 3 out. 2011.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo (2008). Derechos humanos, liberación y filosofía de la realidad histórica. In: MARTÍNEZ [et al.]. Teoría crítica dos direitos humanos no século XXI. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MAZRUI, Ali. A. “Procurai primeiramente o reino político”. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. História geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

PAPPE, Ilan. La solución de un Estado único: respuesta a Uri Avnery. En busca de alternativas al fracaso. Znet, 2007. In: RAMIREZ, Roberto. Palestina: 60 años de ‘limpieza étnica’. Buenos Aires: Ediciones Antídoto – Gallo Rojo, 2009.

_____. Se puede parar la ocupación de Palestina? CSCAweb, 2008a. In: RAMIREZ, Roberto. Palestina: 60 años de ‘limpieza étnica’. Buenos Aires: Ediciones Antídoto – Gallo Rojo, 2009.

_____. La historia de la limpieza étnica en Palestina. Mundo Árabe, 2008c. In: RAMIREZ, Roberto. Palestina: 60 años de ‘limpieza étnica’. Buenos Aires: Ediciones Antídoto – Gallo Rojo, 2009.

_____. La mega prisión de Palestina. Chicago: The Eletronic Intifada, 2008. In: RAMIREZ, Roberto. Palestina: 60 años de ‘limpieza étnica’. Buenos Aires: Ediciones Antídoto – Gallo Rojo, 2009.

_____. The killing fields of Gaza 2004-2009. In: BARAT, Frank (ed.). Gaza in crisis: reflections on Israel’s war against the palestinians. Chicago: Haymarket Books, 2010.

PEREIRA, Anthony W. Sistemas judiciais e repressão política no Brasil, Chile e Argentina. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

PIOVESAN, Flávia; MEDEIROS, Ana Letícia Barauna; VIEIRA, Oscar Vilhena. Introdução à parte I. In: PIOVESAN, Flávia (org.). Código de direito internacional dos direitos humanos anotado. São Paulo: DPJ Editora, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Marx e a história. In: LOPES, Marco Antonio (org.). Grandes nomes da história intelectual. São Paulo: Contexto, 2003.

ROY, Sara. The Gaza Strip: a case of economic de-development. Journal of Palestine Studies, vol. 17, nº 1, 1987. p. 56-58. Disponível em: <<http://www.palestine-studies.org/files/pdf/jps/1069.pdf>>. Acesso em 28 dez. 2011.

_____. Praying with Their Eyes Closed: Reflections on the Disengagement from Gaza. Journal of Palestine Studies, 2005, vol 34, nº 4. Disponível em: <<http://www.palestine-studies.org/journals.aspx?id=6525&jid=1&href=fulltext>>. Acesso em 08 jun. 2011

SAID, Edward W. El precio de Oslo. Al-Ahram, 2000. In: RAMIREZ, Roberto. Palestina: 60 años de ‘limpieza étnica’. Buenos Aires: Ediciones Antídoto – Gallo Rojo, 2009.

_____. La muerte de Oslo. El país, 2000. In: RAMIREZ, Roberto. Palestina: 60 años de ‘limpieza étnica’. Buenos Aires: Ediciones Antídoto – Gallo Rojo, 2009.

SAMHOURI, Mohammed. Gaza economic predicament one year after disengagement: what went wrong? Waltham (Massachusetts): Brandeis University / Crown Center for Middle East Studies, 2006. Disponível em: <<http://www.brandeis.edu/crown/publications/meb/MEB12.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2011

SÁNCHEZ, Nicolás Ângulo. Paz, seguridad, desarme, desarrollo y derechos humanos. In: MARTÍNEZ [et al.]. Teoría crítica dos direitos humanos no século XXI. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). Introdução. In: _____. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: _____; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SERRANO, Antonio Salamanca (2008). *Revolución de los derechos humanos de los pueblos o carta socialdemócrata a Santa Claus?* In: MARTÍNEZ [et al.]. *Teoría crítica dos direitos humanos no século XXI*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa. Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, nº 23. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

TARAKI, Lisa. Enclave micropolis: The paradoxical case of Ramallah/al-Bireh. *Journal of Palestine Studies*, vol. 37, n. 4, 2008, p. 6-20. Disponível em: <http://www.decolonizing.ps/site/wp-content/uploads/2010/08/taraki_enclave-micropolis.pdf>. Acesso em 5 jul. 2016.

TUTU, Desmond M. Foreword. In: PRIOR, Michael (ed.). *Speaking the truth. Zionsim, Israel and occupation*. Northampton(Massachussetts): Olive Branch Press, 2005.

YIFTACHEL, Oren; YACOBI, Haim. Urban ethnocracy: ethnicization and the production of space in an Israeli 'mixed city'. *Environment and Planning D: Society and Space*, 2003, vol. 21, p. 689-690. Disponível em: <http://www.geog.bgu.ac.il/members/yiftachel/new_papers_eng/Urban%20ethnocracy-pdf.pdf>. Acesso em 31 mai. 2011.

Artigos jornalísticos e da web

ABUNIMAH, Ali. Starve or surrender: Cut off all food and water to Gaza, says Israeli general. Chicago: The Eletronic Intifada, August 23, 2014. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/blogs/ali-abunimah/starve-or-surrender-cut-all-food-and-water-gaza-says-israeli-general>>. Acesso em 25 ago. 2014.

ADERET, Ofer. Groundbreaking Pew Survey: Almost half of Israeli Jews back transfer or expulsion of arabs. Jerusalem: Haaretz, March 8, 2016. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/1.707589>>. Acesso em 28 mar. 2017.

AL-FASSED, Arjan. Mandela's First Memo to Thomas Friedman. The Eletronic Intifada, 29 mar. 2001. Disponível em: <<http://electronicintifada.net/content/mandelas-first-memo-thomas-friedman/4826>>.

AL-JAZEERA. Palestinian baby burned to death in settler attack. Doha: Al-Jazeera, July 31, 2015. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2015/07/palestinian-baby-burned-death-extremist-attack-150731035331224.html>>. Acesso em 24 set. 2015.

ALPERT, Dave. Human Rights Watch is not about human rights. *Intrepid Report*, September 3, 2015. Disponível em: <<http://www.intrepidreport.com/archives/16162>>. Acesso em 27 abr. 2016.

BERCITO, Diogo. Brasileiro que flagrou morte de palestina teme represália. São Paulo: Folha de São Paulo, 29 set. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1687773-brasileiro-que-flagrou-morte-de-palestina-teme-represalia.shtml>>. Acesso em 18 fev. 2016.

BLUMENTHAL, Max. Netanyahu government knew teens were dead as it whipped up racist frenzy. Chicago: The Electronic Intifada, 8 jul. 2014. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/content/netanyahu-government-knew-teens-were-dead-it-whipped-racist-frenzy/13533>>. Acesso em 11 jul. 2014.

BORGER, Julian. Hague Court under western pressure not to open Gaza war crimes inquiry. London: The Guardian, August 18, 2014. Disponível em: <http://www.theguardian.com/law/2014/aug/18/hague-court-western-pressure-gaza-inquiry?CMP=tw_t_gu>. Acesso em 19 ago. 2014.

BROWN, John. Next head of 'Civil Administration' said Palestinians are sub-human. Tel Aviv: +972 Blog, May 8, 2015. Disponível em: <<http://972mag.com/next-head-of-civil-administration-said-palestinians-are-sub-human/106533/>>. Acesso em 11 mai. 2015.

BUCH, Victoria. The history and 'morals' of ethnic cleansing. Middle East Watch, January 6, 2009. Disponível em: <<http://www.middleeastwatch.net/Victoria-Buch.html>>. Acesso em 28 mar. 2016.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CIVC). O que é o direito internacional humanitário. CICV web site, 1998. Disponível em: <<https://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/5tndf7.htm>>. Acesso em 3 dez. 2016.

COCKBURN, Patrik. Britain's role in shaping Iraq. BBC news, february 3, 2003. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/2719939.stm>. Acesso em: 26/10/2010.

CHOMSKY, Noam. Chomsky: barbárie em Gaza. São Paulo: Outras Palavras, 12 jul. 2014. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/destaques/chomsky-barbarie-em-gaza/>>. Acesso em 15 jul. 2014.

COHN, Marjorie. Seeking accountability for Gaza. Arlington: Consortium News, August 23, 2014. Disponível em: <<https://consortiumnews.com/2014/08/23/seeking-accountability-for-gaza/>>. Acesso em 24 ago. 2014.

CRIVELANTE, Moara. Relatório da ONU sobre Gaza: O fim da impunidade israelense?. São Paulo: Portal Vermelho, 24 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/266240-9>>. Acesso em 24 jun. 2015.

COHEN, Gili. Senior IDF officer: Israel is preparing for the next Lebanon war. Jerusalem: Haaretz, 5 jul. 2012. Disponível em: <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/senior-idf-officer-israel-is-preparing-for-the-next-lebanon-war-1.449126#.T_bSgqBW2As.email>. Acesso em 6 jul. 2011.

_____. Israeli army sets up new unit to fight legal onslaught over Gaza War. Jerusalem: Haaretz, September 3, 2014. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/news/national/.premium-1.613764>>. Acesso em 5 set. 2014.

_____. Reservists from elite IDF intel unit refuse to serve over Palestinian 'persecution'. Jerusalem: Haaretz, September 12, 2014a. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/1.615498>>. Acesso em 14 set. 2014.

_____. Israeli army to charge soldiers with looting Palestinian homes during Gaza operation. Jerusalem: Haaretz, February 4, 2015. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/1.640783>>. Acesso em 4 fev. 2015.

_____. Israeli reservists. Demand end to army's criminal probe of Gaza war. Jerusalem: Haaretz, January 5, 2015a. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/1.635439>>. Acesso em 7 jan. 2015.

_____. Probe of Gaza op's 'Black Friday': Soldiers faced 'unreasonable' situation. Jerusalem: Haaretz, April 14, 2015b. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/.premium-1.651743>>. Acesso em 25 abr. 2015.

_____. Defense Minister Ya'alon: No Comparison Between Israeli and Palestinian Mourning. Jerusalem: Haaretz, February 23, 2016. Disponível

em:<<http://www.haaretz.com/israel-news/.premium-1.705080>>. Acesso em 24 fev. 2016.

_____; THE ASSOCIATED PRESS. IDF demolishes West Bank homes of two Palestinians who carried out deadly terror attacks. Jerusalem: Haaretz, February 23, 2016. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/1.704910>>. Acesso em 23 fev. 2016.

CYPEL, Sylvain. 1948 ne fut que le premier chapitre. Middle East Watch, January 2006. Disponível em: <<http://www.middleeastwatch.net/1948-ne-fut-que-le-premier.html?lang=fr>>. Acesso em 29 mar. 2016.

D'AMOURS, Jillian K. Israel criminalizes commemoration of the Nakba. The Electronic Intifada, 2011. Disponível em: <<http://electronicintifada.net/content/israel-criminalizes-commemoration-nakba/9289>>. Acesso: 20 ago. 2011.

DEGER, Allison. Israeli forces have killed over 5.500 Palestinians in the last 15 years and not one soldier has been prosecuted for murder. Detroit: Mondoweiss, April 16, 2016. Disponível em:<<http://mondoweiss.net/2016/04/israeli-forces-have-killed-over-5500-palestinians-in-the-last-15-years-and-not-one-solider-has-been-prosecuted/>>. Acesso em 24 out. 2016.

DIAB, Khaled. Life in the ruins of post-war Gaza. Jerusalem: Haaretz, July 2, 2015. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/st/c/prod/eng/2015/year-to-gaza-war/gaza-strip/>>. Acesso em 26 abr. 2016.

DUGARD, John. Debunking Israel's self-defense argument. New York: Al Jazeera America, july 31, 2014. Disponível em: <<http://america.aljazeera.com/opinions/2014/7/gaza-israel-internationalpoliticsunicc.html>>. Acesso em 3 ago. 2014.

_____. Interview with John Dugard. New York: Democracy Now, May 6, 2015. Disponível em:<http://www.democracynow.org/2015/5/6/ex_un_official_john_dugard_israel>. Acesso em 20 abr. 2016.

FISK, Robert. What I am watching in Lebanon each day is an outrage. London: The Independent, 15 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/opinion/commentators/fisk/what-i-am-watching-in-lebanon-each-day-is-an-outrage-408058.html>>. Acesso em 27 dez. 2011.

_____. The true Gaza back-story that the Israelis aren't telling this week. London: The Independent, 9 jul. 2014. Acesso em: <<http://www.independent.co.uk/voices/the-true-gaza-backstory-that-the-israelis-arent-telling-this-week-9596120.html>>. Acesso em 14 jul. 2014.

FOGELMAN, Shay. Mean street. Jerusalem: Haaretz, publicado dia 22 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/weekend/magazine/mean-street-1.357617>>. Acesso em 13 jan. 2012.

GONTARZ, Nir. Likud lawmaker: 'A soldier cannot be tried for killing a terrorist'. Jerusalem: Haaretz, April 24, 2016. Disponível em:<<http://www.haaretz.com/israel-news/.premium-1.716136>>. Acesso em 27 abr. 2016.

GURVITZ, Yossi; ROTEM, Noam. What is NGO Monitor's connection to the Israeli government? Tel Aviv: +972Magazine, 29 april 2014. Disponível em:<<http://972mag.com/what-is-ngo-monitors-connection-to-the-israeli-government/90239/>>. Acesso em 24 out. 2016.

HALLINAN, Conn. Ethnic Cleansing and Israel. Middle East Watch, March 3, 2015. Disponível em: <<http://www.middleeastwatch.net/Ethnic-Cleansing-and-Israel.html?lang=fr>>. Acesso em 29 mar. 2015.

HAREL, Amos. IDF chief: Gaza war against Hamas was an 'excellent' operation. Jerusalem: Haaretz, 28 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/print-edition/news/idf-chief-gaza-war-against-hamas-was-an-excellent-operation-1.403977>>. Acesso em 6 mar. 2012.

_____. Will 2012 bring another Israeli war against Hamas in Gaza? Jerusalem: Haaretz, 1 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/print-edition/news/idf-chief-gaza-war-against-hamas-was-an-excellent-operation-1.403977>>. Acesso em 6 mar. 2012.

_____. Is the Israeli Army capable of examining Itself after Gaza? Jerusalem: Haaretz, October 6, 2014. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/.premium-1.619311>>. Acesso em 6 out. 2014.

_____. Israeli army's Gaza inquiry meant to head off calls for war crimes probe. Jerusalem: Haaretz, August 14, 2014a. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/.premium-1.610475>>. Acesso em 7 jan. 2015.

_____. Israeli Army's Gaza Inquiry meant to head off calls for War Crimes Probe. Jerusalem: Haaretz, August 14, 2014a. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/.premium-1.610475>>. Acesso em 7 jan. 2015.

_____. The shooting in Hebron was a cold-blooded execution. Jerusalem: Haaretz, March 26, 2016. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/.premium-1.710853>>. Acesso em 29 mar. 2016.

HASS, Amira. Israel Bars Amnesty, Human Rights Watch Workers from Gaza. Jerusalem: Haaretz, August 18, 2014. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/.premium-1.611015>>. Acesso em 8 set. 2014.

_____. How Hamas holds onto power. Jerusalem: Haaretz, July 2, 2015. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/st/c/prod/eng/2015/year-to-gaza-war/hamas-in-gaza/>>. Acesso em 26 abr. 2016.

IDOETA, Carlos Alberto. Tortura em Israel. São Paulo: Folha de São Paulo, 26 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/8/26/opiniaio/9.html>>. Acesso em 18 nov. 2016.

INTERNATIONAL JEWISH ANTI-ZIONIST NETWORK (2014). More than 350 Survivors and Descendants of Survivors and Victims of the Nazi Genocide Condemn Israel's Assault on Gaza". Disponível em: <<http://ijsn.net/gaza/survivors-and-descendants-letter/>>. Acesso em 25 nov. 2014.

KASHTI, Or. Blame Israel's schools for the racism. Jerusalem: Haaretz, August 20, 2014. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.611395>>. Acesso em 5 set. 2014.

KATZMAN, Matan. Why I need to tell my truth about serving in Israeli army. Jerusalem: Haaretz, 25 jun. 2015. Disponível em: <http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.662946?utm_content=%2F1.662946&utm_medium=EMAIL&utm_source=SMARTFOCUS&utm_campaign=hdc+Haaretzcom+Daily&utm_term=20150625-13%3A06>. Acesso em 25 jun. 2015.

KHALIDI, Rashid. Israel's Assault on Gaza Obscures Core Issues: Racism. Occupation, Colonization. Berkeley: Alternet 10 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.alternet.org/world/israels-assault-gaza-obscures-core-issues-racism-occupation-colonization>>. Acesso em 12 jul. 2014.

KISHAWI, Sami. List of op-eds calling for the elimination of Gaza. Sixteen minutes to Palestine, August 2, 2014. Disponível

em: <<https://smpalestine.com/2014/08/02/list-of-op-eds-calling-for-the-elimination-of-gaza/>>. Acesso em 15 abr. 2016.

KRISTOF, Nicholas. Winds of War in Gaza. New York: New York Times, March 8, 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/03/08/opinion/sunday/nicholas-kristof-winds-of-war-in-gaza.html>>. Acesso em 9 mar. 2015.

LAOR, Yitzhak. The eternal cycle: Death and destruction in Gaza. Jerusalem: Haaretz, August 26, 2014. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.612433>>. Acesso em 5 set. 2014.

_____. The subhumans among Us”. Jerusalem: Haaretz, 23 oct. 2015. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.681773>>. Acesso em 24 oct. 2015.

LEVY, Gideon. Apartheid without shame or guilt. Haaretz, 23 out. 2012. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/news/national/apartheid-without-shame-or-guilt.premium-1.471650>>. Acesso em 26 out. 2012.

_____. ‘It was nothing personal’, bereaved Palestinian father told. *Haaretz* (Tel Aviv), 4 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/twilight-zone/.premium-1.583667>>. Acesso em 5 abr. 2014.

_____. Our wretched Jewish state. Jerusalem: Haaretz, 6 jul. 2014ab. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.603232>>. Acesso em 7 jul. 2014.

_____. The IDF’s real face. Jerusalem: Haaretz, August 30, 2014a. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.613212>>. Acesso em 2 set. 2014.

_____. Israel’s real purpose in Gaza operation? To kill Arabs. Haaretz, 13 jul. 2014b. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.604653>>. Acesso em 13 jul. 2014.

_____. Images from Gaza should trouble every Israeli. Haaretz, 24 jul. 2014c. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.606848>>. Acesso em 25 jul. 2014.

_____. Soldier pays the price for criticizing the Israel army. Jerusalem: Haaretz, 21 maio 2015. Disponível em: <http://www.haaretz.com/weekend/twilight-zone/.premium-1.657553>. Acesso em 18 jun. 2015.

_____. Only the Hague can deal with Israel’s war criminals. Haaretz, April 16, 2015a. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.651940>>. Acesso em 25 abr. 2015.

_____. Israel Lawless death penalty without trial buoyed by cheers of the masses. Jerusalem: Haaretz, October 11, 2015b. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.679781>>. Acesso em 12 out. 2015.

_____. Even GanDIH would understand the Palestinians’ violence. Haaretz, October 8, 2015c. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.679268>>. Acesso em 8 out. 2015.

_____. Never have so many cheered such a vile murderer. Jerusalem: Haaretz, March 31, 2016. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/1.711888>>. Acesso em 1 abr. 2016.

LEVY, Yagil. The IDF is disintegrating. Jerusalem: Haaretz, November 5, 2008. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/the-idf-is-disintegrating-1.256641>>. Acesso em 4 abr. 2016.

LIEBER, Dov. Half of Jewish high schoolers say Arabs shouldn’t vote – poll. Jerusalem: Times of Israel, April 13, 2016. Disponível

em: <<http://www.timesofisrael.com/poll-half-of-jewish-high-schoolers-think-arabs-shouldnt-vote-in-israel/#.Vw-oTpLPGg.email>>. Acesso em 14 abr. 2016.

MANSOUR, Camille. Reflections on the war on Gaza. *Journal of Palestine Studies*, 2009, vol. 38, n°. 4, p. 94. Disponível em: <<http://www.palestine-studies.org/files/pdf/jps/10479.pdf>>. Acesso em: 07/04/2011.

MAURO, Felipe (2012). Documento indica que Israel limitou número de calorías por palestino em Gaza. São Paulo: Opera Mundi, 17 out. 2012. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/24920/documento+indica+que+israel+limitou+numero+de+calorias+por+palestino+em+gaza.shtml>>. Acesso em 11 abr. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. Oito meses após a guerra de Gaza, ‘nem uma única casa foi reconstruída’. Rio de Janeiro: Nações Unidas no Brasil, 25 abr. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oito-meses-apos-a-guerra-de-gaza-nem-uma-unica-casa-foi-reconstruida-diz-onu/>>. Acesso em 27 abr. 2015.

NASSER, Salem. Muros, apagões, véus e a Palestina. São Paulo: Teoria e Debate, 12 set. 2014. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/internacional/muros-apagoes-veus-e-palestina>>. Acesso em 17 set. 2014.

OMER, Mohammed. Gaza protests: ‘Each time we heard a bullet, a protester fell’. London: Middle East Eye, October 13, 2015. Disponível em: <<http://www.middleeasteye.net/news/gaza-protests-each-time-we-hear-bullet-protestor-fell-764478350>>. Acesso em 15 out. 2015.

PAPPE, Ilan. Genocide in Gaza. Chicago: The Electronic Intifada, 2 set. 2006. Disponível em: <<http://electronicintifada.net/content/genocide-gaza/6397>>.

_____. Palestine 2007: Genocide in Gaza, Ethnic Cleansing in the West Bank. Middle East Watch, January 11, 2007. Disponível em: <<http://www.middleeastwatch.net/Palestine-2007-Genocide-in-Gaza.html?lang=fr>>. Acesso em 28 mar. 2016.

_____. Israel’s message. London: London Review of Books, 14 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/2009/01/14/ilan-pappe/israels-message>>. Acesso em 25 jan. 2012.

_____. Israel’s righteous fury and its victims in Gaza. Chicago: The Eletronic Intifada, 2 jan. 2009a. Disponível em: <<http://electronicintifada.net/content/israels-righteous-fury-and-its-victims-gaza/7912>>. Acesso em 21 fev. 2011.

_____. Israel’s incremental genocide in the Gaza ghetto. Chicago: The Eletronic Intifada, 13 jul. 2014. Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/israels-incremental-genocide-gaza-ghetto/13562?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed:+elecronicIntifada+%28Electronic+Intifada%29>. Acesso em 15 jul. 2014.

_____. The messages from Israel’s election. Chicago: The Eletronic Intifada, March 20, 2015. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/content/messages-israels-election/14359>>. Acesso em 22 mar. 2015.

PFEFFER, Anshel. Gaza soldiers speak out. London: The Jewish Chronicle, 5 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.thejc.com/news/israel-news/gaza-soldiers-speak-out>>. Acesso em 31 jan. 2012.

_____. Breaking the Silence and its slanderers. Jerusalem: Haaretz, 18 jun. 2015. Disponível em: <http://www.haaretz.com/blogs/jerusalem-babylon/.premium-1.662003>. Acesso em 18 jun. 2015.

_____. There's no escaping Gaza. Jerusalem: Haaretz, July 2, 2015a. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/st/c/prod/eng/2015/year-to-gaza-war/protective-edge/>>. Acesso em 26 abr. 2016.

RABBANI, Mouin. Institutionalised Disregard for Palestinian Life. London: London Review of Books, 9 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/blog/2014/07/09/mouin-rabbani/institutionalised-disregard-for-palestinian-life/>>. Acesso em 10 jul. 2014.

_____. Netanyahu seeks attorney general's authorization to deport terrorist's families from West Bank to Gaza. Jerusalem: Haaretz, March 2, 2016. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/israel-news/1.706557>>. Acesso em 2 mar. 2016.

REINHART, Tanya. Détruire la Palestine ou comment terminer la guerre de 1948. Middle East Watch, 2007. Disponível em: <<http://www.middleeastwatch.net/Detruire-la-Palestine-ou-comment.html>>. Acesso em 29 mar. 2016.

REUTERS. Offer Israeli Arabs money to move to Palestinian state: Lieberman. New York: Reuters, November 28, 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-mideast-israel-lieberman-idUSKCN0JC12Q20141128>>. Acesso em 29 nov. 2014.

RODRIGUES, Alan. A farsa na morte de Marighella. São Paulo: Istoé, 2 mar. 2012. Disponível em: <http://istoe.com.br/193279_A+FARSA+NA+MORTE+DE+MARIGHELLA+/>. Acesso em 11 dez. 2016.

ROOIJ, Paul de. Amnesty International: The Case of a Rape Foretold. Palestine: Information with Provenance (PIWP database), 2003. Disponível em: <<http://cosmos.ucc.ie/cs1064/jabowen/IPSC/articles/article0004850.html>>. Acesso em 10 mai. 2015.

_____. Humanitarian Wars and Associated Delusions. Global Policy Forum/CounterPunch, 2007. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/154/26065.html>>. Acesso em 17 mar. 2017.

_____. Amnesty International: Whitewashing another massacre. Petrolia: Counterpunch, May 8, 2015. Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/2015/05/08/amnesty-international-whitewashing-another-massacre/>>. Acesso em 10 mai. 2015.

ROY, Sara. If Gaza falls London: London Review of Books, 2009. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v31/n01/sara-roy/if-gaza-falls>>. Acesso em 14 mai. 2011.

_____. A response to Elie Wiesel. Petrolia: Counterpunch, September 9, 2014. Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/2014/09/09/a-response-to-elie-wiesel/>>. Acesso em 13 set. 2014.

_____. Deprivation in the Gaza Strip. Boston: The Boston Globe, July 19, 2014a. Disponível em: <<https://www.bostonglobe.com/opinion/2014/07/19/deprivation-gaza-strip/6HybezDQv6N0IGzsVWoB4N/story.html>>. Acesso em 21 jul. 2014.

_____. The Gaza Strip's last safety net is in danger. The Nation, August 6, 2015. Disponível em: <<http://www.thenation.com/article/the-gaza-strips-last-safety-net-is-in-danger/>>. Acesso em 8 ago. 2015.

RT. Israel approves use of police sniper fire against Palestinian rock-throwers – reports. Moscow: RT, September 18, 2015. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/315801-jerusalem-approves-sniper-fire/>>. Acesso em 18 set. 2016.

SAFATLE, Vladimir. Direito de matar. São Paulo: Folha de São Paulo, 22 jul. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/177056-direito-de-matar.shtml>>. Acesso em 22 jul. 2014.

SAKHNINI, Nizar. A pre-planned and pre-meditated effort for ethnic cleansing and land theft. Middle East Watch, February 28, 2009. Disponível em: <http://www.middleeastwatch.net/Nizar-Sakhnini_.html>. Acesso em 28 mar. 2016.

SANTOS, Boaventura de S. Boaventura: a possível extinção do Estado de Israel. São Paulo: Carta Capital, 26 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/boaventura-a-possivel-extincao-do-estado-de-israel-4812.html>>. Acesso em 27 ago. 2014.

SHALEV, Chemi. Quando Jerusalém 2014 faz lembrar Berlim 1933. São Paulo: Revista Fórum, 8 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/07/08/quando-jerusalem-2014-faz-lembrar-berlim-1933/>>. Acesso em 9 ago. 2014.

_____. Still eyeless in Gaza. Jerusalem: Haaretz, July 2, 2015. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/st/c/prod/eng/2015/year-to-gaza-war/gaza-war/>>. Acesso em 26 abr. 2016.

SHAUL, Yehuda. Conflict in Gaza is all part of Israel's indirect system of control over Palestinians. London: New Statesman, may 26, 2015. Disponível em: <<http://www.newstatesman.com/politics/2015/05/conflict-gaza-part-israel-s-indirect-system-control-over-palestinians>>. Acesso em 8 jun. 2015.

SHAVIT, Ari. The UN is preserving the Israeli occupation. Jerusalem: Haaretz, June 25, 2015. Disponível em: <http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.662817?utm_content=/1.662817&utm_medium=EMAIL&utm_source=SMARTFOCUS&utm_campaign=hdc+Haaretzcom+Daily&utm_term=20150625-13:06>. Acesso em 25 jun. 2015.

SHLAIM, Avi. Lessons of the conflict in Gaza. Doha: Al Jazeera, august 9, 2014. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/08/lessons-conflict-gaza-201489112327757253.html>>. Acesso em 11 ago. 2014.

SILVER, Charlotte. Israel excuses killing of fleeing Palestinian teen as “professional mistake”. Chicago: The Electronic Intifada, april 12, 2016. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/blogs/charlotte-silver/israel-excuses-killing-fleeing-palestinian-teen-professional-mistake>>. Acesso em 24 out. 2016.

SIMONS, Marlise. Former Head of Inquiry into Gaza War Says He Faced Pressure and Threats. New York: The New York Times, February 12, 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/02/12/world/former-head-of-inquiry-into-gaza-war-says-he-faced-pressure-and-threats.html?emc=eta1>>. Acesso em 13 fev. 2015.

SKOP, Yarden. Education Ministry: Teachers may talk politics and criticize gov't in schools. Jerusalem: Haaretz, September 5, 2014. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/news/national/.premium-1.614220>>. Acesso em 5 set. 2014.

SMOLAR, Piotr. Depoimento: “Mirei contra civis, às vezes só por prazer”, revela soldado israelense. São Paulo: Portal Uol, 4 mai. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/lemonde/2015/05/04/depoimento-mirei-contra-civis-as-vezes-so-por-prazer-revela-soldado-israelense.htm>>. Acesso em 5 mai. 2015.

TOMUSCHAT, Christian. Introductory note on International Covenant on Civil and Political Rights. United Nations website, s/d. Disponível em: <<http://legal.un.org/avl/ha/iccpr/iccpr.html>>. Acesso em 15 jul. 2014.

WIKIPEDIA. NGO Monitor. Wikipedia: 2016. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/NGO_Monitor>. Acesso em 24 out. 2016.

ZONZSZEIN, Mairav. How Israel Silences Dissent. Jerusalem: Haaretz, September 27, 2014. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/09/27/opinion/how-israel-silences-dissent.html?_r=1>. Acesso em 30 set. 2014.

Artigos em revistas acadêmicas

ARONSON, Geoffrey. Issues arising from the implementation of Israel's disengagement from the Gaza Strip. *Journal of Palestine Studies*, 2005, vol. 34, nº 4. Disponível em: <<http://www.palestine-studies.org/jps/fulltext/41605>>. Acesso em: 05/07/2016.

BARBOSA, Alan Rangel. Movimentos sociais transnacionais – a luta por direitos humanos e justiça social global. In: Encontro Internacional: Participação, Democracias e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. Araraquara: UNESP, 23 a 25 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciae politicaspublicas/encontrosinternacionais/pdf-st16-trab-aceito-0016-1.pdf>>. Acesso em 17 mai. 2016.

CADERMATORI, Luiz Henrique Urquhart; GRUBBA, Leilane Serrattine. O embasamento dos direitos humanos e sua relação com os direitos fundamentais a partir do diálogo garantista com a teoria da reinvenção dos direitos humanos. *Revista Direito GV*, vol. 8, nº 2. São Paulo, julho/dezembro 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322012000200013>. Acesso em 25 nov. 2015.

CHILLIER, Gastón; TIMO, Pétalla Brandão. O movimento global de direitos humanos no século XXI: reflexões sob a perspectiva de uma ONG nacional de direitos humanos do sul. São Paulo: SUR – revista internacional de direitos humanos/Sur – Rede universitária de direitos humanos. vol. 1, nº1, jan. 2014.

DAJANI, Omar M; GIBSON, Nicholas. Disproportionality and deterrence: the “Dahiyya doctrine” under international law. Birzeit University, Institute of Law, 2011. “Conference on Palestine and International Law, new approaches”. September 24-26, 2010, p. 17-28.

ENRIQUEZ, Eugène. Matar sem remorso: reflexões sobre os assassinatos coletivos. In: História: Questões & Debates. *Os lugares da violência*. V. 18, n. 35. Curitiba: Editora da UFPR, julho/dezembro de 2001.

FARSAKH, Leila. ‘Independence, Cantons, or Bantustans: whether the Palestinian state’. *The Middle East Journal*, 2005, vol. 29, nº 2. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4330126>>. Acesso em 14 mar. 2015.

FLOUNDERS, Sara. Massacre in Jenin. *Human Rights & The Stage-Management of Imperialism*. *Covert Action Quarterly*, nº 74, 2002. p. 8-13. Disponível em: <<http://cosmos.ucc.ie/cs1064/jabowen/IPSC/articles/article0003220.html>>. Acesso em 3 nov. 2016.

HALPER, Jeff. The 94 percent solution. A matrix of control. Middle East Research and Information Project: Middle East Report, 2000. Disponível em: <<http://www.merip.org/mer/mer216/94-percent-solution>>. Acesso em 15 jun. 2015.

_____. Dismantling the Matrix of Control. Middle East Research and Information Project, 2009. Middle East Report. 2009. Disponível em: <<http://www.merip.org/mero/mero091109>>. Acesso em 1 jun. 2015.

HANAFI, Sari. Spacio-cide and bio-politics: the Israeli colonial conflict from 1947 to the Wall. In: SORKIN, Michael. *Against the Wall: Israel's barrier to peace*. New York: The New Press, 2005.

HANAN, Chehata. The cultural genocide of Palestine. In: *Al-Mashriq: a quarterly jornal of Middle East studies*. Vol. 9, nº 34, sept. 2010.

KARSH, Efraim. Rewriting Israel's history. *Middle East Quarterly*, June 1996, p. 19-29. Disponível em: <<http://www.meforum.org/302/rewriting-israels-history>>. Acesso em 23 fev. 2012.

KHALIDI, Muhammad A. "The Most Moral Army in the World": The New "Ethical Code" of the Israeli Military and the War on Gaza. *Journal of Palestine Studies*, Vol. XXXIX, Nº. 3 (Spring 2010). Disponível em: <<http://www.palestine-studies.org/journals.aspx?id=10705&jid=1&href=fulltext>>. Acesso em: 26 mai. 2011.

KOPPEES, Clayton R. Captain Mahan, General Gordon, and the origins of the term 'Middle East'. *Middle Eastern Studies*, Vol. 12, nº 1, 1976.

RUIZ, Castor B. As estratégias do (bio) poder na inclusão/excludente da vida humana. In: *Revista Ethica*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 11-39, 2007. p. 29. Disponível em: <<http://philpapers.org/rec/RUIAED>>. Acesso em 23 mar. 2011.

SAHD, Fabio B. Nova Varsóvia, laboratório de ocupação ou ninho de terroristas? A Faixa de Gaza e a vida nua.. *Tempo e Argumento*, 2012a, v. 4, p. 141-170.

_____. Tristes paralelos. Apontamentos sobre a discriminação e desapropriação de nativos no Paraná e na Palestina no século XX. *Revista Crítica Histórica*, UFAL, 2014, v. 9, p. 197-221.

_____. A Ditadura Brasileira: Modernidade, Engenharia Social e Estado de Exceção. *Revista História & Luta de Classes*, v. 17, p. 22-26, 2014a.

_____. O pan-africanismo e o pan-arabismo. A Organização para a Unidade Africana e a Questão Palestina (1967-1975). *Revista História Revista*, nº 3, 2015. Goiânia.

_____. The worthlessness of Palestinianas: the Occupied Palestinian Territories, camp, homo sacer and Israeli death policy. *Journal of South Asian Studies*, 2015a, v. 3, p. 167-178.

Artigos apresentado em evento

OLIVEIRA, Dennison de. *Walt Disney e Karl Marx: interpretações sobre imperialismo (1870-1918)*. Curitiba, 2006. Artigo apresentado no Seminário Facetas do Império na História. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~andreadore/dennison.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2010.

OLIVEIRA, Luciana G. de. Turbulência no Oriente Médio - fanatismo, fundamentalismo e preconceito na nova ordem mundial. *Direitos Humanos e minorias sociais*, UNESP - Marília, VI Seminário de direitos humanos no século XXI, 2001. Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/direitos-humanos/encontro/TRABALHOS/Trabalhos%20Completo%20Rodrigo/PDF/g04.pdf>>. Acesso em 3 de out. 2011.

SAHD, Fabio B. Aspectos demográficos e étnicos das políticas urbanas israelenses para Jerusalém Oriental após Oslo. Segregando por meio de estradas, muros, áreas verdes e colônias. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015. v. 1. p. 1-16.

_____. Apartação na Área C da Cisjordânia: analisando colônias, estradas exclusivas, patrimônios e planos diretores a partir dos direitos humanos (1980-2014).

XV Encontro Regional de História - Anpuh/PR, 2016, Curitiba. Anais do XV Encontro Regional de História - Anpuh/PR, 2016. v. 1. p. 1-12.

Fontes

ADALAH. Legal violations of Arab minorities in Israel. A report on Israel's implementation of the International Convention on the Elimination of all Forms of Racial Discrimination. Adalah web site, mar. 1998. Disponível em: <<http://www.adalah.org/eng/publications/violations.htm>>. Acesso em 13 jun. 2011.

ADALAH. Obstacles for Palestinians in Seeking Civil Remedies for Damages before Israeli Courts. Haifa: Adalah, may 2013. Disponível em: <<http://www.adalah.org/uploads/oldfiles/Public/files/English/Publications/Articles/2013/Obstacles-Palestinians-Court-Fatmeh-ElAjou-05-13.pdf>>. Acesso em 8 abr. 2016.

AL-MEZAN CENTER FOR HUMAN RIGHTS. Update: No reparations in Israel for Palestinians: How Israel's Amendment nº 8 leaves no room for recourse. Gaza: Al-Mezan web site, dec. 2015. Disponível em: <<http://mezan.org/en/uploads/files/1456314749526.pdf>>. Acesso em 6 abr. 2016.

_____. Briefing update: Israel's investigations on criminal complaints submitted by Palestinian NGOs in Gaza on behalf of victims of attacks on Gaza in July and August 2014. Gaza: Al-Mezan web site, nov. 2015a. Disponível em: <http://mezan.org/en/uploads/upload_center/kiWkMhPrYIZx.pdf>. Acesso em 6 abr. 2016.

AMNESTY INTERNATIONAL. Annual Report: 1965 – 1966. London: Amnesty International Publications, 1966.

_____. Annual Report: 1967 – 1968. London: Amnesty International Publications, 1968

_____. Annual Report: 1969 – 1970. London: Amnesty International Publications, 1970.

_____. Annual Report: 1970 – 1971. London: Amnesty International Publications, 1971.

_____. Annual Report: 1972 – 1973. London: Amnesty International Publications, 1973.

_____. Annual Report: 1973 – 1974. London: Amnesty International Publications, 1974.

_____. Annual Report: 1974 – 1975. London: Amnesty International Publications, 1975.

_____. Annual Report: 1975 – 1976. London: Amnesty International Publications, 1976.

_____. Annual Report: 1976 – 1977. London: Amnesty International Publications, 1977.

_____. Amnesty International Report: 1978. London: Amnesty International Publications, 1978.

_____. Amnesty International Report: 1979. London: Amnesty International Publications, 1979.

_____. Amnesty International Report: 1980. London: Amnesty International Publications, 1980.

_____. Report and Recommendations of an Amnesty International Mission to the Government of the State of Israel. Nottingham: Amnesty International Publications, 1980a.

- _____. Amnesty International Report: 1981. London: Amnesty International Publications, 1981.
- _____. Amnesty International Report: 1982. London: Amnesty International Publications, 1982.
- _____. Amnesty International Report: 1983. London: Amnesty International Publications, 1983.
- _____. Amnesty International Report: 1984. London: Amnesty International Publications, 1984.
- _____. Amnesty International Report: 1985. London: Amnesty International Publications, 1985.
- _____. Town Arrest Orders in Israel and the Occupied Territories (Excerpt). In: *Journal of Palestine Studies*, vol. 14, n° 2. Special Issue: The Palestinians in Israel and the Occupied Territories (Winter, 1985a), p. 186-196.
- _____. Amnesty International Report: 1986. London: Amnesty International Publications, 1986.
- _____. Amnesty International Report: 1987. London: Amnesty International Publications, 1987.
- _____. Amnesty International Report: 1988. London: Amnesty International Publications, 1988.
- _____. Amnesty International Newsletter, January 1988, volume XVIII, number 1. London: Amnesty International Publications, 1988a.
- _____. Amnesty International Newsletter, August 1988, volume XVIII, number 8. London: Amnesty International Publications, 1988b.
- _____. Amnesty International Newsletter, December 1988, volume XVIII, number 12. London: Amnesty International Publications, 1988c.
- _____. Amnesty International Report: 1989. London: Amnesty International Publications, 1989.
- _____. Amnesty International Newsletter, April 1989, volume XIX, number 4. London: Amnesty International Publications, 1989a.
- _____. Amnesty International Newsletter, August 1989, volume XIX, number 8. London: Amnesty International Publications, 1989b.
- _____. Israel and the Occupied Territories: administrative detention during the Palestinian Intifada. London: International Secretariat, 1989c.
- _____. Amnesty International Report: 1990. London: Amnesty International Publications, 1990.
- _____. Amnesty International Newsletter, January, 1990, volume I, number 1. London: Amnesty International Publications, 1990a.
- _____. Amnesty International Report: 1991. London: Amnesty International Publications, 1991.
- _____. The military justice system in the Occupied Territories: detention, interrogation and trial procedures. London: Amnesty International, 1991a.
- _____. Israel and the Occupied Territories: Oral statement to the United Nations Commission on Human Rights on the Israeli Occupied Territories. London: Amnesty International, 1991b.
- _____. Amnesty International Report: 1992. London: Amnesty International Publications, 1992.
- _____. Amnesty International Report: 1993. London: Amnesty International Publications, 1993.
- _____. Conspiracy of Terror: political killings and disappearances in the 1990s. London: Amnesty International, 1993a.

_____. "Disappearances" and Political Killings: a manual for action. London: Amnesty International, 1993b.

_____. Israel and the Occupied Territories: Killings by Israeli Forces: an upsurge in 1993. London: Amnesty International, 1993c.

_____. Amnesty International Report: 1994. London: Amnesty International Publications, 1994.

_____. Israel and the Occupied Territories: Amnesty International deeply concerned at apparent extrajudicial executions of Palestinians. News service 122/94. London: Amnesty International, 1994a.

_____. Israel and the Occupied Territories: Torture and ill-treatment of political detainees. London: Amnesty International, 1994b.

_____. Amnesty International Report 1995 - Israel. London: Amnesty International Publications, 1995.

_____. Amnesty International Report 1996 - Israel. London: Amnesty International Publications, 1996.

_____. Amnesty International Report 1997 - Palestine. London: Amnesty International Publications.

_____. Amnesty International Report 1997 - Israel. London: Amnesty International Publications, 1997a.

_____. Amnesty International Report 1998 - Israel. London: Amnesty International Publications, 1998.

_____. Israel and the Palestinian Authority. Fear for safety/Possible extrajudicial executions. News service 252/98. London: Amnesty International, 1998a.

_____. Israel/Occupied Territories and the Palestinian Authority. Five years after the Oslo Agreement: human rights sacrificed for "security". London: Amnesty International, 1998b.

_____. Israel and the Occupied Territories: Oral Statement to the United Nations Commission on Human Rights on the Israeli Occupied Territories. London: Amnesty International, 1998c.

_____. Amnesty International Report 1999 - Palestinian Authority (areas under the jurisdiction of the). London: Amnesty International Publications, 1999.

_____. Amnesty International Report 1999 - Israel. London: Amnesty International Publications, 1999a.

_____. Amnesty International Report 2000 - Israel and the Occupied Territory. London: Amnesty International Publications, 2000.

_____. Amnesty International Report 2000 - Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2000a.

_____. Israel and the Occupied Territories: excessive use of lethal force. London: Amnesty International, 2000b.

_____. Israel and the Occupied Territories: mass arrests and police brutality. London: Amnesty International, 2000c.

_____. Amnesty International Report 2001 - Israel. London: Amnesty International Publications, 2001.

_____. Amnesty International Report 2001 - Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2001a.

_____. Israel and the Occupied Territories: state assassinations and other unlawful killings. London: Amnesty International, 2001b.

_____. Broken lives - a year of intifada. London: Amnesty International publications, 2001c.

_____. Amnesty International Report 2002 - Israel. London: Amnesty International Publications, 2002.

_____. Amnesty International Report 2002 – Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2002a.

_____. Israel and the Occupied Territories: the heavy price of Israeli incursions. London: Amnesty International, 2002b.

_____. Shielded from scrutiny: IDF violations in Jenin and Nablus. London: Amnesty International, 2002c.

_____. “Without distinction: attacks on civilians by Palestinian armed groups”. London: Amnesty International, 2002d.

_____. Amnesty International Report 2003 - Israel. London: Amnesty International Publications, 2003.

_____. Amnesty International Report 2003 – Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2003a.

_____. Israel and the Occupied Territories: Israel must end its policy of assassinations. London: Amnesty International, 2003b.

_____. Amnesty International Report 2004 – Israel and the Occupied Territories. London: Amnesty International Publications, 2004.

_____. Amnesty International Report 2004 – Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2004a.

_____. Israel/Occupied Territories: Israeli settlers wage campaign of intimidation on Palestinians and internationals alike. London: Amnesty International, 2004b.

_____. Amnesty International Report 2005 – Israel and the Occupied Territories. London: Amnesty International Publications, 2005.

_____. Amnesty International Report 2005 – Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2005a.

_____. Amnesty International Report 2006 – Israel and the Occupied Territories. London: Amnesty International Publications, 2006.

_____. Amnesty International Report 2006 – Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2006a.

_____. Israel and the Occupied Territories: Road to nowhere. London: Amnesty International, 2006b.

_____. Israel/Occupied Territories: Civilian population at risk in Gaza. London: Amnesty International, 2006c.

_____. Israel/Occupied Territories: Israel must end unlawful killings of Palestinians and stop reckless shelling. London: Amnesty International, 2006d.

_____. Israel/Occupied Territories: Israel must halt attacks on Gaza residential areas – children killed. London: Amnesty International, 2006e.

_____. Amnesty International Report 2007 – Israel and the Occupied Territories. London: Amnesty International Publications, 2007.

_____. Amnesty International Report 2007 – Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2007a.

_____. Enduring occupation: Palestinians under siege in the West Bank. London: Amnesty International, 2007b.

_____. Amnesty International Report 2008 – Israel and the Occupied Territories. London: Amnesty International Publications, 2008.

_____. Amnesty International Report 2008 – Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2008a.

_____. Amnesty International Report 2009 – Israel and the Occupied Territories. London: Amnesty International Publications, 2009.

_____. Amnesty International Report 2009 – Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2009a.

_____. Israel/Gaza, operation ‘Cast Lead’: 22 days of death and destruction. London: Amnesty International Publications, 2009b.

_____. Amnesty International Report 2010 – Israel and the Occupied Territories. London: Amnesty International Publications, 2010.

_____. Amnesty International Report 2010 – Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2010a.

_____. Amnesty International’s assessment of Israeli and Palestinian investigations into Gaza conflict. Amnesty International web site, 27 set. 2010b.

_____. Amnesty International Report 2011 – Israel and the Occupied Territories. London: Amnesty International Publications, 2011.

_____. Amnesty International Report 2011 – Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2011a.

_____. Territories: Open Letter to UN Secretary General regarding follow-up to the report of the UN Fact-Finding Mission on the Gaza Conflict. London: Amnesty International, 2011b.

_____. Jerusalem bombing condemned, Israel urged to halt use of mortars in residential areas. London: Amnesty International, 2011c.

_____. US veto effectively gives Israel “green light” to expand illegal settlements. London: Amnesty International, 2011d.

_____. Amnesty International Report 2012 – Israel and the Occupied Territory. London: Amnesty International Publications, 2012.

_____. ICC Prosecutor statement: Fears over justice for Gaza victims. London: Amnesty International, 2012a.

_____. Amnesty International Report 2013 – Israel and the Occupied Territory. London: Amnesty International Publications, 2013.

_____. Amnesty International Report 2013 – Palestinian Authority. London: Amnesty International Publications, 2013a.

_____. Israel. Blind to violations, deaf to obligations: Israel’s human rights record. London: Amnesty International, 2013b.

_____. A year on from deadly Israel/Gaza conflict, the nightmare continues. London: Amnesty International, 2013c.

_____. Israel/OPT: The International Criminal Court must investigate war crimes. London: Amnesty International, 2014.

_____. Families under the Rubble: Israeli attacks on inhabited homes. London: Amnesty International, 2014a.

_____. “Nothing is immune”: Israel’s destruction of landmark building in Gaza. London: Amnesty International, 2014b.

_____. Israel/Occupied Palestinian Territories: Response to the Israeli Embassy in London’s reaction to the report “Nothing is immune”: Israel’s destruction of landmark buildings in Gaza. London: Amnesty International, 2014c.

_____. Israeli forces displayed ‘callous indifference’ in deadly attacks on family homes in Gaza. London: Amnesty International, 2014d.

_____. Trigger-Happy: Israel’s use of excessive force in the West Bank. London: Amnesty International, 2014e.

_____. Amnesty International Report 2014/2015 – Israel and the Occupied Territory. London: Amnesty International Publications, 2015.

_____. Amnesty International Report 2014/2015 – Palestine (State of). London: Amnesty International Publications, 2015a.

_____. Amnesty International's written statement to the 28th session of the UN Human Rights Council: Accountability is the only way to prevent further war crimes in Israel and the Occupied Palestinian Territories. London: Amnesty International, 2015b.

Amnesty International public statement. Retaliation against Palestine's welcome accession to ICC must stop. London: Amnesty International, 2015c.

_____. Você matou meu filho!: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015d.

_____. Um legado de violência: homicídios praticados pela polícia e repressão a protestos na Olimpíada Rio 2016. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2016.

_____. Jovem negro vivo. Anistia Internacional: Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>>. Acesso em 17 mar. 2016.

_____. The History of Amnesty International. London: Amnesty International, s/d. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/who-we-are/history>>. Acesso em 20 fev. 2015.

ARAB ASSOCIATION FOR HUMAN RIGHTS. On the margins: annual review of Human Rights violations of the Arab Palestinian minority in Israel, 2006. Nazareth, 2006. Disponível em: <<http://www.arabhra.org/HraAdmin/UserImages/Files/YearlyReport2006FullVersionHighQualityEnglish.pdf>>.

ASSOCIATION FOR CIVIL RIGHTS IN ISRAEL. Preliminary analysis of new NGO foreign funding bill. ACRI web site, 1 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.acri.org.il/en/?p=3748>>. Acesso em 6 dez. 2011.

BREAKING THE SILENCE. Soldiers' Testimonies from Operation Cast Lead, Gaza 2009. Jerusalem: Breaking the Silence, 2009. Disponível em: <http://www.shovrimshatika.org/UserFiles/File/ENGLISH_oferet.pdf>. Acesso em 24 mar. 2011.

_____. Israeli soldier testimonies: 2000-2010. Jerusalem: Breaking the Silence, 2010?. Disponível em: <http://www.breakingthesilence.org.il/wp-content/uploads/2011/02/Occupation_of_the_Territories_Eng.pdf>. Acesso em 11 jun. 2015.

_____. Protective Edge: Background. Jerusalem: Breaking the Silence web site, 2014?. Disponível em: <<http://www.breakingthesilence.org.il/protective-edge/background>>. Acesso em 8 jun. 2015.

_____. This is how We fought in Gaza. Soldiers testimonies and photographs from Operation "Protective Edge" (2014). Jerusalem: Breaking the Silence, 2014.

_____. "We want to make a big boom before the ceasefire.". Jerusalem: Breaking the Silence, 2014a. Disponível em: <<http://www.breakingthesilence.org.il/testimonies/database/603892>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

_____. Jerusalem: Breaking the silence website, s/d. Disponível em: <<http://www.breakingthesilence.org.il/about/organization>>. Acesso em 11 jun. 2015.

_____. He started firing indiscriminately. Jerusalem: Breaking the Silence, s/d1 Disponível em: <<http://www.breakingthesilence.org.il/testimonies/database/82100>>. Acesso em 11 jun. 2015.

_____. They told the force to shoot anyone in the street. Jerusalem: Breaking the Silence, s/d2. Disponível em: <<http://www.breakingthesilence.org.il/testimonies/database/18558>>. Acesso em 11 jun. 2015.

_____. Killed kids by mistake. Jerusalem: Breaking the Silence, s/d3. Disponível em: <<http://www.breakingthesilence.org.il/testimonies/database/64556>>. Acesso em 11 jun. 2015.

_____. Shooting releases nerves. Jerusalem: Breaking the Silence, s/d4. Disponível em: <<http://www.breakingthesilence.org.il/testimonies/database/47978>>. Acesso em 11 jun. 2015.

_____. Tied to a chair. Jerusalem: Breaking the Silence, s/d5. Disponível em: <<http://www.breakingthesilence.org.il/testimonies/database/730546>>. Acesso em 25 jun. 2015.

B'TSELEM. Void of responsibility. Israel military policy not to investigate killings of Palestinians by soldiers. Jerusalem: B'Tselem, 2010. Disponível em: <http://www.btselem.org/download/201009_void_of_responsibility_eng.pdf>. Acesso em 5 abr. 2011.

_____. Accountability. Jerusalem: B'Tselem web site, 2011. Disponível em: <<http://www.btselem.org/accountability>>. Acesso em 4 abr. 2016.

_____. Military Police investigations regarding the deaths of Palestinians. Jerusalem: B'Tselem web site, 16 abr. 2012. Disponível em: <http://www.btselem.org/accountability/investigation_of_complaints>. Acesso em 4 abr. 2012.

_____. Operation Cast Lead, three years on: Abject failure of the military's internal investigation mechanism. Jerusalem: B'Tselem web site, 18 jan. 2012a. Disponível em: <http://www.btselem.org/20120119_operation_cast_lead_3_years_on>. Acesso em 10 mar. 2012.

_____. Army closes investigation into the killing of 21 members of the a-Samuni family in Gaza. Press release, B'Tselem web site, 1 mai. 2012b. Disponível em: <http://www.btselem.org/press_releases/20120501_samuni_investigation_closed>. Acesso em 4 mai. 2012.

_____. Human Rights Violations during Operation Pillar of Defense. Jerusalem: B'Tselem, may, 2013. Disponível em: <http://www.btselem.org/download/201305_pillar_of_defense_operation_eng.pdf>. Acesso em 7 jan. 2015.

_____. Families bombed at home, Gaza, July-August 2014 (initial figures). 2014. Disponível em: <http://www.btselem.org/gaza_strip/201407_families>. Jerusalem: B'TSELEM, 2014. Acesso em 7 jan. 2015.

_____. Soldiers who shot 16-year-old in the back charged with “reckless and negligent act”; COs who ordered the stakeout will not be held accountable. Jerusalem: B'Tselem web site, dec. 31, 2015. Disponível em: <http://www.btselem.org/accountability/20151231_soldiers_who_killed_youth_indicted_for_reckless_negligent_act>. Acesso em 4 abr. 2016.

_____. Follow-up: Military Police and MAG Corps investigations of civilian Palestinian fatalities in West Bank since April 2011. Jerusalem: B'Tselem web site, jul. 30, 2015a. Disponível em: <http://www.btselem.org/accountability/military_police_investigations_followup>. Acesso em 5 abr. 2016.

_____. About B'TSELEM. Jerusalem: B'Tselem web site, s/d. Disponível em: <http://www.btselem.org/about_btselem>. Acesso em 4 abr. 2016.

_____. Defense (Emergency) Regulations. Jerusalem: B'Tselem web site, s/d2. Disponível em: <http://www.btselem.org/legal_documents/emergency_regulations>. Acesso em 30 nov. 2016.

D'AMOURS, Jillian K. New Israeli laws threaten Palestinian civil society. Chicago: The Electronic Intifada, 06 dez. 2010. Disponível em: <<http://electronicintifada.net/content/new-israeli-laws-threaten-palestinian-civil-society/9123#.TttzmFbPyql>>. Acesso em 14 de nov. 2015.

EPSTEIN, Yitzhak (1907). The hidden question. Disponível em: <<http://qumsiyeh.org/yitzhakepstein/>>. Acesso em 31 out. 2014.

FIDH. Attacks against al-Haq's representative in Europe, Ms. Nada Kiswanson. FIDH, aug. 11, 2016. Disponível em: <<https://www.fidh.org/en/issues/human-rights-defenders/attacks-against-al-haq-s-representative-in-europe-ms-nada-kiswanson>>. Acesso em 19 ago. 2016.

FÓRUM INTERNACIONAL DAS PLATAFORMAS NACIONAIS DE ONGs. O poder do movimento pelos direitos humanos. Site do Fórum, 3 mar. 2016. Disponível em: <<http://ifp-fip.org/pt/english-the-power-of-the-human-rights-movement/>>. Acesso em 17 mai. 2016.

GOLDSTONE REPORT. UN FACT FIND MISSION. Human rights in Palestine and other Occupied Arab Territories. Report of the United Nations fact finding mission on the Gaza Conflict. UN web site, 29 set. 2009. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/12session/A-HRC-12-48.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

HASSON, Nir. Arson suspected in fire at B'Tselem's Office Building in Jerusalem. Haaretz, jan. 11, 2016. Disponível em: <http://www.haaretz.com/israel-news/1.696625?utm_content=Fire+breaks+out+in+B%27Tselem+Jerusalem+office&utm_medium=Daily&utm_source=email&utm_campaign=newsletter>. Acesso em 12 jan. 2016.

HERZL, Theodor. O Estado judeu. São Paulo: Organização sionista unificada do Brasil, 1947.

HUMAN RIGHTS WATCH. The Israeli army and the Intifada. Policies that contribute to the killings. Human Rights Watch web site, 1990. Disponível em: <<https://www.hrw.org/legacy/campaigns/israel/intifada-intro.htm>>. Acesso em 29 mar. 2016.

_____. A License to Kill. Israeli operations against "wanted" and masked Palestinians. London: Middle East Watch, 1993.

_____. Legislating Impunity: The Draft Law to Halt Palestinian Tort Claims. July, 1997. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6a7d04.html>>. Acesso em 24 mar. 2017.

_____. Israel, the Occupied West Bank and Gaza Strip, and the Palestinian Authority Territories. Jenin: IDF Military Operations. May, 2002. Disponível em: <<https://www.hrw.org/reports/2002/israel3/israel0502.pdf>>. Acesso em 31 mar. 2016.

_____. Promoting impunity: the Israeli military's failure to investigate wrongdoing. Human Rights Watch web site, 2005. p. 1-3. Disponível em: <<https://www.hrw.org/reports/2005/iopt0605/iopt0605text.pdf>>. Acesso em 13 mai. 2011.

_____. Israel: Failure to Probe Civilian Casualties Fuels Impunity. Human Rights Web Site, june 21, 2005a. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2005/06/21/israel-failure-probe-civilian-casualties-fuels-impunity>>. Acesso em 1 abr. 2016.

_____. Israel: IDF Probe No Substitute for Real Investigation. Human Rights Watch web site, 2006. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2006/11/09/israel-idf-probe-no-substitute-real-investigation>>. Acesso em 26 jan. 2012.

_____. Why They Died Civilian Casualties in Lebanon during the 2006 War. Human Rights Watch web site, 2007. Disponível em: <<http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/lebanon0907.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2011.

_____. Precisely Wrong. Gaza civilians killed by Israeli drone-launched missiles. Human Rights Watch web site, 2009. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2009/06/30/precisely-wrong/gaza-civilians-killed-israeli-drone-launched-missiles>>. Acesso em 17 abr. 2011.

_____. Rain of Fire: Israel's Unlawful Use of White Phosphorus in Gaza. Human Rights Watch web site, 2009a. Disponível em: <<http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/iopt0309webwcover.pdf>>. Acesso em 24 mar. 2011.

_____. White Flag Deaths: Killings of Palestinian civilians during Operation Cast Lead. Human Rights Watch web site, 2009b. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2009/08/13/white-flag-deaths/killings-palestinian-civilians-during-operation-cast-lead>>. Acesso em 6 abr. 2011.

_____. "I lost everything". Israel's unlawful destruction of property during operation Cast Lead. Human Rights Watch web site, 2010. Disponível em: <<http://www.afopa.com.au/storage/news-media/articles-reports-journals/I%20Lost%20Everything%20May%202010.pdf>>. Acesso em 6 abr. 2011.

_____. Turning a Blind Eye: Impunity for Laws-of-War Violations during the Gaza War. Human Rights Watch web site, 2010a. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2010/04/11/turning-blind-eye/impunity-laws-war-violations-during-gaza-war>>. Acesso em 31 mar. 2011.

_____. Israel: Gaza Airstrikes violated laws of war. Human Rights Web Site, february 12, 2013. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2013/02/12/israel-gaza-airstrikes-violated-laws-war>>. Acesso em 1 abr. 2016.

_____. Israel/Egypt: Provide Rights Groups Access to Gaza. Human Rights Web Site, august 20, 2014. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2014/08/20/israel/egypt-provide-rights-groups-access-gaza>>. Acesso em 1 abr. 2016.

_____. World Report 2015: Israel/Palestine. Human Rights Watch web site, 2015. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2015/country-chapters/israel/palestine>>. Acesso em 1 abr. 2016.

_____. O bom policial tem medo: os custos da violência policial no Rio de Janeiro. Human Rights Watch web site, 2016. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/brazil0716portweb_1.pdf>. Acesso em 21 out. 2016.

_____. Israel/Palestine: Summary Execution of Wounded Palestinian. Human Rights Web Site, march 25, 2016a. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2016/03/26/israel/palestine-summary-execution-wounded-palestinian>>. Acesso em 1 abr. 2016.

_____. History. Human Rights Watch web site, s/d. Disponível em: <<https://www.hrw.org/history>>. Acesso em 5 abr. 2016.

INTERNATIONAL JEWISH ANTI-ZIONIST NETWORK. More than 350 survivors and descendants of Survivors and Victims of the Nazi genocide condemn Israel's assault on Gaza. Disponível em: <<http://www.ijan.org/projects-campaigns/nafa/survivors-and-descendants-letter/>>. Acesso em 21 nov. 2016.

JABOTINSKY, Vladimir. The iron wall. 1924 In: BRENNER, Lenni. The iron wall: zionist revisionism from Jabotinsky to Shamir. London: Zed books, 1984.

KAHLEN, Yacoub; FOXSOHN, Robert E. NGO Monitor should not be taken seriously. The electronic intifada, 18 oct. 2005. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/content/ngo-monitor-should-not-be-taken-seriously/5773>>. Acesso em 24 de out. 2016.

KING-CRANE COMMISSION REPORT (Charles R. Crane; Henry Churchill King). Report of the American section of the International Commission on Mandates in Turkey. 1919. Disponível em: <<https://archive.is/ok6l>>. Acesso em 1 jun. 2016.

LERMAN, Antony. Israel's NGO must operate freely. The Guardian, 26 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2010/feb/26/israel-ngo-laws-nif>>. Acesso em 11 de nov. 2011.

LIGA DAS NAÇÕES. Tratado de Versalhes (1919). Disponível em: <<http://www.mideastweb.org/leaguemand.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

LIS, Jonathan; HASSON, Nir. Netanyahu backs laws to limit donations to Israeli human rights organizations. Haaretz, 8 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/print-edition/news/netanyahu-backs-laws-to-limit-donations-to-israeli-human-rights-organizations-1.394256>>. Acesso em 4 dez. 2011.

MOSSAWA CENTER. Main findings of the 2009-2010 State Budget Proposal and the needs of the Arab citizens in Israel. Mossawa Center web site, jul. de 2009. Disponível em: <<http://mossawa.org/files/files/File/Publications/Main%20findings%20of%20the%202009-2010%20State%20Budget%20Proposal%20and%20the%20needs%20of%20Arab%20Citizens%5B1%5D.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2011.

NIV, Tal. Breaking the Silence is a legitimate outlet for Israeli military whistleblowers. Haaretz, mar. 20, 2016. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.709989>>. Acesso em 21 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid. OEA web site, s/d. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1973%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Supress%C3%A3o%20e%20Puni%C3%A7%C3%A3o%20do%20Crime%20de%20Apartheid.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2015.

PALESTINIAN CENTRE FOR HUMAN RIGHTS. Israel's Al-Daraj Commission Illustrates Long-Standing Institutionalisation of Impunity and Unwillingness to Genuinely Investigate Alleged War Crimes. Ramallah: Palestinian Centre for Human Rights web site, 2011. Disponível em: <<http://pchrgaza.org/en/?p=2155>>. Acesso em 25 jan. 2012.

PHYSICIANS FOR HUMAN RIGHTS-ISRAEL. Final Report: Independent fact-finding mission into violations of human rights in the Gaza Strip during the period 27.12.2008 – 18.01.2009. Bruxelas: Physicians for Human Rights web site, 2009. Disponível em: <<http://d843006.bc470.best-cms.com/uploaded/FullFactFindReport.pdf>>. Acesso em 7 abr. 2011.

PUBLIC COMMITTEE AGAINST TORTURE IN ISRAEL; ADALAH. Exposed: The treatment of Palestinian detainees during operation Cast Lead. CPCTI/ADALAH: s/l, 2010. Disponível em: <http://www.stoptorture.org.il/files/Exposed-Treatment%20of%20Detainees%20Cast%20Lead_June%202010.pdf>. Acesso em 11 abr. 2012.

SAVE THE CHILDREN UK. Fact Sheet: Gaza Buffer Zone. Save the Children Uk. web site, out. 2009. Disponível em:

<http://www.savethechildren.org.uk/sites/default/files/docs/English_Gaza_Fact_Sheet_and_Citations.pdf>. Acesso em 14 jul. 2011.

SILVER, Charlotte. Israel passes law targeting human rights groups. The Electronic Intifada, jul. 12, 2016. Disponível em: <https://electronicintifada.net/blogs/charlotte-silver/israel-passes-law-targeting-human-rights-groups?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed:+electronicIntifada+%28Electronic+Intifada%29>. Acesso em 15 jul. 2016.

STATEMENT BY ARAB NGOs IN ISRAEL. Adalah web site, fev. 2011. Disponível em: <http://www.old-adalah.org/eng/pressreleases/pr.php?file=24_02_11_1>. Acesso em 16 nov. 2011.

THE PALESTINE MANDATE. London: 1922. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/palmanda.asp#art2>. Acesso em 3 jun. 2016.

UNITED NATIONS. Economic and Social Commission for Western Asia. Israeli Practices towards the Palestinian People and the Question of Apartheid. United Nations: Beirut, 2017. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/wp-content/uploads/downloads/201703_UN_ESCWA-israeli-practices-palestinian-people-apartheid-occupation-english.pdf>. Acesso em 27 mar. 2017.

_____. Final act of the international conference on Human Rights. Teheran, 22 april to 13 may 1968. New York: United Nations, 1968. Disponível em: <http://legal.un.org/avl/pdf/ha/fatchr/Final_Act_of_TehranConf.pdf>. Acesso em 04 fev. 2013.

_____. General Assembly – Twenty-sixth session. Report of the special committee to investigate Israeli practices affecting the human rights of the population of the Occupied Territories. Disponível no site da ONU, documento datado de 20 de dezembro de 1971. Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/TMP/8039623.49891663.html>>. Acesso em 23 nov. 2010.

_____. Human Rights Committee. Concluding observations on the fourth periodic report of Israel. United Nations web site, 2014. Disponível em: <<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsjE8R4c4NRTnrnvejYEy%2fQ%2fTfsNhC%2fVcCyV6AaesRq4RWflg0Oz033dIQseGF57fWmil1potdJupmspjFKEg7x4J3%2fGq12ZSEhpxqjT0Z65B>>. Acesso em 5 fev. 2016.

_____. Human Rights Council. Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, John Dugard. UN, January 21, 2008. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/402/29/PDF/G0840229.pdf?OpenElement>>. Acesso em 20 abr. 2016.

_____. Human Rights Council. Report of the Committee of independent experts in international humanitarian and human rights laws to monitor and assess any domestic, legal or other proceedings undertaken by both the Government of Israel and the Palestinian side, in the light of General Assembly resolution 64/254, including the independence, effectiveness, genuineness of these investigations and their conformity with international standards. 2010. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/15session/A.HRC.15.50_AEV.pdf>. Acesso em 19 fev. 2016.

_____. Human Rights Council. Report of the detailed findings of the independent commission of inquiry established pursuant to Human Rights Council resolution S-21/1. UN web site, 22 jun. 2015. Disponível

[%93%D7%94/Duty+to+Investigate+Yesh+Din+position+paper+2011.pdf](#)>. Acesso em 2. dez. 2014.

_____. Alleged Investigation. The Failure of Investigations into offenses committed by IDF soldiers against Palestinians. Tel-Aviv: Yesh Din, 2011a.

_____. Law enforcement upon Israeli civilians in the West Bank. Yesh Din web site, 16 fev. 2011b. Disponível em: <http://www.yesh-din.org/userfiles/file/datasheets/YESH%20DIN_Law%20Enforcement%20Monitoring%20Eng_2011.pdf>. Acesso em 13 mai. 2011.

_____. Yesh Din Report on the Investigations of Offenses Committed by Israeli Soldiers Against Palestinians. Yesh Din website, 7 dez. 2011c. Disponível em: <<http://yesh-din.org/infoitem.asp?infocid=165>>. Acesso em 2 jul. 2015.

_____. Law Enforcement upon IDF Soldiers in the Territories. Tel Aviv: Yesh Din data sheet, 2013. Disponível em: <<http://www.yesh-din.org/userfiles/file/datasheets/Law%20Enforcement%20upon%20-%202012.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2014.

_____. MPCID Investigations into the Circumstances surrounding the Death of Palestinians: Convictions and Penalties. Yesh Din website, jul. 2013a. Disponível em: <http://www.yesh-din.org/userfiles/file/datasheets/data%20sheet%20july%202013/ICAP%20Death%20cases%20investigations%20and%20indictments_July%202013_ENG.pdf>. Acesso em 2 dez. 2014.

_____. Police investigations of vandalization of Palestinian trees in the West Bank. Tel Aviv: Yesh Din, 2013b. Disponível em: <http://www.yesh-din.org/userfiles/file/datasheets/data%20sheet%20oct2013/Yesh%20Din%20-%20Netunim%2010_13%20English.pdf>. Acesso em 13 ago. 2015.

_____. Law Enforcement upon IDF Soldiers in the Occupied Palestinian Territory: Figures for 2013. Tel Aviv: Yesh Din, 2014. Disponível em: <[http://www.yesh-din.org/userfiles/file/datasheets/YeshDin%20-%20DataSheet%20Metzach%209_14%20-%20Eng%20\(1\)%20\(1\).pdf](http://www.yesh-din.org/userfiles/file/datasheets/YeshDin%20-%20DataSheet%20Metzach%209_14%20-%20Eng%20(1)%20(1).pdf)>. Acesso 13 ago. 2015.

_____. Shadow Report to the fourth periodic report of Israel. Tel Aviv: Yesh Din, 2014a. Disponível em: <[http://www.yesh-din.org/userfiles/file/YESH%20DIN_%20Shadow%20Report_Israel%20Fourth%20Periodic%20Cycle%20final%20\(1\).pdf](http://www.yesh-din.org/userfiles/file/YESH%20DIN_%20Shadow%20Report_Israel%20Fourth%20Periodic%20Cycle%20final%20(1).pdf)>. Acesso em 13 ago. 2015.

_____. The Lawless Zone: The transfer of policing and security powers to the civilian security coordinators in the settlements and outposts. Yesh Din: Tel Aviv, 2014b.

_____. Law Enforcement on Israeli civilians in the West Bank. Tel Aviv: Yesh Din, 2014c. Disponível em: <[https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/files.yesh-din.org/%D7%A0%D7%95%D7%91%D7%9E%D7%91%D7%A8+2014+%D7%93%D7%A3+%D7%A0%D7%AA%D7%95%D7%A0%D7%99%D7%9D+%D7%90%D7%9B%D7%99%D7%A4%D7%AA+%D7%97%D7%95%D7%A7+%D7%90%D7%96%D7%A8%D7%97%D7%99%D7%9D+%D7%99%D7%A9%D7%A8%D7%90%D7%9C%D7%99%D7%9D/%D7%93%D7%A3+%D7%A0%D7%AA%D7%95%D7%A0%D7%99%D7%9D+%D7%90%D7%A0%D7%92%D7%9C%D7%99%D7%AA\(10\).pdf](https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/files.yesh-din.org/%D7%A0%D7%95%D7%91%D7%9E%D7%91%D7%A8+2014+%D7%93%D7%A3+%D7%A0%D7%AA%D7%95%D7%A0%D7%99%D7%9D+%D7%90%D7%9B%D7%99%D7%A4%D7%AA+%D7%97%D7%95%D7%A7+%D7%90%D7%96%D7%A8%D7%97%D7%99%D7%9D+%D7%99%D7%A9%D7%A8%D7%90%D7%9C%D7%99%D7%9D/%D7%93%D7%A3+%D7%A0%D7%AA%D7%95%D7%A0%D7%99%D7%9D+%D7%90%D7%A0%D7%92%D7%9C%D7%99%D7%AA(10).pdf)>. Acesso em 28 out. 2016.

_____. Prosecution of Israeli Civilians suspected of harming Palestinians in the West Bank. Tel Aviv: Yesh Din, 2015. Disponível em: <<http://www.yesh-din.org/userfiles/Prosecution%20of%20Israeli%20Civilians%20Suspected%20of%20H>

[arming%20Palestinians%20in%20the%20West%20Bank_May%202015.pdf](#)>. Acesso em 13 ago. 2015.

_____. Mock Enforcement: the failure to enforce the law on Israeli civilians in the West Bank. Tel Aviv: Yesh Din. 2015a.

_____. Standing idly by: IDF soldier's inaction in the face of offenses perpetrated by Israelis against Palestinians in the West Bank. Tel Aviv: Yesh Din, 2015b.

_____. The Ciechanover Report: avoiding the criminalization of war crimes and taking practical steps toward implementation. Yesh Din, October 10, 2015c. Disponível em:<<http://www.yesh-din.org/en/the-ciechanover-report-avoiding-the-criminalization-of-war-crimes-and-taking-practical-steps-toward-implementation/>>. Acesso em 24 out. 2016.

_____. About. s/d. Disponível em:<<http://www.yesh-din.org/geninfo.asp?gencatid=1>>. Acesso em 1 jul. 2015.

_____. *Yesh Din website*. s/d.1. Disponível em:<<http://www.yesh-din.org/cat.asp?catid=2>>. Acesso em 2 dez. de 2014.

1. Introdução

¹ Uma diferenciação dos direitos humanitários e humanos é apresentada no início do primeiro capítulo.

2. Contextualização do conflito e das violações de direitos humanos e humanitários

² Comentando o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), aprovado pela Assembleia Geral da ONU (AG-ONU) em 1966, Christian Tomuschat (s/d) também ressalta os vínculos entre o surgimento da ONU e as atrocidades praticadas durante a Segunda Guerra Mundial. Diante do genocídio perpetrado pelos nazistas, que escancarou o fato de que os governos nacionais podem falhar em seu dever de garantir a vida e liberdade de seus cidadãos se tornando eles próprios os principais violadores, houve um consenso internacional para que os seres humanos fossem colocados sob a proteção da comunidade internacional. A lógica inerente a esse processo é que, sozinhos, os mecanismos domésticos não constituem salvaguarda suficiente para proteger a vida humana, cabendo a uma organização internacional (no caso, a ONU) garantir o mínimo necessário para assegurar a dignidade humana em uma escala global. Tal qual Tomuschat e Comparato, Silvio José Albuquerque e Silva (2004) igualmente relaciona a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) às catástrofes ocorridas na Segunda Guerra Mundial.

³ Destacamos: a Convenção de Haia de 1954, protegendo o patrimônio cultural em tempos de conflito armado; a Convenção das Armas Bacteriológicas (Biológicas) de 1972; a Convenção das Armas Convencionais, 1980; e a Convenção das Armas Químicas, 1993.

⁴ A “paz universal e permanente” foi reconhecida já pela Organização Internacional do Trabalho (criada em 1919) como fruto da justiça social, e a Carta da ONU (1945) buscou trazê-la para o primeiro plano das relações internacionais. A Primeira Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Teerã em 1968, condicionou a existência da paz à efetivação dos direitos humanos, o que foi referendado pela AG-ONU em sua declaração do “direito dos povos à paz”, em 1984, que por sua vez serviu de precedente para a posterior “Declaração sobre o direito ao desenvolvimento”, de 1986 (SÁNCHEZ, 2008, p. 100).

⁵ Considerando a gradativa afirmação dos direitos humanos, Fabio Konder Comparato (1999, p. 30-31) ressalta que, “[...] a compreensão da dignidade suprema da pessoa humana e de seus direitos, no curso da história, tem sido, em grande parte, o fruto da dor física e do sofrimento moral.”. Não seria fortuita a consolidação do DIDH justamente após a Segunda Guerra Mundial, quando as maiores atrocidades contra o gênero humano foram cometidas. Para Comparato, “A cada grande surto de violência, os homens recuam, horrorizados, diante da ignomínia que afinal se abre claramente diante de seus olhos.”. Além dessa sincronia entre a barbárie e os avanços legais para proteger a dignidade humana, os últimos igualmente acompanhariam “as grandes descobertas científicas ou invenções técnicas”. Para Lynn Hunt (2009, p. 24-33), o reconhecimento dos direitos “inerentes” também passaria pela empatia com os sujeitos ou pelos canais físicos e emotivos. A afirmação e valorização da “integridade corporal”, individualidade, igualdade e capacidade de autonomia dos sujeitos, valores que difundiram a aceitação de direitos naturais ou humanos, seriam práticas culturais incorporadas a partir do século XVIII, quando teria ocorrido uma revolução nas sensibilidades a partir de novas experiências, como exposições públicas de imagens e leitura de romances e de relatos de barbáries que horrorizaram, como torturas. Novos tipos de leitura, novas experiências visuais e auditivas teriam criado experiências individuais semelhantes, que a partir das múltiplas interações levaram a mudanças sociais e políticas possibilitando uma nova conceitualização da humanidade pautada pela reconhecimento de valores mínimos - o que configurou a longo prazo a emergência dos direitos humanos.

⁶ A criação da ONU iniciou a proteção internacional da pessoa humana englobando tanto as relações entre os Estados nacionais quanto aquelas entre os órgãos estatais e suas respectivas sociedades, revisando o sistema westfaliano das relações internacionais fundamentado no Estado como único sujeito do direito internacional – vide o artigo 28 da DUDH, que torna as relações dos Estados com seus nacionais objeto não mais de interesse meramente nacional, mas internacional. Portanto, a perspectiva universalista do DIDH, axiologicamente baseada na dignidade humana, marcaria o final da exclusividade dos Estados no trato de suas sociedades, impondo ao direito internacional o reconhecimento de um mínimo de direitos inderrogáveis a todo ser humano, consolidando uma ética universal que combina os valores da igualdade e liberdade ao condensar e classificar como indivisíveis, universais e interdependentes direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, além dos direitos dos povos (autodeterminação, exploração dos recursos nacionais) e difusos e interpessoais (paz, desenvolvimento, meio ambiente adequado).

⁷ A caracterização sugerida por Guerra (2011, 82-89) para a trajetória de consolidação do DIDH é de uma etapa inicial de definição e codificação (etapa legislativa), seguida de outra intermediária de aprofundamento e promoção e da etapa final de proteção dos direitos humanos, com o controle do respeito e efetivo cumprimento a partir de órgãos especializados, tornando-se o DIDH um “[...] objeto autônomo do Direito Internacional Público, com instrumentos, órgãos e procedimentos de aplicação próprios, caracterizando-se essencialmente como um direito de proteção.”.

⁸ Segundo Silvio José Albuquerque e Silva (2004), a DUDH adquiriu importância na política internacional, influenciando o conteúdo de diversas convenções, tratados, protocolos e declarações e incorporando um sentido de esperança e solidariedade na luta por igualdade e pelo fim da discriminação no mundo. O documento se tornou um instrumento fundamental na definição de princípios e direitos protetores da dignidade humana, fundando o DIDH (que ao invés de disciplinar as relações entre Estados, garante o exercício de direitos inerentes ao ser humano). Se desde a Revolução Francesa até meados do século XX a noção de direitos humanos esteve relacionada a padrões éticos e políticos das democracias liberais, a partir da DUDH os direitos humanos se tornaram, lentamente, objeto de normas de direito positivo.

⁹ Richard Falk (2009) não ignora os percalços na efetivação dos direitos humanos, mas ao mesmo tempo afirma que eles floresceram na última década do século XX, sendo que ela “[...] apesar de algumas dolorosas contradições será lembrada como ‘a era de ouro dos direitos humanos’.”, quando a luta contra o apartheid uniu inimigos da Guerra Fria, ainda que tardiamente, e no Leste Europeu e em porções da Ásia movimentos de protesto amparados nos direitos humanos e na demanda por democracia enfraqueceram a repressão dos regimes comunistas. Ao passo que deslegitimou governos autoritários, o DIDH proveu a grupos de oposição um senso de legitimidade em suas lutas estabelecendo vínculos de solidariedade entre ações domésticas e causas internacionais.

¹⁰ Na gênese da Organização estaria o esforço de parte da comunidade internacional em erradicar o genocídio, o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância como forma de afirmação dos direitos humanos. Seria a ONU a introdutora dos direitos humanos na agenda internacional, sobretudo a partir da DUDH, que tem valor ético, político e até jurídico e preencheu as lacunas da própria carta de fundação da entidade quanto ao tratamento desses direitos. Silvio José Albuquerque e Silva (2004) destaca que, os direitos humanos têm como alicerce o princípio da igualdade e da não discriminação, sendo eles independentes, individuais, comuns a todos os seres humanos e alheios à competência restritiva do Estado, portanto não alienáveis ao poder nem delegáveis ou derogáveis, tendo como máxima a dignidade humana.

¹¹ O Conselho Econômico e Social (CES) da ONU criou a Comissão de Direitos Humanos (CDH), que foi substituída pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH-ONU) em 2006. O CES teria como principal objetivo “[...] criar condições de estabilidade e bem-estar que se fazem necessárias para as relações pacíficas entre as nações, baseadas no respeito ao dogma da igualdade de direitos e à livre determinação dos povos. Suas funções englobam assuntos de caráter econômico, social, cultural e sanitário, bem como os que dizem respeito à observância dos direitos humanos, tendo em vista assegurar o bem-estar dos indivíduos e o respeito às liberdades fundamentais para todos.”. Tendo em vista a necessidade de codificar os direitos humanos e assegurar mecanismos de proteção da dignidade humana, a CDH é criada em 1946, subordinada ao CES. Ela “[...] pautou sua atuação no sentido de propor recomendações, elaboração de relatórios sobre a proteção dos direitos humanos, rechaçando até mesmo toda forma de discriminação.”. A transformação da Comissão em Conselho em 2006 se deveu às contínuas críticas quanto a sua “seletividade” e “discurso excessivamente político”, não obstante o desempenho de relevantes tarefas, como a redação da DUDH, ter se tornado o primeiro organismo mundial de Estados membros focado exclusivamente em direitos humanos e ter se tornado uma organização de referência para Estados, grupos e indivíduos, aconselhando e recebendo denúncias, com sua capacidade investigativa trazendo à tona diversos abusos ao redor do globo. Se até 1967 a CDH teve uma postura “absenteísta” - limitando-se a redação dos principais instrumentos do DIDH como o PIDESC e o PIDCP e considerando não ter autoridade para “invadir” a jurisdição interna dos Estados -, daí em diante adotou uma atitude “intervencionista”, manifestando ainda que de forma tímida certo “direito à ingerência” por meio de investigações e relatorias específicas. A virada é marcada pela adoção da Resolução 1.235 pelo CES, em 1967, que trouxe um dispositivo permitindo à Comissão e à Subcomissão de Prevenção de Discriminações e Proteção às Minorias que monitorassem a situação dos direitos humanos na África do Sul. Três anos depois foi instituído o “procedimento confidencial”, autorizando que comunicações sobre violações fossem submetidas ao Conselho de forma confidencial. Além da designação de grupos para atuarem em temas específicos (desaparecimentos forçados, direito ao desenvolvimento, povos indígenas) outros foram criados para apurar violações sistemáticas em países ou territórios, como na África do Sul, nos TPO e no Chile (1975). A criação do CDH-ONU, vinculado à AG-ONU, teria buscado superar os

“padrões duplos e seletivos” e o “discurso eminentemente político” que fundamentaram os trabalhos da CDH (vinculada ao CES), que para Guerra (2011, p. 97-108) teriam ficado “ao sabor do interesse dos países poderosos” e de uma “seletividade intervencionista”. O Conselho foi criado pela resolução 60.251, com a aprovação de 170 países, a oposição de quatro (EUA, Israel, Ilhas Marshall e Palau) e três abstenções (Venezuela, Irã e Belarus). A situação dos TPO foi abordada desde a primeira sessão oficial do Conselho, em junho de 2006, que instou o governo israelense a reverter o processo de colonização. O Conselho também abordou com frequência as ofensivas militares israelenses, condenando-as.

¹² A Conferência de Teerã, em 1968, propondo-se a revisar os avanços desde a proclamação da DUDH e estabelecer um programa para o futuro, constituiria um marco na internacionalização do DIDH e no reconhecimento de sua universalidade ao contar com a participação da imensa maioria dos Estados então existentes, além de representantes de órgãos internacionais e não governamentais. A Conferência de Viena, em 1993, realizada a partir do importante acúmulo desde a DUDH e Teerã, instou os Estados a aderirem aos instrumentos internacionais, buscando assegurar sua universalidade e propor regras de ação bem definidas. Significou um avanço na afirmação do respeito aos direitos humanos de todos, garantindo sua universalidade, interdependência e indivisibilidade ao globalizar mecanismos concretos de proteção, aprofundar a constitucionalização desses direitos, estabelecer tribunais internacionais e importantes pressupostos programáticos indispensáveis, como a inter-relação entre desenvolvimento (considerado um direito), democracia e direitos humanos; a legitimidade do monitoramento internacional das violações, invalidando o abusivo recurso à soberania para encobrir violações; e a prevalência dos direitos humanos universais sobre as especificidades históricas, culturais, étnicas e religiosas. A Conferência resultou na “Declaração e Programa de Ação de Viena”, reconhecendo a legitimidade da tutela internacional dos direitos humanos, bem como a limitação da soberania estatal.

¹³ Pelo menos em teoria, essa tendência deveria culminar em “Estados de direito democráticos, sociais e ambientais”, amigáveis e cooperantes na esfera global, transitando da concepção hobbesiana de soberania centrada no Estado para a kantiana de cidadania universal. Em oposição à ordem westfaliana, os Estados passaram a ser limitados em sua soberania dado a primazia da pessoa humana, como sujeito de direitos inerentes, inalienáveis e protegidos internacionalmente.

¹⁴ Além dessa busca por legitimidade internacional, Ramos destaca outros cinco fatores para explicar a adesão dos países aos instrumentos e tratados internacionais, limitadores de sua soberania. Primeiro, o repúdio às barbáries praticadas durante a Segunda Guerra, gerando a necessidade de evitar sua recorrência e criar um “arcabouço normativo internacional na defesa de direitos humanos” impedindo violações avalizadas por ordenamentos domésticos. Segundo, o apoio ao DIDH estaria associado à busca de legitimidade à medida que serviria de instrumento para fundamentar um diálogo ético e legítimo entre os povos, constituindo uma agenda comum mundial que aproximaria Estados e os faria dialogar e agir em parceria superando tensões. Terceiro, haveria uma motivação econômica nessa cooperação planetária e internacionalização dos direitos humanos, sendo esta uma agenda tanto dos países desenvolvidos quanto “subdesenvolvidos”. Ao passo que os primeiros buscam exigir um “standard mínimo de direitos”, os “países subdesenvolvidos” veriam na proteção internacional do DIDH um meio de cobrar mudanças na área do direito comercial e econômico internacional, propondo a revisão de dívidas e patentes para garantir seu direito ao “desenvolvimento”. Quarto, a atuação das sociedades civis e sua organização transnacional impulsionaram os direitos humanos e sua internacionalização, com as ONGs nacionais percebendo nos tratados internacionais alternativas para conseguirem objetivos inalcançáveis no meio interno, dado correlações de força desfavoráveis. Quinto: a indignação das comunidades nacionais face ao desrespeito da dignidade humana em qualquer lugar, ocorrendo “mobilização da vergonha” e “poder do embaraço”, com as ONGs locais inserindo nas agendas políticas de suas áreas de atuação a proteção de direitos humanos, contribuindo assim para a internacionalização da temática.

¹⁵ Silvio José Albuquerque e Silva (2004) ressalta que, se a aprovação da DUDH contou com amplo e entusiasmado apoio e consenso, sua necessária transposição em instrumentos jurídicos internacionais de caráter obrigatório foi mais tortuosa e complexa. Além das divergências oriundas da Guerra Fria, a insistência westfaliana no caráter soberano dos Estados travancou o desenvolvimento e a implementação plena desses direitos. Como resposta às alegadas violações de direitos humanos, governos frequentemente invocaram a ilegitimidade das acusações e dos mecanismos estabelecidos pela ONU, bem como a impossibilidade desta interferir em assuntos internos de seus membros. Apesar desses óbices, gradativamente, a efetivação dos direitos humanos foi sendo aceita junto a concepções mais flexíveis de soberania. Contudo, na prática, tanto o DIDH quanto o DIH estão longe de serem respeitados, bastando ver os anuários publicados pela AI desde meados dos anos 1960.

¹⁶ Por execuções extrajudiciais a AI entende “[...] mortes ilegais deliberadas empreendidas sob ordem de um governo ou com sua cumplicidade.”, sinônimo de “mortes políticas” que seria uma expressão mais corrente que incluiria assassinatos por grupos políticos armados. Quando as mortes ilegais resultam de

ordens ou políticas oficiais, ou quando há recusa das autoridades em investigar ou levar os perpetradores à justiça, tratar-se-iam de execuções extrajudiciais – “uma assassinato político pelo qual o governo é responsável”. Mortes ilegítimas durante conflitos armados por forças do governo ou oposição seriam assassinatos políticos. Já o termo desaparecimento teria se internacionalizado a partir de eventos ocorridos em grande escala na Guatemala, a partir dos anos 1960. Desaparecido seria uma pessoa em relação a qual há razões para acreditar que foi tomada sob custódia pelas forças de segurança, mas as autoridades negam.

¹⁷ Sobre os assassinatos perpetrados por grupos políticos armados, que a AI passou a monitorar a partir dos anos 1990, ela menciona diferentes modalidades, como assassinatos aleatórios deliberados de civis indefesos, assassinatos de reféns, pessoas fora de combate, indivíduos visados por apoiarem determinado governo ou por supostamente serem colaboradores, infiltrados ou oponentes do grupo. A organização menciona ações de grupos comunistas na América Latina e de movimentos de libertação ou separatistas na África, Ásia e Europa, que não têm sistemas judiciais nem leis limitando sua ações, tampouco estão submetidos às restrições impostas pelos tratados internacionais, embora frequentemente recebam apoio de governos signatários das convenções internacionais, como os “contra” na Nicarágua apoiados pelos EUA. A AI afirma que é imparcial em sua abordagem desses grupos, não tendo uma posição sobre a legitimidade da rebelião armada, mas condenando os inocentes vitimados por eles e tentando fazer com que operem dentro de padrões mínimos. Há um texto específico da AI sobre os assassinatos deliberados e arbitrários promovidos por grupos armados de oposição, parte do mesmo material da campanha referente às práticas governamentais. No mesmo, a AI reitera sua intenção de não discutir a legitimidade desses grupos, mas de fazer com que eles, assim como os governos contra os quais agem, respeitem padrões mínimos, abstendo-se de violações como tortura, assassinato deliberado de civis, tomada de reféns, que seriam crimes independentemente do contexto. São mencionados casos nos diferentes continentes, incluindo as ações dos grupos armados palestinos. Uma passagem do documento se aplica perfeitamente à relação de Israel, Hamas e direitos humanos e humanitários: “A guerra de propaganda se estende às atrocidades cometidas pelos dois lados. Grupos de oposição que cometem assassinatos deliberados e arbitrários podem apresentar essas obras como heroicas, as justas ações de um ‘povo oprimido’. Governos, condenando as mesmas ações como moralmente repreensíveis, podem usar a ameaça como um pretexto para as suas próprias práticas duras e ilegais, como detenções arbitrárias, tortura, ‘desaparecimentos’ e execuções extrajudiciais. Grupos de oposição, da mesma forma, podem usar as violações governamentais como uma desculpa para cometer atrocidades semelhantes.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1993b).

¹⁸ O termo Oriente Médio data do final do século XIX, contexto do avanço do imperialismo e colonialismo pela Ásia e África. Em sua origem está uma visão eurocêntrica e orientalista de mundo, refletindo os interesses diplomáticos e estratégicos das potências de então. Inicialmente, sem contornos precisos, o termo foi empregado para definir a região entre o “Oriente distante” e o “Oriente próximo”, portanto a Península do Golfo e suas adjacências. Após a Segunda Guerra o termo se difundiu e, sobretudo nos Estados Unidos, passou a se referir a uma região ainda mais ampliada, abrangendo desde a Líbia até o Irã ou o Paquistão (KOPPES, 1976; MEYERS, BRYSAK, 2008. p. 37-28).

¹⁹ Immanuel Wallerstein (2007, p. 30-43; 60) segue na mesma linha de denúncia de arbitrariedades no discurso dos direitos humanos. Para ele, tratar-se-ia ainda da velha lógica de justificar conquistas militares, exploração econômica e injustiças massivas em nome do pretenso “bem maior” que a expansão da fé, do progresso, da civilização (“fardo do homem branco”), da democracia ou dos direitos humanos representaria para todos os povos, mantendo-se a contradição entre o discurso e a prática.

²⁰ Para Hannah Arendt (1989, p. 156), o imperialismo surge a partir da rejeição pela burguesia das fronteiras nacionais como barreiras à expansão econômica e de sua decisão de adentrar na esfera política a fim de consumir seus interesses, sobretudo a ampliação do sistema capitalista. Em suas palavras, “Com o lema ‘expansão por amor à expansão’, a burguesia tentou - e parcialmente conseguiu - persuadir os governos nacionais a enveredarem pelo caminho da política mundial.”, tornando a expansão o objetivo final da política externa, traduzindo-se em ampliação de mercados diante do crescimento da produção industrial. Na canônica visão de Vladimir Ilich Lênin (1979) o imperialismo seria uma etapa nova, inevitável e específica do capitalismo. De natureza expansiva, o imperialismo estaria vinculado à tendência de queda de lucros e busca de mercados mais promissores, oriunda da crescente concorrência. Nas palavras de Dennison de Oliveira (2006): “A criação de enormes Impérios foi resultado de um conjunto de iniciativas políticas, econômicas e militares por parte de países que lideravam tanto os processos de industrialização quanto de disputa do mercado mundial naquele momento. A ocorrência quase simultânea da corrida imperialista entre as maiores nações da Europa (Grã Bretanha, França, Alemanha, Itália), EUA e Japão, a competição por parcelas do mercado mundial, a Segunda Revolução

Industrial e o acirramento das rivalidades diplomáticas e militares entre aquelas nações suscitou extensos debates sobre as possíveis relações entre estes fenômenos.”.

²¹ Em meados de 1916, franceses e ingleses assinaram, com o beneplácito da Rússia, Itália e Japão, o acordo secreto que ficou conhecido como “Sykes-Picot”. Ignorando a promessa de constituir uma nação árabe soberana feita pelos britânicos ao protetor de Meca, xarif Hussein, o objetivo do acordo era, basicamente, regulamentar a economia no Oriente Médio, prevendo o trânsito de mercadorias, a criação de serviços e tarifas. A região seria, e de fato foi, repartida entre França e Grã Bretanha em áreas de controle direto e zonas de influência, com um reino árabe independente (atual Arábia Saudita).

²² Yosef Gorny (1987, p. 14; 198) destaca que, independentemente se “integracionistas”, “separatistas”, “trabalhistas” ou “liberais”, os primeiros sionistas estavam imbuídos de um “senso de elitismo”, “zelo missionário” e “tradicional superioridade europeia diante de seu entorno asiático”. Cabe destacar que, muitos “integracionistas”, ao mesmo tempo que defendiam um Estado binacional reconheciam a necessidade de uma maioria judaica.

²³ Seguindo Cleveland e Bunton (2009), a política israelense inicial de neutralidade relativa à Guerra Fria foi abandonada em favor dos EUA diante do estreitamento gradativo dos laços entre regimes árabes inimigos e a URSS. Essa virada ocorreu especificamente a partir de 1967 quando Israel passou a ser visto como aliado estratégico para a política externa estadunidense na região no sentido de deter o avanço soviético e dissuadir os árabes de se envolverem em novo conflito aberto. Além do contínuo apoio diplomático na ONU, a assistência militar e econômica a Israel passou de 77 milhões de dólares em 1968 para 693 milhões em 1975, não obstante a frequência com que o país médio-oriental seguiu rumos contrários às expectativas estadunidenses, comprometendo parcialmente seus interesses estratégicos. O acontecimento de maior destaque no período foi a invasão do Egito em 1956, promovida juntamente com França e Grã-Bretanha, mas frustrada pelas reprimendas internacionais tanto dos EUA quanto da URSS, que impuseram um retorno ao status quo.

²⁴ Se o Egito não considerou a Faixa de Gaza como parte de seu próprio território, a Jordânia anexou em abril de 1950, formalmente, Jerusalém Oriental e a Cisjordânia, violando o DIH e colidindo com a posição da comunidade internacional, inclusive da Liga Árabe (ZERTAL; ELDAR, 2007, p. 336-337).

²⁵ As primeiras atividades voltadas à realização de seu ideal territorial na Palestina/Israel ocorreram na Rússia, entre as décadas de 1880 e 1890. Grupos sionistas foram organizados e instalaram pequenas e isoladas colônias agrícolas no território médio-oriental. O panfleto “Autoemancipação”, escrito por Leo Pinsker em 1882, sustentou ideologicamente o movimento. A premissa é a mesma repetida anos depois no “O Estado judeu”, de Theodor Herzl: os judeus constituíam uma nação, mas não possuíam um Estado. Se leis de emancipação e equiparação da cidadania haviam sido proclamadas, difundindo-se pela Europa, o antisemitismo estaria tão enraizado no continente que continuaria irrefreável. Logo, em um mundo de Estados-nações, a única alternativa era estabelecer um Estado judaico independente.

²⁶ É a partir da publicação do Estado Judeu de Herzl e do Congresso da Basiléia, em 1895, que o movimento sionista ganhou corpo e dimensão internacional, por meio da fundação da Organização Sionista Mundial.

²⁷ É possível mencionar uma quarta força envolvida nos embates da Palestina: a monarquia hachemita da Jordânia, que nutria pretensões expansionistas. Durante as hostilidades de 1948, a liderança jordaniana assinou um tratado com as lideranças sionistas em troca da anexação da Cisjordânia (1948-1967).

Posteriormente, o país e seus líderes também se envolveram em conflitos com a resistência nacional palestina, que culminaram na expulsão de suas lideranças de seu território. Cf: SCHLAIM, Avi. *Collusion across the Jordan: King Abdullah, the Zionist Movement and the Partition of Palestine*. New York: Columbia University Press, 1988.

²⁸ Fieldhouse (2006, p. 180-181) divide o relacionamento entre sionistas e britânicos em quatro fases maiores. Até 1937, quando a Comissão Peel publicou seu relatório com sugestões para a resolução do conflito interno, houve confiança no apoio britânico ao projeto sionista de imigração máxima e domínio de toda a Palestina. Entre 1937 e o White paper, em 1939, o apoio continuou massivo, no entanto surgiram as primeiras divergências, com grupos revisionistas já defendendo o controle direto sobre toda a Palestina. A deflagração da guerra contra o nazismo teria amainado essas divergências, que ressurgiram com força após 1944 diante da manutenção dos princípios do White Paper de limitar a imigração judaica.

²⁹ Fieldhouse (2006, p. 217-218) afirma que a posição britânica esteve desde os primórdios marcada por “erro de julgamento” e “autoilusão” decorrente do pouco conhecimento sobre a Palestina e a hostilidade local à imigração judaica e compra de terras. “A maioria parece ter visto eles como ‘levantinos’ decadentes, incapazes de desenvolver seu próprio país. O que precisariam era de injeção de habilidades e da ética trabalhista ocidental. Foi a clássica atitude ocidental relativa a um povo supostamente atrasado [...]”, semelhante a representação europeia das sociedades da África e Ásia. Embora alguns britânicos instalados no Egito ou mesmo na Palestina conhecessem melhor a realidade local e fossem críticos da

empresa sionista, suas opiniões foram consistentemente sobrepujadas. Somente em 1939, quando já era irreparável, a realidade palestina foi encarada de forma mais crítica pelas autoridades do Mandato e a causa sionista então deixou de ser hegemônica entre a elite britânica, que mesmo assim enquanto ignorava o nacionalismo árabe ainda via nos sionistas “aliados da Grã-Bretanha”. O longo apoio britânico ao sionismo teria uma explicação ideológica, adesão à causa, e outra política e estratégica: controle de área crítica vizinha ao Canal de Suez e obtenção do apoio dos judeus da Rússia e EUA durante a Primeira Guerra.

³⁰ Conforme Avi Shlaim (2004, p. 53-62), a doutrina da “muralha de ferro” consiste em criar um poder militar insuperável e impor sucessivas derrotas às tentativas árabes de dismantelar o Estado judeu até que, reconhecendo a inexpugnabilidade de Israel e sua presença como fato consumado, resignem-se e aceitem dialogar em uma posição fragilizada. Shlaim salienta ainda que o movimento sionista não era monolítico, mas cindido por uma “coleção de partidos políticos rivais”, ainda que hegemônico pelo Partido Trabalhista. Além de concepções territoriais, trabalhistas e revisionistas estavam divididos quanto ao uso da força, sendo os segundos mais honestos em admitir que a recorrência à força para consumir o Estado judeu era imprescindível, posição gradualmente aceita pelos primeiros embora nunca admitida publicamente. “Portanto, em última análise, a divergência não foi tão grande assim: os líderes trabalhistas passaram a confiar cada vez mais na estratégia da Muralha de Ferro.”, destacando-se a aproximação feita por David Ben-Gurion para quem o conflito com os palestinos também era inevitável, haja vista o caráter nacional de sua oposição ao sionismo. Ambos estiveram de acordo quanto ao plano de partilha, cujas fronteiras seriam ampliadas na sequência: a divergência era antes nos meios do que nos fins almejados. Primeiro viria o Estado judeu depois as negociações de paz.

³¹ Cleveland e Bunton (2009) destacam que, as atrocidades praticadas contra os judeus na Europa angariaram apoio à causa sionista, que passou a ser propagandeada como reparação das injustiças, tornando-se os EUA o centro do “ativismo sionista internacional”, onde atuaria um influente lobby, que influenciou os presidentes, desde Harry Truman, cujo apoio fora decisivo para garantir a aprovação do plano de partilha da ONU e a criação do Estado de Israel. André Gattaz (2003) detalha a pressão exercida pelos EUA junto a seus aliados para conseguir a aprovação da resolução 181.

³² Na explicação da vitória sionista em 1948, D. K. Fieldhouse (2006, p. 172-179) faz uma revisão bibliográfica destacando vários fatores, como a fragmentação da sociedade e das lideranças palestinas e árabes, o não envolvimento com as instituições do Mandato - o que teria travancado o desenvolvimento de instituições locais - e a incapacidade de articular um movimento político unificado e massivo. Em contrapartida, a comunidade judaica na Palestina, embora minoritária, teve um desenvolvimento progressivo de suas instituições, já contando com uma espécie de Estado paralelo oficialmente reconhecido ainda durante o Mandato, o que garantiu a eficácia de sua oposição às concessões que os britânicos decidiram fazer aos árabes-palestinos, a partir de 1939. Ou seja, além do componente britânico, a vitória sionista em 1948 é explicada a partir de realizações econômicas, sociais e políticas prévias dos colonizadores comuns a outras sociedades coloniais. Três pontos se sobressaem. Primeiro, a criação de uma sociedade e economia dinâmicas e modernas, pautadas pela autonomia ou princípios como salários maiores e empregos preferenciais, senão exclusivos, para judeus - garantindo emprego para os recém-chegados (“redenção do trabalho”). Segundo, seletividade na escolha dos judeus que teriam o direito de imigrar, privilegiando “pioneiros com potenciais”. Terceiro, estruturação de uma rede de instituições locais (serviços educacionais e de saúde autônomos, um exército, parlamento e executivo próprios, espécie de “Estado dentro do Estado”) e de uma rede internacional de apoio (Organização Sionista Mundial, seu braço executivo - a Agência Judaica para a Palestina - e o Fundo Nacional Judaico) voltada ao financiamento e viabilização da empresa sionista, inclusive a aquisição de terras para uso exclusivo (“redenção da terra”). A peculiaridade do *yishuv* em relação às demais experiências coloniais seria a estrutura política complexa e transnacional criada, envolvendo a participação de diferentes agentes nacionais e internacionais integrados em torno de um mesmo propósito. Para Cleveland e Bunton (2009, p. 242-248), a sociedade árabe-palestina teria uma liderança fraca, deslocada da sociedade, e se caracterizaria pelo faccionalismo - alimentado pelas autoridades do Mandato - e pelo fato dos interesses pessoais de lideranças estarem colocados acima de objetivos coletivos. Já o movimento sionista - não obstante divisões internas táticas e quanto à natureza laica ou religiosa do Estado e quais deveriam ser suas fronteiras - teria organizações muito mais representativas e com mais recursos humanos e financeiros, além de serem oficialmente reconhecidas e capazes de interceder eficazmente junto às autoridades do Mandato para avançarem seus interesses. As instituições sionistas constituiriam em seu conjunto um Estado paralelo a serviço de sua causa nacional e com apoio internacional de diferentes organizações instaladas nos EUA e Europa, constituintes da Organização Sionista Mundial.

³³ Fieldhouse (2006, p. 176) destaca que, se muitos proprietários árabes se beneficiaram ao venderem suas terras por preços elevadíssimos, a aquisição fundiária do movimento sionista na Palestina antes da guerra

ou limpeza étnica ficou aquém do propósito almejado. Se a população cresceu enormemente na década de 1930, o total da área agrícola alcançou meros 4,6% do total, em 1936.

³⁴ Tais constatações são corroboradas em maior ou menor grau por outros autores (FIELDHOUSE, 2006, p. 193; BOUSSOIS, 2008; VIDAL; ALGAZY, 1998; CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 268-270; GATTAZ, 2003, p. 108-109; 117; ABUNIMAH, 2006, p. 97). A título de exemplo, a principal liderança trabalhista da comunidade judaica na Palestina, considerada o “pai fundador” do Estado de Israel, David Ben Gurion, antecipou em uma década a sina dos palestinos, pronunciando-se da seguinte forma em 1938 em meio aos debates acerca do futuro do território e das propostas de partilha: “Quando nos convertermos em uma força com peso, como resultado da criação de um Estado, aboliremos a partilha e nos expandiremos para toda a Palestina. O Estado será somente uma etapa na realização do sionismo e sua tarefa é preparar o terreno para nossa expansão. O Estado terá de preservar a ordem, não através da pregação, mas sim com as metralhadoras” (SCHOENMAN, 2008, p. 76-77).

³⁵ Entre 1948 e 1951, a população do país saltou de aproximadamente 650.000 para pouco mais de 1.300.000 pessoas, dado o grande fluxo de imigrantes europeus e dos países árabes. Aqueles desenraizados pelos nazistas se integraram na sociedade israelense, formada e liderada sobretudo por judeus europeus. Já os judeus de língua e cultura árabe, com experiências políticas e concepções do judaísmo distintas, tiveram uma assimilação mais demorada e tortuosa, constituindo uma parcela marginalizada da sociedade, o que gerou tensões sociais à medida que cresceram numericamente e passaram a exercer maior pressão política. Quanto à população remanescente de árabes-palestinos, cerca de 160.000 nos primeiros anos, Shlaim (2004) destaca que eles foram expropriados de vastas porções de terras, alguns realocados à força e estiveram até 1966 submetidos a uma administração militar, sendo impedidos de desenvolverem organizações representativas, pois vistos como possível quinta coluna. Até hoje sofrem discriminação de salários e emprego, sendo excluídos por sua “não judeidade” da “missão central do Estado judeu”, não obstante terem crescido numericamente, representando cerca de 20% da população total, e formado organizações políticas, integrando-se à política nacional como minoria representada. Um paralelo interessante entre sua espacialidade e a dos TPO é feito por Yiftachel (2006) ao pensar Israel como etnocracia, o que explica a restrição de suas propriedades em ambos os territórios.

³⁶ Sobre o estabelecimento e à consolidação das estruturas governamentais, a existência prévia de um quase Estado judaico dentro do Mandato facilitou a edificação das instituições estatais de Israel, muitas das quais puderam contar com a continuidade do pessoal que já havia acumulado experiência nas diferentes áreas da administração pública. A mesma organização que fora hegemônica durante o mandato, o partido trabalhista Mapai, conseguiu manter-se no governo até 1977, tendo relativo sucesso em unificar as diferentes organizações comunitárias em torno das instituições nacionais como as FDI e o parlamento (Knesset). O sistema político israelense é, desde então, caracterizado por uma democracia parlamentar unicameral e multipartidária, com um presidente quase cerimonial haja vista a grande concentração de poder nas mãos do primeiro-ministro e de seu gabinete, necessariamente mantidos por meio de governos de coalizão que demandam compromissos e concessões. É o caso da aliança entre trabalhistas e um bloco de pequenos partidos religiosos, que durou até 1977, com os primeiros avançando em seu programa geral, mas fazendo concessões parciais às plataformas religiosas que institucionalizaram o papel da religião na vida pública, como a paralisação de alguns serviços durante o shabat, dieta kosher em instituições públicas, financiamento público de escolas laicas e religiosas, reconhecimento de cortes religiosas como parte do sistema jurídico formal e definição nos cartões de identidade israelenses da nacionalidade de seu possuidor como “judeu” ou “árabe”, portanto não somente israelense. Inclusive, uma das principais tensões internas seria quanto ao papel da religião na cultura nacional e nas instituições estatais, opondo-se laicos e religiosos (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 345-347; 350-353).

³⁷ Na perspectiva de Gurion, ao passo que os acordos de armistício se adaptavam às demandas de Israel por reconhecimento exterior e relativa segurança e estabilidade, protelavam acordos formais de paz que exigiriam indesejadas concessões territoriais e o retorno de um número significativo de refugiados. Em consonância com o corolário da “muralha de ferro”, a crença era que o tempo favoreceria Israel, sobretudo em relação às fronteiras, refugiados e Jerusalém, com o mundo esquecendo as resoluções da ONU desfavoráveis a Israel no concernente aos três tópicos. Eis o motivo de Gurion ter rejeitado sondagens de paz vindas dos governos vizinhos ainda nos primeiros suspiros do novo Estado. Assim, se até 1949, o movimento sionista teria sido um agente de transformação no Oriente Médio, a partir dos acordos de armistício se tornou um “poder da situação”, com os governos e sociedades árabes pressionando por mudanças. O contentamento com o status quo se refletiu na relutância israelense diante da Conferência de Lausanne, patrocinada pela Comissão de Conciliação da Palestina subsidiária da ONU, durante a qual os árabes mostraram-se igualmente indispostos a ceder nas questões territoriais e dos refugiados. Conversações bilaterais, preferidas pelos trabalhistas, embora iniciadas no período com diferentes governos vizinhos igualmente malograram. No impasse com a Jordânia referente ao futuro da

Cisjordânia ficaram nítidos os primeiros embates entre israelenses proponentes da paz ou da expansão territorial, com Gurion mudando sua posição – ainda que de forma vacilante - em direção à segunda opção e à Muralha de Ferro (SHLAIM, 2004). Shlaim destaca ainda que, tanto a situação territorial quanto demografia estava aparentemente resolvida para Israel, sendo comum a visão de que a demanda era por mais pessoas e não por mais terras - exceto para grupos da direita e setores governistas que não abandonaram seu plano do Grande Israel. Já Nur Masalha (2000) e outros autores destacam a continuidade dos generalizados anelos de expansão territorial, perpassando os diferentes segmentos do sionismo.

³⁸ Quanto a essas infiltrações de refugiados, a maioria ocorreu por motivos econômicos e sociais e somente a ínfima parte, ao menos inicialmente, para fins guerrilheiros. Outras respostas israelenses para o problema foram patrulhas, colonização das fronteiras e realização de operações de busca nas áreas árabes-palestinas de Israel para expulsar invasores.

³⁹ Ao menos três pontos constituem o cerne das divergências. Primeiro, a importância atribuída aos “fatores externos” na manutenção do Estado de Israel (ONU, EUA, opinião pública internacional), com os “pacifistas” buscando se adequar às normas internacionais e os primeiros autoconfiantes nas FDI e na sociedade israelense como sustentáculos do Estado, minorando a relevância externa. Segundo, as representações dos árabes, com os “beligerantes” nutrindo uma visão colonial de seu inimigo como irreconciliável, “[...] primitivo, feroz e fanático que só entendia a linguagem da força.”, havendo um pretenso “[...] abismo entre ‘nós’ e ‘eles’. ‘Nós vivemos no século XX, eles no XV.’”, sendo Israel “[...] uma sociedade respeitável ... em meio ao mundo da Idade Média.”. Seguindo Shlaim (2004, p. 139-147; 152-153; 163), ainda que Sharret não tivesse a mesma visão, em partes por ter passado parte de sua infância em um povoado árabe, também não estava disposto a receber os refugiados nem a ceder grandes extensões de terras – é importante lembrar que, para Pappé (2008) e Masalha (2008) o pensamento abissal ou colonial perpassa todas as correntes do sionismo. Terceiro, a questão das represálias: para Sharret elas seriam o último recurso em certas circunstâncias, considerando a escala e o senso de oportunidade relativo à conduta global do país e tomando-se o cuidado para não descambarem em uma “rotina militar irrefletida”. Contudo, constantemente ele era pressionado a autorizar represálias, tanto para não ser desacreditado dentro de seu próprio partido (Mapai) quanto diante do Knesset, da imprensa e da opinião pública, afinal ataques aos inimigos geralmente satisfaziam a opinião pública doméstica. Diante dos defensores da expansão, alegava que conquistar a Cisjordânia acarretaria em consequências demográficas insustentáveis, transformando qualquer vitória em impasse. Em contrapartida, Pinhas Lavon, além do desprezo pelos árabes e da defesa do uso da força como meio para garantir a segurança do país não só negava a possibilidade de um acordo de paz como propugnava a expansão das fronteiras por meio da guerra a fim de “retificar a situação geopolítica vulnerável de Israel”. Dayan era igualmente “expansionista e ativista”, advogando que os problemas de segurança deveriam ser enfrentados por meio da ação militar direta, do fortalecimento do poder repressivo das FDI (dissuadindo os árabes) e da ampliação do território de preferência até o rio Jordão, a fim de corrigir a situação de relativa vulnerabilidade legada pelo armistício (SHLAIM, 2004, p. 139-147).

⁴⁰ Shlaim (2004) destaca pontos muito semelhantes quanto à Guerra do Suez. Até certo ponto, Israel conseguiu três objetivos operacionais: derrotar o exército egípcio, aumentando o prestígio e poder de dissuasão das FDI, abrir o estreito de Tiran à navegação israelense por meio de uma garantia internacional e acabar com as infiltrações pelo sul. Internamente, Suez marcou o final da linha moderada representada por Sharret, e a prevalência da escola beligerante, com o apoio popular e político a Gurion alcançando patamares inéditos. Por outro lado, os anelos expansionistas sofreram um retrocesso diante da evidência concreta de que conquistas territoriais não garantem anexações e a influência local de França e Grã-Bretanha diminuiu enormemente. Regional e internacionalmente, o equilíbrio entre os países árabes e Israel, entre as superpotências e entre conservadores e radicais árabes foi alterado, com o Estado judeu se consolidando como potência regional, mas também passando a ser associado mais diretamente ao imperialismo. O prestígio de Nasser e o entusiasmo pan-árabe chegaram a seu apogeu, incorporando de vez a Questão Palestina e recebendo o apoio soviético. Quanto aos EUA, a superpotência capitalista procurou manter uma neutralidade a fim de assegurar o acesso às fontes de petróleo e o apoio de governos locais contra a URSS, o que levou Israel a se aproximar de países da Europa Ocidental, a buscar uma aliança da periferia e se aproximar de países africanos visando romper seu isolamento. A Doutrina Eisenhower, cooperando e apoiando militarmente países locais contrários ao comunismo internacional, garantiu uma melhora das relações de Israel com a superpotência “ocidental”, que só se consolidariam definitivamente a partir dos anos 1960 com Lyndon Johnson, mas especialmente de 1967 em diante. Sobre os preparativos anglo-franceses-israelenses para deflagrar a Guerra do Suez, Shlaim (2004, p. 222-223; 229; 234; 237-246; 266; 277-278) destaca um plano “fantástico” de Ben-Gurion voltado à “reorganização do Oriente Médio” e à expansão territorial. A Jordânia seria extinta, ficando a Cisjordânia

como uma região semiautônoma ligada a Israel e o restante anexado ao Iraque, desde que reconhecesse Israel e assentasse ali os refugiados palestinos. O Líbano teria seu sul predominantemente de população muçulmana dominado por Israel, criando-se um Estado cristão no restante. Partes do Sinai seriam anexadas, Nasser deposto e a livre navegação no canal de Suez assegurada. Tal plano, além de evidenciar a falsidade da versão oficial israelense de que a guerra ocorreu devido ao iminente perigo de um ataque egípcio, revela os desejos expansionistas, o descaso com a soberania e integridade territorial árabe e o alinhamento de Gurion com as ex-potências coloniais da região, nos moldes já delineados por Herzl do Estado judeu constituir a ponta de lança do Ocidente.

⁴¹ Shlaim (2004) destaca que, tentando controlar a situação, a intervenção da URSS fora desastrosa, contribuindo para a deflagração do conflito assim como as demonstrações de Nasser alocando tropas no Sinai para, antes de qualquer coisa, impressionar a opinião pública árabe e demonstrar apoio ao aliado sírio, mas não provocar a guerra. O impasse crescente levou à formação de um governo de unidade nacional em Israel no começo de junho, com a opção da “guerra preventiva” prevalecendo pela pressão dos militares, desejosos de restaurar o poder dissuasivo das FDI, não obstante os esforços iniciais de Levi Eshkol para esgotar a via diplomática e a oposição dos EUA ao país iniciar as hostilidades.

⁴² Seria o caso do ataque jordaniano que deu início aos conflitos na Cisjordânia, oportunizando sua conquista que até então não havia sido discutida nem no gabinete ministerial nem no Estado-Maior das forças armadas, embora fosse desejada por segmentos consideráveis da população, como os movimentos e partidos revisionistas. Diferentemente da frente egípcia, a expansão a leste e a norte teria derivado do aproveitamento de desenvolvimentos militares e não da execução de um planejamento político, ainda que houvesse pressão de alguns setores para ampliar as conquistas também nessas partes.

⁴³ Diferentemente de Gordon, Weizman e de outros autores que indicam os ensaios jurídicos acerca de uma possível ocupação militar do restante do território do Mandato Britânico, Kretzmer (2002, p. 6-8) afirma o despreparo e não intencionalidade inicial de Israel em ocupar os territórios, que logo foi substituída por um quase consenso em torno de condicionar qualquer retirada a um acordo de paz.

⁴⁴ Baseando-se em Foucault, Neve Gordon (2008) coloca que os diferentes aparatos e práticas de controle empregados nos TPO estiveram baseados em três modos fundamentais de poder: disciplinar, biopolítico e soberano. Nos primeiros anos as modalidades disciplinares e biopolíticas teriam sido enfatizadas, no lugar do poder soberano – presente antes, mas hegemônico da Primeira Intifada em diante, tanto pela aplicação quanto suspensão da lei. Seria a mudança de ênfase de um para outro, ao invés da imposição de novas formas de controle, que ajudaria a compreender as modificações extensivas na ocupação israelense.

⁴⁵ A aproximação entre Israel e África do Sul, sionismo e apartheid, foi o mote dos encontros entre países árabes e africanos, que marcaram as “conferências dos países não alinhados” e os encontros da Organização para a Unidade Africana e da Liga Árabe. Analisando a documentação da ONU, é possível rastrear os primeiros argumentos sobre as analogias entre sionismo e racismo nas discussões travadas entre 1964 e 1965 por sua Subcomissão para Prevenção de Discriminação e Proteção de Minorias - muito embora o Egito já se esforçasse, desde o final dos anos 1950, para traçar esses paralelos em encontros multilaterais africanos, que originariam anos mais tarde a Organização para a Unidade Africana. A formalização da associação entre sionismo e racismo, em 1973 e 1975 - respectivamente resoluções 3153 (G) e 3379 -, teve vários desdobramentos, como a reiteração de condenações a Israel e a fundamentação da oposição do “Segundo” e “Terceiro” mundo ao país, salvo exceções pontuais. O isolamento internacional de Israel foi intensificado nos meses que precederam e sucederam a Guerra do Yom Kippur, em 1973. Cinco anos mais tarde, em meados de 1978, a resolução 3379 considerando o sionismo uma forma de racismo serviu de base para a condenação de Israel na Primeira Conferência Mundial para combater o Racismo e a Discriminação Racial, cujo eixo de debates foi a erradicação do apartheid. Embora a resolução 3379 tenha sido revogada no começo dos anos 1990, dando início ao processo de paz, o tema voltou à tona no novo milênio. No artigo 419 da declaração das ONGs presentes na Conferência de Durban (2001) foi solicitada a restituição da validade da dita resolução. Em seu primeiro informe de 2008, Richard Falk, relator especial da ONU designado para averiguar a situação dos direitos humanos nos Territórios Ocupados, “Toma nota em particular do fato de que a ocupação militar do território palestino tem se prolongado por mais de quarenta anos e tem características de colonialismo e *apartheid*, como assinalou o relator especial anterior.” (SAHD, 2015; COCONI, 2010, p. 101; ABUNIMAH, 2006, p. 141).

⁴⁶ Para Baruch Kimmerling (1989, p. 272-278), desde 1967 o destino dos territórios se tornou a clivagem primária da sociedade israelense, em partes refletindo e aprofundando as disputas entre religiosos e laicos. A guerra resultou na sobreposição entre a teológica “Terra de Israel” e os limites do sistema de controle israelense, o que significou para muitos um “completo retorno à ‘Terra dos Patriarcas’”, com todas as conotações fundamentalistas. O problema não era tanto a manutenção das terras conquistadas, mas o que fazer com sua população nativa árabe palestina que representava um perigo demográfico. Assim, a linha

demarcatória dos TO serviu para a diferenciação da população (grosso modo, “judeus israelenses”, “árabes israelenses” e “palestinos”) e fronteira, como terra a ser conquistada e colonizada. A demografia também norteou debates dentro das linhas anteriores a 1967, especificamente no concernente ao acelerado crescimento dos “árabes sob controle de Israel”, gerando nova ênfase no caráter judaico do Estado e um denominador comum entre judeus ocidentais e orientais. Em outras palavras, para Kimmerling com a ocupação laços religiosos se tornaram mais significativos em detrimento dos laços civis, propiciando uma ‘primordialização’ da identidade coletiva (etnia).

⁴⁷ Desenraizados, destituídos e, salvo uma minoria, reduzidos à ajuda humanitária da ONU e sem perspectiva de resolução final de sua condição (nem repatriação nem nacionalização nos locais de refúgios, exceto na Jordânia) os refugiados e seus campos se tornaram seminais para a formação da consciência nacional palestina, constituindo importante parcela do contingente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Após 1967, esta organização deixou de ser instrumento dos governos árabes e se tornou um “governo no exílio”, espécie de organização guarda-chuva do movimento nacional palestino então envolvido na luta armada e diplomática contra Israel, sob liderança de Yasser Arafat. Mas, se os palestinos no exílio conseguiram operar guerrilhas e ações terroristas, sobretudo a partir do Líbano, não raro foram impedidos pelos países hóspedes de criarem organizações e promoverem ações armadas a fim de evitar tensões e represálias israelenses, o que provocou intermitentes conflitos armados internos, como o Setembro Negro na Jordânia (1970-1971) e as perseguições no Líbano, durante sua guerra civil (1975-1990) (GORDON, 2008).

⁴⁸ Eyal Weizman (2007, p. 57-58; 63-64; 70; 101) destaca que a definição dos territórios estratégicos a serem mantidos ao final da Guerra de 1967, com o intuito de constituírem uma fronteira segura, foi acompanhada da destruição de vilas e “evacuação” de seus habitantes, tanto no Vale do Jordão, quanto nas colinas de Golã e no Sinai. Embora o Plano Allon nunca tenha sido encampado oficialmente, foi gradativamente implementado até 1977 sob a premissa de mais terras e mais segurança com menos árabes e de que colônias civis em regiões estratégicas cumpririam importante função militar de observação.

⁴⁹ Golda Meir foi eleita para suceder Eshkol tanto na liderança do Mapai quanto como primeira-ministra, cargo que ocupou e geriu com “mão de ferro” até 1974, sendo intransigente ao não reconhecer e não fazer concessões diante das demandas árabes e palestinas e manter a “muralla de ferro” ou “política do imobilismo”, situando os interesses militares acima das considerações políticas e diplomáticas. A prioridade máxima de seu governo inicialmente de “união nacional” foi a segurança do país, com os TO considerados essenciais, embora pesassem considerações demográficas na decisão de não anexar Gaza nem a Cisjordânia e também a falta de consenso quanto aos objetivos nacionais. Sem um acordo de paz definitivo, o país foi consolidando sua presença nos TO e explorando os espólios da guerra, pois na visão trabalhista o status quo era mais seguro e menos danoso do que a devolução territorial, que exacerbaria confrontos com os “anexionistas”.

⁵⁰ Com o acirramento das tensões, as superpotências se envolveram definitivamente no conflito, com os EUA fortalecendo a posição regional de Israel como parte da “Doutrina Nixon” de terceirizar o combate ao comunismo internacional para seus aliados regionais, vendo especificamente no Oriente Médio o impasse como favorável a suas posições – visão partilhada pelo governo de Golda Meir (SHLAIM, 2004, p. 325-362).

⁵¹ O primeiro governo de Rabin – que sucedeu Golda Meir após sua renúncia em 1974 –, representando um partido com muitas divisões internas concernentes ao futuro dos TO e com uma estreitíssima maioria no Parlamento, teve como foco assegurar a segurança de Israel, buscando para tal fortalecer o poder dissuasivo das FDI, manter as fronteiras do plano Allon e estreitar a parceria com os EUA. Tal qual seus antecessores e em sintonia com a lógica da “muralla de ferro”, Rabin viu favoravelmente o transcurso do tempo como fortalecedor das posições de Israel para negociar com os árabes, e especialmente com o Egito.

⁵² A primazia dada ao Egito era uma forma de evitar a delicada questão da Cisjordânia, ainda que Rabin estivesse disposto pelo menos verbalmente a fazer concessões dentro da “opção jordaniana”, desde que elas não implicassem no reconhecimento da OLP e dos direitos palestinos à autodeterminação. Tal posição dificultava as chances de paz no fronte leste, dado tanto a decisão da Liga Árabe, em 1974, de reconhecer a OLP como a única e legítima representante do povo palestino quanto os esforços internacionais das lideranças palestinas por reconhecimento, que foram coroados pelo discurso de Arafat na ONU.

⁵³ O acordo de Camp David, em 1978, foi assinado pelo sucessor de Nasser, Anwar el-Sadat, e pelo governo revisionista de Menachem Begin, ambos sob forte pressão estadunidense. O acordo de paz, não obstante manifestações contrárias de ultranacionalistas e colonos, foi apoiado por amplas parcelas da população israelense e está relacionado ao surgimento do movimento Paz Agora em Israel. Com o tratado

de paz assegurado e o Egito realinhado na disputa bipolar da Guerra Fria, os EUA ampliaram significativamente seu apoio econômico e militar a ambos os países. Sobre o Movimento Paz Agora, conforme Idith Zertal e Akiva Eldar (2007, p. 100) ele surgiu de uma iniciativa de um grupo de acadêmicos de Jerusalém que encaminhou uma carta ao primeiro-ministro instando-o a abandonar o ideal do “Grande Israel” em favor da paz, pressionando inicialmente pelo avanço das negociações com o Egito.

⁵⁴ Seguindo Weizman (2007, p. 78-79; 89-91), o Gush Emunim foi uma organização extraparlamentar, uma corrente do sionismo nacional-religioso que mesclou de forma idiossincrática diferentes características do nacionalismo judaico, como culto aos pioneiros, militarismo, religião, nacionalismo e messianismo. O principal objetivo de sua agenda era a colonização dos TPO, vistos como sagrados e atrelados à “redenção final”. Seu surgimento esteve em compasso com a recuperação das religiões políticas ou “fundamentalismo” ao redor do mundo, desde o Irã até os EUA. O movimento agiu tanto como lobby político quanto diretamente na colonização como meio de pressionar os governos, impedir concessões territoriais em negociações e avançar em seu projeto do “Grande Israel”, reivindicando a herança dos pioneiros sionistas e se apresentando como seus continuadores. Após 1981, a ideologia do grupo foi encampada pelo segundo governo Begin, levando à rápida proliferação das colônias.

⁵⁵ Enquanto o Alinhamento Trabalhista recuou de 51 cadeiras para 32, o Likud saltou de 39 para 43 e o Partido Religioso Nacional (PRN) de 10 para 12, que juntamente com dois partidos religiosos menores compuseram o novo governo (SHLAIM, 2004, p. 396).

⁵⁶ Enquanto os trabalhistas foram pragmáticos e priorizaram a defesa e a segurança em sua política externa e relativa à ocupação, os revisionistas foram ideológicos em ambas, colocando sua visão nacionalista jabotinskiana de “redenção, poder e grandeza” e integridade na terra de “Grande Israel” em primeiro plano, o que implicou no fortalecimento da “muralla de ferro” e na dupla negação dos direitos palestinos ou jordanianos à Cisjordânia. Por outro lado, as Colinas de Golã e o Sinai poderiam ser negociados, à medida que não constituíam a “terra natal histórica” em relação a qual, para Begin, o povo judeu tinha um direito histórico incontestável e o compromisso de colonizar. Ao passo que os diálogos com a Síria e a Jordânia não avançaram, a iniciativa unilateral de Sadat de visitar Jerusalém garantiu, a médio prazo, o sucesso do mútuo reconhecimento condicionado à retirada israelense do Sinai. Contornando a demanda egípcia por autodeterminação nacional para os palestinos, a saída foi a divisão dos temas e um plano de autonomia para os TPO dissociando a terra das pessoas e garantindo a continuidade do controle israelense, bem como a protelação irrestrita da decisão final sobre a soberania. O próprio Begin concordara com a extinção de governo militar na Cisjordânia e Gaza, substituindo-o por uma restrita autonomia palestina em diferentes áreas, o que deu origem ao Comitê de Liderança Nacional palestino que, contrariamente ao esperado, pautou-se pela criação de um Estado palestino e pela rejeição à autonomia parcial. Destaca-se, em meio às discussões israelo-egípcias, além da continuidade da colonização da Cisjordânia sob pretexto de “adensamento” das colônias pré-existentes, e inclusive a partir da expropriação de terras particulares, a retaliação israelense a um ataque terrorista protagonizado por um agrupamento palestino, conhecida como “operação Litani”, que levou às FDI a invadir o Líbano e atacar as bases da OLP no país, com a população civil local arcando com as consequências. “Povoados foram destruídos, alguns crimes de guerra foram cometidos, e milhares de cidadãos pacíficos fugiram em pânico de suas casas.”

⁵⁷ O antecedente do Movimento Paz Agora seria uma organização de militares que participaram da guerra de 1973.

⁵⁸ Até o começo dos anos 1980, mais de 40% da Cisjordânia e 30% da Faixa de Gaza foram grilados por meio de requisições justificadas para “fins securitários” e da estatização arbitrária de terras oficialmente consideradas sem registro nem cultivo - categorias legais que para André Gattaz (2003, p. 170) constituiriam “[...] eufemismos para a apropriação pura e simples de terras alheias através da força das armas.”

⁵⁹ O bem-sucedido ataque ao reator nuclear iraquiano Tammuz (“operação Babilônia”), três semanas antes da eleição, contribuiu para essa vitória do Likud, além de reforçar o poder dissuasivo de Israel em conformidade com a “muralla de ferro”.

⁶⁰ Também nesse contexto as colinas de Golã foram anexadas para apaziguar a direita, testar o recém-firmado tratado com o Egito, sinalizar que não haveria mais “concessões territoriais” e deter movimentos em direção a uma paz mais abrangente – violando princípios da lei internacional e gerando protestos e uma resolução condenatória do CS-ONU. Paralelamente, o Líbano foi invadido (“operação Paz na Galileia”), atendendo a uma aliança com maronitas em meio à guerra civil e ao desejo de destruir a OLP e reconfigurar o mapa local a partir de uma política de minorias (“balcanização”), que minaria a reivindicação palestina a um Estado: “[...] a guerra no Líbano era uma guerra pela Terra de Israel.”, afirma Shlaim. Ainda sobre a invasão do Líbano, mais uma vez, a ala ultranacionalista recorreu à tática de

provocar a escalada da violência e distorcer os fatos, transferindo a responsabilidade para os palestinos a fim de justificar não só retaliações, mas uma invasão de maiores proporções em conformidade com os objetivos mais amplos e audaciosos do então ministro da defesa, Ariel Sharon, e do chefe do Estado-Maior, Rafael Eytan, que na prática conduziram as ações israelenses. De uma ação pontual contra a presença da OLP no sul do país, a invasão se tornou mais uma guerra árabe-israelense, culminando no primeiro cerco a uma capital vizinha, Beirute. O método então aplicado remete ao cerco de Gaza nos dias de hoje: “combinação de pressão militar e guerra psicológica”. Uma “campanha de pressão e intimidação” combinando “Ataques aéreos, tiros navais de canhão e barragens de artilharia, bem como alto-falantes e folhetos [...]”, dirigidos oficialmente contra a OLP, mas infligindo na prática pesados danos e enorme sofrimento à população civil por meio de bombardeios contra edificações civis e da privação de serviços básicos com cortes no fornecimento de água e energia. Por volta de dez de agosto de 1982, Sharon ordenou um bombardeio “[...] intensivo e de magnitude sem precedentes a Beirute, no qual pelo menos 300 pessoas foram mortas.”. Não suficiente, após um acordo de retirada da OLP para a Tunísia, Sharon consentiu e viabilizou o massacre genocida nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatila, o que somente lhe custou o cargo tempos depois. Tal qual nos últimos anos, naquela época os métodos foram criticados por membros das próprias FDI e provocaram protestos em Israel e no mundo, inclusive da presidência estadunidense que condenou a operação e considerou as colônias nos TPO um sério obstáculo à paz (SHLAIM, 2004, p. 454-470).

⁶¹ Trabalhistas, liderados por Shimon Peres, indicariam o primeiro-ministro nos dois primeiros anos enquanto os revisionistas de Shamir apontariam o vice e o ministro das relações exteriores. Depois, as posições seriam invertidas. Na pasta da defesa, Yitzhak Rabin ficaria ao longo dos quatro anos. As grandes decisões seriam tomadas por um gabinete interno formado por cinco membros do Alinhamento Trabalhista e cinco do Likud com o direito a veto, o que representava a paralisia política.

⁶² Edward Said (1995, p. 341-350) em um artigo de 1988 destacou que, em meados dos anos 1980, o terrorismo atingiu o auge de sua presença nos debates públicos, com vários governos – amplificados pela mídia – pronunciando-se a respeito. A secretaria de Estado dos EUA o elevou à categoria de problema de política externa “número um”, sendo associado de forma permanentemente, “quase subliminarmente”, com o islã, definição de igual ambiguidade. Esse terrorismo conformaria uma espécie de fenômeno quintessencial, a-histórico, vazio de narrativa, que tornaria o outro, seu praticante, um ser desprovido de narrativa, portanto, fundamentalmente perverso e passível de erradicação para o bem-estar geral. De tática dos oprimidos, o terrorismo se tornou ferramenta ideológica dos opressores, mascarada por um suposto uso neutro desse conceito altamente politizado. Idith Zertal e Akiva Eldar (2007, p. 148) destacam na violência dos anos 1990 a narrativa oficial do “terrorismo”, que ignora o triângulo causal “colônias, ocupação militar e terrorismo”, tornando o último um fenômeno “sem raízes, sem motivos e sem passado.”, que serve para unificar a sociedade israelense e justificar a manutenção das colônias. Hajjar (2005, p. 42-43) observa que Estados enfrentando ameaças a sua autoridade e controle de grupos de oposição geralmente recorrem à discriminação, repressão e violência para “restaurar a ordem” ou “proteger a segurança nacional” justificando tais medidas ao demonizar o outro, sendo muito comum o adjetivo de “terrorista”. Terrorismo oportuniza assim uma razão ideal para a suspensão ou derrogação de direitos e para a violência estatal, tornando esta legítima e com apoio público. “Ademais, nesse discurso estadocêntrico, as motivações e objetivos políticos dos grupos chamados de terroristas são rebaixados como inerentemente ilegítimos e ameaçadores, carecendo de qualquer lógica compreensível (ou pelo menos com credibilidade) além da vontade de destruir e aterrorizar, sendo geralmente o apoio a esses objetivos equiparado a apoio ao terrorismo no discurso da ‘segurança nacional’”. O nacionalismo palestino foi criminalizado a partir dessa categoria, incluindo portar bandeira, livros, ou cantar canções, sem contar a própria presença palestina interpretada como “perigo demográfico”. Hajjar destaca ainda que, as “políticas de contraterrorismo” de Israel nos TPO incluíram medidas arbitrárias como prisões e assassinatos de suspeitos, táticas violentas de interrogatório, perseguição a organizações nacionais e imposição de punições coletivas – demolições de casa, deportações, toques de recolher e fechamentos.

⁶³ Exemplos são a agenda do partido Modelet, abertamente favorável à expulsão dos palestinos, e a proposta de Sharon de derrubar o governo jordaniano criando um Estado palestino, para o qual “pouco a pouco” os palestinos da Cisjordânia seriam pressionados a se dirigir (SHLAIM, 2004, p. 536; 546).

⁶⁴ Posteriormente, Shamir admitiu que a moderação deveria ser nas táticas e não implicar em flexibilizações de objetivos, no caso o Grande Israel – vale destacar as semelhanças com a postura adotada pelos governos de Sharon e Netanyahu após a Segunda Intifada. Tampouco nos diálogos bilaterais com a Síria e o Líbano o governo Shamir avançou, dado sua disposição de perpetuar o status quo. A diferença de posições e a incoerência do governo, tentando sinalizar aos EUA a intenção de dialogar com os palestinos ao passo que internamente negava qualquer avanço, intensificou o debate interno em Israel sobre o futuro dos TO e das relações com os Estados vizinhos. Para Said (1992, p. 239),

se em Madri os EUA exerceram toda sua influência para alcançar um acordo sua posição oficial partiu da incorporação das demandas israelenses como base das negociações, o que contribuiu para seu fracasso. Na mesma linha, mas considerando o acordo de paz firmado em Oslo pouco depois, conforme Abunimah (2006, p. 60-67) ele foi visto pelos trabalhistas como meio de se livrar da pressão demográfica palestina e foi explorado pelos direitistas como estratégia para ganhar tempo e com ele expandir a colonização nos TPO criando “fatos consumados” – dentro de uma antiga visão de autonomia parcial para os bolsões palestinos nos TPO.

⁶⁵ Para a derrota do Likud teriam contribuído não só sua política externa e intransigência em descompasso com os anseios da sociedade, mas a crise econômica e inflacionária, desemprego, continuidade da Intifada, discórdias internas, escândalos de corrupção e incapacidade de suas lideranças de lidarem com esses problemas.

⁶⁶ O novo governo foi composto por uma das mais moderadas coalizões partidárias feitas até então e contou com o apoio de parlamentares árabes e comunistas. Rabin como primeiro-ministro e Shimon Peres como ministro das relações exteriores trataram de se dissociar o máximo possível de seus antecessores, minimizando as semelhanças e enfatizando as diferenças em relação aos revisionistas. No entanto, tal como em seu primeiro mandato nos anos 1970 e assim como as demais lideranças trabalhistas e revisionistas, Rabin ainda considerava a força militar imprescindível para a diplomacia, estando neste ponto influenciado pela doutrina da “muralha de ferro”. Ao menos, sua ênfase mudou da primeira para a segunda, pois acreditava que a “muralha” já havia dissuadido os árabes e era chegada a hora de negociar, inclusive com os palestinos, mas sem prescindir da segurança. No plano interno, o governo realocou parte dos recursos empregados na colonização, sobretudo para absorver os imigrantes da ex-URSS, a fim de promover reformas sociais e econômicas. Externamente, se Shamir se dedicou a minar as conversações de paz promovidas pelos EUA, fomentando a colonização dentre outros meios, a dupla Rabin e Peres seguiu a velha tática de negociações bilaterais a fim de garantir o menor preço territorial possível em troca da “normalização” das relações com seus vizinhos. Como sinais de boa vontade seu governo anulou ordens de deportação, libertou presos políticos, revogou a lei proibindo contatos de israelenses com a OLP e reconheceu a Resolução 242 do CS-ONU como base das negociações. Contudo, ainda havia um abismo a ser transposto entre as posições oficiais israelenses e as palestinas e, diante do impasse, cresceu o apoio popular aos setores rejeicionistas. A deportação sumária de militantes do Hamas para o Líbano, em dezembro de 1992, só reforçou o apelo do grupo, enfraquecendo os moderados. Por outro lado, ataques terroristas e retaliações deflagraram uma nova de violência, que levou ao fechamento da fronteira de Israel com os TO, impedindo o acesso de milhares de palestinos a seus locais de trabalho e aumentando em Israel o apoio às propostas de separação territorial definitiva, sobretudo em relação à Gaza. Ao passo que os fechamentos reduziram a violência também serviram para reforçar as fronteiras de 1967, que os governos israelenses anteriores haviam se esforçado para apagar. Entretanto, provocaram uma deterioração significativa das condições de vida – cujo ápice é Gaza, após o desengajamento unilateral de 2005 –, acompanhada de violações constantes de direitos básicos em nome da segurança e da continuidade da colonização israelense (que para Rabin não violava os acordos por ocorrer no “período provisório”), comprometendo um possível Estado palestino (SHLAİM, 2004, p. 579-582. 593).

⁶⁷ Enquanto as áreas A ficaram sob controle civil e securitário da AP, as áreas B recaíram sob controle securitário de Israel e civil da AP e as áreas C sob controle integral de Israel. Quanto aos acordos em si, Oslo I foi um acordo interino, que levaria a um acordo de paz final até 1998, baseado nas resoluções 242 e 338 do CS-ONU, com a OLP aceitando essa provisoriidade sem poder colocar pré-condições relativas ao que seria o status final. Assim, enquanto a OLP reconheceu plenamente Israel, este meramente reconheceu na organização o representante legítimo dos palestinos e concordou em negociar. Tampouco os EUA constituíram um mediador internacional verdadeiramente neutro e determinado a resolver o impasse.

⁶⁸ Dificultando ainda mais o progresso dos diálogos, em Washington o enfoque mais imparcial de Bush foi sucedido pela administração Clinton simpática aos israelenses, que pela primeira vez considerou os TO como “em disputa” e não “ocupados”, recusando-se a exercer pressão sobre seus aliados regionais. Com maior campo de ação, Rabin seguiu com seu intento não de negociar com a Síria, o que envolveria a retirada total do Golã, mas de buscar um acordo favorável diretamente com a OLP (com a qual já haviam sido estabelecidas conversações secretas) sobre autonomia provisória, o que não implicaria necessariamente retirada nem desmantelamento imediato de colônias. Incentivando Arafat, Peres lançou a proposta “Gaza primeiro”, redarguida com a fórmula “Gaza e Jericó primeiro”, sinalizando a reivindicação palestina também à Cisjordânia. Rabin, antigo defensor do “Plano Allon”, não viu problemas, desde que fossem territórios cercados por outros controlados pelos israelenses, assim como as fronteiras. Em breve, Arafat e outras lideranças palestinas pisariam pela primeira vez em Gaza e na Cisjordânia, após décadas de exílio (SHLAİM, 2004, p. 574-579).

⁶⁹ No Knesset, Oslo II foi aprovado por apenas 61 deputados contra 59, denunciando também a profunda divisão da sociedade israelense, que só se ampliaria nos anos seguintes. Os ataques palestinos aumentaram a oposição interna aos acordos, que passaram a ser cada vez mais denunciados como incapazes de garantir segurança, colocando descontentes do mesmo lado que ultranacionalistas laicos e religiosos, o que levou à eleição de Netanyahu, prometendo que iria suspender o processo.

⁷⁰ Na esteira da “banalidade do mal” de Hanna Arendt, Shlaim (2004, p. 614) considera que o assassino de Rabin não era insano, mas “perfeitamente são”, ainda que extremado em suas convicções, vindo de uma “[...] subcultura corrompida pelo exaltado messianismo gerado pela Guerra dos Seis Dias.”, suposto nascedouro do “sionismo religioso” melhor representado pelo Gush Emunim e pelo Partido Religioso Nacional. Devemos considerar, na contramão, a pré-existência desses posicionamentos.

⁷¹ Uma crítica mais detida ao sionismo trabalhista e a seus “intelectuais” é feita por Yitzhak Laor (2012, p. 51-61), que insere essa corrente dentre as manifestações do colonialismo e racismo europeu e denuncia seu papel difusor de uma visão antipalestina e legitimadora do discurso de poder, revestindo-o de um caráter supostamente progressista – seria o caso do “campo da paz”. Enquanto Leibowitz (1976) contesta a sinceridade do programa trabalhista “territórios por paz”, Masalha (2000, p. 18-19) justapõe as ambições territoriais dos trabalhistas e revisionistas e, com base em Zeev Sternhell, questiona o discurso progressista dos primeiros, sendo o socialismo apenas um “mito mobilizador útil” e as diferenças entre ambos menores do que o arguido no concernente ao território e ao método de “criação de fatos consumados” – que os trabalhistas teriam maior preocupação em justificar. Gattaz (2003, p. 192) menciona Chomsky para quem, enquanto os trabalhistas dominam o *modus operandis* ocidental com seu código de ética, sabendo contorna-los para avançar na colonização de forma a garantir a vontade de seus patrocinadores de não verem o que está sendo feito, os revisionistas ignoram esses fatores e para alcançar o mesmo fim constituem um espinho no sapato dos governos e “humanistas” favoráveis a Israel.

⁷² Para Shlaim (2004, p. 20), Oslo não estava destinado ao fracasso desde o princípio, sendo um passo importante na busca da paz. O processo malogrou quando os governos do Likud deixaram de cumprir sua parte e os palestinos retornaram à violência política face à “[...] política israelense de continuar a construir assentamentos na Cisjordânia. Expropriar mais e mais terras árabes para colonos judeus é simplesmente incompatível com uma genuína parceria com os palestinos no caminho para a paz.”

⁷³ Cleveland e Bunton destacam tanto a pressão dos colonos pela anexação quanto o exercício autoritário do poder pela AP, reprimindo a oposição e disseminando entre os palestinos o sentimento de revolta e oposição aos acordos. A crise econômica nos TPO juntamente com a corrupção e o patrimonialismo seriam outros fatores por trás da insatisfação relativa aos acordos, sendo o Hamas o principal beneficiário. Com os ataques das guerrilhas palestinas contra israelenses seu governo passou a pressionar Arafat para estabilizar a situação, o que reforçou o autoritarismo das medidas adotadas para suprimir a oposição interna, por sua vez aumentando a insatisfação dos palestinos com a AP. Cleveland e Bunton (2009, p. 508) explicam os primeiros ataques suicidas do Hamas como manifestações de sua oposição a Oslo. A contrapartida israelense seriam os ataques de colonos contra palestinos, igualmente motivados por narrativas religiosas, como o massacre na mesquita de Hebron, em 1994, e punições coletivas impostas nos TPO, que deterioraram as condições socioeconômicas, aumentando a oposição à AP. Ao falarem apenas em “provocações israelenses” os autores não mencionam os assassinatos extrajudiciais executados pelas forças israelenses, que estariam por trás dos primeiros atentados suicidas, nem operações militares das FDI, que contribuíram para os ciclos de violência.

⁷⁴ Enfraquecendo as chances da paz, em janeiro de 1996 o primeiro-ministro israelense autorizou o assassinato de Yahya Ayyash, o “engenheiro” do Hamas responsável por ataques suicidas após o massacre promovido por Baruch Goldstein em Hebron. Em decorrência, foi deflagrada mais uma rodada de violência e contraviolência, acompanhada de novo fechamento das fronteiras e do recrudescimento da repressão, o que minou a imagem do governo e levou à suspensão do processo de paz, sob pretexto de fortalecer a posição dos terroristas. Paralelamente, Peres autorizou a deflagração da operação “Vinhas da Ira” contra o Hezbollah, visando não só a opinião pública interna e as eleições próximas, mas também provocar um deslocamento populacional no sul do Líbano e enorme pressão sobre sua população para provocar mudanças internas no governo sírio e libanês. Combinando ataques aéreos e de artilharia, cerca de 400 mil libaneses foram expulsos do sul e se tornaram refugiados. “A estratégia de Israel era equivalente a usar uma máquina de terraplanagem para capinar um jardim.”. Só no dia 18 de abril, em um ataque contra uma base da ONU, morreram 102 refugiados. Tal qual em 1982, sob pretexto de proteger o norte de Israel, o objetivo final era a Síria por meio de “[...] exercícios ambiciosos de engenharia geopolítica, destinados a reestruturar a região.” (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 500-510; SHLAIM, 2004, p. 617-627).

⁷⁵ Tal qual no novo milênio, já em 1996, o principal porta-voz contra o Hamas, Netanyahu, foi o maior beneficiário político de suas ações. A vitória foi apertada, com meros 50,4% dos votos contra 49,6% de Peres e 34 assentos no Knesset para os trabalhistas contra apenas 32 dos revisionistas.

⁷⁶ A ideia era avançar na proliferação de colônias, oferecendo subsídios para habitações nos TPO, de forma a criar uma situação futura tal que, se viesse a se consolidar, a autonomia palestina não seria exercida via um Estado soberano e contíguo, mas por meio de “[...] seções fragmentadas e descontínuas de enclaves isolados.”, estilo bantustãos. Para congelar as conversações de paz, sua retomada por Israel foi condicionada à suposta adesão integral da AP e da Síria à luta contra o terrorismo – cujo mérito seria avaliado por Israel –, o que interrompeu a “normalização” e pacificação regional. Ademais, a estratégia para retomar o controle sobre os territórios cedidos à AP era minar a autoridade desta, diminuir as expectativas palestinas – deteriorando as condições de vida, demolindo casas e construindo colônias – e suspender qualquer nova retirada, reafirmando as cláusulas de segurança dos acordos como justificativa (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 500-510). Um ato provocativo de Netanyahu – ordenar a abertura de um túnel próximo da mesquita de al-Aqsa – iniciou uma nova rodada de violência, por sua vez justificadora da estagnação dos diálogos. O suposto avanço do período seria o “reposicionamento das tropas israelenses em Hebron”, mas ao invés de se constituir em uma retirada, foi antes uma atitude performática voltada a aliviar as pressões internacionais e internas e garantir uma margem de manobra para consolidar a colonização no restante da Cisjordânia e Gaza e “criar fatos para se antecipar às negociações”, o que foi feito por meio do anúncio de construção de milhares de unidades habitacionais na Jerusalém ocupada. Se os EUA usaram seu poder de veto para barrar uma resolução crítica no CS-ONU, na AG-ONU uma resolução semelhante recebeu apenas três votos contrários: Israel, EUA e Micronésia.

⁷⁷ Para Shlaim (2004, p. 628-665; 671-672), “Benjamin Netanyahu não era tão mau quanto parecia quando se candidatou [...] era muito pior.”, adotando uma “[...] versão da muralha de ferro ainda mais violenta, rígida e pessimista.”. Já naquela época, o impasse deliberado decorrente da política do governo israelense de admitir o diálogo, mas na prática sistematicamente minar o processo de paz, levou a uma primeira ameaça de Arafat de declaração unilateral da independência, o que ganhou ímpeto e aceitação internacional por meio da AG-ONU com os mandatos de Netanyahu no novo milênio.

⁷⁸ Para Shlaim (2004, p. 13-15), o governo do centrista Barak autorizou a retirada unilateral do sul do Líbano e chegou perto de um acordo de paz definitivo com a Síria, frustrado sobretudo pela relutância em devolver as Colinas de Golã. Mas, com os palestinos “[...] moveu-se muito mais lenta e hesitantemente, escondendo seus trunfos.”. Em Camp David, contando com o auxílio do “mediador”, buscou impor seus termos a um acordo final, rejeitando o apelo de Arafat por mais tempo a fim de preparar a infraestrutura necessária para o acordo. Fato é que, o pacote de propostas de Barack foi além de “linhas vermelhas” pré-estabelecidas, oferecendo a retirada de toda a Faixa de Gaza e de 90% da Cisjordânia, com compensação territorial em troca. Para os refugiados, a “oferta” fora absorver “dezenas de milhares” (o que é insignificante em relação aos milhões que se encontram nessa condição) e contribuir para um fundo de compensação internacional. Para Jerusalém a proposta foi garantir a soberania palestina em áreas específicas da cidade. Contudo, conforme Shlaim o problema foi a natureza “pegar ou largar” do pacote que deveria marcar o final do conflito, com os palestinos abandonando qualquer reivindicação futura em relação a Israel. O governo palestino ficara dividido, com uma parcela apoiando o que era visto como “oportunidade histórica” e outra julgando que o acordo comprometia os direitos nacionais básicos, sobretudo o direito de retorno dos refugiados de 1948. No entanto, sem possibilidade interna de avançar, Arafat não teria apresentado nenhuma contraproposta sendo responsabilizado por Barak e Clinton pelo fracasso dos acordos. Para Gattaz (2003, p. 183-200), entre 1993 e 2000, por meio dos acordos Israel foi oferecendo concessões (ampliando as áreas A), mas de forma lenta e progressiva. Tanto a oposição crescente de setores da sociedade palestina quanto a indisposição dos governos israelenses em acelerarem o processo e avançarem em pontos centrais para garantir um acordo definitivo levaram a atrasos e retrocessos, que terminaram por inviabilizar as negociações. Como primeiro-ministro do Likud, Benjamin Netanyahu “bloqueou” o processo, ao qual se opunha frontalmente, e as ofertas garantidas pela coalizão trabalhista que o sucedeu – encabeçada por Ehud Barak – seriam insuficientes, sem falar no avanço implacável da colonização, acentuada ao invés de detida pelo novo governo. Arafat não pode aceitar os termos desfavoráveis de Camp David sob o risco de perder sua legitimidade perante seu povo. Assim, teve continuidade a ocupação e com ela o aumento vertiginoso do número de colonos e colônias; o encerramento dos palestinos em áreas restritas; e a manutenção das restrições de abastecimento de água e desenvolvimento material dos palestinos. Dessa forma, a “ordem de Oslo” se consumou com o estabelecimento de uma autoridade palestina ineficaz em melhorar a vida da população e com a continuidade das restrições de movimento e circulação de pessoas e bens, justificadas pelos ataques de grupos palestinos contrários ao processo.

⁷⁹ Em um contexto de eleições em Israel, a nova intifada voltou a colocar na agenda do dia a segurança

garantida pela força das armas e não pelos acordos de paz, o que levou a um retorno da direita ao poder, pautada pela continuidade da colonização e não pela paz definitiva. Em meio ao caos, o processo de paz não só deixou de avançar em sua etapa de Taba, em janeiro de 2001, mas foi ali encerrado dado os efeitos devastadores da espiral de violência, que só entre o final de 2000 e meados de 2003 ceifou a vida de 2.400 palestinos e de 780 israelenses. A “Iniciativa de paz árabe”, os esforços do Quarteto para o Oriente Médio, o “Mapa de Rotas” e o “acordo de Genebra”, bem como os esforços posteriores, sem exceção, malograram, minorando as possibilidades de um acordo baseado em dois Estados (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 510-525).

3. As organizações de direitos humanos e humanitários e seus relatórios

⁸⁰ Em 1966, ainda na euforia dos avanços representados pela Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (ICERD), a AG-ONU aprovou dois projetos de pactos internacionais para proteção geral dos direitos humanos, elaborados também ao longo dos anos 1950 pela CDH: o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Em 1967, com a aprovação da resolução 1235 (XLII), que contrariou os argumentos corriqueiros de que a Organização careceria de legitimidade para intervir em questões consideradas até então internas dos Estados membros, a CDH e sua Subcomissão de Prevenção da Discriminação e Proteção de Minorias foram autorizadas a examinar informações relevantes sobre situações de violação de direitos humanos e liberdades fundamentais, iniciando-se as relatorias por países ou por temas, que logo produziram os primeiros relatórios referentes não só ao apartheid, mas também aos TPO. Dessa forma, no início dos anos 1970, começaram a funcionar os primeiros mecanismos de supervisão de tratados de direitos humanos, como a própria ICERD cujo comitê de monitoramento passou a funcionar em 1969 e abriu caminho para o surgimento de várias outras Convenções, que também estabeleceram seus fiscais. Inicialmente, muitos Estados aderiram à ICERD como uma decisão restrita ao domínio da política externa e uma sinalização de apoio à luta contra o apartheid, o colonialismo, suas práticas de discriminação e segregação correlatas e contra as doutrinas racistas ‘além-fronteiras’. Contudo, não tardou para que a implementação da ICERD avançasse, com muitos Estados partes da Convenção alterando suas legislações internas de combate à discriminação racial conforme recomendado. Ademais, considerando a discriminação racial como uma potencial ameaça à paz e segurança internacional, foram estabelecidos vínculos entre a Convenção e o capítulo VII da carta da ONU, que prevê ações contra governos que representem “ameaças à paz, rupturas da paz e atos de agressão” (SILVA, 2011). A declaração de 1971 como Ano Internacional para a Ação de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial por iniciativa da URSS, a decretação da Primeira Década de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial e a aprovação da Convenção sobre a Supressão e Punição do Crime do Apartheid, ambas em 1973, reforçaram a atuação da ONU contra essas mazelas. Em 1978, na cidade suíça de Genebra, realizou-se a Primeira Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial para assegurar a implementação universal das decisões e resoluções da ONU sobre racismo, discriminação racial, *apartheid*, descolonização e autodeterminação. Em 1983, também em Genebra, teve lugar a Segunda Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial. Assim como na Primeira Conferência, além da Palestina/Israel as ações contra o regime de *apartheid* também geraram oposição e dissenso, com o Terceiro Mundo demandando posições enérgicas e os países ocidentais defendendo atitudes moderadas, pautadas por um “engajamento construtivo”. Com base no documento final da Conferência, centrado na luta contra o *apartheid*, foi proclamada a Segunda Década de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, entre 1983 e 1993. Ao final desse período, foi decretada a Terceira Década, com base na Segunda Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, no ano de 1993. Foi destacada a necessidade de combater o genocídio e a limpeza étnica, além dos efeitos deletérios da globalização. O racismo e a discriminação racial receberam um tratamento mais abrangente em relação às ações específicas previstas nas duas Décadas anteriores. Em 2001, foi realizada a Terceira Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, agora em Durban, na África do Sul. Dois anos depois, no apagar das luzes da última Década, uma conclusão oficial pouco animadora: “A despeito dos muitos esforços da comunidade internacional, os objetivos da Terceira Década não foram nem de longe alcançados.” (SILVA, 2011, p. 52-55; 82-89). Nesse sentido, apesar do consenso retórico da grande maioria em torno da luta contra o racismo e o colonialismo, vale reafirmar o embate entre os países do Terceiro Mundo e as potências ocidentais no tocante ao tema, o que ficou nítido em vários momentos, como na votação da Convenção Internacional Relativa à Supressão e Punição do Crime de Apartheid, aprovada em 1973 com o apoio massivo do Terceiro Mundo, mas significativa abstenção ou mesmo oposição dos “países ocidentais” (OEA, S/D). Essa polarização também se estende ao amplo suporte dado pelo “Terceiro Mundo” à Organização para a Libertação da Palestina (OLP), sobretudo a

partir do início da colonização dos TPO em 1967, e posteriormente à Autoridade Palestina (AP), desde sua fundação em meados dos anos 1990 com a assinatura dos Acordos de Oslo. Assim como a luta contra o apartheid na África do Sul, também resultou da formação do bloco dos Não Alinhados a pressão, monitoria e condenação das práticas israelenses, desde o início da ocupação dos TPO, principalmente via CDH e AG-ONU.

⁸¹ Em 1964, o Conselho Internacional da organização decidiu não reconhecer como “presos de consciência” pessoas que recorriam ou defendiam o uso de força no enfrentamento de regimes opressores, o que significava a não advocacia por membros de movimentos de resistência armada, como Nelson Mandela - o que não impediu campanhas contra condições desumanas de prisão. Contudo, o benefício da dúvida foi garantido aos presos a fim de incluir casos suspeitos envolvendo governos que recorrem a “prisões administrativas” ou utilizam acusações de espionagem de forma indiscriminada para realizar prisões sumárias. Em 1964, já havia 360 grupos da AI em 14 países, sendo estabelecidas 4 novas filiais, incluindo a israelense, que passaram a atuar em casos em diferentes países.

⁸² A título de exemplo, em 1966 foi decidido em assembleia que a AI passaria a cooperar com a Cruz Vermelha na investigação dos casos de tortura e pressão para que fosse apontado um Alto Comissário da ONU para direitos humanos.

⁸³ Entre 1993 e 1997 foram lançadas cinco campanhas internacionais significativas: “As vidas por trás das mentiras”, denunciando assassinatos políticos, desaparecimentos e execuções extrajudiciais; “Direitos humanos são direitos das mulheres”; pelo estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional - projeto encampado pela Assembleia Geral da ONU, em julho de 1998; sobre o papel de profissionais da saúde em expor violações dos direitos humanos; e “Respeite os refugiados”.

⁸⁴ Quanto ao movimento dos colonos, desde sua gênese tentaria influenciar as decisões políticas no sentido de colocar a ideologia do “Grande Israel” no topo das prioridades dos governantes. Suas origens remontariam ao final da Guerra de 1967, mais precisamente à fundação do núcleo de Elon Moreh, em 1968, sucedido pelo Gush Emunim ou “Bloco dos Fiéis”, em 1974. Desde então, o movimento vem estabelecendo fatos consumados para criar uma realidade final de anexação dos TPO e mesmo durante Oslo contou com apoio de parcelas significativas da sociedade e do espectro político israelense. Se os colonos tiveram um suporte ambíguo dos governos trabalhista até 1977, fortaleceram-se ainda mais após a vitória do Likud em 1977, que passou a cada vez mais representar seus interesses juntamente com o “Campo Nacional” e o Partido Sionista Religioso, que garantiram sua institucionalização com o Amana (1978) e o Conselho Yesha (1979), culminando no estabelecimento de centenas de milhares de colonos nos TPO. A retirada do Sinai e de Gaza marcariam pontos de tensão e retrocesso na agenda do movimento, parte do qual rompeu com uma parcela da direita política pragmática que no novo milênio deixou de considerar como fato incontestável a suposta interdependência entre segurança, soberania e colônias, vendo algumas das últimas até como fardo para o Estado (KHALFA, 2009, p. 30-32).

⁸⁵ Conforme Payes, são representantes dessas demandas tanto o Comitê Nacional das Lideranças dos Conselhos Árabes quanto o Comitê pela Defesa das Terras, ambos atores centrais na promoção dos protestos do “Dia da Terra. Iniciados em 1976, por meio deles os palestinos reivindicam seus direitos sobre as propriedades que foram alienadas pelo Estado e o acesso à terra. Entretanto, tais entidades tiveram poucos sucessos em sua busca por mudar as políticas estatais, principalmente pela recusa do Estado em aceitar seu papel representativo. Ainda assim, o impacto político de sua atuação seria significativo, tendo causado sobretudo o fortalecimento da posição da minoria árabe em Israel, além de influenciar seu discurso, participar da implementação de reformas estatais, aproximar diferentes grupos sociais e denunciar em fóruns mundiais a discriminação da minoria árabe e a sujeição dos palestinos sob ocupação, o que lhes custou o rótulo de veículos dissidentes para a autonomia, secessão ou “integração alternativa”. Segundo Payes (2005, p. 75), os dados disponíveis sobre o desenvolvimento de ONGs palestinas revelam cinco principais tendências. Primeiro, o número de ONGs palestinas em Israel aumentou dramaticamente desde o início de 1980. Segundo, suas atividades têm se expandido para cobrir uma variada gama de questões, local e nacionalmente, e os tipos mais comuns de organizações têm se dedicado à cultura, educação, religião e advocacia. Terceiro, um exame das ONGs palestinas em comparação com a cena geral das ONGs em Israel revela que a proporção de ONGs palestinas por cidadãos é ainda muito inferior à proporção dos palestinos na população israelense. Quarto, os padrões de desenvolvimento das ONGs palestinas em Israel são diferentes em alguns aspectos dos seus homólogos judeus [...] Há mais ONGs palestinas do que organizações judaicas em Israel engajadas na advocacia por direitos humanos e civis. Quinto, as ONGs palestinas sofrem uma discriminação estatal que sua contraparte judaica desconhece. Esta discriminação se manifesta explicitamente no financiamento muito inferior que recebem do Estado, em comparação com as ONGs judaicas em Israel.

⁸⁶ Cf: <http://www.nif.org/about/>.

⁸⁷ A título de exemplo, a seção brasileira do grupo “Paz agora” traduziu um artigo de Talia Sasson, ex-procuradora de Israel e membra do grupo (SASSON, 2010). Em diferentes sites, como “+ 972 Magazine”, “The Electronic Intifada” e “The Times of Israel” é possível encontrar vários artigos que mencionam a Yesh Din, bastando colocar o nome do grupo na barra de localização. Assim como tantos outros, Allison Deger (2016), escrevendo no “Modoweiss” sobre a impunidade nos TPO, mencionou tanto constatações da Yesh Din quanto da Amnesty International. Charlotte Silver (2016) citou tanto a Yesh Din quanto a B’Tselem ao abordar o mesmo tema.

⁸⁸ Levy (2015) comenta as medidas punitivas das FDI contra um militar, Shachar Berrin, que participou de um debate midiático sobre a operação contra Gaza, expondo irregularidades praticadas. Berrin foi rapidamente enviado a sua base e punido com prisão por “[...] tomar parte em um encontro político e em uma entrevista midiática, sem a permissão do exército.” Na opinião de Levy o incidente mostraria que “[...] quando uma ação rápida determinada é necessária, as Forças de Defesa de Israel sabem como agir. Quando soldados matam crianças palestinas, a investigação se estende por longos anos, acumulando poeira antes de, geralmente, levar a lugar nenhum.” (LEVY, 2015). Enquanto soldados filmados expressando slogans ofensivos ou se identificando abertamente com infratores não são nem julgados, a punição e o silenciamento imposto pelas FDI seriam rápidos para aqueles que ousam afirmar publicamente que companheiros seus estão humilhando palestinos. Levy cita as palavras proferidas por Berrin durante o programa televisivo que culminou em sua punição: “Quando soldados são condicionados e persuadidos, cotidianamente, a subjugar e humilhar pessoas e considerar outros seres humanos como menos humanos [...]” eles levariam essa experiência com eles ao retornarem do serviço militar.

⁸⁹ O documento na íntegra pode ser lido em: <http://nolegalfrontiers.org/military-orders/mil029ed2.html?lang=en>.

⁹⁰ Lê-se no parágrafo 21, página dois, do “Ato final da Conferência Internacional de Direitos Humanos” de Teerã que, atendendo à proposição das delegações da Jordânia, Síria e República Árabe Unida (Egito) foi inserido na agenda de discussões o item intitulado “Respeito e Implementação dos Direitos Humanos em Territórios Ocupados”, que foi aprovado como resolução específica, submetida à ONU e incorporada pela AG como Resolução 2443 (XXIII), de 1968. Este documento específico é o primeiro item da terceira parte do “Ato final”, intitulada “Resoluções adotadas pela Conferência”. No texto consta que, a Conferência expressa “grave preocupação” com as violações de direitos humanos nos territórios ocupados após ouvir os pronunciamentos das delegações e do comissário geral da UNRWA sobre o tema e considerar as Convenções de Genebra de 1949, a DUDH (artigos 7, 18 e 30), as resoluções 237 do CS e 2252 (ES-V), 2253 (ES-V) e 2254 (ES-V) da AG – todas de 1967 –, a Resolução 6 (XXIV) e um telegrama da Comissão de Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 1968).

⁹¹ Conforme um relatório da HRW (1993, p. XIV), o Serviço Geral de Segurança (Shabak ou Shin Bet), é a “agência israelense de segurança interna, é um órgão secreto com amplos poderes que não foram definidos em qualquer lei publicada. O SGS é direta e unicamente responsável perante o primeiro-ministro, sem supervisão significativa do Knesset.”

⁹² Em 1981, foi criada a Administração Civil (AC), órgão subsidiário ao governo militar nos TPO voltado a governar a população palestina em Gaza e na Cisjordânia. Conforme a HRW (1993, p. XIII), o órgão lida com a maioria das transações administrativas e burocráticas entre as autoridades e a população, como autorizar novos negócios e autorizações de viagem e de trabalho dentro de Israel. Tal qual Weizman, Zertal e Eldar (2007, p. 303-305; 312-313) também destacam que por meio da AC foram separados os dois principais papéis dos militares nos TPO: proteger os civis israelenses e gerir os palestinos, denotando a intenção israelense de tornar a ocupação permanente e normalizá-la. A AC operou, por meio de planos de desenvolvimento para os TPO, a partir de duas linhas: promover a colonização judaica, facilitando o planejamento, e limitar a expansão espacial palestina, burocratizando ao ponto de impedir o uso legal do solo e a ampliação de suas áreas.

⁹³ Além dos anuários da AI, tal situação passou a ser denunciada internacionalmente ainda em meados dos anos 1970, como nos relatórios do grupo criado pela CDH-ONU – no caso, o Comitê Especial para Investigar as Práticas Israelenses Afetando os Direitos Humanos da População dos Territórios Ocupados (CEIPI).

⁹⁴ Como o documento na íntegra não foi localizado (não consta no banco de dados da HRW nem em links confiáveis – sem ameaça de conter vírus – apresentados em uma pesquisa no Google), foi utilizada uma versão reduzida e não formatada disponível online.

⁹⁵ A HRW (1993, p. 3) cita dados da B’Tselem, para a qual as unidades à paisana seriam responsáveis por 110 dos 920 palestinos mortos pelas forças de segurança desde o início do levante até novembro de 1992.

⁹⁶ Conforme a HRW, três argumentos comuns das FDI seriam: as dificuldades especiais de realizar inquéritos nos TPO; outros exércitos em situações similares – como o estadunidense – também não realizam investigações generalizadas de mortes civis; e estas prejudicariam a “natureza especial das

operações de combate”, devendo ocorrer apenas em casos excepcionais e sem revelar os critérios – o que contraria os deveres de Israel diante do DIH. A HRW reconhece que, de fato, igualmente os Estados Unidos no Iraque e Afeganistão não seguem as “melhores práticas” investigativas “[...] com consequências no Iraque que são similares aquelas de Israel na Cisjordânia e Faixa de Gaza ocupadas.”.

⁹⁷ Recorrentemente, os governos israelenses, contundentemente criticados pela comunidade internacional por meio da ONU, afirmam acatar algumas provisões da Convenção de Haia (1907), mas rejeitam a aplicabilidade da Quarta Convenção de Genebra (que interdita a colonização) e do DIDH como um todo aos TPO, sendo uma tentativa de ao menos retoricamente adaptar, e não ignorar abertamente, a legislação internacional, como parte de seus esforços de legitimação ou “fachada democrática”.

⁹⁸ Dessa forma, a despeito dos ataques israelenses terem matado vários civis e destruído suas propriedades, a responsabilidade final é da resistência libanesa assim como foi do Hamas. A HRW refuta esse argumento, assim como fizeram diferentes relatórios de organizações humanitárias que apuraram os fatos em Gaza. Se em algumas circunstâncias as mortes de civis configuraram “efeitos colaterais” de ataques legítimos contra alvos militares, na grande maioria dos casos investigados pela comissão da HRW não foram encontradas evidências da presença de militantes do Hezbollah, nem de armamentos ou de quaisquer outros objetivos militares que poderiam justificar os bombardeios.

⁹⁹ Já os mísseis do Hezbollah disparados contra Israel vitimaram 43 civis israelenses (ferindo centenas) e 12 soldados. Os oficiais israelenses sabiam que, nas vilas a serem evacuadas tinham permanecido milhares de civis, e as bombardearam mesmo assim, de forma massiva e indiscriminada. Também, seus aviões atingiram veículos civis nas estradas e casas, alegando que eram alvos do Hezbollah. O relatório da HRW denuncia a morte de vários civis no momento em que estavam tentando fugir dos locais de combate ou saíram para fazer compras de medicamentos ou alimentos. Em diversas ocasiões, civis foram o alvo direto dos ataques. Isso se deve a generalização feita por Israel, a partir da categoria de “terrorista”, que equipara qualquer pessoa ou instalação de alguma forma vinculada ao Hezbollah a combatentes. Ou seja, pessoas e estruturas completamente desvinculadas de operações militares – portanto consideradas civis – foram alvos “legítimos” de Israel. Paralelamente aos bombardeios aéreos indiscriminados e massivos que resultaram na morte de centenas de civis, foram registrados diferentes casos nos quais não combatentes foram alvejados, em situações nas quais não apresentavam nenhum risco às tropas israelenses. Destaca-se um caso, ocorrido em seis de agosto, quando um casal octogenário foi morto pela infantaria israelense, juntamente com seus filhos cinquentenários, quando eles voltaram para verificar a condição de sua casa, que havia sido ocupada por soldados.

¹⁰⁰ Declarações posteriores de Richard Goldstone geraram muita polêmica, sendo veiculadas notícias que ele teria invalidado o documento, quando apenas disse que mudaria alguns pontos se o estivesse escrito depois. De qualquer forma, o relatório da comissão compila informações de diversos outros documentos, publicados por organizações que nunca retificaram suas conclusões. Pelo contrário, anualmente referendaram suas constatações ao descreverem a continuidade do conflito, sobretudo a operação Margem Protetora, em 2014.

¹⁰¹ Mesmo sabendo previamente das graves consequências para civis e suas propriedades, as forças israelenses recorreram ao uso de fósforo branco contra zonas residenciais e em uma escala e intensidade sem precedentes, sendo o armamento empregado de forma renitente em diferentes localidades, inclusive em circunstâncias nas quais não havia presença de combatentes e nem tropas das FDI que precisassem de proteção, portanto suas consequências não seriam acidentais. Seu uso em Gaza seria aparentemente inédito, mas no Líbano remontaria à invasão de Beirute, em 1982, e 2006. Foram alvo a vizinhança de Tel al-Hawa, um complexo e uma escola da UNRWA e partes do Hospital al-Quds, o que forçou a evacuação de aproximadamente 50 pacientes além de 500 pessoas que tinham se abrigado nele.

¹⁰² A HRW (2009a; 2010; 2010a) questiona a eficácia do inquérito tanto a partir dos antecedentes de investigações internas quanto da baixa patente do oficial responsável, incapaz de apurar a responsabilidade do alto-escalão. Investigadores estariam sugerindo a inocência de militares suspeitos mesmo antes do término das investigações. Para o então chefe do departamento de direito internacional das FDI, acusações de crimes de guerra seriam “terrorismo legal” e os comandantes não poderiam perder o sono durante os combates com medo das investigações. Tampouco monitores de direitos humanos e jornalistas puderam acessar o território durante o conflito para tirarem conclusões próprias. Conforme a HRW, cápsulas foram disparadas, frequentemente, sobre as áreas visadas criando cortinas incendiárias “[...] que agravaram as já devastadoras consequências dos ataques.” ao acertarem e queimarem pessoas e propriedades.

¹⁰³ A HRW também menciona a ocorrência de diversos casos de vandalismo e cita declarações de alguns políticos israelenses sugerindo que o objetivo de parte das destruições em Gaza fora impedir o futuro lançamento de foguetes contra Israel – estratégia do “dia seguinte” ampliando a “zona tampão”, o que ficaria evidente na destruição sistemática em algumas áreas fronteiriças de praticamente todas as

edificações (HUMAN RIGHTS WATCH, 2010, p. 60). Seguindo a HRW, a intencionalidade da devastação ficaria visível na localidade de Izbt Abd Rabbo. Se entre 27 de dezembro e 6 de janeiro de 2009, quando as forças israelenses ainda não controlavam a região, apenas 11 construções foram destruídas ou muito danificadas, de então até o dia 19 de janeiro, período no qual a localidade esteve sob controle, 330 construções foram severamente danificadas ou destruídas. Em Zeitoun, boa parte das destruições de edifícios e depósitos também ocorreu nos últimos dois dias da operação. Por toda a Faixa de Gaza, tanques e escavadeiras “destruíram deliberadamente” um moinho de farinha e instalações para produzir suco, biscoitos e cimento, além de granjas, zonas cultivadas e tanques de peixes e outros animais, que foram intencionalmente mortos. Cabe notar que, a HRW chega a admitir a possibilidade de em outros casos não analisados grupos palestinos terem utilizado propriedades civis, o que não seria a regra e o motivo real das demolições. A justificativa oficial das destruições, sem apresentar indícios e em flagrante contradição com as pesquisas realizadas pelas ONGs e encampadas pelo “Goldstone Report”, indica a mesma “cultura da impunidade” relativa tanto ao corpo quanto às propriedades dos palestinos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2010, p. 5).

¹⁰⁴ Citando um trecho do relatório, “A HRW concluiu que em todos esses ataques [seis foram analisados] as forças israelenses miraram em indivíduos que foram identificados em sua totalidade como civis. A HRW não encontrou evidências, em nenhum dos casos, de que combatentes palestinos estivessem na área dos ataques no momento que foram desferidos. Nenhum dos alvos estava se mexendo rápido ou saindo da área, assim os operadores teriam tido tempo de determinar se eles eram civis ou combatentes e para evitar os disparos acaso não estivessem aptos a perceber a diferença” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009, p. 3-4).

¹⁰⁵ Se os anuários da AI e relatoria das demais organizações mencionam que, de fato, as milícias palestinas atuam também a partir da zona civil, problematizam a falta de alternativas em um território diminuto e densamente habitado, e que isso não justifica ataques desproporcionais e indiscriminados, além de apontar que são membros das FDI que utilizam palestinos como “escudos-humano”. A justificativa comum das FDI para atacar ou interditar ambulâncias é que carregam armas, sendo essa versão consistentemente negada pelas equipes médicas (AMNESTY INTERNATIONAL, 2002b). Durante protestos ocorridos no começo da Segunda Intifada, a morte de menores com munições letais foi justificada pelo fato de, oficialmente, eles serem utilizados como “soldados” ou escudos-humanos por atiradores, o que é contestado pela AI (2001c, p. 12-23).

¹⁰⁶ A operação foi iniciada com ataques aéreos, seguidos de invasão terrestre e de uma fase final intercalando cessar-fogo com novos bombardeios aéreos.

¹⁰⁷ No entanto, a comissão realizou mais de 280 entrevistas com vítimas e testemunhos por meio de contato telefônico, Skype ou troca de cartas, e acessou informações disponíveis para o público na internet e relatórios de ONGs, além de conversas com autoridades palestinas.

¹⁰⁸ Enquanto palestinos precisam de permissão para passar em checkpoints, certas estradas, barreiras, pelo Muro e para acessar suas terras próximas de colônias, israelenses (colonos ou não) têm liberdade de movimento. Alguns obstáculos privam os palestinos de acesso à água, terras e a tratamento médico e são comuns os relatos de assédio e agressão nos checkpoints.

¹⁰⁹ Em cidades e vilas são realizadas patrulhas noturnas, com militares andando em ruelas, atirando no ar, lançando bombas sonoras, disparando gás lacrimogênio, interrogando transeuntes e promovendo invasões e tomadas aleatórias de casas. Tratar-se-ia de uma das primeiras abordagens das FDI utilizada para instilar medo na população palestina.

¹¹⁰ Militares israelenses que participaram da Chumbo Fundido criticaram o “ambiente racista” e a “cultura de impunidade” prevalente – com autorização, senão encorajamento, para atirar “em tudo que se mova”, mesmo sem haver perigo (AMNESTY INTERNATIONAL, 2009b, p. 8-9). O quadragésimo sexto depoimento compilado pela Breaking the Silence (2009, p. 16; 92; 100) explica o vandalismo a partir do “[...] calor da operação, assim como do racismo. Aqueles que quebraram coisas o fizeram porque elas pertenciam a árabes [...]”. Destaca-se também um depoimento relativo à Margem Protetora: “O discurso é antiesquerdista. Era uma atmosfera que realmente, realmente, me assustou. E foi realmente sentida, enquanto estávamos dentro. Durante a operação foi radicalizada. Eu estava na base, e algum funcionário me disse: “Sim, dê isso a eles, mate-os todos.” E você diz para si mesmo: “O que quer que seja, eles são apenas crianças, é apenas conversa.” - mas eles estão falando dessa maneira porque alguém lhes permitiu falar dessa maneira. Se esse funcionário fosse o único a dizer isso eu iria desconsiderar - mas quando todo mundo começa a falar assim ...” (BREAKING THE SILENCE, 2014, p. 162-163).

¹¹¹ Deve-se considerar também a existência de relatos de militares que justificam as destruições nas linhas do discurso oficial israelense.

¹¹² A HRW menciona várias debilidades dos mecanismos de responsabilização das FDI, destacando a opacidade das “medidas disciplinares”, a arbitrariedade das investigações criminais feitas ou descartadas

pela polícia militar sob ordem da advocacia militar, a sobrecarga e ineficácia da Divisão de Investigação Criminal da Polícia Militar (DICPM) e a possível convivência das “investigações especiais”.

¹¹³ Contrariando os resultados dos relatórios da HRW, de outras ONGs e da missão da ONU, bem como evidências irrefutáveis, as FDI publicaram relatórios oficiais acerca de suas investigações sobre a Chumbo Fundido, reafirmando sua natureza independente e abrangente e que foram efetivamente conduzidas constatando que os militares operaram de acordo com o DIH, não utilizaram fósforo branco em áreas construídas e mantiveram um alto nível moral e profissional, ainda que poucos e infelizes erros tenham sido cometidos em decorrência do Hamas combater em meio à população civil. Em contrapartida e em suma, para a HRW, assim como demais ONGs, as investigações oficiais seriam inconsistentes, limitadas, parciais e sequer abordariam políticas aprovadas pelo alto-escalão responsáveis pelos danos a civis ou por seu agravamento. A HRW, embasada em seus relatórios específicos sobre a Chumbo Fundido e de outras ONGs, além do Goldstone Report, rebate a argumentação oficial israelense, afirmando que em vários casos documentados militantes palestinos não estariam presentes quando alvos civis foram atacados. Além disso, os avisos dados pelas FDI seriam imprecisos e ineficazes e não permitiriam destruições e ataques indiscriminados contra as áreas visadas sob pressuposição de que todos os não combatentes as deixaram (HUMAN RIGHTS WATCH, 2010, p. 7-43). Por outro lado, a HRW aponta também que, militantes palestinos teriam em algumas circunstâncias operado a partir de áreas densamente povoadas, expondo os civis ao perigo sem necessidade, ou mesmo admitido que seus mísseis visaram israelenses sem maiores distinções, além de outras violações contra a própria população palestina, sobretudo suspeitos de colaboração com as FDI.

¹¹⁴ Em relação à impunidade dos militares israelenses, as razões apontadas pela Yesh Din (2008, p. 10; 2011; 2011a) para explicar o pequeno número de investigações abertas são as seguintes: convivência dos agentes, falta de profissionalismo dos investigadores que não recorrem a procedimentos básicos; a relutância das vítimas palestinas em registrar queixas; o atraso no início e desenvolvimento das investigações do DICPM; o fato dela não ter sede nos TO, extraviar processos, não apurar todas as notificações nem manter um registro sistemático de dados alusivos às investigações feitas que não repercutiram em indiciamentos, mas sobretudo a instrumentalização dos “[...] ‘balanços operacionais’ como ferramenta para escapar de investigação criminal.”. Mentiras e coordenação dos depoimentos seriam comuns durante os balanços, que são confidenciais, feitos pela própria cadeia de comando do agente envolvido, estando muitos comandantes despreparados, e voltados a “tirar lições operacionais” e não processar infratores. Ademais, o pequeno número de investigações abertas em relação ao total de casos de ferimentos ou mortes de palestinos por disparos de militares israelenses seria fruto de uma política implementada pela Procuradoria Militar desde o início da Segunda Intifada segundo a qual a abertura de investigações só ocorreria após as conclusões dos “balanços operacionais” serem analisadas por um procurador militar. Até em julgamentos militares a ineficácia dos “balanços” foi criticada pelos juízes, que também teceram críticas às investigações da DICPM como “negligentes e não profissionais”. Em decorrência, é comum que notificações de supostas violações por militares não levem à abertura de investigações pela DICPM, sendo encerradas ainda durante o “balanço operacional”. Não suficiente, nas investigações do DICPM testemunhos palestinos não são ouvidos, oficiais de alta patente não são inquiridos e há um conflito inerente entre o objetivo do órgão de, por um lado, apurar crimes, mas por outro evitar que o Estado de Israel tenha que pagar indenizações a palestinos lesados por seus agentes. Nesse sentido, comprometeria o profissionalismo da DICPM a incumbência prática de preparar a defesa do Estado contra reivindicações de compensações, havendo um “conflito de interesses altamente problemático”.

¹¹⁵ Sobre as carências e os erros procedimentais das investigações realizadas pelo DPJS, a Yesh Din (2006, p.6-7) destaca ainda: a ausência de centros e postos operacionais acessíveis aos palestinos para registrarem queixas; limitações à sua liberdade de movimento, que os impedem de registrar as denúncias em delegacias situadas dentro de Israel ou das colônias; a ausência de oficiais nos escritórios de coordenação entre Israel e a AP; desdém dos agentes com palestinos que como vítimas constantes de assédio registram com frequência as ocorrências; obstáculos burocráticos (requisição de documentação custosa ou difícil de se obter) deliberadamente colocados para realizar o registro das ocorrências; excessiva demora ou mesmo não transferência dos inquéritos de um órgão competente a outro; denúncias e testemunhos estão em hebraico e não em árabe, língua em que foram feitos; o considerável tempo transcorrido entre a ocorrência e o início das investigações, comprometendo sua eficácia; testemunhos centrais de palestinos, israelenses e dos suspeitos não são ouvidos ou o são de forma inadequada nem é realizada a identificação ao vivo de suspeitos ou confrontação entre acusadores e acusados; de modo geral, as investigações são “superficiais e negligentes”; quando álibis são apresentados eles não são checados antes da investigação ser considerada encerrada; os processos apresentam conteúdo muito superficial, o que indica fechamento precipitado dos casos logo após a denúncia ser registrada;

investigações são encerradas de forma indevida e precoce sem indiciamento, mesmo em casos em que os materiais acumulados constituem evidências suficientes para processar os suspeitos; e, além da “perda” de arquivos, a Yesh Din aponta possíveis irregularidades nos casos fechados sob alegação de “sem responsabilidade penal” (muitos não seriam verdadeiramente encerrados por esse motivo e são sujeitos a investigações insuficientes) (YESH DIN, 2008, p. 9-10).

¹¹⁶ Em outra publicação, a AI acompanhou 220 investigações de homicídios no Rio de Janeiro, decorrentes de intervenções policiais em 2011. Em apenas um caso foi apresentada denúncia e, três anos depois, 183 investigações ainda estavam abertas. Os casos não seriam efetivamente apurados, pois frequentemente os procedimentos seriam realizados de forma imprópria (como alterações indevidas nas cenas dos crimes e a ênfase no perfil criminal da vítima como meio de legitimar as mortes no lugar de investigar as circunstâncias), além do medo de testemunhos deporem e de monitores de direitos humanos atuarem. Baseando-se em documentação governamental, a AI denunciou o agravamento da violência e das taxas de homicídio devido ao alto índice de impunidade, estimando em apenas 5% a 8% o total de “homicídios elucidados.” A impunidade seria ainda maior em casos de “homicídio decorrente de intervenção policial”, que apresentariam “graves falhas no processo de investigação” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015d, p. 4-6; 65). Analisando a violência policial no Rio de Janeiro no ano em que a cidade sediou as Olimpíadas, a AI (2016, p. 9) continuou a descrever uma realidade semelhante aos TPO, afirmando que: “Com frequência, os homicídios cometidos pela polícia no Rio de Janeiro são execuções extrajudiciais.”, os “casos raramente são investigados”, “quase nunca se responsabiliza alguém pelos crimes” e “A impunidade dos homicídios cometidos pela polícia alimenta o ciclo de violência letal das operações policiais.”. Igualmente analisando a violência policial no Rio de Janeiro, a HRW (2016)¹¹⁶ fez um diagnóstico semelhante ao da AI, reproduzindo muito do que ela própria constata acerca da impunidade na Palestina/Israel: a maioria das vítimas é “negra”, não são realizadas investigações adequadas, os agentes que praticam “uso ilegal de força letal” “raramente são levados à justiça”, frequentemente “buscam acobertar seu comportamento criminoso” (forjando os fatos ou ameaçando testemunhas) e, em decorrência, vigora a impunidade sistemática, que alimenta o ciclo de violência, com o Ministério Público apresentando pouquíssimas denúncias devido à “má qualidade das investigações”, que desconsideram elementos básicos (interrogar policiais presentes e outros testemunhos, analisar a cena dos crimes e realizar exames periciais básicos). Tal qual as FDI, oficialmente, a corporação brasileira considera os homicídios cometidos por policiais como “atos de legítima defesa”. Para a HRW se, de fato, tal categoria é adequada para alguns casos, havendo um risco real de violência aos agentes, muitas mortes configuram “uso ilegal de força letal”, sendo “[...] na verdade execuções extrajudiciais.”, com policiais atirando em pessoas desarmadas, pelas costas ou mirando na cabeça. A impunidade perpetua as execuções extrajudiciais: de 64 casos que examinou, em 52 peritos não registraram análises da cena do crime e em 36 a promotoria não apresentou denúncias. Apenas oito foram a julgamento, com quatro resultando na condenação dos policiais envolvidos. Até 2007, teriam sido denunciados menos de 1% de todos os casos de homicídios cometidos pela polícia em 2005. Em São Gonçalo, o progresso da responsabilização criminal de policiais envolvidos em homicídio foi interrompido quando a própria juíza responsável pelos casos foi assassinada por agentes investigados.

¹¹⁷ A al-Mezan (2015a, p. 7), analisando as investigações realizadas por Israel diante da operação Margem Protetora (2014), afirmou que elas novamente priorizaram casos de desvios individuais, como furtos, apurando-os com celeridade enquanto estaria fechando ou retardando – possivelmente de forma deliberada – as demais denúncias. Mais especificamente sobre o dia Margem Protetora que ficou conhecido como “sexta-feira negra”, Gili Cohen (2015b) destaca que, na ocasião o ministro da defesa e altos oficiais alegaram que uma investigação criminal não deveria ser aberta, pois esse procedimento deveria vigorar apenas para crimes como roubo e estupro.

¹¹⁸ Talia Sasson encabeçou uma comissão criada pelo governo israelense para averiguar a situação dos “postos avançados” e que apontou a substancial participação dos órgãos governamentais na empresa, fazendo recomendações que não foram implementadas. Quanto aos postos avançados, são “colônias ilegais”, em oposição àquelas que são oficialmente sancionadas. Continuação da empresa de colonização dos TPO, difundiu-se dos anos 1990 em diante paralelamente aos Acordos de Oslo e como forma de obstaculizar a criação de um Estado palestino ou criar fatos no campo para garantir a Israel mais territórios. Ao passo que órgãos governamentais subsidiam a criação dos “postos avançados”, o escalão política, embora algumas vezes inspire, encoraje ou feche os olhos, não garante autorização oficial, amenizando os conflitos na arena internacional e mantendo a “fachada democrática”. Para mais informações sobre o fenômeno, conferir ZERTAL, Idith; ELDAR, Akiva. *Lords of the land: The war over Israel's settlements in the Occupied Territories, 1967-2007*. New York: Nation Books, 2007.

¹¹⁹ Sobre o tema, vide: SAHD, 2015; 2016.

¹²⁰ Seguramente, tal empreitada é possível de ser realizada a partir justamente dessa documentação da ONU – mais especificamente do “Comitê Especial para Investigar as Práticas Israelenses Afetando os Direitos Humanos da População dos Territórios Ocupados” e dos relatores especiais designados dos anos 1990 em diante –, juntamente com relatórios específicos das organizações aqui abordadas ou de outras como a Bimkom.

¹²¹ Escrevendo entre os anos 1940 e 1950, Hal Draper já denunciava os perigos oriundos da discriminação da minoria palestina remanescente em Israel, que desde cedo têm sido representada como inimiga real ou potencial, o que tem servido de justificativa para sua discriminação nas diferentes esferas. Em sua perspectiva, enquanto estivesse em guerra com sua própria população árabe Israel não alcançaria a paz com os Estados vizinhos. Citando Draper (1997, p. 201-202), “Árabes foram juridicamente transformados em cidadãos de segunda categoria por uma lei de nacionalidade que discrimina racialmente e interpõe obstáculos para a cidadania de famílias árabes cujos ancestrais viveram na terra por mil anos. Foi essa lei de nacionalidade que fez Norman Thomas escrever que ‘um árabe, sem muito exagero, pode reclamar que os judeus estão praticando hitlerismo ao avesso’ [...] por meio de outro conjunto de leis, o governo privou árabes de terras ao declarar uma área ‘zona de segurança’, fazendo-a *araberrein*, destituindo e expulsando todos os árabes, apossando-se das terras e utilizando-se delas para assentamentos judaicos.”.

4. Interpretações possíveis das violações de direitos humanos e humanitários

¹²² Anthony Giddens (1991, p. 15) define a civilização moderna como “[...] o estilo, costume de vida ou organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII.” e um fenômeno de dois gumes, que posteriormente se expandiu por todo o globo. Em sua perspectiva, “[...] o desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante [...]”. Por outro lado, a modernidade também tem um lado sombrio, “[...] que se tornou muito aparente no século atual.”. Trata-se de seu potencial destrutivo, evidenciado nos efeitos ambientais gerados pelo desenvolvimento material e nos genocídios possibilitados pelo uso arbitrário do poder político e pelo desenvolvimento da capacidade destrutiva e “industrialização da guerra”. Há ainda a possibilidade do totalitarismo, que combina poder político, militar e ideológico de uma forma sem precedentes antes do surgimento do Estado-nação. Nas palavras de Giddens (1991, p. 15), “O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura.”. Essa inter-relação entre modernidade e barbárie também é sublinhada por Herbert Marcuse (1975, p. 26-27): “[...] o progresso intensificado parece estar vinculado a uma igualmente intensificada ausência de liberdade. Por todo o mundo da civilização industrial, o domínio do homem pelo homem cresce em âmbito e eficiência. Essa tendência tampouco se apresenta como uma regressão incidental, transitória, na senda do progresso. Os campos de concentração, extermínios em massa, guerras mundiais e bombas atômicas não são recaídas no barbarismo, mas a implementação irreprimida das conquistas da ciência moderna, da tecnologia e dominação dos nossos tempos. E a mais eficaz subjugação e destruição do homem pelo homem tem lugar no apogeu da civilização, quando as realizações materiais e intelectuais da humanidade parecem permitir a criação de um mundo verdadeiramente livre.”. Se Anibal Quijano (2010), Enrique Dussel (2010) e Nelson Maldonado Torres (2010) igualmente identificam a dupla face da modernidade, enfatizam o papel da colonização das Américas em seu surgimento.

¹²³ Cabem algumas palavras adicionais sobre essa decisão de apresentar no corpo do texto um conjunto determinado de autores e não todos aos quais tivemos acesso desde o início da pesquisa – o que, em essência, remete a um problema inerente às ciências humanas, o do engajamento nas pesquisas, ao qual não procuramos dar uma resposta conclusiva, mas apenas fundamentar a escolha feita. A seleção de alguns autores se pautou tanto por preocupações relativas à dimensão da presente tese quanto pela diferenciação marxista entre aquilo que é ciência, como conhecimento produzido pelos explorados, e o que é ideologia, como leitura distorcida da realidade em suporte aos grupos dominantes. Vale lembrar que o próprio recorte do objeto de pesquisa não é uma atitude neutra e desprovida de engajamento do autor. Diante disso, fez-se necessário observar o tipo de engajamento que motivou cada autor, descartando-se aqueles que narram um sentido claro, único e definido da história (o que Edward Said chama de “think tanks”, dentre os quais inclui Samuel Huntington e Bernard Lewis), e apresentando-se aqueles que se fundamentam em pressupostos críticos, interpretando fenômenos dinâmicos, complexos e contraditórios a partir de uma perspectiva dialética, aberta a críticas e à constante redefinição. Caso também de Efraim Karsh (1996), que ignora todas as evidências para se contrapor à nova historiografia israelense e reafirmar

que não houve limpeza étnica em 1948, e Jorge Zaverucha (2010), para quem a destruição perpetrada pela operação Chumbo Fundido além de insignificante seria uma “armadilha do Hamas” para atrair sobre Israel a condenação internacional. Nesse mesmo sentido, críticas demasiado generalistas e infundadas às políticas israelenses, como algumas passagens de Ralph Schoenman (2008) e de outros (WEIL, 2007), também foram ignoradas.

¹²⁴ Um dos mais importantes legados do marxismo é a construção de uma bibliografia crítica – ou história “a contrapelo” (Walter Benjamin) ou ainda “contra-história” (Michel Foucault) –, que denuncia presentes e recupera passados silenciados ou distorcidos pela história tradicional, fundamentada em explicações lineares e simplificadoras. Bibliografia crítica esta que traz uma abordagem mais profunda, complexa e sofisticada, que articula as várias dimensões dos fenômenos históricos. Contrariamente às narrativas oficiais deformantes e falsificadoras, baseadas em falsas evidências e estimuladas e divulgadas pelos núcleos de poder, a bibliografia crítica, mais especificamente a historiografia, é feita “a contrapelo” dos discursos dominantes, na contracorrente dos lugares comuns aceitos e das interpretações simplistas, interpretações consagradas apenas à força de se repetir e de se insistir tenazmente nelas, em todos os níveis do ensino escolar e por todas as vias de difusão hoje existentes da História.” (ROJAS, 2003, p. 384). Os exemplos mais evidentes para o caso da Palestina/Israel são as interpretações dos fatos que, reiteradamente, reafirmam acriticamente a legitimidade das ações israelenses diante dos palestinos “fanáticos”, “intransigentes” e “terroristas” (parte da narrativa hegemônica da “Guerra contra o terror”), ignorando assim a constante negação dos direitos humanos básicos dos palestinos, as frequentes e sistemáticas violações do direito humanitário por Israel, seu desrespeito continuado às resoluções da ONU e o cometimento de crimes internacionais, sobretudo no novo milênio. Seriam narrativas análogas à defesa da ditadura civil-militar no Brasil e de suas medidas de exceção, ou das políticas de apatenação na África do Sul, durante a Guerra Fria. Nesse sentido, os autores com os quais trabalhamos, muitos deles israelenses, enquadram-se nas teorizações e defesa daquilo que Walter Benjamin e Rojas definem como bibliografia crítica, expondo a barbárie perpetrada e lutando por um passado e presente oprimido, que faz “saltar pelos ares o “continuum da história”. De certa forma, é a mesma discussão proposta por Eric J. Hobsbawm ao abordar a questão do engajamento nas análises sócio-históricas. Este não necessariamente leva à negação de fatos verificados, mas pode partir de procedimentos incontroversos que colocam em xeque os significados que se pode inferir a partir dos próprios fatos. Não se questiona os fatos, mas os significados, hipóteses e teorias que os explicam, que são dotados de implicações ideológicas e políticas. Nesse sentido, conforme Hobsbawm, à medida que as pesquisas engajadas dispõem de critérios objetivos de validação e aceitam critérios de falseabilidade, estão no campo de discordância científica legítima. Ademais, seria justamente o engajamento nas ciências o responsável pela abordagem de temas que de outro modo permaneceriam inexplorados. Mas, o historiador britânico não ignora a existência de uma forma ilegítima de engajamento, que compromete os resultados produzidos cientificamente – eis, justamente, os autores relegados a notas de rodapé (HOBBSAWM, 1998, p. 138-154). Ao refletir sobre a função dos intelectuais, Edward Said (2003, p. 251) atribui a eles o papel de adotarem uma postura crítica muito semelhante àquela definida por Hobsbawm como engajada. Conforme Said, os intelectuais seriam motivados pela intenção de aliviar o sofrimento humano, melhorar o destino dos oprimidos, versar sobre o desaparecido e não celebrar e reiterar discursos ideologizantes.

¹²⁵ Cleveland e Bunton (2009, p. 242-248) explicam a adesão britânica ao projeto sionista a partir da consideração da potência colonial de que o movimento sionista não só atenderia seus “interesses imperiais”, garantindo sua presença na área estratégica da Palestina próxima à zona do Suez, mas angariaria o apoio dos judeus russos e estadunidenses aos esforços de guerra da Grã-Bretanha, influenciando seus respectivos governos. A atuação de Chaim Weizmann junto ao governo britânico e uma afinidade de seus membros com os aspectos “religiosos e humanitários” do sionismo teriam viabilizado esse compromisso, selado na Conferência de San Remo (1920) que conferiu à Grã-Bretanha o mandato sobre a Palestina e permitiu a incorporação da Declaração Balfour em sua legislação, reconhecendo o hebraico como língua oficial ao lado do árabe.

¹²⁶ Internamente tão heterogêneo quanto o sionismo, o nacionalismo palestino pode ser pensado a partir das quatro gerações intelectuais árabes recortadas por Albert Hourani (1994; 2005) ou das duas correntes do “movimento nacional árabe” propostas por Anwar Abdel-Malek (1980). Em linhas gerais, diante da presença colonial “ocidental” foi apresentada uma ampla gama de respostas, desde tradicionalistas até modernizadoras (“fundamentalismo”, liberalismo, socialismo, propostas híbridas, nacionalismo pan-árabe, pan-sírio ou local). Pensando no movimento nacional palestino, todas suas vertentes se aproximam das categorias anteriores de alguma forma e estão representadas na pluralidade das agremiações reunidas em torno da OLP. O nacionalismo palestino desde a luta contra o Mandato Britânico e depois contra o Estado de Israel busca a autodeterminação da população palestina face ao outro colonial. Foi justamente no embate contra o nacionalismo judaico que o movimento nacional propriamente palestino (em oposição

às vertentes pan-árabes e pan-síria ou pan-islâmica) ganhou corpo, sobretudo a partir da fulminante derrota árabe em 1967. Tal qual os sionismos, enquanto algumas correntes são mais exclusivistas, advogando a retomada da Palestina como um todo e a suspensão de qualquer imigração judaica, outras enfatizam um elemento de classe, defendendo a constituição de um Estado binacional socialista, ainda que também restringindo a entrada de novos indivíduos. Outras vertentes aderem às referências islâmicas e outros ainda propõem a criação de um Estado nacional palestino, cujo caráter será determinado depois.

¹²⁷ Os “árabes israelenses” ou “palestinos de 1948” constituem a minoria palestina com cidadania israelense, totalizando quase 20% da população, que conseguiu permanecer no território após a fundação de Israel em 1948.

¹²⁸ Conforme o jornalista palestino, após a Segunda Intifada, a limpeza étnica passou a ser defendida com ainda mais ênfase e publicamente por alguns israelenses, ganhando considerável apoio junto à opinião pública. Em 2003, a “Aliança da União Nacional” (reunindo partidos como Moledet, Tekuma e Israel Beitenu) concorreu às eleições com uma “plataforma explícita para expulsar todos os árabes”, ganhando sete cadeiras no Knesset. Em 2006, concorrendo sozinho, o Israel Beitenu ganhou onze cadeiras e os demais partidos da coligação de 2003 venceram outras nove. Para o historiador israelense Tom Segev “Um espírito mal está se infiltrando no discurso público: o espírito da expulsão [...] O perigo ronda quando a possibilidade de transferir se torna parte do discurso político, quando se torna um tema legítimo.”. Se uma pesquisa realizada em 2002 apontou que quase a metade dos israelenses era favorável à “transferência” dos palestinos tanto dos TPO quanto de Israel (“árabes israelenses” ou “palestinos de 1948”), três anos depois uma pesquisa apontou que essa opinião se tornou majoritária (ABUNIMAH, 2006).

¹²⁹ Quanto ao sionismo religioso cabe mencionar algumas de suas manifestações. Meir Kahane é fundador do partido Kach, que assim como o Moledet defendia a expulsão dos “árabes” de Israel e chegou a propor a criminalização do contato sexual entre judeus e não judeus. No mesmo contexto, surgiu o movimento político messiânico *Gush Emunim* (Bloco da Fé), contrário à coexistência com os palestinos e proponente da colonização irrestrita dos TO como meio de acelerar a vinda do messias. Durante a Segunda Intifada, para o rabino Ovadia Yosef, liderança do movimento judaico ortodoxo Shas, Israel deveria bombardear os “árabes”, que eram “amaldiçoados” e “iníquos” e como “cobras” deveriam ser “exterminados”. Consta em depoimentos colhidos pela ONG Breaking the Silence (2009) que, durante a operação Chumbo Fundido contra Gaza, entre o final de dezembro de 2008 e janeiro de 2009, uma unidade de rabinos das FDI comparou os palestinos aos amalequitas, povo que Deus ordenou que fosse exterminado, e propôs sua expulsão da terra em meio a uma guerra entre os “filhos da luz” e os “filhos da treva” como caminho para a redenção final. Sobre o tema, ver: RABKIN, 2009.

¹³⁰ A libertação dos territórios africanos remanescentes nos anos 1970 – como as ex-colônias portuguesas, a Namíbia e o Zimbábwe – não teria esgotado por completo as consequências do colonialismo. Após essas altissonantes conquistas, caberia ainda combater as amarras econômicas (ou neocolonialismo) e empreender a descolonização cultural e epistemológica (“colonialidade” do ser, saber e poder). Para reverter as relações sociais extremamente desiguais geradas pelo colonialismo (entre Estados e no interior destes, entre as classes e grupos sociais que os compõem) seria necessário suprimir a “colonialidade” e debelar os entraves materiais que mantêm a dependência econômica, como o neoliberalismo, a globalização assimétrica e os fluxos ininterruptos de capital, responsáveis pelo aumento das desigualdades e flexibilização das fronteiras e soberanias nacionais. Quanto à questão cultural e epistemológica, desde a conquista das Américas teria sido formulada uma concepção de mundo dominante, assentada em uma dupla diferença: cultural – haveria um mundo moderno, cristão e ocidental e o resto – e política (decorrente do imperialismo e capitalismo, ou centro e periferia de um “sistema mundo moderno”). A ciência e o direito – auxiliados pela profunda e duradoura intervenção política, econômica e militar do colonialismo e capitalismo – seriam os campeões ocidentais nessa luta epistemológica contra os povos não ocidentais e não cristãos, afirmando a pretensa universalidade das concepções de mundo eurocentradas. A força da sujeição do “resto” do mundo aos padrões ocidentais seria tamanha que, paralelamente ao domínio físico desacreditou e eliminou as práticas sociais de conhecimento adversas aos interesses hegemônicos. Ou seja, junto aos genocídios coloniais teria ocorrido um epistemicídio ou a “[...] supressão de conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena.”. O saber europeu ou ocidental seria objetivo e universal, portanto o único válido que não estaria vinculado a nenhum contexto cultural e político de produção. Dessa forma, para além da simples imposição da força e rapina material a submissão de vários povos suscitou a elaboração de uma teia de elaborações pseudocientíficas legitimadoras, sendo a matéria-prima dessa tessitura uma visão racista e maniqueísta de mundo. Na modernidade, ao invés do abandono da barbárie em prol da civilização, teriam coexistido essas duas zonas ou categorias, separadas por uma linha abissal com base no olhar hegemônico do lado de cá (“Ocidente”), que nega a existência de sua antípoda que o fundamenta. A dicotomia

regulação/emancipação coexiste com a apropriação/violência, condizente com o lado de lá. Assim, a existência coeva do outro é negada e ele tornado invisível ao ser identificado com o passado deste lado da linha. Pelo contato hegemônico, a simultaneidade das existências cede lugar a não contemporaneidade. Assim, passados são inventados para legitimar um futuro único (o europeu é o futuro inevitável e desejável do não europeu, que vive agora em um tempo pretérito que aquele já presenciou). Essa linearidade falaciosa e supressora da alteridade (ou teleologia fabricada pelo “Ocidente” e aplicável à humanidade) sustenta a suposta universalidade dos princípios epistemológicos e jurídicos, aplicáveis somente ao lado de cá da linha.

¹³¹ Cabe assinalar com base nas reflexões de Santos (2010) que, desde a ocupação da América, a escravidão africana e indígena e os genocídios praticados a partir do século XVI, passando pelas guerras coloniais, pelo Holocausto e pelas ditaduras latino-americanas até as recentes caçadas a terroristas internacionais, a desumanização da alteridade tem justificado e alimentando o ódio e a violência contra o outro. Retirar simbolicamente o outro da esfera da humanidade, ou rebaixá-lo em uma escala de “mais humanos” e “menos humanos” conforme seu grau de autonomia e desenvolvimento é o primeiro passo para legitimar seu isolamento, fechamento, expulsão ou extermínio, violando seus direitos humanos, inclusive à vida. Desumanizar ou negar o outro é classificá-lo como ser distinto, estranho à espécie ou grupo. Via de regra, os terroristas de hoje são os mesmos não humanos ou inferiores, pervertidos, corrompidos e corruptores, vazios de historicidade em suas ações e reivindicações, fanáticos, desprovidos de razão e acima de tudo incorrigíveis, que ameaçam a saúde coletiva e precisam ser extirpados. Categorias criadas pelo pensamento colonial e reproduzidas pelo darwinismo social e pelas formulações sucedâneas igualmente abissais, propagandeadas por elites de Estados nacionais na promoção de objetivos excludentes.

¹³² Esmiuçando a herança legada pela colonização europeia ou “ocidental”, Aníbal Quijano (2010, p. 84) discerne colonialismo e colonialidade, vinculando-os à emergência do capitalismo e à colonização das Américas. O primeiro se refere estritamente à estrutura de dominação/exploração, controle da autoridade política, do trabalho e da produção de uma população por outra de identidade diferente cuja sede de suas instituições está localizada territorialmente em outro lugar. Se o colonialismo é mais antigo, a colonialidade é engendrada a partir dele, sendo “mais profunda e duradoura” e se caracterizando pelo estabelecimento de relações racistas de poder desde a ocupação da América, cuja colonização é coetânea e parte do mesmo movimento histórico de emergência e internacionalização do capitalismo centrado hegemonicamente naquele momento na Europa. “Em pouco tempo, com a América (Latina) o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos de seu específico padrão de poder, até hoje.”. Em decorrência, fundamentam-se relações intersubjetivas correspondentes de dominação sob hegemonia eurocentrada, “[...] fundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo [...]”. Desde o século XVII, essas relações intersubjetivas verticalizadas estiveram acompanhadas da conformação de modos de produção de conhecimento igualmente hierarquizados, formulados a partir dos “principais centros hegemônicos desse padrão mundial de poder”. Tal epistemologia eurocêntrica correspondia às necessidades cognitivas do capitalismo: “[...] a medição, a externalização (ou objetivação) do cognoscível em relação ao conhecedor, para o controle das relações dos indivíduos com a natureza e entre aquelas em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção.”. Paralelamente, desse modo de conhecimento eurocêntrico denominado “racional” decorreu a naturalização formal das “[...] experiências, identidades e relações históricas da colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial.”. No conjunto do mundo capitalista, tal modelo de conhecimento foi imposto e admitido como “emblema da modernidade” e “única racionalidade válida”, deslegitimando epistemologias alternativas. “As linhas matrizes dessa perspectiva cognitiva mantiveram-se [...] ao longo da duração do poder mundial do capitalismo colonial e moderno” (QUIJANO, 2010, p. 84-87). A partir do XIX, apesar da continuada evolução da mundialização do capitalismo, o lugar do capitalismo mundial é ocupado pelos Estados-nação e pelas relações entre eles. É só após a Segunda Guerra que se solidifica uma revolta intelectual contra essa perspectiva eurocêntrica há muito existente, sobretudo a partir das áreas dominadas e dependentes. São tentativas de demonstrar a mundialidade do capitalismo, por exemplo a CEPAL que corrobora a tese do capitalismo ser um sistema mundial diferenciado entre “centro” e “periferia” e o conceito de “sistema mundo moderno” cunhado por Immanuel Wallerstein a partir da fusão da visão marxiana do capitalismo com a braudeliana de longa duração. Tratar-se-iam de novas formas de remeter à totalidade histórico-social da América Latina e do “Terceiro Mundo” a partir de racionalidade não eurocêntrica, o que confrontaria a “colonialidade do poder” afirmando uma “heterogeneidade histórico-estrutural”.

¹³³ Torres sintetiza as considerações supracitadas de Quijano, destacando os dois processos históricos que convergiram na produção de um novo espaço/tempo e modelo de poder. Primeiro, a codificação da ideia

de ‘raça’ diferenciando conquistadores e conquistados, que teriam uma estrutura biológica distinta colocando uns numa situação de inferioridade natural em relação aos outros. Segundo, a constituição de uma nova estrutura de controle do trabalho, dos seus recursos e produtos, reunindo todas as estruturas historicamente conhecidas de controle e exploração do trabalho, indo da escravatura, à servidão, pequena produção independente de mercadorias e “[...] reciprocidade, em torno e em função, do capital e do mercado mundial.”. Contudo, esse caráter constitutivo da experiência colonial e da colonialidade teriam se perdido nas explicações de modernidade, que desprezam a relevância das relações espaciais na emergência do mundo moderno. O conceito de “mundo colonial/moderno” seria mais apropriado que “Renascimento” ou “período pré-moderno”, pois contrariamente aos últimos não borraria a espacialidade e a colonialidade. Pelo contrário, a ideia de “mundo colonial/moderno” reintroduz a espacialidade e uma noção de globalidade para além das relações meramente europeias, possibilitando o vislumbre conjunto do moderno e do colonial. Dessa forma, a colonialidade do poder chama a atenção para a questão da espacialidade e exige uma concepção do moderno que reflita a importância da colonialidade em sua gênese, revelando o lado escuso e sombrio da modernidade.

¹³⁴ O argumento de Sepúlveda parte da superioridade da própria cultura e se impõe na modernidade, com longa duração: “[...] sempre justo e conforme o direito natural que tais gentes [bárbaros] se submetam ao império de príncipes e nações mais cultas e humanas.”, para que assim “abandonem a barbárie” e se submetam a uma vida mais humana e ao culto da virtude. Portanto, outras culturas diferentes da própria são declaradas não humanas e essa argumentação justifica a “guerra justa” contra os indígenas não por serem pagãos, mas incivilizados – povos “atrasados”. Dessa forma, os europeus educam os indígenas na virtude, humanidade e verdadeira religião, o que supostamente seria mais valioso que os metais extraídos. Para Dussel, eis o sustentáculo da justiça da expansão europeia como obra civilizadora, emancipadora da barbárie, que justifica todos os meios e primeiro o direito dos reis ibéricos ao domínio colonial e, depois, o dos Estados-nação. Seria uma releitura do “escravagista grego” Aristóteles situada no horizonte não mais do Mediterrâneo, mas do Oceano Atlântico que posteriormente, já no XIX, assumiria a forma do “fardo do homem branco” e perpassaria a filosofia moderna “ocidental” primeiramente impulsionada pelos jesuítas com sua classificação social fundada nas raças (DUSSEL, 2010, p. 341-367).

¹³⁵ Conforme Edward Said (Said, 2007, p. 20) trata-se de um campo de estudos acadêmicos e de uma forma de pensar estruturada a partir de uma divisão ambígua do mundo e dos povos entre “orientais” e “ocidentais”. Uma amálgama de culturas muito distintas entre si conforma a categoria dos “orientais”, “[...] permeada das doutrinas de superioridade europeia, vários tipos de racismo, imperialismo e afins.”. Seria uma forma “ocidental” de domínio e reestruturação do “Oriente”, constituindo o pano de fundo para a expansão da presença e do poderio das potências industriais e imperiais europeias entre o XIX e o XX. No campo do político, os discursos ideológicos, científicos, econômicos, políticos, sociológicos e literários sobre o “Oriente” atuam naturalizando e explicando “cientificamente” a “inferioridade” dos colonizados, calando-os e legitimando sua submissão, exploração ou mesmo extermínio. Tratar-se-ia, em um nível mais amplo e no contexto do imperialismo, da atualização da contraposição maniqueísta e complementar clássica entre nós, civilizados, racionais, maduros, científicos e virtuosos, e eles, os bárbaros, irracionais, imaturos, místicos e depravados. Inferiores, os “orientais” deveriam ser arrancados da barbárie e infantilidade mental e “civilizados” em nome das luzes e do progresso, sendo seus saberes descartados. Para Said (2007, p. 69-70), o orientalismo tanto influenciou quanto foi influenciado pelas expansões imperialistas. Cabe reproduzir a citação que o intelectual palestino faz de um ensaio de 1908 do alto dignitário britânico lorde Cromer (Evelyn Baring), que explicita o racismo inerente ao pensamento orientalista: “A primeira questão é considerar o que esses povos, que estão todos, em termos nacionais, mais ou menos *in statu pupillari*, pensam ser melhor para seus interesses, ainda que esse seja um ponto que merece séria consideração. Mas é essencial que cada questão especial seja decidida principalmente com referência ao que, à luz do conhecimento e da experiência ocidental, temperados por considerações locais, julgamos conscienciosamente ser o melhor para a raça subjugada, sem relação com nenhuma vantagem real ou suposta que possa advir para a Inglaterra como nação [...] Se a nação britânica como um todo mantém persistentemente esse princípio em mente, e insiste rigorosamente na sua aplicação, embora jamais possamos criar um patriotismo análogo ao baseado na afinidade de raça ou na comunidade da língua, podemos talvez fomentar uma espécie de lealdade cosmopolita fundada no respeito sempre concedido aos talentos superiores e à conduta abnegada, e na gratidão derivada dos favores já conferidos e dos que ainda estão por vir [...] Mais do que isso, o comércio lucrará.”.

¹³⁶ Apoiado em J. M. Blaut e no conceito de “mito difusionista do vazio”, Maldonado-Torres (2010, p. 410-413) afirma que “[...] essa proposição do vazio reivindica uma série de coisas, cada uma delas sobreposta às restantes em camadas sucessivas.”. Primeiro, a demanda por regiões não europeias vistas como “vazias”, “[...] praticamente desabitadas ou ainda sem uma população fixa, razão pela qual a fixação de colonos europeus não implicaria qualquer deslocamento de povos nativos [...]” e, tratando-se

de nômades ou povos com vínculos superficiais com a terra, a fixação europeia não violaria soberanias políticas, pois nômades não reclamam território para si e desconhecem qualquer sentido de propriedade privada e pretensões à propriedade (daí a livre distribuição de terras aos colonos, pois ninguém é dono delas). A camada final dessas reivindicações seria o pretenso vazio de criatividade intelectual e de valores espirituais, ausência de racionalidade e autonomia, que justificaria o controle e tutela dos “selvagens” pelos civilizados. Seriam concepções imperiais de espaço, tendências instrumentalistas e monológicas, que marcam a experiência moderna com seu mito do vazio de terras e de racionalidade, guardando vínculos profundos com as relações geopolíticas e articuladas a partir da conquista das Américas. Se as aventuras do XIX introduziram novas técnicas de subordinação e de controle colonial, a lógica que as animou como projetos imperiais seriam semelhantes aos moldes surgidos no XVI, tendo a modernidade padrões de relações de poder de longo prazo.

¹³⁷ Yosef Gorny (1987, p. 2-3) afirma que, desde seus primórdios no final do século XIX o movimento sionista fundamentou sua relação com o território a ser apropriado e com sua população em princípios como a “redenção da terra” (acúmulo e concentração territorial na “terra-natal”), “conquista do trabalho” (consolidação e um mercado exclusivo e autossuficiente) e no direito histórico de retorno e mudança do status do território, substituindo a maioria árabe por uma judaica. Para consumir o objetivo final de criação de um Estado judeu na Palestina concorreram tanto a emigração de milhares de judeus para o território quanto a lenta elaboração e execução em 1948 de uma transferência populacional em massa (PAPPÉ, 2008; MASALHA, 2008). Dessa forma, a partir da Guerra de Independência ou *Nakba*, a sociedade palestina – agregando muçulmanos, cristãos e judeus sefarditas - foi desestruturada em sua grande maioria, com os elementos não judaicos desapropriados e exilados, sendo criado em seu lugar o Estado de Israel como Estado judeu, comportando uma minoria remanescente dos habitantes originais. A paisagem também fora drasticamente alterada com a destruição física e simbólica de centenas de vilas e renomeação dos lugares (VIDAL; ALGAZY, 1998).

¹³⁸ Klemperer chega ao paroxismo de afirmar que as formulações raciais do sionismo influenciaram diretamente àquelas do nazismo.

¹³⁹ Até mesmo integracionistas, proponentes de um movimento binacional (como o Brit-Shalom), sustentavam tanto o contato limitado entre ambas as nações a fim de evitar uma “corrupção moral” quanto a assimilação dos locais à cultura “superior” trazida pelos judeus europeus. Gorny (1987, p. 14; 198) fala em “senso de elitismo”, “zelo missionário” e “tradicional superioridade europeia diante de seu entorno asiático”. Filhos do seu tempo, nos primórdios do movimento sionista já se verificam os traços dessa percepção orientalista e racista dos nativos da Palestina. O marxista Ber Borochov reconhecia, conjuntamente com a proximidade racial dos palestinos e judeus, a superioridade cultural judaica e o caráter “terapêutico” e “curativo” da colonização sionista, que ao final promoveria a integração por meio do avanço econômico que proporcionaria. Assim como as demais experiências coloniais “civilizadoras”, tratar-se-ia de uma “assimilação” com “suor, lágrimas e sangue” (GORNÝ, 1987, p. 33-36). Para o também sionista Max Nordau, a contribuição judaica para a cultura ocidental fora significativa, portanto os judeus “seguros de seu europeísmo” e “superioridade cultural e antropológica” deveriam preservar sua orientação ocidental. Caberia aos judeus, assim como os ingleses na Índia, serem os “emissários da cultura e expandir os limites morais da Europa até o Eufrates.”. Nadav G. Shelef (2010, p. 155-156) destaca que, até entre os trabalhistas o socialismo era antecedido por definições étnicas de pertença, prevalecendo a ideia de segregação populacional. Nesse sentido, propostas binacionais de alguns pensadores tinham um caráter meramente instrumental e tático. Essa aparente contradição entre posicionamentos libertários e defesas de teses racistas não é uma exclusividade do sionismo. Conforme o antropólogo Renato da Silveira (2000), pesquisador do Centro de Estudos Afro-Orientais: “Mesmo democratas, republicanos e a oposição de esquerda nos meios científicos, apesar de criticarem a opressão colonial e o lado vampíresco da economia capitalista, permaneciam eurocentristas e racistas, assumindo posturas autoritárias e veiculando teorias dogmáticas que justificavam o aniquilamento político e o genocídio cultural das etnias extraeuropeias ... no mundo da ciência em processo de constituição, as posições politicamente mais radicais podiam conviver tranquilamente com o racismo mais intransigente.”.

¹⁴⁰ Lisa Hajjar (2005, p. 42-43) observa que Estados ao enfrentar ameaças a sua autoridade e controlar grupos de oposição geralmente recorrem à discriminação, repressão e violência para “restaurar a ordem” ou “proteger a segurança nacional” justificando as medidas adotadas ao demonizar o outro, sendo comum o adjetivo de “terrorista”. Terrorismo oportuniza assim uma razão ideal para a suspensão ou derrogação de direitos e para a violência estatal, tornando esta legítima e com apoio público. Esse discurso estadocêntrico deslegitima as motivações e objetivos políticos dos grupos tachados de terroristas, representando-os como inerentemente ilegítimos e ameaçadores, “[...] carecendo de qualquer lógica compreensível (ou pelo menos com credibilidade) além da vontade de destruir e aterrorizar, sendo geralmente o apoio a esses objetivos equiparado a apoio ao terrorismo no discurso da ‘segurança

nacional’.”. O nacionalismo palestino foi criminalizado a partir dessa categoria, incluindo portar bandeira, livros, ou cantar canções, sem contar a própria presença palestina interpretada como “perigo demográfico”. Hajjar destaca ainda que, as “políticas de contraterrorismo” de Israel nos TPO incluíram medidas arbitrárias, justamente aquelas descritas nos relatórios: prisões e assassinatos de suspeitos, táticas violentas de interrogatório, perseguição a organizações nacionais e imposição de punições coletivas – demolições de casa, deportações, toques de recolher e fechamentos.

¹⁴¹ A resolução 3379 da AG-ONU, de 10 de novembro de 1975, equipaleou sionismo e racismo considerando sua associação crescente ao colonialismo a partir das práticas adotadas nos TPO. Se foi a primeira resolução da ONU posteriormente revogada, cabe destacar que sua aprovação se deu pelo apoio massivo do Terceiro Mundo, sobretudo dos países africanos, que desde o início das ocupações territoriais decorrentes da Guerra de 1967 foram aumentando o tom das críticas a Israel por meio da Organização para a Unidade Africana, atualmente União Africana, inclusive aproximando o apartheid na África do Sul das políticas coloniais israelenses e portuguesas (SAHD, 2015). Em 2001, na “Conferência Mundial contra o Racismo” realizada pela ONU na cidade de Durban, cerca de três mil ONGs de diferentes partes do mundo “[...] condenaram com palavras candentes Israel por causa da opressão nacional e da discriminação infligidas aos palestinos, da ferocidade de uma repressão militar que não se detém nem mesmo diante de ‘atos de genocídio’.” (LOSURDO, 2001). Ademais, em discursos na assembleia da ONU e em protestos ao redor de todo o mundo são comuns tais alusões.

¹⁴² Baseando-se em pesquisas feitas por institutos israelenses, o sionista liberal Peter Beinart traz os seguintes dados referentes aos judeus israelenses: 70% são contra o apontamento de árabes israelenses a postos nos gabinetes ministeriais; 49%, entre 21 e 24 anos, não teriam um amigo árabe; 56% dos estudantes secundaristas são contra os árabes concorrerem ao parlamento (Knesset) e 44% são contra alugar apartamentos aos árabes. 53% querem que o governo encoraje os árabes israelenses a deixarem o país. Conforme Levy, “‘Nós somos racistas’, os israelenses estão dizendo, ‘nós praticamos o apartheid’ e ‘nós até mesmo queremos viver em um Estado de apartheid [...] Admitem que eles são assim e que não tem vergonha disto’”. Embora pesquisas anteriores já tenham apontado esta difusão do racismo, conforme Levy os israelenses “nunca pareceram tão satisfeitos com eles mesmos, mesmo quando admitem seu racismo. A maior parte pensa que Israel é um bom local para se viver e que é um Estado racista”. Inclusive, muitos dizem que o país é bom justamente por causa de seu racismo. A maioria quer que o caráter judaico do Estado prevaleça sobre seu caráter democrático, quer estradas segregadas na Cisjordânia, quer a transferência ou discriminação nos locais de trabalho e não quer ter vizinhos árabes em casa ou na escola e que eles votem para o Knesset. “Basta de reabilitação e fingimento. É isto que nós queremos, pois é assim que nós somos.”.

¹⁴³ Esse pensamento abissal remete à concepção de Said do “Oriente” como uma criação do “Ocidente”, que fundamenta sua própria existência e se refere de forma imprecisa, indistinta e homogenizante a uma realidade demasiado heterogênea e sem localização territorial fixa (o mundo não europeu, ainda que isso aglutine culturas e povos completamente distintos e sem nenhum ponto em comum além da não “europeidade” - ou “ocidentalidade”). Originalmente, esse outro espaço – ou “lado de lá da linha” - correspondeu às zonas coloniais, onde inexisteriam (ou seriam inválidos ou não reconhecidos) os termos verdadeiro ou falso, legal ou ilegal. A gênese de tudo isso seriam as linhas globais que separavam o Velho do Novo Mundo – como o Tratado de Versalhes -, mais especificamente as *amity lines* ou *linhas de amizade* (demarcações cartográficas que colocavam no lugar de uma ordem global comum uma dualidade abissal, do lado de cá da linha vigorando a paz, a verdade e a lei e do lado de lá a violência, a pilhagem e o princípio da força.).

¹⁴⁴ No âmbito da epistemologia ou do conhecimento, enquanto a zona colonial é o universo das crenças e comportamentos incompreensíveis ou mágicos (logo não são conhecimentos, ficando fora do critério de verdadeiro ou falso), o lado de cá é o reino da racionalidade, ciência, conhecimento e verdade. O fato de só a ciência moderna poder distinguir entre o verdadeiro e o falso invalidaria conhecimentos alternativos (enquanto a filosofia e a teologia também estariam desse lado da linha, do outro lado figurariam os conhecimentos não ocidentais ou de grupos/classes subalternas). Nas raras ocasiões em que foram reconhecidos como tais (pois geralmente classificados como magia, credices, opiniões), seus saberes seriam inferiores e “próprios de seres inferiores”.

¹⁴⁵ Se as linhas globais abissais foram ameaçadas frontalmente com as revoltas anticoloniais, parecendo que iriam desaparecer, contrariando essas expectativas logo após teve início uma expansão da barbárie, um redimensionamento e ampliação dos espaços de apropriação/violência (coloniais), que passaram a incluir e “contaminar” partes dos territórios outrora situados “do lado de cá da linha” e do princípio de regulação/emancipação. Isso vem ocorrendo como forma de regular o que é percebido como uma “intromissão ameaçadora do colonial nas sociedades metropolitanas”, sobretudo o terrorista, o imigrante indocumentado e o refugiado (presentes ou relacionados a grupos locais), cada um trazendo consigo a

linha abissal global que caracteriza a exclusão radical e a inexistência jurídica. Seguindo essa linha de raciocínio, como o colonizado estaria dentro das próprias metrópoles, seria necessário um encurtamento e redefinição das fronteiras, bem como a “invisibilização” desse processo e dos territórios sub-humanos.

¹⁴⁶ A definição de Israel como uma etnocracia, portanto uma “não democracia”, é criticada pelo sociólogo Samy Smootha, que em seu lugar propõe o conceito mais brando de “democracia étnica” salientando o controle estatal pela maioria, mas que ainda assim não removeria o Estado do rol das democracias – ainda que ele se situe em uma situação peculiar, quase limítrofe em relação aos modelos de democracias liberais ocidentais. Para mais sobre esse debate, cf: SAHD, 2012, p. 70-81.

¹⁴⁷ Menachem Klein (2010) separa os palestinos por sua condição jurídica e direitos em árabes israelenses ou palestinos de 1948 (cidadãos de Israel), “residentes permanentes de Jerusalém Oriental” e palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, estando os últimos mais vulneráveis.

¹⁴⁸ Para Hanan Chehata (2010, p. 15-28) o Estado de Israel promove uma campanha de “genocídio cultural” (“entocídio”, “sociocídio” ou “desculturação”) contra a herança e a contribuição palestina no país, com cada aspecto da cultura palestina submetido de alguma forma “à profanação ou destruição por Israel. Não há nenhum elemento da sociedade palestina que tenha passado incólume à espoliação por meio de atos do governo israelense.”

¹⁴⁹ Conforme Klein (2010, p. 13), a demarcação do Muro da Separação não seria decisivo para a demarcação final das fronteiras entre as duas entidades étnicas, mas “[...] apenas mais uma ferramenta para conter e controlar os palestinos da Cisjordânia.”, cercando-os e perpetuando o regime unitário assim como o próprio desengajamento unilateral de Gaza, em 2005.

¹⁵⁰ Preocupado em manter sua aceitação pela comunidade internacional em um contexto de defesa consensual da democracia e dos direitos humanos, Israel adaptou as leis internacionais a seus interesses, criando uma versão distorcida que permite viabilizar suas políticas discriminatórias ao mesmo tempo em que mantém uma aparência de vigência da lei nos TPO (sendo essa uma das funções da “judicialização”). Assim, da mesma forma que nunca deixou de operar o sistema de aplicação da lei, a despeito de sua ineficácia, enquanto viola os vários dispositivos do DIH, Israel não nega explicitamente sua validade, apenas afirma oficialmente que só aplica nos TPO seus “dispositivos humanitários” (YIFTACHEL, 2006; HAJJAR, 2005).

¹⁵¹ Vale relembrar que, conforme Elisabeth Marteu (2009) o surgimento dos primeiros movimentos sociais massivos em Israel ocorreu em meados dos anos 1970 e que, desde então e com especial ênfase dos anos 1990 em diante, grupos políticos e organizações variadas da sociedade civil têm emergido na esfera pública, contrapondo-se visões de sociedade e ações voltadas a sustentar ou alterar a natureza judaica do Estado e reforçar ou interromper a ocupação. Portanto, na esfera pública israelense atuam diferentes organizações representando tanto os interesses de colonos quanto o de pacifistas, feministas, socialistas, grupos pela diversidade, ambientalistas e defensores dos direitos humanos. Em suma, disputam o terceiro setor nacionalistas palestinos e israelenses, “esquerdistas” e “direitistas”, laicos e religiosos. O eixo das divisões na mobilização civil dos israelenses de fé judaica é a relação com os TPO, opondo-se o movimento heterogêneo de colonos, hoje um dos mais influentes, ao movimento pacifista contrário à ocupação, igualmente plural e também recebendo apoios internacionais de grupos consoantes com seus posicionamentos. Em linhas gerais, enquanto os primeiros passaram a atuar logo após a guerra de 1967, ganhando corpo de meados dos anos 1970 em diante, as organizações pacifistas surgiram aproximadamente na mesma época, mas ganharam projeção a partir da invasão do Líbano em 1982. Paralelamente a esses movimentos, a minoria árabe-palestina de Israel também passou a se mobilizar de meados da década de 1970 em diante, a partir dos protestos pela terra. Suas entidades, como o Comitê Nacional das Lideranças dos Conselhos Árabes e o Comitê pela Defesa das Terras, foram estabelecidas para enfrentar a exclusão e lutar por igualdade, mobilizando cidadãos sub-representados. Os objetivos prioritários eram conseguir uma alocação mais justa dos recursos públicos e provocar reformas políticas, visando maior equilíbrio na dinâmica do poder. Contudo, operando em uma etnocracia, as primeiras entidades tiveram que superar muitos obstáculos, como a recusa do Estado em aceitar seu papel representativo, e com isso obtiveram poucas vitórias na luta por mudanças, ainda que tenham tido um impacto político significativo, fortalecendo a posição da minoria árabe-palestina em Israel, influenciando seu discurso e facilitando a atividade conjunta e protestos de diferentes grupos sociais. Inclusive, o relativo fracasso em provocar mudanças abrangentes é um dos fatores por trás da significativa proliferação dessas ONGs entre os anos 1980 e 1990 bem como de sua reorientação de agenda, passando de demandas por mudanças maiores no sistema a um campo de ação mais formal e limitado a interesses específicos e tangíveis, o que não diminuiu as tentativas de controle e a repressão estatal às suas atividades (PAYES, 2005, p. 1-6; 75).

¹⁵² Segundo Marteu (2009), a solidariedade entre os palestinos de 1948 e dos TPO é recíproca. Ela identifica, pelo menos desde 2006, um amplo consenso entre suas ONGs quanto à defesa da minoria

árabe-israelense e apoio à luta por direitos civis e igualdade em Israel e pelo final da ocupação. “Pertença identitária e realidade pragmática operam como correlatas e parâmetros coextensivos.”. Como motivo da não transformação das ONGs árabe-israelenses em um movimento social influente e coeso por direitos, a autora destaca os limites espaciais de sua influência política, bem como a falta de coordenação interna. Com definições próprias acerca do que seria um Estado israelense ideal, as ONGs de direitos humanos e civis em Israel – mais as palestinas do que as judaico-israelenses – acabam por desafiar a definição legal do Estado como “judeu”, o que acaba por nutrir a exclusão e discriminação étnica.

¹⁵³ Para uma crítica mais detida ao grupo, vide: KAHLEN; FOXSOHN, 2005; GURVITZ; ROTEM, 2014.

¹⁵⁴ Ver a primeira nota final deste capítulo.

¹⁵⁵ Analisando o genocídio operado pelo Terceiro Reich, Zygmunt Bauman (1998) perscruta a “faceta sombria da modernidade” e destaca o efeito desumanizador da burocracia, o monopólio da violência e as ambições de “ajardinamento” ou engenharia social dos Estados modernos como fatores por trás do holocausto. “O Holocausto foi um choque único entre as velhas tensões que a modernidade ignorou, negligenciou ou não conseguiu resolver e os poderosos instrumentos de ação racional e efetiva que o próprio desenvolvimento moderno fez surgir.”, diz-nos Bauman (1998, p. 16).

¹⁵⁶ Para Falk (2009, p. 71-74), ao mesmo tempo em que os Estados nacionais conferem nacionalidade permitindo assim aos indivíduos transitarem em um mundo de controle de fluxos e fronteiras pautado pela pertença do indivíduo a um Estado ou nação sustentam identidades nacionais específicas, excluindo minorias e facilmente se tornando instrumentos de opressão e afirmação coletiva sobre o outro, vulnerabilizado pelo poder e aparatos estatais. Os Estados ainda teriam poder, especialmente os hegemônicos, para cometer arbitrariedades contra seus cidadãos, carecendo a comunidade internacional de meios e mandato político efetivo de proteção – vide a falta de consenso em torno do TPI e a primazia dada aos instrumentos nacionais de investigação e punição. Salvo exceções, as modalidades não westfalianas de cidadania ainda não protegeriam eficazmente contra abusos estatais, com as limpezas étnicas e genocídios embora criminalizados não sendo prevenidos nem abordados de forma regular e eficaz, restando ao sujeito e/ou grupo visado a proteção garantida pela estrutura da autoridade estatal, que pode se tornar ela própria o violador.

¹⁵⁷ O cientista social argentino Daniel Feierstein (2011, p. 111-112), muito influenciado por Michel Foucault em suas reflexões, aborda a modernidade como um sistema de poder, que conjuga de maneira multiforme no tempo e no espaço tecnologias específicas de destruição e reconstrução das relações sociais, capazes de manter a hegemonia dos grupos dominantes. Trata-se de diagramas de poder conjugados e operados pelo soberano de forma a criar e manipular representações hegemônicas úteis para o controle e criação identitária de populações. Feierstein (2011, p. 113-117) agrupa as contradições da modernidade como sistema de poder e de controle populacional em três eixos básicos ou questões, oriundas de mudanças estruturais nas formas de representar o mundo e a si mesmo. “Igualdade”, “soberania” e “autonomia” foram funcionais na ruptura com a sociedade estamental e com o sistema do Antigo Regime e em sua transição para a modernidade e legitimação desta. Contudo, tais fundamentos também geraram efeitos inesperados dado a contradição entre os valores teóricos e as práticas históricas concretas da modernidade atentatórias desses mesmos valores retoricamente encampados. Ou, ao passo que princípios como autonomia, soberania e igualdade sustentaram a análise idealizada e legitimadora da modernidade, eles foram contraditados pela continuação da dominação de povos sobre povos, classes sobre classes, gêneros sobre gêneros, surgindo rachaduras nas estruturas de consenso, racionalidade e legitimidade do próprio sistema. Para fazer frente a essas contradições materiais e simbólicas e consolidar a modernidade como sistema de poder incoerente com seus próprios postulados foram elaborados sistemas explicativos, como o racismo, e desenvolvidos e empregados distintos “procedimentos funcionais”, dentre os quais Feierstein destaca as práticas sociais genocidas, voltadas à reorganizar sociedades exterminando extratos significativos para gerar tal efeito.

¹⁵⁸ A globalização gerou, ou pelo menos manteve, efeitos perversos e isso devido a vários motivos. Apesar de seu enfraquecimento. A ideia de um povo nacional seria o fundamento das modernas sociedades liberais e a fácil utilização dessa concepção na criação de cosmologias totalizadas da nação sagrada facilmente provocaria ideais de pureza e limpezas étnicas. A etnia como essência das ideologias nacionais pede a retirada dos corpos estranhos e “impuros”. Appadurai (2009, p. 16) chama a isso “inerente tendência etnicista” presente em todas as ideologias nacionalistas, que por si só não transforma os Estados nacionais em máquinas de morte, sendo auxiliada pela “incerteza social” (que fomenta a extirpação do corpo sob suspeição). Essas angústias coletivas constituem terreno fértil para a propagação da violência. A fluidez global de capitais, armas, povos e imagens tem abalado princípios e procedimentos essenciais dos modernos Estados-nação, como as ideias de soberania, território estável e população definida. “A globalização exacerba essas incertezas e produz novos incentivos para a

purificação cultural à medida que mais nações perdem a ilusão da soberania econômica ou do bem-estar nacional.”. A violência e os fundamentalismos estão relacionados com essa ilusão de identidades fixas, afrontadas pelos fluxos globais. A violência extrema corresponde às exigências por certeza sobre identidades sociais, valores, crenças, sobrevivência e dignidade, ainda mais quando às forças da incerteza se somam a crescente desigualdade, perda de soberania nacional ou ameaças à comunidade e à segurança coletiva (produtividade social da violência). Os rompantes étnicos em sociedades pretensamente democráticas também se relacionam com as categorias produzidas no pensamento liberal de “maioria” e “minorias” – estas surgidas a partir das revoluções liberais e em um mundo moderno de estatísticas, censos, mapas populacionais e outros instrumentos estatais criados a partir do século XVII. De qualquer forma, a violência no âmbito da nação requer minorias e em sua fabricação certas histórias são ocultadas e outras revividas ou inventadas. Elas encarnam em seus corpos as abstrações mais temidas, gerando ansiedade por sua aniquilação. A própria existência de minorias pode produzir uma “ansiedade da incompletude”, ou seja, um anseio das majorias superarem a pequena distância que as separa de se tornarem, não mais majorias, mas um todo nacional imaculado, um *ethnos* nacional puro e limpo - desejos de cidades perfeitas, puras, que encerram uma face atroz em relação ao outro não normalizado. A violência cultural ou mobilizações étnicas dos pós-Guerra Fria combinariam, justamente, as condições necessárias da incerteza e incompletude com condições suficientes, como um Estado étnico, estrutura colonial racista, sociedades étnicizadas (Líbano, ex-Iugoslávia, Palestina/Israel, Índia/Paquistão, Irlanda, África do Sul) e redes de tráfico. São formas de violência carregadas de excesso de raiva e ódio, expressões de um “narcisismo das diferenças menores” manifestado em brutalidade, degradação e desumanização. Essas diferenças se tornam mais ameaçadoras quando há a possibilidade das minorias e majorias trocarem de papéis, o que gera maior insegurança e violência. Ainda seguindo com Appadurai (2009, p. 36-48), os limites entre o que seriam diferenças maiores e menores se tornaram difusos. O problema se tornou a diferença em si, que deve ser eliminada. Desenvolvendo suas considerações sobre essa violência contra o outro, o geógrafo fala em “identidades predatórias” em alusão às “[...] identidades cuja mobilização e construção social requerem a extinção de outras categorias sociais próximas, definidas como ameaças à própria existência de algum grupo, definido como nós.”. Geralmente, são pretensões de exclusividade nacional que geram delírios purificadores ou temores de que a maioria de hoje venha a se tornar a minoria do amanhã (perigo biológico no Reich, “perigo demográfico” em Israel). As atrocidades são facilitadas pela redução das populações alvo a status sub-humanos ou não humanos e por sua descrição em termos biológicos (câncer) ou até zoológicos (vermes, insetos, ratos). Todo “majoritarianismo” portaria “[...] as sementes do genocídio, uma vez que está invariavelmente ligado a ideias sobre a singularidade e a completude do *ethnos* nacional.”. Essa potência destrutiva se efetiva quando grupos radicalizados conseguem assumir o governo e quando estão disponíveis técnicas e instrumentos de recenseamento e um desencontro entre fronteiras políticas, populações e migrações de comunidades, mas sobretudo na existência de uma campanha de medo e/ou pureza racial bem realizada, dirigida às majorias numéricas, caso de Ruanda e ex-Iugoslávia. O paradigma de “identidade predatória” no século XX foi a condição dos judeus (e de outras minorias) sob o III Reich, cabendo outros exemplos como as limpezas étnicas na ex-Iugoslávia, na Ruanda, Índia/Paquistão e a própria *Nakba* ou expulsão dos palestinos do Estado de Israel, em 1948. Durante o Holocausto, conjugaram-se dois impulsos contraditórios: o lado mecânico, tecnológico e burocrático do extermínio (“banalidade do mal”), com o ódio generalizado e intenso ao outro, manifestado em atos de violência despropositada.

¹⁵⁹ Em face dessas situações o mundo pós-Guerra Fria se caracteriza por guerras civis e cívicas, às vezes tornadas o cotidiano. Em diferentes contextos nacionais e regionais, campanhas intensas de violência encontram seu fundamento no medo. Se nos anos 1940 as formas extremas de violência coletiva foram associadas aos totalitarismos, os anos 1990 não teriam deixado dúvidas de que aquelas também podem ser praticadas em sociedades liberal-democráticas e em Estados com formas mistas. Esse período de “alta globalização” se caracteriza, dentre outras coisas, pela profunda integração dos mercados mundiais, ampla disseminação das ideologias de mercado, tecnologias avançadas de informação e comunicação, internacionalização das economias e codificações internacionais condizentes com os velozes e variados contatos e contratos. Destaca-se ainda o papel do capital financeiro (especialmente em suas formas especulativas) na economia mundial, “[...] mais rápido, mais multiplicador, mais abstrato e invade mais as economias nacionais.”, o poder peculiar da revolução da informação (tecnologias eletrônicas como parte indispensável dos instrumentos financeiros), a flexibilização das economias e soberanias nacionais, o crescente abismo entre pobres e ricos e novos tipos de migração, que criam tensões identitárias. Para Appadurai (2009) a “alta globalização” também é - em decorrência dessas fronteiras permeáveis, identidades móveis e tecnologias e fluxos rápido - um período de violência em grande escala, em várias sociedades e regimes políticos, sobretudo intraestado. A implosão das economias nacionais foi acompanhada pelo surgimento de vários fundamentalismos, majoritarianismos e indigenismos,

frequentemente com um marcado viés etnocida. Diz-nos Appadurai que, à medida que se aprofundam as desigualdades entre nações, classes e regiões e o capital financeiro e especulativo flexibiliza as soberanias, o Estado-nação vai perdendo sua força anterior e se reduzindo à ficção de seu *etnos* como último recurso cultural. Paralelamente, outros fatores globais acompanham as transformações socioeconômicas recentes, como a continuidade da violência contra mulheres, a mobilização de exércitos jovens, deslocamentos forçados de populações pobres, violência policial, tráfico de órgãos, drogas e armas, difusão de mercenários, ataques contra minorias e o trabalho infantil, sendo suas piores formas a prostituição e o alistamento em milícias civis ou militares. Nesse cenário pós-Guerra Fria, projetos utópicos e outros fatores têm alimentado processos opressivos e mortíferos em muitos países, desacreditando o mito de que a globalização, a integração econômica ilimitada, o livre comércio e o intenso fluxo de capitais trariam somente efeitos positivos e o “final da história”. Assim, a mortandade humanamente causada se espalhou à sombra de um discurso e apoio global a mercados abertos, ideias liberais, boas práticas de governo e respeito aos direitos humanos. Segundo o geógrafo indiano, esses elementos nos tornaram testemunhos de um mundo no qual proliferam novos tipos de organização política celular, recurso a conflitos assimétricos, violência contra civis (terrorismo), atentados suicidas, exibição de decapitações e crescente raiva contra o mercado, a globalização e seu maior representante, os Estados Unidos. Seria o retorno a uma violência maniqueísta. A assimetria em regiões como Palestina, Iraque e Sri Lanka produz ideologias desesperadas de resistência, que por sua vez faz mártires e vítimas como instrumentos de libertação. Também são respostas morais, embora chocantes, aos corpos torturados, acorrentados, humilhados e fotografados por elementos das “forças ocidentais”. Os conflitos armados recentes fugiriam ao contexto do Estado-nação e extrapolariam qualquer realismo. Em muitas sociedades, o conflito étnico se tornou a rotina e as guerras internas superaram as externas, com o terrorismo borrando as fronteiras entre as guerras da nação e as guerras na nação e a beligerância em zonas civis eliminando a ideia de guerra como atividade regulamentada entre combatentes armados – vide as operações contra Gaza. A partir disso, Appadurai (2009, p. 87-89) pensa em uma civilização mundial de choques ao invés de um choque de civilizações, vigorando uma indignação moral e uma nova disposição para atos extremos de guerra em nome de ideologias específicas de pureza e retidão (ideias que empresta de Samuel Huntington, mesmo discordando de sua obra como um todo). Haveria um fenômeno difundido, global, novo e grave de “ideocídio” (considerar todo um povo, país ou modo de vida pernicioso e estranho à humanidade, fora dos limites da preocupação ética humana, portanto, alvo de “morte social”). Esses ódios seriam nutridos em relação a minorias internas, configurando um quadro de política genocida. O alvo não é um Estado ou regime específico, mas ideias de civilização e ideologias inteiras. Não haveria choques de civilização, mas limpezas ou batalhas totalizadoras, pois os alvos seriam populações ou civilizações às vezes dentro das “grandes tradições e regiões”. Haveria uma lógica dupla de, por um lado, “globalização de bodes expiatórios” ou de “inimigos morais internos” e, por outro, tendência a transformar inimigos morais globais (exemplo, terroristas) em moralmente indistintos de inimigos internos ou locais (“trazer para perto inimigos morais distantes”). Essas possibilidades sustentam e ampliam globalmente os genocídios.

¹⁶⁰ Em vários países a guerra global contra o terror fortaleceu elementos nacionalistas, reacionários, xenófobos (em suma, “predatórios”), possibilitando a identificação, estigmatização, violação de direitos e exclusão de comunidades locais representadas como agentes ou sucursais do terrorismo internacional. Questões locais e regionais passaram a ser interpretadas e descritas a partir da indignação global diante do terror e da necessidade de combatê-lo, justificando medidas ultrajantes e flexibilizadoras de direitos. A partir do Onze de setembro foram produzidas “geografias da raiva”, combinando e entrecruzando histórias locais com acontecimentos globais e tensões e pressões políticas nacionais e transnacionais. Os governantes, respaldando-se na insegurança, podem fomentar movimentos predatórios geralmente protagonizados pelas majorias ou ainda institucionalizar a discriminação em detrimento dos grupos e populações suspeitas, como fica nítido nos discursos abertamente racistas pregando a transferência dos “árabes israelenses” ou “palestinos de 1948” em Israel e nas propostas de campanha da direita e extrema-direita europeia e de Donald Trump, defendendo o fechamento total das fronteiras e medidas rígidas contra a imigração, sobretudo de muçulmanos. Tudo isso em um contexto de globalização onde os mercados estão abertos, mas as culturas fechadas. A própria ordem se organiza em torno da possibilidade da violência, que por sua vez justifica a discriminação e opressão.

¹⁶¹ Refletindo sobre os assassinatos coletivos operados em nome da construção de “cidades perfeitas” como cerne da barbárie contemporânea, Eugène Enriquez (2001, p. 12-13; 36) divide-os em tipos ideais, como genocídio, humilhação e destruição. Ainda que esses três não sejam comparáveis em suas naturezas e fins, apresentariam denominadores comuns como a crença que “[...] a espécie humana não é uma só, que o homem pode, em certas conjunturas, ser rebaixado ao nível de um animal e pode ser sacrificado sem culpa se a ‘causa’ transcendente assim o exige.”. Outras características afins das variedades de

assassinatos coletivos são reunidas por Enriquez em quatro “tipos de razões”: antropológicas, sociológicas, psicológicas e psicossociológicas. Haveria uma interação e entrelaçamento dos diferentes fatores, formando “[...] nós que permitem prender o homem à jaula de seu desejo.”, sendo esta a causa principal dos massacres. Enriquez parte da pressuposição de Freud de haver uma tendência humana a matar, humilhar e glorificar tal ato, tratando-se de uma “pulsão à destruição”. Esse “desejo de matar” engendraria a proibição, corporificada em leis e instituições inicialmente interditando sua prática em relação aos membros da tribo ou nação. Ainda na seara freudiana, o interdito induziria à transgressão como fator que humaniza a sociedade, tornada capaz de “progresso na civilização”: “[...] A transgressão à proibição de matar, resultando no assassinato, é parte integrante do trabalho civilizador.”. Este seria composto simultaneamente por uma responsabilidade sectária de cada um diante do outro e pelo não reconhecimento da unidade do conjunto humano, ocasionando “[...] violação da face do outro, da criação de estruturas de rejeição, de repulsa, favorecendo em cada grupo a construção de uma identidade própria.” (ENRIQUEZ, 2001, p. 15-16).

¹⁶² A defesa conveniente e parcial dos direitos humanos, democracia e livre mercado se constituiria na continuidade do discurso colonialista e universalista europeu dos séculos iniciais da modernidade, empregado para justificar a conquista da América e assim defender os interesses das classes dirigentes europeias. Da metade do século XX em diante, o universalismo “ocidental” com seus interesses concretos, porém velados, continuou a se fundamentar em valores supostamente universais, mas empregados de forma a legitimar o direito autoatribuído das potências (sobretudo os EUA) de intervirem nos demais países, violando soberanias para viabilizar objetivos geopolíticos e econômicos e sustentar sua hegemonia com um verniz humanitário. Para Wallerstein (2007, p. 30-43; 60), tratar-se-ia ainda da velha lógica de justificar conquistas militares, exploração econômica e injustiças massivas em nome do pretenso “bem maior” que a expansão da fé, do progresso, da civilização (“fardo do homem branco”), da democracia ou dos direitos humanos representaria para todos os povos, mantendo-se a contradição entre o discurso e a prática - denunciada inclusive por dissidentes do próprio estrato dominante. A imposição dos direitos humanos se daria a partir dos quatro argumentos básicos utilizados para sustentar ideologicamente as “intervenções” dos civilizados junto aos selvagens: a barbárie dos últimos, a disseminação de valores universais, findar com práticas contrárias a eles (canibalismo, fundamentalismo, terrorismo) e defender inocentes ameaçados. “Por mais que os argumentos tenham servido como forte incentivo moral aos conquistadores, está claro que foram altamente respaldados pelos benefícios materiais imediatos que obtiveram com a conquista.”. Assim, justifica-se o desrespeito aos princípios de autodeterminação e soberania que a ONU deveria assegurar, com a ênfase no cumprimento dos direitos humanos reinstituindo a legitimidade de intervenções seletivas como prerrogativa das potências para perseguir seus interesses escusos, mas com uma justificativa moral (lei natural e cristianismo, missão civilizadora ou democracia e direitos humanos). Em suma, o “universalismo europeu” seria uma “[...] doutrina moralmente ambígua. Ela ataca os crimes de alguns e passa por cima dos crimes de outros, apesar de usar os critérios de uma lei que se afirma natural.”.

¹⁶³ A consumação do DIDH estaria atrelada à realização dos direitos humanos como direitos dos oprimidos, pois os opressores como tais não podem ter direito algum. “Somente fazendo justiça aos povos e às classes oprimidas se propiciará seu verdadeiro bem comum e os direitos humanos realmente universais.”. Em suma, o problema radical para Ellacuría seria a afirmação tanto da vida biológica quanto dos planos da liberdade, justiça, dignidade e solidariedade, em contraposição à supressão dos direitos humanos nas diferentes esferas (pessoal, social, estrutural). Não seria válido que poucos desfrutem daqueles direitos considerados universais justamente por meio da violação ou omissão dos mesmos direitos de muitos, não sendo suficiente a afirmação retórica dos direitos humanos em documentos nacionais e internacionais, que limitados às letras se reduzem a uma normatividade absoluta e universal próxima de constituir uma forma velada de defender o já adquirido somente pelos mais fortes. Destarte, a luta pelos direitos humanos deve garantir justiça aos oprimidos por meio de uma práxis que supere as realidades negadoras, propiciando o triunfo da razão sobre a força, evitando uma “cultura anestesiada dos direitos humanos” (MARTÍNEZ, 2008, p. 38-42). Antonio Salamanca Serrano (2008, p. 137) critica a expropriação do direito dos oprimidos à revolução, entendido como movimento de concretização dos direitos humanos e afirmação da própria vida contra o domínio colonial, degradação ambiental ou mesmo a miséria, ainda que pela via armada a exemplo das lutas anticoloniais. “Por isso, o direito humano à revolução é hoje, na maioria dos países, direito à reversão revolucionária de um sistema de relações mundiais que extermina a vida dos povos.”.

¹⁶⁴ A AI exemplifica a partir da versão oficial deturpada do massacre de manifestantes em Beijing, em 1989, e das dezenas de morte na Irlanda do Norte nas mãos das forças de segurança desde 1982, levantando suspeitas de que as pessoas foram executadas arbitrariamente ao invés de presas - suposição reforçada pela reiterada recusa dos governos em investigar de forma independente e consistente as

ocorrências, com o inquérito oficial nunca publicado e nenhum agente processado por razões de “segurança nacional” e “interesse público”, não obstante evidências de que cometeram os crimes. A impunidade seria outra faceta do envolvimento governamental nos assassinatos e desaparecimentos. Essa situação é exemplificada também a partir de casos ocorridos na África do Sul, em estados da Índia, Indonésia, El Salvador, Camboja, Mauritânia, Brasil (cujo governo permitiria assassinatos à medida que mantém a impunidade diante da morte de crianças de rua, o que configuraria uma campanha não oficial de “limpeza social”) e Israel.

¹⁶⁵ Há que se notar, contudo, que investidas vêm sendo feitas no campo acadêmico para dinamitar a validade do DIH em situações de guerra assimétrica e “luta contra o terror”, sob a alegação de que essa normatização necessita ser revisada para se adequar aos novos tempos, no sentido de diminuir a proteção garantida aos não combatentes em contextos de guerra urbana.

¹⁶⁶ Novamente remetendo à campanha da AI contra os assassinatos extrajudiciais, suas vítimas seriam membros de grupos étnicos rivais, pessoas de certas localidades ou miseráveis, vitimados por políticas governamentais repressivas e não por guerras entre países. Portanto seriam mortes ordenadas ou toleradas pelos respectivos aparelhos de Estado, que deveriam justamente proteger as vítimas. Mas, visando se esquivar da repreensão da opinião pública internacional, eles colocariam em prática “[...] operações sigilosas e estratégias sofisticadas de acobertamento.”, sendo a impunidade e a obstrução da justiça garantidas por vários métodos, inclusive a realização de investigações meramente performáticas. Daniel Feierstein (2011, p. 48-49), refletindo sobre “práticas sociais genocidas”, destaca o “Informe Whitaker”, que ao objetivar qualificar a convenção da ONU sobre genocídio, defendeu a inclusão da categoria de genocídio por motivos ideológicos e sexuais em um protocolo adicional, além de ter feito recomendações justamente para superar a dificuldade corrente de se provar a “intencionalidade” dos genocídios, pois os assassinatos em massa estão protegidos pelos governos.

¹⁶⁷ As entidades ou arquétipos “Eros” (amor) e “Tanatos” (morte) compartilhariam do “trabalho civilizador”, sendo as civilizações concomitantemente “rainhas da paz e da guerra”. Estariam embasadas em diferenças e critérios de classificação alimentadores de sistemas de dominação, sendo construídas umas sobre os escombros de outras. Por meio da cultura as civilizações se aproximam de Eros (amor), caracterizado pela substituição dos laços de sangue pelos da paixão e razão, pela capacidade de sublimação e realização em conjunto e pelo reconhecimento da pertença dos outros à mesma humanidade. Os laços entre as civilizações e Tanatos se dariam por meio dos elementos sociais como “idealização”, “mentira” e “mascaramento”, criação das desigualdades, vontade de controle e dominação sobre a natureza e sobre os outros e deflagração da violência. Em síntese, “[...] amor e morte, vínculo social e assassinato estão, pois, indissolivelmente associados.” (ENRIQUEZ, 2001, p. 18). A implicação última das considerações de Enriquez é que a barbárie se disseminou onde a força das ideologias exclusivistas, pautadas pela edificação de “cidades perfeitas”, ganhou legitimidade e se tornou política de Estado, sobrepondo-se ao reconhecimento do outro como ser humano, possuidor de igual dignidade e pertencente à mesma humanidade. A extirpação da presença do outro (como etnia, classe, raça) resultou da tentativa de concretização de sonhos de perfeição, geralmente sob a forma de Estados-nação homogêneos, como o Terceiro Reich ariano, Israel como Estado judeu e os ideais de pureza nos Balcãs e em Ruanda, que culminaram em limpeza étnicas e genocídios. Portanto, as ideologias exclusivistas dos movimentos etnonacionais seriam o melhor exemplo do entrecruzamento entre amor e ódio, Eros e Tanatos, civilização e barbárie. Via de regra, são constatações muito semelhantes as de Arjun Appadurai (2009).

¹⁶⁸ Ao Gush Emunim foi “[...] garantido perdão pelo establishment político e pela sociedade israelense como um todo [...] de acordo com o tratamento preferencial que os colonos sempre tiveram.”. Diante da aplicação da justiça, “[...] essas pessoas obtiveram muito mais do que o perdão formal e a diminuição das sentenças garantidas a eles.”. No calor da Primeira Intifada, lideranças das colônias dispararam contra palestinos com munições letais, mesmo quando suas vidas não estavam sob ameaça.

¹⁶⁹ Na ACJ se defrontam colonos e suas organizações, proprietários palestinos, ONGs de direitos humanos, as FDI e órgãos governamentais. Julgamentos específicos determinaram o raciocínio legal definidor da “natureza política, ideológica e militar da ocupação”.

¹⁷⁰ No entanto, conforme Kretzmer há precedentes em cortes de antigas potências coloniais que revisavam as ações de suas autoridades nas colônias.

¹⁷¹ Prefaciando a obra de Shehadeh e Kuttub (“The West Bank and the Rule of the Law”), que é a primeira publicação do grupo “Law in the Service of Man”, posteriormente al-Haq, o então secretário geral da Comissão Internacional de Juristas, Niall MacDermot, destaca que, conforme o direito internacional como um ocupante não é o soberano ele não pode alterar as leis e a administração local, exceto por necessidades temporárias a fim de manter a segurança. Nos TPO a confidencialidade dessas mudanças legais com base em ordens militares de divulgação restrita ajudaria a “[...] transmitir a

impressão de que a ocupação militar continua a ser guiada por esses princípios [...]” (direito internacional) enquanto ela teria expandido sua legislação e administração “[...] muito além das atribuições concernentes a uma potência ocupante, preocupada apenas com a segurança de suas forças militares.” – o que corresponde à “fachada democrática” das etnocracias a fim de se legitimarem em um contexto de vigência dos “regimes morais internacionais”.

¹⁷² O direito de apelação foi posteriormente garantido, mas sem eficácia concreta na grande maioria dos casos.

¹⁷³ Face às revelações de militares sobre esses incidentes, as FDI foram rápidas em afirmar que investigariam, mas conforme Levy seriam “respostas propagandísticas e ridículas” para enganar o público e distorcer o ocorrido, pois a instituição “[...] não irá investigar nada seriamente.”, sendo as transgressões dos soldados resultado inevitável de ordens dadas durante a “operação brutal” (Chumbo Fundido) e a “[...] continuação natural dos últimos nove anos, quando soldados mataram quase 5.000 palestinos, ao menos a metade civis inocentes e quase 1.000 crianças e jovens.”. As arbitrariedades cometidas durante a operação, em realidade, seriam a rotina desde o começo da Segunda Intifada, mudando-se o contexto, mas não o princípio operacional, cuja execução depende da desumanização dos palestinos, que ocorreria há décadas. Em suma, “As FDI são incapazes de investigar os crimes de seus soldados e comandantes e é ridículo esperar que faça isso.”.

¹⁷⁴ Participam da modelagem territorial dos TPO colonos e suas organizações, as forças armadas e órgãos governamentais, em conformidade com diferentes orientações partidárias, além dos palestinos e das organizações civis que os amparam. O sistema legal tem sido a arena central dessas disputas, que também envolvem a Autoridade Palestina e organismos internacionais, como a ONU e ONGs de direitos humanos.

¹⁷⁵ Quanto à colonização e seus agentes, conforme Weizman, embora centrais em sua execução nem Sharon nem o Gush Eunim seriam seus planejadores, pois tratar-se-ia de uma empresa envolvendo uma multiplicidade de agentes, organizações e órgãos estatais, que mais apresentariam contradições e conflitos internos do que manteriam estratégias coerentes, como entre 1948 e 1967 dentro de Israel. Até 1981, a colonização seria uma “estratégia sem estrategista”, improvisada, e com uma visão elástica das fronteiras, com os governos se aproveitando do “caos da colonização” ao promove-la ou incentivá-la por meio de subsídios por um lado, “criando a atmosfera propícia para o cometimento de certos crimes”, e por outro alegar a perda de controle nos TO, o que permitiu aos governos atingirem seus objetivos ideológicos sem se responsabilizarem por eles, esquivando-se das críticas internacionais ao transferir a responsabilidade a grupos locais fora de controle. Entrecruzaram-se objetivos religiosos-ideológicos (Grande Israel); políticos (esvaziar negociações de paz ou ampliar a parcela israelense em um eventual acordo final); securitários e econômicos (manutenção de pontos estratégicos e exploração de terras baratas).

¹⁷⁶ Conforme Zertal e Eldar, na 16ª legislatura do Knesset, o número dos colonos entre os parlamentares teria subido para onze, distribuídos em todo o espectro partidário da direita, denotando seu enraizamento e influência na sociedade.

¹⁷⁷ Desde 1967, a ocupação passou por distintos estágios, com a ACJ recebendo diferentes casos conforme as nuances na situação política e securitária e na disposição dos palestinos de a peticionarem. Para Kratzmer (2002), até o começo dos anos 1970 enquanto Israel reforçava seu controle sobre os territórios, aos palestinos foi permitida relativa autonomia, mas qualquer forma de oposição ao domínio israelense foi suprimida, com deportações, demolições de casa e outras “medidas punitivas”. A substituição dos trabalhistas pelos revisionistas em 1977 levou a uma mudança na linha oficial, passando da opção pela manutenção da maior parte dos territórios somente pelo tempo suficiente até que fosse alcançado um acordo para o comprometimento com sua colonização e inviabilização de qualquer concessão futura. A ampliação da colonização foi acompanhada da proliferação de petições contrárias na ACJ, protocoladas tanto por advogados representando os palestinos contra decisões do governo quanto por ONGs internacionais e grupos israelenses contrários à política de Begin, incluindo incipientes ONGs locais que passaram a recorrer ao sistema legal para tentar proteger os direitos humanos. A Primeira Intifada deu início a um novo estágio da ocupação e da ACJ, com as autoridades respondendo ao levante palestino com medidas duras - como “[...] detenções administrativas em massa, demolições de casas, toques de recolher e fechamento de instituições palestinas.” -, cuja legalidade foi contestada por meio de petições de advogados israelenses e palestinos e de ONGs de direitos humanos. Desde os acordos de Oslo, os principais motivos dos processos encaminhados à ACJ seriam: “[...] questões de residência e reunificação familiar, interrogatórios pelas autoridades securitárias, construção de estradas de acesso às colônias, detenções administrativas e demolições de casas.”. Kratzmer (2002, p. 14-15) destaca que a ACJ se tornou mais ativista após os anos 1970, inclusive tomando decisões importantes em prol dos direitos humanos, como tentar a proibição do uso de força física durante interrogatórios (o que referendou nos anos 1980) e do uso de “detenção administrativa” para manter prisioneiros como “moeda de troca”, o que

abriu suas portas para petições de ativistas relativas à legalidade de ações governamentais. Ocuparia importante posição na jurisprudência da ACJ a concepção sionista de Israel como Estado judeu ou Estado do povo judeu, equivalendo os interesses da coletividade judaica ao interesse público ou do próprio Estado, com os juízes não sendo neutros em casos envolvendo ações contestadoras desses interesses.

¹⁷⁸ Embora ao longo da ocupação o governo israelense tenha implementado políticas para integrar os TO a Israel, não os anexou formalmente, com exceção de Jerusalém Oriental e das Colinas de Golã, nem aplicou seu sistema legal a essas áreas, com exceção dos colonos e da ACJ. Estender a jurisdição da ACJ aos TO visou oficialmente manter o primado da lei e evitar a impunidade e, na prática, o reconhecimento de Israel pelos reclamantes e a legitimação do controle do governo israelense sobre os territórios. Sob o argumento de questões não “judicializáveis” por interferirem em outros campos do governo, a ACJ se absteve de julgar casos relevantes, como a legalidade da política de colonização do Likud. Como corte de justiça seu papel seria examinar a legalidade, e não o acerto das ordens governamentais, limitando-se no começo a analisar somente se o réu tinha poder legal para executar a ação contestada, independentemente se o ato era ou não compatível com outros princípios da lei administrativa israelense, o que mais tarde foi alterado. Conforme o direito internacional, em casos de ocupação de território inimigo todos os poderes governamentais – legislar, apontar, executar, administrar – são concentrados no comandante militar, princípio expresso desde o começo nas proclamações de militares das FDI operando nos TPO, como na seção três da Proclamação sobre Lei e Administração. O poder legislativo dos militares foi amplamente utilizado desde 1967, por meio da promulgação de “ordens militares” abrangendo diferentes áreas – desde a segurança até tributos e educação. Nesses casos, a ACJ passou a revisar os atos legislativos dos militares, julgando sua adequação à lei administrativa israelense e ao direito internacional público. Contudo, na prática a ACJ não examinou de forma consistente a adequação das ordens militares às leis pertinentes a uma ocupação beligerante. “Pelo contrário, em muitos casos fez o possível para evitar recorrer aos padrões do direito internacional. Ademais, a forma como o aplicou e interpretou, frequentemente, impediu [a ACJ] de servir como um limitador significativo do poder dos militares.”. Quanto à aplicabilidade do direito internacional nos TPO, se até 1967 a interpretação era de que seria válido acaso Israel ocupasse qualquer território inimigo, após a Guerra dos Seis Dias uma divergência ocorreu entre a interpretação corrente dos militares e a de correntes políticas, que passaram a se referir a Gaza e Cisjordânia não como “territórios ocupados”, mas “territórios liberados”, o que levou à revogação da disposição legal anterior por uma ordem militar de agosto de 1967, que negou a validade da Quarta Convenção de Genebra como norma suprema das leis militares nos TO. “A retirada das autoridades militares da adoção legislativa da Quarta Convenção de Genebra (em princípio, como resposta a atitudes políticas emergentes em relação aos Territórios) logo foi apoiada por argumentos legais.” formulados por Meir Shamgar, como afirmar que os TPO não estavam sob nenhuma soberania legítima anterior, o que os tornaria “administrados” e não “ocupados”, mas mesmo assim Israel aplicaria os princípios humanitários do DIH - O CICV rejeitou essa argumentação assim como fizeram acadêmicos israelenses e de outros países. Em contrapartida, o governo israelense nunca rejeitou categoricamente a jurisdição dos Regulamentos de Haia, vistos como parte do direito internacional consuetudinário. Assim, para a ACJ o regime legal nos TPO seria o de uma “ocupação beligerante” sob os Regulamentos de Haia, mas não da IV Convenção de Genebra – o que permitiu na prática a colonização. Dessa forma, os Regulamentos de Haia ganharam reconhecimento judicial em sua aplicabilidade aos TPO e como direito internacional consuetudinário nas cortes israelenses, o que não foi feito em relação à Quarta Convenção de Genebra, pelo menos até a transferência de porções do território para a AP a partir de Oslo. Dessa forma, a ACJ se recusou a aceitar as convenções de Genebra como parte do direito internacional consuetudinário, portanto aplicável nas cortes domésticas, examinando a aplicabilidade de somente alguns de seus dispositivos, ditos humanitários – o que exclui a questão das colônias, que seria “não judicializável”, e das deportações, cuja proibição literal não deveria ser interpretada dessa forma, mas adequada a cada caso. “Análises grotescas” justificariam a aceitação das deportações pela ACJ. Tampouco a ACJ acatou o interdito à transferência de presos dos territórios ocupados para o país ocupante, conforme a Quarta Convenção, com Shamgar alegando que a proibição se aplicaria apenas a pessoas acusadas de crimes ou condenadas e não a “presos administrativos”. A arbitrariedade das decisões da ACJ é explicitada por Kretzmer a partir do fato da deportação se justificar pela suposta impossibilidade de se interpretar literalmente o artigo 49 da Quarta Convenção, enquanto a transferência de presos palestinos para Israel se justificaria pela necessidade de se interpretar literalmente o artigo 66, por mais que isso resulte em uma interpretação “anômala”: “Duas teorias de interpretação inconsistentes foram adotadas ao se interpretar diferentes provisões da mesma convenção [...] Como teorias de interpretação, elas são diametralmente opostas. Na forma de aplicação a diferentes provisões da Convenção de Genebra elas têm algo em comum: o resultado foi o mais favorável às autoridades.”. Ao passo que Shamgar defende que em casos de interpretações conflituosas de estatutos as cortes devem optar pela que defende os direitos individuais,

em se tratando da Convenção de Genebra sua posição é radicalmente contrária: a interpretação deve favorecer, em último caso, a soberania estatal, o que conflita com as interpretações correntes dos tratados do DIDH. Já o dever do ocupante manter a “ordem pública” foi interpretado de forma rígida, legalizando medidas como a supressão de expressões nacionais palestinas e da liberdade de imprensa. De forma semelhante, o dever de garantir o “bem estar”, ou a “ocupação benevolente”, legitimou diversas intervenções nos TPO em prol dos colonos, inclusive mudanças das leis anteriores e a flexibilização dos casos em que seria permissível alterar leis anteriormente em vigor. “Tem havido, geralmente, uma forte conexão entre as medidas adotadas pelos militares e a agenda política do governo de Israel, em cujo nome os comandantes militares estão atuando.”, caso da autorização para a Companhia de Eletricidade de Israel abastecer Hebron, em detrimento da Companhia Palestina de Eletricidade para o Distrito de Jerusalém, e depois – a partir de uma interpretação radicalmente distinta do mesmo dispositivo, agora não por sua imposição, mas pela negação da intervenção da ACJ – da compra da companhia palestina pelos israelenses. Inclusive, o interesse dos colonos israelenses nos TPO passou a ser considerado a partir do mesmo artigo 43 dos Regulamentos de Haia, que obrigava o compromisso do ocupante com a ordem pública e o bem estar da população ocupada. Outros casos flagrantes de mudança nas leis anteriores em conformidade com os velados interesses políticos e econômicos de Israel foram a criação de novos impostos em suposto “benefício da população” e a supressão dos conselhos distritais de planejamento, que envolviam a participação da população, deixando apenas o Conselho Supremo, composto apenas por oficiais apontados pelo comando militar, que assim passou a autorizar estradas e outras medidas em benefício dos colonos, da colonização e dos interesses políticos israelenses, no caso impedir uma eventual partilha dos TPO ao integrá-los. “A noção de ‘benefício público’ está intimamente conectada com objetivos e interesses políticos. O modelo aplicado por Barak é remanescente do modelo colonial de governos que sabem o que é melhor para os nativos. O desenvolvimento é assumido como benéfico e largas rodovias devem ser para o bem público, como devem melhorar as conexões entre os TO e Israel.”. Ao invés da noção de transitoriedade da ocupação, como limitadora das ações do ocupante, a tendência prevalecente na ACJ foi confiar na “benevolência” dos militares ao buscarem o “bem público” (KRETZMER, 2002, p. 19-29; 32-35; 39-40; 43; 51-54; 55-56; 60-71).

¹⁷⁹ Conforme Weizman (2007, p. 93-98; 103-105; 171-172), as colônias cumpriam uma função ideológica de garantir a “segurança”, à medida que neutralizariam ameaças internas (diferentemente do conceito de defesa, vinculado a guerras externas), cumprindo uma função pacificadora e disciplinadora e implicando em uma reconfiguração espacial centrada no controle dos fluxos e da demografia. Em 1972, a alegação de “necessidade securitária temporária” justificou a “limpeza” de uma área de beduínos e a criação de colônias, entre a Faixa de Gaza e o Sinai, e em 1978, a fundação da colônia Bet-El, próxima de Ramallah, sob argumento de que a presença de civis nos TO cumpria uma “função securitária”. Se após 1979 (caso Elon Moreh), nenhuma requisição de terras para construir colônias para fins supostamente securitários foi aceita pela ACJ, a categoria continuou a embasar o estabelecimento de “zonas de segurança estéreis” no entorno das colônias, de estradas by-pass e do Muro da Separação, e a grilagem de terras privadas continuou, pois os proprietários palestinos via de regra não têm acesso à ACJ. Contudo, ao invés de ter feito cessar a colonização, a decisão do caso Elon Moreh estabeleceu uma via alternativa para sua continuidade e intensificação ao permitir o acesso de colonos a “terras públicas”, inicialmente confiadas à custódia dos militares, com o governo reorientando seus esforços da expropriação de terras privadas para o levantamento das terras públicas, a “regularização do acesso” a elas e a designação “de enormes quantidades” para uso exclusivo de colonos. A ACJ não mais interferiu na questão. Toda terra que palestinos não pudessem comprovar propriedade, ou que fosse privada porém não estivesse sendo utilizada, tornou-se alvo de estatização e posterior concessão a organizações judaicas para fins de colonização. O embasamento legal não era mais as leis de ocupação, mas as leis agrárias do Império Otomano de 1858. Zertal e Eldar (2007, p. 69-70; 434-441) definem da seguinte forma a decisão judicial relativa à colônia de Elon Moreh (1978): “Por um momento, ao menos, o primado da lei obteve crédito pela vitória sobre um grupo de pessoas, cidadãos israelenses, que desde 1967 o comprometeram de forma muito eficiente, com o auxílio de muitos cúmplices importantes.”.

¹⁸⁰ Conforme Idith Zertal e Akiva Eldar (2007), se até 1967 a opinião mais aceita em Israel foi que o DIH se aplicaria a qualquer eventual ocupação militar promovida pelo país, após a Guerra dos Seis Dias essa interpretação foi revista, consolidando-se a doutrina de sua não aplicabilidade (inclusive referendada pela ACJ), o que justamente legalizou a colonização dos TPO.

¹⁸¹ Em relação ao organograma do SICM, conforme Hajjar (2005, p. 253; 256), ele é parte da administração militar, chefiada pelo comandante militar de cada região (Cisjordânia e Gaza), que tem a “[...] autoridade legislativa ‘suprema’ para publicar, emendar ou anular ordens militares.”. Toda a legislação militar deriva sua validade das ordens dos comandantes de cada área, “[...] que são equivalentes à ‘legislação suprema’”. Administrativamente, o sistema de cortes está sob autoridade direta

da AMG, que ocupa a posição máxima dentro da estrutura legal das Forças de Defesa de Israel.”. As legislações se baseiam nos RED do Mandato, no código penal local (jordaniano na Cisjordânia e egípcio em Gaza) e na legislação militar israelense. “A Suprema Corte de Justiça, em resposta a petições contestando a legalidade de certas leis militares, decidiu que ela não tem competência para revisar atos legislativos dos comandantes militares.”. Se de início houve debate sobre a aplicabilidade da Quarta Convenção de Genebra no funcionamento das cortes militares, logo foi aceito que essa legislação não poderia ser utilizada para contestar uma revisão judicial da legalidade das legislações militares.

¹⁸² Segundo Hajjar (2005), alegando questões de “segurança nacional”, Israel “aberta, ativa e perversamente” discrimina seus cidadãos palestinos e os habitantes dos TPO invocando a “ameaça” que eles representam, tanto pelas formas violentas de resistência quanto por reivindicarem direitos e se oporem à discriminação e repressão, como ao enfatizarem o caráter democrático do Estado em detrimento de sua faceta étnica judaica. “O discurso e as políticas da segurança nacional israelense enfatizam a distinção árabe/judeu, e a lei é implementada pelo Estado para promover e proteger a segurança nacional de forma a reforçar essa ‘fronteira nacional’.”, o que é explicitado na escrita, interpretação e aplicação das leis e na representação das vítimas e perpetradores, com a violência intercomunitária sendo tratada como “ameaça à segurança” somente quando envolve ataques de palestinos contra judeus - exceto em atos extremos e não autorizados de “vigilantes” israelenses, que ameaçam o controle do Estado. Se os “árabes israelenses” são cidadãos, mas não nacionais, os palestinos dos TPO nem a essa categoria pertencem, estando submetidos às leis militares e de emergência. Trata-se de uma “complexidade governamental” como “constructo legal e político”, que reflete a autoridade legal estatal para organizar a vida e as relações entre aqueles sujeitos a seu controle, discriminando mas também oferecendo a oportunidade de “resistência legal” (HAJJAR, 2005, p. 31-34).

¹⁸³ Se alguns juízes e procuradores apoiaram essas modificações como estratégicas para dissuadir a resistência palestina, outros criticaram essas políticas e sua própria atuação, como advogados de defesa motivados por um sentimento de solidariedade e ativismo junto aos palestinos, que passaram a questionar se seus serviços não estariam apenas legitimando uma ordem legal que muitos abominam, ainda mais por se verem frustrados ao não conseguirem amparar legalmente seus clientes. Muitos desses profissionais afirmam ter que, primeiramente, desenganar os detidos e seus familiares quanto às chances de evitar a punição e prepara-los para os interrogatórios e os perigos das confissões. Com a divisão dos TPO em áreas A, B e C, o acesso dos advogados e familiares aos detentos e às cortes ficou quase impossibilitado, recaindo o acompanhamento desses casos a advogados israelenses e palestinos de Jerusalém Oriental, não afetados pelas restrições. Por outro lado, com a criação da AP e o estabelecimento de seus próprios tribunais a carga de trabalho sobre sua contraparte israelense diminuiu, com ela se atendo sobretudo a violações de permissão e ataques contra israelenses.

¹⁸⁴ Uma convergência apontada por Hajjar é a adoção pelos EUA da tática de “assassinatos”, proibida desde 1977, após o estudo dos argumentos legais israelenses. “Os militares estadunidenses receberam treinamentos e briefings de membros do exército israelense para combater e suprimir a resistência em áreas urbanas.”. Dessa forma, práticas há muito utilizadas pelas forças israelenses como punições coletivas e demolições de casas, condenadas pelas Convenções de Genebra, foram aplicadas pelos militares dos EUA no Afeganistão e no Iraque. Ademais, os EUA criaram um novo tipo de “comissão militar” para julgar detidos em Guantánamo, influenciado pelo SICM nas detenções incomunicáveis, dificuldades extremas de contato entre os advogados e seus clientes, não presunção de inocência e uso de “evidências secretas”. Inversamente, se até 2000, foi legal a manutenção por tempo indeterminado de prisioneiros em Israel sem julgamento, como “moeda de troca”, uma decisão da ACJ suspendeu tal prática, que voltou a vigorar a partir de 2002 após os EUA terem aprovado sua própria versão de lei de “combatentes ilegais”. Por outro lado, sendo a lei uma “espada de dois gumes”, a “resistência legalista” em Israel/Palestina também serviria de modelo global contra as violações do direito internacional. Se as contestações geralmente são ineficazes, ao menos têm um caráter “educativo” ao receberem ampla cobertura e divulgação e chamarem a atenção para “o sofrimento humano e políticas ilegais”.

¹⁸⁵ Gordon (2008, p. XIV; 216) não aborda o conceito diretamente, ainda que mencione Yiftachel nos agradecimentos de seu livro e em um trecho relativo à possibilidade de Israel transformar a Cisjordânia em várias Faixas de Gaza ao se retirar unilateralmente de algumas áreas.

¹⁸⁶ Apropriando-se das ponderações de Michel Foucault, por “meios de controle” Gordon (2008, p. 1-4) está se referindo não somente aos mecanismos coercitivos utilizados para proibir, excluir e reprimir as pessoas, mas principalmente ao complexo inteiro de instituições, dispositivos legais, aparatos burocráticos, práticas sociais e edifícios físicos que operam tanto nos indivíduos quanto nas populações para produzir novas formas de comportamento, hábitos, interesses, gostos e aspirações. Diferentes mecanismos de vigilância foram articulados para monitorar todos os aspectos da vida palestina. Desde a oferta e contabilização de eletrodomésticos, gás, itens de subsistência, tratores e pomares até a vistoria e

censura de cartas, textos escolares, novelas, jornais e panfletos. Estoques de lojas palestinas foram inventariados e ocorreu até a inspeção nutricional e alimentar, estendendo-se o controle também a todos os recursos maiores, como água e eletricidade, e serviços como sistemas de saúde, bem-estar, judiciário e educacional. Até a Primeira Intifada, esses sistemas foram utilizados para normalizar a ocupação e moldar o comportamento dos palestinos, mudando seu cotidiano como indivíduos e população. Até sua deflagração, os sistemas foram aprimorados, com dispositivos de controle para aumentar sua produtividade econômica, formação técnica e assegurar seu bem-estar, desde que suprimidas as reivindicações nacionalistas – para tal fim, foram adotadas formas de controle jurídico, restringindo a liberdade de movimento e associação e proibindo qualquer tipo de atividade política.

¹⁸⁷ Sara Roy (1987), dialogando com a “teoria da dependência”, fala em “des-desenvolvimento” nos TPO, que seria o desenvolvimento da economia palestina de forma subalterna e dependente de Israel, o que a longo prazo não geraria um desenvolvimento e autonomia de fato.

¹⁸⁸ Tanto Gordon (2008) quanto Hajjar (2005, p. 239-240) destacam as “execuções extrajudiciais” como evidência central da suspensão da lei no novo milênio. Conforme a segunda, elas foram publicamente reconhecidas durante e após a Segunda Intifada como política e nomeadas de “mortes dirigidas” (“targeted killings”), liquidações e “ataques preemptivos”. Em contrapartida, se a AI observa que já nos anos 1990 as autoridades israelenses buscaram legitimá-las, Frattini (2014) as rastreia já na fundação de Israel.

¹⁸⁹ O documento na íntegra pode ser lido em: <http://nolegalfrontiers.org/military-orders/mil029ed2.html?lang=en>.

¹⁹⁰ Ao que sugere a documentação, a suspensão da lei continuou após o final da Segunda Intifada, como evidenciado nas operações impunes e punitivas contra Gaza e na repressão cotidiana na Cisjordânia.

¹⁹¹ As “ordens de restrição” e “detenções administrativas” são emitidas pelo comandante militar da área. As primeiras incluem “[...] prisão domiciliar, banimento, restrições para viajar e residir e a necessidade de atender a formalidades oficiais, como registro periódico.”. Para a AI essas ordens, assim como as “detenções administrativas” (prisão sem acusação formal), têm um processo de revisão judicial feito geralmente de forma “inadequada” e sem discernir entre ações violentas e não violentas dos réus. Ambas são utilizadas de forma sumária, arbitrária, com a vítima desconhecendo o conteúdo da acusação e sem direito efeito de defesa e revisão. A AI foi gradativamente constatando que ordens de restrição e detenções administrativas foram utilizadas como forma de punição por “[...] atividade política não violenta e pelo exercício não violento de seu direito à liberdade de expressão.” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1981, 362-367; 1982, p. 313-315; 330-332; 1983).

¹⁹² Vale mencionar que, conforme a AI (1992; 1994; 1998b), em 1993, a ACJ rejeitou uma petição requerendo a publicação e um posicionamento oficial quanto à legalidade “das medidas moderadas de pressão física” durante os interrogatórios do SGS e que seus agentes recorrem sistematicamente tanto aos “métodos legalizados” quanto “ilegais”, gozando de impunidade.

¹⁹³ Se considerarmos a normatização da tortura pela Comissão Landau e pela ACJ, é fato que referenda a tese da judicialização da ocupação, mas esta não como corpo garantidor de direitos e proteção civil, mas sim seu oposto: a normatização de medidas de exceção e da exposição da vida à violência soberana.

¹⁹⁴ Por outro lado, Neve Gordon (2008) observa que, enfatizar a distinção de jure da Cisjordânia como Território Ocupado em contraposição a seu vínculo de fato com Israel que a tem colonizado serve para alimentar o discurso legitimador do país como a “única democracia do Oriente Médio”, borrando a desnacionalização e desapropriação dos palestinos. Hajjar (2005) não ignora nem que Israel foi o primeiro país a sancionar a tortura e nem a “natureza classificada e clandestina” da atuação do SGS, ligado “direta e exclusivamente ao gabinete do primeiro-ministro israelense”, com seus “agentes secretos” torturando palestinos desde os primórdios da ocupação em “locais inacessíveis” para obter confissões e, com base nelas, a condenação dos réus. No entanto, ela parece não ver contradição entre tal fato com o que classifica de “judicialização” da ocupação. Ademais, o encampamento da tortura pela Comissão Landau e ACJ evidencia também a função das comissões oficiais em Israel de manter a “fachada democrática” ao invés de se constituírem em mecanismos eficazes de aprimoramento das leis e proteção legal. Em sentido semelhante, assim como outras comissões formadas antes e depois (AMNESTY INTERNATIONAL, 1980; 1980a) o próprio Karp admitiu que suas recomendações não foram implementadas. Cumpriram a mesma função as comissões oficiais de inquérito relativas às operações contra Gaza no novo milênio, referendando a posição oficial de que nenhum crime foi cometido pelas forças israelenses, não obstante a miríade de testemunhos e evidências reunidas por diferentes ONGs.

¹⁹⁵ Como os TPO não pertenciam a um soberano (sendo a Jordânia e o Egito ocupantes antes de Israel), o país não os “ocupa”, mas “administra”, portanto o DIH não se aplica a sua população, que assim pode ser submetida a punições coletivas, demolições de casas, deportações, etc., estando o território “habilitado”

para a colonização. Por meio dessa construção discursiva o DIH cerceia os direitos previstos na própria Convenção de Genebra, legitimando a ocupação israelense com sua separação do território (passível de colonização) de sua população originária. A ACJ referendou essa situação, que não obstante é desde 1967 criticada pela comunidade internacional, como fica visível na documentação sobre direitos humanos da ONU e de diferentes ONGs.

¹⁹⁶ A própria possibilidade latente de recorrer a medidas extralegais quando necessário, sem qualquer tipo de repercussão, e o fato disso ter ocorrido ainda que de forma intermitente (ou “excepcional”, como quer Gordon) desde 1967, denuncia a própria vigência da exceção e o fato da proteção legal já estar suspensa, ainda que os principais instrumentos de repressão e controle utilizados até pelo menos os anos 1990 tenham sido aqueles de exceção normatizada.

¹⁹⁷ Destacamos pronunciamentos defendendo a legalidade das ações, a criação de comissões de inquérito e a realização de investigações oficiais, fundamentando as narrativas que imputam à resistência palestina a responsabilidade final pelas mortes e destruições “colaterais”. Tal situação não é nova. A título de exemplo, questionada pela AI (1983), a Procuradoria-Geral de Israel alegou serem as denúncias midiáticas de tortura, maus-tratos e julgamentos sumários no Líbano, durante a invasão de 1982, “exageradas” e “fabricadas”, sendo alegações concretas “investigadas detidamente” (AMNESTY INTERNATIONAL, 1983). O fato se repetiu décadas depois, após a Chumbo Fundido, Pilar Defensivo e Margem Protetora (B’TSELEM, 2013; 2015). Vale mencionar que, para Shlaim (2004, p. 147-148; 153-154; 161-168; 183-191), assim como a categoria de “guerra preventiva”, a versão oficial das primeiras “represálias” israelenses já eram o oposto da realidade, não passando de manipulação da opinião pública interna e internacional.

¹⁹⁸ Quanto ao terrorismo revolucionário, conforme Wilkinson (1976, p. 40-42; 46) “Muitos movimentos e facções através da história têm recorrido a táticas sistemáticas de violência terrorista com o objetivo de ocasionar a revolução política.”. Suas origens ideológicas remontam às concepções iluministas de soberania e participação popular, sendo o “terror revolucionário” a “justa e legal sanção do povo, legitimando-se a violência em nome da vontade geral. É um método seguido, necessariamente, por um grupo, justificado por uma ideologia ou programa revolucionário, sendo essencial a existência de líderes capazes de mobilizar pessoas para executarem essas ações e de estruturas institucionais alternativas. Dentre seus subtipos, Wilkinson destaca “partidos e movimentos libertadores revolucionários e nacionais”. Quanto ao terrorismo estatal e colonial não são especificados além das linhas gerais da categoria mais abrangente de “terrorismo repressivo”.

¹⁹⁹ Foi David Ben-Gurion que lançou os fundamentos da “concepção nacional de segurança” entre o final dos anos 1940 e o início dos 1950, partindo da premissa de que Israel depende de agentes externos para sobreviver - embora não possa contar com eles integralmente - e está circundado por inimigos, com maior população e recursos. Suas dimensões reduzidas comprometeriam sua capacidade militar, pois qualquer perda territorial ameaçaria sua sobrevivência. Considerando essas especificidades Maoz (2009) descreve os diferentes elementos que compõem a doutrina de segurança de Israel, destacando: investimentos pesados na área securitária e militar; retaliações desproporcionais e custosas aos inimigos toda vez que atacam Israel; e desenvolvimento de uma sociedade engajada, próspera e materialmente avançada. Em seu conjunto, tais fatores visam dissuadir os árabes de tentar destruir o “Estado judeu”, convencendo-os a negociar em termos desfavoráveis uma paz duradoura. Outra característica é contrabalancear a superioridade numérica árabe com investimentos qualitativos nas forças armadas e na sociedade, que deve estar permanentemente engajada e ser mobilizada rapidamente em tempos de necessidade. Pierre Razoux (2006, p. 436-442) aponta uma importante mudança pela qual passaram as forças armadas de Israel no contexto de guerras assimétricas, que perdura até hoje. A partir dos anos 1990, influenciados pela reformulação do exército estadunidense face à Guerra do Golfo, teóricos israelenses desenvolveram um novo conceito - Revolução Securitária Israelense (RSI) -, provocando mudanças significativas em sua política de segurança em consonância com as “guerras do futuro”. O cerne da RSI é uma mudança qualitativa conseguida pela aquisição de conhecimentos mais precisos dos campos de batalhas por meio da aplicação de tecnologias mais avançadas de comunicação e informação - como digitalização, domínio das tecnologias espaciais, criação de um fluxo em tempo real das informações, desenvolvimento de armas e mecanismos de grande precisão e aprimoramento dos efetivos e equipamentos militares. A ideia é tentar prever as intenções e ações do inimigo no sentido de se antecipar a elas, sobretudo em contextos urbanos e no combate ao terrorismo. Destaca-se o desenvolvimento do programa espacial israelense com a criação de satélites mais precisos, paralelamente a aviões não tripulados de observação e combate, em tamanhos normais e em miniatura (tamanho de um inseto grande), robôs, armas de precisão com munições guiadas a laser ou GPS, novos projéteis e mísseis, escudos antimísseis, sistemas de laser e cercas ultramodernas minadas em suas imediações e complementadas por sensores, dirigíveis e drones. Ainda no final dos anos 1990 essa nova doutrina

passou por uma revisão e reorganização, pautando-se pela dissuasão, antecipação, intervenções militares decisivas e resposta sistemática a atentados. Essas mudanças na política israelense de defesa e segurança estão em sintonia com a “política de separação” ou “de morte” (GORDON, 2008) e, juntamente com o novo código de ética das FDI e com o “Muro da Separação”, contribuíram consideravelmente para a diminuição das baixas israelenses no novo milênio. Enquanto em 2002 a cada seis mortos no conflito um era israelense, em 2007 foi um a cada 49 e, durante a operação Chumbo Fundido, a proporção superou cem para um (KHALIDI, 2010).

²⁰⁰ As operações israelenses contra os TPO, especialmente na Faixa de Gaza no novo milênio, guardam semelhanças com aquelas executadas previamente contra o sul do Líbano tanto durante a ocupação direta (entre 1982 e 2000) quanto depois da retirada. Ali, enquanto ocupava o país Israel teve que enfrentar uma guerrilha aguerrida de movimentos políticos islâmicos, que recorreram inclusive a ataques suicidas e disparos de projéteis contra seu território, constituindo um desafio novo e similar ao que ocorreria durante a Segunda Intifada e depois nos TPO. A principal constatação foi quanto aos dispendiosos custos humanos e financeiros da ocupação direta. A saída para esses conflitos de baixa intensidade foi a velha doutrina dos ataques desproporcionais, punitivos e dissuasivos, como as operações contra o Líbano em 1993, 1996 e 2006, que envolveram pesados ataques aéreos e de artilharia vitimando civis, tal qual ocorreu nos TPO durante a operação Escudo Protetor (2002) e, especificamente em Gaza, em 2006, 2007, 2008/2009, 2012 e 2014, quando cidades e vilas foram desproporcional e indiscriminadamente atacadas atendendo tanto a objetivos políticos domésticos quanto pressionar as populações civis a deixarem de apoiar a resistência. Nos TPO, concomitantemente à ocupação do Líbano, a partir dos anos 1980 as atividades da resistência foram se intensificando, ganhando ímpeto da Primeira Intifada em diante quando movimentos islâmicos e laicos contrários às negociações de paz ganharam terreno face à continuidade da ocupação e colonização. Mesmo durante os acordos a força e as punições coletivas continuaram a ser empregadas, tornando-se hegemônicas e quase exclusivas como estratégia após a deflagração da Segunda Intifada (MAOZ, 2009, p. 256-265; SHLAIM, 2004, p. 15-19).

²⁰¹ Shlaim (2004, p. 113-115; 125-127) já destaca para o período entre 1948 e 1967, além da desproporcionalidade e do controle da escalada da violência, a política de “tiro livre” adotada pelas FDI (“atirar primeiro e perguntar depois”), antecessora da permissividade característica das Intifadas e melhor explicitada pelo “novo código de ética” das FDI. Cleveland e Bunton (2009, p. 353-355) descrevem essas mesmas características a partir de outras terminologias: predominaria de 1948 até hoje uma “mentalidade de cerco” juntamente com uma “doutrina de retaliação desproporcional” ou “ben-gurionismo”, que para fins dissuasivos vitima, sobretudo, “[...] civis inocentes, incluindo mulheres e crianças. Ainda seguindo Shlaim (2004) e Maoz (2009), passado um breve período de reação defensiva à infiltração de refugiados palestinos, ainda nos anos 1950 os governantes passaram a autorizar “operações punitivas”, criando-se um grupo especializado (Unidade 101) que consolidou a política de revides desproporcionais, empregada até hoje (como visível no Líbano, 2006, e Gaza após o desengajamento) em consonância com a “Muralha de Ferro”. Portanto, desde os primeiros ataques os objetivos foram tanto as forças armadas quanto os civis inimigos, destacando-se a atuação da Unidade 101, as retaliações contra a Síria e o Egito entre a Guerra de 1967 e a de 1973, a invasão do Líbano em 1982, com a decorrente perda de vidas humanas e ampla destruição, e operações posteriores contra esse país (1993, 1996 e 2006) e os TPO. Conforme Shlaim (2004), as “retaliações israelenses” entre 1948 e 1967 visavam, ao “causar mortes e prejuízos materiais aos povoados árabes”, obrigar seus governos a agirem decisivamente para reprimir as infiltrações. Também atendiam a objetivos militares de treinamento e considerações políticas domésticas, sobretudo promover “ações demonstrativas para evitar a perda de popularidade” diante da pressão pública e das acusações de que o governo não protegia efetivamente os cidadãos. Tratava-se de uma “disposição militarista nacional”, personificada em Ben-Gurion e executada pela “unidade 101” liderada por Ariel Sharon, que buscava demonstrar que nenhum ataque a civis israelenses ficaria impune, seguindo a doutrina da “muralha de ferro” – que ocasionalmente encontrava oposição pontual em setores mais moderados dentro do gabinete ministerial, forçando conciliações. Nas retaliações contra a Síria o alvo prioritário dos ataques israelenses eram forças governamentais do Ba’th, que tomara o poder em 1966 e apoiava o pan-arabismo e o movimento nacional palestino. A estratégia era a velha escalada e desproporcionalidade dos ataques, típica da “muralha de ferro”, a fim de impor um pesado fardo ao governo e dissuadi-lo de apostar na beligerância. Em sentido oposto, na Cisjordânia e Jordânia, o objetivo era punir a população civil que, ao contrário do governo, dava guarida à resistência palestina (SHLAIM, 2004, p. 273-291). Ainda seguindo Shlaim, a atuação de Dayan como chefe do Estado-Maior das FDI constituiu um marco na doutrina militar israelense, consolidando a política nacional de segurança centrada nas represálias e alinhada com a “muralha de ferro”. Se, até então, as represálias eram parte da “segurança cotidiana” (resposta a atos hostis de pequenas proporções, a ameaças à segurança do dia-a-dia como infiltrações) elas passaram a compor o núcleo da política securitária, pautada pela defesa do país

frente a um novo ataque de grandes proporções. Já não visavam manter as fronteiras tranquilas face às pequenas ameaças, mas assegurar a defesa nacional dissuadindo ataques maiores por meio de demonstrações frequentes da superioridade militar do país e da inutilidade dos esforços árabes para derrotá-lo. As represálias, que inicialmente visaram sobretudo alvos civis, como em Qibya, passaram a focar em objetivos militares, sendo desenvolvida pelo alto-escalão militar uma estratégia “mais dissimulada e astuciosa”, especialmente “para aterrorizar os jordanianos”. O primeiro passo era o envio de pequenas patrulhas para realizarem assassinatos e sabotagens, com o porta-voz das FDI inventando uma “versão falsa da sequência dos acontecimentos” para negar a responsabilidade direta pelo início da escalada e a transferir ao outro lado – no limite, alegando que se tratou de uma perseguição a um suposto terrorista. A média mensal das “represálias” cresceu vertiginosamente sendo as operações diversificadas e englobando “[...] saques, colocação de minas, destruição de casas, incêndio de veículos, etc.”. Se oficialmente as represálias eram a alternativa que restou diante da persistente recusa árabe em reconhecer Israel, na prática elas cumpriam tanto uma função dissuasiva quanto atendiam a fins eleitorais, sendo os governantes e partidos pressionados a realizá-las para satisfazer a opinião pública.

²⁰² Importantes modificações ocorreram após a operação contra Qibya, em outubro de 1953 quando as tropas comandadas por Sharon mataram 69 palestinos, deles dois terços mulheres e crianças. Se antes o governo negava as atividades, atribuindo sua responsabilidade a grupos paramilitares, passou a assumi-las integralmente à medida que ao invés de civis, os alvos passaram a ser instalações militares e símbolos dos regimes árabes vizinhos. O princípio passou a ser promover ataques como respostas instantâneas visando provocar o máximo de danos. As operações se multiplicaram e se tornaram quase independentes do campo diplomático, crescendo tanto em abrangência quanto em intensidade da destruição causada. Tal tendência começou justamente em Gaza, onde a resistência armada se fez mais presente (MAOZ, 2009, p. 231-235). De meados dos anos 1950 até 1967 a “política de represália” teve uma interrupção, à medida que praticamente cessaram as operações dentro do território israelense. Contudo, voltou à tona com a “palestinização” e fortalecimento da OLP após a Guerra dos Seis Dias, quando a violência recomeçou e Israel aprimorou a defesa do Estado, criando unidades e atividades “antiterrorismo” e renovou a política ofensiva e “preemptiva” de represálias. É nesse contexto – sobretudo após as Olimpíadas de Munique - que se difundiram os ataques provocativos contra bases guerrilheiras para incitar sua reação e justificar operações pontuais ou intervenções maiores (Líbano, 1978 e 1982) quanto a política de “assassinatos extrajudiciais”, empreendida por agentes e unidades israelenses contra lideranças árabes e palestinas, independentemente de sua localização (MAOZ, 2009, p. 236-250; CHOMSKY, 2006; FISK, 2007).

²⁰³ Um exemplo são os ataques contra a Faixa de Gaza em fevereiro de 1954 (“operação Flecha Negra”), em um momento no qual diálogos bilaterais secretos com o governo egípcio avançavam. A operação fora uma iniciativa militar israelense voltada a pressionar Nasser, provocar uma escalada da violência e justificar o uso massivo de força, ou até mesmo provocar uma guerra. No entanto, foi descrita oficialmente pelo governo e pelas FDI como “retaliação”. Tal iniciativa em particular fortaleceu os ímpetus expansionistas no governo - particularmente a conquista da Faixa de Gaza e a proposta de fragmentação e conquista do sul do Líbano – e levou tanto a uma intensificação e perda de controle da violência mútua quanto a um realinhamento das superpotências na região e à invasão anglo-francesa-israelense do Suez tempos depois. Para justificar essa empresa tríplice a estratégia de Dayan fora empregar represálias em larga escala e desproporcionais - como o ataque a uma posição egípcia em al-Sabha - não mais para manter a paz na fronteira, mas ao contrário para forçar o Egito a entrar em guerra. A escalada era necessária para justificar o início da guerra. A mesma lógica motivou a “Operação Kinneret” contra forças sírias no mesmo contexto, que resultou em uma resolução condenatória do CS-ONU. Com a renúncia de Ben-Gurion, então com 76 anos, o governo e a pasta da defesa passaram para a velha liderança de seu partido, cabendo o posto de primeiro-ministro e o dito ministério a Levi Eshkol, que os manteve de 1963 a 1969. A composição do governo e a política de defesa permaneceram quase inalteradas, sendo o poder de repressão e dissuasão das FDI intensificado. Se na política externa as posições de Eshkol se aproximaram mais daquelas de Sharret, ele não abandonou a “muralha de ferro”, visando garantir a paz por meio da afirmação inquestionável da superioridade militar israelense, que abria as portas para negociações definitivas. Lembremos que, para Avi Shlaim (2004, p. 291-308), o fator mais importante para a deflagração da Guerra dos Seis Dias em 1967 foi a estratégia israelense de deliberadamente provocar conflitos armados e manter a iniciativa da escalada das agressões.

²⁰⁴ Em termos de segurança e política externa, Cleveland e Bunton (2009, p. 353-355) destacam a “mentalidade de cerco” que predominou após 1948, com o recém-fundado país atribuindo prioridade a essas pautas, direcionando boa parte de seus recursos a elas e estabelecendo um sistema de reserva e conscrição universal, garantindo total mobilização em tempos de emergência nacional. As forças armadas se tornaram assim parte do cotidiano e da identidade dos cidadãos e a eficácia militar instrumental à política externa.

²⁰⁵ Em clara contradição com a distinção base do direito internacional humanitário entre combatentes e não combatentes, ao final de cada operação militar devastadora para os civis o governo israelense tem afirmado que foram atingidos somente alvos militares, denotando a ampliação oficial e unilateral dos objetivos considerados legítimos. Em contrapartida, nos relatórios de direitos humanos da ONU e de diferentes ONGs os mesmos ataques são classificados de “indiscriminados”, “desproporcionais” e “injustificáveis”.

²⁰⁶ Dessa forma, enquanto os governantes e instituições recobrem-se sob o manto de uma suposta democracia, igualdade e imparcialidade do Estado/governo, dado que são poderosas forças legitimadoras na “Era dos Direitos”, a violência e o que seriam crimes diante do DIH são obscurecidos, mantendo-se uma “cultura da impunidade” e a desproteção das minorias (YIFTACHEL, 2006, p. 19-21; 98-99).

²⁰⁷ CF: AMNESTY INTERNATIONAL, 2001b, p. 1-5; HUMAN RIGHTS WATCH, 2007, p. 71; BREAKING THE SILENCE, 2014, p. 152-154; B’TSELEM, 2013.

²⁰⁸ Khalidi (2010) atribui a autoria do novo código ao professor de filosofia Asa Kasher, que o teria escrito em 1996, e a Elazar Stem, brigadeiro general que teria revisado o documento em 2001, durante a Segunda Intifada.

²⁰⁹ Ao passo que o jargão ou “mito político” (BARTHES, 2003) “terrorista” desumaniza o outro e deslegitima completamente sua causa, torna mais admissível uma série de transgressões aos direitos humanitários e humanos internacionais. Afinal, terroristas ameaçam a humanidade e precisam ser extirpados de qualquer forma. Assim, uma guerra total contra o outro é aceitável à medida que representada como uma luta pela humanidade ameaçada, livrando-a dos perigos que representam seres absolutamente fanáticos e irascíveis. Ademais, para todos os efeitos, as mortes e a destruição provocada pelos ataques israelenses são meros “erros” ou danos colaterais de responsabilidade do inimigo e não frutos de uma doutrina fundamentada no “terrorismo de Estado”. Assim, a pressão exercida sobre a população inimiga para provocar mudanças política – sugerida em diversos pronunciamentos de oficiais e estadistas israelenses – é ofuscada, quando não justificada. O correspondente britânico Robert Fisk (2006), testemunho direto das ações israelenses no Líbano em 2006, denuncia a utilização do termo terrorista para legitimar diferentes alvos. “O belo viaduto que se eleva sobre a encosta da montanha aqui se tornou um alvo ‘terrorista’. Os israelenses atacaram a estrada internacional de Beirute para Damasco logo após o amanhecer de ontem e derrubaram uma bomba na extensão central da ponte construída pelos italianos - um símbolo da cooperação libanesa com a União Europeia -, enviando o concreto para centenas de pés abaixo no vale. Era o orgulho do assassinado ex-primeiro-ministro Rafik Hariri, o rosto de um novo Líbano emergente. E agora é um alvo ‘terrorista’ [...] Agora é a mesma coisa em todo o Líbano. Nos subúrbios do sul - onde o Hezbollah, que sequestrou dois soldados israelenses, tem a sua sede - um ataque à bomba massivo explodiu os lados dos blocos de apartamentos próximos a uma igreja, estilhaçando janelas e derrubando varandas sobre carros estacionados. Isso também se tornou um alvo ‘terrorista’. Um homem foi trazido para fora gritando de dor, coberto de sangue. Outro alvo ‘terrorista’. Por todo o caminho até o aeroporto havia pontes quebradas, estradas esburacadas. Tudo isso era alvo ‘terrorista’. No aeroporto, línguas de fogo subiam ao céu a partir de tanques de armazenamento de combustível de aeronaves, escurecendo Beirute ocidental. Estes também eram agora alvos ‘terroristas’. Em Jiyeh, os israelenses atacaram a estação de energia. Isso também foi um alvo ‘terrorista’ [...] assim como uma família vizinha com cinco crianças que foram também enterradas ontem. Outro alvo ‘terrorista’. Terrorista, terrorista, terrorista. Há algo perverso em tudo isso, a matança e a destruição massiva e o uso hipócrita, constante e cancerígeno da palavra ‘terrorista’.”

²¹⁰ Fica em aberto a seguinte questão: Esse novo código, ao redefinir os termos da distinção entre combatentes e não combatentes, acaba por dar uma justificativa interna e externa aos ataques desproporcionais contra civis inimigos, servindo à manutenção de uma “fachada democrática” e discurso “legalista”. Mas, seriam estes ataques contra civis os objetivos finais – como apontado na Doutrina Dahiyya - ou excesso de zelo protetivo e inversão de hierarquia, ou ora um ora outro dentro de uma mesma operação? De todo modo, a prioridade dos “civis vestindo uniformes” em detrimento dos “não combatentes inimigos” justifica esses ataques com suas consequências nefastas e contribui para sua continuidade, não obstante as críticas internacionais. Na prática, os efeitos são os mesmos, configurando uma política de Estado.

²¹¹ Analisando a operação Chumbo Fundido sob a ótica do novo código, Khalidi mostra como ações no solo contrariaram seus fundamentos e que, mesmo seguindo seus termos, os civis palestinos em Gaza e na Cisjordânia teriam prioridade sobre os militares israelenses, pois estariam em regiões ocupadas e sob controle de Israel – por outro lado, cabe lembrar que, com o desengajamento unilateral o país renunciou unilateralmente a suas obrigações frente à população de Gaza, alegando que a área havia sido desocupada. A partir de gravações televisivas e de um relatório da “Breaking the Silence”, o autor sublinha que oficiais instruíram seus subalternos a não discernirem entre combatentes e civis inimigos, tratando a

ambos igualmente no concernente ao uso da força militar.

²¹² Sobre essa vitória, Ali Abunimah (2006, p. 165) a explica como resposta da sociedade palestina ao que viu como um “processo de paz” corrupto. Mas, ela não marcaria uma radicalização no sentido de negação do outro – afirmação que sustenta a partir de uma pesquisa de opinião feita à época que revelou que, mesmo entre os eleitores do Hamas, a grande maioria afirmou que queria uma solução negociada.

²¹³ Destaca-se a documentação produzida pela AI (1993c; 1994a; 1998a; 2001b; 2002c; 2003b; 2006d; 2006e; 2009b; 2011c; 2013c; 2014a; 2014b) e HRW (1990; 2002; 2007; 2009; 2009a; 2009b; 2010; 2016a) alusiva à repressão à Primeira Intifada, às execuções extrajudiciais e às operações militares israelenses no novo milênio.

²¹⁴ Tal qual os documentos do CEIPI, os anuários e relatórios específicos da AI apontam a difusão e sistematização (normatizadas pelos RED) dos maus-tratos e tortura, restrições e detenções administrativas (sem revisão judicial efetiva), fechamentos, prisões em massa, censura, demolições e fechamentos punitivos, deportações, brutalidade policial, destruições indiscriminadas e, durante e após a Primeira Intifada, assassinatos com “efeitos colaterais”, bombardeios contra áreas das quais foram disparados projéteis (independentemente do tempo transcorrido), uso de armas de efeito em área contra zonas civis e a destruição de edificações inteiras que abrigam escritórios, membros da resistência ou nas quais os últimos foram vistos transitando.

²¹⁵ Cf. ADALAH, 2013; AL-MEZAN, 2015; 2015a; AMNESTY INTERNATIONAL, 1985a; 1989c; 1991a; 1993c; 1994b; 1998a; 2000b; 2000c; 2001b; 2002c; 2003b; 2006d; 2010a; 2012a; 2014; 2014e; 2015b; BREAKING THE SILENCE, 2009; 2014; 2014?; B’TSELEM, 2010; 2011; 2012; 2012a; 2012b; 2015; 2015a; HUMAN RIGHTS WATCH, 2005; 2005a; 2006; 2010a; PALESTINIAN CENTRE FOR HUMAN RIGHTS, 2011; YESH DIN, 2006; 2008; 2008a; 2011; 2011a; 2013a; 2013b; 2014; 2014a; 2014c; 2015.

²¹⁶ Tal relação entre a impunidade e mortes ilegais com chancela oficial já foi denunciada pela AI (1993a; 1993b) ainda nos anos 1990, inclusive nos TPO. Assim, geralmente, nas narrativas oficiais os mortos ou são “terroristas” ou, em última instância, foram vitimados por ações desencadeadas por eles.

²¹⁷ Se os fechamentos (enclausuramento forçado da população) datam do Mandato Britânico, segundo Li (2006) se tornaram após a Primeira Intifada uma condição duradoura e indefinida com contornos demográficos, acentuando a separação total das populações. As “zonas tampão”, legitimadas como necessárias à segurança dos israelenses, garantem o isolamento e o estrito controle do deslocamento palestino, apartando-os por meio de faixas vazias, muros e cercas, com seus próprios aparatos de proteção. Zonas de ninguém, com circulação, construção e agricultura interditas, suas extensões foram aumentando progressivamente. Quanto ao poder aéreo, após o desengajamento unilateral se tornou a principal ferramenta da política de segurança israelense para a Faixa, juntamente com a esporádica presença das forças terrestres. Ao passo que a vigilância aérea gera uma cortina de fumaça internacional, reforçando o argumento oficial de que o território foi desocupado, assegura e exerce a autoridade no solo da mesma forma. Portanto, o desengajamento não foi delineado para assegurar autonomia aos palestinos, liberar o território e romper o impasse, mas apenas para isolá-lo e o controlar melhor.

²¹⁸ Jeff Halper (2009) e Illan Pappé (2010), escrevendo posteriormente ao artigo de Li, corroboram nessa definição de Gaza como laboratório.

²¹⁹ Quanto à “faixa de ninguém”, cabe notar que parte considerável é composta de terras agrícolas, que abrigam numerosos poços de água. Se a criação dessa zona foi pactuada entre Israel e a AP em Oslo, abrangendo inicialmente cinquenta metros, com a Segunda Intifada a área foi triplicada e em 2009 variava entre trezentos metros e dois quilômetros. Essa ampliação provocou a demolição de milhares de casas situadas próximas das fronteiras. Ademais, “As restrições de ingresso e a ameaça contínua à segurança pessoal têm efeitos devastadores para as famílias cujo sustento depende do acesso as terras na zona tampão.” (SAVE THE CHILDREN UK, 2009, p. 1).